PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE RONDÔNIA
DIÁRIO DA JUSTIÇA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANO XXXV | NÚMERO 025 | PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 08 DE FEVEREIRO DE | 2017

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2016/2017

PRESIDENTE
Desembargador Sansão Batista Saldanha

VICE-PRESIDENTE
Desembargador Isaias Fonseca Moraes

CORREGEDOR-GERAL
Desembargador Hiram Souza Marques

TRIBUNAL PLENO
Desembargador Sansão Batista Saldanha
Desembargador Eurico Montenegro Júnior
Desembargador Renato Martins Mimessi
Desembargador Valter de Oliveira
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Desembargador Rowilson Teixeira
Desembargador Péricles Moreira Chagas
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Desembargador Kiyochi Mori
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Desembargador Miguel Monico Neto
Desembargador Raduan Miguel Filho
Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Desembargador Alexandre Miguel
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Desembargador Gilberto Barbosa Batista dos Santos
Desembargador Oudivanil de Marins
Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Desembargador Valdeci Castellar Citon
Desembargador Hiram Souza Marques
Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz

1ª CÂMARA CÍVEL
Desembargador Rowilson Teixeira
Desembargador Péricles Moreira Chagas
Desembargador Raduan Miguel Filho

2ª CÂMARA CÍVEL
Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Desembargador Kiyochi Mori
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Desembargador Alexandre Miguel

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS
Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Desembargador Rowilson Teixeira
Desembargador Moreira Chagas
Desembargador Kiyochi Mori
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Desembargador Raduan Miguel Filho
Desembargador Alexandre Miguel

1ª CÂMARA CRIMINAL
Desembargador Valter de Oliveira
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz

2ª CÂMARA CRIMINAL
Desembargador Miguel Monico Neto
Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Desembargador Valdeci Castellar Citon

CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS
Desembargador Valter de Oliveira
Desembargador Miguel Monico Neto
Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Desembargador Valdeci Castellar Citon
Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz

1ª CÂMARA ESPECIAL
Desembargador Eurico Montenegro Júnior
Desembargador Gilberto Barbosa Batista dos Santos
Desembargador Oudivanil de Marins

2ª CÂMARA ESPECIAL
Desembargador Renato Martins Mimessi
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior

CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS
Desembargador Eurico Montenegro Júnior
Desembargador Renato Martins Mimessi
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Desembargador Gilberto Barbosa Batista dos Santos
Desembargador Oudivanil de Marins

SECRETÁRIA JUDICIÁRIA
Bacharela Tays Carpina do Nascimento de Souza

SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO
Administrador Jean Carlo Silva dos Santos

DIRETOR DA DIGRAF
Administrador Enildo Lamarão Gil

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PRESIDÊNCIA

ATOS DO PRESIDENTE

Ato Nº 107/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução nº 020/2014-PR, disponibilizada no D.J.E Nº 178 de 23/9/2014;

Considerando o constante no Processo nº 9180086-27.2016.8.22.1111,

R E S O L V E:

I – I – CONCEDER 80% (oitenta por cento) do valor da diária inteira, ao Juiz Substituto FÁBIO BATISTA DA SILVA, lotado na 3ª seção Judiciária da Comarca de Ji-Paraná, em virtude de seus deslocamentos para desempenhar atividades judicantes nas seguintes Comarcas e períodos no mês de novembro:

DESLOCAMENTOS	PERÍODOS/DIAS	IDI
Costa Marques	02,05,06,07,08,09,10,11,13,14,15,16,19,20,21,23,26,27,28,29,30	Não
Costa Marques para São Francisco do Guaporé	01,03,04,12,17,18,22,24 e 25	Não

II – O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10 da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

III – Reconheço, homologo e autorizo o pagamento da despesa de exercício anterior.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

Ato Nº 119/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução nº 020/2014-PR, disponibilizada no D.J.E Nº 178 de 23/9/2014;

Considerando o constante no Processo nº 0000081-20.2017.8.22.8002,

R E S O L V E:

I – CONCEDER 70% (setenta por cento) da diária inteira por dia de afastamento, bem como indenização de deslocamento intermunicipal – IDI (ida e volta) ao Juiz Substituto ADIP CHAIM ELIAS HOMIS NETO, lotado na 2ª seção Judiciária da Comarca de Ariquemes, em virtude de seu deslocamento para desempenhar atividades judicantes na Comarca de Jaru nos dias 16, 17, 18, 19 e 20/01/2017.

II – O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10 da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

Ato Nº 132/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução nº 020/2014-PR, disponibilizada no D.J.E Nº 178 de 23/9/2014;

Considerando o constante no Processo nº 0001918-19.2017.8.22.8000,

R E S O L V E:

I – CONCEDER 70% (setenta por cento) da diária inteira por dia de afastamento, bem como indenização de deslocamento intermunicipal – IDI (ida e volta) ao Juiz Substituto PEDRO SILLAS CARVALHO, lotado lotado na 1ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Porto Velho, em virtude de seu deslocamento para desempenhar atividades judicantes na Comarca de Guajará-Mirim no período de 09 a 23/01/2017.

II – O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10 da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

Ato Nº 139/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução nº 020/2014-PR, disponibilizada no D.J.E Nº 178 de 23/9/2014;

Considerando o constante no Processo SEI nº 0002127-85.2017.8.22.8000,

R E S O L V E :

I – CONCEDER três diárias e meia, bem como passagens aéreas a Juíza ANA VALÉRIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPPARRO, titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná, em virtude do deslocamento à cidade de Brasília/DF, para participar da Instalação do Fórum Nacional da Infância e Juventude - FONINJ e Integração do Fundo das Nações Unidas para a Infância - United Nations Children's Fund - UNICEF, nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2017, com saída no dia 12/2/2017 e retorno dia 15/2/2017.

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10 da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

Ato Nº 55/2017

Republicado por erro material

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0000010-58.2017.8.22.8021,

R E S O L V E :

CONCEDER o afastamento da Juíza MICHIELY APARECIDA CABRERA VALEZI BENEDETI, titular da 2ª Vara Genérica da Comarca de Buritis, no período de 9/1/2017 a 28/1/2017, nos termos do art. 92, I, do RITJ/RO.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

Ato Nº 66/2017

Republicado por erro material

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução nº 020/2014-PR, disponibilizada no D.J.E Nº 178 de 23/9/2014;

Considerando o constante no Processo SEI nº 0000172-16.2017.8.22.8001,

R E S O L V E:

I - CONCEDER 70% (setenta por cento) do valor da diária inteira disciplinado pelo Anexo II da referida Resolução, por dia de afastamento, e indenização de deslocamento intermunicipal – IDI (ida), à Juíza Substituta MAXULENE DE SOUSA FREITAS, lotada na 1ª Seção Judiciária sediada na Comarca de Porto Velho, em virtude de seu deslocamento no período de 19/12/2016 a 31/12/2016 para exercer atividades judicantes na Comarca de Guajará-Mirim.

II – O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10 da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

III - Reconheço, homologo e autorizo o pagamento da despesa de exercício anterior.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

Ato Nº 74/2017

Republicado por erro material

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no protocolo SEI n. 0001189-90.2017.8.22.8000,

R E S O L V E:

CONCEDER o afastamento do Desembargador ROOSEVELT QUEIROZ COSTA, Membro da 2ª Câmara Especial, no período de 23/1/2017 a 3/2/2017, para participar do Curso de Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais – Módulo de Atualização e Aprofundamento, na cidade de Belo Horizonte/MG, nos termos do Art. 92, inciso IV, RITJ/RO, sem ônus para este Poder. Mantido ao mesmo, o acesso remoto nos termos do Provimento nº 013/2015-CG, disponibilizado no D.J.E. Nº 130 de 16/7/2015 .

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 30 de janeiro de 2017.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

Ato Nº 76/2017

Republicado por erro material

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0000023-93.2017.8.22.8009,

R E S O L V E :

ALTERAR o período de gozo das férias da Juíza KEILA ALESSANDRA ROEDER ROCHA DE ALMEIDA, titular da 2ª Vara Cível de Pimenta Bueno, de 3/4/2017 a 12/4/2017 para 6/4/2017 a 15/4/2017, referentes ao período de 2010/2011-2, constante no Ato nº 666/2016-CM, disponibilizado no D.J.E. Nº 109 de 14/6/2016.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

Ato Nº 100/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo SEI nº 8001552-78.2016.8.22.1111,

R E S O L V E :

AUTORIZAR os afastamentos da Juíza DUÍLIA SGROTT REIS, titular da 10ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, nos períodos de 9 a 10/3/2017; 16 a 17/3/2017; 6 a 7/3/2017; 28 a 29/4/2017; 12 a 13/5/2017 e 19 a 20/5/2017 para participar das aulas de Mestrado em Direito na Universidade Católica de Rondônia, nesta Capital, nos termos do artigo 92, inciso IV, RITJ/RO, sem ônus para este Poder. Mantido a mesma o Acesso Remoto, nos termos do Provimento nº 013/2015-CG, disponibilizado no DJE nº 130 de 16/7/2015.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

Ato Nº 101/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução nº 020/2014-PR, disponibilizada no D.J.E Nº 178 de 23/9/2014;

Considerando o constante no Processo SEI nº 0000736-95.2017.8.22.8000,

R E S O L V E :

I – CONCEDER cinco diárias e meia, ao Juiz ÁUREO VIRGÍLIO QUEIROZ, Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, em virtude do deslocamento a ser realizado no período de 12/2/2017 a 17/2/2017, para proceder às correições nos cartórios extrajudiciais nos Municípios de Espigão D'Oeste, Ministro Andreazza e Cacoal.

II – O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10 da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

Ato Nº 104/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo SEI nº 8005683-96.2016,

R E S O L V E :

ALTERAR o período aquisitivo do recesso da Juíza KELMA VILELA DE OLIVEIRA, titular da Vara Única da Comarca de São Miguel do Guaporé, de dezembro de 2011, para dezembro de 2013, gozado no período de 26/11/2015 a 4/12/2015, conforme ATO Nº 1421/2015-CM, disponibilizado no D.J.E. Nº 204 de 5/11/2015.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

Ato Nº 105/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo SEI nº 8005683-96.2016,

R E S O L V E :

ALTERAR o período aquisitivo do recesso da Juíza KELMA VILELA DE OLIVEIRA, titular da Vara Única da Comarca de São Miguel do Guaporé, de dezembro de 2011, para dezembro de 2013, gozado no período de 6/5/2014 a 14/5/2014, conforme ATO Nº 485/2014-CM, disponibilizado no D.J.E. Nº 099 de 29/5/2014.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

Ato Nº 106/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução nº 020/2014-PR, disponibilizada no D.J.E Nº 178 de 23/9/2014;

Considerando o constante no Processo SEI nº 0001721-64.2017.8.22.8000,

R E S O L V E:

AUTORIZAR os afastamentos do Juiz ALENCAR DAS NEVES BRILHANTE, titular da Vara Única da Comarca de Alta Floresta d'Oeste, Juíza KELMA VILELA DE OLIVEIRA, titular da Vara Única da Comarca de São Miguel do Guaporé e Juíza DENISE PIPINO FIGUEIREDO, titular da Vara Única da Comarca de Nova Brasilândia d'Oeste, no período de 5/2/2017 a 8/2/2017, com o fim de participarem do Curso Constelações Familiares, que se realizará nesta Capital, concedendo-lhes três diárias e meia e Indenização de Deslocamento Intermunicipal - IDI (ida/volta). Mantendo-se aos mesmos o acesso remoto nos termos do Provimento nº 013/2015-CG, disponibilizado no D.J.E. Nº 130 de 16/7/2015, excepcionando os casos em que haja designação de Juiz Substituto para responder pela unidade.

II – O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.
Desembargador SANSÃO SALDANHA
Presidente

Ato Nº 109/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0000089-85.2017.8.22.8005,

R E S O L V E :

CONCEDER nove dias de recesso à Juíza Substituta MÁRCIA ADRIANA ARAÚJO FREITAS SANTANA, lotada na 3ª Seção Judiciária sediada na Comarca de Ji-Paraná, referentes a dezembro de 2013, assinalando o período de 3/4/2017 a 11/4/2017, para fruição do benefício, nos termos do parágrafo 3º do Art. 61 do COJE e do Provimento Conjunto 002/2013/PR/CG, disponibilizado no DJE Nº 077 de 26/4/2013, ficando o saldo de nove dias para gozo oportuno.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.
Desembargador SANSÃO SALDANHA
Presidente

Ato Nº 111/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0000049-88.2017.8.22.8010,

R E S O L V E :

CONCEDER cinco dias de folgas compensatórias ao Juiz JEFERSON CRISTI TESSILA DE MELO, titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura, referentes ao segundo semestre de 2016, fixando o período de 29/5/2017 a 2/6/2017, para fruição do benefício, nos termos do artigo 1º da Resolução n. 019/2014-PR, disponibilizada no D.J.E. Nº 171 de 12 de setembro de 2014.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.
Desembargador SANSÃO SALDANHA
Presidente

Ato Nº 113/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0000118-47.2017.8.22.8002,

R E S O L V E :

CONCEDER um dia de folga compensatória à Juíza CLÁUDIA MARA DA SILVA FALEIROS FERNANDES, titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes, referente ao saldo do primeiro semestre de 2016, para gozo no dia 12/4/2017, nos termos do artigo 1º da Resolução n. 019/2014-PR, disponibilizada no D.J.E. Nº 171 de 12 de setembro de 2014.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.
Desembargador SANSÃO SALDANHA
Presidente

Ato Nº 114/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0000074-89.2017.8.22.8014,

R E S O L V E :

CONCEDER o afastamento do Juiz VINÍCIUS BOVO DE ALBUQUERQUE CABRAL, titular 3ª Vara Cível da Comarca de Vilhena, no período de 29/1/2017 a 8/2/2017, nos termos do art. 92, I, do RITJ/RO.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.
Desembargador SANSÃO SALDANHA
Presidente

Ato Nº 115/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0000088-03.2017.8.22.8005,

R E S O L V E :

CONCEDER três dias de folgas compensatórias à Juíza Substituta MÁRCIA ADRIANA ARAÚJO FREITAS SANTANA, lotada na 3ª Seção Judiciária sediada na Comarca de Ji-Paraná, referentes ao saldo do primeiro semestre de 2016, fixando os dias 12, 17 e 18/4/2017 para fruição do benefício, nos termos do artigo 1º da Resolução n. 019/2014-PR, disponibilizada no D.J.E. Nº 171 de 12 de setembro de 2014.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

Ato Nº 116/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0000338-48.2017.8.22.8001,

R E S O L V E :

CONCEDER cinco dias de folgas compensatórias à Juíza Substituta MARISA DE ALMEIDA, lotada na 1º Seção Judiciária com sede na Comarca de Porto Velho, referentes ao primeiro semestre de 2017, fixando o período de 24/4/2017 a 28/4/2017 para fruição do benefício, nos termos do artigo 1º da Resolução n. 019/2014-PR, disponibilizada no D.J.E. Nº 171 de 12 de setembro de 2014.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

Ato Nº 117/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0000163-54.2017.8.22.8001,

R E S O L V E :

CONCEDER dez dias de férias à Juíza DUÍLIA SGROTT REIS, titular da 10ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, referentes ao saldo do período de 2016-2017-1, fixando o período de 11/4/2017 a 20/4/2017, para fruição do benefício, nos termos do artigo 66 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional – LOMAN e da Resolução nº 18/2013-PR, disponibilizada no D.J.E n. 153 de 20/8/2013.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

Ato Nº 118/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0000311-93.2017.8.22.8800,

R E S O L V E :

CONCEDER dez dias de férias ao Juiz DANILO AUGUSTO KANTHACK PACCINI, Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, referentes ao saldo do período de 2015/2016-2, fixando o período de 6/3/2017 a 15/3/2017, para fruição do benefício, nos termos do artigo 66 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional – LOMAN e da Resolução nº 18/2013-PR, disponibilizada no D.J.E n. 153 de 20/8/2013.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

Ato Nº 120/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução nº 020/2014-PR, disponibilizada no D.J.E Nº 178 de 23/9/2014;

Considerando o constante no Processo SEI nº 0001819-49.2017.8.22.8000,

R E S O L V E:

AUTORIZAR o afastamento do Juiz JAIRES TAVES BARRETO, titular da 2ª Vara Genérica da Comarca de Cerejeiras, no período de 5/2/2017 a 8/2/2017, com o fim de participar do Curso Constelações Familiares, que se realizará nesta Capital, concedendo-lhe três diárias e meia e Indenização de Deslocamento Intermunicipal - IDI (ida/volta). Mantido ao mesmo o Acesso Remoto, nos termos do Provimento nº 013/2015-CG, disponibilizado no DJE nº 130 de 16/7/2015.

II – O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10° da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

Ato Nº 121/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução nº 020/2014-PR, disponibilizada no D.J.E Nº 178 de 23/9/2014;

Considerando o constante no Processo SEI nº 0001813-42.2017.8.22.8000,

R E S O L V E:

CONVOCAR os Magistrados, abaixo relacionados, para participarem do Curso de Formação de Juízes em "Constelações Familiares", a ser realizado na Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, nesta capital, com saída em duas formas: aqueles cuja distância for superior a 300 km o deslocamento deve ser durante o período matutino do dia 5/2/2017, e aqueles cuja a distância for inferior a 300 km o deslocamento deve ocorrer no período vespertino do dia 5/2/2017, com retorno no dia 8/2/2017, concedendo-lhes três diárias e meia, e indenização de deslocamento intermunicipal – IDI, Mantendo-se aos mesmos o acesso remoto nos termos do Provimento nº 013/2015-CG, disponibilizado no D.J.E. Nº 130 de 16/7/2015, excepcionando os casos em que haja designação de Juiz Substituto para responder pela unidade.

Liliane Pegoraro Bilharva	Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida
Emy Karla Yamamoto Roque	Roberta Cristina Garcia Macedo
Audarzean Santana da Silva	Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Márcia Regina Gomes Serafim	Luis Marcelo Batista da Silva
Anita Magdelaine Perez Belem	Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins	Cláudia Vieira Maciel de Sousa
Karina Miguel Sobral	----------

II – O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

Ato Nº 126/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução nº 020/2014-PR, disponibilizada no D.J.E Nº 178 de 23/9/2014;

Considerando o constante no Processo SEI nº 0000172-16.2017.8.22.8001,

R E S O L V E:

I - CONCEDER 70% (setenta por cento) do valor da diária inteira disciplinado pelo Anexo II da referida Resolução, por dia de afastamento, e indenização de deslocamento intermunicipal – IDI (volta), à Juíza Substituta MAXULENE DE SOUSA FREITAS, lotada na 1ª Seção Judiciária sediada na Comarca de Porto Velho, em virtude de seu deslocamento para exercer atividades judicantes na Comarca de Guajará-Mirim, no período de 1º/1/2017 a 6/1/2017.

II – O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10 da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

Ato Nº 127/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução nº 020/2014-PR, disponibilizada no D.J.E Nº 178 de 23/9/2014;

Considerando o constante no Processo SEI nº 0001731-11.2017.8.22.8000,

R E S O L V E:

AUTORIZAR o afastamento do Juiz MAXIMILIANO DARCY DAVID DEITOS, titular do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Ji-Paraná e da Juíza ANA VALÉRIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPPARRO, titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná, no período de 5/2/2017 a 8/2/2017, com o fim de participarem do Curso Constelações Familiares, que se realizará nesta Capital, concedendo-lhes três diárias e meia e Indenização de Deslocamento Intermunicipal - IDI (ida/volta).

II – O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

Ato Nº 129/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0000021-87.2017.8.22.8700,

R E S O L V E :

I - TORNAR SEM EFEITO a convocação e a concessão de três diárias e meia, e indenização de deslocamento intermunicipal – IDI aos Magistrados AUDARZEAN SANTANA DA SILVA, FLÁVIO HENRIQUE DE MELO, JOSE ANTONIO BARRETTO e SIMONE DE MELO, realizada anteriormente pelo Ato nº 78/2017, disponibilizado no D.J.E. Nº 019 de 31/1/2017, para participarem da Oficina Pedagógica para Revisão Ementária e Bibliográfica dos Planos de Ensino dos Cursos de Pós-graduação (EDCM) - Módulo II, nos dias 16 e 17/2/2017, nesta Capital.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

Ato Nº 130/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo nº 8006162-89.2016.8.22.1111,

R E S O L V E :

CONCEDER ao Juiz Substituto JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO, lotado na 2ª seção Judiciária da Comarca de Ariquemes, gratificação por ter exercido a Direção de Fórum da Comarca de Machadinho d'Oeste, nos períodos de 8/6/2016 a 12/6/2016, 30/6/2016 a 1º/7/2016, 13/7/2016 a 21/7/2016, 20/12/2016 a 6/1/2017, 9/1/2017 a 18/1/2017, e em conjunto pelas Direção dos Fóruns das Comarcas de Machadinho d'Oeste e Buritis no período de 27/6/2016 a 29/6/2016, nos termos do artigo 200 do Regimento Interno deste poder c/c com artigo 142 da Lei Complementar nº 94/93, com as alterações constantes do Assento Regimental nº 026/2014, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico nº 075 de 24/4/2014.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

Ato Nº 131/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0000062-02.2017.8.22.8006,

R E S O L V E :

ALTERAR o período de gozo das férias da Juíza ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO REIS, titular da Vara Única da Comarca de Presidente Médici, de 2/2/2017 a 3/3/2017 para 7/2/2017 a 8/3/2017, referentes ao período de 2008/2009-1, concedidas pelo Ato nº 666/2016-CM, disponibilizado no D.J.E. Nº 109 de 14/6/2016.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

Ato Nº 133/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo nº 8003896-32.2016.8.22.1111,

R E S O L V E :

CONCEDER ao Desembargador ROOSEVELT QUEIROZ COSTA, Membro da 2ª Câmara Especial, gratificação por ter exercido atividades judicantes em caráter cumulativo com o Gabinete do Desembargador Renato Martins Mimessi, Membro da 2ª Câmara Especial, nos períodos de 16/5/2016 a 20/5/2016 e de 22/8/2016 a 10/9/2016, nos termos do artigo 56, § 4º, da Lei Complementar nº 94/1993 c/c o art. 5º, Parágrafo Único da Resolução n. 13/2006-CNJ, com as alterações constante do Assento Regimental nº 026/2014, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico nº 075 de 24/4/2014.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

Ato Nº 134/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo nº 0001760-61.2017.8.22.8000,

R E S O L V E :

CONCEDER à Desembargadora MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO, Membro da 2ª Câmara Criminal, gratificação por ter exercido atividades judicantes em caráter cumulativo com o Gabinete do Desembargador MIGUEL MONICO NETO, Membro da 2ª Câmara Criminal, nos períodos de 20/12/2016 a 31/12/2016 e de 8/1/2017 a 18/1/2017, nos termos do artigo 56, § 4º, da Lei Complementar nº 94/1993 c/c o art. 5º, Parágrafo Único da Resolução n. 13/2006-CNJ, com as alterações constante do Assento Regimental nº 026/2014, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico nº 075 de 24/4/2014.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

Ato Nº 135/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo SEI nº 9000596-45.2016.8.22.1111,

R E S O L V E :

CONVOCAR o Magistrado ARLEN JOSÉ SILVA DE SOUZA, Juiz de 3ª Entrância da Comarca de Porto Velho, para participar da Oficina Pedagógica para Revisão Ementária e Bibliográfica dos Planos de Ensino dos Cursos de Pós-graduação (EDCM) - Módulo II, que se realizará nos dias 16 e 17/2/2017, nas dependências da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - EMERON, nesta Capital, nos termos do Art. 92, inciso IV, RITJ/RO. Mantendo-se ao mesmo, o acesso remoto nos termos do Provimento nº 013/2015-CG, disponibilizado no D.J.E. Nº 130 de 16/7/2015 .

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

Ato Nº 136/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta do processo SEI nº 8004970-24.2016.8.22.1111,

R E S O L V E :

CONCEDER ao Juiz Substituto JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO, lotado na 2ª seção Judiciária da Comarca de Ariquemes, gratificação por ter exercido atividades judicantes em caráter cumulativo a jurisdição das seguintes Varas, nos termos do artigo 56, § 4º, da Lei Complementar nº 94/1993 c/c o art. 5º, Parágrafo Único da Resolução n. 13/2006-CNJ, com as alterações constante do Assento Regimental nº 026/2014, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico nº 075 de 24/4/2014:

VARAS	DIAS	TOTAL DIAS
- 1ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes, - Vara única da Comarca de Machadinho d'Oeste.	8/6/2016 a 12/6/2016	5
- 1ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes, - 1ª Vara Genérica da Comarca de Buritis.	22/6/2016 a 24/6/2016	3
- 1ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes, - 1ª e 2ª Varas Genéricas da Comarca de Buritis.	25/6/2016 a 26/6/2016	2
- 1ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes, - 1ª e 2ª Varas Genéricas da Comarca de Buritis, - Vara única da Comarca de Machadinho d'Oeste.	27/6/2016 a 29/6/2016	3
- 1ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes, - Vara única da Comarca de Machadinho d'Oeste.	30/6/2016 a 3/7/2016	4
- 1ª e 3ª Varas Cíveis da Comarca de Ariquemes,	16/11/2016 a 25/11/2016	10

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

Ato Nº 137/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0002105-27.2017.8.22.8000,

R E S O L V E :

CONCEDER um dia de folga compensatória ao Desembargador JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Membro da 1ª Câmara Criminal, referente ao saldo do segundo semestre de 2016, fixando o dia 2/3/2017 para fruição do benefício, nos termos do artigo 1º da Resolução n. 019/2014-PR, disponibilizada no D.J.E. Nº 171 de 12 de setembro de 2014.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

Ato Nº 138/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução nº 020/2014-PR, disponibilizada no D.J.E Nº 178 de 23/9/2014;

Considerando o constante no Processo SEI nº 8003189-64.2016.8.22.1111,

R E S O L V E :

I – ALTERAR, parcialmente, os termos do Ato nº 1120/2016-CM, disponibilizado no D.J.E. Nº 174 de 15/9/2016, que concedeu o afastamento da Juíza Substituta LIGIANE ZIGIOTTO BENDER, lotada na 3ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Ji-Paraná, ocorrido no período de 30/8/2016 a 3/9/2016, para participar do Curso "Primeiras Avaliações sobre o Novo CPC", promovido pela Escola Nacional da Magistratura – ENM da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, realizado no período de 31/8/2016 a 2/9/2016, em Brasília-DF, para conceder-lhe quatro diárias e meia.

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10 da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

III - Reconheço, homologo e autorizo o pagamento da despesa de exercício anterior.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador SANSÃO SALDANHA

Presidente

CONSELHO DA MAGISTRATURA

DESPACHOS

Conselho da Magistratura
Despacho DO RELATOR
Processo Administrativo
Número do Processo :0000131-93.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0004483-25.2016.8.22.0002
Comunicante: Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Comunicado: Conselho da Magistratura do Tribunal de Justica do Estado de Rondonia
Relator:Des. Renato Martins Mimessi
Vistos.
Constam dos autos que a Magistrada Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes, declarou-se suspeita nos autos 0004483-25.2016.8.22.0002, por motivo de foro íntimo.
Pois bem.
Dispõe o art. 145, § 1º, do Novo Código de Processo Civil:
Art. 145. […]
§ 1o Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.
Cumpre esclarecer que a Resolução n. 82/2009 do CNJ, que previa a necessidade do magistrado declinar os motivos pelos quais se declarou suspeito, foi revogada.
O Plenário do Conselho Nacional de Justiça aprovou em 30.08.2016, a revogação da resolução. Segundo o relator, conselheiro Gustavo Alkmim: “o legislador, quando modificou o normativo processual sobre o tema, buscou preservar a intimidade do magistrado, garantindo a sua independência e imparcialidade, sem presumir, de plano, o uso abusivo do seu direito de se afastar do processo por motivo de foro íntimo”.
Em decorrência, a ADI 4260, da relatoria da Ministra Rosa Weber, restou prejudicada, tendo seu pedido julgado extinto sem resolução, com transito em julgado em 11.10.2016.
Ademais a jurisprudência tem proclamado não ser necessário o Magistrado mencionar no processo qual o motivo íntimo que o levou a afirmar suspeição, devendo fazê-lo, entretanto, para o órgão de controle da atividade funcional do juiz, de forma sigilosa. (Vide Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery. In Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante. 11ª edição, rev., ampl. e atual. até 17.2.2010. Art. 135, nota 14, página 423).
Nesse sentido o entendimento do Tribunal Pleno deste Tribunal:
MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR. SUSPEIÇÃO. MAGISTRADO. FORO ÍNTIMO. MOTIVAÇÃO.
O magistrado está desobrigado a declinar os motivos da suspeição declarada no processo, mas se o Conselho da Magistratura, órgão censor que disciplina a atuação dos juízes, solicitou explicações, tem o magistrado o dever de prestá-las. (Mand. Segurança, N. 20000020040051480, Rel. Des. Sebastião Teixeira Chaves, J. 06/09/2004).
MAGISTRADO. SUSPEIÇÃO. MOTIVO DE FORO ÍNTIMO. ATO RELEVANTE.
A suspeição por motivo de foro íntimo deve observar a ocorrência de ato relevante e, na ocorrência, deve o magistrado afastar-se da função jurisdicional. (Processo Administrativo n. 00124590220108220000, Rel. Des. Marcos Alaor D. Grangeia, J. 26/11/2010).
Pelo exposto, em conformidade com o art. 135, XIV do RITJ/RO, acolho a declaração de suspeição e determino anotação da presente nos assentamentos funcionais da magistrada, o que faço monocraticamente
Publique-se e cumpra-se, em seguida arquive-se.
Porto Velho, 06 de fevereiro de 2017.
Desembargador Renato Martins Mimessi
Relator

Despacho DO RELATOR
Processo Administrativo
Número do Processo :0000231-48.2017.8.22.0000
Comunicante: Eli da Costa Júnior
Comunicado: Conselho da Magistratura do Tribunal de Justica do Estado de Rondonia
Relator:Des. Renato Martins Mimessi
Vistos.
Constam dos autos que o Magistrado Eli da Costa Júnior, declarou-se suspeito, por motivo de foro íntimo, nos seguintes processos: 0000020-78.2014.8.22.0012; 0000199-12.2014.8.22.0012; 0000593-19.2014.8.22.0012; 0000706-36.2015.8.22.0012; 0001138-89.2014.8.22.0012; 0001256-65.2014.8.22.0012; 0002081.72.2015.8.22.0012; 0002201-18.2015.8.22.0012.
Pois bem.
Dispõe o art. 145, § 1º, do Novo Código de Processo Civil:
Art. 145. [...]
§ 1o Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.
Cumpre esclarecer que a Resolução n. 82/2009 do CNJ, que previa a necessidade do magistrado declinar os motivos pelos quais se declarou suspeito, foi revogada.

O Plenário do Conselho Nacional de Justiça aprovou em 30.08.2016, a revogação da resolução. Segundo o relator, conselheiro Gustavo Alkmim: “o legislador, quando modificou o normativo processual sobre o tema, buscou preservar a intimidade do magistrado, garantindo a sua independência e imparcialidade, sem presumir, de plano, o uso abusivo do seu direito de se afastar do processo por motivo de foro íntimo”.
Em decorrência, a ADI 4260, da relatoria da Ministra Rosa Weber, restou prejudicada, tendo seu pedido julgado extinto sem resolução, com transito em julgado em 11.10.2016.
Ademais a jurisprudência tem proclamado não ser necessário o Magistrado mencionar no processo qual o motivo íntimo que o levou a afirmar suspeição, devendo fazê-lo, entretanto, para o órgão de controle da atividade funcional do juiz, de forma sigilosa. (Vide Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery. In Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante. 11ª edição, rev., ampl. e atual. até 17.2.2010. Art. 135, nota 14, página 423).
Nesse sentido o entendimento do Tribunal Pleno deste Tribunal:
MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR. SUSPEIÇÃO. MAGISTRADO. FORO ÍNTIMO. MOTIVAÇÃO.
O magistrado está desobrigado a declinar os motivos da suspeição declarada no processo, mas se o Conselho da Magistratura, órgão censor que disciplina a atuação dos juízes, solicitou explicações, tem o magistrado o dever de prestá-las. (Mand. Segurança, N. 20000020040051480, Rel. Des. Sebastião Teixeira Chaves, J. 06/09/2004).
MAGISTRADO. SUSPEIÇÃO. MOTIVO DE FORO ÍNTIMO. ATO RELEVANTE.
A suspeição por motivo de foro íntimo deve observar a ocorrência de ato relevante e, na ocorrência, deve o magistrado afastar-se da função jurisdicional. (Processo Administrativo n. 00124590220108220000, Rel. Des. Marcos Alaor D. Grangeia, J. 26/11/2010).
Pelo exposto, em conformidade com o art. 135, XIV do RITJ/RO, acolho a declaração de suspeição e determino anotação da presente nos assentamentos funcionais do magistrado, o que faço monocraticamente
Publique-se e cumpra-se, em seguida arquive-se.
Porto Velho, 06 de fevereiro de 2017.
Desembargador Renato Martins Mimessi
Relator

Despacho DO RELATOR
Processo Administrativo
Número do Processo :0000236-70.2017.8.22.0000
Comunicante: Eli da Costa Júnior
Comunicado: Conselho da Magistratura do Tribunal de Justica do Estado de Rondonia
Relator:Des. Renato Martins Mimessi
Vistos.
Constam dos autos que o Magistrado Eli da Costa Júnior, declarou-se suspeito, por motivo de foro íntimo, nos seguintes processos: 7000513-62.2016.8.22.0012; 7000987-33.2016.8.22.0012; 7001567-63.2016.8.22.0012; 7001573-70.2016.8.22.0012; 7002305-51.2016.8.22.0012; 7002455-32.2016.8.22.0012; 7002469-16.2016.8.22.0012.
Pois bem.
Dispõe o art. 145, § 1º, do Novo Código de Processo Civil:
Art. 145. […]
§ 1o Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.
Cumpre esclarecer que a Resolução n. 82/2009 do CNJ, que previa a necessidade do magistrado declinar os motivos pelos quais se declarou suspeito, foi revogada.
O Plenário do Conselho Nacional de Justiça aprovou em 30.08.2016, a revogação da resolução. Segundo o relator, conselheiro Gustavo Alkmim: “o legislador, quando modificou o normativo processual sobre o tema, buscou preservar a intimidade do magistrado, garantindo a sua independência e imparcialidade, sem presumir, de plano, o uso abusivo do seu direito de se afastar do processo por motivo de foro íntimo”.
Em decorrência, a ADI 4260, da relatoria da Ministra Rosa Weber, restou prejudicada, tendo seu pedido julgado extinto sem resolução, com transito em julgado em 11.10.2016.
Ademais a jurisprudência tem proclamado não ser necessário o Magistrado mencionar no processo qual o motivo íntimo que o levou a afirmar suspeição, devendo fazê-lo, entretanto, para o órgão de controle da atividade funcional do juiz, de forma sigilosa. (Vide Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery. In Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante. 11ª edição, rev., ampl. e atual. até 17.2.2010. Art. 135, nota 14, página 423).
Nesse sentido o entendimento do Tribunal Pleno deste Tribunal:
MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR. SUSPEIÇÃO. MAGISTRADO. FORO ÍNTIMO. MOTIVAÇÃO.
O magistrado está desobrigado a declinar os motivos da suspeição declarada no processo, mas se o Conselho da Magistratura, órgão censor que disciplina a atuação dos juízes, solicitou explicações, tem o magistrado o dever de prestá-las. (Mand. Segurança, N. 20000020040051480, Rel. Des. Sebastião Teixeira Chaves, J. 06/09/2004).
MAGISTRADO. SUSPEIÇÃO. MOTIVO DE FORO ÍNTIMO. ATO RELEVANTE.
A suspeição por motivo de foro íntimo deve observar a ocorrência de ato relevante e, na ocorrência, deve o magistrado afastar-se da função jurisdicional. (Processo Administrativo n. 00124590220108220000, Rel. Des. Marcos Alaor D. Grangeia, J. 26/11/2010).
Pelo exposto, em conformidade com o art. 135, XIV do RITJ/RO, acolho a declaração de suspeição e determino anotação da presente nos assentamentos funcionais do magistrado, o que faço monocraticamente
Publique-se e cumpra-se, em seguida arquive-se.
Porto Velho, 06 de fevereiro de 2017.
Desembargador Renato Martins Mimessi
Relator

CORREGEDORIA-GERAL

ATOS DO CORREGEDOR

Provimento Corregedoria Nº 002/2017

Altera o § 4º do dispositivo 384 das Diretrizes Gerais Judiciais referente a suspensão de prazos para os Oficiais de Justiça durante o período do recesso forense.

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a publicação do Provimento 017/2009-CG, no DJE n. 138, de 28/07/2009 e necessidade de adequação das Diretrizes Gerais Judiciais;

CONSIDERANDO a Resolução n. 32/2016-PR, publicada no DJE n. 224, de 30/11/2016, que dispôs sobre o recesso forense no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO a Instrução n. 013/2016-PR, publicada no DJE n. 232, de 13/12/2016, que regulamenta o recesso forense do Poder Judiciário do Estado de Rondônia e dá outras providências;

CONSIDERANDO o SEI n. 0000041-23.2017.8.22.8007,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o §4º do artigo 384 das Diretrizes Gerais Judiciais, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 384 (…)

§ 4º. Os prazos para o oficial de justiça serão suspensos pela superveniência do recesso forense, exceto os de medidas urgentes.

Art. 2º. Este provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Cumpra-se.

Porto Velho, 07 de fevereiro de 2017.

Desembargador Hiram Souza Marques
Corregedor-Geral da Justiça

Portaria Corregedoria Nº 053/2017

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 50, § 1º, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado,

CONSIDERANDO a publicação do Ato n. 1124/2016-CM, DJE n. 175, de 15/09/2016,

R E S O L V E:

I – REVOGAR o item 2, da Portaria n. 038/2017, DJE n. 020, de 01/02/2017,

II - DESIGNAR a Juíza Substituta MIRIA DO NASCIMENTO DE SOUZA, lotada na 3ª Seção Judiciária, para auxiliar e responder pelas unidades, conforme itens abaixo:

1) Auxiliar no dia 06/02/2017, a 1ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná.

2) Responder no período de 07 a 21/02/2017, pela Vara Criminal da Comarca de Ouro Preto do Oeste.

Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 06 de fevereiro de 2017.
Desembargador HIRAM SOUZA MARQUES
Corregedor-Geral da Justiça

Portaria Corregedoria Nº 054/2017

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que o Poder Judiciário realizou a MEGAOPERAÇÃO JUSTIÇA RÁPIDA ITINERANTE.

CONSIDERANDO o constante no Relatório Estatístico registrado nesta Corregedoria Geral;

CONSIDERANDO o constante no requerimento subscrito pelo magistrado Adip Chaim Elias Homsi Neto, solicitando folga compensatória, SEI n. 0000139-23.2017.8.22.8002,

R E S O L V E:

CONCEDER ao magistrado ADIP CHAIM ELIAS HOMSI NETO, Juiz Substituto, lotado na 2ª Seção Judiciária, Comarca de Ariquemes, 01 (uma) folga compensatória para gozo no dia 13/02/2017, nos termos do art. 6º, do Provimento n. 021/2004-CG, de 13/10/2004, publicado no DJE n. 202, de 27/10/2004, em razão de sua atuação na MEGAOPERAÇÃO JUSTIÇA RÁPIDA ITINERANTE, realizada na Comarca de Jaru, no dia 04/06/2016.

Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 06 de fevereiro de 2017.
Desembargador HIRAM SOUZA MARQUES
Corregedor-Geral da Justiça

Portaria Corregedoria Nº 055/2017

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que o Poder Judiciário realizou a MEGAOPERAÇÃO JUSTIÇA RÁPIDA ITINERANTE;

CONSIDERANDO o constante no Relatório Estatístico registrado nesta Corregedoria Geral;

CONSIDERANDO o constante no requerimento subscrito pela magistrada Rejane de Souza Gonçalves Fraccaro, solicitando folga compensatória, SEI n. 0000390-44.2017.8.22.8001,

R E S O L V E:

CONCEDER à magistrada REJANE DE SOUSA GONÇALVES FRACCARO, juíza substituta, lotada na 1ª Seção judiciária, Comarca de Porto Velho, 01 (uma) folga compensatória para gozo no dia 10/03/2017, nos termos do art. 6º, do Provimento n. 021/2004-CG, de 13/10/2004, publicado no DJE n. 202, de 27/10/2004, em razão de sua atuação na MEGAOPERAÇÃO JUSTIÇA RÁPIDA ITINERANTE, realizada na Comarca de Porto Velho, no dia 25/06/2016.

Publique-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 06 de fevereiro de 2017.

Desembargador HIRAM SOUZA MARQUES

Corregedor-Geral da Justiça

Portaria Corregedoria Nº 056/2017

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que o Poder Judiciário desenvolveu a MEGAOPERAÇÃO JUSTIÇA RÁPIDA ITINERANTE.

CONSIDERANDO o constante no Relatório Estatístico registrado nesta Corregedoria-Geral;

CONSIDERANDO o constante no requerimento subscrito pelo magistrado Gilberto José Giannasi, solicitando folga compensatória, SEI nº 0000094-80.2017.8.22.8014.

R E S O L V E:

CONCEDER ao magistrado GILBERTO JOSÉ GIANNASI, Juiz de Direito, Titular dos Juizados Especiais da Comarca de Vilhena, 01 (uma) folga compensatória, para gozo no dia 24/02/2017, nos termos do art. 6º, do Provimento n. 021/2004-CG, de 13/10/2004, publicado no DJE n. 202, de 27/10/2004, em razão de sua atuação na MEGAOPERAÇÃO JUSTIÇA RÁPIDA ITINERANTE, realizada na Comarca de Vilhena, no dia 19/11/2016.

Publique-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 06 de fevereiro de 2017.

Desembargador HIRAM SOUZA MARQUES

Corregedor-Geral da Justiça

Portaria Corregedoria Nº 057/2017

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o Poder Judiciário desenvolveu a MEGAOPERAÇÃO JUSTIÇA RÁPIDA ITINERANTE.

CONSIDERANDO o constante no Relatório Estatístico registrado na Corregedoria-Geral;

CONSIDERANDO o constante no requerimento subscrito pela Juíza Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes, solicitando folga compensatória, SEI nº 0000114-10.2017.8.22.8002,

R E S O L V E:

CONCEDER à magistrada CLÁUDIA MARA DA SILVA FALEIROS FERNANDES, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes, 01 (uma) folga compensatória, para gozo no dia 09/06/2017, nos termos do art. 6º, do Provimento n. 021/2004-CG, de 13/10/2004, publicado no DJE n. 202, de 27/10/2004, em razão de sua atuação na MEGAOPERAÇÃO JUSTIÇA RÁPIDA ITINERANTE, realizada na Comarca de Ariquemes, no dia 19/11/2016.

Publique-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 06 de fevereiro de 2017.

Desembargador HIRAM SOUZA MARQUES

Corregedor-Geral da Justiça

Portaria Corregedoria Nº 058/2017

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que o Poder Judiciário realizou a MEGAOPERAÇÃO JUSTIÇA RÁPIDA ITINERANTE.

CONSIDERANDO o constante no Relatório Estatístico registrado nesta Corregedoria Geral;

CONSIDERANDO o constante no requerimento subscrito pelo magistrado Pedro Sillas Carvalho, solicitando folgas compensatórias, SEI n. 0000394-81.2017.8.22.8001,

R E S O L V E:

CONCEDER ao magistrado PEDRO SILLAS CARVALHO, juiz substituto, lotado na 1ª Seção Judiciária, Comarca de Porto Velho, 02 (duas) folgas compensatórias para gozo nos dias 06 e 07/03/2017, nos termos do art. 6º, do Provimento n. 021/2004-CG, de 13/10/2004, publicado no DJE n. 202, de 27/10/2004, em razão de sua atuação nas MEGAOPERAÇÕES JUSTIÇA RÁPIDA ITINERANTES, realizadas na Comarca de Porto Velho, nos dias 11/06/2016 e 19/11/2016.

Publique-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 06 de fevereiro de 2017.

Desembargador HIRAM SOUZA MARQUES

Corregedor Geral da Justiça

Portaria Corregedoria Nº 059/2017
O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO que o Poder Judiciário desenvolveu a MEGAOPERAÇÃO JUSTIÇA RÁPIDA ITINERANTE;
CONSIDERANDO o constante no Relatório Estatístico registrado nesta Corregedoria-Geral;
CONSIDERANDO o constante no requerimento subscrito pelo magistrado José Antônio Barretto, solicitando folga compensatória, SEI nº 0000054-31.2017.8.22.8004,
R E S O L V E:
CONCEDER ao magistrado JOSÉ ANTÔNIO BARRETTO, Juiz (a) de Direito, Titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Ouro Preto do Oeste, 01 (uma) folga compensatória, para gozo no dia 24/02/2017, nos termos do art. 6º, do Provimento n. 021/2004-CG, de 13/10/2004, publicado no DJE n. 202, de 27/10/2004, em razão de sua atuação na MEGAOPERAÇÃO JUSTIÇA RÁPIDA ITINERANTE, realizada na Comarca de Ouro Preto do Oeste, no dia 04/06/2016.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 06 de fevereiro de 2017.
Desembargador HIRAM SOUZA MARQUES
Corregedor-Geral da Justiça

Portaria Corregedoria Nº 060/2017
O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 50, § 1º, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado,
CONSIDERANDO o Ato nº 666/2016-CM, DJE nº 109, de 14/06/2016,
R E S O L V E:
DESIGNAR a Juíza Substituta KATYANE VIANA LIMA MEIRA, lotada na 1ª Seção Judiciária, para, sem prejuízo da designação anterior, responder pela 10ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, no período de 07 a 10/02/2017.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 07 de fevereiro de 2017.
Desembargador HIRAM SOUZA MARQUES
Corregedor-Geral da Justiça

Portaria Corregedoria Nº 061/2017
O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 35, § 2º, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado,
R E S O L V E:
DESIGNAR o magistrado LUIS ANTÔNIO SANADA ROCHA, Juiz de Direito de 3ª Entrância, para auxiliar, sem prejuízo da designação anterior, o Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Porto Velho, no dia 07/02/2017.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 07 de fevereiro de 2017.
Desembargador HIRAM SOUZA MARQUES
Corregedor-Geral da Justiça

Portaria Corregedoria Nº 062/2017
O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 50, § 1º, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado,
CONSIDERANDO o Ato n. 90/2017, DJE n. 021, de 02/02/2017,
RESOLVE:
DESIGNAR a Juíza Substituta MARISA DE ALMEIDA, lotada na 1ª Seção Judiciária, para, sem prejuízo da designação anterior, responder pela 4ª Vara de Família da Comarca de Porto Velho, no período de 08 a 10/02/2017.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 07 de fevereiro de 2017.
Desembargador HIRAM SOUZA MARQUES
Corregedor-Geral da Justiça

AVISOS

Aviso de Extravio de Inutilização de Selos Nº 1 / 2017 - DICSEN/DECOR/CGJ
SEI 9141494-11.2016.8.22.1111
O Desembargador HIRAM SOUZA MARQUES, Corregedor Geral da Justiça do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,
AVISA aos MM. Juízes de Direito, Membros do Ministério Público, Advogados, Notários e Registradores, Serventuários e a quem possa interessar, sobre a inutilização de 01 (um) Selo Digital - Tipo (Notas) sequência alfanumérica: C1AAJ20686, em razão de falha operacional ocorrida no sistema interno de gerenciamento da Serventia do Ofício de Registro Civis das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município de Monte Negro, Comarca de Ariquemes/RO.
Publique-se no DJE.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2017
Desembargador HIRAM SOUZA MARQUES
Corregedor Geral da Justiça
Em 31 de janeiro de 2017.

Aviso de Extravio de Inutilização de Selos Nº 2 / 2017 - DICSEN/DECOR/CGJ
SEI n. 0000143-91.2017.8.22.1111
O Desembargador HIRAM SOUZA MARQUES, Corregedor Geral da Justiça do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,
AVISA aos MM. Juízes de Direito, Membros do Ministério Público, Advogados, Notários e Registradores, Serventuários e a quem possa interessar, sobre a inutilização de 10 (dez) Selos Digitais dos Tipos e Sequências alfanuméricas descritos na tabela abaixo, em razão de falha operacional ocorrida no sistema interno de gerenciamento da Serventia do 2º Ofício de Notas e Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas deste Município e Comarca de Porto Velho/RO:

Digital "Registro Civil"	Digital "Registro Civil - Isento"	Digital "Notas"
A1ABB14416	A1AABI2273	A1ADC21952
A1ABB14683	A1AAB12332	-
A1ABB14686	A1AAB12443	-
A1ABB14687	_	-
A1ABB14688	_	-
A1ABB14689	_	-
Total: 6 selos	Total: 3 selos	Total: 1 selo

Publique-se no DJE.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2017
Desembargador HIRAM SOUZA MARQUES
Corregedor Geral da Justiça
Em 31 de janeiro de 2017.

Aviso de Extravio de Inutilização de Selos Nº 3 / 2017 - DICSEN/DECOR/CGJ
SEI n. 0000021-78-2017.8.22.8800
O Desembargador HIRAM SOUZA MARQUES, Corregedor Geral da Justiça do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,
AVISA aos MM. Juízes de Direito, Membros do Ministério Público, Advogados, Notários e Registradores, Serventuários e a quem possa interessar, sobre a inutilização de 02 (dois) Selos Digitais - Tipo (Notas) sequência alfanumérica: B9ABD24545 e B9ABD24546, em razão de falha operacional ocorrida no sistema interno de gerenciamento da Serventia do Ofício de Registro Civis das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município e Comarca de Buritis/RO.
Publique-se no DJE.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2017
Desembargador HIRAM SOUZA MARQUES
Corregedor Geral da Justiça
Em 31 de janeiro de 2017.

Aviso de Extravio de Inutilização de Selos Nº 4 / 2017 - DICSEN/DECOR/CGJ
SEI n. 9141485-49-2016.8.22.1111
O Desembargador HIRAM SOUZA MARQUES, Corregedor Geral da Justiça do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,
AVISA aos MM. Juízes de Direito, Membros do Ministério Público, Advogados, Notários e Registradores, Serventuários e a quem possa interessar, sobre a inutilização de 01 (um) Selo Digital - Tipo (Registro Civil Isento) sequência alfanumérica: B4AAA10812, em razão de falha operacional ocorrida no sistema interno de gerenciamento da Serventia do Ofício de Registro Civis das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município de Itapuã do Oeste, Comarca de Porto Velho/RO.
Publique-se no DJE.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2017
Desembargador HIRAM SOUZA MARQUES
Corregedor Geral da Justiça
Em 31 de janeiro de 2017.

Aviso de Extravio de Inutilização de Selos Nº 5 / 2017 - DICSEN/DECOR/CGJ
SEI n. 0000020-93.2017.8.22.1111
O Desembargador HIRAM SOUZA MARQUES, Corregedor Geral da Justiça do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,
AVISA aos MM. Juízes de Direito, Membros do Ministério Público, Advogados, Notários e Registradores, Serventuários e a quem possa interessar, sobre a inutilização de 01 (um) Selo Digital - Tipo (Notas) sequência alfanumérica: F3AAE20616, em razão de falha operacional ocorrida no sistema interno de gerenciamento da Serventia do Ofício de Registro Civis das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município Nova União, Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO.
Publique-se no DJE.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2017
Desembargador HIRAM SOUZA MARQUES
Corregedor Geral da Justiça
Em 31 de janeiro de 2017.

Aviso de Extravio de Inutilização de Selos Nº 6 / 2017 - DICSEN/DECOR/CGJ
SEI n. 9141481-12.2016.8.22.1111
O Desembargador HIRAM SOUZA MARQUES, Corregedor Geral da Justiça do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,
AVISA aos MM. Juízes de Direito, Membros do Ministério Público, Advogados, Notários e Registradores, Serventuários e a quem possa interessar, sobre a inutilização de 01 (um) Selo Digital - Tipo (Registro Civil) sequência alfanumérica: B4AAA10653, em razão de falha operacional ocorrida no sistema interno de gerenciamento da Serventia do Ofício de Registro Civis das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município de Itapuã do Oeste, Comarca de Porto Velho/RO.
Publique-se no DJE.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2017
Desembargador HIRAM SOUZA MARQUES
Corregedor Geral da Justiça
Em 31 de janeiro de 2017.

SECRETARIA JUDICIÁRIA

PJE INTEGRAÇÃO

TRIBUNAL PLENO

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Tribunal Pleno / Gabinete Des. Marialva Henriques Daldegan
Data de distribuição: 22/06/2016
Data do julgamento: 07/11/2016
0801819-91.2016.8.22.0000 – Mandado de Segurança - PJe
Impetrante: Patrícia Dayane Marques de Souza
Advogados: Rodrigo Totino (OAB/RO 6.338), Wagner Almeida Barbedo (OAB/RO 31-B) e outros.
Impetrado: Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procuradores: Juraci Jorge da Silva (OAB/RO 528) e outros.
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Relator p/ o acórdão: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Decisão: "POR MAIORIA, CONCEDER A SEGURANÇA, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR ISAIAS FONSECA MORAES. VENCIDOS, A RELATORA E OS DESEMBARGADORES GILBERTO BARBOSA E ROOSEVELT QUEIROZ COSTA".
Ementa: Mandado de Segurança. Concurso Público. Aprovação dentro do número de vagas. Validade exaurida. Limite de gastos com pessoal. Impossibilidade de afastar direito líquido e certo. Ordem concedida.
Possui direito líquido e certo à nomeação o candidato aprovado em concurso público, dentro do número de vagas, quando o prazo de validade tiver expirado.
Não é plausível que a Administração alegue a observância da Lei de Responsabilidade Fiscal como forma de afastar o direito do candidato, visto que a abertura de concurso público exige que, anteriormente, sejam estabelecidas as fontes de custeio, o impacto orçamentário-financeiro e a dotação orçamentária. Segurança concedida.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Tribunal Pleno / Gabinete Des. Valter de Oliveira
Data de distribuição: 04/05/2016
Data do julgamento: 05/12/2016
0801279-43.2016.8.22.0000 – Mandado de Segurança - PJe
Impetrante: Jonas de Souza Sá
Advogados: Ely Roberto de Castro (OAB/RO 509) e Flora Maria Castelo Branco Correia Santos (OAB/RO 391A)
Impetrado: Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procuradores: Juraci Jorge da Silva (OAB/RO 528), Silveira Baldo (OAB/RO 5.733) e outros.
Relator: Desembargador Valter de Oliveira
Decisão: "SEGURANÇA DENEGADA, À UNANIMIDADE. OS DESEMBARGADORES ALEXANDRE MIGUEL, DANIEL RIBEIRO LAGOS E EURICO MONTENEGRO JÚNIOR DENEGARAM A SEGURANÇA, POR OUTRO FUNDAMENTO."
Ementa: Mandado de segurança. Concurso público. Formação de cadastro de reserva. Provimento de cargo vago na vigência do concurso. Contratação de candidatos do cadastro de reserva. Discricionariedade da Administração. Preterição. Inocorrência. Direito subjetivo à nomeação inexistente. Segurança denegada.
A nomeação de candidato classificado fora do número de vagas previstas no edital, ainda que inseridos no cadastro de reservas, constitui uma expectativa de direito, que não se transmuda em direito subjetivo apenas pelo surgimento de cargo vago durante a vigência do concurso, assim se entendendo porque o provimento do cargo está afeto à discricionariedade do administrador e à constatação da necessidade e conveniência, o que deve ser aferido dentro do prazo de validade do certame.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Tribunal Pleno / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Processo: 0804048-24.2016.8.22.0000 - MANDADO DE SEGURANÇA (120)
Impetrante: Ivani Cardoso Cândido de Oliveira
Advogados do(a) impetrante: Antônio Cândido de Oliveira, OAB/RO nº. 2311, Camila Gonçalves Monteiro, OAB/RO nº 8348.
Impetrado: Relator integrante da da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de RO - Marcos Alaor DIniz Gangreia e outros
Relator: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Decisão
Vistos.
Ivani Cardoso Cândido de Oliveira opõe embargos de declaração (mov. 133770), em face da decisão monocrática que indeferiu a petição inicial do mandado de segurança (mov. 1250425) que impetrou perante esta Corte.
Afirma ser certo não caber mandado de segurança quando ainda existente algum remédio ou recurso, conforme definido na própria lei específica citada, porém, com o traço fundamental de que o recurso cabível tenha efeito suspensivo.
Diz que na hipótese do recurso cabível não ter efeito suspensivo, tal qual no caso em tela, induvidoso e inafastável o cabimento do "Mandamus", aliás, conforme cotejado e defendido na postulação inicial e que, lamentavelmente, não fora enfrentado e/ou examinado. Daí ocorrendo prejudicial omissão e obscuridade.
Discorre que havia recurso previsto (Agravo Interno) para a decisão combatida no mandado de segurança, porém sem efeito suspensivo, pelo que a própria Constituição Federal e a legislação específica elegeram o mandado de segurança como remédio ao qual a parte pode socorrer-se nesses casos.
Aduz, enfim, que a omissão ou obscuridade existiu em não considerar, examinar ou julgar sobre a inexistência de qualquer outra via recursal, ainda que articulada – com o alcance do efeito suspensivo, pelo que, cabível o "Mandamus" e merecedor de provimento.
Requer o provimento dos embargos de declaração, com efeitos infringentes, para que se reforme a decisão embargada, com o consequente conhecimento e processamento do mandado de segurança.
É o relatório. Decido.
Prescreve a regra processual que cabem os embargos de declaração quando houver na sentença ou no acórdão obscuridade, contradição ou ainda se for omitido ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o juiz ou Tribunal (CPC/2015, art. 1.022).
No caso dos autos, não há indicação de qualquer existência de vícios.
A embargante alega que há omissão e obscuridade na decisão embargada, por entender que deixou de ser examinado ponto sobre a inexistência de qualquer outra via recursal, ainda que articulada, com o alcance do efeito suspensivo, apta a propiciar a discussão da decisão prolatada pelo impetrado.
Sem razão, pois com muita clareza a decisão resolveu a questão, ao enfatizar que o mandado de segurança não constitui via idônea a

amparar a revisão de ato de natureza jurisdicional, salvo situação de absoluta excepcionalidade em que restar cabalmente evidenciado o caráter abusivo ou teratológico da medida impugnada.
Portanto, infere-se que há pretensão de rediscussão da matéria, porém, o instrumento utilizado não se mostra adequado.
Ressalta-se que a omissão, contradição e obscuridade suscetíveis de serem afastadas por meio de embargos declaratórios são as contidas entre os próprios termos do dispositivo ou entre a fundamentação e a conclusão do acórdão embargado (STJ - EDcl no AgRg no REsp 1317278 / PE)
Posto isso, rejeito os embargos de declaração.
I.
Porto Velho, 3 de fevereiro de 2017
ISAIAS FONSECA MORAES
RELATOR

1ª CÂMARA CÍVEL

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Cível / Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Processo: 7004930-25.2015.8.22.0002 - APELAÇÃO (PJE-2º GRAU)
Relator: ROWILSON TEIXEIRA
Data distribuição: 12/07/2016 10:31:24
APELANTE: OI S.A
Advogados: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO (OAB/RO 635), MARCELO LESSA PEREIRA (OAB/RO 1501)
APELADA: MARLENE SOUZA GASPAR DE LIMA
Advogados: PAULA ISABELA DOS SANTOS (OAB/RO 6554), ISABEL MOREIRA DOS SANTOS (OAB/RO 4171), HEDERSON MEDEIROS RAMOS (OAB/RO 6553)
Vistos.
A OI S.A opõe pedido de suspensão do processo em razão de ter sido proferida decisão no processo de recuperação judicial pelo juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.
Decido.
O pedido é indevido.
Ao contrário do que afirma a requerente, não foi determinado a suspensão de todas as ações.
O próprio juízo da Recuperação Judicial verberou em sua decisão de abertura da Recuperação Judicial que (vide fl. 238, ID 1293528):
"II.6- Da suspensão das ações e execuções
A suspensão das ações e execuções é uma importante medida característica do direito concursal e, na esteira do que ensina Luiz Roberto Ayoub (in "A construção jurisprudencial da recuperação judicial de empresas". Rio de Janeiro: Forense, 2016. p. 127) tem origem no direito norte-americano, onde a distribuição da ação equivalente ao nosso pedido de recuperação judicial importa na suspensão automática de todas as ações e execuções contra a empresa devedora (automatic stay).
De fato, em nosso país, a suspensão não é automática e depende de determinação judicial, na forma prevista no art. 6º, da LRF. De qualquer forma, impõe esclarecer a extensão dos efeitos da decisão proferida em sede de tutela de urgência, de forma a deixar claro o seu alcance.
No tocante às execuções não há dúvidas, pois a lei não disciplina exceções. Assim, todas as execuções contra as requerentes deverão ser suspensas.
O mesmo não ocorre, entretanto, com as demais ações, já que descrito na lei de forma genérica no caput do art. 6º da LRF, mas com a regra excepcional prevista no par. 1º do dispositivo, in verbis:"§1º- Terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida".
Aqui é que cabe delimitar a extensão. A medida de suspensão das ações afigura-se primordial para o sucesso da recuperação judicial, já que o prosseguimento de determinadas ações pode comprometer o patrimônio do Grupo empresarial, cuja proteção a lei visa garantir.
Neste passo, ganha relevância a concursalidade na recuperação judicial, baseada não na universalidade - ocorrente na falência -, mas com o nítido objetivo de preservar a empresa e evitar que seu patrimônio possa ser atingido por decisões oriundas de Juízos diversos do da recuperação, e assim comprometer o sucesso da empreitada recuperacional.
Não cabe, verbi gratia, o prosseguimento de ações de busca e apreensão de bens, reintegração de posse e aquelas em tenham visam a expropriação do patrimônio das sociedades empresárias, sob pena de subverter o futuro plano de recuperação da empresa.
Em sua essência, é justamente tal comprometimento que a LRF visa a impedir, e para endossar tal raciocínio, mais uma vez busca-se o ensinamento de Luiz Roberto Ayoub e Cassio Cavalli, que assim discorrem:
"...a suspensão das ações e execuções prevista no art. 6º da LRF apanha não apenas atos de constrição e expropriação judicial de bens, como a penhora on line, determinada em cumprimento de sentença ou em execução de título executivo extrajudicial, mas também qualquer ato judicial que envolva alguma forma de constrição ou retirada de ativos da empresa devedora, ordenada em sede de ação de conhecimento ou cautelar. Com efeito, arresto ordenado antes do deferimento do processamento da recuperação é mantido, mas o curso da medida cautelar é suspenso. Já reintegração de posse em contrato de arrendamento mercantil é suspensa se o bem arrendado for essencial à atividade da empresa devedora. Durante o stay period é vedada a determinação de penhora sobre o faturamento da empresa por crédito sujeito à recuperação. Ademais, para preservar a empresa, suspende-se o curso de ação de dissolução parcial de sociedade, ante o desfalque que pode importar ao patrimônio da sociedade empresária recuperanda. Por esse mesmo fundamento, a ordem de despejo contra a empresa, anterior ao pedido de recuperação, é suspensa pelo deferimento do processamento da recuperação.Não apenas atos processuais de execução são suspensos, pois também será suspensa qualquer ação de direito material que acarrete desfalque patrimonial à empresa devedora." (ob citada, p. 136).
Como se vê, a suspensão das ações é ampla e abrange toda ação que importe em ataque ao patrimônio das empresas em recuperação judicial.
A presente suspensão incluirá, ainda, as ações judiciais através das quais estejam sendo executadas as penalidades administrativas aplicadas em desfavor das empresas devedoras, por exemplo pela ANATEL, as quais, segundo consta da peça vestibular, atingem mais de R$ 10 bilhões, representando parcela significativa do passivo das requerentes.
Portanto, o prosseguimento destas execuções acarretaria, ao fim e ao cabo, a inviabilidade do processamento da recuperação judicial, tendo em vista o considerável montante objeto de cobrança naquelas ações, tornando-se necessária a suspensão também das referidas demandas.
Ante o exposto, em complementação à decisão proferida em tutela de urgência, determino a aplicação das seguintes diretrizes em relação às ações judiciais em curso em face das requerentes:
1) Ficam suspensas todas as execuções, sejam elas extrajudiciais ou de cumprimento de sentença, provisórias ou definitivas, inclusive

as execuções através das quais estejam sendo cobradas as multas e/ou sanções administrativas aplicadas contra as devedoras, excetuando-se as que tenham sido extintas por sentença (art. 794, I do CPC/73 ou art. 924, II do atual CPC), ou aquelas em que, efetivada a constrição judicial em espécie, tenham decorrido o prazo para impugnação pelo devedor, ou, ainda, a sentença proferida na impugnação, ou nos embargos, que tenha transitado em julgado. Na hipótese, tanto a prolação da sentença como a certificação do decurso do prazo para impugnação do débito ou o trânsito em julgado da sentença que julgou a impugnação apresentada pela devedora, terão como marco final data anterior à decisão que deferiu a tutela de urgência (21/06/2016);

2) A extinção da execução ou, a certificação do decurso do prazo para impugnação do débito pelo devedor, na forma acima preconizada, autoriza a expedição de alvará ou mandado de pagamento, se já houver valor depositado, antes da data anterior a decisão que deferiu a tutela de urgência (21/06/2016);

3) As ações judicias em curso, sejam as requerentes autoras ou rés, e que demandem quantia ilíquida, na forma prevista no art.6º, § 1º da LRF, deverão prosseguir no juízo no qual estiverem se processando, até a execução;"

Note-se, que há perfeita distinção realizada pelo juízo da recuperação, entre as ações expropriativas e as cognitivas (como a do presente caso), sendo que estas não são suspensíveis como pretende a requerente.

No presente caso, não se trata de ação com caráter expropriativo (futuramente, na execução, o será, mas não agora) de tal modo que é perfeitamente viável – como entendeu o próprio magistrado condutor da recuperação judicial – a continuidade desta ação que é somente cognitiva.

Pelo exposto, indefiro o pedido.

Considerando que a presente petição, por não se tratar de recurso estricto sensu, não tem, portanto, o condão de suspender o prazo recursal (da publicação da decisão que julgou a apelação) de tal modo já transcorreu o prazo recursal par ao combate daquela decisão.

A propósito cite-se:

AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO, BEM COMO PETIÇÃO SIMPLES, NÃO INTERROMPE O PRAZO RECURSAL. O PRAZO DEVE SER COMPUTADO A PARTIR DA INTIMAÇÃO DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE O AGRAVANTE NA VERDADE SE INSURGE, E NÃO DA POSTERIOR, QUE SIMPLESMENTE A MANTEVE. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(TJRS - Agravo Nº 70015051626, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Antônio Maria Rodrigues de Freitas Iserhard, Julgado em 10/05/2006)

Assim, certifique-se o trânsito em julgado. Remeta-se à origem, e lá, perante o juízo originário, poderá a OI S.A requerer a suspensão da execução.

Intime-se e cumpra-se.

Porto velho, 06 de fevereiro de 2017.

Desembargador Rowilson Teixeira

Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Cível / Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Processo: 0803323-35.2016.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Relator: ROWILSON TEIXEIRA
Data distribuição: 03/10/2016 17:14:59
Polo Ativo: ZILMAR ZILDA ZANOTELLI e outros
Advogados do(a) AGRAVANTE: FABIANA CRISTINA CIZMOSKI - ROA0006404,
MATHEUS DUQUES DA SILVA - ROA0006318
Polo Passivo: 2ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura-RO

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo Espólio de Edson Luiz Rolim, representado por Zilmar Zilda Zanotelli combatendo a decisão proferida pelo juízo da 2ª Vara cível da comarca de Rolim de Moura-RO.

Na origem, tratou de ação de inventário, de Edson Luiz Rolim, onde os inventariantes pretenderam a inclusão, na decisão de inventário, os direitos de posse de alguns imóveis do de cujus, pleito indeferido pelo juízo.

Inconformados, agravam alegando que "não há no ordenamento pátrio qualquer vedação que os bens imóveis sem matrícula sejam inclusos no inventário". Invocam o art. 1196 do C.C, cujos direitos se transmitem aos herdeiros. Assim, requerem que seja incluso no inventário e consequente partilha os direitos de posse dos imóveis que o de cujos detinha.

Informações do juízo à fl. 106 (ID 1096648).

Inexistiu contrarrazões (vide certidão de fl. 116).

A d. procuradoria de Justiça, em parecer da lavra do eminente Procurador Edmilson Matos Fonseca, pugnou pelo provimento do recurso (vide fl. 143, ID 1300965).

É o relato.

Decido.

Versa o presente agravo de instrumento, da pretensão de inclusão no inventário (ação de origem) dos direitos de posse do de cujos, o qual foi indeferido pelo juízo a quo.

Pois bem, diz o Código Civil o seguinte:

Art. 1.245. Transfere-se entre vivos a propriedade mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis.

§ 1º Enquanto não se registrar o título translativo, o alienante continua a ser havido como dono do imóvel.

É de se observar do normativo citado, que há translatividade da posse ainda que não haja registro público.

E mais, ainda comina a Lei Substantiva que:

Art. 1.196. Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.

[…]

Art. 1.206. A posse transmite-se aos herdeiros ou legatários do possuidor com os mesmos caracteres.

Ao que se nota, é inequívoca que os direitos (e quaisquer direitos) transmitem-se aos sucessores.

O profº Flavio Tartuce, anota que:

Se o de cujus tinha direitos, pretensões e ações em vida, ou se após a morte surgiram direitos, pretensões e ações, cumpre ao inventariante arrolá-los e, conforme o caso, exigir o cumprimento dos mencionados direitos.

Vale lembrar que as ações e pretensões aqui referidas são categorias do direito material, eis que a ação processual, enquanto direito subjetivo público à tutela jurídica, é direito que todos têm, de tal modo que não se transmite o que já se possui e por todos é compartilhado.

Se o de cujus era titular de direito, mas encontrava resistência em sua satisfação, as pretensões e ações de direito material decorrentes integram o acervo hereditário, por isso que devem ser relacionadas pelo inventariante, como, por exemplo, direito a receber a escritura de aquisição de um imóvel quitado ainda em vida do falecido, ensejando ação de adjudicação compulsória, ou que venha a ser quitado com recursos do espólio que passa a ser titular da referida ação, direitos de créditos lato sensu por dividendos de sociedade anônima, direitos trabalhistas, pretensões de caráter indenizatórios, etc.

A falta de registro de bem não impede sua declaração no inventário, transmitindo-se na situação em que se encontre, como ocorre com o direito de posse, que se transmite aos herdeiros e legatários do possuidor com os mesmos caracteres (art. 1.206 do CC⁄2002). Assim, se o autor da herança possuía escritura de promessa de cessão, ou de cessão de direitos, relativa a bem imóvel, deverá inventariar direitos.

(autor citado in Manual de Direito Civil, 4ª edição, 2014, Editora Método)
E neste sentido, decidiu o col. STJ:
RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA. DIREITO REAL QUANDO REGISTRADO. ART. 1.225 DO CÓDIGO CIVIL. ARROLAMENTO DE DIREITOS. INVENTÁRIO. ART. 993, INCISO IV, ALÍNEA "G", DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.
1. Inexiste violação do art. 535 do Código de Processo Civil se todas as questões jurídicas relevantes para a solução da controvérsia são apreciadas, de forma fundamentada, sobrevindo, porém, conclusão em sentido contrário ao almejado pela parte.
2. A promessa de compra e venda identificada como direito real ocorre quando o instrumento público ou particular é registrado no cartório de registro de imóveis, o que não significa que a ausência do registro retire a validade do contrato.
3. A gradação do instituto da promessa de compra e venda fica explícita no art. 25 da Lei n. 6.766⁄1979, que prevê serem irretratáveis os compromissos de compra e venda, cessões e promessas de cessão, os que atribuem direito a adjudicação compulsória e, estando registrados, conferem direito real oponível a terceiros.
4. Portanto, no caso concreto, parece lógico admitir a inclusão dos direitos oriundos do contrato de promessa de compra e venda de lote em inventário, ainda que sem registro imobiliário. Na verdade, é facultado ao promitente comprador adjudicar compulsoriamente imóvel objeto de contrato de promessa de compra e venda não registrado, e a Lei n. 6.766⁄1979 admite a transmissão de propriedade de lote tão somente em decorrência de averbação da quitação do contrato preliminar, independentemente de celebração de contrato definitivo, por isso que deve ser inventariado o direito daí decorrente.
5. O compromisso de compra e venda de imóvel é suscetível de apreciação econômica e transmissível a título inter vivos ou causa mortis, independentemente de registro, porquanto o escopo deste é primordialmente resguardar o contratante em face de terceiros que almejem sobre o imóvel em questão direito incompatível com a sua pretensão aquisitiva, o que não é o caso dos autos.
6. Recurso especial provido.
(STJ - Quarta Turma - 1.185.383 – MG, rel. Min. Luis Felipe Salomão, em 08/04/2008).
Tribunais Estaduais do País também não divergem do tema, de cujo entendimento cito as seguintes expressões jurisprudenciais:
APELAÇÃO CÍVEL. INVENTÁRIO. DIREITOS POSSESSÓRIOS. PARTILHA. POSSIBILIDADE.
Os direitos de posse sobre bens imóveis podem ser partilhados em ação de inventário. Inteligência do art. 993 , IV , g , do CPC e dos arts. 1.206 e 1.784 do CC .
RECURSO PROVIDO, SENTENÇA DESCONSTITUÍDA.
(TJRS - Sétima Câmara Cível - Apelação Cível Nº 70048421184, Relator: Liselena Schifino Robles Ribeiro, Julgado em 16/05/2012)
AGRAVO DE INSTRUMENTO. INVENTÁRIO. DIREITOS POSSESSÓRIOS. PARTILHA. POSSIBILIDADE.
1. Os direitos de posse sobre bens imóveis podem ser partilhados em ação de inventário. Inteligência do art. 993 , IV , g , do CPC e dos arts. 1.206 e 1.784 do CC .
2. Não havendo controvérsia de que o bem em questão estava na posse do de cujus quando da abertura da sucessão, possível sua inclusão no plano de partilha.
AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.
(TJRS - Agravo de Instrumento Nº 70043794023, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Moreira Lins Pastl, Julgado em 18/08/2011)
Deste modo, o recurso é procedente.
Pelo exposto, nos termo sdo art. 932, V, do NCPC c/c Súmula 568 do col. STJ, dou provimento ao recurso a fim de determinar a inclusão dos direitos de posse do de cujus no inventário.
Intime-se e cumpra-se.
Dê-se ciência à d. Procuradoria de Justiça.
Porto Velho 06 de fevereiro de 2017.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento n. 0801871-87.2016.8.22.0000 (PJe)
Origem: 0002901-74.2013.8.22.0008 - Espigão do Oeste/ 2ª Vara
Embargante: Sérgio Cleni Goelzer da Rocha
Advogados: Aécio de Castro Barbosa (OAB/RO 4.510) e Gilvani Vaz Raizer Bordinhao (OAB/RO 5.339)
Embargados: Jucelio Borghi e Luzeir Rodrigues dos Santos
Advogado: Jucimaro Bispo Rodrigues (OAB/RO 4.959)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração opostos por Jucelio Borghi e outro em face de Avenorte Industrias Alimentícias S.A e Sergio Cleni Goelzer da Rocha, alegando que o acórdão dos autos é omisso na medida em que não teria se manifestado sobre a comunicação (juntada) de cópia do agravo de instrumento em primeiro grau violando, portanto, o art. 1.018 do CPC.
Decido.
Em suma, a alegação de omissão consiste no fato de, em tese, não ter apreciado a questão da suposta não-comunicação ao juízo de primeiro grau sobre a interposição de agravo.
Já à época do julgamento, já constava nos autos que fora comunicado ao juízo de primeiro grau a interposição do recurso de agravo de instrumento, nos moldes do que preconiza o Estatuto Processual (vide ID 1352515 e 1352678), razão pela qual a alegação era inepta, tal qual como hoje o é.
Mesmo porque, se não comprovado pela parte alegante não houve o cumprimento da norma (comunicação ao juízo) o que no presente caso não aconteceu, a alegação deve ser rejeitada com conhecimento do agravo de instrumento.
Cito:
RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 526 DO CPC.
FORMALIDADES. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. FATO DE TERCEIRO. SOLIDARIEDADE. CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO. PREPOSIÇÃO ENTRE CONCEDENTE E CONCESSIONÁRIA. ILEGITIMIDADE PASSIVA.
1. Deve ser admitido o agravo de instrumento quando o agravado não comprova que o agravante deixou de comunicar o juízo recorrido sobre a interposição do agravo em até três dias da apresentação do recurso.
2. Não se tratando de relação de consumo, a empresa concedente não é parte legítima para responder solidariamente por danos contra terceiros, causados pela empresa concessionária no exercício da atividade de distribuição.
3. Recurso especial parcialmente provido.
(STJ – Terceira Turma - REsp 1157859/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, julgado em 19/06/2012, DJe 14/11/2012)
Nota-se que se trata de alegação vazia e mais, manifestamente protelatória, sendo certo que, em consequência, doravante eventuais expedientes serão considerados abusivos e ensejarão a reprimenda deste juízo.
Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV do NCPC c/c Súmula 568 do col. STJ, nego provimento ao recurso.
Intime-se.
Porto Velho, 06 de fevereiro de 2017.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Cível / Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Apelação n. 7001321-37.2015.8.22.0001 (PJe)
Origem: 7001321-37.2015.8.22.0001 - Porto Velho/8ª Vara Cível
Apelante: Antônia Ferreira Alves
Advogados: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A) e Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1.073)
Apelado: OI S.A
Advogados: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1.501), Alessandra Mondini

Carvalho (OAB/RO 4.240), Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3.250), Aldo Guilherme T. T. Souza (OAB/RO 6.848), Amanda Géssica de Araújo Farias (OAB/RO 5.757), Inaiara Gabriela Penha Santos (OAB/RO 5.594), Jaime Pedrosa dos Santos Neto (OAB/RO 4.315), Luciana da Costa Oliveira (OAB/RO 2.707), Marlen de Oliveira Silva (OAB/RO 2.928) e Thaline Angélica de Lima (OAB/RO 7.196)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Data distribuição: 18/07/2016 09:07:31
Vistos.
A OI S.A opõe pedido de suspensão do processo em razão de ter sido proferida decisão no processo de recuperação judicial pelo juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.
Decido.
O pedido é indevido.
Ao contrário do que afirma a requerente, não foi determinado a suspensão de todas as ações.
O próprio juízo da Recuperação Judicial verberou em sua decisão de abertura da Recuperação Judicial que (vide fl. 238, ID 1293528):
"II.6- Da suspensão das ações e execuções
A suspensão das ações e execuções é uma importante medida característica do direito concursal e, na esteira do que ensina Luiz Roberto Ayoub (in "A construção jurisprudencial da recuperação judicial de empresas". Rio de Janeiro: Forense, 2016. p. 127) tem origem no direito norte-americano, onde a distribuição da ação equivalente ao nosso pedido de recuperação judicial importa na suspensão automática de todas as ações e execuções contra a empresa devedora (automatic stay).
De fato, em nosso país, a suspensão não é automática e depende de determinação judicial, na forma prevista no art. 6º, da LRF. De qualquer forma, impõe esclarecer a extensão dos efeitos da decisão proferida em sede de tutela de urgência, de forma a deixar claro o seu alcance.
No tocante às execuções não há dúvidas, pois a lei não disciplina exceções. Assim, todas as execuções contra as requerentes deverão ser suspensas.
O mesmo não ocorre, entretanto, com as demais ações, já que descrito na lei de forma genérica no caput do art. 6º da LRF, mas com a regra excepcional prevista no par. 1º do dispositivo, in verbis:"§1º- Terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida".
Aqui é que cabe delimitar a extensão. A medida de suspensão das ações afigura-se primordial para o sucesso da recuperação judicial, já que o prosseguimento de determinadas ações pode comprometer o patrimônio do Grupo empresarial, cuja proteção a lei visa garantir.
Neste passo, ganha relevância a concursalidade na recuperação judicial, baseada não na universalidade - ocorrente na falência -, mas com o nítido objetivo de preservar a empresa e evitar que seu patrimônio possa ser atingido por decisões oriundas de Juízos diversos do da recuperação, e assim comprometer o sucesso da empreitada recuperacional.
Não cabe, verbi gratia, o prosseguimento de ações de busca e apreensão de bens, reintegração de posse e aquelas em tenham visam a expropriação do patrimônio das sociedades empresárias, sob pena de subverter o futuro plano de recuperação da empresa.
Em sua essência, é justamente tal comprometimento que a LRF visa a impedir, e para endossar tal raciocínio, mais uma vez busca-se o ensinamento de Luiz Roberto Ayoub e Cassio Cavalli, que assim discorrem:
"...a suspensão das ações e execuções prevista no art. 6º da LRF apanha não apenas atos de constrição e expropriação judicial de bens, como a penhora on line, determinada em cumprimento de sentença ou em execução de título executivo extrajudicial, mas também qualquer ato judicial que envolva alguma forma de constrição ou retirada de ativos da empresa devedora, ordenada em sede de ação de conhecimento ou cautelar. Com efeito, arresto ordenado antes do deferimento do processamento da recuperação é mantido, mas o curso da medida cautelar é suspenso. Já reintegração de posse em contrato de arrendamento mercantil é suspensa se o bem arrendado for essencial à atividade da empresa devedora. Durante o stay period é vedada a determinação de penhora sobre o faturamento da empresa por crédito sujeito à recuperação. Ademais, para preservar a empresa, suspende-se o curso de ação de dissolução parcial de sociedade, ante o desfalque que pode importar ao patrimônio da sociedade empresária recuperanda. Por esse mesmo fundamento, a ordem de despejo contra a empresa, anterior ao pedido de recuperação, é suspensa pelo deferimento do processamento da recuperação.Não apenas atos processuais de execução são suspensos, pois também será suspensa qualquer ação de direito material que acarrete desfalque patrimonial à empresa devedora." (ob citada, p. 136).
Como se vê, a suspensão das ações é ampla e abrange toda ação que importe em ataque ao patrimônio das empresas em recuperação judicial.
A presente suspensão incluirá, ainda, as ações judiciais através das quais estejam sendo executadas as penalidades administrativas aplicadas em desfavor das empresas devedoras, por exemplo pela ANATEL, as quais, segundo consta da peça vestibular, atingem mais de R$ 10 bilhões, representando parcela significativa do passivo das requerentes.
Portanto, o prosseguimento destas execuções acarretaria, ao fim e ao cabo, a inviabilidade do processamento da recuperação judicial, tendo em vista o considerável montante objeto de cobrança naquelas ações, tornando-se necessária a suspensão também das referidas demandas.
Ante o exposto, em complementação à decisão proferida em tutela de urgência, determino a aplicação das seguintes diretrizes em relação às ações judiciais em curso em face das requerentes:
1) Ficam suspensas todas as execuções, sejam elas extrajudiciais ou de cumprimento de sentença, provisórias ou definitivas, inclusive as execuções através das quais estejam sendo cobradas as multas e/ou sanções administrativas aplicadas contra as devedoras, excetuando-se as que tenham sido extintas por sentença (art. 794, I do CPC/73 ou art. 924, II do atual CPC), ou aquelas em que, efetivada a constrição judicial em espécie, tenham decorrido o prazo para impugnação pelo devedor, ou, ainda, a sentença proferida na impugnação, ou nos embargos, que tenha transitado em julgado. Na hipótese, tanto a prolação da sentença como a certificação do decurso do prazo para impugnação do débito ou o trânsito em julgado da sentença que julgou a impugnação apresentada pela devedora, terão como marco final data anterior à decisão que deferiu a tutela de urgência (21/06/2016);
2) A extinção da execução ou, a certificação do decurso do prazo para impugnação do débito pelo devedor, na forma acima preconizada, autoriza a expedição de alvará ou mandado de pagamento, se já houver valor depositado, antes da data anterior a decisão que deferiu a tutela de urgência (21/06/2016);
3) As ações judicias em curso, sejam as requerentes autoras ou rés, e que demandem quantia ilíquida, na forma prevista no art.6º, § 1º da LRF, deverão prosseguir no juízo no qual estiverem se processando, até a execução;"
Note-se, que há perfeita distinção realizada pelo juízo da recuperação, entre as ações expropriativas e as cognitivas (como a do presente caso), sendo que estas não são suspensíveis como pretende a requerente.
No presente caso, não se trata de ação com caráter expropriativo (futuramente, na execução, o será, mas não agora) de tal modo que é perfeitamente viável – como entendeu o próprio magistrado condutor da recuperação judicial – a continuidade desta ação que é somente cognitiva.
Pelo exposto, indefiro o pedido.
Considerando que a presente petição, por não se tratar de recurso estricto sensu, não tem, portanto, o condão de suspender o prazo recursal (da publicação da decisão que julgou a apelação) de tal modo já transcorreu o prazo recursal para o combate daquela decisão.

A propósito cite-se:
AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO, BEM COMO PETIÇÃO SIMPLES, NÃO INTERROMPE O PRAZO RECURSAL. O PRAZO DEVE SER COMPUTADO A PARTIR DA INTIMAÇÃO DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE O AGRAVANTE NA VERDADE SE INSURGE, E NÃO DA POSTERIOR, QUE SIMPLESMENTE A MANTEVE. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
(TJRS - Agravo Nº 70015051626, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Antônio Maria Rodrigues de Freitas Iserhard, Julgado em 10/05/2006)
Assim, certifique-se o trânsito em julgado. Remeta-se à origem, e lá, perante o juízo originário, poderá a OI S.A requerer a suspensão da execução.
Intime-se e cumpra-se.
Porto velho, 07 de fevereiro de 2017.
Desembargador Rowilson Teixeira

relator

2ª CÂMARA CÍVEL

ACÓRDÃO
Interposto em 02/09/2016
Processo : 0801099-27.2016.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento (PJE)
Origem : 0001756-33.2015.8.22.0001 Porto Velho-RO/6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Agravante : Companhia Mutual de Seguros – Em Liquidação Extrajudicial
Advogado : Pedro Roberto Romão (OAB/SP 209551)
Advogado : Rafael Werneck Cotta (OAB/RJ 167373)
Advogado : Matheus Evaristo Sant'Ana (OAB/RO 3230)
Advogado : Diego Vinicius Sant'Ana (OAB/RO 6880)
Agravada : Maria Tomazia do Espirito Santo Santana
Advogado : Antônio Porphirio Pinto dos Santos (OAB/RO 6102)
Terceiros Interessados: Viação Nova Integração Ltda e outra
Advogado : André Luiz Delgado (OAB/RO 1825)
Advogado : André Araújo Siqueira (OAB/PR 39549)
Relator : DES. ALEXANDRE MIGUEL
DECISÃO: RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
EMENTA: Agravo interno em agravo de instrumento. Indenização. Acidente de trânsito. Denúncia. Gratuidade judiciária. Pessoa jurídica. Liquidação extrajudicial. Indeferimento. Insuficiência financeira. Comprovação. Ausência. Provimento monocrático negado. Desconstituição de fundamento. Inexistência.
Independentemente do regime em que se encontra a empresa agravante, quer seja de liquidação extrajudicial ou falência, não há desconstituição de fundamento da decisão monocrática se a parte requerente do benefício obteve várias oportunidades e não apresentou elementos suficientes para o deferimento da gratuidade judiciária.

ACÓRDÃO
Interposto em 05/10/2016
Data do julgamento: 25/01/2017
Processo : 0802344-73.2016.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento (PJE)
Origem : 7007225-38.2015.8.22.0001 Porto Velho-RO / 10ª Vara Cível
Agravante : Itaú Unibanco S/A
Advogado : Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
Advogado : Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Agravados : Antônio Bento do Nascimento e outros
Advogado : Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Relator : DES. ALEXANDRE MIGUEL
DECISÃO: RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE
EMENTA: Agravo interno em agravo de instrumento. Execução. Expurgos inflacionários. Processo executório. Suspensão. Pedido. Eventual constrição. Risco iminente. Ausência.
Mantém-se a decisão monocrática que indeferiu o pedido de efeito suspensivo quando inexiste, efetivamente, risco iminente que ampare a pretensão.
Não tendo o agravante desconstituído os fundamentos da decisão monocrática nem trazido fatos supervenientes ou argumentos capazes de alterar a decisão, sua manutenção é medida que se impõe.

Processo: 0802736-13.2016.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 0014887-12.2014.8.22.0001 Porto Velho / 2ª Vara Cível
Agravante: Maria Dinis do Nascimento
Advogado: José Américo dos Santos (OAB/RO 1049)
Agravado: Marcos Vicente de Souza
Advogada: Vanessa Ferreira Gomes (OAB/RO 7742)
Advogado: Valnei Ferreira Gomes (OAB/RO 3529)
Relator: ISAIAS FONSECA MORAES
Redistribuído por Prevenção em 23/09/2016
Decisão
Vistos
Maria Dinis do Nascimento interpõe agravo de instrumento, visando reformar a decisão prolatada pelo juízo da 2ª Vara Cível da comarca de Porto Velho, nos autos da ação de reintegração de posse autuada sob o n. 0014887-12.2014.8.22.0001, ajuizada por Marcos Vicente de Souza em seu desfavor.
A decisão agravada foi prolatada nos seguintes termos:
"Vistos.
Com razão o autor, uma vez que o expediente de fls. 325/338 se trata de manifestação meramente protelatória, que nada acrescenta ao que já foi exaustivamente debatido nos autos, concluindo a sentença pela ocupação de má-fé da requerida, a qual, inclusive, já descumpriu reiteradamente ordens judiciais anteriores, referentes à mesma área em litígio.
Ademais, a inusitada manifestação do Município de Candeias do Jamari às fls. 230/231 não tem nenhuma pertinência com o processo em análise, uma vez que não se trata de litígio coletivo pela posse do imóvel, previsto no art. 565 do CPC, caracterizada aqui a lide individual, já que os demais ocupantes da área o fazem em nome da requerida Maria Diniz do Nascimento.
Nesta perspectiva, eventual intenção do Município de regularizar a área em nome da requerida, ocorre em afronta às decisões judiciais até o momento proferidas.
Assim é que, determino o prosseguimento do feito com o cumprimento da liminar. Expeça-se novo mandado de reintegração de posse, observando o teor da informação contida no ofício de fls. 324 [...]".
Conta ter sido exarada sentença em favor do recorrido, contra qual foi interposto recurso de apelação, ainda, pendente de julgamento.
Alega que a Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – proprietária de fato e de direito do lote em discussão – não foi comunicada sobre a existência da lide que tratava da posse de bem que lhe pertence, além de informar o Juízo a quo que a posse mansa, tranquila e ininterrupta pertecente à recorrente.
Sustenta a existência de dano irreparável por residir no imóvel objeto da demanda originária.
Requer o conhecimento e provimento do recurso para o fim de revogar a liminar concedida aguardando o julgamento do recurso de apelação interposto.
É o sucinto relatório. DECIDO.
A questão em tela versa sobre o (im)possibilidade de revogação da antecipação dos efeitos da tutela concernente à reintegração de posse.
Pois bem.
Atento ao objeto em discussão na via recursal, a despeito dos argumentos expostos pela recorrente, vislumbro a intempestividade do recurso em tela.

O Código de Processo Civil de 1973 – aplicável à época da decisão que indeferiu o pleito atinente à gratuidade judiciária – preceituava que "das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de dez dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento".
Outrossim, salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento. Essa, aliás, é a exegese do art. 184, caput, do CPC/73.
Ora, o inconformismo da recorrente funda-se na revogação da antecipação dos efeitos da tutela atinente na reintegração de posse.
No caso em tela, em consulta ao SAP – Sistema de Automação de Processos, verifiquei que a antecipação dos efeitos da tutela foi concedida quando da prolação da sentença, configurando, portanto, este o termo inicial para a interposição do recurso, dado neste momento ter sido prolatado a decisão na qual se funda o seu inconformismo.
Desse modo, em sendo a sentença prolatada em 23/10/2015, a qual foi publicada no dia 28/10/2015, iniciando a contagem do prazo processual em 29/10/2015, cujo término se deu em 12/11/2015, observando, por óbvio, a disposição inserta no art. 184 c/c 522, ambos do CPC/73 – vigente à época da prolação da referida decisão.
Desse modo, em sendo o agravo de instrumento interposto, somente, em 18/8/2016, manifesta a sua intempestividade.
Deveria o agravante ter utilizado meio adequado para manifestar o seu inconformismo, o que, inclusive o fez por ter ajuizado ação cautelar inominada em sede de segundo grau de jurisdição, a qual foi distribuída à minha relatoria, sendo negado o pedido liminar de reintegração de posse formulado pela recorrente.
Outrossim, como cediço, a tempestividade constitui-se em um dos pressupostos objetivos de admissibilidade recursal e revela-se na necessidade de o agravo de instrumento ser interposto dentro do prazo previsto legalmente.
A interposição de recurso extemporaneamente culmina na ocorrência da preclusão por ser prazo peremptório.
Acerca do assunto em tela, oportuna a lição trazida no julgamento do AI n. 1.0647.14.010495-9/001 pela 12ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais de relatoria do Des.(a) Anacleto Rodrigues, julgado em 22/4/2015, cujo teor transcrevo:
"[...] Conforme precisa lição de Chiovenda, citada pelo insigne Professor MOACYR AMARAL SANTOS, a preclusão "consiste na perda duma faculdade processual por se haverem tocado os extremos fixados pela lei para o exercício dessa faculdade no processo ou numa fase do processo" e, acrescenta uma síntese do ensinamento de Liebmam:
"Por preclusão se entende a perda ou a extinção do direito de praticar um ato processual devido: a) à decorrência do prazo; b) à falta do exercício no momento oportuno, quando a ordem legalmente estabelecida na sucessão das atividades processuais importe em graves conseqüências; c) à incompatibilidade com uma atividade já exercida; d) ao fato de já ter sido exercido o direito" (Comentários ao Código de Processo Civil, Forense, 3ª ed., Vol. IV, p. 464/465)"
A interposição intempestiva do recurso culmina, por via reflexa, o não conhecimento deste recurso.
A propósito do tema, o seguinte julgado:
TJRO. "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTEMPESTIVIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO INTERPOSTO DENTRO DO PRAZO DE 10 DIAS. Art. 522, CAPUT, do CPC. RECURSO NÃO CONHECIDO. DECISÃO MANTIDA. É intempestivo o agravo de instrumento não interposto dentro do prazo de 10 (dez) dias, contado da publicação da decisão agravada ou ciência, nos autos, da decisão pelo causídico, a que primeiro ocorrer". (TJRO, Ag em AI n. 0010826-14.2014.8.22.0000, 2ª Câmara Cível, Rel.: Des. Isaias Fonseca Moraes, J.: 21/1/2015).
Desse modo, ante as ponderações supra, patente a intempestividade deste recurso.
Isso posto, não conheço do recurso ante sua evidente intempestividade.
Porto Velho, 1 de fevereiro de 2017
ISAIAS FONSECA MORAES
RELATOR

Processo: 0803032-35.2016.8.22.0000 Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7017021-53.2015.8.22.0001 Porto Velho / 7ª Vara Cível
Embargante: Gonçalves Indústria e Comércio de Alimentos Ltda
Advogado: Fabrício Cândido Gomes de Souza (OAB/GO 22145)
Advogada: Sabrina Puga (OAB/RO 4879)
Embargado: Itaú Unibanco S/A
Advogado: Rafael Barroso Fontelles (OAB/RJ 119910)
Relator: PAULO KIYOCHI MORI
Interpostos em26/01/2017
Despacho
Vistos.
Em face da interposição de embargos de declaração, intime-se a parte contrária para, querendo, se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 1.023, §2º do CPC/2015.
Publique-se.
Porto Velho/RO, 06 de fevereiro de 2017.
Desembargador Kiyochi Mori.
Relator.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
Republicação por erro material.
0801639-75.2016.8.22.0000 Recurso Especial (PJE)
Origem: 0001437-07.2011.8.22.0001 Porto Velho / 6ª Vara Cível
Recorrentes: Cláudio Norio Hikague e outra
Advogado: Vinícius Valentin Raduan Miguel (OAB/RO 4150)
Advogada: Margarete Geiareta da Trindade (OAB/RO 4438)
Advogado: Rafael Valentin Raduan Miguel (OAB/RO 4486)
Recorrida: Associação dos Moradores e Proprietários do Condomínio Nova Alphaville 2 de Porto Velho - Rondônia
Advogado: Celso Ceccatto (OAB/RO 111)
Advogado: Rodrigo Tosta Giroldo (OAB/RO 4503)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
ABERTURA DE VISTA
Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, fica o (a) recorrente intimado (a) para providenciar a regularização da complementação das custas do Recurso Especial, no valor de R$ 10,31 (dez reais e trinta e um centavos), recolhimento este mediante Guia de Recolhimento da União – GRU, que poderá ser paga em qualquer instituição bancária, cujo formulário eletrônico será disponibilizado, no Espaço do Advogado no site do STJ, no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho/RO, 7 de fevereiro de 2017.
Bela. Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2º DEJUCÍVEL

Processo: 0803200-37.2016.8.22.0000 Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 0077171-61.2007.8.22.0014 Vilhena / 4ª Vara Cível
Embargante: IESA Instituto de Ensino Superior da Amazônia S/C Ltda - ME
Advogada: Rosangela Cipriano dos Santos (OAB/RO 4364)
Embargada: Unimed Vilhena Cooperativa de Trabalho Médico
Advogado: Valdir Antoniazzi (OAB/RO 375-B)
Advogado: Luiz Antônio Gatto Júnior (OAB/RO 4683)
Relator: PAULO KIYOCHI MORI
Interpostos em 25/01/2016

DespachoVistos.
Em face da interposição de embargos de declaração em embargos de declaração, intime-se a parte contrária para, querendo, se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 1.023, §2º do CPC/2015.
Publique-se.
Porto Velho/RO, 06 de fevereiro de 2017.
Desembargador Kiyochi Mori.
Relator.

0803042-79.2016.8.22.0000 Agravo Interno em Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 00102013-51.2015.8.22.0002 Ariquemes / 4ª Vara Cível
Agravante: Gelson Antônio Sichinel
Advogada: Viviane Andressa Moreira (OAB/RO 5525)
Advogado: Pablo Eduardo Moreira (OAB/RO 6281)
Agravada: Linha Verde Transmissora de Energia S/A
Advogado: Marco Vanin Gasparetti (OAB/SP 207221)
Advogada: Fernanda Lopes Correa (OAB/DF 37357)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Interposto em 05/12/2016
Decisão
Trata-se de agravo interno interposto por Gelson Antonio Sichinel, objetivando a reforma do acórdão proferido em sede de recurso de agravo de instrumento (ID n. 1201218), o qual acolheu a preliminar de ilegitimidade passiva suscitada pela empresa Linha Verde Transmissora de Energia S/A, excluindo-a da demanda.
O agravante defende a legitimidade passiva da recorrida e a existência de provas documentais suficientes a comprovar a dívida.
Ao final, pugna a reconsideração do julgado ou que seja colocado em pauta o presente recurso.
Em contraminuta (ID n. 1306089), as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – ELETRONORTE pleiteou a substituição processual da agravada, bem como sustenta que o recurso é incabível, por versar contra acórdão, e não decisão monocrática, o que enseja seu não conhecimento.
É o relatório.
Examinados, decido.
Primeiramente, cabe analisar o pedido de substituição de Linha Verde Transmissora de Energia S/A por Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – ELETRONORTE, que apresentou contraminuta ao recurso (ID n. 1306089), requerendo a substituição processual, ante a incorporação das empresas, conforme documentação apresentada aos autos (IDs n. 1306091/1306094).
Através da operação societária de incorporação, extingue-se a pessoa jurídica incorporada, que é substituída pela sociedade incorporadora, operando-se, por força de lei, a sucessão a título universal de todos os direitos, obrigações e responsabilidades assumidas pela sociedade incorporada.
A extinção da pessoa jurídica incorporada opera, no plano processual, efeitos semelhantes aos casos de morte da pessoa natural. Não se trata, portanto, de substituição processual assim tratada na forma do art. 108 do Código de Processo Civil (sucessão voluntária), mas sim daquela de natureza obrigatória, salientando que não há que se falar no consentimento da parte contrária, exigida pelo parágrafo primeiro do art. 109 do NCPC.
Desse modo, defiro a substituição processual pleiteada por Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – ELETRONORTE, com a devida correção do Termo de Recebimento, Revisão e Distribuição.
Feita a consideração, passo a análise do recurso.
Trata-se de agravo interno interposto em face de decisão colegiada.
Dessa forma, é o caso de não conhecimento do recurso, isso porque, o recurso de agravo é cabível somente contra decisões monocráticas.
Nesse sentido:
CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO COLEGIADA. ERRO GROSSEIRO E INESCUSÁVEL. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.
[…] 2. Nos termos dos arts. 1.021 do NCPC e 258 do RISTJ, somente as decisões singulares são impugnáveis por agravo regimental ou agravo interno, configurando erro grosseiro a interposição do recurso contra acórdão proferido por órgão colegiado.
3. Agravo interno não conhecido. (AgInt nos EDcl no AgRg no AREsp 716.429/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe 19/12/2016)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO INTERNO INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO DE TURMA DO STJ. RECURSO MANIFESTAMENTE INCABÍVEL. NÃO CONHECIMENTO.
1. É incabível agravo regimental contra decisão colegiada, conforme dispõe o art. 1.021, caput, do CPC/2015. Precedentes.
2. Agravo interno não conhecido.
(AgInt nos EDcl no AREsp 837.384/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/2016, DJe 16/11/2016)
Agravo regimental. Apelação. Acórdão. Descabimento. Não conhecimento.
O agravo regimental é incabível contra decisão colegiada. (Agravo, Processo nº 0003359-94.2013.822.0007, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Oudivanil de Marins, Data de julgamento: 16/09/2016)
Agravo. Decisão Colegiada. Inadmissibilidade. Fungibilidade. Erro Grosseiro.
É inadmissível a interposição de recurso de agravo que objetiva a reforma da decisão proferida por órgão colegiado. Afasta-se a aplicação do princípio da fungibilidade, pois a interposição de agravo contra decisão colegiada configura-se erro grosseiro impossível de ser sanado. (Agravo, Processo nº 0002880-22.2013.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 05/10/2016)
DECISÃO COLEGIADA. AGRAVO INTERNO. NÃO CABIMENTO. ERRO GROSSEIRO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. INAPLICABILIDADE.
É incabível a interposição de recurso de agravo interno, previsto no artigo 557, §1º-A do CPC, contra decisão colegiada, configurando hipótese de erro grosseiro, impedindo a aplicação do princípio da fungibilidade e o conhecimento do recurso. (Agravo, N. 00144561720108220001, Rel. Des. Marcos Alaor D. Grangeia, J. 06/02/2013)
No caso dos autos, a decisão atacada foi proferida por órgão colegiado, como se vê do acórdão de ID n. 1201218, que essa Câmara julgou em 16/11/2016, sendo impossível a sua modificação por meio de agravo.
A interposição deste recurso representa erro grosseiro, uma vez que possui pressupostos específicos distintos, o que impede a aplicação do princípio da fungibilidade.
Posto isso, não conheço do agravo, com fulcro no art. 932, inc. III, do Código de Processo Civil.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 06 de fevereiro de 2017.
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Processo : 0800491-29.2016.8.22.0000 Recurso Especial (PJE)
Origem : 7010632-52.2015.8.22.0001 Porto Velho / 7ª Vara Cível
Recorrente : Santo Antônio Energia S/A
Advogada : Luciana Sales Nascimento (OAB/RO 5082)

Advogado : Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803)
Advogado : Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
Advogada : Rafaela Pithon Ribeiro (OAB/BA 21026)
Recorridos : Geraldo Lopes da Silva e outra
Advogado : Jeanne Leite Oliveira (OAB/RO 1068)
Advogado : Antonio De Castro Alves Junior (OAB/RO 2811)
Relator : DES. ISAIAS FONSECA MORAES
ABERTURA DE VISTA
Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, fica o (a) recorrente intimado (a) para providenciar a regularização da complementação das custas do Recurso Especial, no valor de R$ 10,31 (dez reais e trinta e um centavos), recolhimento este mediante Guia de Recolhimento da União – GRU, que poderá ser paga em qualquer instituição bancária, cujo formulário eletrônico será disponibilizado, no Espaço do Advogado no site do STJ, no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho/RO, 7 de fevereiro de 2017.
Bela. Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2º DEJUCÍVEL

0802809-82.2016.8.22.0000 Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento (PJE)
Origem : 02525592-36.2009.8.22.0001 Porto Velho / 1ª Vara Cível
Embargante : Medeiros e Souza Construtora e Incorporadora de Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado : Fernando Deseyvan Rodrigues (OAB/RO 1099)
Advogado : Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
Embargada : Ana Lúcia Leopoldino Santos
Advogada : Salete Bevenutti Bergamaschi (OAB/RO 2230)
Advogado : Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Embargada : Peugeot - Citroen do Brasil Automóveis Ltda
Advogada : Luciana Goulart Penteado (OAB/SP 167884)
Advogada : Hianara de Marilac Braga Ocompo (OAB/RO 4783)
Advogada : Tatiana Taminato (OAB/SP 228490)
Advogado : Fernando Buscher Von Teschenhausen Eberlin (OAB/SP 208374)
Relator : DES. KIYOCHI MORI
Interpostos em 25/01/2016
Despacho
Em face da interposição de embargos de declaração, intime-se a parte contrária para, querendo, se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 1.023, §2º do CPC/2015.
Após, retornem conclusos.
Publique-se.
Porto Velho/RO, 06 de fevereiro de 2017.
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

ACÓRDÃO
Distribuído por Sorteio em 03/05/2016
Data do julgamento: 25/01/2017
0801252-60.2016.8.22.0000 - Agravo de Instrumento (PJE)
Origem : 0000966-98.2015.8.22.0017 Alta Floresta do Oeste-RO/1ª Vara Cível
Agravantes : Arlete Santos Mantovanelli outro
Advogada : Sandra Cristina dos Santos Bahia (OAB/RO 6486)
Advogada : Dayane Carvalho de Souza Ferreira (OAB/RO 7417)
Agravada : P.R. Ambrosini & Cia Ltda – ME
Defensor Púbico: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Terceiro Interessado: Pedro Rezende Ambrosini
Defensor Púbico: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator : DES. ISAIAS FONSECA MORAES
DECISÃO: RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE
EMENTA: Agravo de instrumento. Execução de título extrajudicial. Infojud. Localização de endereço. Renajud. Possibilidade. Recurso provido.
É crível a feitura de pesquisa no sítio do Infojud a fim de localizar a parte-ré, por se tratar de diligência que atende os princípios da paridade entre as partes e da máxima efetividade da execução. Demais disso, mostra-se obediência à exegese do art. 319, § 1º, do CPC/15.
É possível a inserção de restrição judicial em veículos porventura existentes em nome da parte devedora, seja por ser ferramenta destinada a localizar bem sujeito à penhora a ser operacionalizado apenas por membros do Poder Judiciário, seja por ir ao encontro dos princípios da duração razoável do processo e da máxima efetividade da execução.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Processo: 0800793-58.2016.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJE)
Origem: 0020509-43.2012.8.22.0001 Porto Velho / 1ª Vara Cível)
Relator: ISAIAS FONSECA MORAES
Data distribuição: 14/03/2016 16:50:31
Agravante: SANTO ANTONIO ENERGIA S/A
Advogado: CLAYTON CONRAT KUSSLER (OAB/RO 3861)
Advogado: ANTONIO CELSO FONSECA PUGLIESE (OAB/SP 155105)
Advogada: LIGIA FAVERO GOMES E SILVA (OAB/SP 235.033)
Agravados:FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA MELO e outros
Advogado: CLODOALDO LUIS RODRIGUES (OAB/RO 2720)
Advogado: GUSTAVO LAURO KORTE JUNIOR (OAB/SP 14983)
Decisão
Vistos.
Santo Antônio Energia S/A interpõe agravo de instrumento visando reformar a decisão prolatada pelo juízo da 1ª Vara Cível da comarca de Porto Velho, na ação de indenização por danos materiais e morais, autuada sob o n. 0020509-43.2012.8.22.0001, proposta por Heleno Pereira Felix e outros em seu desfavor.
Em vias de julgamento, por meio de consulta realizada no SAP – Sistema de Automação de Processos, constatei que o Juízo a quo deferiu a produção de prova pericial em decisão exarada em 21/11/2016 (mov. 115), cujo teor transcrevo:
"Neste diapasão, fixo como pontos controvertidos: A condição de pescador profissional e sua exclusiva dependência econômica desta atividade, especialmente do exercício da atividade no período de construção e fechamento da barragem; a renda efetiva antes e depois da obra noticiada; a extinção/diminuição do estoque de peixes no rio; o recebimento de algum auxílio financeiro ou outro que o valha do Governo Federal, especialmente na época da piracema ou defeso; se houve a realização de algum curso profissionalizante pelas requeridas oferecidos aos requerentes; a condição de pescador antes da obra; a produtividade pesqueira de cada autor antes e depois das obras; a evolução do valor do pescado comercializado por cada autor antes e depois do início das obras; a periodicidade, as embarcações e petrechos utilizados, o tempo dedicado e o esforço empreendido na pesca por cada um dos autores; a quantidade de pescadores existentes no rio Madeira; as espécies de peixes do rio Madeira, sua sazonalidade e a variação natural quanto à sua disponibilidade; as causas para a suposta diminuição dos estoques de peixes; o momento em que se iniciou a suposta redução do estoque de peixes; o nexo de causalidades individual de cada usina em relação à suposta diminuição dos estoque de peixes; e a localidade onde cada autor exerce a atividade e o impacto de cada empreendimento sobre a produção de cada autor.
Fica deferida, para tanto, a produção de prova pericial e de prova testemunhal por todas as partes, diante do princípio da busca da verdade real, esta última que se limitará a três para cada parte, salvo se indicado fato diverso, a ser realizada após a produção da prova pericial.
Nomeio como perito do Juízo o engenheiro de pesca Orlando José Guimarães.
Arbitro honorários no importe de R$ 3.000,00, que deverão ser rateados pelas requeridas Energia Sustentável do Brasil e Santo

Antônio Energia, diante do pedido de produção da reportada prova por ambas as empresas e considerando, ainda, o disposto no parágrafo 3º do art. 373 do CPC/2015, que instituiu a teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, já que no caso concreto, em se tratando de danos ambientais, deve ser observada a necessária inversão do ônus da prova em desfavor do explorador da atividade potencialmente lesiva ao meio ambiente, conforma Jurisprudência do STJ nesse sentido:

DIREITO AMBIENTAL E PROCESSUAL CIVIL. DANO AMBIENTAL. LUCROS CESSANTES AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA INTEGRAL. DILAÇÃO PROBATÓRIA. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. CABIMENTO. 1. A legislação de regência e os princípios jurídicos que devem nortear o raciocínio jurídico do julgador para a solução da lide encontram-se insculpidos não no códice civilista brasileiro, mas sim no art. 225, § 3º, da CF e na Lei 6.938/81, art. 14, § 1º, que adotou a teoria do risco integral, impondo ao poluidor ambiental responsabilidade objetiva integral. Isso implica o dever de reparar independentemente de a poluição causada ter-se dado em decorrência de ato ilícito ou não, não incidindo, nessa situação, nenhuma excludente de responsabilidade. Precedentes. 2. Demandas ambientais, tendo em vista respeitarem bem público de titularidade difusa, cujo direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é de natureza indisponível, com incidência de responsabilidade civil integral objetiva, implicam uma atuação jurisdicional de extrema complexidade. [...]. (AgRg no REsp 1412664/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 11/02/2014, DJe 11/03/2014). [grifei]

Os honorários periciais devem ser depositados no prazo de 5 dias. Metade do valor poderá ser liberado mediante alvará já no início dos trabalhos, e o restante com a entrega do laudo. Frisa-se que o nobre perito é Engenheiro de Pesca, de forma que resta tecnicamente suficiente a realização da perícia indicada. [..]"

Logo, resta manifesta a perda superveniente do objeto deste agravo de instrumento.

Isso posto, julgo prejudicado o agravo de instrumento em face da perda superveniente do seu objeto, nos termos do art. 139, inc. V, do RITJ/RO e art. 932, inc. III, do CPC/15.

I.

Porto Velho, 1 de fevereiro de 2017

ISAIAS FONSECA MORAES

RELATOR

ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Paulo Kiyochi

7006842-60.2015.8.22.0001 - APELAÇÃO (PJE)

Origem: 7006842-60.2015.8.22.0001 Porto Velho 10ª Vara Cível

Relator: DES. PAULO KIYOCHI MORI

Data distribuição: 10/11/2016 16:01:25

Apelante: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Advogada: MICHELE LUANA SANCHES (OAB/RO 2910)

Advogado: ALEXANDRE PAIVA CALIL (OAB/RO 2894)

Apelado: JOSE MACHADO DE SOUZA

Advogado: ARTUR HENRIQUE NASCIMENTO SANTOS (OAB/RO 6772)

Decisão

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A recorre da decisão do juízo a quo, que julgou parcialmente procedente o pedido formulado na ação de cobrança ajuizada por José Machado de Souza, condenando-a a pagar R$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), a título de complementação do seguro obrigatório, acrescidos de correção monetária, a partir da data do requerimento administrativo, e juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação, além das custas e honorários de advogado, estes fixados em 10% do valor da condenação.

Preliminarmente, suscita a ocorrência de prescrição, sob o fundamento de que, tanto da data do sinistro (05/10/2008), como da ciência inequívoca da debilidade definitiva, quando se iniciou a aposentadoria por invalidez permanente (17/11/2012), até o ajuizamento da demanda (21/09/2015), transcorreu mais de três anos.

No mérito, insurge-se contra o termo inicial da contagem da correção monetária, defendendo ser a data da propositura da lide.

Ao final, pugna pelo provimento do recurso, extinguindo-se o feito, ou reformando-se a data de início da incidência da correção monetária.

Contrarrazões identificada com o n. 1183438.

Parecer apresentado pela Procuradoria de Justiça manifestando-se pelo improvimento da apelação (id. n. 1217047).

Examinados.

Decido.

Conheço do recurso por ser próprio e tempestivo.

De acordo com a Súmula n. 278 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização referente ao Seguro DPVAT, é a data em que a vítima do sinistro tem ciência inequívoca da incapacidade.

A jurisprudência desta Corte segue esse comando, consoante se verifica nas ementas abaixo transcritas:

Seguro obrigatório. DPVAT. Cobrança. Acidente de trânsito. Invalidez permanente. Pagamento administrativo. Falta de interesse de agir do apelante. Inexistência. Prescrição. Termo inicial. Ciência inequívoca da incapacidade. Prescrição afastada. Fixação da indenização em salários mínimos. Possibilidade.

[...]

Inicia-se a contagem do prazo prescricional, no caso de indenização de seguro DPVAT por invalidez permanente, no momento da ciência inequívoca pelo segurado de sua invalidez, declarada assim por laudo médico.

[…] (Apelação Cível n. 0022378-75.2011.8.22.0001, Relator Desembargador Isaias Fonseca Moraes, j. 16/10/2013)

DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

O termo a quo para contagem do prazo prescricional no caso de indenização de seguro DPVAT por invalidez permanente dá-se no momento da ciência inequívoca pelo segurado de sua invalidez permanente, ou seja, a partir da declaração médica de invalidez. (Apelação Cível n. 0008848-62.2011.8.22.0014, Relator Desembargador Moreira Chagas, j. 19/2/2013)

DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

O termo a quo para contagem do prazo prescricional no caso de indenização de seguro DPVAT por invalidez permanente se dá no momento da ciência inequívoca pelo segurado de sua invalidez permanente, ou seja, a partir da declaração médica de invalidez. (Apelação Cível n. 100.001.2007.023089-6, Relator Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia, j. 27/8/2008).

Contudo, o segurado deve comprovar que durante o período compreendido entre as datas do acidente e do ajuizamento da ação continuou em tratamento, visto que cabe ao autor comprovar o fato constitutivo do seu direito.

Nesse sentido:

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA INVALIDEZ. PRAZO PRESCRICIONAL QUE SE INICIA NA DATA DO ACIDENTE.

O ônus da prova da data da ciência inequívoca cabe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito. Inexistente documento que demonstre a necessidade de tratamento contínuo, não há como se admitir que a ciência da invalidez ocorreu somente quatro anos após o acidente. RECURSO NÃO PROVIDO. (TJ-PR 9061045 PR 906104-5 (Acórdão), Relator: Nilson Mizuta, Data de Julgamento: 05/07/2012, 10ª Câmara Cível)

Seguro obrigatório. DPVAT. Prescrição. Termo inicial. Ciência inequívoca da vítima do caráter permanente de sua invalidez por laudo médico. Inexistência de prova nos autos. Laudo do IML posterior. Ciência pela vítima em data anterior.

Inicia-se a contagem do prazo prescricional no caso de indenização de seguro DPVAT por invalidez permanente, no momento da ciência inequívoca pelo segurado de sua invalidez permanente, declarada por laudo médico.
Inexistindo prova nos autos que comprove que a vítima permaneceu em tratamento médico e que somente teve ciência da sua sequela definitiva com a realização do laudo médico cinco anos após o acidente, o reconhecimento da prescrição é medida que se impõe ante o transcurso de mais de cinco anos entre a data do sinistro e a propositura da ação.
Laudo de exame de corpo de delito realizado pelo IML seis anos após a ocorrência do acidente, não deve ser considerado como termo inicial da prescrição, pois apenas constata a lesão da qual a vítima já tinha ciência de sua existência à época da sua alta hospitalar. (Apelação Cível n. 0000355-35.2011.8.22.0002, Relator Desembargador Alexandre Miguel, julgada em 20/07/2011).
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PRESCRIÇÃO AFASTADA E PERÍCIA MÉDICA DEFERIDA. FORMAL INCONFORMISMO. PROVA PERICIAL NECESSÁRIA PARA COMPROVAR, INCLUSIVE, A DATA DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA INVALIDEZ PERMANENTE. NECESSIDADE DE SE CONFERIR AO JUIZ AMPLA MARGEM DE JULGAMENTO QUANTO À OPORTUNIDADE DA PROVA. LIVRE CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO SINGULAR. RECURSO NÃO PROVIDO.
O laudo pericial deverá trazer a data da ciência inequívoca da incapacidade permanente, que é o termo inicial do prazo prescricional. Cabe ao autor comprovar, através da prova técnica, que as sequelas se consolidaram tardiamente, de forma que, quando da propositura da ação, não havia transcorrido mais de 3 (três) anos da ciência inequívoca da incapacidade permanente. Caso exista prova nos autos da tardia ciência da debilidade permanente, ainda que em data posterior a 3 (três) anos da data do sinistro, este será o março inicial da prescrição para propor a ação de cobrança de Seguro Obrigatório (DPVAT). Não se comprovando que as sequelas demoraram a se solidificar e gerar incapacidade permanente, a data do sinistro é que será o março inicial da prescrição. (TJ-PR 8564098 PR 856409-8 (Acórdão), Relator: Guimarães da Costa, Data de Julgamento: 22/03/2012, 8ª Câmara Cível)
Na espécie, constam laudos médicos datados de 26/09/2014 (id. n. 1183398), 01/10/2014 (id. n. 1183471), 16/03/2015 (id. n. 1183430), 08/05/2015 (id. n. 1183428) e 17/07/2015 (id. n. 1183460). Inclusive, neste último, o Dr. Ramiro Sales (Ortopedia – Cirurgia do Joelho, CRM – 1875/RO) atesta: "Paciente encontra-se em tratamento médico e fisioterapêutico desde a época do acidente (2008). Paciente necessita de tratamento fisioterapêutico por + 4 meses".
Portanto, há elementos aptos a demonstrar que o recorrido buscou atendimento médico visando amenizar as sequelas decorrentes do acidente noticiado nos autos.
Ademais, o documento identificado com o n. 1183431 (carta de concessão/memória de cálculo do benefício) demonstra que o apelado requereu aposentadoria por invalidez em 12/11/2012, a qual foi concedida em 17/11/2012.
Com efeito, da data da ciência (17/11/2012) até a data da protocolização da demanda (21/09/2015) ainda não havia transcorrido o prazo de três anos previsto no parágrafo 3º do inciso IX do artigo 206 do Código Civil e na Súmula n. 405 do STJ para a ocorrência prescrição.
Rejeito, pois, essa preliminar.
Quanto ao mérito, a tese defendida pela apelante também não merece prosperar.
Acerca da correção monetária, o STJ, em sede de recurso repetitivo, definiu a incidência a partir da data do evento danoso, consoante se verifica no seguinte julgado:
RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CIVIL. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO 'A QUO'. DATA DO EVENTO DANOSO. ART. 543-C DO CPC.
1. Polêmica em torno da forma de atualização monetária das indenizações previstas no art. 3º da Lei 6.194/74, com redação dada pela Medida Provisória n. 340/2006, convertida na Lei 11.482/07, em face da omissão legislativa acerca da incidência de correção monetária.
2. Controvérsia em torno da existência de omissão legislativa ou de silêncio eloquente da lei.
3. Manifestação expressa do STF, ao analisar a ausência de menção ao direito de correção monetária no art. 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.482/2007, no sentido da inexistência de inconstitucionalidade por omissão (ADI 4.350/DF).
4. Para os fins do art. 543-C do CPC: A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso.
5. Aplicação da tese ao caso concreto para estabelecer como termo inicial da correção monetária a data do evento danoso.
6. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (REsp 1483620/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/05/2015, DJe 02/06/2015). [sublinhou-se]
Nesse contexto, seria hipótese de alteração do termo inicial da correção monetária para a data do acidente noticiado nos autos.
Contudo, em atenção ao prinípio da reformatio in pejus, mantenho a forma definida pela nobre magistrada.
Posto isso, com fundamento no artigo 932, inciso IV, alíneas "a" e "b" do Código de Processo Civil/2015, nego provimento ao recurso.
Publique-se.
Porto Velho/RO, 06 de fevereiro de 2017.
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
0802306-61.2016.8.22.0000 AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJE)
Origem: 7024724-35.2015.8.22.0001 Porto Velho 8ª Vara Cível
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Data distribuição: 22/09/2016 14:32:51
Agravantes: WALDIRNEY GUIMARAES DE REZENDE e outros
Advogado: HUGO ANDRE RIOS LACERDA (OAB/RO 5717)
Advogado: HAROLDO LOPES LACERDA (OAB/RO 962)
Agravada: IBET - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO POR TELE-TRANSMISSAO LTDA.
Advogado: LUIZ ALFREDO ANGELICO SOARES CABRAL (OAB/SP 166420)
Advogado: ENRICO FRANCAVILLA (OAB/SP 172565)
Agravada: APROVAÇÃO FRANQUEADORA LTDA
Advogada: JANE ORIETE DE SOUZA FONSECA LOURENÇO (OAB/PR 47940)
Advogado: AHYRTON LOURENÇO NETO (OAB/PR 43087)
DESPACHO
Vistos.
A questão em tela cinge-se na (in)existência de conglomerado econômico e, por consequência, na (im)possibilidade da feitura de atos expropriatórios em desfavor das empresas que, eventualmente, o compõe.
Tendo em vista a inexistência de pedido de atribuição de efeito suspensivo e exposição de eventuais motivos a ensejar a sua concessão, deixo de concedê-lo.
Pois bem.
Intime-se a parte contrária para responder ao recurso interposto, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento no prazo legal (art. 219 c/c art. 1.019, II, ambos do CPC/15).
Após, faça-me a conclusão.
Expeça-se o necessário.
Porto Velho, 1 de fevereiro de 2017
ISAIAS FONSECA MORAES
RELATOR

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
0804058-68.2016.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJE)
Origem: 7052000-07.2016.8.22.0001 Porto Velho 9ª Vara Cível
Relator: DES. PAULO KIYOCHI MORI
Data distribuição: 12/12/2016 12:16:11
Agravante: ADOLFO JOSE RODRIGUIS FILHO
Advogado: MARCIA BERENICE SIMAS ANTONETTI (OAB/RO 1028)
Advogado: WILMO ALVES (OAB/RO 6469)
Advogado: EVERTHON BARBOSA PADILHA DE MELO (OAB/RO 3531)
Advogada: CARLA FRANCIELEN DA COSTA (OAB/RO 7745)
Agravada: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
Decisão
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Adolfo José Rodriguis Filho contra decisão prolatada pelo Juiz de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, que indeferiu o pedido de assistência judiciária gratuita e determinou o recolhimento das custas no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Alinha nas razões de recurso que o magistrado indeferiu o pedido da gratuidade judiciária, sem oportunizar a comprovação da hipossuficiência.
Sustenta que a escolha do rito dos Juizados Especiais é uma faculdade da parte, não podendo o magistrado indeferir o pedido de justiça gratuita sob o argumento de que esta existe para acolher aqueles que não possuem condições em arcar com as custas processuais.
Consigna que comprovou sua condição de hipossuficiente nos moldes dos normativos legais, fazendo jus, então, a concessão dos benefícios da gratuidade judiciária.
Pugna pelo provimento do recurso, a fim de que o decisum seja reformado para lhe deferir o benefício da gratuidade judiciária.
É o relatório.
Examinados, decido.
O agravante se insurge quanto a decisão que lhe negou os benefícios da assistência judiciária gratuita, sob o fundamento de que é facultado ao autor ajuizar a demanda sem qualquer ônus financeiro perante o Juizado Especial Cível.
Pacífico é o entendimento desta Corte de que é direito subjetivo da parte a escolha do procedimento que pretende promover, se no Juizado Especial ou o Juízo Comum, independentemente do valor atribuído à causa ou eventual hipossuficiência da parte, sendo vedado ao juízo insurgir-se contra a opção realizada.
Com efeito, cabe ao autor optar pelo ajuizamento da ação pelo regime do Código de Processo Civil ou da Lei n. 9.099/95.
Nesse sentido são os precedentes deste Tribunal: AI n. 0003207-04.2012.8.22.0000 – Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia; AI n. 0004739-13.2012.8.22.0000 – Desembargador Alexandre Miguel; AC. n. 0011731-55.2010.8.22.0001 – Juiz Osny Claro de Oliveira Junior.
Contudo, em que pese reconhecer ser facultado ao autor a escolha do procedimento, a decisão que indeferiu a gratuidade judiciária não merece reforma.
Conforme previsão contida no art. 5º, inc. LXXIV da Constituição Federal, existe a necessidade da comprovação do estado de hipossuficiência para a concessão do benefício da gratuidade judiciária.
Vejamos o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:
ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JUSTIÇA GRATUITA. CONCESSÃO, SEM EFEITOS RETROATIVOS. SERVIDOR PÚBLICO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. LIMINAR. SUSPENSÃO. GRAVE LESÃO À ECONOMIA PÚBLICA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. "A norma contida nos arts. 2º, parágrafo único, e 4º, § 1º, da Lei 1.060/50 reza que a assistência judiciária gratuita pode ser pleiteada a qualquer tempo, contanto que o requerente comprove sua condição de hipossuficiente, bastando-lhe, para obtenção do benefício, sua simples afirmação de que não está em condições de arcar com as custas do processo e com os honorários advocatícios, sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família" (AgRg no AgRg no REsp 1099364/RS, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, DJe 4/11/10).
2. "A concessão do benefício não tem efeito retroativo" (AgRg no Ag 876.596/RJ, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 24/8/09).
[...]
Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 16.924/PE, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/09/2011, DJe 30/09/2011). [grifou-se]
No mesmo sentido já se manifestou esta Corte:
AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE ECONÔMICA DA PARTE. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE POBREZA. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO.
A simples declaração de pobreza para a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não mais subsiste. Conforme a nova interpretação dada pela Constituição Federal em seu art. 5º, inciso LXXIV, é necessária a prova da impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e/ou da família do requerente. A ausência de elementos objetivos impossibilita a concessão.
Na caso concreto, a parte interessada não se desincumbiu do dever de comprovar a situação de necessidade alegada. Recurso não provido. (Agravo, N. 00027039520128220000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, J. 15/05/2012). [grifou-se]
Em sentido correlato:
MANDADO DE SEGURANÇA - PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA - FALTA DE COMPROVAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DOS RECURSOS – IMPOSSIBILIDADE.
A assistência gratuita somente será prestada pelo Estado aos que comprovarem a insuficiência de recursos, de modo que não basta a simples declaração de miserabilidade para a concessão da benesse. RECURSO IMPROVIDO. (TJSP. Mandado de Segurança n. 0095851-86.2011.8.26.0000. Rel. Des. Carlos Giarusso Santos. J. 30/06/2011). [grifou-se]
Na espécie, o agravante foi devidamente intimado para comprovar sua hipossuficiência, consoante despacho de Id n. 1269395, entretanto, deixou o prazo transcorrer in albis, conforme certidão de Id n. 1357749.
À luz do exposto, ante a ausência de qualquer documento comprovando a hipossuficiência do agravante, indefiro o pedido da gratuidade judiciária e, com fundamento no art. 932, inc. IV, do CPC/2015 c/c Súmula 568 do STJ, nego provimento ao recurso.
Publique-se.
Comunique-se ao juízo da causa.
Procedidas às anotações necessárias, transitado em julgado, arquive-se.
Porto Velho/RO, 06 de fevereiro de 2017.
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
0802437-36.2016.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJE)
Origem: 7001117-87.2016.8.22.0023 São Francisco do Guaporé Vara Unica
Relator: DES. DES.ISAIAS FONSECA MORAES
Data distribuição: 08/08/2016 07:32:44

Agravantes: LEILA BRASSAROTO JERONIMO e outro
Advogado: EDNAYR LEMOS SILVA DE OLIVEIRA (OAB/RO 7003)
Agravada: SUPERMERCADO OURO FINO DO GUAPORE EIRELI - ME
Advogado: SEBASTIAO QUARESMA JUNIOR (OAB/ RO 1372)
Despacho
Vistos.
Considerando que, em consulta ao PJE-1º grau, constatei a efetivação da citação da parte recorrida/ré, intime-a para responder ao(s) recurso(s) interposto(s), facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento, no prazo legal (art. 219 c/c art. 1.019, inc. II, ambos do CPC/15).
Somente, então, faça-me a conclusão.
Expeça-se o necessário.
Porto Velho, 1 de fevereiro de 2017
ISAIAS FONSECA MORAES
RELATOR

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Câmaras Cíveis Reunidas / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Processo: 0803490-52.2016.8.22.0000 - MANDADO DE SEGURANÇA (PJE)
Origem: 7014992-30.2015.8.22.0001 Porto Velho / 4ª Vara Cível
Relator: ISAIAS FONSECA MORAES
Data distribuição: 21/10/2016 08:02:45
Impetrante: REDECARD S/A
Advogada: DANIELE SOUZA CUNHA (OAB/RJ 167703)
Advogado: SAMUEL RIBEIRO MAZURECHEN (OAB/RO 4461)
Impetrado: JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO
Decisão
Vistos.
Após realizar consulta ao sistema PJe, verificou-se que nos autos originários (7014992-30.2015.8.22.0001), em juízo de retratação, o impetrado revogou as decisões que impediram a subida dos autos ao Tribunal para apreciação do apelo interposto pelo impetrante.
A decisão foi prolatada nos seguintes termos:
Vistos,
Considerando a nova sistemática processual, em que, a teor do contido nos artigos 1.010 e 1.011, ambos do Código de Processo Civil, o recebimento do recurso de apelação se dará no juízo ad quem, entendo, in casu, que questões afeitas ao processamento ou não do recurso de apelação devem ser dirimidas na instância superior, já que, como visto, é lá que se decidirá acerca do recebimento do apelo. Desta feita, revogo as decisões de fl. 126 (Num. 4497433), de fl. 160 (Num. 5315774) e fl. 167/168 (Num. 6428617). Por consequência, fica intimada a parte adversa para que apresente contrarrazões ao recurso de apelação interposto. Oportunamente, observe a Direção do Cartório o contido no art. 1.010, § 3º, do CPC. Int. Porto Velho, 22 de novembro de 2016
Isto posto, em decorrência da revogação da decisão motivadora da impetração deste mandado de segurança, é certo que fica sem efeito o exame deste, em razão da perda do objeto, circunstância apta a ensejar a extinção do processo sem resolução do mérito.
Ante o exposto, extingue-se o mandado de segurança ajuizado por Redecard S/A, sem resolução do mérito, em virtude da impossibilidade do exame do mérito.
I.
Porto Velho, 3 de fevereiro de 2017
ISAIAS FONSECA MORAES
RELATOR

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Câmaras Cíveis Reunidas / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
0800033-75.2017.8.22.0000 - MANDADO DE SEGURANÇA (PJE)
Origem: 0002611-91.2015.8.22.0007 Cacoal 1ª Vara Cível
Impetrante : DALVINO GARCIA
Advogado : MARCUS FABRICIO ELLER (OAB/RO 1549)
Impetrado : Juízo de Direito 1ª Vara Cível Cacoal
Relator : DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Despacho
Vistos.
Dalvino Garcia impetra mandado de segurança visando proteger direito líquido e certo, o qual alega ter sido violado por ato praticado pela Autoridade Coatora.
Inicialmente, o impetrante formula pedido de concessão de gratuidade da justiça, ao argumento de que se encontra desprovido de arcar com o valor alusivo às custas processuais.
Antes de analisar o mérito deste mandado de segurança, é necessário apreciar o pedido de gratuidade formulado pelo autor.
De acordo com o art. 98, caput, do Código de Processo Civil: "A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei". (g.n.)
Logo, tendo como escopo esse requisito e, também, depois de apreciar detidamente a pretensão do autor, concluo neste momento que inexistem nos autos elementos suficientes a evidenciar a alegada vulnerabilidade financeira do impetrante.
Sem embargo, o Código de Processo Civil estabeleceu a impossibilidade do indeferimento de plano do pedido de gratuidade, proporcionando à parte oportunidade para comprovar o preenchimento dos pressupostos legais, a fim de ser beneficiada com o pálio da gratuidade judiciária.
A propósito:
CPC
Art. 99 […]
[…]
§2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.
Isto posto, determino ao impetrante que proceda, no prazo de 05 (cinco) dias, à demonstração e comprovação de que preenche os pressupostos necessários à concessão da gratuidade da justiça.
Entretanto, faculto ao autor, alternativamente, recolher as custas processuais, no prazo acima referenciado, ante a hipótese de impossibilidade de comprovação dos pressupostos legais para obtenção da benesse.
I.
Porto Velho, 3 de fevereiro de 2017
ISAIAS FONSECA MORAES
RELATOR

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Câmaras Cíveis Reunidas / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
0803845-62.2016.8.22.0000 - AÇÃO RESCISÓRIA (PJE)
Origem: 0203530-61.2008.8.22.0001 Porto Velho / 3ª Vara Cível
Autores : IZABEL CRISTINA DAVES DE MORAES SOUZA e outros
Advogado : ALEXANDRE CAMARGO (OAB/ RO 704)
Advogada : ELAINE CUNHA SAAD ABDULNUR (OAB/RO 5073)
Réu : GRANNORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME
Advogado : STEFFANO JOSE DO NASCIMENTO RODRIGUES (OAB/RO 1336)

Relator : DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Data distribuição: 17/01/2017 10:26:44
DESPACHO
Ante o teor da petição anexada sob o ID n. 1358039, defiro a expedição de ofício, conforme pleiteado, observando-se para tanto os termos do acordo firmado entre as partes (ID n. 1296897).
Ao Departamento para as providências cabíveis, arquivando-se oportunamente.
Porto Velho, 6 de fevereiro de 2017
ISAIAS FONSECA MORAES
RELATOR

1ª CÂMARA ESPECIAL

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Oudivanil de Marins
Processo: 0800192-18.2017.8.22.0000 - MANDADO DE SEGURANÇA (120)
Relator: OUDIVANIL DE MARINS
Impetrante: GISELLE MARTINS GONCALVES
Advogada: LARISSA CARVALHO TORRES SEIXAS (OAB/RO 7702)
Advogado: EDSON ANTONIO SOUSA PINTO (OAB/RO 4643)
Advogado: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB/RO 5546)
Polo Passivo: SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Despacho
VISTOS.
Trata-se de mandado de segurança impetrado contra suposto ato coator do Secretário da Fazenda do Estado de Rondônia, mas a autoridade coatora que pratica atos relacionados à cobrança de ICMS na fatura de energia elétrica é o Secretário de Finanças do Estado de Rondônia (SEFIN/RO).
Pelo exposto, intime-se a impetrante para emendar a inicial indicando a autoridade coatora competente no prazo de 5 dias.
Porto Velho, 7 de fevereiro de 2017
OUDIVANIL DE MARINS
RELATOR

2ª CÂMARA ESPECIAL

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Especial / Gab. Des. Renato Martins Mimessi
Data da distribuição: 04/07/2016
Data do julgamento: 31/01/2017
REFERÊNCIA
Processo: 0802012-09.2016.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 7005308-29.2016.8.22.0007 Cacoal/1ª Vara Cível
Agravante: Município de Cacoal - RO
Procurador: Caio Raphael Ramalho Veche e Silva (OAB/RO 6.390)
Agravado: Elvira Batista Dias
Advogado: Jhonatas Carlos Brizon (OAB/RO 6.596)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Decisão: "RECURSO PROVIDO, POR UNANIMIDADE."
EMENTA: Agravo de instrumento. Mandado de segurança. Contrato por tempo determinado. Rescisão antecipada. Liminar para ser mantida no cargo. Inviabilidade da medida.
A lei que trata da contratação por tempo determinado, para atender necessidade temporária de interesse público, prevê expressamente a possibilidade de rescisão antecipada no caso de conveniência administrativa, de forma que não se mostram presentes os requisitos exigidos para a concessão da liminar pretendida no writ.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Especial/Gabinete Des. Renato Mimessi
ACÓRDÃO
Processo: 0802188-85.2016.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 0017249-81.2014.8.22.0002 Ariquemes/1ª Vara Cível
Agravante: Héverton Gonçalves Ferreira
Advogado: José Carlos Fogaça (OAB/RO 2960)
Advogado: Luiz Eduardo Fogaça (OAB/RO 876)
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Winston Clayton Alves Lima (OAB/RO 7418)
Procurador: Pedro Henrique Moreira Simões (OAB/RO 5491)
Procurador: Fábio de Sousa Santos (OAB/RO 5221)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Distribuído em 18/07/2016
DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, POR UNANIMIDADE."
EMENTA:
Agravo de instrumento. Bloqueio de valores. BacenJud. Verba salarial. Impenhorabilidade. Mera alegação.
Recurso desprovido.
Cabe à parte interessada comprovar a natureza salarial dos valores bloqueados, sem a qual, inviável que se valha da proteção de impenhorabilidade do bem, especialmente quando o juízo de origem verificar que a conta-corrente bloqueada é utilizada para operações diversas, e não exclusivamente para recebimento de salário.
Porto Velho, 31 de Janeiro de 2017.

PROCESSO: 0802272-23.2015.8.22.0000 - MANDADO DE SEGURANÇA (PJe)
IMPETRANTE: LUCÍDIO JOSÉ CELLA
ADVOGADO: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS - (OAB/RO 3208)
ADVOGADA: KETLLEN KEITY GOIS PETTENON - (OAB/RO 6028)
ADVOGADA: DANIELE MEIRA COUTO - (OAB/RO 2400)
ADVOGADO: ALBINO MELO SOUZA JÚNIOR - (OAB/RO 4464)
ADVOGADA: MANUELLE FREITAS DE ALMEIDA - (OAB/RO 5987)
ADVOGADO: JOSÉ NONATO DE ARAÚJO NETO - (OAB/RO6471)
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
INTERESSADO (PARTE PASSIVA) ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADOR: PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
RELATOR: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Despacho
Vistos
Compulsando detalhadamente os autos, constatei que a advogada subscritora da inicial do presente Mandamus, não possui procuração nos autos, vício intransponível, mas sanável.
Em face do exposto, nos termos do art. 76, caput, do NCPC, (art. 13, caput, do CPC/73), intime-me a parte autora para saneamento do vício apontado.
Prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo (art. 76, I, do NCPC).
Após concluso para análise do recurso pendente.
Porto Velho, 6 de fevereiro de 2017.
Des. Roosevelt Queiroz Costa
Relator

CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Câmaras Especiais Reunidas / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz
PROCESSO: 0802463-34.2016.8.22.0000 - MANDADO DE SEGURANÇA (PJe)
IMPETRANTE: COIMBRA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADVOGADA: SABRINA PUGA (OAB/RO 4879)
ADVOGADO: DALMO JACOB DO AMARAL JUNIOR (OAB/GO 13.905)
ADVOGADO: DANIEL PUGA (OAB/GO 21.324)
ADVOGADO: DANIEL HENRIQUE DE SOUZA GUIMARÃES (OAB/GO 24.534)
ADVOGADA: MAYARA CORBARI (OAB/DF 38.415)
ADVOGADO: RODRIGO OTÁVIO SKAF DE CARVALHO (OAB/GO 20.064)
IMPETRADO: SECRETARIO DE ESTADO DE FINANÇAS
INTERESSADO: ESTADO DE RONDONIA
PROCURADOR: WINSTON CLAYTON ALVES LIMA (OAB/RO 7.418)
RELATOR: DESEMBARGADOR RENATO MARTINS MIMESSI
DATA DISTRIBUIÇÃO: 08/08/2016 18:13:03
Despacho
"Vistos.
Em que pese a distribuição deste feito à minha relatoria no âmbito das Câmaras Especiais Reunidas, com a vigência do novo Regimento Interno desta e. Corte, a competência para julgamento de mandado de segurança contra ato de secretários de Estado, nos termos do artigo 115, inciso VI, passou a ser das Câmaras Especiais.
Portanto, encaminho o feito à Vice-Presidência para que promova a indispensável redistribuição.
Publique-se. Cumpra-se."
Porto Velho, 07 de fevereiro de 2017.
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Relator

DESPACHOS

TRIBUNAL PLENO

Departamento Pleno Administrativo
Despacho DO RELATOR
Processo Administrativo Disciplinar em face de Magistrado
Número do Processo :0005521-78.2016.8.22.0000
Processo de Origem : 0002080-89.2016.8.22.0000
Requerente: T. de J. do E. de R.
Requerido: C. R. R. B.
Relator:Des. José Jorge R. da Luz
Vistos.
Considerando a informação de fl 216, cabe a observação que o magistrado encontra-se em gozo de férias – segundo informações do Departamento do Conselho da Magistratura – no período de 1º a 20 do corrente.
Nesse mesmo giro, também constatado junto ao Conselho da Magistratura que até agora não há qualquer outra licença designada para o magistrado em referência, de forma que efetivamente deverá retornar ao trabalho no dia 21 do corrente. Aguarde-se, portanto, o retorno para o devido cumprimento da Carta, mormente em se considerando que ele não se encontra na cidade em que reside.
Porto Velho - RO, 6 de fevereiro de 2017.
Desembargador José Jorge R. da Luz
Relator

1ª CÂMARA CÍVEL

1ª Câmara Cível
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Gabinete da Presidência
0010388-53.2012.8.22.0001 - Recurso Especial
Origem: 0010388-53.2012.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 1ª Vara Cível
Recorrente: Educon-Sociedade de Educação Continuada Ltda.
Universidade Estadual do Tocatins - UNITINS
Advogada: Simone Zonari Letchacoski (OAB/PR 18445)
Advogada: Kellen Regina Moro Teixeira (OAB/PR 42232)
Recorrido: Clemilton Feitosa Amaral
Advogada: Iarlei de Jesus Ribeiro (OAB/RO 4488)
Advogada: Jeanne Salviano da Silva do Couto Ramos (OAB/RO 3927)
Relator: Desembargador Sansão Saldanha
Considerando que a interposição de petição física, requerendo a regularização da representação processual, referente aos autos n. 0010388-53.2012.8.22.0001 - Recurso Especial que tramita no Sistema Digital Segundo Grau - SDSG, está em desacordo com o disposto no art. 7°, parágrafo único, da Instrução Conjunta n. 14/2010-PR/CG, conforme certificado pelo 1° DEJUCÍVEL, encaminhe-se a petição ao Departamento para devolução ao subscritor, Procurador do Estado de Tocantins Klédson de Moura Lima, OAB/TO 4111-B.
Publique-se. Cumpra-se.
Tribunal de Justiça do Estado Rondônia, 27 de janeiro de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Agravo de Instrumento n. 0803844-77.2016.8.22.0000 (PJE 2º Grau)
Data distribuição: 09/12/2016 17:25:50
Agravante: Banco Bradesco
Advogados: Maria Lucília Gomes (OAB/RO 4.943-A), Amandio Ferreira Tereso Junior (OAB/RO 4.943-A)
Agravada: Guaporé Máquinas e Equipamento Ltda.
Advogados: Dariano José Secco (OAB/SP 164.619-A) e Márcio Mello Casado (OAB/SP 138.047-A)
Relator: Des. Raduan Miguel Filho
Decisão
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Banco Bradesco S/A face a decisão do juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Vilhena que, nos autos de ação de execução de título extrajudicial ajuizada em desfavor de Guaporé Máquinas e Equipamentos Ltda., atribuiu efeito suspensivo à ação em razão da oposição dos embargos à execução pelo agravado.
Em suas razões, o agravante alega nulidade da decisão agravada por ausência de fundamentação e, no mérito, ausência dos requisitos para a concessão da decisão agravada.
Pugna pela concessão de efeito suspensivo e pela reforma da decisão agravada para determinar o prosseguimento da ação de execução de título extrajudicial.
É o relatório. Decido.
A atribuição do efeito suspensivo ao agravo de instrumento só se dará em situações que possam resultar em dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.
No caso em análise, não demonstrados os requisitos para a concessão de efeito suspensivo ao recurso, mesmo porque o processo em primeiro grau já se encontra suspenso em decorrência da interposição dos embargos à execução e a pretensão do agravante cinge-se ao prosseguimento da ação executiva, o que vai de encontro ao pedido de concessão de efeito suspensivo a este recurso.
Em face do exposto, não concedo o pedido efeito suspensivo ao recurso.

Intime-se a parte agravada para, querendo, oferecer contrarrazões, no prazo do art. 1019, II, do CPC/2015, facultada ainda a juntada de documentação que entender necessária ao julgamento do recurso.
Oficie-se. Intime-se. Publique-se.
Após, retornem os autos conclusos.
Porto Velho/RO, 15 de dezembro de 2016.
Desembargador Raduan Miguel Filho
Relator

ABERTURA DE VISTAS

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
ABERTURA DE VISTA - SDSG
0007341-32.2012.8.22.0014 - Recurso Especial
Origem: 0007341-32.2012.8.22.0014 Vilhena / 4ª Vara Cível
Recorrente: O. F. P.
Advogado: Cândido Ocampo Fernandes (OAB/RO 780)
Advogado: Lauro Lúcio Lacerda (OAB/RO 3919)
Recorrente: P. & R. L.
Advogado: Cândido Ocampo Fernandes (OAB/RO 780)
Advogado: Lauro Lúcio Lacerda (OAB/RO 3919)
Recorrida: R. S. de C.
Advogado: Castro Lima de Souza (OAB/RO 3048)
Relator(a) : Desembargador Sansão Saldanha
Nos termos do provimento nº 001/2001-PR, de 13/09/2001, e dos artigos 203, § 4º c/c 1030, do CPC, fica o recorrido intimado para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso especial, no prazo legal, via digital, conforme artigo 10, §1º, da Lei Federal n. 11.419/2006.
Porto Velho, 7 de fevereiro de 2017.
Belª Cilene Rocha Meira Morheb
Diretora do 1º Dejucivel/TJRO

2ª CÂMARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
0025415-42.2013.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0025415-42.2013.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 1ª Vara Cível
Apelante: Welcon Incorporadora Imobiliaria Ltda
Advogado: Gilliard Nobre Rocha (OAB/AC 2833)
Advogado: Thales Rocha Bordignon (OAB/RO 4863)
Advogado: Iran da Paixão Tavares Júnior (OAB/RO 5087)
Apelante: Bairro Novo Porto Velho Empreendimento Imobiliário S/A
Advogado: Alexandre Batista Fregonesi (OAB/SP 172276)
Advogado: Andrey Cavalcante de Carvalho (OAB/RO 303B)
Advogado: Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 4923)
Advogado: Gustavo Clemente Vilela (OAB/SP 220907)
Apelado: Edijânio do Nascimento Silva
Advogada: Jéssica Peixoto Cantanhêde (OAB/RO 2275)
Advogado: David Alves Moreira (OAB/RO 299B)
Relator(a) : Desembargador Kiyochi Mori
Revisor(a) : Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Vistos.
Nas ações cujo pleito envolvem a compensação por danos morais, o recolhimento do preparo deve ter como base o valor da condenação (Agravo, Processo nº 0007822-68.2011.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento: 18/08/2016).
Verifica-se que a apelante Welcon Incorporadora Imobiliária Ltda. não recolheu o preparo recursal na sua integralidade, haja vista não ter considerado o montante integral de sua condenação, incluindo a correção monetária e os juros, conforme fixado em sentença.
À luz do exposto, intime-se a apelante para que providencie a complementação do preparo, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de deserção (NCPC, art. 1007, § 2º).
Publique-se.
Porto Velho, 06 de fevereiro de 2017.
DESEMBARGADOR KIYOCHI MORI
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
0018660-02.2013.8.22.0001 - Embargos de Declaração
Origem: 0018660-02.2013.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 10ª Vara Cível
Embargante: Onixx Industria de Vidros e Inox Ltda
Advogado: Joao Carlos Veris (OAB/RO 906)
Advogado: Yuri Robert Rabelo Antunes (OAB/RO 4584)
Embargada: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S A
Advogada: Carla Denes Ceconello Leite (OAB/MT 8840B)
Advogado: Itallo Gustavo de Almeida Leite (OAB/MT 7413)
Advogado: Giuliano Caio Sant Ana (OAB/RO 4842)
Advogado: Artur Lopes de Souza (OAB/RO 6231)
Advogada: Rachel Fischer Pires de Campos Menna Barreto (OAB/SP 248779)
Relator(a) : Desembargador Kiyochi Mori
Despacho
Em face da interposição de embargos de declaração, intime-se a parte contrária para, querendo, se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 1.023, §2º do CPC/2015.
Após, retornem conclusos.
Publique-se.
Porto Velho/RO, 06 de fevereiro de 2017.
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
0013061-48.2014.8.22.0001 - Embargos de Declaração
Origem: 0013061-48.2014.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 7ª Vara Cível
Embargante: Gafisa SPE 85 Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Rodrigo Borges Soares (OAB/RO 4712)
Embargado: Bruno Arthur Bravin da Silva
Advogado: Jesus Clezer Cunha Lobato (OAB/RO 2863)
Relator(a) : Desembargador Kiyochi Mori
Vistos.
Em face da interposição de embargos de declaração, intime-se a parte contrária para, querendo, se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 1.023, §2º do CPC/2015.
Publique-se.
Porto Velho/RO, 06 de fevereiro de 2017.
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
0003957-95.2015.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0003957-95.2015.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 8ª Vara Cível
Apelante: Alcimar Santos Lobato
Advogado: José Anastácio Sobrinho (OAB/RO 872)
Apelado: Banco Itaucard S/A
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
Relator(a) : Desembargador Kiyochi Mori
Revisor(a) : Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

Vistos.
Trata-se de recurso de apelação interposto por Alcimar Santos Lobato na "ação de indenização por reparação por danos morais e materiais" em face de Banco Itaucard S/A.
Ao interpor o recurso, o apelante requereu a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita, assim, intime-se para cumprir o disposto no art. 99, §2º do CPC/2015, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 932, Parágrafo Único do CPC/2015, ou recolher o preparo sobre o valor da causa atualizado.
Publique-se.
Porto Velho, 06 de fevereiro de 2017.
Desembargador Paulo Kiyochi Mori.
Relator.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
0001088-59.2015.8.22.0002 - Embargos de Declaração
Origem: 0001088-59.2015.8.22.0002 Ariquemes / 1ª Vara Cível
Embargante: Polimport Comércio e Exportação Ltda
Advogado: Paulo Guilherme de Mendonça Lopes (OAB/SP 98709)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Embargada: Elizangela Pinto de Lima
Advogada: Edamari de Souza (OAB/RO 4616)
Relator(a) : Desembargador Kiyochi Mori
Vistos.
Em face da interposição de embargos de declaração, intime-se a parte contrária para, querendo, se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 1.023, §2º do CPC/2015.
Publique-se.
Porto Velho/RO, 06 de fevereiro de 2016.
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
0040707-09.2009.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0040707-09.2009.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 1ª Vara Cível
Apelante: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo
Advogado: Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389)
Advogado: Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Apelada: Ângela Maria Mendes dos Santos
Advogada: Ângela Maria Mendes dos Santos (OAB/RO 2651)
Relator(a) : Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
O apelante, inicialmente, requer a suspensão do curso do processo até que se prolate decisão final, pelo STF sobre os expurgos, relativamente aos RE 591797 (Leading Case) e RE 626307, que se encontram com reconhecimento de repercussão geral (tema 265/STF).
Oportuno destacar acerca do que versa o tema:
Tema 265 STF – Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor I.
Assim, tendo em vista que a(s) matéria(s) citada(s) é(são) questão(ões) de ordem pública, cujo reflexo recairá no julgamento deste recurso quanto na demanda originária, nos termos da afetação do RE 591797 (Leading Case) e RE 626307, cadastrados como TEMA 265/STF, determino a imediata suspensão deste feito até final julgamento dos aludidos recursos, em aplicação ao que se encontra disposto no art. 1.035, §5º, do NCPC.
O 2º Departamento Judiciário Cível deverá providenciar as anotações necessárias para o sobrestamento do feito, devendo este aguardar o período de suspensão no próprio departamento.
Com o julgamento da controvérsia, tornem os autos conclusos.
I.
Porto Velho, 07 de fevereiro de 2017.
Desembargador ISAIAS FONSECA MORAES
Relator

ABERTURA DE VISTAS

2ª Câmara Cível
ABERTURA DE VISTA
Recurso Especial em Agravo de Instrumento
nrº 0006366-47.2015.8.22.0000
Recorrente: Santo Antonio Energia S. A.
Advogado: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
Advogada: Luciana Sales Nascimento (OAB/RO 5082)
Advogada: Rafaela Pithon Ribeiro (OAB/BA 21026)
Advogada: Julia Peres Capobianco (OAB/SP 350981)
Recorrida: Gleiciele Silva Trindade
Advogado: Alexandre Theol Denny Neto (OAB/RO 6740)
Recorrido: Renan Cristian da Costa Barbosa
Advogado: Alexandre Theol Denny Neto (OAB/RO 6740)
Recorrida: G. T. dos S. Representada por sua mãe G. S. T.
Advogado: Alexandre Theol Denny Neto (OAB/RO 6740)
[...]
"Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, ficam os(as) recorridos(as intimados(as) para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Especial."
Porto Velho, 7 de fevereiro de 2017
(a) Belª Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2DEJUCIVEL

1ª CÂMARA ESPECIAL

1ª Câmara Especial
0017233-85.2014.8.22.0501 Apelação
Origem:0017233-85.2014.8.22.0501 Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara da Auditoria Militar
Relator: Gilberto Barbosa
Apte/Ação: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apdo/Apte: Acácio Leiva Policena
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Apdo/Apte: Ataide Jose dos Santos Junior
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Apdo/Apte: Jorge Xavier da Rocha
Advogado: José Teixeira Vilela Neto (OAB/RO 4990)
Advogada: Risolene Eliane Gomes da Silva Pereira (OAB/RO 3963)
Apdo/Apte: Robson Batista Galindo
Advogado: Graciliano Ortega Sanchez (OAB/RO 5194)
Apdo/Apte: David Saraiva da Silva
Advogado: Jackson Chediak (OAB/RO 5000)
Advogado: Tiago Fernandes Lima da Silva (OAB/RO 6122)
Advogado: Lauro Fernandes da Silva Junior (OAB/RO 6797)
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Apdo/Apte: Dário Souza Silva
Advogado: Nilson Aparecido de Souza (OAB/RO 3883)
Advogada: Arly dos Anjos Silva (OAB/RO 3616)
Advogado: Dimas Queiroz de Oliveira Júnior (OAB/RO 2622)
Advogado: José Viana Alves (OAB/RO 2555)
Advogada: Maracélia Lima de Oliveira (OAB/RO 2549)
Advogada: Nayara Simeas Pereira Rodrigues Martins (OAB/RO 1692)
Advogada: Viviane de Oliveira Alves (OAB/RO 6424)
Tipo de Distribuição por Prevenção de Magistrado (0013400-10.2014.8.22.0000 Habeas Corpus)
Vistos etc.
Na forma do §4º, do art. 600 do Código de Processo Penal, intime-se o réu Robson Batista Galindo para, em oito dias, arrazoar o recurso de apelação interposto às fls. 1.340.
Não cumprida a determinação no prazo assinalado, que seja o processo encaminhado à Defensoria Pública para que, na forma do artigo 263 do Código de Processo Penal, atue na defesa do réu.
Após, encaminhe-se os autos ao Ministério Público.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de janeiro de 2017.
Des. Gilberto Barbosa
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Especial
0012496-55.2012.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0012496-55.2012.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 2ª Vara da Fazenda Pública
Apelante: Francisco Roberto Bessa Gomes
Advogada: Janaína Zimmer (OAB/RO 3365)
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Nilton Djalma dos Santos Silva (OAB/RO 608)
Procurador: Renato Condeli (OAB/RO 370)
Relator(a) : Desembargador Oudivanil de Marins
VISTOS.
Trata-se de recurso de apelação interposto por Francisco Roberto Bessa Gomes, representado pela advogada Dra Janaína Zimmer, contra sentença de improcedência.
Inicialmente, cumpre ressaltar que o advogado com procuração nos autos é o Dr. Francisco Edilson Celestino Holanda (fl. 14), mas o recurso de apelação foi assinado pela Dra Janaína Zimmer, que informa por meio de petição apartada, nunca ter atuado no presente processo e está apurando os fatos, inclusive, na via criminal. Ao final, requer que não mais sejam feitas intimações em seu nome (fls. 470-1).
Adiante, a advogada Dra Angela M.M. Dos Santos informou em petição apartada que a Dra Janaína encontra-se com problemas de saúde e atuou no presente processo, devendo ser condenada por litigância de má-fé, entre outros (fls. 475-8).
Em análise aos autos verifica-se que o patrono inicial da causa é o Dr. Francisco Edilson Celestino Holanda, e como não resta claro quem atua atualmente na causa, determino sua intimação para esclarecer a situação que se mostra controversa.
Pelo exposto, intime-se o Dr. Francisco Edilson Celestino Holanda, para pessoalmente, prestar informações no prazo de 5 dias.
Indefiro o pedido da Dra Janaína Zimmer, devendo utilizar os meios cabíveis para deixar de atuar no presente processo, conforme previsto no código de ética da OAB.
Indefiro os pedidos da Dra Angela por tratar de medidas a serem tomadas perante o órgão de classe, devendo tomar as providências cabíveis em relação a atuação no presente processo por meio de procuração juntada aos autos, caso necessário.
Publique-se.
Porto Velho, 03 de fevereiro de 2017.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Especial
0002691-44.2013.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0002691-44.2013.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 2ª Vara da Fazenda Pública
Apelante: Estado de Rondônia
Procuradora: Ivanilda Maria Ferraz Gomes (OAB/RO 219)
Apelada: Rovema Veículos e Máquinas Ltda
Advogado: Francisco Arquilau de Paula (OAB/RO 1B)
Advogada: Franciany D´Alessandra Dias de Paula (OAB/RO 349-B)
Advogado: Breno de Paula (OAB-RO 399 B)
Advogado: Gustavo Dandolini (OAB/RO 3205)
Advogado: Rodrigo Barbosa Marques do Rosário (OAB/RO 2969)
Advogada: Suelen Sales da Cruz (OAB/RO 4289)
Relator(a) : Desembargador Oudivanil de Marins
Revisor(a) : Desembargador Eurico Montenegro
VISTOS.
Defiro o pedido de substabelecimento.
Após, voltem conclusos.
Porto Velho, 03 de fevereiro de 2017.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Especial
0004317-22.2014.8.22.0015 - Apelação
Origem: 0004317-22.2014.8.22.0015 Guajará-Mirim / 1ª Vara Cível
Apelante: Estado de Rondônia
Procuradora: Ellen Cristine Alves de Melo (OAB/RO 5985)
Procuradora: Ivanilda Maria Ferraz Gomes (OAB/RO 219)
Apelado: Júlio Cesar Cortez Oliveira
Relator: Desembargador Oudivanil de Marins
Vistos.
Trata-se de recurso de apelação em ação de execução fiscal na qual versa discussão sobre o processo administrativo tributário -PAT, previsto na lei n. 688/96.
Em decisão da 2ª Câmara Especial foi admitido o processamento do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), autos n. 0803446-33.2016.8.22.0000 (PJE), referente ao tema "suspensão do prazo prescricional do crédito tributário em razão da instauração, de ofício, do PAT", no qual determinou-se a suspensão dos processos relacionados à matéria até a decisão final.
Pelo exposto, ante a suspensão, aguarde no departamento até decisão final do incidente.
Após voltem conclusos para julgamento do mérito recursal.
Porto Velho, 03 de fevereiro de 2017.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Especial
0022366-27.2012.8.22.0001 - Embargos de Declaração
Origem: 0022366-27.2012.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 1ª Vara da Fazenda Pública
Embargante: José Roberto Gomes Arroio
Advogado: José Roberto de Castro (OAB/RO 2350)
Embargado: Estado de Rondônia
Procuradora: Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira (OAB/RO 638)
Procurador: Renato Condeli (OAB/RO 370)
Procurador: Fábio José Gobbi Duran (OAB/RO 632)
Procurador: Valdecir da Silva Maciel (OAB/RO 390)
Relator(a) : Desembargador Oudivanil de Marins
VISTOS.
Intime-se o embargado nos termos do art. 1.023, §2º do CPC.
Porto Velho, 06 de fevereiro de 2017.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Especial
0015202-74.2013.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0015202-74.2013.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 2ª Vara da Fazenda Pública
Apelante: Venezia Comercio de Caminhoes Ltda
Advogado: Breno Dias de Paula (OAB/RO 399B)
Advogado: Francisco Arquilau de Paula (OAB/RO 1B)
Advogada: Franciany D'Alessandra Dias de Paula (OAB/RO 349B)
Advogada: Suelen Sales da Cruz (OAB/RO 4289)
Advogado: Rodrigo Barbosa Marques do Rosário (OAB/RO 2969)
Advogada: Nirlene Aparecida de Oliveira (OAB/RO 7575)
Apelado: Estado de Rondônia
Procuradora: Ellen Cristine Alves de Melo (OAB/RO 5985)
Relator(a) : Desembargador Oudivanil de Marins
Revisor(a) : Desembargador Eurico Montenegro
VISTOS.
Defiro o pedido de substabelecimento de folhas 216-8.
Após, voltem conclusos.
Porto Velho, 03 de fevereiro de 2017.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Especial
0202576-54.2004.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0202576-54.2004.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Apelante: Estado de Rondônia
Procuradora: Claricéa Soares (OAB/RO 411A)
Procurador: Israel Tavares Victoria (OAB/RO 7216)
Apelado: Disco Magic Ltda
Curador: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Oudivanil de Marins
Vistos.
Trata-se de recurso de apelação em ação de execução fiscal na qual versa discussão sobre o processo administrativo tributário -PAT, previsto na lei n. 688/96.
Em decisão da 2ª Câmara Especial foi admitido o processamento do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), autos n. 0803446-33.2016.8.22.0000 (PJE), referente ao tema "suspensão do prazo prescricional do crédito tributário em razão da instauração, de ofício, do PAT", no qual determinou-se a suspensão dos processos relacionados à matéria até a decisão final.
Pelo exposto, ante a suspensão, aguarde no departamento até decisão final do incidente.
Após voltem conclusos para julgamento do mérito recursal.
Porto Velho, 03 de fevereiro de 2017.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Especial
1000137-51.2015.8.22.0001 - Apelação
Origem: Porto Velho - Fórum Cível / 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Apelante: Estado de Rondônia
Procurador: Daniel Leite Ribeiro (OAB/RO 7142)
Procurador: Pedro Henrique Moreira Simões (OAB/RO 5491)
Apelado: Wanderley Ferreira Leite Junior
Relator: Desembargador Oudivanil de Marins
Vistos.
Trata-se de recurso de apelação em ação de execução fiscal na qual versa discussão sobre o processo administrativo tributário -PAT, previsto na lei n. 688/96.
Em decisão da 2ª Câmara Especial foi admitido o processamento do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), autos n. 0803446-33.2016.8.22.0000 (PJE), referente ao tema "suspensão do prazo prescricional do crédito tributário em razão da instauração, de ofício, do PAT", no qual determinou-se a suspensão dos processos relacionados à matéria até a decisão final.
Pelo exposto, ante a suspensão, aguarde no departamento até decisão final do incidente.
Após voltem conclusos para julgamento do mérito recursal.
Porto Velho, 03 de fevereiro de 2017.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Especial
0008328-21.2014.8.22.0007 - Apelação
Origem: 0008328-21.2014.8.22.0007 Cacoal / 3ª Vara Cível
Apelante: Estado de Rondônia
Procurador: Valério Cesar Milani e Silva (OAB/RO 3934)
Apelado: Clebson Leandro Madeira
Advogada: Viviani Ramires da Silva (OAB/RO 1360)
Relator(a) : Desembargador Oudivanil de Marins
VISTOS.
Trata-se de recurso de apelação interposto pelo Estado de Rondônia contra sentença de procedência para anular o ato administrativo que eliminou Clebson Leandro Madeira do curso de formação de Sargento da Polícia Militar, em razão de inaptidão em avaliação psicológica.
A sentença garantiu os direitos e prerrogativas legais do apelado em relação ao certame para consolidação no processo seletivo interno.
Em petição individualizada o Estado de Rondônia veio requerer a desistência do recurso de apelação por ter consolidado a promoção do apelado utilizando o critério antiguidade, conforme determinado na sentença (fl. 459).
Pelo exposto, julgo prejudicado o recurso de apelação ante a desistência expressa do Estado de Rondônia, nos termos do art. 932, inciso III, do código de processo civil.
Após os trâmites legais encaminhe-se os autos ao juízo de origem para providência das medidas cabíveis.
Publique-se.
Porto Velho, 03 de fevereiro de 2017.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Especial
1000119-30.2015.8.22.0001 - Apelação
Origem: Porto Velho - Fórum Cível / 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Apelante: Estado de Rondônia
Procuradora: Ivanilda Maria Ferraz Gomes (OAB/RO 219)
Apelada: Companhia de Bebidas das Américas AMBEV
Relator: Desembargador Oudivanil de Marins
Vistos.
Trata-se de recurso de apelação em ação de execução fiscal na qual versa discussão sobre o processo administrativo tributário -PAT, previsto na lei n. 688/96.
Em decisão da 2ª Câmara Especial foi admitido o processamento do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), autos n. 0803446-33.2016.8.22.0000 (PJE), referente ao tema "suspensão do prazo prescricional do crédito tributário em razão da instauração, de ofício, do PAT", no qual determinou-se a suspensão dos processos relacionados à matéria até a decisão final.
Pelo exposto, ante a suspensão, aguarde no departamento até decisão final do incidente.
Após voltem conclusos para julgamento do mérito recursal.
Porto Velho, 03 de fevereiro de 2017.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Especial
0006145-43.2015.8.22.0007 - Apelação
Origem: 0006145-43.2015.8.22.0007 Cacoal / 4ª Vara Cível
Apelante: Maria Cordeiro da Silva Barbosa
Curador: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Lucio Junior Bueno Alves (OAB/RO 6454)
Relator: Desembargador Oudivanil de Marins
Vistos.
Trata-se de recurso de apelação em ação de execução fiscal na qual versa discussão sobre o processo administrativo tributário -PAT, previsto na lei n. 688/96.
Em decisão da 2ª Câmara Especial foi admitido o processamento do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), autos n. 0803446-33.2016.8.22.0000 (PJE), referente ao tema "suspensão do prazo prescricional do crédito tributário em razão da instauração, de ofício, do PAT", no qual determinou-se a suspensão dos processos relacionados à matéria até a decisão final.
Pelo exposto, ante a suspensão, aguarde no departamento até decisão final do incidente.
Após voltem conclusos para julgamento do mérito recursal.
Porto Velho, 03 de fevereiro de 2017.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Especial
1000535-66.2013.8.22.0001 - Apelação
Origem: Porto Velho - Fórum Cível / 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Apelante: Estado de Rondônia

Procurador: Luiz Cláudio Vasconcelos Xavier de Carvalho (OAB/RO 1143)
Apelado: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS SORRI
Relator: Desembargador Oudivanil de Marins
Vistos.
Trata-se de recurso de apelação em ação de execução fiscal na qual versa discussão sobre o processo administrativo tributário -PAT, previsto na lei n. 688/96.
Em decisão da 2ª Câmara Especial foi admitido o processamento do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), autos n. 0803446-33.2016.8.22.0000 (PJE), referente ao tema "suspensão do prazo prescricional do crédito tributário em razão da instauração, de ofício, do PAT", no qual determinou-se a suspensão dos processos relacionados à matéria até a decisão final.
Pelo exposto, ante a suspensão, aguarde no departamento até decisão final do incidente.
Após voltem conclusos para julgamento do mérito recursal.
Porto Velho, 03 de fevereiro de 2017.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Especial
0079900-02.2007.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0079900-02.2007.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Apelante: Estado de Rondônia
Procurador: Sérgio Fernandes de Abreu Junior (OAB/RO 6629)
Procurador: Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B)
Procurador: Emílio César Abelha Ferraz (OAB/RO 234B)
Procurador: Lerí Antônio Souza e Silva (OAB/RO 269A)
Apelado: Vilson Cassemiro
Relator: Desembargador Oudivanil de Marins
Vistos.
Trata-se de recurso de apelação em ação de execução fiscal na qual versa discussão sobre o processo administrativo tributário -PAT, previsto na lei n. 688/96.
Em decisão da 2ª Câmara Especial foi admitido o processamento do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), autos n. 0803446-33.2016.8.22.0000 (PJE), referente ao tema "suspensão do prazo prescricional do crédito tributário em razão da instauração, de ofício, do PAT", no qual determinou-se a suspensão dos processos relacionados à matéria até a decisão final.
Pelo exposto, ante a suspensão, aguarde no departamento até decisão final do incidente.
Após voltem conclusos para julgamento do mérito recursal.
Porto Velho, 03 de fevereiro de 2017.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Especial
0305767-76.2008.8.22.0001 - Embargos de Declaração
Origem: 0305767-76.2008.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Embargante: Estado de Rondônia
Procurador: Sérgio Fernandes de Abreu Junior (OAB/RO 6629)
Embargado: Açailandia Encomendas e Cargas Ltda
Advogada: Elayne Cristina Galletti (OAB/MA 7455)
Advogado: Luiz Luciano de Barros Filho (OAB/MA 5158)
Advogado: Ulysses de Souza Matos (OAB/MA 9724)
Relator(a) : Desembargador Oudivanil de Marins
VISTOS.
Trata-se de embargos de declaração em ação de execução fiscal na qual versa discussão sobre o processo administrativo – PAT, previsto na lei n. 8.688/96.
Em decisão da 2ª câmara especial foi admitido o processamento do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), autos n. 0803446-33.2016.8.22.0000 (PJE), referente ao tema "suspensão do prazo prescricional do crédito tributário em razão da instauração, de ofício, do PAT", no qual determinou-se a suspensão dos processos relacionados à matéria até decisão final.
Pelo exposto, ante a suspensão, aguarde no departamento até decisão final do incidente.
Após voltem conclusos para julgamento do mérito recursal.
Porto Velho, 07 de fevereiro de 2017.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Especial
0022077-31.2011.8.22.0001 - Embargos de Declaração
Origem: 0022077-31.2011.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Embargante: Estado de Rondônia
Procurador: Sérgio Fernandes de Abreu Junior (OAB/RO 6629)
Procurador: Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B)
Procurador: Pedro Henrique Moreira Simões (OAB/RO 5491)
Procurador: Israel Tavares Victoria (OAB/RO 7216)
Embargada: Itautinga Agro Industrial S/A
Relator(a) : Desembargador Oudivanil de Marins
VISTOS.
Trata-se de embargos de declaração em ação de execução fiscal na qual versa discussão sobre o processo administrativo – PAT, previsto na lei n. 8.688/96.
Em decisão da 2ª câmara especial foi admitido o processamento do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), autos n. 0803446-33.2016.8.22.0000 (PJE), referente ao tema "suspensão do prazo prescricional do crédito tributário em razão da instauração, de ofício, do PAT", no qual determinou-se a suspensão dos processos relacionados à matéria até decisão final.
Pelo exposto, ante a suspensão, aguarde no departamento até decisão final do incidente.
Após voltem conclusos para julgamento do mérito recursal.
Porto Velho, 07 de fevereiro de 2017.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

ABERTURA DE VISTAS

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
ABERTURA DE VISTA - SDSG
0003583-53.2014.8.22.0021 - Recurso Especial
Origem: 0003583-53.2014.8.22.0021 Buritis / 2ª Vara
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Pedro Henrique Moreira Simões (OAB/RO 5491)
Recorrido: Idair Barbosa Sandoval
Advogada: Sandra Mirele Barros de Souza Amaral (OAB/RO 6642)
Advogado: Robson Clay Floriano Amaral (OAB/RO 6965)
Relator(a) : Desembargador Sansão Saldanha
Nos termos do Provimento nº 01/2001/PR, de 13/9/2001, fica o recorrido intimado para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Especial.
Porto Velho, 07 de fevereiro de 2017.
Belª. Eriene Grangeiro de Almeida Silva
Diretora do 1º DEJUESP/TJ/RO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1º DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO ESPECIAL

2ª CÂMARA ESPECIAL

2ª Câmara Especial
Despacho DO RELATOR
Apelação
Número do Processo :0003470-94.2016.8.22.0000
Processo de Origem : 0012518-53.2011.8.22.0000
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Nadelson de Carvalho

Advogada: Adriana Bezerra dos Santos(OAB/RO 5822)
Advogada: Lídia Freming Quispilaya(OAB/RO 4928)
Advogado: Ronan Almeida de Araújo(OAB/RO 2523)
Advogada: Maria Cristina Batista Chaves(OAB/RO 4539)
Relator:Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Vistos.
Considerando a petição juntada aos autos, na qual a advogada Adriana Bezerra dos Santos (OAB/RO n. 5822) informa a renúncia aos poderes que lhe foram conferidos, determino que o processo seja desvinculado da mesma e que as próximas intimações não lhe sejam dirigidas.
Dispenso a necessidade de intimação da parte outorgante, em razão desta estar assistida por outro causídico, nos termos do artigo 112, §2º, do Código de Processo Civil.
Após, voltem os autos conclusos para que aguardem sua ordem de julgamento.
Porto Velho, 06 de fevereiro de 2017.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Relator

Despacho DO RELATOR
Apelação
Número do Processo :0001126-26.2015.8.22.0017
Processo de Origem : 0001126-26.2015.8.22.0017
Apelante: Luiz Mauro Cardoso
Advogado: Alvaro Marcelo Bueno(OAB/RO 6843)
Advogado: Carl Teske Júnior(OAB/RO 3297)
Advogado: Roberto Araújo Junior(OAB/RO 4084)
Advogada: Fernanda Maia Marques(OAB/RO 3034)
Advogada: Rosilene de Oliveira Zanini(OAB/RO 4542)
Advogado: Rodrigo Borges Soares(OAB/RO 4712)
Advogada: Lanessa Back Thomé(OAB/RO 6360)
Apelante: Viviana Lima da Silva
Advogado: Alvaro Marcelo Bueno(OAB/RO 6843)
Advogado: Roberto Araújo Junior(OAB/RO 4084)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator:Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Vistos.
Considerando que a petição de fls. 694-700 é mera cópia das razões já apresentadas às fls. 673-679, aquela deverá ser desconsiderada.
Remetam-se os autos à Procuradoria de Justiça para, caso queira, oferecer parecer.
Porto Velho, 6 de fevereiro de 2017.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Relator

Despacho DO RELATOR
Termo Circunstanciado
Número do Processo :0006547-14.2016.8.22.0000
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Infrator: Marcos José Rocha dos Santos
Relator:Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Vistos.
Diante da alteração de competência para os processos originários relativos a crimes praticados por secretários de Estado, que passaram a ser julgados pelas Câmaras Especiais Reunidas (art. 118, I, do RITJ/RO), encaminhe-se o feito à Vice-Presidência para as providências de redistribuição que entender cabíveis.
Porto Velho, 6 de fevereiro de 2017.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Relator

2ª Câmara Especial
Despacho DO RELATOR
Procedimento Investigatório do MP (Peças de Informação)
Número do Processo :0005952-15.2016.8.22.0000
Interessado (Parte Ativa): Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Francesco Vialetto
Advogado: Sidnei Sotele(OAB/RO 4192)
Relator:Des. Renato Martins Mimessi
Vistos.
Trata-se de Denúncia ofertada pela Procuradoria Geral de Justiça contra Francesco Vialetto, dirigida diretamente a esta Corte em razão de o denunciado, à época, ocupar o cargo de Prefeito do Município de Cacoal, o que lhe garantia foro por prerrogativa de função.
Em consulta ao sítio do TSE verificou-se que o mandato eletivo do denunciado se encerrou no dia 31/12/2016, de modo que a providência de rigor é a baixa do feito ao juízo de primeiro grau de jurisdição, a quem compete exercer o juízo de admissibilidade da denúncia, inclusive instruindo o feito com documentos que achar pertinente.
Em face do exposto, determino a remessa do feito para a Comarca de Cacoal, devendo ser distribuído a uma das varas criminais para prosseguimento da adequada instrução do processo.
Cumpra-se, com as baixas necessárias.
Intime-se.
Porto Velho, 03 de fevereiro de 2017.
Desembargador Renato Martins Mimessi
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Especial
0001514-87.2014.8.22.0008 - Embargos de Declaração
Origem: 0001514-87.2014.8.22.0008 Espigão do Oeste / 1ª Vara
Embargante: Milton Alves Toledo - ME
Advogado: Cleodimar Balbinot (OAB/RO 3663)
Advogada: Kely Cristine Benevides (OAB/RO 3843)
Embargado: Estado de Rondônia
Procurador: Lucio Junior Bueno Alves (OAB/RO 6454)
Relator(a) : Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Vistos.
Intime-se a parte embargada para apresentar resposta aos embargos de declaração de fls. 297/300, nos termos do art. 1.023, §2º, do Código de Processo Civil.
Porto Velho, 07 de fevereiro de 2017.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Especial
0013218-55.2013.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0013218-55.2013.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 1ª Vara da Fazenda Pública
Apte/Ação: Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Apda/Apte: Silvacar Locação de Veículos Ltda ME
Advogado: Mário Sérgio Leiras Teixeira (OAB/RO 1400)
Relator(a) : Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Revisor(a) : Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Vistos.
Tratam-se de recursos de apelação contra sentença proferida pelo juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública desta Comarca, que julgou procedente o pedido inicial de inexistência de relação jurídica entre o demandante e o Estado de Rondônia quanto ao crédito tributário referente ao protesto do título CDA n. 20120200103, e improcedente o pedido de indenização por danos morais.
Compulsando os autos, verifico que Silvacar Locação de Veículos Ltda não foi intimada para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação do Estado de Rondônia de fls. 84/89.
Desse modo, intime-se a apelada Silvacar Locação de Veículos Ltda para apresentar contrarrazões ao recurso interposto pelo Estado de Rondônia às 84/89 no prazo legal.
Expeça-se o necessário.
Porto Velho, 06 de fevereiro de 2017.
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Relator

CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS

Câmaras Especiais Reunidas
Despacho DO RELATOR
Ação Rescisória
Número do Processo :0005674-82.2014.8.22.0000
Processo de Origem : 0026549-22.2004.8.22.0001
Autor: Renato Antônio de Souza Lima
Advogado: Ely Roberto de Castro(OAB/RO 509)
Réu: Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia( )
Relator:Des. Roosevelt Queiroz Costa
Vistos
O autor requereu os benefícios da gratuidade da justiça, alegando, para tanto, não possuir condições de arcar com as custas processuais e o depósito prévio a que alude o art. 968, II, do NCPC, contudo sem comprovar sua situação financeira.
Assim, proferi o despacho de fl. 1753 dos autos, nos seguintes termos: "(...) Não obstante, o Superior Tribunal de Justiça entende que conquanto se admita que para concessão da gratuidade da justiça basta mera declaração do interessado acerca da hipossuficiência, é certo que referido documento reveste-se de presunção relativa de veracidade, suscetível de ser elidida pelo julgador que entenda haver fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado (Quarta Turma. AgRg no Ag 925756/RJ, relator o Ministro Fernando Gonçalves, DJe 3/3/2008). Em face do exposto, considerando que, na espécie, a simples declaração de que o impetrante encontra-se impossibilitado de arcar com as custas processuais, possui presunção relativa de veracidade, intime-se o mesmo, para, no prazo de 10 (dez) dias, comprovar seu estado de miserabilidade, mediante comprovante de rendimentos e de despesas que justifique a hipossuficiência alegada, ou que recolha as custas, sob pena de deserção."
O autor deixou transcorrer o prazo in albis sem qualquer manifestação, conforme certificado à fl. 1756, ou seja, nem fez prova de sua hipossuficiência e nem recolheu as custas e o depósito prévio a que alude o art. 968, II, do CPC.
Em face do exposto, tempestivo, mas sem custas e depósito prévio, óbice intransponível, nos termos do art. 968, § 3º, do CPC, indefiro a petição inicial.
Intimem-se, publicando.
Após o decurso do prazo legal, arquivem-se.
Porto Velho - RO, 6 de fevereiro de 2017.
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Relator

1ª CÂMARA CRIMINAL

1ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0000523-33.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0011807-58.2015.8.22.0501
Paciente: Marilucio Alves Montes
Impetrante(Advogada): Magally de Oliveira(OAB/RO 8005)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relator:Des. Daniel Ribeiro Lagos
Vistos.
Trata-se de ordem de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pela advogada Magally de Oliveira, em favor do paciente Marilucio Alves Montes, foi condenado a 08 anos e 06 meses de reclusão, pela prática dos delitos previstos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei 11.343/06, apontando como autoridade coatora o Juízo da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho-RO.
Alega o impetrante, em síntese, que o paciente encontra-se em flagrante constrangimento ilegal, vez que passou por procedimento cirurgico para colocação de pinos em razão de fratura na perna e o sistema carcerário em que se encontra (Urso Branco) não possui atendimento adequado, estando o mesmo em estado de penúria, cela superlotada, sem condições de higiene, e ainda, encontra-se com pontos inflamados, sentindo muitas dores e até a presente data sequer foi encaminhado para retorno pós operatório que estava marcado para o dia 05/01/2017, enfim, correndo risco de pegar infecção generalizada.
Aduz ainda, que paciente é primário, possui domicílio fixo, podendo ser encontrado em qualquer momento para realização e participação dos atos processuais.
Ao final, pugna pela concessão da liminar aos fins de que seja concedido a prisão domiciliar ao paciente para que possa se recuperar.
Relatei. Decido
É cediço que a concessão de liminar em sede de habeas corpus é medida excepcional, que exige a constatação inequívoca de manifesta ilegalidade ou abuso de poder.
Extrai-se dos autos, que o paciente cumpre pena no estabelecimento prisional Urso Panda pela prática dos delitos de tráfico de drogas e associação. Em razão de ter realizado procedimento cirúrgico e o sistema prisional não possuir atendimento adequado, foi transferido para unidade prisional Urso Branco.
Consta, que o impetrante requereu a concessão de prisão domiciliar, e subsidiariamente a transferência do paciente para Comarca de Guajará–Mirim, onde reside sua família, declarando que o paciente encontra-se em condições precárias, sem qualquer assistência médica. O MP deliberou parecer favorável para transferência do paciente para Comarca de origem. A autoridade coatora indeferiu pedido de prisão domiciliar, por entender que não ficou demonstrada a necessidade da medida.
Em exame perfunctório dos autos não verifico presentes os requisitos que poderiam autorizar a concessão da liminar pleiteada, por não evidenciar de plano a ilegalidade alegada, guardando-me para analisar oportunamente o mérito, após as informações a serem prestadas pela d. autoridade apontada como coatora, motivo pelo qual, por ora, INDEFIRO a liminar.
Requisitem-se informações à autoridade coatora em até 48 horas, a serem prestadas por e-mail dejucri@tjro.jus.br ou malote digital, por questão de celeridade e economia processual.
Após, dê-se vista à Procuradoria de Justiça.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 7 de fevereiro de 2017.
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Relator

1ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Carta Testemunhável
Número do Processo :0002505-95.2016.8.22.0007
Processo de Origem : 0002505-95.2016.8.22.0007
Testemunhante: C. E. C.
Advogado: Abdiel Afonso Figueira(OAB/RO 3092)
Testemunhado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator:Des. José Jorge R. da Luz
Vistos.
Dê-se vista à Procuradoria de Justiça.
Porto Velho - RO, 6 de fevereiro de 2017.
Desembargador José Jorge R. da Luz
Relator

1ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0000530-25.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 1000702-96.2017.8.22.0501
Paciente: Alex Max Menezes Fagundes
Impetrante(Defensor Público): Defensoria Pública do Estado de Rondônia( )

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relator:Des. Daniel Ribeiro Lagos
Vistos.
A Defensoria Pública do Estado de Rondônia impetrou ordem de habeas corpus com pedido de liminar em favor de Alex Max Menezes Fagundes, preso, acusado da prática, em tese, do crime previsto no art. 33, caput, e art. 35 ambos da Lei 11.343/06, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho-RO.
Alega o impetrante, em síntese, que inexistem os pressupostos da medida cautelar, vez que o decreto está fundamentado na gravidade abstrata do delito sem indicar de forma concreta a necessidade da medida cautelar.
Aduz ainda, que o paciente possui documento idôneo de identificação, residência fixa, ocupação lícita e primariedade, condições pessoais favoráveis para responder ao processo em liberdade.
Firme nesses argumentos, pleiteia a concessão liminar da ordem, e subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversa da prisão.
Relatei. Decido
Inicialmente tem-se que esta fase processual, frente a natureza excepcional da medida cautelar, requer relevante convencimento através das circunstâncias fáticas que devem ser capazes de conduzir à concessão do pedido liminar de forma inconteste.
Extrai dos autos, que após diversas denúncias, inclusive ofício oriundo do Ministério Público solicitando providências quanto possível aliciamento de menores para atuarem na mercancia de drogas ilícitas, fato esse atribuído a Paulo Lamarque da Cunha, tendo também informações de que este estaria comercializando entorpecentes em sua residência, policiais do DENARC se deslocaram até as proximidades do local, e após uma breve campana, visualizaram duas pessoas com características de usuários saindo pelos fundos do imóvel.
Consta, que no local os policiais foram rebebidos por Leide Daiana Barros, esposa de Paulo, que demonstrou bastante nervosismo com a presença da guarnição. Em buscas, foi encontrado nos fundos da residência o paciente e enterrado junto a uma árvore, acondicionado em um saco plástico uma porção de maconha pesando aproximadamente 54g, em um armário na cozinha foi encontrado 32g de cocaína. Indagado, o paciente assumiu a propriedade e a traficância, declarando que não reside naquele imóvel e que exercia a traficância naquele local com o consentimento de Leide e Paulo que eram os proprietários, e que eles tinham uma participação nos lucros auferidos com as vendas dos entorpecentes.
Não obstante os relevantes argumentos defensivos, é temerário, no juízo superficial do remédio heroico a concessão da ordem pleiteada, tendo em vista estarem presentes o “fumus comissi delicti” e o “periculum libertatis”, vez que ao paciente está sendo imputado a prática de delito grave, que gera insegurança social e que contribui de forma exacerbada para o crescimento da criminalidade, tornando imperiosa, por ora, a segregação para resguardo da ordem pública e prevenção da reiteração delitiva.
Por tais razões, indefiro o pedido de liminar, ressalvando melhor juízo quando do julgamento do mérito do habeas corpus.
Requisitem-se informações à autoridade coatora em até 48 horas, a serem prestadas por malote digital, por questão de celeridade e economia processual.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 6 de fevereiro de 2017.
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Relator

Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0000534-62.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0004492-84.2016.8.22.0002
Paciente: Junior Gregório Ortiz
Impetrante(Defensor Público): Defensoria Pública do Estado de Rondônia( )
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes - RO
Relator:Des. Daniel Ribeiro Lagos
Vistos.
Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pela Defensoria Pública do Estado de Rondônia, em favor do paciente Júnior Gregório Ortiz, acusado de praticar, em tese, o delito previstos no art. 14 da Lei 10.826/03, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes– RO.
Alega o impetrante, em síntese, que inexistem os pressupostos ensejadores da manutenção da medida cautelar, afirmando que a gravidade em abstrato do delito, por si só, não autoriza a prisão preventiva do paciente.
Aduz ainda, que o paciente possui condições pessoais favoráveis para responder ao processo em liberdade, bem como que caso condenado, a pena imposta seria mais branda que o fechado.
Firme nesses argumentos, pleiteia a concessão liminar da ordem, expedindo-se o competente alvará de soltura, subsidiariamente, concessão de medidas cautelares diversas da prisão, e no mérito, a confirmação da ordem caso concedida.
Relatei. Decido.
Inicialmente tem-se que esta fase processual, frente a natureza excepcional da medida cautelar, requer relevante convencimento através das circunstâncias fáticas que devem ser capazes de conduzir à concessão do pedido liminar de forma inconteste.
Extrai-se dos autos, que em patrulhamento de rotina pela cidade de Ariquemes-RO, a guarnição da polícia militar visualizou dois indivíduos em uma motocicleta em atitude suspeita, momento em que avistaram a guarnição e empreenderam fuga, sendo alcançados e abordados. Em revista pessoal, foi encontrado com o paciente um revólver calibre 38 municiado e, mais 06 munições do mesmo calibre intactas em seu bolso.
Consta, que após verificação da placa da motocicleta constatou-se que a mesma tinha sido roubada no dia 03/12/2016. O proprietário da motocicleta foi acionado, e reconheceu de pronto o paciente e seu comparsa como autores do roubo.
In casu, a priori, não vislumbro manifesta ilegalidade a ensejar a concessão liminar da ordem, vez que apesar de se tratar de delito suscetível de fiança, o paciente foi reconhecido, em tese, como autor do delito de roubo do veículo em que estava no momento dos fatos, circunstâncias que necessitam ser acurada com cautela, reclamando, por ora, a medida cautelar para resguardo da ordem pública e prevenção da prática delitiva.
Razão pela qual, indefiro a medida liminar pleiteada, ressalvando melhor juízo quando do julgamento do mérito do habeas corpus.
Requisitem-se informações à autoridade coatora em até 48 horas, a serem prestadas por malote digital, por questão de celeridade e economia processual.
Após, dê-se vista à Procuradoria de Justiça.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 6 de fevereiro de 2017.
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Relator

1ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Apelação
Número do Processo :0006492-63.2016.8.22.0000
Processo de Origem : 0006833-75.2015.8.22.0501
Apelante: Francislei Ferreira da Silva
Advogado: Marcos Antônio Faria Vilela de Carvalho(OAB/RO 84)
Advogado: Roberto Harlei Nobre de Souza(OAB/RO 1642)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator:Des. Valter de Oliveira
Vistos, etc.
À Defensoria Pública para ofertar razões.
Porto Velho - RO, 7 de fevereiro de 2017.
Desembargador Valter de Oliveira
Relator

Despacho DO RELATOR
Apelação
Número do Processo :0015330-44.2016.8.22.0501
Processo de Origem : 0015330-44.2016.8.22.0501
Apelante: Oriosvaldo Pereira de Araújo
Advogado: Pompílio Nascimento de Mendonça(OAB/RO 769)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator:Des. Valter de Oliveira
Vistos, etc.
Intime-se pessoalmente o advogado para apresentar razões do recurso.
Porto Velho - RO, 7 de fevereiro de 2017.
Desembargador Valter de Oliveira
Relator

2ª CÂMARA CRIMINAL

2ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0000061-76.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0000061-28.2017.8.22.0501
Paciente: Henderson Nascimento Torres
Impetrante(Advogado): Marcus Vinicius Santos Rocha(OAB/RO 7583)
Impetrante(Advogada): Debora de Souza Lima(OAB/RO 7663)
Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara do Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Porto Velho - RO
Relator em subst regimental:Desembargador Valdeci Castellar Citon
Vistos,
Considerando que durante o trâmite do presente habeas corpus a autoridade impetrada revogou a prisão preventiva do paciente Henderson Nascimento Torres, expedindo alvará de soltura, conforme informações contidas na decisão de fls. 24, verifico que restou satisfeita a pretensão da impetrante, ficando, destarte, caracterizada a perda do objeto da presente ação.
Em face do exposto, julgo este feito prejudicado com base no art. 659 do Código de Processo Penal e art.123, inc. V, do novo Regimento Interno desta Corte.
Publique-se e arquive-se o feito.
Porto Velho – RO, 07 de fevereiro de 2017.
Desembargador Valdeci Castellar Citon
Relator em substituição regimental

Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0000553-68.2017.8.22.0000
Paciente: Antônio Henrique Diniz Braga
Impetrante(Advogada): Fabíola Fernandes Freitas(OAB/RO 7323)
Impetrado: Juiz de Direito da Audiência de Custódia da Comarca de Porto Velho - RO
Relator:Des. Valdeci Castellar Citon
Vistos.
A advogada Fabíola Fernandes Freitas impetrou habeas corpus, com pedido liminar, em favor de Antônio Henrique Diniz Braga, preso em flagrante no dia 27/01/2017, por ter, em tese, praticado o delito descrito no art. 155, §4º, incs. III e IV, c/c art. 14, inc. II, ambos do Código Penal.
Alega que as razões utilizadas pela autoridade impetrada para o decreto prisional são frágeis e deficientes, não estando presentes os requisitos do art. 312 do CPP, sustentando ainda ser a custódia cautelar a ultima ratio.
Ao final, insurgindo-se contra a antecipação de eventual pena, requer, liminarmente, a concessão da ordem a fim de sanar o alegado constrangimento ilegal, expedindo-se alvará de soltura em favor do paciente.
É o relatório. Decido.
Considerando que o habeas corpus é remédio jurídico-constitucional que visa reprimir ameaça ou coação à liberdade de locomoção de uma pessoa por ilegalidade ou abuso de poder, verifica-se que as condições de admissibilidade do presente pleito amoldam-se ao disposto no art. 647 e seguintes da lei adjetiva penal.
No entanto, a concessão de tutela de eficácia imediata (liminar) em habeas corpus constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que demonstrada de forma manifesta a necessidade e urgência da ordem, bem como o abuso de poder ou a ilegalidade do ato impugnado, o que não se evidencia no presente caso.
Destarte, não restando evidenciados de plano pelo impetrante o fumus boni iuris e o periculum in mora, o melhor caminho a se seguir é aguardar pelas informações a serem prestadas pela autoridade apontada como coatora.
Por este motivo, INDEFIRO o pedido de provimento emergencial postulado.
Conforme preceitua o art. 662 do CPP, solicitem-se, com urgência, informações ao i. Juízo impetrado, inclusive sobre os dados do processo de origem, ficando fixado o prazo de 48 horas para prestá-las, facultando-lhe enviá-las pelo e-mail dejucri2@tjro.jus.br ou malote digital, com solicitação de confirmação de recebimento, sem necessidade do envio por malote físico, por questão de celeridade e economia processual.
Com as informações do juízo impetrado, retifique-se o termo de distribuição para incluir os dados do processo de origem e, em seguida, remetam-se à d. Procuradoria de Justiça para parecer.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 7 de fevereiro de 2017.
Desembargador Valdeci Castellar Citon
Relator

2ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0006926-52.2016.8.22.0000
Processo de Origem : 0016975-07.2016.8.22.0501
Paciente: Alisson Rafael da Silva
Impetrante(Advogado): Domingos Pascoal dos Santos(OAB/RO 2659)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Porto Velho - RO
Relator em subst.: Desembargador Valdeci Castellar Citon
Trata-se de Habeas Corpus com pedido de liminar impetrado pelo advogado Domingos Pascoal dos Santos (OAB/RO 2659) em favor de Alisson Rafael da Silva, preso preventivamente desde o dia 26.05.2016, pela prática de duplo homicídio qualificado, previsto no artigo 121, §2º, I e II do Código Penal (por duas vezes) e por ocultação de cadáver, previsto no art. 211 (por duas vezes) c/c art. 29 e 69 do Código Penal, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Porto Velho/RO por excesso de prazo para seu julgamento em plenário, bem como, na sentença de pronúncia manter a prisão cautelar do paciente (fls. 23/27).
Em síntese, o impetrante alega que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, em razão de excesso de prazo para seu julgamento em plenário do Tribunal do Júri, alegando que não deu causa ao atraso na formação da culpa, o que a seu ver afronta o princípio da razoável da duração do processo e enseja a revogação de sua prisão cautelar.
Aduz ainda, que a decisão que manteve a prisão preventiva não apresenta fundamentos idôneos, pois se funda em meras ilações abstratas sobre a gravidade do delito e sobre a suposta periculosidade do paciente, não demonstrando, destarte, qualquer dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Pugna pela concessão da liberdade ao paciente em sede de liminar, e no mérito a concessão da ordem.
Juntou as peças de fls. 16/27.
Examinados, decido.
A concessão de liminar é medida de caráter excepcional, admitida sempre que diante de evidente ilegalidade estejam presentes os requisitos das medidas cautelares em geral (fumus boni iuris e periculum in mora).
Em exame perfunctório dos autos não verifico presentes os requisitos que poderiam autorizar a concessão da liminar pleiteada, por não evidenciar de plano a ilegalidade alegada, guardando-me para analisar oportunamente o mérito, após as informações a serem prestadas pela d. autoridade apontada como coatora, motivo pelo qual INDEFIRO a liminar.
Solicitem-se com urgência informações ao i. Juízo impetrado para prestá-las em 48 horas, conforme preceituam os arts. 662 do CPP e 298 do RITJRO/2016, facultando-lhe prestá-las pelo e-mail, dejucri2@tjro.jus.br, com solicitação de confirmação de recebimento, sem necessidade do envio por malote, por questão de celeridade e economia processual.
Após, com as informações do juízo impetrado, ou, em caso de ausência destas, com as devidas certificações, encaminhem-se os autos à d. Procuradoria Geral de Justiça.
Intime-se.
Publique-se.
Porto Velho, 07 de fevereiro de 2017.
Desembargador Valdeci Castellar Citon
Relator em substituição

Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0000537-17.2017.8.22.0000
Paciente: Paulo Rodrigo Ferreira de Paiva
Impetrante(Advogado): Gilber Rocha Mercês(OAB/RO 5797)
Impetrante(Advogado): Uilian Honorato Tressmann(OAB/RO 6805)
Impetrado: Juiz de Direito da Audiência de Custódia da Comarca de Porto Velho - RO
Relatora:Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Relator p/ liminar : Desembargador Valdeci Castellar Citon
Trata-se de Habeas Corpus com pedido de liminar impetrado pelo advogado Gilber Rocha Mercês (OAB/RO 5797) em favor de Paulo Rodrigo Ferreira de Paiva, preso em flagrante no dia 29.01.2017, pela prática do crime previsto no art. 129, §9º, art. 147, caput (duas vezes), art. 150, §1º e art. 163, parágrafo único (duas vezes) todos do Código Penal, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da Audiência de Custódia de Porto Velho/RO, que converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva (fls.49).
O impetrante afirma que os fatos não se deram como relatado no auto de prisão em flagrante, pois embora o paciente tenha ingressado no condomínio onde reside a vitima (ex-companheira) não praticou os fatos que lhe foram imputados.
Aduz que não estão presentes os requisitos ensejadores da medida excepcional, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, e que a decisão da autoridade impetrada não é idônea, pois não está suficientemente fundamentada em fatos concretos que demonstrem a necessidade de ser mantida a prisão preventiva, havendo, destarte, meras presunções de que a liberdade do paciente coloca em risco a ordem pública e a aplicação da lei penal.
Pontua ainda que a conveniência da instrução criminal não se mostra ameaçada, pois não há indícios de que o paciente tenha tentado destruir ou ocultar provas, ou ameaçar testemunhas.
Afirma que a paciente é primário, possui ocupação lícita, residência fixa, preenchendo, destarte, requisitos autorizadores para responder a ação penal em liberdade, acrescentando que paira em seu favor o princípio constitucional da presunção de inocência.
Pugna pela concessão da liberdade ao paciente em sede de liminar, e no mérito a concessão da ordem.
Alternativamente, pela substituição da prisão preventiva por alguma das medidas cautelares previstas no art. 319, do CPP.
Juntou as peças de fls. 18/65.
Examinados, decido.
A concessão de liminar é medida de caráter excepcional, admitida sempre que diante de evidente ilegalidade estejam presentes os requisitos das medidas cautelares em geral (fumus boni iuris e periculum in mora).
Em exame perfunctório dos autos não verifico presentes os requisitos que poderiam autorizar a concessão da liminar pleiteada, por não evidenciar de plano a ilegalidade alegada, guardando-me para analisar oportunamente o mérito, após as informações a serem prestadas pela d. autoridade apontada como coatora, motivo pelo qual INDEFIRO a liminar.
Conforme preceitua o art. 662 do CPP, solicitem-se, com urgência, informações ao i. Juízo impetrado, inclusive sobre os dados do processo de origem, ficando fixado o prazo de 48 horas para prestá-las, facultando-lhe enviá-las pelo e-mail dejucri2@tjro.jus.br ou malote digital, com solicitação de confirmação de recebimento, sem necessidade do envio por malote físico, por questão de celeridade e economia processual.
Com as informações do juízo impetrado, retifique-se o termo de distribuição para incluir os dados do processo de origem e, em seguida, remetam-se à d. Procuradoria de Justiça para parecer.
Intime-se.
Publique-se.
Porto Velho, 07 de fevereiro de 2017.
Desembargador Valdeci Castellar Citon
Relator em substituição

2ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Agravo de Execução Penal nrº 0000420-26.2017.8.22.0000
Agravante: Rafael de Moura Costa
Advogado: Sebastião Cândido Neto (OAB/RO 1826)
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
[...]
"DECISÃO MONOCRÁTICA
EMENTA
Agravo de Execução Penal. Pedido de Reconsideração da decisão. Não interrupção ou suspensão do prazo. Recurso intempestivo. Não conhecimento.
O pedido de reconsideração da decisão não suspende ou interrompe o prazo para a interposição de recurso, sob pena de comprometer a segurança inerente às relações jurídicas."
(a) Des. Valdeci Castellar Citon
Relator

2ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Apelação
Número do Processo :0008229-92.2012.8.22.0501
Processo de Origem : 0008229-92.2012.8.22.0501
Apelante: Antônio Carlos Aidar Pereira
Advogado: Cayon Felipe Peres Aidar Pereira(OAB/RO 5677)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator:Des. Valdeci Castellar Citon
Vistos.
Vieram os autos conclusos com a certificação de não atendimento do novo prazo fixado para a apresentação das razões de recurso de Antonio Carlos Aidar Pereira pelo advogado Cayon Felipe Peres Aidar Pereira, apesar de formalmente advertido acerca das implicações legais.
A apelação foi por ele apresentada em 06/09/2016 (fl. 124), requerendo a apresentação das razões apenas perante este e. Tribunal. Após aportar nesta Câmara, foi realizada intimação do causídico a fl. 136, a qual foi repetida com advertências às fls. 138/139.

Nota-se, portanto, que o advogado Cayon Felipe Peres Aidar Pereira não demonstra nenhuma vontade em impulsionar o feito, causando prejuízos para a célere prestação jurisdicional, prejudicando, sobretudo, seu cliente, demonstrando o abandono do processo.
Desta forma, nos termos do art. 265 do Código de Processo Penal, com nova redação dada pela Lei n. 11.719/08, aplico ao advogado Cayon Felipe Peres Aidar Pereira a multa de 10 (dez) salários-mínimos, sendo dois (2) em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para cobrir as despesas acarretadas pelo atraso no julgamento do feito com as novas diligências e oito (8) em favor da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, caso as contrarrazões de recurso venham através de Defensor Público, ou, havendo contratação de novo advogado, a multa se reverterá em favor do Estado de Rondônia.
Não havendo pagamento no prazo de 30 dias, oficie-se para inscrição na dívida ativa.
Oficie-se ainda à OAB para fins do art. 34, XI do Estatuto do Advogado e art. 12 do Código de Ética e Disciplina da OAB, instruindo o ofício com as cópias necessárias (fls. 124 e 136 a 140), para instauração de procedimento disciplinar.
Expeça-se mandado de intimação do réu para ciência da desídia do advogado, bem como para constituir novo advogado, no prazo de 10 dias, caso contrário sua defesa prosseguirá com o Defensor Público.
Intime-se.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 6 de fevereiro de 2017.
Desembargador Valdeci Castellar Citon
Relator

Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0000519-93.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0100611-12.2009.8.22.0501
Paciente: E. T. R.
Impetrante(Advogado): Tiago Fernandes Lima da Silva(OAB/RO 6122)
Impetrante(Advogado): Fábio Melo do Lago(OAB/RO 5734)
Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara do Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Porto Velho - RO
Relator:Des. Valdeci Castellar Citon
Vistos.
O advogado Manoel Veríssimo F. Neto (OAB/DF 3.766) impetrou habeas corpus, com pedido de liminar, em favor de Antônio Bento do Nascimento, apontando como autoridade coatora a relatora da Apelação Criminal n. 0056567-42.2008.8.22.0015, que conduziu o voto que condenou o apelante na respectiva ação penal, como incurso nas penas do art. 304 do Código Penal, ato que em efeitos secundários o tornou inelegível.
Afirma em sua inicial que pretende a nulidade da referida decisão por entender que a condenação do paciente foi alcançada pelo instituto da prescrição. Relata que essa prescrição decorre da consunção operada entre o crime do art. 299 (que teve a prescrição reconhecida) e o art. 304 (no qual o paciente foi condenado).
Contra esse acórdão apresentou Embargos de Declaração, que não foram providos, Recurso Especial, que não foi admitido pela Presidência deste Tribunal. Agravou desta decisão, recurso que também teve negado seguimento pelo STJ e, do mesmo modo, o STF não admitiu o Recurso Extraordinário.
Informa que o manejo do habeas corpus no caso em tela é cabível, pelo caso necessitar de célere prestação jurisdicional e por não existir, na compreensão do impetrante, um recurso próprio para combater o acórdão no momento processual que se encontra.
Relata que com a anulação da decisão questionada, poderá cindir os efeitos secundários da condenação, afastando a inelegibilidade e permitindo que o paciente participe das eleições do ano 2016.
Pede a concessão liminar da ordem, afirmando que o fumus boni iuri decorre da previsão legal de suspensão da inelegibilidade (Art. 26-C da Lei Complementar n. 64/1990 e que o periculum in mora decorre da participação do paciente nas eleições de 2016 e a manutenção da inelegibilidade poderá acarretar sua exclusão do processo eleitoral.
Posto isto. Decido.
O habeas corpus, remédio jurídico-constitucional, visa reprimir ameaça ou coação à liberdade de locomoção de uma pessoa por ilegalidade ou abuso de poder.
De início noto que a competência para processar e julgar habeas corpus quando o coator for uma das pessoas elencadas no art. 105, inciso I, alínea “a” da Constituição é do STJ:
Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:
I - processar e julgar, originariamente:
a) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais; [...]
c) os habeas corpus, quando o coator ou paciente for qualquer das pessoas mencionadas na alínea a, ou quando o coator for tribunal sujeito à sua jurisdição, Ministro de Estado ou Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
Está latente nos autos que o ato questionado pelo paciente é oriundo da 2ª Câmara Criminal do TJ/RO, conforme ementa que cito a seguir:
Apelação criminal. Uso de documento falso. Prescrição do delito de falsidade ideológica. Indiferença para caracterização do delito de uso de documento falso. Conjunto probatório harmônico. Prova documental e testemunhal.
I - Não impede a configuração do crime de uso de documento falso (art. 304 do CP) a prescrição do crime de falsidade ideológica (art. 299 do CP).
II - Comprovada a existência do fato e a autoria do crime de uso de documento falso, é de rigor a manutenção da sentença condenatória.
III - Recurso a que se nega provimento. (TJ/RO. 2ª Câmara Criminal. Apenação Criminal n. 0056567-42.2008.8.22.0015. Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno. Data de julgamento: 19/11/2014).
Portanto, não cabe ao Tribunal Pleno deste TJ/RO processar e julgar este writ, sob pena de usurpação da competência constitucional do Tribunal da Cidadania, pois trata-se de reexame pela via heróica de decisão deste próprio Tribunal conforme estabelece o art. 105, inciso I, alíneas “a” e “c” da Constituição Federal.
No caso, verifico ainda que não estão satisfeitas as condições de admissibilidade do pleito, eis que não se amoldam ao disposto no art. 647 e seguintes da lei processual penal, pois a liberdade de locomoção do paciente não está sequer ameaçada ou na iminência de restrição, resumindo-se sua insatisfação aos efeitos secundários da condenação, o que, segundo já decidido nos Tribunais Superiores, não admite o manejo do habeas corpus, senão vejamos:
HABEAS CORPUS. EFEITOS EXTRAPENAIS ESPECÍFICOS DA CONDENAÇÃO (ART. 92 DO CÓDIGO PENAL). PERDA DE FUNÇÃO PÚBLICA. AUSÊNCIA DE OFENSA À LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO DO INDIVÍDUO. INADEQUAÇÃO DO HABEAS CORPUS. A decretação da perda de função pública do paciente, nos termos do art. 92, I, b do Código Penal, não representa violência à sua liberdade de locomoção, não sendo, portanto, passível de ser corrigida pela via do habeas corpus. Nessa direção aponta a jurisprudência desta Corte mencionada no parecer: HC nº 68.507/RS, Min. Sydney Sanches, 1º T., DJ 11.09.92; HC nº 69.968/PR, Min. Ilmar Galvão, 1ª T., DJ 01.07.93; HC nº 70.884/CE, Min. Paulo Brossard, 2ª T., DJ 23.09.94; HC nº 79.791/GO, Min. Néri

da Silveira, 2ª T., DJ 04.08.00. Habeas corpus não conhecido. (HC 82069, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Primeira Turma, julgado em 27/08/2002, DJ 27-09-2002 PP-00115 EMENT VOL-02084-02 PP-00274)

Por fim, destaco que a assertiva do impetrante, acerca da inexistência de recurso processual cabível, não prospera, porquanto contra a decisão ora questionada a defesa tem à disposição meio processual próprio e adequado, elencado no art. 621 do CPP, deixando claro em suas razões que optou pelo habeas corpus em razão da celeridade desta ação constitucional, o que caracteriza evidente desvirtuação da via eleita.

Os Tribunais Superiores, por exemplo, não admitem o uso de habeas corpus como substitutivo de recurso próprio, conforme passo a citar:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE. DOSIMETRIA. AGRAVANTE. POLICIAIS CIVIS. ART. 61, II, "G", DO CP (ABUSO DE PODER). PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA. EFEITOS EXTRAPENAIS. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA E EXECUTÓRIA. NÃO OCORRÊNCIA.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acompanhando a orientação da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, firmou-se no sentido de que o habeas corpus não pode ser utilizado como substituto de recurso próprio, sob pena de desvirtuar a finalidade dessa garantia constitucional, exceto quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

[...]

8. Habeas corpus não conhecido. (HC 163.053/MS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 17/09/2015, DJe 06/10/2015)

PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. DECRETO CONDENATÓRIO TRANSITADO EM JULGADO. IMPETRAÇÃO QUE DEVE SER COMPREENDIDA DENTRO DOS LIMITES RECURSAIS. [...]

I. Conquanto o uso do habeas corpus em substituição aos recursos cabíveis - ou incidentalmente como salvaguarda de possíveis liberdades em perigo - crescentemente fora de sua inspiração originária tenha sido muito alargado pelos Tribunais, há certos limites a serem respeitados, em homenagem à própria Constituição, devendo a impetração ser compreendida dentro dos limites da racionalidade recursal preexistente e coexistente para que não se perca a razão lógica e sistemática dos recursos ordinários, e mesmo dos excepcionais, por uma irrefletida banalização e vulgarização do habeas corpus.

II. Precedentes do Supremo Tribunal Federal (Medida Cautelar no Mandado de Segurança n.º 28.524/DF (decisão de 22/12/2009, DJE n. 19, divulgado em 01/02/2010, Rel. Ministro Gilmar Mendes e HC n. 104.767/BA, DJ 17/08/2011, Rel. Min. Luiz Fux), nos quais se firmou o entendimento da "inadequação da via do habeas corpus para revolvimento de matéria de fato já decidida por sentença e acórdão de mérito e para servir como sucedâneo recursal".

III. No caso dos autos, a condenação transitou em julgado e a impetrante não se insurgiu quanto à eventual ofensa aos dispositivos da legislação federal, em sede de recurso especial, buscando o revolvimento dos fundamentos exarados nas instâncias ordinárias quanto à dosimetria da pena imposta ao réu, preferindo a utilização do writ, em substituição aos recursos ordinariamente previstos no ordenamento jurídico.

[…] (HC 213.935/RJ, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 16/08/2012, DJe 22/08/2012)

Ademais, o reconhecimento da prescrição na forma intentada pelo impetrante desafia decisão já confirmada em segundo grau, prescindindo portanto do necessário contraditório, que não pode ser exercido neste writ.

Desta forma, entendo não ser cabível o habeas corpus por não ser este Tribunal Pleno competente para analisá-lo, por não existir perigo à liberdade de locomoção do paciente e por existir meio processual adequado para revisão do ato questionado.

Ante o exposto, resta prejudicada a análise do pedido razão pela qual indefiro a petição inicial, nos termos do art. 139, incs. III e XIV, do RITJRO.

Quanto ao pedido de publicação das intimações na pessoa do advogado Joelson Dias (OAB/DF 10.441), indefiro-o porquanto este advogado sequer é signatário da petição de habeas corpus, existindo apenas indicação de seu nome naquela inicial e não há nos autos instrumento de procuração atribuindo-lhe o encargo de defensor do paciente, recaindo assim exclusivamente sobre o advogado Manoel Veríssimo F. Neto a responsabilidade pela impetração e ainda as comunicações deste writ.

Publique-se.

Intime-se.

Porto Velho - RO, 6 de fevereiro de 2017.

Desembargador Valdeci Castellar Citon

Relator

Despacho DO RELATOR

Habeas Corpus

Número do Processo :0000527-70.2017.8.22.0000

Processo de Origem : 1000103-46.2017.8.22.0009

Paciente: Marcilene Fernandes

Impetrante(Advogado): Sonia Aparecida Salvador(OAB/RO 5621)

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Pimenta Bueno - RO

Relator:Des. Valdeci Castellar Citon

Vistos.

A advogada Sonia Aparecida Salvador impetrou habeas corpus, com pedido liminar, em favor de Marcilene Fernandes, presa em flagrante no dia 04/01/2017, por ter, em tese, praticado o delito descrito no art. 33 da Lei n. 11.343/06.

Inicialmente sustenta que a droga não pertencia à paciente, tendo seu namorado assumido a propriedade, o qual é menor de idade e já se encontra em liberdade, bem como que não foram encontrados entorpecentes em sua casa e que os objetos encontrados não caracterizam a traficância.

Alega que deve-se levar em consideração a quantidade de droga apreendida, o que evidencia tratar-se de mera usuária e não traficante, protestando pela aplicação do princípio in dubio pro reo, bem como que, caso seja condenada, poderá ter direito ao sursis ou a regime aberto e substituição da pena por restritiva de direitos, em razão da possibilidade de aplicação do §4º do art. 33 da Lei de Drogas, arguindo tratar-se de contrassenso a prisão cautelar.

Assevera ser possuidora de condições pessoais favoráveis, pois não consta antecedentes criminais e possui residência fixa no distrito de culpa, profissão lícita e uma filha com 6 anos de idade, que depende de seus cuidados, além de estarem ausentes os requisitos da prisão preventiva.

Ao final, pugna, liminarmente, pelo relaxamento ou revogação da prisão da paciente, com a expedição do alvará de soltura e, subsidiariamente, pela aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Posto isto. Decido.

O habeas corpus, remédio jurídico-constitucional, visa reprimir ameaça ou coação à liberdade de locomoção de uma pessoa por ilegalidade ou abuso de poder.

No caso, as condições de admissibilidade do pleito são inquestionáveis, eis que se amoldam ao disposto no art. 647 e seguintes da lei adjetiva penal.

Todavia, os elementos trazidos aos autos mostram-se insuficientes, ao menos por ora, para ilidir os motivos que ensejaram a prisão da paciente, os quais estão estribados no art. 312 do CPP.

Como exaustivamente vem decidindo esta Corte, a concessão de liminar em habeas corpus é medida excepcional, que exige a constatação de inequívoca ilegalidade, o que não se evidencia no presente caso.

Desta forma, por ser esta uma fase que reclama pelo requisito do importante convencimento, o melhor caminho a se seguir é aguardar pelas informações a serem prestadas pela autoridade apontada como coatora.

Por este motivo, indefiro o pedido de liminar.
Conforme preceitua o art. 662 do CPP, solicitem-se, com urgência, informações ao i. Juízo impetrado, ficando fixado o prazo de 48 horas para prestá-las, facultando-lhe enviá-las pelo e-mail dejucri2@tjro.jus.br ou malote digital, com solicitação de confirmação de recebimento, sem necessidade do envio por malote físico, por questão de celeridade e economia processual.
Após, com as informações do juízo impetrado, ou, em caso de ausência destas, com as devidas certificações, remetam-se à d. Procuradoria de Justiça.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 3 de fevereiro de 2017.
Desembargador Valdeci Castellar Citon
Relator

Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0000532-92.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 1000644-93.2017.8.22.0501
Paciente: Tiago Vieira da Silva
Impetrante(Advogado): Oscar Dias de Souza Netto(OAB/RO 3567)
Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Relator em subst.: Desembargador Valdeci Castellar Citon
Trata-se de Habeas Corpus com pedido de liminar impetrado pelo advogado Oscar Dias de Souza Netto (OAB/RO 3567) em favor de Tiago Vieira da Silva, preso em flagrante no dia 22.01.2017, pela prática dos delitos previstos nos artigos 288 (formação de quadrilha) e 311-A, III (fraudes em certame de interesse público), ambos do CP, e art. 244-B do ECA (corrupção de menor) apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal de Porto Velho/RO, que indeferiu pedido de liberdade provisória (fls. 110/11 – anexo I)
Em síntese, sustenta que o paciente é primário, de bons antecedentes, possui residência fixa e ocupação lícita (estudante de medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS).
Anota que a gravidade abstrata do delito não é suficiente para a manutenção da prisão preventiva, inclusive, aponta a existência de julgado deste Tribunal de Justiça, que em caso similar, foi concedida a liminar em habeas corpus e a ordem concedida (HC 0005154-93.2012.8.22.0000).
Pontua que o fato de o paciente ter declinado seu endereço na cidade da Irecê/BA (onde reside sua genitora) e de ter apresentado declaração sobre endereço na cidade do interior de São Paulo/SP (onde faz faculdade) demonstra o intuito de colaboração com a justiça, além de não colocar em risco a eventual aplicação da lei penal, pois reside e estuda em local certo e sabido.
Aduz ainda que não há elementos concretos de que em liberdade o paciente venha colocar em risco a ordem pública, pois não existe indicativos de que ele tenha conduta voltada à prática de crimes.
Destaca ainda que a gravidade abstrata do crime não se presta, por si só, a justificar a medida excepcional, e que as circunstâncias de como ocorreram os fatos não fornecem subsídios para concluir pela periculosidade do paciente.
Afirma ainda que o paciente é primário, é estudante, possui residência fixa e domicílios certos, ostentando condições pessoais favoráveis a responder ao processo em liberdade, podendo ser fixada algumas das medidas alternativas previstas no art. 319 do CPP.
Pugna pela concessão da liberdade ao paciente em sede de liminar, tendo em vista que o início das suas aulas de medicina estão previstas para o dia 06.02.2017, e no mérito a concessão da ordem.
Juntou as peças de fls. 11/16 e fls. 02/111 – Anexo I.
Examinados, decido.
Cediço que o provimento da medida liminar prescinde não só do fumus boni iuris, mas também do periculum in mora.
Em exame perfunctório dos autos não verifico presentes os requisitos que poderiam autorizar a concessão da liminar pleiteada, por não evidenciar de plano a ilegalidade alegada, aliado ainda ao fato de que a simples alegação de início das aulas do paciente no dia 06.02.2017, não se traduz em prejuízo iminente ou atual a ponto de tornar ineficaz o mérito da questão, guardando-me para analisar oportunamente o mérito, após as informações a serem prestadas pela d. autoridade apontada como coatora, motivo pelo qual INDEFIRO a liminar.
Solicitem-se com urgência informações ao i. Juízo impetrado para prestá-las em 48 horas, conforme preceitua o art. 662 do CPP, facultando-lhe prestá-las pelo e-mail, dejucri2@tjro.jus.br, com solicitação de confirmação de recebimento, sem necessidade do envio por malote, por questão de celeridade e economia processual.
Após, com as informações do juízo impetrado, ou, em caso de ausência destas, com as devidas certificações, encaminhem-se os autos à d. Procuradoria Geral de Justiça.
Intime-se.
Publique-se.
Porto Velho, 06 de fevereiro de 2017.
Desembargador Valdeci Castellar Citon
Relator em substituição

Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0000533-77.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 1000813-80.2017.8.22.0501
Paciente: Pedro Victor Campos Brazil
Impetrante(Advogada): Lilian Maria Lima de Oliveira(OAB/RO 2598)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relator:Des. Miguel Monico Neto
Vistos.
A advogada Lilian Maria Lima de Oliveira (OAB/RO 2598), impetra habeas corpus com pedido de liminar, em favor da paciente Pedro Victor Campos Brasil, preso em 25/01/2017, acusado de ter praticado, em tese, o delito previsto no art. 33, caput, c/c art. 35, ambos da Lei de Drogas.
Em suma, alega que o paciente é usuário de droga e não há fundamentos para a manutenção da prisão cautelar, pois inexistentes os pressupostos do art. 312 do CPP, bem como a decisão que decretou a prisão preventiva está desprovida de fundamentação idônea.
Requer a revogação da prisão preventiva, com a expedição, in limine, de alvará de soltura. Subsidiariamente, pugna pela substituição da prisão por medidas cautelares.
É o breve relatório. Decido.
Como cediço, a concessão de liminar em sede de habeas corpus é medida excepcional, que exige a constatação inequívoca de manifesta ilegalidade, vedada a análise acurada de provas, consoante assentado solidamente pela jurisprudência (STF HC 103142).
Na hipótese, não observo presente, de forma satisfatória, informações suficientes para a concessão da liminar pleiteada, ou seja, não visualizo, a princípio, a flagrante ilegalidade da custódia, devendo-se aguardar a instrução do writ, daí porque indefiro a liminar pretendida.
Requisitem-se informações à autoridade dita coatora, facultando prestá-las pelo e-mail, dejucri2@tjro.jus.br, com solicitação de confirmação de recebimento, sem necessidade do envio por malote, por questão de celeridade e economia processual.
Ato contínuo, dê-se vista dos autos à d. Procuradoria de Justiça para emissão de parecer.
Porto Velho, 06 de fevereiro de 2017.
DESEMBARGADOR VALDECI CASTELLAR CITON
Em Substituição Regimental

CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS

Câmaras Criminais Reunidas
Despacho DO RELATOR
Revisão Criminal
Número do Processo :0005148-47.2016.8.22.0000
Processo de Origem : 0118912-41.2008.8.22.0501
Revisionando: J. W. G. de S.
Advogado: José Roberto Soares da Silva(OAB-RO 7714)
Revisionando: J. S. G. de S.
Advogado: José Roberto Soares da Silva(OAB-RO 7714)
Revisionado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator:Des. José Jorge R. da Luz
RELATÓRIO
Trata-se de Revisão Criminal, com pedido de antecipação de tutela, ajuizada por J. W. G. de S. e J. S. G. de S., com fundamento no art. 621 e seguintes do Código de Processo Penal, em face do acórdão de fls. 333/342, de relatoria do desembargador Hiram Souza Marques, que transitou em julgado em 27/07/2015, fls. 345, nos autos da apelação n. 0118912-41.2008.8.22.0501.
A defesa alega que há circunstâncias que impediriam a condenação ou a instrução penal, sob os seguintes argumentos:
1. a deficiência de defesa, tendo em vista uma defesa completamente deficiente e precária, o que trouxe sérios prejuízos aos Réus;
2. a prescrição da pretensão punitiva retroativa, por decurso de prazo;
3. a ocorrência da decadência, ante a inexistência de representação, no prazo legal, de 02 (duas) supostas vítimas, uma vez que se trata de crimes de ação pública condicionada à representação.
Apresentou pedido de antecipação de tutela, pugnando, em síntese, pela suspensão da execução das penas impostas aos revisionandos, expedindo-se salvo conduto. Ao final, requereu o provimento da revisão criminal para anular a sentença e o acórdão, bem como da decisão que decretou a perda do cargo e função pública de ambos os revisionandos.
É o relatório. Decido.
Em que pese a argumentação da defesa dos revisionandos, entendo que o pedido de suspensão dos efeitos da sentença, merece ser afastado, primeiramente em razão de não haver previsão legal para tanto, e depois porque, conferir efeito suspensivo ao decisum, implicaria afronta à coisa julgada.
É o entendimento:
AGRAVO REGIMENTAL EM REVISÃO CRIMINAL. RECURSO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU O PLEITO LIMINAR. PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO SEM PREVISÃO LEGAL. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. O Código de Processo Penal não contempla a possibilidade de concessão de liminar em revisão criminal para suspender a eficácia de decisão judicial transitada em julgado, até porque deveras excepcionais as hipóteses em que admitida a desconstituição da coisa julgada. Desse modo, o pleito liminar para suspender os efeitos do trânsito em julgado de decisão penal condenatória é medida incabível. (TJSC, Agravo Regimental em Revisão Criminal n. 2012.003448-6, rel. Des. Paulo Roberto Sartorato, j. 27-6-2012).
Assim sendo, indefiro o pedido liminar.
Remetam-se os autos à Procuradoria-Geral de Justiça para manifestação, nos termos do art. 625, §5º, do Código de Processo Penal.
Intime-se.
Porto Velho/RO, 06 de fevereiro de 2016.
DESEMBARGADOR JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ
Relator

PAUTA DE JULGAMENTO

CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Câmaras Criminais Reunidas
Pauta de Julgamento
Sessão 76

Pauta elaborada nos termos do artigo 246 e seguintes do Regimento Interno deste Tribunal, relativa aos processos abaixo relacionados, bem como àqueles adiados de pautas já publicadas, que serão julgados em sessão, que se realizará no Plenário I deste Tribunal, aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezessete, às 8h30min.

Obs.: Para a sustentação oral, conforme previsto no artigo 57, caput, e parágrafos 1º e 2º do referido Regimento, os senhores advogados deverão inscrever-se, previamente, junto ao 2º Departamento Judiciário Criminal, ou verbalmente, até 15 minutos antes do início da Sessão, observando-se o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 271 da mesma norma.

n.01 0004211-71.2015.8.22.0000 Embargos Infringentes e de Nulidade
Origem:0014743-32.2010.8.22.0501 Porto Velho/2º Juizado da Infância e Juventude
Embargante: A. B. da S.
Advogado: Alexandre Matzenbacher (OAB/RS 67908)
Advogado: Breno Mendes da Silva Farias (OAB/RO 5161)
Advogado: David Pinto Castiel (OAB/RO 1363)
Advogado: Eudes Costa Lustosa (OAB/RO 3431)
Advogado: Tadeu Aguiar Neto (OAB/RO 1161)
Advogado: Cássio Esteves Jaques Vidal (OAB/RO 675E)
Advogado: Gian Douglas Viana Souza (OAB/RO 688E)
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JOSÉ JORGE R. DA LUZ
Revisor: Des. Valter de Oliveira
Distribuído por Sorteio em 11/05/2015
Processo transferido entre magistrados em 24/10/2016
Pedido de vista formulado na sessão do dia 16/12/2017
O Advogado Alexandre Matzenbacher sustentou oralmente em favor do Embargante.
Decisão parcial: "PRELIMINAR DA DEFESA ARGUIDA EM TRIBUNA QUANTO À EXISTÊNCIA DE NULIDADE ABSOLUTA EM FACE DA INTEMPESTIVIDADE DOS ÚLTIMOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO JULGADOS PELA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL CONHECIDA POR MAIORIA, VENCIDOS O RELATOR E A DESEMBARGADORA MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO, SENDO REJEITADA À UNANIMIDADE. PRELIMINAR DA DEFESA ARGUIDA EM TRIBUNA QUANTO À OFENSA DO DIREITO DE AMPLA DEFESA NO QUE SE REFERE AO JULGAMENTO DOS ÚLTIMOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL SEM A INTIMAÇÃO DA DEFESA CONHECIDA POR MAIORIA, VENCIDOS O RELATOR E A DESEMBARGADORA MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO, SENDO REJEITADA POR MAIORIA, VENCIDO O DESEMBARGADOR VALTER DE OLIVEIRA QUE APRESENTARÁ DECLARAÇÃO DE VOTO, APRESENTARÁ TAMBÉM DECLARAÇÃO DE VOTO O DESEMBARGADOR MIGUEL MONICO NETO. PRELIMINARES DE NULIDADE CONSTANTES NAS RAZÕES DOS EMBARGOS CONHECIDAS POR MAIORIA, VENCIDOS O RELATOR E A DESEMBARGADORA MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO. PRELIMINAR ARGUIDA EM RELAÇÃO A ILICITUDE DA PROVA, REJEITADA À UNANIMIDADE. PRELIMINAR ARGUIDA POR CERCEAMENTO

DE DEFESA, REJEITADA À UNANIMIDADE. NO MÉRITO, APÓS O RELATOR NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS INFRINGENTES, PEDIU VISTA O DESEMBARGADOR VALTER DE OLIVEIRA. OS DESEMBARGADORES MIGUEL MONICO NETO E DANIEL RIBEIRO LAGOS ANTECIPARAM O VOTO ACOMPANHANDO O RELATOR. TAMBÉM ANTECIPOU O VOTO A DESEMBARGADORA MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO, DIVERGINDO DO RELATOR, PARA DAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS. APRESENTARÁ DECLARAÇÃO DE VOTO O DESEMBARGADOR MIGUEL MONICO NETO. QUESTÃO DE ORDEM ARGUIDA PELO PROCURADOR DE JUSTIÇA PRESENTE A SESSÃO QUANTO À IMEDIATA EXPEDIÇÃO DO MANDADO DE PRISÃO ANTES DE CONCLUIR O JULGAMENTO, REJEITADA À UNANIMIDADE".

n.2 0005386-66.2016.8.22.0000 Agravo Regimental em Mandado de Segurança
Origem: 00089633820158220501 Porto Velho/2ª Vara Criminal
Agravante: Antônio Alves de Lacerda Filho
Advogado: Carl Teske Júnior (OAB/RO 3297)
Agravado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Relatora: DESª MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Interpostos em 18/10/2016
Pedido de vista formulado na sessão do dia 16/12/2017
O Advogado Carl Teske Júnior sustentou oralmente em favor do Agravante.
Decisão parcial: "APÓS A RELATORA NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO, SENDO ACOMPANHADA PELOS DESEMBARGADORES DANIEL RIBEIRO LAGOS E JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, PEDIU VISTA O DESEMBARGADOR VALTER DE OLIVEIRA. OS DEMAIS AGUARDAM ".

n.3 0004558-70.2016.8.22.0000 Embargos Infringentes e de Nulidade
Origem 1ª Grau: 0001351-91.2015.8.22.0002 Tribunal de Justiça – RO Ariquemes/2ª Vara Criminal
Embargante: W. da C. N.
Advogado: Luiz Eduardo Fogaça (OAB/RO 876)
Advogado: José Carlos Fogaça (OAB/RO 2960)
Advogado: Valdeni Orneles de Almeida Paranhos (OAB/RO 4108)
Advogado: Ozéias Dias de Amorim (OAB/RO 4194)
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Revisor: Des. José Jorge Ribeiro da Luz
Distribuído por Sorteio em 10/08/2016
Pedido de vista formulado na sessão do dia 25/08/2016.
Decisão parcial: "APÓS O RELATOR NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS INFRINGENTES, PEDIU VISTA O DESEMBARGADOR JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ. OS DEMAIS AGUARDAM.

n.4 0000046-78.2015.8.22.0000 Agravo Regimental em Revisão Criminal
Origem: 0001961-02.2010.8.22.0013 Tribunal de Justiça - Estado de Rondônia
Agravante: Helio Alves de Moura
Advogado: Nilton Barreto Lino de Moraes (OAB/RO 3974)
Advogado: Valmir Burdz (OAB/RO 2086)
Advogado: Leandro Augusto da Silva (OAB/RO 3392)
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALTER DE OLIVEIRA
Interposto em 23/11/2016

n.5 0006076-95.2016.8.22.0000 Mandado de Segurança
Origem: 0002571-54.2016.8.22.0014 Vilhena/1ª Vara Criminal
Impetrante: Edimário Antonio de Novais
Advogado: Romilson Fernandes da Silva (OAB/RO 5109)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena - RO
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Distribuído por Sorteio em 04/11/2016

n.06 0006386-04.2016.8.22.0000 Revisão Criminal
Origem: 0003722-57.2013.8.22.0015 Guajará-Mirim/1ª Vara Criminal
Revisionando: Daniel Lopes da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Revisionado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALTER DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Distribuído por Sorteio em 22/11/2016

n.7 0005968-66.2016.8.22.0000 Mandado de Segurança
Origem: 0000713-21.2016.8.22.0003 Jaru/1ª Vara Criminal
Impetrante: Marcos Antonio Oda Filho
Advogado: Marcos Antonio Oda Filho (OAB/RO 4760)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Jaru - RO
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por Sorteio em 01/11/2016

n.8 0000587-77.2016.8.22.0000 Agravo Interno em Revisão Criminal
Origem: 0013039-81.2010.8.22.0501 Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Agravante: Antônio Erasmo Dias dos Santos
Advogado: Thiago da Silva Viana (OAB/RO 6227)
Advogado: Alessandro de Brito Cunha (OAB/RO 6502)
Advogado: Felippe Roberto Pestana (OAB/RO 5077)
Advogado: Ramon Georges Daher (OAB/MA 9722)
Advogado: André Henrique Torres Soares de Melo (OAB/RO 5037)
Advogada: Indyanara Muller de Oliveira (OAB/RO 6653)
Advogada: Mariana Pinheiro Chaves de Souza (OAB/GO 32647)
Advogado: Jorge Batista Mascarenhas (OAB/RO 7522)
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALTER DE OLIVEIRA
Interposto em 29/11/2017

n.9 0003330-60.2016.8.22.0000 Embargos Infringentes e de Nulidade
Origem: 0006154-26.2015.8.22.0000 Tribunal de Justiça – RO Porto Velho/1ª Vara Criminal
Embargante: Wildney Jorge Canto de Lima
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Advogado: Sebastião de Castro Filho (OAB/RO 3646)
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Advogada: Mira Azevedo da Silva (OAB/RO 932-E)
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por Sorteio em 27/06/2016

n.10 0004554-33.2016.8.22.0000 Embargos Infringentes e de Nulidade
Origem: 0008244-89.2015.8.22.0005 Tribunal de Justiça – RO Ji-Paraná/1ª Vara Criminal
Embargante: Jordel Silva dos Santos
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALTER DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Distribuído por Sorteio em 25/08/2016

n.11 0006794-92.2016.8.22.0000 Embargos Infringentes e de Nulidade
Origem: 0016794-40.2015.8.22.0501 Tribunal de Justiça – RO Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Embargante: Francimeire de Sousa Araujo
Advogado: Sebastião de Castro Filho (OAB/RO 3646)
Advogado: José Cantídio Pinto (OAB/RO 1961)
Advogada: Claris Eneida Pergher Pinto (OAB/RO 3556)
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. José Jorge Ribeiro da Luz
Distribuído por Sorteio em 14/12/2016
Impedimento: Des. Hiram Souza Marques

n.12 0006772-34.2016.8.22.0000 Mandado de Segurança
Origem: 0013062-10.2008.8.22.0012 Colorado do Oeste/1ª Vara Criminal
Impetrante: Fabrício Jean Barros de Oliveira Neres
Advogado: Fabrício Jean Barros de Oliveira Neres (OAB/RO 6592)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Colorado do Oeste - RO
Relator: DES. VALTER DE OLIVEIRA
Distribuído por Sorteio em 13/12/2016

n.13 0002583-13.2016.8.22.0000 Mandado de Segurança
Origem: 0001912-82.2015.8.22.0013 Cerejeiras/2ª Vara Criminal
Impetrante: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Cerejeiras - RO
Litisconsorte Passivo Necessario: Estado de Rondonia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Litisconsorte Passivo Necessario: Franklin Silveira Baldo
Advogado: Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089)
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Distribuído por Sorteio em 18/05/2016

n.14 0003701-24.2016.8.22.0000 Embargos Infringentes e de Nulidade
Origem: 0011820-57.2015.8.22.0501 Tribunal de Justiça – RO Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Embargante: Cleisson da Silva Soares
Advogada: Lenilce Santos da Silva Franzolini (OAB/RO 3932)
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALTER DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Distribuído por Sorteio em 12/07/2016

n.15 0006298-63.2016.8.22.0000 Revisão Criminal
Origem: 0004574-86.2010.8.22.0015 Guajará-Mirim/1ª Vara Criminal
Revisionando: E. R. F.
Advogado: Sílvio Pinto Caldeira Júnior (OAB/RO 3933)
Revisionado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. José Jorge Ribeiro da Luz
Distribuído por Sorteio em 18/11/2016

n.16 0004277-17.2016.8.22.0000 Embargos Infringentes e de Nulidade
Origem: 0002485-28.2016.8.22.0000 Tribunal de Justiça – RO Porto Velho/1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais
Embargante: Leandro Fonseca Alcantara
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALTER DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Distribuído por Sorteio em 10/08/2016

Porto Velho, 7 de fevereiro de 2017

Desembargador VALTER DE OLIVEIRA
Presidente das Câmaras Criminais Reunidas

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

2ª CÂMARA ESPECIAL

Data: 07/02/2017
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Especial

Data de distribuição :18/05/2016
Data do julgamento : 31/01/2017
0005054-93.2012.8.22.0015 Reexame Necessário
Origem: 00050549320128220015 Guajará-Mirim (1ª Vara Cível)
Interessado (P. Ativa): Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado (P. Passiva): Município de Guajará-Mirim RO
Procuradores: Jordão Demétrio Almeida (OAB/RO 2754) Luana Vassilakis Moura Mendes (OAB/RO 3796) Samael Freitas Guedes (OAB/RO 2596) Dayan Roberto dos Santos Cavalcante (OAB/RO 1679)
Relator: Desembargador Renato Martins Mimessi
Decisão :"POR UNANIMIDADE, MANTER A SENTENÇA.".
Ementa : Reexame necessário. Ação civil pública. Realização de concurso público. Atribuição do Poder Executivo. Ingerência do Poder Judiciário. Violação ao Princípio da Separação dos Poderes. Salvo em situações excepcionais, deve-se afastar as condenações em obrigações de fazer que constituam ingerência indevida do Judiciário nas atribuições do Poder Executivo, por representarem substituição do gestor público no exercício do poder discricionário de avaliar as prioridades e direcionar a aplicação das verbas públicas, bem como por afetarem o orçamento e o frágil equilíbrio das finanças públicas.

(a) Belª Valeska Pricyla Barbosa Sousa
Diretora do 2DEJUESP

Data de distribuição: 07/05/2015
Data do julgamento: 31/01/2017
0012190-52.2013.8.22.0001 – Apelação
Origem: 0012190-52.2013.8.22.0001 Porto Velho (1ª Vara da Fazenda Pública)
Apelante: Carla Kátia Pantoja Ferreira
Advogados: Maracélia Lima de Oliveira (RO 2549)
Juliane Muniz Miranda de Lucena Lima (OAB/RO 1297)
Jorge Felype Costa de Aguiar dos Santos (OAB/RO 2844)
Magnum Jorge Oliveira da Silva (OAB/RO 3204)
Apelado: Município de Porto Velho
Procuradores: Moacir de Souza Magalhães (OAB/RO 1129)
Carlos Alberto de Sousa Mesquita (OAB/RO 805)
Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)
Relator: Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Apelação. Responsabilidade civil do Poder Público. Erro médico. Testemunhas. Suspeição. Preclusão. Negligência. Verificação. Dever de indenizar. Danos materiais. Comprovação. Lucros cessantes. Atividade remunerada. Prova. Necessidade. Pensionamento. Incapacidade para o trabalho. Demonstração. Ausência. Dano estético. Alteração duradoura ou permanente. Provas. Dano moral. Caracterização. Indenização. Quantum Proporcionalidade. Razoabilidade. Honorários. Fixação. Requisitos. Observância.
Rejeitada em audiência a contradita das testemunhas e não interposto recurso no momento oportuno, está preclusa a questão.
Em se tratando de omissão do Poder Público, compete à parte comprovar, além do nexo de causalidade e do dano, o dolo ou a culpa dos agentes públicos.
É clara a culpa do ente público que, por negligência, dá alta hospitalar ao paciente, mesmo este afirmando sentir fortes dores, sem que se faça investigação acerca das causas desses sintomas,

limitando-se os médicos plantonistas a afirmar que seriam “gases”, e a realização exame no mesmo dia, em hospital particular, verifica o início de um processo infeccioso que, constatado a tempo, evitaria todas as complicações decorrentes do fato.
Constatando-se que a culpa do Município é parcial, pois mesmo o hospital particular só iniciou o tratamento adequado cinco dias após a internação, as indenizações devem ser fixadas proporcionalmente.
Constatada a responsabilidade civil do ente municipal, caberá a este o ressarcimento da metade dos valores gastos com despesas hospitalares e fraldas geriátricas.
Não havendo prova do exercício de atividade remunerada, bem como da incapacidade para o trabalho, não há que se falar em lucros cessantes e pensionamento.
O dano estético é aquele que decorre de alguma alteração significativa na beleza, na harmonia corporal do cidadão, trazendo alguma deformação duradoura ou permanente. Não havendo essa alteração, não há que se falar em indenização por dano estético.
O dano moral corresponde ao sofrimento, à aflição e à angústia a que foi submetida a vítima e deve ser arbitrado observando-se os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como da condição econômica das partes, da repercussão do fato e da conduta do agente, de modo que se conclua por um valor justo ao ressarcimento do dano sofrido.
O litigante que decair de parte mínima do pedido faz jus ao pagamento de honorários de advogados, que devem ser fixados em atenção aos requisitos elencados na lei processual civil.
Recurso a que se dá parcial provimento.
POR UNANIMIDADE, REJEITAR A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO.

Data de distribuição: 05/02/2015
Data do julgamento: 31/01/2017
0000817-56.2015.8.22.0000 - Apelação
Origem: 0000963-03.2011.8.22.0012 Colorado do Oeste (1ª Vara Cível)
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Gilmar Vedovoto Gervásio
Advogado: Gilvan Rocha Filho (OAB/RO 2650)
Apelada: Vani Maria de Santana
Advogado: Gilvan Rocha Filho (OAB/RO 2650)
Apelado: Ronaldo César Vieira
Advogado: Gilvan Rocha Filho (OAB/RO 2650)
Litisconsorte Ativo Facultativo: Estado de Rondônia
Procurador: Toyoo Watanabe Junior (OAB/RO 5728)
Procurador: Antônio José dos Reis Júnior (OAB/RO 281-B)
Litisconsorte Ativo Facultativo: Município de Colorado do Oeste - RO
Procurador: Márcio Augusto Chaves Barbosa (OAB/RO 3659)
Procurador: Isaias Alves dos Santos (OAB/RO 249-B)
Relator: Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Apelação. Improbidade administrativa. Não configuração. Cumulação de cargos. Inocorrência. Cessão de servidores efetivos que exercem função gratificada. Possibilidade. Recurso não provido.
A cessão é a modalidade de afastamento temporário de servidor público, titular de cargo efetivo ou emprego público, que lhe possibilita exercer atividades em outro órgão ou entidade, da mesma esfera de governo ou de esfera distinta, para ocupar cargo em comissão, função de confiança ou ainda para atender às situações estabelecidas em lei, com o propósito de cooperação entre as Administrações.
Não há que se falar em ilegalidade no caso de tratar-se de servidores cedidos pelo ente Estadual ao ente Municipal, para neste exercer função gratificada, pois a própria legislação permite esta situação.
É possível o recebimento de forma simultânea do cedente, que custeia a remuneração do cargo efetivo do servidor e do cessionário que paga a parcela remuneratória correspondente à função de confiança.
A improbidade administrativa deve ser reconhecida diante da comprovação da prática de ato visando o fim diverso do interesse público, movido por dolo e má-fé, bem como lesão ao erário, que extrapolam o limite da mera ilegalidade, o que não ficou evidenciado no caso dos autos.
Recurso não provido.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

Data de distribuição: 25/03/2015
Data do julgamento: 31/01/2017
0003657-66.2011.8.22.0004 - Apelação
Origem : 00036576620118220004 Ouro Preto do Oeste/RO (2ª Vara Cível)
Apelante : Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Ouro Preto do Oeste IPSM
Procuradora : Hedilene da Penha Cardoso Preato (OAB/RO 4500)
Apelada : Josilane de Almeida Montalvão Cavalcanti
Advogada : Regina Lúcia Ribeiro (OAB/MG 106703)
Advogada : Sônia Cristina Arrabal de Brito (OAB/RO 1872)
Relator : Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Apelação cível. Recurso intempestivo. Não conhecimento. Sentença sujeita a reexame em remessa necessária. Aposentadoria por invalidez. Doença grave. Cálculo do benefício. Média aritmética da remuneração. Impossibilidade. Entendimento dos Tribunais Superiores. Benefício em valor integral, considerada a última remuneração. Confirmação da sentença.
Ainda que o recurso interposto por pessoa jurídica de direito público seja intempestivo, quando se trate de condenação em valor ilíquido contra a Fazenda Pública, proferida quando ainda em vigor o Código de Processo Civil de 1973, a sentença está sujeita ao reexame necessário (instituto denominado atualmente como remessa necessária).
Segundo entendimento dos Tribunais Superiores, mesmo após o advento da EC n. 41/2003, os proventos de aposentadoria por invalidez decorrente de doença grave não podem ser calculados com base na média aritmética das maiores remunerações do servidor, sendo imprescindível o pagamento integral, considerada a última remuneração, entendimento este que foi corroborado pelo advento da EC n. 70/2012.
Recurso não conhecido por intempestividade e sentença confirmada em remessa necessária.
POR UNANIMIDADE, NÃO CONHECER DO RECURSO E MANTER A SENTENÇA EM REEXAME NECESSÁRIO.

Data de distribuição: 14/12/2015
Data do julgamento: 31/01/2017
0105113-05.2006.8.22.0014 - Apelação
Origem : 01051130520068220014 Vilhena/RO (4ª Vara Cível)
Apelante : Estado de Rondônia
Procurador : Antônio José dos Reis Júnior (OAB/RO 281-B)
Apelado : Kayed Atalla Ghanayem - ME
Relator : Desembargador Renato Martins Mimessi
Apelação cível. Execução fiscal. Extinção. Parcelamento do débito tributário. Mera suspensão do crédito. Recurso provido.
O parcelamento administrativo de débito fiscal não implica a extinção da respectiva execução, mas tão somente sua suspensão, ainda que o parcelamento se prolongue por extenso período.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

Data de distribuição: 31/05/2016
Data do julgamento: 31/01/2017
0001664-46.2015.8.22.0004 - Apelação
Origem : 00016644620158220004 Ouro Preto do Oeste/RO (2ª Vara Cível)
Apelante : Município de Ouro Preto do Oeste/RO
Procurador : Procuradoria-Geral do Município de Ouro Preto do Oeste/RO
Procuradora : Lucinei Ferreira de Castro (OAB/RO 967)
Apelado : Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Renato Vieira de Souza

Relator : Desembargador Renato Martins Mimessi
Apelação cível. Ausência de impugnação específica aos fundamentos da sentença. Princípio da dialeticidade. Ofensa. Recurso não conhecido.
Carece de regularidade formal o apelo que não faz qualquer menção ao decidido na sentença, abstendo-se de impugnar especificamente os fundamentos que embasaram a procedência do pedido, impondo-se o não conhecimento da apelação, por ofensa ao princípio da dialeticidade.
POR UNANIMIDADE, NÃO CONHECER DO RECURSO.

1ª CÂMARA CRIMINAL

Data: 07/02/2017
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Criminal

Data de distribuição :12/01/2017
Data do julgamento : 02/02/2017
0000137-03.2017.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00165533220168220501 Porto Velho/RO - Fórum Criminal (3ª Vara Criminal)
Paciente: Emerson Silva de Abreu
Impetrante(Advogado): Marcus Vinicius Melo de Souza (OAB/RO 6194)
Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Relator: Desembargador Valter de Oliveira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DENEGAR A ORDEM.".
Ementa : Habeas Corpus. Latrocínio. Roubo majorado. Prisão preventiva. Garantia da ordem pública. Revogação. Inviabilidade. Ausência de constrangimento ilegal. Ordem denegada.
Evidenciada a periculosidade do agente pela prática dos crimes de latrocínio e roubo, descabe a pretendida revogação da prisão preventiva, visto que a hipótese autoriza a manutenção da custódia para garantia da ordem pública e aplicação da lei, máxime quando o paciente possui condenação criminal transitada em julgado por crimes da mesma natureza.

Data de distribuição :23/12/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0006950-80.2016.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00012506020168220021 Buritis (2ª Vara)
Paciente: Dorival Marcelino de Souza
Impte (Adv): Sidnei Sotele (OAB/RO 4192)
Advogado: Nelson Rangel Soares (OAB/RO 6762)
Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Buritis RO
Relator: Desembargador Valter de Oliveira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, CONCEDER A ORDEM.".
Ementa : Habeas corpus. Homicídio. Modalidade tentada. Prisão preventiva. Excesso de prazo na conclusão do Inquérito Policial. Condições pessoais favoráveis. Medida diversa da prisão. Ordem concedida.
A presença de condições pessoais favoráveis ao paciente não autoriza, por si só, a concessão da liberdade provisória, mas repercute no exame da possibilidade de se aplicar medida diversa da prisão.
O excesso de prazo para o término da instrução criminal deve ser aferido dentro dos limites da razoabilidade, considerando circunstâncias excepcionais que venham a retardar a instrução criminal, de modo que havendo ausência de complexidade no caso, demonstra-se evidente a coação ilegal na manutenção da segregação cautelar.

Data de interposição :13/12/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0013502-85.2012.8.22.0005 Embargos de Declaração em Apelação
Origem: 0013502-85.2012.8.22.0005 Ji-Paraná/RO (3ª Vara Criminal)
Embargante: Bruna Kalica Barbosa dos Santos
Advogado: Bassem de Moura Mestou (OAB/RO 3680)
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Valter de Oliveira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.".
Ementa : Embargos de declaração. Rediscussão de tese debatida. Inexistência de omissão.
Os embargos declaratórios limitam-se a corrigir contradição, obscuridade, ambiguidade ou omissão eventualmente verificadas na decisão, não se prestando a rediscutir a causa ou sustentar o desacerto do julgado.

Data de interposição :05/12/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0017979-16.2015.8.22.0501 Embargos de Declaração em Apelação
Origem: 00179791620158220501 Porto Velho/RO (3ª Vara Criminal)
Embargante: Everton Josias Bertoli Ribeiro Pinto
Advogados: Saulo Henrique Mendonça Correia (OAB/RO 5.278), José Viana Alves (OAB/RO 2.555), Maracélia Lima de Oliveira (OAB/RO 2.549) e Nayara Simeas Pereira Rodrigues Martins (OAB/RO 1.692)
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Valter de Oliveira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.".
Ementa : Embargos de declaração. Rediscussão de tese debatida. Inexistência de omissão.
Os embargos declaratórios limitam-se a corrigir contradição, obscuridade, ambiguidade ou omissão eventualmente verificadas na decisão, não se prestando a rediscutir a causa ou sustentar o desacerto do julgado.

Data de distribuição :01/11/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0022314-88.2009.8.22.0501 Apelação
Origem: 00223148820098220501 Porto Velho(3ª Vara Criminal)
Apelante: Gerbson Bragado Mendes ou Jerbson Bragado Mendes
Def. Pública: Liliana dos Santos Torres Amaral (OAB/RO58-B)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Valter de Oliveira
Revisor: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Apelação criminal. Roubo qualificado. Alteração de regime de pena para o menos gravoso. Reincidência específica.
Embora a pena tenha sido estabelecida em patamar que permite a fixação de regime menos gravoso, a existência da reincidência do réu impede o inicio do cumprimento da pena em regime semiaberto, conforme preleciona o art.33, §2º, alínea "b", do Código Penal Brasileiro.

(a) Belª Maria das Graças Couto Muniz
Diretora do 1DEJUCRI

Data: 07/02/2017
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Criminal

Data de distribuição :05/12/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0003441-29.2016.8.22.0005 Apelação
Origem: 00034412920168220005 Ji-Paraná (1ª Vara Criminal)
Apelante: Hércules Francisco Ferreira
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".

Ementa : Apelação criminal. Roubo. Circunstâncias judiciais. Fundamentos. Regime mais brando. Possibilidade.
A instância recursal não pode, ao conformismo ministerial, suplementar fundamento na dosimetria da pena.
A imposição de regime prisional mais rigoroso reclama fundamento concreto e válido indicado nas circunstâncias judiciais.

(a) Belª Maria das Graças Couto Muniz
Diretora do 1DEJUCRI

Data: 07/02/2017
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Criminal

Data de distribuição :03/11/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0001567-31.2015.8.22.0009 Apelação
Origem: 00015673120158220009 Pimenta Bueno/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Natanael dos Santos Rodrigues
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Apelação Criminal. Roubo majorado. Corrupção de menores. Absolvição. Impossibilidade. Pena mínimo legal. Fundamentação. Impossibilidade.
O crime de corrupção de menores é crime formal, de perigo presumido, prescindindo, para sua caracterização, de prova da efetiva corrupção do menor.
A valoração das circunstâncias judiciais é da discricionariedade do juízo, porém deve fundamentar seu entendimento sempre visando o princípio da proporcionalidade.

Data de distribuição :25/11/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0001949-87.2012.8.22.0701 Apelação
Origem: 00019498720128220701 Porto Velho (2º Juizado da Infância e da Juventude)
Apelante: A. da C. F. F.
Advogado: Nilton Barreto Lino de Moraes (OAB/RO 3974)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Apelação criminal. Estupro de vulnerável. Prova. Palavra da vítima. Absolvição. Impossibilidade.
Nos crimes contra os costumes, a palavra da vítima com apoio em outros elementos de prova é suficiente para manter a condenação.

Data de distribuição :05/12/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0004249-62.2015.8.22.0007 Apelação
Origem: 00042496220158220007 Cacoal/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Célio Ferreira da Silva
Def. Público: Carlos Alberto Biazi(OAB/RO 384B)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Apelação criminal. Furto. Confissão espontânea. Reincidência. Preponderância. Precedentes STF.
A circunstância agravante da reincidência como preponderante prevalece em relação à atenuante da confissão espontânea. Precedente STF.

Data de distribuição :01/11/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0005971-21.2016.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 00591188920088220501 Porto Velho (Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas - VEPEMA)
Agravante: Laurence Amaral Parada
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR UNANIMIDADE, REJEITAR A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, DAR PROVIMENTO AO AGRAVO.".
Ementa : Execução penal. Comutação. Tráfico ilícito de drogas e associação para o tráfico. Pena comum e hedionda. Decreto n. 8.615/2015. Condições. Cumprimento integral.
1. O crime de associação para o tráfico não possui natureza hedionda hediondo, por não integrar expressamente o rol do artigo 2º da Lei n. 8.072/1990.
2. O concurso entre penas comuns e hediondas não impede o indulto ou a comutação da pena, se resgatado o mínimo de 2/3 da reprimenda pelo crime impeditivo dos benefícios.

Data de distribuição :23/12/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0006945-58.2016.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00171093420168220501 Porto Velho (2ª Vara Criminal)
Paciente: Israel Cândido de Jesus
Impetrante: Mirtes Lemos Valverde (OAB/RO 2808)
Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DENEGAR A ORDEM.".
Ementa : Habeas corpus. Prisão preventiva. Receptação. Garantia da ordem pública. Fiança. Impossibilidade. Ordem. Denegação.
Subsistindo os fundamentos apontados para o decreto de custódia, padece o argumento de constrangimento ilegal por falta de arbitramento de fiança em delitos afiançáveis, se presente reclamo de garantia da ordem pública.

Data de distribuição :04/11/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0008696-32.2016.8.22.0501 Apelação
Origem: 00086963220168220501 Porto Velho (1ª Vara Criminal)
Apelante: Alan Martins Carvalho
Def. Pública: Rosária Gonçalves Novaes (OAB/RO 407)
Apelante: Yago Neitson Cavalcante Pinto
Def. Pública: Rosária Gonçalves Novaes (OAB/RO 407)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL À APELAÇÃO.".
Ementa : Apelação criminal. Roubo. Circunstâncias judiciais. Pena mínimo legal. Proporcionalidade. Reincidência. Bis in idem. Regime mais brando. Impossibilidade.
A aplicação da pena-base acima do mínimo legal deverá ser fundamentada nas circunstâncias judiciais que foram consideradas desfavoráveis ao agente, respeitando a proporcionalidade.
A existência de mais de uma condenação transitada em julgado autoriza a aplicação de uma delas como circunstância judicial e a outra como legal, não incidindo assim em bis in idem.
Para a fixação do regime inicial de cumprimento de pena deverá ser observado o critério estabelecido no artigo 33, § 3º, c/c artigo 59, III, ambos do Código Penal.

(a) Belª Maria das Graças Couto Muniz
Diretora do 1DEJUCRI

Data: 07/02/2017
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Criminal

Data de distribuição :03/11/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0000924-12.1997.8.22.0007 Apelação
Origem: 00009241219978220007 Cacoal/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Adelcino Pereira de Souza
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Desembargador José Jorge R. da Luz
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Apelação criminal. Homicídio qualificado. Decisão contrária à prova dos autos. Versões. Soberania do Júri.
A decisão dos jurados só comporta anulação quando se apresentar totalmente dissociada do conjunto probatório, em razão da Soberania dos Veredictos. O acolhimento pelo Conselho de Sentença de uma das versões apresentadas não evidencia decisão manifestamente contrária à prova dos autos.

Data de distribuição :30/11/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0004277-42.2015.8.22.0003 Apelação
Origem: 00042774220158220003 Jaru/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Claudinei de Souza Xavier
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Apelação Criminal. Lesão corporais. Reincidência. Regime. Substituição. Impossibilidade.
A reincidência inviabiliza o abrandamento do regime inicial para o aberto, mesmo que a pena seja inferior a 4 anos e as circunstâncias judiciais lhe sejam favoráveis, conforme disposição do art. 33, § 2º, "c", do CP e Súmula 269 do STJ.
A reincidência específica impossibilita a substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos por expressa vedação legal.

Data de distribuição :09/12/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0006693-55.2016.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00077107820168220501 Porto Velho/RO (1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais)
Paciente: Pablo Mendonça de Oliveira
Impetrante (Advogado) : Fernando Albino do Nascimento (OAB/RO 6311)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais da Comarca de Porto Velho/RO
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR UNANIMIDADE, CONCEDER A ORDEM.".
Ementa : Habeas Corpus. Policial Militar. Inexistência de decreto de exclusão da corporação. Transferência para presídio comum. Impossibilidade. Ordem concedida.
1. O marco processual para remoção do condenado em definitivo a pena privativa de liberdade do estabelecimento de custódia militar para prisão comum é a materialização de decreto de exclusão da corporação policial.
2. A transferência do condenado (ex-policial) para o estabelecimento penal comum se dá com observância ao art. 84, § 2º, da LEP.

Data de distribuição :18/11/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0019718-58.2014.8.22.0501 Apelação
Origem: 00197185820148220501 Porto Velho/RO (3ª Vara Criminal)
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Valdecir Soares
Defensora Pública: Liliana dos Santos Torres Amaral (OAB/RO 58B)
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Apelação criminal. Unidade de Conservação. Desmatamento irregular. Dano ambiental. Materialidade. Boletim de ocorrência ambiental. Auto de apreensão. Coordenadas geográficas. Perícia.
A materialidade do crime de dano causado ao meio ambiente, conquanto deixe vestígios, pode ser constatada por meio de prova diverso da perícia técnica, se o auto de infração, boletim de ocorrência ambiental e laudo técnico de profissional habilitado indicam corresponder a área do imóvel desmatado às coordenadas geográficas das Unidades de Conservação Ambiental.

(a) Belª Maria das Graças Couto Muniz
Diretora do 1DEJUCRI

Data: 07/02/2017
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Criminal

Data de distribuição :03/01/2017
Data do julgamento : 02/02/2017
0000001-06.2017.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00000145420178220501 Porto Velho (1ª Vara de Delitos de Tóxicos)
Paciente: Geciclei Batista Araújo
Impetrante: Mirtes Lemos Valverde (OAB/RO 2808)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relator: Desembargador Valter de Oliveira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DENEGAR A ORDEM.".
Ementa : Habeas Corpus. Associação. Tráfico ilícito de entorpecentes. Corrupção de menores. Prisão preventiva. Garantia da ordem pública e aplicabilidade da lei penal. Condições pessoais favoráveis do paciente. Irrelevância.
A gravidade concreta do crime e a possibilidade de reiteração criminosa, evidenciadas pelas circunstâncias em que se deram os fatos, traduzem a necessidade de se garantir a ordem pública e a aplicabilidade da lei penal e, diante disso, autorizam a manutenção da custódia cautelar, caso em que se afiguram irrelevantes as suas condições pessoais favoráveis.

(a) Belª Maria das Graças Couto Muniz
Diretora do 1DEJUCRI

Data: 07/02/2017
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Criminal

Data de distribuição :27/07/2016
Data do julgamento : 26/01/2017
0004002-68.2016.8.22.0000 Correição Parcial
Origem: 00043383220138220015 Guajará-Mirim/RO (1ª Vara Criminal)
Corrigente: Wagner Alvares de Souza
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Corrigido: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Guajará-Mirim - RO

Assistente - (ativo): Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Rondônia
Advogados: Saiera Silva de Oliveira (OAB/RO 2458), Moacyr Rodrigues Pontes Netto (OAB/RO 4149) e Andrey Cavalcante de Carvalho (OAB/RO 303-B)
Relator: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Decisão :"POR MAIORIA, ACOLHER A QUESTÃO DE ORDEM PARA CONHECER PARCIALMENTE A CORREIÇÃO PARCIAL. VENCIDA A DESEMBARGADORA MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO QUE NÃO CONHECEU A CORREIÇÃO. NO MÉRITO, JULGAR IMPROCEDENTE.".
Ementa : Correição Parcial. Questões deduzíveis por meio de instrumentos próprios. Conhecimento em parte. Indeferimento de redesignação de audiência. Livre convencimento motivado do juiz. Possibilidade. Erro, abuso ou inversão tumultuária. Ausência.
- Não se conhece, em correição parcial, de questões que não se encaixem no rol de previsão do recurso.
- O juiz, como condutor do processo, e à vista do sistema do livre convencimento motivado, pode validamente indeferir a redesignação de audiência cujo pedido não encontre fundamento justo, não implicando, por isso, em error in procedendo passível de correição parcial.

Data de distribuição :26/12/2016
Data do julgamento : 26/01/2017
0006957-72.2016.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00171925020168220501 Porto Velho (2ª Vara Criminal)
Pacientes: Edmilson Tavares Jorge Gilberto Confilde Leite
Impetrante(Adv): Leci Sabino da Silva (OAB/RO 5445)
Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Relator: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DENEGAR A ORDEM PARA O PACIENTE GILBERTO CONFILDE LEITE E CONCEDER A ORDEM PARA O PACIENTE EDMILSON TAVARES JORGE.".
Ementa : Habeas corpus. Prisão preventiva. Fundamentação idônea e concreta. Garantia da ordem pública. Necessidade. Requisitos autorizadores. Presença. Constrangimento ilegal da prisão que não atende aos requisitos autorizadores.
A custódia do paciente deve ser mantida quando presentes indícios suficientes de autoria e prova da materialidade, bem como a presença de um dos fundamentos da preventiva (art. 312, caput, CPP) e atendidos um dos requisitos autorizadores (art. 313, CPP), sobretudo, em razão da gravidade concreta do delito, evidenciada pelas circunstâncias em que ele foi cometido, bem como pela sua repercussão, a qual gera intranquilidade na sociedade e aumenta o clamor público por resposta pelo Poder Judiciário.
A prisão cautelar que não c a um dos requisitos autorizadores estabelecidos nos incisos do art. 313 do Código do Processo Penal em relação a um dos pacientes deve ser revogada, por configurar constrangimento ilegal.

Data de distribuição :09/09/2016
Data do julgamento : 26/01/2017
0011363-88.2016.8.22.0501 Apelação
Origem: 00113638820168220501 Porto Velho/RO (1ª Vara de Delitos de Tóxicos)
Apelante: Pamela Suelen Carpina Fernandes
Advogados: Sebastião de Castro Filho (OAB/RO 3.646) e Marisâmia Aparecida de Castro Inácio (OAB/RO 4.553)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Decisão :"POR UNANIMIDADE, ACOLHER A QUESTÃO DE ORDEM PARA NÃO CONHECER DA APELAÇÃO.".
Ementa : Restituição de coisa apreendida. Coisa julgada. Não conhecimento.
Já realizado o mesmo pedido, em demanda anterior transitada em julgado, não se conhece de pedido de restituição de coisa apreendida.

Data de distribuição :17/11/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0000200-32.2016.8.22.0010 Apelação
Origem: 00002003220168220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Leomar Capich
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Violência doméstica. Lesão corporal. Absolvição. Impossibilidade. Palavra da vítima. Conjunto probatório harmônico.
A palavra da vítima é prova suficiente para manter a sentença condenatória, especialmente quando em harmonia com as demais provas dos autos.

Data de distribuição :10/11/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0001870-40.2014.8.22.0701 Apelação
Origem: 00018704020148220701 Porto Velho/RO (2º Juizado da Infância e da Juventude)
Apelante: M. S. C.
Advogado: Evaldo Silvan Duck de Freitas (OAB/RO 884)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Maus-tratos. Materialidade. Autoria. Comprovação. Castigo imoderado. Dolo evidenciado.
Evidenciado pelo conjunto probatório que o agente expôs a perigo a vida ou a saúde da vítima, abusando de meios de correção ou disciplina, a manutenção do édito condenatório pelo crime de maus-tratos é medida que se impõe.

Data de distribuição :13/11/2014
Data do julgamento : 02/02/2017
0011849-92.2014.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00019416720128220004 Ouro Preto do Oeste/RO (1ª Vara Criminal)
Paciente: Edimilson Gomes da Silva
Impetrante: Edno Damascena de Farias (OAB/MT 11134)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO
Relator: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Decisão :"POR UNANIMIDADE, CONHECER DO HABEAS CORPUS E DENEGAR A ORDEM.".
Ementa : Habeas corpus. Recurso próprio. Substitutivo. Decisão superior. Conhecimento. Abandono da causa. Intimação pessoal. Mudança de endereço. Comunicação. Inocorrência. Nulidade. Inexistência.
1. Não obstante o habeas corpus não ser a via adequada para exame de questões passíveis de recurso próprio, é de se ter dele conhecimento em obediência à decisão de Tribunal Superior.
2. Não há que se falar em nulidade em razão da falta de intimação pessoal do acusado quando seu patrono abandona a causa e ocorre a mudança de domicílio sem a devida comunicação nos autos.
3. A intimação da sentença ao acusado por edital não acarreta nulidade, mormente quando tenha havido a intimação pessoal do defensor público devidamente nomeado.

(a) Belª Maria das Graças Couto Muniz
Diretora do 1DEJUCRI

Data: 07/02/2017
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Criminal

Data de distribuição :01/09/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0089377-73.2008.8.22.0014 Apelação
Origem: 00893777320088220014 Vilhena/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Macildo Raimundo de Lima
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelante: Dhonny Wellisson Oliveira Barros
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Valter de Oliveira
Revisor: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR UNANIMIDADE, EXTINGUIR A PUNIBILIDADE DO APELANTE DHONNY WELLISSON OLIVEIRA BARROS E DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO DE MACILDO RAIMUNDO DE LIMA.".
Ementa : Apelação criminal. Roubo qualificado. Pena aplicada. Menoridade relativa. Prazo reduzido. Metade. Prescrição retroativa. Ocorrência. Negativa da autoria. Absolvição. Possibilidade. Fragilidade probatória. In dubio pro reo.
Sendo o réu menor de vinte e um anos à data dos fatos, o prazo prescricional da pena deve ser reduzido pela metade e, constatado que, entre a data do recebimento da denúncia e da publicação da sentença, decorreu prazo superior ao previsto na lei penal, declara-se extinta a punibilidade, em face da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal na modalidade retroativa.
A sentença condenatória deve se respaldar em provas seguras e, havendo dúvidas, estas devem ser interpretadas em favor do réu.

(a) Belª Maria das Graças Couto Muniz
Diretora do 1DEJUCRI

Data: 07/02/2017
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Criminal

Data de distribuição :17/10/2016
Data do julgamento : 09/12/2016
0001109-36.2014.8.22.0013 Apelação
Origem: 00011093620148220013 Cerejeiras (1ª Vara)
Apelante: Willians Ferreira Reis
Advogado: Elton David de Souza (OAB/RO 6301)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Apelação criminal. Lesões corporais. Desclassificação. Contravenção. Vias de fato. Impossibilidade. Mandado de prisão.
A constatação de efetiva ofensa à integridade física da vítima configura a prática de lesão corporal, obstando a desclassificação para a contravenção de vias de fato.
Exauridos os recursos da Instância Recursal, próxima do Juízo da condenação, promove-se à execução provisória da reprimenda imposta para satisfazer princípio da efetividade da Jurisdição Penal.

Data de distribuição :03/01/2017
Data do julgamento : 02/02/2017
0000005-43.2017.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00015438420168220003 Jaru/RO (1ª Vara Criminal)
Paciente: Wallisson Pinheiro dos Santos
Impetrante: Irineu Ribeiro da Silva (OAB/RO 133)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Jaru - RO
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR UNANIMIDADE, CONCEDER A ORDEM.".
Ementa : Habeas Corpus. Tráfico ilícito de drogas e associação para o tráfico. Primariedade. Ausência de antecedentes. Regime prisional mais brando. Substituição por medidas cautelares. Possibilidade. Concessão.
1. É possível a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, se ausentes os requisitos da prisão preventiva, hipótese que se verifica quando o paciente é primário, tem bons antecedentes e comprova possuir endereço certo.
2. A possibilidade da imposição de regime prisional diverso do fechado ou pena alternativa retira do decreto segregatório a justa causa para sua vigência.

Data de distribuição :13/01/2017
Data do julgamento : 02/02/2017
0000150-02.2017.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 10001304320178220501 Porto Velho (1ª Vara de Delitos de Tóxicos)
Paciente: Manoel do Nascimento Marques
Impetrante: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR UNANIMIDADE, CONCEDER A ORDEM.".
Ementa : Habeas Corpus. Tráfico. Prisão preventiva. Liberdade provisória. Ausência de Requisitos da Prisão Cautelar. Aplicação de medida diversa da prisão. Possibilidade. Concessão.
Falta justa causa no decreto segregatório que não aponta elementos concretos que a liberdade do paciente colocará em risco a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, tornando passível aplicação de medidas cautelares diversa da prisão.

Data de distribuição :30/11/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0000255-41.2016.8.22.0023 Apelação
Origem: 00002554120168220023 São Francisco do Guaporé/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Fabio Penha do Nascimento
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Decisão :"POR UNANIMIDADE, REJEITAR A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Apelação criminal. Homicídio qualificado. Preliminar. Interferência na votação. Preclusão. Dosimetria da pena. Tentativa. Patamar. Iter criminis.
Impossível o acolhimento de nulidade da votação, não suscitada ou registrada na ata da sessão de julgamento do Tribunal do Júri, no momento oportuno, eis que preclusa.
Inviável a aplicação da tentativa em patamar máximo, quando o crime foi interrompido próximo a sua consumação.

Data de distribuição :10/11/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0000929-43.2016.8.22.0015 Apelação
Origem: 00009294320168220015 Guajará-Mirim/RO (1ª Vara Criminal)
Apte/Ação: Abrãao Manuzakis Ferreira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apdo/Apte: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO MINISTERIAL E NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO DE ABRÃAO MANUZAKIS FERREIRA.".
Ementa : Apelação Criminal. Recurso Ministerial e da Defesa. Porte ilegal de munições. Tipicidade. Crime de mera conduta ou perigo abstrato. Precedentes. Confissão espontânea. Reincidência. Compensação. Regime mais brando. Impossibilidade.

Inviável a absolvição por atipicidade penal quando o agente transporta munições sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, ainda que ausente a arma de fogo, por se classificar como de mera conduta, prescindindo da comprovação de efetivo prejuízo à sociedade ou eventual vítima para sua configuração, e de perigo abstrato, na medida em que o risco inerente à conduta é presumido pelo tipo penal.
A circunstância agravante da reincidência, como preponderante, prevalece em relação a atenuante da confissão espontânea. Precedente STF.
A reincidência inviabiliza o abrandamento do regime inicial para o aberto, mesmo que a pena seja inferior a 4 anos e as circunstâncias judiciais lhe sejam favoráveis, conforme disposição do art. 33, § 2º, "c", do CP e Súmula 269 do STJ.

Data de distribuição :10/11/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0001243-86.2016.8.22.0015 Apelação
Origem: 00012438620168220015 Guajará-Mirim/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Tonilso de Souza Ramos
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO E, DE OFÍCIO, RETIFICAR O ERRO MATERIAL.".
Ementa : Apelação criminal. Roubo. Circunstâncias judiciais. Pena mínima. Impossibilidade. Confissão espontânea. Reincidência. Preponderância. Erro material. Retificação.
A aplicação da pena-base acima do mínimo legal é viável desde que devidamente fundamentada nas circunstâncias judiciais que foram consideradas desfavoráveis ao agente.
A circunstância agravante da reincidência, como preponderante, prevalece em relação à atenuante da confissão espontânea. Precedente STF.
Corrige-se, de ofício, o erro material que gerou reflexos no cálculo da pena.

Data de distribuição :27/10/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0002478-69.2012.8.22.0002 Apelação
Origem: 00024786920128220002 Ariquemes/RO (2ª Vara Criminal)
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: J. R. da C.
Advogado: Romildo Fernandes da Silva (OAB/RO 4416)
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Apelação criminal. Recurso. Ministério Público. Estupro de vulnerável. Prova. Absolvição. In dubio pro reo.
Malgrado relevante a palavra da vítima, a não confirmação em Juízo aliado a ausência de outros elementos seguros de convicção, torna-se insuficiente como meio de prova, impondo, assim, a absolvição em observância ao princípio do in dubio pro reo.

Data de distribuição :19/10/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0005702-79.2016.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 00037592020138220004 Ouro Preto do Oeste/RO (1ª Vara Criminal)
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Alessandro Pereira da Silva
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO AGRAVO.".
Ementa : AGRAVO EM EXECUÇÃO. FALTA GRAVE. PERDA DOS DIAS REMIDOS. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.
Deve o magistrado impor a perda dos dias remidos como consectário da falta grave, ficando à sua discricionariedade apenas o quantum da fração a ser aplicada, respeitado o limite legal.

Data de distribuição :19/12/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0006907-46.2016.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 10002875020168220501 Porto Velho/RO (1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais)
Paciente: Laise Maria Costa Diniz
Impetrante: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais da Comarca de Porto Velho RO
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DENEGAR A ORDEM.".
Ementa : Habeas corpus. Detração Penal. Competência do juízo da execução. Constrangimento ilegal. Não configurado. Ordem denegada.
1. A competência estabelecida pelo art. 387, § 2º, do CPP ao juiz da condenação deve ser interpretada restritiva à eventual modificação do regime prisional do condenado.
2. Para decisão das demais questões transfere a competência ao juiz da Execução da pena.

Data de distribuição :11/11/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0007335-53.2011.8.22.0501 Apelação
Origem: 00073355320118220501 Porto Velho (1ª Vara do Tribunal do Júri)
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Justriano Cardoso dos Santos
Def. Público: Dayan Saraiva de Albuquerque (OAB/RO 1278)
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Apelação criminal. Ministério Público. Homicídio. Tentativa. Redução. Iter criminis. Perigo de vida. Possibilidade.
A redutora da tentativa será aplicada conforme o percurso do caminho do crime, quanto maior a proximidade a consumação, menor a fração.

(a) Belª Maria das Graças Couto Muniz
Diretora do 1DEJUCRI

Data: 07/02/2017
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Criminal

Data de distribuição :01/12/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0006556-73.2016.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00015613720148220501 Porto Velho/RO (1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais)
Paciente: Jeferson Bernardo de Souza
Impetrante: Maria Aparecida Bernardo de Oliveira
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais da Comarca de Porto Velho/RO
Relator: Desembargador Valter de Oliveira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, CONCEDER PARCIALMENTE A ORDEM.".
Ementa : Habeas corpus. Medida de Segurança. Extinção. Ausência de Laudo. Perito impedido. Reestabelecimento cautelar.
Para os fins da medida de segurança, é nulo o exame realizado por um só perito, considerando-se impedido o que tiver funcionado, anteriormente, na diligência de apreensão.

(a) Belª Maria das Graças Couto Muniz
Diretora do 1DEJUCRI

Data: 07/02/2017
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Criminal

Data de distribuição :03/01/2017
Data do julgamento : 26/01/2017
0000007-13.2017.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00168330320168220501 Porto Velho/RO (2ª Vara Criminal)
Paciente: Neemias do Nascimento França
Impetrante: Roberto Egmar Ramos (OAB/RO 5409)
Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho/RO
Relator: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Relator p/ o acórdão : Desembargador Miguel Monico Neto
Decisão :"POR MAIORIA, DENEGAR A ORDEM. VENCIDO O RELATOR.".
Ementa : Habeas Corpus. Furto. Associação Criminosa. Prisão preventiva. Possibilidade. Requisitos presentes. Medidas cautelares. Insuficiência. Ausência de constrangimento ilegal. Ordem denegada.
Mantém-se a prisão do paciente que demonstra periculosidade incompatível com a liberdade revelada pelo modus operandi com que a priori praticou os delitos, sendo insuficiente a aplicação de medidas cautelares alternativas.
Eventuais condições subjetivas favoráveis, por si sós, seriam insuficientes para autorizar a concessão da liberdade provisória, se presentes os motivos que autorizam o decreto da prisão preventiva.
Ordem denegada.

Data de distribuição :21/12/2016
Data do julgamento : 26/01/2017
0006929-07.2016.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00014110920168220009 Pimenta Bueno/RO (1ª Vara Criminal)
Paciente: Zulpério Alves Pereira
Impetrante: Léliton Luciano Lopes da Costa (OAB/RO 2237)
Impetrante: Gabriel Almeida Meurer (OAB/RO 7274)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Pimenta Bueno/RO
Relator: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Relator p/ o acórdão : Desembargador Miguel Monico Neto
Decisão :"POR MAIORIA, DENEGAR A ORDEM. VENCIDO O RELATOR.".
Ementa: Habeas Corpus. Lesão corporal. Ameaça. Âmbito doméstico. Ofensa à integridade da vítima. Prisão preventiva. Possibilidade. Requisitos presentes. Medidas cautelares. Insuficiência. Ausência de constrangimento ilegal. Ordem denegada.
1. A prisão preventiva é validamente aplicável ao agente que demonstrou representar risco concreto à ordem pública, especialmente à integridade física e psíquica da vítima.
2. Indevida a aplicação de medidas cautelares menos gravosas quando a segregação encontra-se justificada na periculosidade efetiva do réu, diante da maior reprovabilidade de sua conduta, levando à conclusão pela insuficiência das medidas alternativas para garantir a ordem pública (precedente).
3. Ordem denegada.

(a) Belª Maria das Graças Couto Muniz
Diretora do 1DEJUCRI

Data: 07/02/2017
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Criminal

Data de distribuição :11/01/2017
Data do julgamento : 02/02/2017
0000093-81.2017.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00014588320168220008 Espigão do Oeste (2ª Vara)
Paciente: Bruno de Almeida Silva
Impte (Adv): Silvio Pinto Caldeira Junior (OAB/RO 3933)
Impte (Adv): Graziane Maksuelen Musquim (OAB/RO 7771)
Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Espigão do Oeste-RO
Relator: Desembargador Valter de Oliveira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DENEGAR A ORDEM.".
Ementa : Habeas corpus. Homicídio qualificado. Presença dos requisitos da prisão preventiva. Garantia da ordem pública. Condições pessoais favoráveis do paciente. Irrelevância. Ordem denegada.
A gravidade concreta e a periculosidade do agente, evidenciadas pelas circunstancias em que se deram os fatos, traduzem a necessidade de se garantir a ordem pública e autorizam a manutenção da custódia cautelar, sendo irrelevantes as suas condições pessoais favoráveis.

Data de distribuição :19/01/2017
Data do julgamento : 02/02/2017
0000254-91.2017.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00007016520168220501 Porto Velho (1ª Vara do Tribunal do Júri)
Paciente: Edione Pessoa da Silva
Impetrantes (Advs): Nilton Barreto Lino de Moraes (OAB/RO 3974)
Leonardo Ferreira de Melo (OAB/RO 5959)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Porto Velho - RO
Relator: Desembargador Valter de Oliveira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DENEGAR A ORDEM.".
Ementa : Habeas corpus. Excesso de prazo. Sentença de pronúncia. Prisão preventiva. Ordem denegada.
Pronunciado o agente, fica superada a alegação de constrangimento ilegal, decorrente de excesso de prazo.

Data de distribuição :17/11/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0000852-37.2016.8.22.0014 Apelação
Origem: 00008523720168220014 Vilhena/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Peterson Alves Santos
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Valter de Oliveira
Revisor: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL À APELAÇÃO.".
Ementa : Apelação criminal. Júri. Homicídio. Dosimetria. Pena basilar acima do mínimo legal. Circunstâncias judiciais parcialmente desfavoráveis. Tentativa. Critério para redução.
Se as circunstâncias judiciais são, em parte, consideradas desfavoráveis, resta justificada a fixação da pena-base acima do mínimo legal.
A diminuição da pena decorrente da tentativa será norteada em função do iter criminis percorrido, sendo que quanto mais o agente se aproxima da consumação menor será a redução, e vice-versa.

Data de distribuição :16/08/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0005378-41.2016.8.22.0501 Apelação
Origem: 00053784120168220501 Porto Velho (3ª Vara Criminal)
Apelante: Caino Trindade Barata
Def. Pública: Liliana dos Santos Torres Amaral (OAB/RO 58-B)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Valter de Oliveira
Revisor: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Apelação criminal. Corrupção de menores. Delito formal. Negativa de autoria. Depoimento das testemunhas e das vítimas. Confissão do réu. Conjunto probatório harmônico. Absolvição. Provas. Insuficiência. Impossibilidade. Dosimetria da pena-base. Circunstâncias Judiciais Desfavoráveis. Modificação de regime de pena. Reiteração criminosa.
Conforme entendimento dos Tribunais Superiores, para a configuração do crime previsto no artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente não é necessária a prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal.
Não há ilegalidade na fixação do modo inicial fechado de execução quando a pena tenha sido definitivamente fixada em patamar superior a oito anos de reclusão, constatando-se que são desfavoráveis as circunstâncias judiciais, de modo que o regime mais gravoso para o início da sanção privativa de liberdade mostra-se devidamente justificado e é o mais adequado para a prevenção e repressão do crime.

Data de distribuição :09/12/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0006713-46.2016.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00011346620168220017 Alta Floresta do Oeste/RO (1ª Vara Criminal)
Paciente: Cleiton José da Silva
Impetrante(Advogado): João Francisco Matara Júnior (OAB/RO 6.226)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Alta Floresta do Oeste/RO
Relator: Desembargador Valter de Oliveira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DENEGAR A ORDEM.".
Ementa : Habeas corpus. Latrocínio. Forma tentada. Porte ilegal de arma de uso restrito. Prisão preventiva. Garantia da ordem pública. Ausência de constrangimento ilegal.
Evidenciada a periculosidade do agente pela prática de roubo qualificado, descabe a pretendida revogação da prisão preventiva, visto que a hipótese autoriza a manutenção da custódia para garantia da ordem pública.

Data de distribuição :22/12/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0006933-44.2016.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00026251720168220015 Guajará-Mirim (2ª Vara Criminal)
Paciente: Romario Queiroz da Silva
Impte (Adv.): Jeremias de Souza Leite (OAB/RO 5104)
Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Guajará Mirim/RO
Relator: Desembargador Valter de Oliveira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DENEGAR A ORDEM.".
Ementa : Habeas Corpus. Roubo qualificado. Prisão preventiva. ordem pública. Garantia. constrangimento ilegal. Ausência.
Evidenciada a periculosidade do agente pela prática de roubo qualificado, descabe a pretendida revogação da prisão preventiva, visto que a hipótese autoriza a manutenção da custódia para garantia da ordem pública.

Data de distribuição :22/08/2016
Data do julgamento : 02/02/2017
0009112-61.2015.8.22.0007 Apelação
Origem: 00091126120158220007 Cacoal (2ª Vara Criminal)
Apelante: D. C. M.
Advogado: Sabino José Cardoso (OAB/RO 1905)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Valter de Oliveira
Revisor: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR UNANIMIDADE, REJEITAR A PRELIMINAR. NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Apelação criminal. Estupro de vulnerável. Ausência de laudo pericial e estudo psicológico. Ausência de vestígios. Prova testemunhal. Validade. Autoria. Negativa. Palavra da vítima. Absolvição. Impossibilidade. Cerceamento de defesa. Substituição da causa de aumento da pena. Circunstância agravante. Modificação. Inviabilidade.
Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
A palavra da vítima corroborada por outros elementos de provas, bastam para a manutenção da condenação.
O réu defende-se dos fatos, não da sua classificação jurídico-penal. Estando as condutas devidamente detalhadas quando da formulação da peça acusatória, permitindo o exercício pleno do contraditório, não há que se falar em restrição à defesa técnica devido à aplicação de uma ou outra agravante.

(a) Belª Maria das Graças Couto Muniz
Diretora do 1DEJUCRI

2ª CÂMARA CRIMINAL

Data: 07/02/2017
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Criminal

Data de distribuição :05/01/2017
Data do julgamento : 25/01/2017
0000009-80.2017.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00171665220168220501 Porto Velho (2ª Vara Criminal)
Paciente: Elison Rodrigues de Assis
Impte (Adv): Tiago Victor Nascimento da Silva (OAB/RO 7914)
Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho
Relator: Desembargador Miguel Monico Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DENEGAR A ORDEM NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Habeas corpus. Receptação. Arma de fogo. Porte ilegal. Prisão preventiva. Requisitos. Presença. Garantia da ordem pública. Medidas cautelares. Insuficiência. Condições pessoais. Irrelevância.
1. A via estreita do habeas corpus não comporta a análise aprofundada da prova.
2. Está fundamentada a decisão que decreta a prisão preventiva do paciente respaldada em elementos concretos extraídos da situação fática dos autos.
3. Eventuais condições subjetivas favoráveis, por si sós, são insuficientes para autorizar a concessão da liberdade provisória ou a revogação da prisão preventiva quando presentes os motivos que a autorizam.
4. Ordem denegada.

Data de distribuição :17/11/2016
Data do julgamento : 25/01/2017
0000523-31.2016.8.22.0012 Apelação
Origem: 00005233120168220012 Colorado do Oeste (1ª Vara Criminal)
Apelante: Marcos Fernandes Gomes
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Miguel Monico Neto
Revisora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".

Ementa : Apelação criminal. Furto. Absolvição. Provas suficientes de autoria e materialidade. Res furtiva encontrada na posse do réu. Inversão do ônus da prova. Recurso não provido.
Sendo o conjunto probatório seguro a evidenciar que o agente praticou o crime de furto, especialmente pelas declarações harmônicas da vítima e testemunhas, a tese defensiva de fragilidade probatória torna-se desarrazoada.
A apreensão da coisa subtraída em poder do agente gera a presunção de sua responsabilidade, cabendo-lhe demonstrar a posse lícita.
Recurso não provido.

Data de distribuição :11/11/2016
Data do julgamento : 25/01/2017
0003220-87.2014.8.22.0014 Apelação
Origem: 00032208720148220014 Vilhena/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Igor Castro Siqueira
Advogada: Lairce Martins de Souza (OAB/RO 3041)
Advogado: Franklin Joilson Alves Bastos (OAB/RO 6826)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Miguel Monico Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Resistência e Desacato. Autoria e materialidade. Presentes. Crimes configurados. Absolvição. Impossibilidade. Recurso não provido.
Se o conjunto probatório é seguro a evidenciar que o agente praticou os crimes pelo qual foi condenado, a tese defensiva de ausência de infração penal ou fragilidade probatória torna-se desarrazoada.

Data de distribuição :04/11/2016
Data do julgamento : 25/01/2017
0003888-61.2014.8.22.0013 Apelação
Origem: 00038886120148220013 Cerejeiras (2ª Vara Criminal)
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Rioneis Alves Justino
Advogado: Osmar Guarnieri (OAB/RO 6519)
Advogado: Fernando Milani e Silva (OAB/RO 186)
Relator: Desembargador Miguel Monico Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".
Ementa : Apelação criminal. Tribunal do júri. Tentativa de homicídio. Posse ilegal de arma de fogo. Absorção do crime conexo. Matéria fática de competência dos jurados. Recurso provido.
O concurso material entre o delito de posse ilegal de arma de fogo e a tentativa de homicídio depende de exame probatório aprofundado e casuístico, cuja implementação deve ser feita perante o Tribunal do Júri.
Cabe aos jurados decidir sobre a relação de meio e fim entre o crime de homicídio e posse ilegal de arma de fogo, não podendo o magistrado subtrair a competência constitucional do art. 5º, XXXVIII, "d". (Precedente da 2ª Câmara Criminal).

Data de distribuição :08/11/2016
Data do julgamento : 25/01/2017
0004868-28.2016.8.22.0501 Apelação
Origem: 00048682820168220501 Porto Velho (1ª Vara de Delitos de Tóxicos)
Apelante: Patrícia Vasconcelos Bezerra
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Miguel Monico Neto
Revisora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Tráfico ilícito de drogas. Absolvição. Impossibilidade. Agravante de reincidência. Bis in idem. Não ocorrência. Redução pena de multa. Sanção impositiva. Não ocorrência. Recurso não provido.
Se o conjunto probatório é seguro a evidenciar que o agente praticou o crime pelo qual foi condenado, a tese defensiva de fragilidade probatória torna-se desarrazoada.
Os depoimentos de servidores públicos, no exercício de sua função, em regra, possuem plena eficácia probatória, sendo tal presunção afastada apenas na presença de motivos concretos que coloquem em dúvida a veracidade de suas declarações, o que não é o caso dos autos.
O tipo previsto no art. 33 da Lei nº 11.343/06 é congruente ou congruente simétrico, esgotando-se o seu tipo subjetivo, no dolo. As figuras, v.g., de transportar, trazer consigo, guardar ou, ainda, de adquirir não exigem, para a adequação típica, qualquer elemento subjetivo adicional tal como o fim de traficar ou comercializar.
Somente se verifica bis in idem quando o magistrado se utiliza de um mesmo fato para majorar a pena na primeira fase de fixação da reprimenda (maus antecedentes) e na segunda (reincidência).
A multa é uma espécie de pena (art. 32 do CP) – sanção de preceito secundário do tipo penal - na qual o agente é condenado, não podendo o julgador isentar o condenado, sob pena de violação ao princípio da legalidade.

Data de distribuição :17/11/2016
Data do julgamento : 25/01/2017
0006274-35.2016.8.22.0000 Apelação
Origem: 00055917320138220009 Pimenta Bueno (1ª Vara Criminal)
Apelante: José Cordeiro dos Santos
Defensora Pública: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Miguel Monico Neto
Revisora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Tráfico ilícito de drogas. Associação para o tráfico. Animus associativo dos agentes. Comprovado. Absolvição. Impossibilidade. Desclassificação de tráfico para uso. Inviável. Causa especial de redução de pena. Aplicação. impossibilidade. Dedicação à atividade criminosa. Recurso não provido.
Se o conjunto probatório é seguro a evidenciar que o agente praticou o crime pelo qual foi condenado, a tese defensiva de fragilidade probatória torna-se desarrazoada.
Os depoimentos de servidores públicos, no exercício de sua função, em regra, possuem plena eficácia probatória, sendo tal presunção afastada apenas na presença de motivos concretos que coloquem em dúvida a veracidade de suas declarações, o que não é o caso dos autos.
O tipo previsto no art. 33 da Lei nº 11.343/06 é congruente ou congruente simétrico, esgotando-se, o seu tipo subjetivo, no dolo. As figuras, v.g., de transportar, trazer consigo, guardar ou, ainda, de adquirir não exigem, para a adequação típica, qualquer elemento subjetivo adicional tal como o fim de traficar ou comercializar.
O crime de associação para o tráfico reclama um vínculo associativo permanente e estável de duas ou mais pessoas com o escopo de praticar, reiteradamente, os crimes previstos nos arts. 33, caput, 1º, e 34 da Lei n. 11.343/06, e, restando configurado que o apelante juntamente com a corré se associaram para cometer o crime de tráfico de drogas, a manutenção da sentença é medida que se impõe.
Mantida a condenação de primeiro grau, não há que se falar em substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direito, porquanto a pena ultrapassa 4 anos de reclusão (art. 44, I, do CP).
O regime fechado para o início do cumprimento de pena não será modificado se estiver fundamentado no art. 33, § 2º, "a" do CP, art. 59 do CP e as circunstâncias especiais (art. 42 da Lei 11.343/2006).

Data de distribuição :21/11/2016
Data do julgamento : 25/01/2017
0006343-67.2016.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 00056184820118220002 Ariquemes (2ª Vara Criminal)
Agravante: Regiálison Ferreira dos Santos
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia

Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Miguel Monico Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, EM QUESTÃO DE ORDEM, RECONHECER A NULIDADE DA DECISÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Agravo em execução penal. Fuga. Unidade prisional. Falta grave aplicada pelo juízo. Nulidade de ofício. Declaração da falta grave. Atribuição do diretor do estabelecimento prisional.
Realizado o PAD e observadas todas as formalidades legais, deve a comissão encaminhar o resultado do procedimento ao diretor do estabelecimento prisional, para que ele decida sobre a falta grave e encaminhe ao juízo da execução para sua homologação.
Cabe ao diretor do estabelecimento prisional a declaração formal da ocorrência de falta grave, mediante a instauração de procedimento administrativo, assegurado o direito de defesa, não se inserindo nas atribuições da autoridade judiciária, sob pena de nulidade insanável (Precedente 2ª Câmara Criminal).

Data de distribuição :21/12/2016
Data do julgamento : 25/01/2017
0006928-22.2016.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00127374220168220501 Porto Velho (1ª Vara Criminal)
Paciente: Ânderson Mendes Bezerra
Impetrantes(Advs): Romilson Fernandes da Silva(OAB/RO 5109) Telma dos Santos Cruz (OAB/RO 3156)
Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Relator: Desembargador Miguel Monico Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DENEGAR A ORDEM NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Habeas corpus. Roubo. Excesso de prazo. Inocorrência. Necessidade de expedição de carta precatória. Instrução encerrada. Constrangimento ilegal. Inexistência. Ordem denegada.
A questão do excesso de prazo na formação da culpa não se esgota na simples verificação aritmética dos prazos previstos na lei processual, devendo ser analisada à luz do princípio da razoabilidade, segundo as circunstâncias detalhadas de cada caso concreto. Precedentes STJ.
Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de excesso de prazo na formação da culpa. Súmula 52 STJ.
Ordem denegada.

Data de distribuição :27/12/2016
Data do julgamento : 25/01/2017
0006970-71.2016.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00064483020158220501 Porto Velho/RO (1ª Vara de Delitos de Tóxicos)
Paciente: Gleiciane de Souza Aquino
Impetrante(Advogada): Magally de Oliveira (OAB/DF 41.069)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho/RO
Relator: Desembargador Miguel Monico Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, CONHECER PARCIALMENTE DA ORDEM. NO MÉRITO, DENEGAR A ORDEM NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
".
Ementa : Habeas corpus. Tráfico. Associação para o tráfico. Excesso de prazo. Inocorrência. Necessidade expedição de carta precatória. Complexidade do feito. Instrução encerrada. Constrangimento ilegal. Inexistência. Conhecimento parcial do writ. Ordem denegada.
Firme é o posicionamento jurisprudencial de que a reiteração de remédio heroico com o mesmo fundamento, já examinado ou com pedido liminar decidido, não merece conhecimento, em razão da ausência de interesse de agir.
A questão do excesso de prazo na formação da culpa não se esgota na simples verificação aritmética dos prazos previstos na lei processual, devendo ser analisada à luz do princípio da razoabilidade, segundo as circunstâncias detalhadas de cada caso concreto. Precedentes STJ.
Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de excesso de prazo na formação da culpa. Súmula 52 STJ
Ordem denegada.

Data de distribuição :28/12/2016
Data do julgamento : 25/01/2017
0006977-63.2016.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00037762120168220014 Vilhena/RO (1ª Vara Criminal)
Paciente: Franciane da Silva Brasil
Impetrante: Lairce Martins de Souza (OAB/RO 3.041)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena/RO
Relator: Desembargador Miguel Monico Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DENEGAR A ORDEM NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Habeas corpus. Tráfico de drogas. Dentro de unidade prisional. Requisitos presentes. Garantia da ordem pública. Medidas cautelares. Insuficiência. Eventuais condições pessoais favoráveis. Irrelevância. Ordem denegada.
1. Está fundamentada a decisão que decreta a prisão preventiva do paciente respaldada em elementos concretos extraídos da situação fática dos autos.
2. A prisão fundada nas circunstâncias concretas de sua prática, evidencia, pelo modus operandi, risco de reiteração delitiva e, por consequência, à ordem pública, fundamento suficiente para a decretação da preventiva, conforme o art. 312 do CPP (precedente do STF).
3. Ordem denegada.

Data de distribuição :30/12/2016
Data do julgamento : 25/01/2017
0006982-85.2016.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00040666320168220005 Ji-Paraná (2ª Vara Criminal)
Paciente: E. M. dos S.
Impetrante(Def. Público): Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná - RO
Relator: Desembargador Miguel Monico Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DENEGAR A ORDEM NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Habeas Corpus. Estupro. Negativa de autoria. Análise de prova. Prisão preventiva. Requisitos presentes. Garantia da ordem pública. Periculosidade concreta do paciente. Eventuais condições pessoais favoráveis. Irrelevância. Ordem denegada.
1. A via estreita do habeas corpus não comporta a análise aprofundada da prova.
2 . Está fundamentada a decisão que decreta a prisão preventiva do paciente respaldada em elementos concretos extraídos da situação fática dos autos.
3. Mantém-se a prisão do paciente que demonstra periculosidade incompatível com a liberdade revelada pelo modus operandi com que a priori praticou o delito, sendo insuficiente a aplicação de medidas cautelares alternativas
4. Eventuais condições pessoais favoráveis, por si sós, são insuficientes pra autorizar a concessão da liberdade provisória se presentes os motivos que autorizam o decreto da prisão preventiva.

Data de distribuição :18/11/2016
Data do julgamento : 25/01/2017
0007840-68.2016.8.22.0501 Apelação
Origem: 00078406820168220501 Porto Velho (1ª Vara de Delitos de Tóxicos)
Apelante: Cássio Cassiano Soares
Def. Público: João Luís Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 294)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia

Relator: Desembargador Miguel Monico Neto
Revisora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Tráfico ilícito de drogas. Desclassificação de tráfico para uso próprio. Impossibilidade. Agravante de reincidência. Bis in idem. Não ocorrência. Redução pena de multa. Sanção impositiva. Não ocorrência. Recurso não provido.
Se o conjunto probatório é seguro a evidenciar que o agente praticou o crime pelo qual foi condenado, a tese defensiva de fragilidade probatória torna-se desarrazoada.
Comprovado que o agente tinha consigo substância entorpecente, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, e não tendo sido demonstrado que o destino era exclusivo para uso próprio, a condenação nas sanções do art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06 é medida que se impõe.
Os depoimentos de servidores públicos, no exercício de sua função, em regra, possuem plena eficácia probatória, sendo tal presunção afastada apenas na presença de motivos concretos que coloquem em dúvida a veracidade de suas declarações, o que não é o caso dos autos.
O pLENÁRIO DO STF, no julgamento do RE 453.000/RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, julgado em 4/4/2013, cuja repercussão geral foi reconhecida (Tema 114), decidiu, por unanimidade, que o instituto da reincidência, previsto no art. 61, I, do Código Penal, não ofende os princípios do non bis idem e da individualização da pena (art. 5º, XXXVI e XLVI, CF/88).
A multa é uma espécie de pena (art. 32 do CP) – sanção de preceito secundário do tipo penal - na qual o agente é condenado, não podendo o julgado isentar o condenado, sob pena de violação ao princípio da legalidade.
Recurso não provido.

Data de distribuição :04/11/2016
Data do julgamento : 25/01/2017
0010257-33.2012.8.22.0501 Apelação
Origem: 00102573320128220501 Porto Velho/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Josimar Felix da Silva
Defensora Pública: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Miguel Monico Neto
Revisora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Roubo. Reconhecimento do agente. Palavra da vítima. Credibilidade. Absolvição. Impossibilidade. Recurso não provido.
Tratando-se de crime contra o patrimônio não há como afastar a credibilidade conferida às declarações das vítimas e testemunhas, que prevalecem sobre a negativa do agente, porquanto têm relevante valor probatório e autoriza a condenação.
A prova é suficiente para condenação quando, reduzindo ao mínimo desejável a margem de erro, conduz à formulação de juízo de certeza possível, ou seja, juízo revestido de confortadora probabilidade de exatidão (RT 757/561).
Recurso não provido.

Data de distribuição :01/11/2016
Data do julgamento : 25/01/2017
7002570-62.2016.8.22.0009 Apelação
Origem: 70025706220168220009 Pimenta Bueno (2ª Vara Cível)
Apelante: A. de J. R.
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Miguel Monico Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Apelação criminal. Crime de tráfico. Infração análoga. Absolvição. Desclassificação. Uso pessoal. Insuficiência probatória. Impossibilidade. Depoimentos policiais. Credibilidade.
Se o conjunto probatório é seguro a evidenciar que o agente praticou o ato infracional descrito na representação, a tese defensiva de fragilidade probatória torna-se desarrazoada.
Os depoimentos de testemunhas policiais, em regra, possuem plena eficácia probatória, e tal presunção é afastada apenas na presença de motivos concretos que coloquem em dúvida a veracidade de suas declarações.
Para desclassificar a infração análoga ao delito de tráfico para o previsto no art. 28 da Lei 11.343/06, deve estar comprovado que o entorpecente se destinava única e exclusivamente ao consumo pessoal, ônus que incumbe a quem alega.

(a) Belª Maria Socorro Furtado Marques
Diretora do 2DEJUCRI

Data: 07/02/2017
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Criminal

Data de distribuição :23/11/2016
Data do julgamento : 25/01/2017
0000003-89.2016.8.22.0006 Apelação
Origem: 00000038920168220006 Presidente Médici/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Sandro Vieira Pereira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Miguel Monico Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Violência doméstica. Lesão corporal. Absolvição. Palavra da vítima. Conjunto probatório harmônico. Exame de corpo de delito. Ofensa à integridade corporal. Comprovada. Recurso não provido.
A palavra da vítima, no âmbito familiar, é prova suficiente para manter a sentença condenatória, especialmente quando o conjunto probatório é seguro a evidenciar que o réu praticou o crime pelo qual foi condenado, tornando-se desarrazoada a tese defensiva de insuficiência de prova.
A intoxicação etílica, ou qualquer outra, desde que voluntária, não exclui a imputabilidade, conforme expressamente dispõe o art. 28, II, do CP.

Data de distribuição :30/11/2016
Data do julgamento : 25/01/2017
0006529-90.2016.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00159453420168220501 Porto Velho/RO (2ª Vara do Tribunal do Júri)
Paciente: José Carlos da Costa
Impetrante (Advogado) : Rademarque Marcol de Luna (OAB/RO 5669)
Impetrante (Advogada) : Katiane Breitenbach Rizzi (OAB/RO 7678)
Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Porto Velho/RO
Relator: Desembargador Miguel Monico Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, CONCEDER A ORDEM NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Habeas Corpus. Homicídio Tentado. Prisão preventiva. Desnecessidade. Medidas cautelares. Suficiência. Ordem concedida.
1. Mostrando-se a prisão preventiva medida desnecessária e estando presentes os requisitos permissivos da medida cautelar, não há óbice à sua aplicação, devendo ser valorada sob o prisma da proporcionalidade, razoabilidade e adequabilidade.
2. Ordem concedida.

(a) Belª Maria Socorro Furtado Marques
Diretora do 2DEJUCRI

DEPARTAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Ata de Distribuição - Data : 06/02/2017
Vice-Presidente : Des. Isaias Fonseca Moraes
Representante da OAB : Shisley Nilce Soares da Costa (OAB/RO 1244)

Ficam os Senhores Advogados cientificados, na forma consignada do art. 7°, Parágrafo Único, da Resolução n. 044/2010, de 14/10/10, publicada no D.J.E. n. 190, de 15/10/2010, que nos processos distribuídos na classe apelação cível, todas as peças e recursos apresentados de ora em diante, inclusive recursos destinados aos tribunais superiores, somente serão aceitos por meio eletrônico, e que o meio físico não mais é aceito pelo SDSG - Sistema Digital Segundo Grau - SDSG do TJ/RO.

Foram distribuídos os seguintes feitos, pelo Sistema SAP 2º Grau e SDSG:

1ª CÂMARA CRIMINAL
0001848-61.2013.8.22.0007 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 00018486120138220007
Cacoal/1ª Vara Criminal
Relator: Des. José Jorge R. da Luz
Recorrente: Edigleis Baptista da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Recorrido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0000562-30.2017.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 10007895220178220501
Porto Velho - Fórum Criminal/2ª Vara Criminal
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Paciente: Lucas Carvalho de Albuquerque
Impetrante (Advogado): Igor Amaral Gibaldi (OAB/RO 6521)
Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0001081-41.2014.8.22.0701 Apelação
Origem: 00010814120148220701
Porto Velho - Juizado da Infância e Juventude/1º Juizado da Infância e da Juventude
Relator: Des. Valter de Oliveira
Apelante: W. R. da C.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0000310-34.2016.8.22.0009 Apelação
Origem: 00003103420168220009
Pimenta Bueno/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Valter de Oliveira
Revisor: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Apelante: Wesley Mendes de Lima
Advogada: Ana Clara Cabral de Sousa Cunha (OAB/RO 5562)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

7003773-23.2016.8.22.0021 Apelação
Origem: 70037732320168220021
Buritis/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Apelante: L. P. L.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelante: V. S. L.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelante: D. da S. R.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0011783-72.2015.8.22.0002 Apelação
Origem: 00117837220158220002
Ariquemes/2ª Vara Criminal
Relator: Des. Valter de Oliveira
Revisor: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Apelante: Fagner Conceição Batista
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0000736-98.2015.8.22.0003 Apelação
Origem: 00007369820158220003
Jaru/1ª Vara Criminal
Relator: Des. José Jorge R. da Luz
Apelante: Maycon Von Rondov Rodrigues
Advogado: Neri Cezimbra Lopes (OAB/RO 653A)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0014472-13.2016.8.22.0501 Apelação
Origem: 00144721320168220501
Porto Velho - Fórum Criminal/2ª Vara Criminal
Relator: Des. José Jorge R. da Luz
Revisor: Des. Valter de Oliveira
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Lucas Silva de Almeida
Defensor Público: Alberto José Beira Pantoja (OAB/RO 409)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0000551-98.2017.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 10000424420138220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Paciente: Adriano Pereira Campos
Impetrante (Defensor Público): Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais da Comarca de Porto Velho RO
Distribuição por Sorteio

0001431-59.2014.8.22.0012 Apelação
Origem: 00014315920148220012
Colorado do Oeste/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Des. José Jorge R. da Luz
Apelante: Rafael Gomes Maciel
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0000540-69.2017.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 00538755120048220002
Ariquemes/2ª Vara Criminal
Relator: Des. José Jorge R. da Luz
Agravante: Emanuel Marcos Teixeira de Azevedo
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0000832-23.2014.8.22.0012 Apelação
Origem: 00008322320148220012
Colorado do Oeste/1ª Vara Criminal
Relator: Des. José Jorge R. da Luz
Revisor: Des. Valter de Oliveira
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: V. M. dos S.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

1ª CÂMARA ESPECIAL
0000547-61.2017.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00032660820168220014
Vilhena/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Oudivanil de Marins

Paciente: Jaldemiro Dede Moreira
Impetrante (Advogada): Aisla de Carvalho (OAB/RO 6619)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena - RO
Distribuição por Prevenção de Magistrado

2ª CÂMARA ESPECIAL
0005894-12.2016.8.22.0000 SDSG Apelação
Origem: 00101762720158220001
Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Roosevelt Queiroz Costa
Apelante: Estado de Rondônia
Procuradora: Alciléa Pinheiro Medeiros (OAB/RO 500)
Apelado: Jonatas Nascimento de Araujo
Advogado: Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720)
Advogado: Jorge Felype Costa de Aguiar dos Santos (OAB/RO 2844)
Redistribuição por Prevenção de Magistrado

2ª CÂMARA CRIMINAL
0000348-08.2014.8.22.0012 Apelação
Origem: 00003480820148220012
Colorado do Oeste/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Apelante: Marciano Teixeira dos Reis
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0005483-96.2012.8.22.0003 Apelação
Origem: 00054839620128220003
Jaru/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Valdeci Castellar Citon
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Apelante: Elio Batista Santos
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0000637-52.2016.8.22.0017 Apelação
Origem: 00006375220168220017
Alta Floresta do Oeste/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Apelante: Ezequiel Pereira de Souza
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0000553-68.2017.8.22.0000 Habeas Corpus
Relator: Des. Valdeci Castellar Citon
Paciente: Antônio Henrique Diniz Braga
Impetrante (Advogada): Fabíola Fernandes Freitas (OAB/RO 7323)
Impetrado: Juiz de Direito da Audiência de Custódia da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Sorteio

0000132-06.2016.8.22.0003 Apelação
Origem: 00001320620168220003
Jaru/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Valdeci Castellar Citon
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Apelante: Reginaldo Pesehruski de Lima
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0018286-19.2005.8.22.0501 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 00182861920058220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara do Tribunal do Júri
Relator: Des. Valdeci Castellar Citon
Recorrente: Agemar Martins
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Recorrido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0001310-79.2015.8.22.0017 Apelação
Origem: 00013107920158220017
Alta Floresta do Oeste/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Miguel Monico Neto
Revisora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Apelante: Oziel Fiúza da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0001023-30.2016.8.22.0002 Apelação
Origem: 00010233020168220002
Ariquemes/2ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Apelante: P. da S.
Advogada: Sandra Pires Corrêa Araújo (OAB/RO 3164)
Advogado: Nelson Barbosa (OAB/RO 2529)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0000538-02.2017.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 00060935320158220005
Ji-Paraná/2ª Vara Criminal
Relator: Des. Miguel Monico Neto
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Jefferson Pereira de Andrade
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0000490-26.2016.8.22.0017 Apelação
Origem: 00004902620168220017
Alta Floresta do Oeste/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Miguel Monico Neto
Revisora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Apelante: E. F. da S.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0000537-17.2017.8.22.0000 Habeas Corpus
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Paciente: Paulo Rodrigo Ferreira de Paiva
Impetrante (Advogado): Gilber Rocha Mercês (OAB/RO 5797)
Impetrante (Advogado): Uilian Honorato Tressmann (OAB/RO 6805)
Impetrado: Juiz de Direito da Audiência de Custódia da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Sorteio

RESUMO DA DISTRIBUIÇÃO

Orgão Julgador / Magistrado	Dist	Red	Tra	Tot
1ª CÂMARA CRIMINAL				
Des. Daniel Ribeiro Lagos	4	0	0	4
Des. José Jorge R. da Luz	5	0	0	5
Des. Valter de Oliveira	3	0	0	3
1ª CÂMARA ESPECIAL				
Des. Oudivanil de Marins	1	0	0	1
2ª CÂMARA CRIMINAL				
Des. Miguel Monico Neto	3	0	0	3
Des. Valdeci Castellar Citon	4	0	0	4
Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno	4	0	0	4
2ª CÂMARA ESPECIAL				
Des. Roosevelt Queiroz Costa	0	1	0	1
Total de Distribuições	24	1	0	25

Porto Velho, 6 de fevereiro de 2017

Des. Isaias Fonseca Moraes
Vice-Presidente do TJ/RO.

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

EXTRATO DO CONVÊNIO N. 003/2017

1 – Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJ/RO
2 – BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
3 – PROCESSO:8007102-54.2016.8.22.1111
4 - OBJETO: O presente Convênio tem como objeto a consignação facultativa em folha de pagamento de magistrados ativos e inativos, pensionistas de magistrados e servidores efetivos ativos e inativos dos valores mensais das prestações dos empréstimos e financiamentos concedidos segundo a política de crédito do CONVENIADO.
5 – VIGÊNCIA: 06/02/2017 a 05/02/2022.
6 – Assinam: Desembargador Sansão Saldanha – Presidente do TJ/RO, Marcio Pereira da Paixão e Aparecida de Cassia Gomes – Representantes da SABEMI SEGURADORA S.A.
SA Em: 08/02/2017.

(a). Jean Carlo Silva dos Santos
Secretário Administrativo

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Extrato de Contrato Simplificado
EXTRATO DO CONTRATO SIMPLIFICADO Nº 00062/2017

1 – CONTRATADA: DANIEL DO PRADO SERVIÇOS DE PAISAGISMO ME.
2 - PROCESSO: 0311/0047/2017.
3 – OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de jardinagem, com uso de ferramentas e equipamentos, para atender as necessidades da Comarca de Nova Espigão D'Oeste/RO.
4 – VALOR: R$ 4.200,00
5 - VIGÊNCIA: A partir da data da última assinatura em 04/02/2017 à 31/12/2017.
6 – NOTA DE EMPENHO: 2017NE00062.
7 - RECURSOS: Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU.
8- FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 02.122.2067.2071.
9 – ELEMENTOS DE DESPESA: 33.90.39
10 – ASSINAM: Desembargador Sansão Saldanha – Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia e Daniel do Prado - Representante.
DEF - Em: 06/02/2017.

(a). Celina Pontes da Costa França
Dirª. do Depto de Economia e Finanças

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 110
6 DE FEVEREIRO DE 2017
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e considerando o contido no Feito Administrativo nº 2015001120013234,
CONVALIDA o deslocamento do Promotor de Justiça MARCELO LIMA DE OLIVEIRA, cadastro nº 21132, à cidade de Ji-Paraná (RO), no período de 1º a 3 de fevereiro de 2017, para participar o Seminário de Pesquisa III – Projeto de pesquisa Atividade Presencial, do Curso de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, sem ônus para a Instituição.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
AIRTON PEDRO MARIN FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 111
6 DE FEVEREIRO DE 2017
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no Feito Administrativo (digital) nº 2017001120001183,
CONVALIDA o deslocamento da Promotora de Justiça PRISCILA MATZENBACHER TIBES MACHADO, cadastro nº 21778, a Porto Velho (RO), ocorrido no dia 3 de fevereiro de 2017, com a finalidade de participar de reuniões nesta Procuradoria-Geral de Justiça, sem ônus para a Instituição.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
AIRTON PEDRO MARIN FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 112
6 DE FEVEREIRO DE 2017
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no Feito Administrativo (digital) nº 2017001120001225,
CONCEDE à Procuradora de Justiça VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA, cadastro nº 20583, Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado de Rondônia, passagens aéreas e o pagamento de 2 ½ (duas e meia) diárias para o custeio de suas despesas, em razão do deslocamento à cidade de Curitiba (PR), nos dias 8, 9 e 10 de março de 2017, para participar da 106ª Reunião Administrativa do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
AIRTON PEDRO MARIN FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 121
6 DE FEVEREIRO DE 2017
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no Feito Administrativo (digital) nº 2017001120001053,
RESOLVE:
INDENIZAR, a pedido, as folgas compensatórias, do Promotor de Justiça JARBAS SAMPAIO CORDEIRO, cadastro nº 21689, referentes ao 2º semestre/2016, nos termos do art. 16, da Resolução Conjunta nº 001/2016/PGJ-CG, art. 12, da Resolução Conjunta nº 001/2017/PGJ-CG, e o disposto na Decisão nº 103/2017/DES/GAB/PGJ.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
AIRTON PEDRO MARIN FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 122
6 DE FEVEREIRO DE 2017
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no Feito Administrativo (digital) nº 2017001120000950,
RESOLVE:
INDENIZAR, a pedido, as folgas compensatórias, da Promotora de Justiça CONCEIÇÃO FORTE BAENA, cadastro nº 21423, referentes ao 2º semestre/2016, nos termos do art. 16, da Resolução Conjunta nº 001/2016/PGJ-CG, art. 12, da Resolução Conjunta nº 001/2017/PGJ-CG, e o disposto na Decisão nº 102/2017/DES/GAB/PGJ.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
AIRTON PEDRO MARIN FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 123
6 DE FEVEREIRO DE 2017
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
DESIGNAR a Procuradora de Justiça VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA, cadastro nº 20583, para no período de 6 a 25 de fevereiro de 2017, exercer a função de Subprocurador-Geral de Justiça, em substituição ao Procurador de Justiça OSVALDO LUIZ DE ARAUJO, sem prejuízo de suas atribuições.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
AIRTON PEDRO MARIN FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 124
7 DE FEVEREIRO DE 2017
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e considerando o contido no Feito Administrativo nº 2017001120001208,
AUTORIZA o deslocamento da Promotora de Justiça PRISCILA MATZENBACHER TIBES MACHADO, cadastro nº 21778, representante do Ministério Público do Estado de Rondônia na COPEDPDI, à cidade de Brasília (DF), no período de 26 a 28 de abril de 2017, para participar da reunião do Grupo de Trabalho de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, a realizar-se no dia 27 de abril de 2017, na sede do CNMP, sem ônus para esta Instituição.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
AIRTON PEDRO MARIN FILHO
Procurador-Geral de Justiça

Republicação por erro material
PORTARIA Nº 0006
09 DE JANEIRO DE 2017
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA em exercício, no uso de suas atribuições, considerando o contido no Processo nº 2016001120020719,
R E S O L V E:
CONCEDER Progressão Funcional, com implementação no mês de janeiro/2017, aos servidores efetivos do Quadro Administrativo do Ministério Público, que foram homologados no cargo efetivo no segundo semestre de 2016, com base no artigo 293 da Lei Complementar nº 68, de 09.12.1992, no artigo 13 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 303, de 26.07.2004, artigo 29 da Resolução nº 009/2011-PGJ e artigo 1º, § 1º da Lei Complementar nº 845, de 03.12.2015, publicada no DOE 285, de 03.12.2015, conforme referências dispostas no quadro anexo.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
OSVALDO LUIZ DE ARAUJO
Procurador-Geral de Justiça
em exercício
ANEXO I

CAD	NOME	PADRÃO ATUAL		HOMOLO-GAÇÃO	PROGRES-SÃO		EFEITOS	
CARGO	ANALISTA EM ARQUITETURA							
44619	OSIRES FRANCA SANTOS FILHO	MP-NS	01	06/07/2016	MP-NS	02	AGOSTO	2016
CARGO	MÉDICO							
44631	KATIA REGINA MOREIRA BOTELHO	MP-NS	01	20/11/2016	MP-NS	02	DEZEMBRO	2016
CARGO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO							
44633	MARINÊS TEREZINHA WOICIECHOVSKI DEMBINSKI	MP-NA	01	22/11/2016	MP-NA	02	DEZEMBRO	2016
CARGO	OFICIAL DE DILIGÊNCIAS							
44632	FRANCISCO SERGIO BEZERRA LIMA	MP-NI	01	10/11/2016	MP-NI	02	DEZEMBRO	2016
44614	MARCELL BARBOSA DA SILVA	MP-NI	01	27/09/2016	MP-NI	02	OUTUBRO	2016
CARGO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO							
44617	CRISTIANO CÂNDIDO PINTO	MP-NI	01	04/07/2016	MP-NI	02	AGOSTO	2016
44635	EVODIO MARCELO DE FREITAS	MP-NI	01	03/12/2016	MP-NI	02	JANEIRO	2017
44570	FABRISSA LAIS DUTRA GOMES	MP-NI	01	24/09/2016	MP-NI	02	OUTUBRO	2016
44620	FELIPE DE OLIVEIRA BARROZO	MP-NI	01	03/08/2016	MP-NI	02	SETEMBRO	2016
44624	JACKSLEIS FRAGA DA CUNHA	MP-NI	01	13/09/2016	MP-NI	02	OUTUBRO	2016
44626	MACICLEIA MARINHO SILVA DE CARVALHO	MP-NI	01	11/11/2016	MP-NI	02	DEZEMBRO	2016
44627	SILVANA VALERIA LOPES DE CARVALHO GUILLEN	MP-NI	01	11/10/2016	MP-NI	02	NOVEMBRO	2016
44625	SUELLEN MARQUES DO NASCIMENTO SANTOS	MP-NI	01	23/10/2016	MP-NI	02	NOVEMBRO	2016
TOTAL	13							

Republicação por erro material
PORTARIA Nº 1262
19 DE DEZEMBRO DE 2016
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições, considerando o contido no Processo nº 2016001120020722,
R E S O L V E:
CONCEDER Progressão Funcional, com implementação no mês de Janeiro/2017, aos servidores efetivos do Quadro Administrativo do Ministério Público, referente ao período avaliatório de 01.10.2014 a 30.09.2016, com base no artigo 293 da Lei Complementar nº 68, de 09.12.1992, no artigo 13 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 303, de 26.07.2004, e artigo 29 da Resolução nº 009/2011-PGJ, conforme referências dispostas no quadro anexo.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
AIRTON PEDRO MARIN FILHO
Procurador-Geral de Justiça
ANEXO I
TURMA II - 2016

CARGO		ANALISTA DE SISTEMAS	REF. ATUAL			PROGRESSÃO			EFEITOS	
CAD	ADMISSÃO	SERVIDOR	REF	PAD	CLA	REF	PAD	CLA	MÊS	ANO
44326	01/08/2008	PAULO SOARES DE OLIVEIRA	MP-NS	4	A	MP-NS	5	A	Setembro	2016
SUB-TOTAL		1								
CARGO		ANALISTA EM ADMINISTRAÇÃO								
CAD	ADMISSÃO	SERVIDOR	REF	PAD	CLA	REF	PAD	CLA	MÊS	ANO
44331	18/08/2008	MARLI ROSA	MP-NS	4	A	MP-NS	5	A	Setembro	2016
44496	01/08/2012	RAFAEL FIGUEIREDO M. DIAS	MP-NS	2	A	MP-NS	3	A	Setembro	2016
SUB-TOTAL		2								
CARGO		ANALISTA EM ASSISTENCIA SOCIAL								
CAD	ADMISSÃO	SERVIDOR	REF	PAD	CLA	REF	PAD	CLA	MÊS	ANO
44498	01/08/2012	CARLOS HENRIQUE GOMES SOUSA	MP-NS	2	A	MP-NS	3	A	Setembro	2016
44600	05/11/2012	IVANIA PROSENEWICZ	MP-NS	2	A	MP-NS	3	A	Dezembro	2016
SUB-TOTAL		2								

CARGO		ANALISTA EM AUDITORIA								
CAD	ADMISSÃO	SERVIDOR	REF	PAD	CLA	REF	PAD	CLA	MÊS	ANO
44522	01/08/2012	MARCIO OKADA ARAUJO	MP-NS	2	A	MP-NS	3	A	Setembro	2016
SUB-TOTAL		1								
CARGO		ANALISTA EM ENGENHARIA CIVIL								
CAD	ADMISSÃO	SERVIDOR	REF	PAD	CLA	REF	PAD	CLA	MÊS	ANO
44567	21/08/2012	ALAN CORREA DE ABREU	MP-NS	2	A	MP-NS	3	A	Setembro	2016
SUB-TOTAL		1								
CARGO		ANALISTA EM GEOPROCESSAMENTO								
CAD	ADMISSÃO	SERVIDOR	REF	PAD	CLA	REF	PAD	CLA	MÊS	ANO
44535	09/08/2012	ALINE DE FREITAS RODRIGUES	MP-NS	2	A	MP-NS	3	A	Setembro	2016
SUB-TOTAL		1								
CARGO		ANALISTA EM INFORMAÇÕES E PESQUISA								
CAD	ADMISSÃO	SERVIDOR	REF	PAD	CLA	REF	PAD	CLA	MÊS	ANO
44513	01/08/2012	CHRISTIAN NORIMITSU ITO	MP-NS	2	A	MP-NS	3	A	Setembro	2016
44490	01/08/2012	GILBERTO ANTONIO ANDRETTA VIGIATO	MP-NS	2	A	MP-NS	3	A	Setembro	2016
44486	01/08/2012	JEFFERSON RHIDDAN QUEIROZ FREIRE	MP-NS	2	A	MP-NS	3	A	Setembro	2016
44563	17/08/2012	MAILA ALVES DE MORAIS	MP-NS	2	A	MP-NS	3	A	Setembro	2016
44520	08/08/2012	NILCILEIA DE QUEIROZ BRAGADO	MP-NS	2	A	MP-NS	3	A	Setembro	2016
SUB-TOTAL		5								
CARGO		ANALISTA EM JORNALISMO								
CAD		SERVIDOR	REF	PAD	CLA	REF	PAD	CLA	MÊS	ANO
44241	07/08/2006	MARIA FÁBIA MORAES DA ASSUMPÇÃO	MP-NS	5	A	MP-NS	6	A	Setembro	2016
SUB-TOTAL		1								
CARGO		ANALISTA EM PEDAGOGIA								
CAD		SERVIDOR	REF	PAD	CLA	REF	PAD	CLA	MÊS	ANO
44587	28/09/2012	ELIRIANE DOS ANJOS DA SILVA ALBUQUERQUE	MP-NS	2	A	MP-NS	3	A	Outubro	2016
SUB-TOTAL		1								
CARGO		ANALISTA EM PSICOLOGIA								
CAD		SERVIDOR	REF	PAD	CLA	REF	PAD	CLA	MÊS	ANO
44338	01/09/2008	JULIANE ANDRADE RIBEIRO MACIEL	MP-NS	4	A	MP-NS	5	A	Outubro	2016
SUB-TOTAL		1								
CARGO		ANALISTA PROCESSUAL								
CAD		SERVIDOR	REF	PAD	CLA	REF	PAD	CLA	MÊS	ANO
44578	04/09/2012	EVELYN MORAIS ALVARENGA	MP-NS	2	A	MP-NS	3	A	Outubro	2016
44519	01/08/2012	LEOMAR GONÇALVES DO NASCIMENTO	MP-NS	2	A	MP-NS	3	A	Setembro	2016
44531	01/08/2012	LUANA AGUIAR FERREIRA *	MP-NS	2	A	MP-NS	3	A	Setembro	2016
44506	01/08/2012	RAFAEL RODRIGUES DE ARAUJO	MP-NS	2	A	MP-NS	3	A	Setembro	2016
44552	01/08/2012	VANDERLEI CASPRECHEN	MP-NS	2	A	MP-NS	3	A	Setembro	2016
SUB-TOTAL		5								
CARGO		ANALISTA PROGRAMADOR								
CAD		SERVIDOR	REF	PAD	CLA	REF	PAD	CLA	MÊS	ANO
44239	25/07/2006	EDILSON MISSIATO BORTOLETTO	MP-NS	5	A	MP-NS	6	A	Agosto	2016
SUB-TOTAL		1								
CARGO		AUXILIAR ADMINISTRATIVO								
CAD		SERVIDOR	REF	PAD	CLA	REF	PAD	CLA	MÊS	ANO
44253	18/12/2006	ADOLFO MARCIO AVAROMA GONZALES	MP-NA	5	A	MP-NA	6	A	Janeiro	2017
43192	20/11/1995	ALCINEY GOMES FROTA	MP-NA	11	B	MP-NA	12	B	Dezembro	2016
43117	12/09/1995	ANDRÉA FREIRE ROCHA	MP-NA	11	B	MP-NA	12	B	Outubro	2016
44254	26/12/2006	CRISTIANE VALERIA DE C. PINTO	MP-NA	5	A	MP-NA	6	A	Janeiro	2017
44233	04/07/2006	DALVA MENDES GIL VIEIRA	MP-NA	5	A	MP-NA	6	A	Agosto	2016
44474	16/07/2012	EDIONARA SALVADOR AGOSTINI	MP-NA	2	A	MP-NA	3	A	Agosto	2016
44323	22/07/2008	ESTEVAM LUIS GIBALDI	MP-NA	4	A	MP-NA	5	A	Agosto	2016
44461	13/02/2012	IVALDETE BLENDER DA ROCHA	MP-NA	2	A	MP-NA	3	A	Dezembro	2016
44348	29/09/2008	JULIANA VINCE RODRIGUES	MP-NA	4	A	MP-NA	5	A	Outubro	2016
44335	20/08/2008	MARCOS ANTONIO PAIVA DA SILVA	MP-NA	4	A	MP-NA	5	A	Setembro	2016
44365	11/12/2008	UATT KELLIS DA SILVA BARBOSA	MP-NA	4	A	MP-NA	5	A	Janeiro	2017
SUB-TOTAL		11								
CARGO		AUXILIAR DE COPA E COZINHA								
CAD		SERVIDOR	REF	PAD	CLA	REF	PAD	CLA	MÊS	ANO
43346	11/07/1996	FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES DE OLIVEIRA	MP-NA	10	A	MP-NA	11	B	Agosto	2016
43629	28/08/1997	RUBENS MENDES VELOSO JÚNIOR	MP-NA	9	A	MP-NA	10	A	Janeiro	2017
SUB-TOTAL		2								
CARGO		AUXILIAR DE ENFERMAGEM								
CAD		SERVIDOR	REF	PAD	CLA	REF	PAD	CLA	MÊS	ANO
44318	01/07/2008	EDLUCIA MALTA DE OLIVEIRA	MP-NA	4	A	MP-NA	5	A	Agosto	2016
SUB-TOTAL		1								

CARGO		AUXILIAR DE MANUTENÇÃO								
CAD		SERVIDOR	REF	PAD	CLA	REF	PAD	CLA	MÊS	ANO
43338	10/07/1996	ALBERTO RODRIGUES FREY	MP-NA	10	A	MP-NA	11	B	Agosto	2016
44319	01/07/2008	DAYVISON DA SILVEIRA FERREIRA	MP-NA	4	A	MP-NA	5	A	Julho	2016
44366	15/12/2008	FRANCISCO RENATO PENA VIEIRA	MP-NA	4	A	MP-NA	5	A	Janeiro	2017
43443	30/10/1996	LUIZ AUGUSTO DE JESUS	MP-NA	10	A	MP-NA	11	B	Novembro	2016
43451	19/11/1996	PAULO SÉRGIO DA SILVEIRA	MP-NA	10	A	MP-NA	11	B	Dezembro	2016
44327	01/08/2008	RANDIEDSON AMAZONAS DOS SANTOS AZEVEDO	MP-NA	4	A	MP-NA	5	A	Setembro	2016
SUB-TOTAL		6								
CARGO		MOTORISTA								
CAD		SERVIDOR	REF	PAD	CLA	REF	PAD	CLA	MÊS	ANO
40851	17/08/1987	ALMIR DOS SANTOS GALVÃO	MP-NA	26	C	MP-NA	27	C	Setembro	2016
43354	20/08/1996	ARLINDO NASCIMENTO DOS SANTOS	MP-NA	10	A	MP-NA	11	B	Setembro	2016
40983	27/10/1987	FRANCISCO BATISTA DE LIMA	MP-NA	26	C	MP-NA	27	C	Novembro	2016
44343	09/09/2008	JOSÉ CARLOS DA SILVA	MP-NA	4	A	MP-NA	5	A	Outubro	2016
43362	03/09/1996	JOSÉ CAUBY DE QUEIROZ NETO	MP-NA	10	A	MP-NA	11	B	Outubro	2016
40843	07/08/1987	RAFAEL PINTO CARDOSO	MP-NA	26	C	MP-NA	27	C	Setembro	2016
43125	11/09/1995	RAYMUNDO FRANCISCO OLIVEIRA ASSIS	MP-NA	11	B	MP-NA	12	B	Novembro	2016
40967	13/10/1987	VAGNER CARDOSO DE OLIVEIRA	MP-NA	26	C	MP-NA	27	C	Novembro	2016
SUB-TOTAL		08								
CARGO		OFICIAL DE DILIGÊNCIAS								
CAD		SERVIDOR	REF	PAD	CLA	REF	PAD	CLA	MÊS	ANO
43711	15/09/1997	ANTONIO BARBOSA FILHO	MP-NI	10	A	MP-NI	11	B	Outubro	2016
44328	04/08/2008	ANTONIO MARCOS BARBOSA DA SILVA	MP-NI	4	A	MP-NI	5	A	Setembro	2016
44582	17/09/2012	BRUNA DA ROCHA BARBOSA MEDEIROS	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Outubro	2016
44555	01/08/2012	ELVIS JUNIOR DA SILVA	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44523	06/08/2012	GISLENE RODRIGUES RIBEIRO	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44367	15/12/2008	JEFESSICLEY SALDIA RAMOS	MP-NI	4	A	MP-NI	5	A	Janeiro	2017
40762	30/07/1987	JOABE ELLER OLIVE	MP-NI	21	B	MP-NI	22	B	Agosto	2016
44529	01/08/2012	JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
40908	08/09/1987	JOELI BATISTA TEIXEIRA	MP-NI	21	B	MP-NI	22	B	Outubro	2016
44475	10/07/2012	MARCOS ROGÉRIO DO COUTO	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Agosto	2016
44561	02/08/2012	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44559	07/08/2012	MAURO ROGERIO ELY	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44557	01/08/2012	RAFAEL IWYN HARMATIUK	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44597	22/10/2012	ROSEMBERGUE BATISTA SANTOS	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Novembro	2016
44321	09/07/2008	SILVANIA LEMOS ANSELMO	MP-NI	4	A	MP-NI	5	A	Agosto	2016
44540	01/08/2012	TATIANA LOPES SANTOS	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44596	22/10/2012	TATIANE DA SILVA SANTOS	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Novembro	2016
43682	11/09/1997	ZACARIAS DO NASCIMENTO CARVALHO	MP-NI	10	A	MP-NI	11	B	Outubro	2016
SUB-TOTAL		18								
CARGO		OFICIAL DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL								
CAD		SERVIDOR	REF	PAD	CLA	REF	PAD	CLA	MÊS	ANO
44478	01/08/2012	CARLOS ANDRÉ ALMEIDA DE MIRANDA	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44517	01/08/2012	GUSTAVO DE SÁ MACIEL	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44510	01/08/2012	MANOEL FELIX NETO	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44497	01/08/2012	RADUAN ALVES ESQUERDO	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44514	01/08/2012	WAGNER DA SILVA	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
SUB-TOTAL		5								
CARGO		TÉCNICO ADMINISTRATIVO								
CAD		SERVIDOR	REF	PAD	CLA	REF	PAD	CLA	MÊS	ANO
44537	07/08/2012	ADRIANA DIAS DOS SANTOS	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44598	24/10/2012	ADRIANA MAGDA NOGUEIRA MOTA	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Novembro	2016
44545	01/08/2012	ALAN MARCONE MATIELLO MAIA	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44482	01/08/2012	ALESSANDRA CANUTO DE LIMA	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44556	01/08/2012	ALETHIA TANAZILDO DA COSTA	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44244	25/09/2006	ALINE ALVES DE ARAÚJO	MP-NI	5	A	MP-NI	6	A	Outubro	2016
44541	01/08/2012	ALINE DUTRA	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44355	30/10/2008	ANA ALICE SARRAF BORGES	MP-NI	4	A	MP-NI	5	A	Novembro	2016
44604	03/12/2012	ANA BEATRIZ VASCONCELOS DE OLIVEIRA	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Janeiro	2017
44590	04/10/2012	ÂNGELA XAVIER PALHANO	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Novembro	2016
44549	14/08/2012	BARBARA RODRIGUES DE SOUZA RAMOS	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44558	01/08/2012	DAIANE CRISTINA PEREIRA ESCUDERO	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44534	01/08/2012	DÉBORA ANDRADE SANTOS DE ABREU	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016

Este diário foi assinado digitalmente consoante a Lei 11.419/06. O documento eletrônico pode ser encontrado no sítio do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, endereço: http://www.tjro.jus.br/novodiario/

44528	01/08/2012	DIOGO RODRIGUES PLASZEZESKI	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44551	01/08/2012	DIONE PINHEIRO DE SOUZA	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
43696	22/09/1997	EDVALDO DOURADO DE OLIVEIRA	MP-NI	10	A	MP-NI	11	B	Outubro	2016
44352	13/10/2008	ELAINE SILVA DE QUEIROZ	MP-NI	4	A	MP-NI	5	A	Novembro	2016
44339	01/09/2008	ELDO RODRIGUES DE OLIVEIRA	MP-NI	4	A	MP-NI	5	A	Outubro	2016
43214	11/12/1995	ELIANA PANCOTTI	MP-NI	11	B	MP-NI	12	B	Janeiro	2017
40673	01/07/1987	ELINEIDE GOMES DA SILVA	MP-NI	21	C	MP-NI	22	C	Agosto	2016
44562	02/08/2012	ELISANGELA CRISTINA CISMOSKI DA SILVA LOPES	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44525	01/08/2012	ELZILENE DE ANDRADE COSTA	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44536	01/08/2012	FABIOLA ALMEIDA VIEIRA	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44570	27/08/2012	FABRISSA LAIS DUTRA GOMES	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Outubro	2016
44476	01/08/2012	FERNANDO DA SILVA CONSTANCIO	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44495	01/08/2012	FERNANDO SOUSA PEREIRA	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44553	01/08/2012	FLAVIA FORECHI SANTANA	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
43774	27/10/1997	FRANCISCO CARLOS SANTOS ANDRADE	MP-NI	10	A	MP-NI	11	B	Novembro	2016
43753	26/09/1997	GILBERTO ALVES DA SILVA	MP-NI	10	A	MP-NI	11	B	Outubro	2016
44362	02/12/2008	GILBERTO FELBEK DE ALMEIDA	MP-NI	4	A	MP-NI	5	A	Janeiro	2017
44577	03/09/2012	HELOI ROBERTH FILETTI	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Outubro	2016
44351	09/10/2008	IZAURA PEREIRA DA S. R. DOS SANTOS	MP-NI	4	A	MP-NI	5	A	Novembro	2016
44493	01/08/2012	JARDEL HENRIQUE MENDONÇA	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44602	09/11/2012	JOÃO PAULO DE OLIVEIRA SILVA	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Dezembro	2016
40940	01/10/1987	JOCINEIDE MONTEIRO DA SILVA LEITE	MP-NI	21	B	MP-NI	22	B	Novembro	2016
44329	05/08/2008	JOSE DE ARIMATEIA DE S. BERNALDINO	MP-NI	4	A	MP-NI	5	A	Setembro	2016
44242	22/08/2006	JOSÉ EDER MATOS DE ASSIS	MP-NI	5	A	MP-NI	6	A	Setembro	2016
44532	01/08/2012	JOSÉ VITOR DENNY FERNANDES FERREIRA	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44592	09/10/2012	KAMILA PEREIRA DE ARAÚJO BORGES	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Novembro	2016
44336	25/08/2008	KARLYANNE ARRUDA PAGUNG	MP-NI	4	A	MP-NI	5	A	Setembro	2016
44494	01/08/2012	KELVIN ALMEIDA DA SILVA	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44588	01/10/2012	LEIA SICHINEL	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Novembro	2016
44526	01/08/2012	LEONILDA COLOMBO	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44571	27/08/2012	LILIANE CRISTINE DE CASTRO	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44575	03/09/2012	MARCELO DE SIQUEIRA BRASIL	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Outubro	2016
44340	04/09/2008	MARCELO FERNANDES CHAGAS	MP-NI	4	A	MP-NI	5	A	Outubro	2016
43811	04/12/1997	MÁRCIA CRISTINA DE SOUZA ARAGÃO	MP-NI	10	A	MP-NI	11	B	Janeiro	2017
44547	02/08/2012	MARCIO APARECIDO DE LIMA	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44491	01/08/2012	MARCOS AURÉLIO DAS CHAGAS GOMES	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44250	11/12/2006	MARCOS HENRIQUE DA SILVA PEREIRA	MP-NI	5	A	MP-NI	6	A	Janeiro	2017
40991	23/11/1987	MARIA DA CONCEIÇÃO R. MARQUES	MP-NI	21	C	MP-NI	22	C	Dezembro	2016
40827	03/08/1987	MARIA DA GLORIA DE JESUS	MP-NI	21	C	MP-NI	22	C	Setembro	2016
40320	01/04/1987	MARIA MARQUES PONTES DE OLIVEIRA	MP-NI	21	B	MP-NI	22	B	Agosto	2016
42013	13/01/1992	MARIA ROZENA ALVES	MP-NI	12	A	MP-NI	13	B	Outubro	2016
43768	07/10/1997	MARLUCE DA SILVA BORGES	MP-NI	10	A	MP-NI	11	B	Novembro	2016
44566	20/08/2012	MESAQUE GONÇALVES DA SILVA	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44480	01/08/2012	MICHELE DE SOUZA MATOS CIDADE	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44483	01/08/2012	MICHELLE BATISTA ANGELO	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44539	01/08/2012	MÍRIA MATIAS SCHEUERMANN	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44350	08/10/2008	NILCILENE SANTOS PESSOA	MP-NI	4	A	MP-NI	5	A	Novembro	2016
44322	17/07/2008	NILCIMAR RODRIGUES DE ARAUJO	MP-NI	4	A	MP-NI	5	A	Agosto	2016
44548	15/08/2012	ODETE DIOGO PEREIRA DA SILVA	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44358	24/11/2008	OLIMPIO FERREIRA JUNIOR	MP-NI	4	A	MP-NI	5	A	Dezembro	2016
44337	28/08/2008	OTHON PANTOJA OLIVEIRA DE AZEVEDO	MP-NI	4	A	MP-NI	5	A	Setembro	2016
44544	13/08/2012	PABLO DE OLIVEIRA MARTINS	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44492	01/08/2012	PATRICIA ARAUJO RIBEIRO	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44573	03/09/2012	PATRICIA PESTANA HADDAD CAMOLESI	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Outubro	2016
44546	14/08/2012	PAULO JULIANO R. TEIXEIRA	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44599	05/11/2012	PAULO RICARDO DE LIMA MORAES	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Dezembro	2016
44568	20/08/2012	PRISCILA DA SILVA SANTOS	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44247	28/11/2006	RAFAEL CÂMARA HOLANDA	MP-NI	5	A	MP-NI	6	A	Dezembro	2016
43141	18/10/1995	REGINA HELENA VIEIRA RAMOS ARRUDA	MP-NI	11	B	MP-NI	12	B	Novembro	2016
44499	01/08/2012	RENAN WILSON DA SILVA SANTOS	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44508	01/08/2012	RHAFAEL DE SOUZA FERREIRA	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44521	01/08/2012	RICARDO EUGENIO CASTELO BRANCO WANISTIN	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44504	01/08/2012	ROBSON SANTOS DA SILVA	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44581	17/09/2012	ROSIMEIRY MANSO BASTOS FLUGEL	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Outubro	2016

42884	11/07/1994	ROSINEIDE MENDONÇA DA SILVA	MP-NI	11	A	MP-NI	12	A	Agosto	2016
43674	10/09/1997	ROZEANE MARIA FLORES TEMOTEO	MP-NI	10	A	MP-NI	11	B	Outubro	2016
44550	01/08/2012	SAMANTA YUQUIE OSHIRO BARBOSA NORONHA	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
40878	20/08/1987	SANDRA IÊ CARVALHO AMPUERO	MP-NI	21	C	MP-NI	22	C	Setembro	2016
40720	09/07/1987	SHEILA FEITOSA DA COSTA	MP-NI	21	C	MP-NI	22	C	Agosto	2016
40975	14/10/1987	SINÉZIO CANDIDO DA FROTA	MP-NI	15	B	MP-NI	16	B	Novembro	2016
44603	12/11/2012	SUELEM LENZI FUJIHARA	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Dezembro	2016
44576	03/09/2012	SYLVIA HELENA ALMEIDA DE BARROS	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Outubro	2016
44501	01/08/2012	THAYS CRISTINE ALVES FERREIRA NASCIMENTO	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44554	01/08/2012	UELSON ANDRADE PEGO	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Setembro	2016
44594	16/10/2012	VANESSA MARLÍS PEREIRA	MP-NI	2	A	MP-NI	3	A	Novembro	2016
SUB-TOTAL		88								
CARGO		TÉCNICO EM CONTABILIDADE								
CAD		SERVIDOR	REF	PAD	CLA	REF	PAD	CLA	MÊS	ANO
44363	08/12/2008	JOÃO OLIVEIRA DA COSTA	MP-NI	4	A	MP-NI	5	A	Janeiro	2017
SUB-TOTAL		1								
CARGO		TÉCNICO EM INFORMÁTICA								
CAD		SERVIDOR	REF	PAD	CLA	REF	PAD	CLA	MÊS	ANO
43133	21/09/1995	ADEILSON CORREIA DA SILVA	MP-NI	11	B	MP-NI	12	B	Outubro	2016
43700	16/09/1997	ANGELICA LOPES HERNANDES	MP-NI	10	A	MP-NI	11	B	Outubro	2016
SUB-TOTAL		2								
CARGO		VIGILANTE								
CAD		SERVIDOR	REF	PAD	CLA	REF	PAD	CLA	MÊS	ANO
43419	02/10/1996	ADEMIR VILA NOVA DE BRITO	MP-NA	10	A	MP-NA	11	B	Novembro	2016
43370	23/09/1996	AGENILDO DE OLIVEIRA RIBEIRO	MP-NA	10	A	MP-NA	11	B	Outubro	2016
43435	28/09/1996	ALCIDIO CAMILO	MP-NA	10	A	MP-NA	11	B	Outubro	2016
43320	05/07/1996	JOÃO BATISTA DA SILVA	MP-NA	10	A	MP-NA	11	B	Agosto	2016
43427	27/09/1996	JOÃO BOSCO REIS FERREIRA	MP-NA	10	A	MP-NA	11	B	Outubro	2016
43397	30/09/1996	MÁRISSON DA SILVA BASTOS	MP-NA	10	A	MP-NA	11	B	Outubro	2016
43400	30/09/1996	WALDERSON DA SILVA	MP-NA	9	A	MP-NA	10	A	Outubro	2016
SUB-TOTAL		7								
CARGO		ZELADOR								
CAD		SERVIDOR	REF	PAD	CLA	REF	PAD	CLA	MÊS	ANO
44354	20/10/2008	ADA PEREIRA DA SILVA	MP-NA	4	A	MP-NA	5	A	Novembro	2016
44240	24/07/2006	ANGELA CRISTINA DA SILVA AZEVEDO	MP-NA	5	A	MP-NA	6	A	Agosto	2016
43184	01/11/1995	CLARA NEVES XAVIER	MP-NA	11	A	MP-NA	12	A	Dezembro	2016
44324	22/07/2008	EDIUILSON DE MELO SANTOS	MP-NA	4	A	MP-NA	5	A	Agosto	2016
44349	06/10/2008	EDVALDO DE ASSIS ANDRADE	MP-NA	4	A	MP-NA	5	A	Novembro	2016
44245	25/09/2006	ELIAS JOSÉ DA SILVA	MP-NA	5	A	MP-NA	6	A	Outubro	2016
44346	18/09/2008	FERNANDO BENTO FILHO	MP-NA	4	A	MP-NA	5	A	Outubro	2016
44317	01/07/2008	JORGE SILVA LIMA	MP-NA	4	A	MP-NA	5	A	Julho	2016
43176	30/10/1995	LIODETE PEREIRA ALVES	MP-NA	11	B	MP-NA	12	B	Novembro	2016
44345	10/09/2008	MARIA DAS GRAÇAS PEIXOTO	MP-NA	4	A	MP-NA	5	A	Outubro	2016
44353	20/10/2008	MARIA DO ROSARIO ALVES RODRIGUES	MP-NA	4	A	MP-NA	5	A	Novembro	2016
43311	04/07/1996	MARIA DULCE PEREIRA DA SILVA	MP-NA	10	A	MP-NA	11	B	Agosto	2016
44232	03/07/2006	MARIA SALETE TEIXEIRA DA COSTA SILVEIRA	MP-NA	5	A	MP-NA	6	A	Agosto	2016
SUB-TOTAL		13								
TOTAL		184								

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 02/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA torna pública a contratação direta, com dispensa de licitação, do COLÉGIO DE DIRETORES DE ESCOLAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS DO BRASIL - CDEMP, inscrito no CNPJ sob o nº. 20.519.953/0001-78, com sede na Rua XV de novembro, n. 964, 5º Andar, Centro, na cidade de Curitiba-PR, gestor da própria conta-corrente do CDEMP, nos autos do procedimento administrativo nº. 2017001120001077, para adesão e pagamento de contribuição relativa ao exercício de 2017, pelo valor total de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), com fundamento no que preceitua o art. 24, inciso XIII, c/c com art. 26, ambos da Lei nº. 8.666/1993, aliado ao Acórdão 1933/2009 emitido pela Plenário do Tribunal de Contas da União.

Porto Velho, 06 de fevereiro de 2017.

AIRTON PEDRO MARIN FILHO

Procurador-Geral de Justiça

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 035/2016-PGJ

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.381.083/0001-67, com sede na Av. Jamary, nº. 1555, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça Airton Pedro Marin Filho, doravante designado CONTRATANTE, e a empresa A.C. FAUSTINO E CIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 04.723.376/0001-85, Inscrição Estadual nº. 138172-5, com sede na rua Jambo, nº. 6.043, Cohab IV, Porto Velho/RO, neste ato representada pelo Sr. Adenilson Casagrande Faustino, portador do RG. nº. 498.712 – SSP/RO e do CPF nº. 577.887.402-25,, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente contrato referente à CONSTRUÇÃO DO NOVO GALPÃO DO ALMOXARIFADO,

REFORMA DOS BLOCOS DO ARQUIVO GERAL E DO ESTACIONAMENTO DO EDIFÍCIO SEDE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, inclusive pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Edital do Processo Licitatório nº. 41/2016, Tomada de Preços nº. 02/2016, com sessão realizada em 06/12/2016, constante dos autos do processo administrativo n. 2016001120016744, e respectivas atas de abertura e julgamento, que fazem parte integrante deste contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir:
DO OBJETO: O objeto do presente contrato constitui na contratação de empresa de engenharia para execução do projeto de CONSTRUÇÃO DO NOVO GALPÃO PARA O ALMOXARIFADO, REFORMA DOS BLOCOS DO ARQUIVO GERAL E DO ESTACIONAMENTO DO EDIFÍCIO SEDE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, e demais especificações contidas nos anexos deste instrumento, bem como no referido Edital Licitatório, que fazem parte integrante deste para todos os fins.
DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO: O preço global da presente obra é de R$ 276.631,33 (duzentos e setenta e seis mil, seiscentos e trinta e um reais e trinta e três centavos), com inclusão do Bônus por Despesas Indiretas – BDI, que será pago de acordo com a realização de medições feitas pela fiscalização da CONTRATANTE, conforme Anexo VII - Cronograma Físico-Financeiro.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas referentes ao objeto mencionado neste Edital correrão à conta do Programa de Trabalho nº. 03.122.1280.1196 e Natureza da Despesa nº. 3.3.90.39, conforme nota de empenho n. 2016NE3150 e 2016NE3151 incluídas no Processo nº. 20160011200015744.
DO FORO: Fica eleito o foro de Porto Velho/RO, preterido qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.
Assim ajustadas, as partes celebram o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.
Porto Velho, 22 de dezembro de 2016
AIRTON PEDRO MARIN FILHO
Procurador-Geral de Justiça
CONTRATANTE
ADENILSON CASAGRANDE FAUSTINO
Sócio-Gerentel
CONTRATADA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 04/2017
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, torna pública a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, da EDITORA DIÁRIO DA AMAZÔNIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 63.763.296/0001-12, com endereço na Av. Calama, 2666, Bairro Liberdade, na cidade de Porto Velho/RO, nos autos do processo administrativo nº. 2017001120000456, para aquisição de 43 assinaturas (35 pagas e 8 cortesias) do jornal "DIÁRIO DA AMAZÔNIA", pelo período de 1 (um) ano, no valor de R$ 12.250,00 (doze mil, duzentos e cinquenta reais), com fundamento no que preceitua o art. 13, inciso VI, combinado com art. 25, inc. II, da Lei nº. 8.666/1993 aliado ao item 4.2.7 do Acórdão nº. 591/2006 (Decisão nº. 491/1998-TCU), proferido pela 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União.
Porto Velho, 07 de fevereiro de 2017.
AIRTON PEDRO MARIN FILHO
Procurador-Geral de Justiça

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 036/2013 - PGJ
CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, inscrito no CNPJ sob nº. 04.381.083/0001-67, localizado na Rua Jamari, nº. 1555, bairro Olaria, Porto Velho/RO.
CONTRATADA: 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.423.963/0001-11, com sede à S.I.A. Área de Serviços Públicos, Lote D, Bloco B, Cep 71.215-000, Brasília/DF, neste ato representada pelo Sr. Lucas Ramos Carneiro, casado, Engenheiro Eletricista, portador do RG nº M-8 472.144 SSP/RO e do CPF nº. 038.709.216-17, e pela Sra. Maria Zenaide de Carvalho, brasileira, solteira, Administradora de Empresa, portadora do RG nº 433.784 SSP/RO e do CPF nº 420.576.552-53, doravante denominada CONTRATADA.
DO OBJETO, VIGÊNCIA E VALOR: O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, passando o valor global anual para R$ 1.335,40 (um mil, trezentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos), cujo objeto consiste na prestação de serviços de telecomunicações do tipo serviço móvel pessoal – SMP e internet móvel para a Comarca de São Francisco do Guaporé/RO.
Ratificam-se, neste ato, todas as demais cláusulas e condições constantes no contrato original.
Porto Velho, 1º de dezembro de 2016.
AIRTON PEDRO MARIN FILHO
Procurador-Geral de Justiça
CONTRATANTE
ROBERTO WAGNER SANDRIN
Representante Legal
CONTRATADA

PORTARIA Nº 18
06 DE FEVEREIRO DE 2017
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no Feito Administrativo nº 2017001120001036,
RESOLVE:
CONCEDER férias ao Procurador de Justiça ILDEMAR KUSSLER, cadastro 2037-0, conforme abaixo discriminado:

Referência	Fruição	Abono Pecuniário
2º semestre/2015	10 a 29.07.2017	30.06 a 09.07.2017

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
AIRTON PEDRO MARIN FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 19
06 DE FEVEREIRO DE 2017
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no Feito Administrativo nº 2016001120022171,
RESOLVE:
CONVALIDAR o afastamento do servidor KEYNE TAKASHI MIZUSAKI, cadastro n. 5267-4, ocupante do cargo comissionado de Assessor Jurídico, ocorrido nos dias 09, 10, 11, 12 e 13.01.2017 como dispensa remunerada, em razão de serviços prestados à Justiça Eleitoral nas Eleições Municipais 2016, nos termos do art. 98, da Lei 9.504/1997.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
AIRTON PEDRO MARIN FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 20
06 DE FEVEREIRO DE 2017
A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no Feito Administrativo nº 2017001120001233,
RESOLVE:
CONCEDER ao Procurador-Geral de Justiça AIRTON PEDRO MARIN FILHO, cadastro 2059-1, 18 (dezoito) dias de recesso, referente ao exercício de 2012, para fruição no período de 08 a 25.02.2017, com fulcro no art. 124 da LC 93/93.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Subprocuradora-Geral de Justiça
em substituição

PORTARIA Nº 044/2017
PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO INDIVIDUAL
Parquetweb: 2017001010002509
Data da instauração: 06/02/2017
Promotoria: 1ª Promotoria de Justiça de Cacoal/3ªTitularidade
Promotor: Dr. Dandy Jesus Leite Borges
Interessado: Estado de Rondônia
Assunto: Adotar as medidas necessárias para prover a realização de consulta em cirurgia geral para atender idoso usuário do Sistema Único de Saúde.

PORTARIA Nº 045/2017
PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO INDIVIDUAL
Parquetweb: 2017001010002513
Data da instauração: 06/02/2017
Promotoria: 1ª Promotoria de Justiça de Cacoal/3ªTitularidade
Promotor: Dr. Dandy Jesus Leite Borges
Interessado: Estado de Rondônia
Assunto: Adotar as medidas necessárias para prover a realização de consulta em angiologia/cirurgia vascular para atender idoso usuário do Sistema Único de Saúde.

Data de instauração da Portaria: 06 de janeiro de 2017
Promotor: Dr. Samuel Sales Fonteles
Envolvidos: Presos preventivos da Cadeia Pública de Francisco do Guaporé/RO
Promotoria: 1ª Promotoria de Justiça de São Francisco do Guaporé-RO
Assunto: " Aditamento da Portaria 006/2017 PJSFG de Procedimento Administrativo n°2017001010000191, publicada no Diário da Justiça nº 6, de 11 de janeiro de 2017, para nela constar, além da apuração de eventuais denunciações caluniosas praticadas pelos custodiados nas audiências de custódia, a ocorrência de tortura, abuso de autoridade e outros excessos por parte dos agentes de segurança pública".

EXTRATO DA PORTARIA Nº. 013/2017
Procedimento Administrativo nº 2017001010002728
Data da instauração: 03 de fevereiro de 2017.
Promotoria: Promotoria de Justiça de Nova Brasilândia d'Oeste.
Promotor: Dr. Victor Ramalho Monfredinho.
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Objeto: Acompanhar as medidas adotadas pelas Secretarias Municipais de Saúde de Novo Horizonte d'Oeste e Nova Brasilândia d'Oeste, com relação à prestação disponibilização de serviços laboratoriais para os hospitais municipais.
Nova Brasilândia d'Oeste-RO, 06 de fevereiro de 2017.
Victor Ramalho Monfredinho
Promotor de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 004/2017/PJMDO
CADASTRO MP/RO Nº. 2017001010002709
DATA DA INSTAURAÇÃO/CONVERSÃO: 06 de fevereiro de 2017.
PROMOTORIA: Promotoria de Justiça de Machadinho do Oeste/RO
PROMOTOR(A): Dra. Marlúcia Chianca de Morais
ENVOLVIDO(S): Ministério Público do Estado de Rondônia
FATO/OBJETO: Registro e controle das visitas periódicas a serem realizadas no Abrigo Municipal de Machadinho D'Oeste e Vale do Anari.
Machadinho D'Oeste/RO, 06 de fevereiro de 2017.
MARLUCIA CHIANCA DE MORAIS
Promotora de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 005/2017/PJMDO
CADASTRO MP/RO Nº. 2017001010002711
DATA DA INSTAURAÇÃO/CONVERSÃO: 06 de fevereiro de 2017.
PROMOTORIA: Promotoria de Justiça de Machadinho do Oeste/RO
PROMOTOR(A): Dra. Marlúcia Chianca de Morais
ENVOLVIDO(S): Ministério Público do Estado de Rondônia
FATO/OBJETO: Registro e controle das visitas periódicas a serem realizadas na Delegacia de Polícia Civil de Machadinho D'Oeste durante o ano de 2017.
Machadinho D'Oeste/RO, 06 de fevereiro de 2017.
MARLUCIA CHIANCA DE MORAIS
Promotora de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 006/2017/PJMDO
CADASTRO MP/RO Nº. 2017001010002712
DATA DA INSTAURAÇÃO/CONVERSÃO: 06 de fevereiro de 2017.
PROMOTORIA: Promotoria de Justiça de Machadinho do Oeste/RO
PROMOTOR(A): Dra. Marlúcia Chianca de Morais
ENVOLVIDO(S): Ministério Público do Estado de Rondônia
FATO/OBJETO: Registro e controle das visitas periódicas a serem realizadas na Cadeia Pública de Machadinho D'Oeste durante o ano de 2017.
Machadinho D'Oeste/RO, 06 de fevereiro de 2017.
MARLUCIA CHIANCA DE MORAIS
Promotora de Justiça

EXTRATO DA PORTARIA Nº 01/2017/1ªPJ-AFO
Procedimento Administrativo Difusos e Coletivos.
MP/RO: 2017001010002754
Data da instauração: 07 de Fevereiro de 2017
Promotoria: 1ª Promotoria de Justiça de Alta Floresta do Oeste
Promotor de Justiça: Dr. Matheus Kuhn Gonçalves
Assunto: "Resolve instaurar PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL ADMINISTRATIVO. ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO PARQUET. ACOMPANHAMENTO DAS VISITAS À DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE ALTA FLORESTA DO OESTE/RO. ANO DE 2017".

EXTRATO DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO
Feito nº 2011001060000778
Instauração: 28/06/2013
Promotoria: 2ª Promotoria de Justiça de Ariquemes/1ª Titularidade
Promotor: Dr. Anderson Batista de Oliveira
Investigado: Município de Ariquemes/RO, Município de Monte Negro/RO, Município de Rio Crespo/RO, Município de Alto Paraíso/RO, Município de Cacaulândia/RO, Município de Cujubim/RO, Município de MachadinhoD"Oeste, Município de Buritis e Município de Campo Novo/RO.
Assunto: Promoção de Arquivamento com encaminhamento ao Conselho Superior do Ministério Público para análise e homologação.
Resumo: ICP- Portaria nº 0036/2011 - ICP instaurado para averiguar denúncia anônima de irregularidades nas contratações de Profissionais de Saúde e possível cumulação de cargos por parte desses profissionais nos referidos municípios.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 02/2017/1ªPJ-AFO
Procedimento Administrativo Difusos e Coletivos.
MP/RO: 2017001010002796
Data da instauração: 07 de Fevereiro de 2017
Promotoria: 1ª Promotoria de Justiça de Alta Floresta do Oeste
Promotor de Justiça: Dr. Matheus Kuhn Gonçalves
Assunto: "Resolve instaurar PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL ADMINISTRATIVO. ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO PARQUET. ACOMPANHAMENTO DAS VISITAS AO SISTEMA PRISIONAL DE ALTA FLORESTA DO OESTE/RO. ANO DE 2017".

TERCEIRA ENTRÂNCIA

COMARCA DE PORTO VELHO

TURMA RECURSAL

Turma Recursal
Apelação
Número do Processo:0000437-62.2013.8.22.0013
Processo de Origem: 0000437-62.2013.8.22.0013
Apelante: Denilza Marques Neves
Defensor Público: Gilberto Leite Campêlo(OAB/CE 24488)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Procurador: Marcus Alexandre de Oliveira Rodrigues
Relator: Juiz Glodner Luiz Pauletto
DESPACHO
Compulsando os autos, verifica-se que não há manifestação do representante do Ministério Público atuante perante esta Turma Recursal.
Diante disso, encaminhem-se os autos ao Parquet para análise e apresentação de parecer.
Porto Velho - RO, 6 de fevereiro de 2017.
Juiz Glodner Luiz Pauletto
Relator

Turma Recursal
DESPACHO DO RELATOR
Recurso Inominado
Número do Processo:1007895-61.2014.8.22.0601
Processo de Origem: 1007895-61.2014.8.22.0601
Recorrente: Welcon Incorporadora Imobiliaria Ltda
Advogada: Verônica Andréa Guareschi Nass(OAB/RO 4009)
Advogado: Eduardo Abílio Kerber Diniz(OAB/RO 4389)
Advogado: Edson Antônio Sousa Pinto(OAB/RO 4643)
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli(OAB/RO 5546)
Recorrente: Bairro Novo Porto Velho Empreendimento Imobiliário S/A
Advogado: Andrey Cavalcante de Carvalho(OAB/RO 303B)
Advogado: Paulo Barroso Serpa(OAB/RO 4923)
Advogado: Gustavo Clemente Vilela(OAB/SP 220907)
Recorrido: Raimundo Nonato Gomes de Oliveira
Advogado: Alexandre Leandro da Silva(OAB/RO 4260)
Relator:Juiz Enio Salvador Vaz
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
DECIDO.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Trata-se de recurso inominado por meio da qual a parte requerida, empresa construtora de empreendimentos imobiliários, pretende a reforma da SENTENÇA alegando acerca da legalidade da cobrança da taxa de corretagem celebrada entres as partes.
A SENTENÇA deve ser reformada, o que faço monocraticamente na forma do enunciado nº 102 FONAJE.
Isso porque, a validade da cláusula contratual que transfere à parte consumidora a obrigação de pagar comissão de corretagem em contratos de promessa de compra e venda de unidade autônoma em regime de incorporação imobiliária foi apreciada e decidida pelo Superior Tribunal de Justiça, sob a sistemática dos recursos repetitivos, conforme o Recurso Especial 1.551.956/SP, cuja a ementa é a seguinte:
RECURSO ESPECIAL REPETITIV/O. DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA. VENDA DE UNIDADES AUTÔNOMAS EM ESTANDE DE VENDAS. CORRETAGEM. CLÁUSULA DE TRANSFERÊNCIA DA OBRIGAÇÃO AO CONSUMIDOR. VALIDADE. PREÇO TOTAL. DEVER DE INFORMAÇÃO. SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICO-IMOBILIÁRIA (SATI). ABUSIVIDADE DA COBRANÇA. (REsp 1599511/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2016, DJe 06/09/2016). Destaquei.
E ainda, esta Turma:
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INOMINADO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA CONSTRUTORA/ INCORPORADORA. REJEIÇÃO. VENDA DE UNIDADES AUTÔNOMAS EM ESTANDE DE VENDAS. CORRETAGEM. CLÁUSULA DE TRANSFERÊNCIA DA OBRIGAÇÃO AO CONSUMIDOR. VALIDADE. JURISPRUDÊNCIA SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. R.I. 7000907-30.2015.8.22.0004. Rel. Jorge Luiz dos Santos Leal. Julgado em: 30.11.2016.
Com efeito, em razão da solução da matéria pelo Superior Tribunal de Justiça sob a sistemática dos recursos repetitivos, subsumindo-se a controvérsia dos autos às teses nele tratadas, não vislumbro razão para outros questionamentos, sendo de rigor a reforma da SENTENÇA para restar em conformidade com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Não é o caso de desafetação, sendo a presente demanda idêntica àquela decidida pelo STJ.
Por tais considerações, DOU PROVIMENTO ao recurso inominado para julgar improcedentes os pedidos formulados na inicial.
Sem custas e sem honorários advocatícios, uma vez que o deslinde do feito não se enquadra na hipótese restrita do art. 55 da lei nº 9.099/95.
Oportunamente, remetam-se os autos à origem.
Porto Velho - RO, 7 de fevereiro de 2017.
Juiz Enio Salvador Vaz
Relator

DESPACHO DO RELATOR
Recurso Inominado
Número do Processo:1007629-74.2014.8.22.0601
Processo de Origem: 1007629-74.2014.8.22.0601
Recorrente: Welcon Incorporadora Imobiliaria Ltda
Advogado: Eduardo Abílio Kerber Diniz(OAB/RO 4389)
Advogado: Edson Antônio Sousa Pinto(OAB/RO 4643)
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli(OAB/RO 5546)
Advogada: Verônica Andréa Guareschi Nass(OAB/RO 4009)
Recorrido: JOSÉ MARCELO DE SOUZA
Advogado: Alexandre Leandro da Silva(OAB/RO 4260)
Requerida: Bairro Novo Porto Velho Empreendimento Imobiliário S/A
Advogado: Andrey Cavalcante de Carvalho(OAB/RO 303B)
Advogado: Paulo Barroso Serpa(OAB/RO 4923)
Advogado: Gustavo Clemente Vilela(SSP/SP 220907)
Relator:Juiz Enio Salvador Vaz
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
DECIDO.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Trata-se de recurso inominado por meio da qual a parte requerida, empresa construtora de empreendimentos imobiliários, pretende a reforma da SENTENÇA alegando acerca da legalidade da cobrança da taxa de corretagem celebrada entres as partes.
A SENTENÇA deve ser reformada, o que faço monocraticamente na forma do enunciado nº 102 FONAJE.
Isso porque, a validade da cláusula contratual que transfere à parte consumidora a obrigação de pagar comissão de corretagem em contratos de promessa de compra e venda de unidade autônoma em regime de incorporação imobiliária foi apreciada e decidida pelo Superior Tribunal de Justiça, sob a sistemática dos recursos repetitivos, conforme o Recurso Especial 1.551.956/SP, cuja a ementa é a seguinte:

RECURSO ESPECIAL REPETITIV/O. DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA. VENDA DE UNIDADES AUTÔNOMAS EM ESTANDE DE VENDAS. CORRETAGEM. CLÁUSULA DE TRANSFERÊNCIA DA OBRIGAÇÃO AO CONSUMIDOR. VALIDADE. PREÇO TOTAL. DEVER DE INFORMAÇÃO. SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICO-IMOBILIÁRIA (SATI). ABUSIVIDADE DA COBRANÇA. (REsp 1599511/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2016, DJe 06/09/2016). Destaquei.

E ainda, esta Turma:

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INOMINADO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA CONSTRUTORA/ INCORPORADORA. REJEIÇÃO. VENDA DE UNIDADES AUTÔNOMAS EM ESTANDE DE VENDAS. CORRETAGEM. CLÁUSULA DE TRANSFERÊNCIA DA OBRIGAÇÃO AO CONSUMIDOR. VALIDADE. JURISPRUDÊNCIA SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. R.I. 7000907-30.2015.8.22.0004. Rel. Jorge Luiz dos Santos Leal. Julgado em: 30.11.2016.

Com efeito, em razão da solução da matéria pelo Superior Tribunal de Justiça sob a sistemática dos recursos repetitivos, subsumindo-se a controvérsia dos autos às teses nele tratadas, não vislumbro razão para outros questionamentos, sendo de rigor a reforma da SENTENÇA para restar em conformidade com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Não é o caso de desafetação, sendo a presente demanda idêntica àquela decidida pelo STJ.

Por tais considerações, DOU PROVIMENTO ao recurso inominado para julgar improcedentes os pedidos formulados na inicial.

Sem custas e sem honorários advocatícios, uma vez que o deslinde do feito não se enquadra na hipótese restrita do art. 55 da lei nº 9.099/95.

Oportunamente, remetam-se os autos à origem.

Porto Velho - RO, 7 de fevereiro de 2017.

Juiz Enio Salvador Vaz

Relator

DESPACHO DO RELATOR

Recurso Inominado

Número do Processo:1002281-14.2014.8.22.0007

Processo de Origem: 1002281-14.2014.8.22.0007

Recorrente: Residencial Nova Cacoal Empreendimentos Imobiliários Ltda

Advogado: Francisco de Souza Rangel(OAB/RO 2464)

Recorrida: ROSIVALDO FERREIRA DE ARAUJO

Advogada: Juliana Miranda Furtado(OAB/RO 5542)

Relator:Juiz Enio Salvador Vaz

RELATÓRIO

Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.

DECIDO.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

Trata-se de recurso inominado por meio da qual a parte requerida, empresa construtora de empreendimentos imobiliários, pretende a reforma da SENTENÇA alegando acerca da legalidade da cobrança da taxa de corretagem celebrada entres as partes.

A SENTENÇA deve ser reformada, o que faço monocraticamente na forma do enunciado nº 102 FONAJE.

Isso porque, a validade da cláusula contratual que transfere à parte consumidora a obrigação de pagar comissão de corretagem em contratos de promessa de compra e venda de unidade autônoma em regime de incorporação imobiliária foi apreciada e decidida pelo Superior Tribunal de Justiça, sob a sistemática dos recursos repetitivos, conforme o Recurso Especial 1.551.956/SP, cuja a ementa é a seguinte:

RECURSO ESPECIAL REPETITIV/O. DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA. VENDA DE UNIDADES AUTÔNOMAS EM ESTANDE DE VENDAS. CORRETAGEM. CLÁUSULA DE TRANSFERÊNCIA DA OBRIGAÇÃO AO CONSUMIDOR. VALIDADE. PREÇO TOTAL. DEVER DE INFORMAÇÃO. SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICO-IMOBILIÁRIA (SATI). ABUSIVIDADE DA COBRANÇA. (REsp 1599511/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2016, DJe 06/09/2016). Destaquei.

E ainda, esta Turma:

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INOMINADO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA CONSTRUTORA/ INCORPORADORA. REJEIÇÃO. VENDA DE UNIDADES AUTÔNOMAS EM ESTANDE DE VENDAS. CORRETAGEM. CLÁUSULA DE TRANSFERÊNCIA DA OBRIGAÇÃO AO CONSUMIDOR. VALIDADE. JURISPRUDÊNCIA SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. R.I. 7000907-30.2015.8.22.0004. Rel. Jorge Luiz dos Santos Leal. Julgado em: 30.11.2016.

Com efeito, em razão da solução da matéria pelo Superior Tribunal de Justiça sob a sistemática dos recursos repetitivos, subsumindo-se a controvérsia dos autos às teses nele tratadas, não vislumbro razão para outros questionamentos, sendo de rigor a reforma da SENTENÇA para restar em conformidade com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Não é o caso de desafetação, sendo a presente demanda idêntica àquela decidida pelo STJ.

Por tais considerações, DOU PROVIMENTO ao recurso inominado para julgar improcedentes os pedidos formulados na inicial.

Sem custas e sem honorários advocatícios, uma vez que o deslinde do feito não se enquadra na hipótese restrita do art. 55 da lei nº 9.099/95.

Oportunamente, remetam-se os autos à origem.

Porto Velho - RO, 6 de fevereiro de 2017.

Juiz Enio Salvador Vaz

Relator

DESPACHO DO RELATOR

Recurso Inominado

Número do Processo:1007640-06.2014.8.22.0601

Processo de Origem: 1007640-06.2014.8.22.0601

Recorrente: Bairro Novo Porto Velho Empreendimento Imobiliário S/A

Advogado: Lucas Faber de Almeida Rosa(OAB/DF 38651)

Recorrente: Welcon Incorporadora Imobiliaria Ltda

Advogado: Eduardo Abílio Kerber Diniz(OAB/RO 4389)

Advogado: Edson Antônio Sousa Pinto(OAB/RO 4643)

Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli(OAB/RO 5546)

Advogada: Amanda Géssica de Araújo Farias(OAB/RO 5757)

Advogado: Lester Pontes de Menezes Júnior(OAB/RO 2657)

Recorrido: Jorge Molina

Advogado: Alexandre Leandro da Silva(OAB/RO 4260)

Relator:Juiz Enio Salvador Vaz

RELATÓRIO

Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.

DECIDO.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

Trata-se de recurso inominado por meio da qual a parte requerida, empresa construtora de empreendimentos imobiliários, pretende a reforma da SENTENÇA alegando acerca da legalidade da cobrança da taxa de corretagem celebrada entres as partes.

A SENTENÇA deve ser reformada, o que faço monocraticamente na forma do enunciado nº 102 FONAJE.

Isso porque, a validade da cláusula contratual que transfere à parte consumidora a obrigação de pagar comissão de corretagem em contratos de promessa de compra e venda de unidade autônoma em regime de incorporação imobiliária foi apreciada e decidida pelo Superior Tribunal de Justiça, sob a sistemática dos recursos repetitivos, conforme o Recurso Especial 1.551.956/SP, cuja a ementa é a seguinte:

RECURSO ESPECIAL REPETITIV/O. DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA. VENDA DE UNIDADES AUTÔNOMAS EM ESTANDE DE VENDAS. CORRETAGEM. CLÁUSULA DE TRANSFERÊNCIA DA OBRIGAÇÃO AO CONSUMIDOR. VALIDADE. PREÇO TOTAL. DEVER DE INFORMAÇÃO. SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICO-IMOBILIÁRIA (SATI). ABUSIVIDADE DA COBRANÇA. (REsp 1599511/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2016, DJe 06/09/2016). Destaquei.

E ainda, esta Turma:

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INOMINADO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA CONSTRUTORA/ INCORPORADORA. REJEIÇÃO. VENDA DE UNIDADES AUTÔNOMAS EM ESTANDE DE VENDAS. CORRETAGEM. CLÁUSULA DE TRANSFERÊNCIA DA OBRIGAÇÃO AO CONSUMIDOR. VALIDADE. JURISPRUDÊNCIA SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. R.I. 7000907-30.2015.8.22.0004. Rel. Jorge Luiz dos Santos Leal. Julgado em: 30.11.2016.

Com efeito, em razão da solução da matéria pelo Superior Tribunal de Justiça sob a sistemática dos recursos repetitivos, subsumindo-se a controvérsia dos autos às teses nele tratadas, não vislumbro razão para outros questionamentos, sendo de rigor a reforma da SENTENÇA para restar em conformidade com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Não é o caso de desafetação, sendo a presente demanda idêntica àquela decidida pelo STJ.

Por tais considerações, DOU PROVIMENTO ao recurso inominado para julgar improcedentes os pedidos formulados na inicial.

Sem custas e sem honorários advocatícios, uma vez que o deslinde do feito não se enquadra na hipótese restrita do art. 55 da lei nº 9.099/95.

Oportunamente, remetam-se os autos à origem.

Porto Velho - RO, 6 de fevereiro de 2017.

Juiz Enio Salvador Vaz

Relator

DESPACHO DO RELATOR

Recurso Inominado

Número do Processo:1002125-26.2014.8.22.0007

Processo de Origem: 1002125-26.2014.8.22.0007

Recorrente: Residencial Nova Cacoal Empreendimentos Imobiliários Ltda

Advogada: Edineia Carina Dalla Martha(RO 2612)

Advogado: Francisco de Souza Rangel(OAB/RO 2464)

Recorrido: Vilton Jose Pedra

Advogada: Lorena Kemper Carneiro(OAB/RO 6497)

Relator:Juiz Enio Salvador Vaz

RELATÓRIO

Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.

DECIDO.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

Trata-se de recurso inominado por meio da qual a parte requerida, empresa construtora de empreendimentos imobiliários, pretende a reforma da SENTENÇA alegando acerca da legalidade da cobrança da taxa de corretagem celebrada entres as partes.

A SENTENÇA deve ser reformada, o que faço monocraticamente na forma do enunciado nº 102 FONAJE.

Isso porque, a validade da cláusula contratual que transfere à parte consumidora a obrigação de pagar comissão de corretagem em contratos de promessa de compra e venda de unidade autônoma em regime de incorporação imobiliária foi apreciada e decidida pelo Superior Tribunal de Justiça, sob a sistemática dos recursos repetitivos, conforme o Recurso Especial 1.551.956/SP, cuja a ementa é a seguinte:

RECURSO ESPECIAL REPETITIV/O. DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA. VENDA DE UNIDADES AUTÔNOMAS EM ESTANDE DE VENDAS. CORRETAGEM. CLÁUSULA DE TRANSFERÊNCIA DA OBRIGAÇÃO AO CONSUMIDOR. VALIDADE. PREÇO TOTAL. DEVER DE INFORMAÇÃO. SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICO-IMOBILIÁRIA (SATI). ABUSIVIDADE DA COBRANÇA. (REsp 1599511/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2016, DJe 06/09/2016). Destaquei.

E ainda, esta Turma:

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INOMINADO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA CONSTRUTORA/ INCORPORADORA. REJEIÇÃO. VENDA DE UNIDADES AUTÔNOMAS EM ESTANDE DE VENDAS. CORRETAGEM. CLÁUSULA DE TRANSFERÊNCIA DA OBRIGAÇÃO AO CONSUMIDOR. VALIDADE. JURISPRUDÊNCIA SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. R.I. 7000907-30.2015.8.22.0004. Rel. Jorge Luiz dos Santos Leal. Julgado em: 30.11.2016.

Com efeito, em razão da solução da matéria pelo Superior Tribunal de Justiça sob a sistemática dos recursos repetitivos, subsumindo-se a controvérsia dos autos às teses nele tratadas, não vislumbro razão para outros questionamentos, sendo de rigor a reforma da SENTENÇA para restar em conformidade com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Não é o caso de desafetação, sendo a presente demanda idêntica àquela decidida pelo STJ.

Por tais considerações, DOU PROVIMENTO ao recurso inominado para julgar improcedentes os pedidos formulados na inicial.

Sem custas e sem honorários advocatícios, uma vez que o deslinde do feito não se enquadra na hipótese restrita do art. 55 da lei nº 9.099/95.

Oportunamente, remetam-se os autos à origem.

Porto Velho - RO, 6 de fevereiro de 2017.

Juiz Enio Salvador Vaz

Relator

DESPACHO DO RELATOR

Recurso Inominado

Número do Processo:1007783-92.2014.8.22.0601

Processo de Origem: 1007783-92.2014.8.22.0601

Recorrente: Bairro Novo Porto Velho Empreendimento Imobiliário S/A

Advogado: Andrey Cavalcante de Carvalho(OAB/RO 303B)

Advogado: Paulo Barroso Serpa(OAB/RO 4923)

Advogado: Gustavo Clemente Vilela(OAB/SP 220907)

Recorrente: Welcon Incorporadora Imobiliaria Ltda

Advogado: Iran da Paixão Tavares Júnior(OAB/RO 5087)

Advogado: Eduardo Abílio Kerber Diniz(OAB/RO 4389)

Advogado: Edson Antônio Sousa Pinto(OAB/RO 4643)

Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli(OAB/RO 5546)

Advogada: Verônica Andréa Guareschi Nass(OAB/RO 4009)

Recorrido: Francinaldo Rodrigues Pierote

Advogado: Alexandre Leandro da Silva(OAB/RO 4260)

Relator:Juiz Enio Salvador Vaz

RELATÓRIO

Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.

DECIDO.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

Trata-se de recurso inominado por meio da qual a parte requerida, empresa construtora de empreendimentos imobiliários, pretende a reforma da SENTENÇA alegando acerca da legalidade da cobrança da taxa de corretagem celebrada entres as partes.

A SENTENÇA deve ser reformada, o que faço monocraticamente na forma do enunciado nº 102 FONAJE.

Isso porque, a validade da cláusula contratual que transfere à parte consumidora a obrigação de pagar comissão de corretagem em

contratos de promessa de compra e venda de unidade autônoma em regime de incorporação imobiliária foi apreciada e decidida pelo Superior Tribunal de Justiça, sob a sistemática dos recursos repetitivos, conforme o Recurso Especial 1.551.956/SP, cuja a ementa é a seguinte:
RECURSO ESPECIAL REPETITIV/O. DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA. VENDA DE UNIDADES AUTÔNOMAS EM ESTANDE DE VENDAS. CORRETAGEM. CLÁUSULA DE TRANSFERÊNCIA DA OBRIGAÇÃO AO CONSUMIDOR. VALIDADE. PREÇO TOTAL. DEVER DE INFORMAÇÃO. SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICO-IMOBILIÁRIA (SATI). ABUSIVIDADE DA COBRANÇA. (REsp 1599511/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2016, DJe 06/09/2016). Destaquei.
E ainda, esta Turma:
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INOMINADO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA CONSTRUTORA/ INCORPORADORA. REJEIÇÃO. VENDA DE UNIDADES AUTÔNOMAS EM ESTANDE DE VENDAS. CORRETAGEM. CLÁUSULA DE TRANSFERÊNCIA DA OBRIGAÇÃO AO CONSUMIDOR. VALIDADE. JURISPRUDÊNCIA SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. R.I. 7000907-30.2015.8.22.0004. Rel. Jorge Luiz dos Santos Leal. Julgado em: 30.11.2016.
Com efeito, em razão da solução da matéria pelo Superior Tribunal de Justiça sob a sistemática dos recursos repetitivos, subsumindo-se a controvérsia dos autos às teses nele tratadas, não vislumbro razão para outros questionamentos, sendo de rigor a reforma da SENTENÇA para restar em conformidade com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Não é o caso de desafetação, sendo a presente demanda idêntica àquela decidida pelo STJ.
Por tais considerações, DOU PROVIMENTO ao recurso inominado para julgar improcedentes os pedidos formulados na inicial.
Sem custas e sem honorários advocatícios, uma vez que o deslinde do feito não se enquadra na hipótese restrita do art. 55 da lei nº 9.099/95.
Oportunamente, remetam-se os autos à origem.
Porto Velho - RO, 6 de fevereiro de 2017.
Juiz Enio Salvador Vaz
Relator

DESPACHO DO RELATOR
Recurso Inominado
Número do Processo:1008176-17.2014.8.22.0601
Processo de Origem: 1008176-17.2014.8.22.0601
Recorrente: Bairro Novo Porto Velho Empreendimento Imobiliário S/A
Advogado: Andrey Cavalcante de Carvalho(OAB/RO 303B)
Advogado: Paulo Barroso Serpa(OAB/RO 4923)
Advogado: Gustavo Clemente Vilela(SSP/SP 220907)
Advogado: Eduardo Ubaldo Barbosa(OAB/DF 47242)
Advogado: Lucas Feber de Almeida(OAB/DF 38.651)
Recorrente: Odebrecht Realizações Imobiliárias S.A
Advogado: Eduardo Ubaldo Barbosa(OAB/DF 47242)
Advogado: Lucas Feber de Almeida(OAB/DF 38.651)
Interessada (Parte Passiva): Welcon Incorporadora Imobiliaria Ltda
Advogado: Lester Pontes de Menezes Júnior(OAB/RO 2657)
Recorrida: SOELENI RODRIGUES VERCOSA
Advogado: Alexandre Leandro da Silva(OAB/RO 4260)
Relator:Juiz Enio Salvador Vaz
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
DECIDO.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Trata-se de recurso inominado por meio da qual a parte requerida, empresa construtora de empreendimentos imobiliários, pretende a reforma da SENTENÇA alegando acerca da legalidade da cobrança da taxa de corretagem celebrada entres as partes.
A SENTENÇA deve ser reformada, o que faço monocraticamente na forma do enunciado nº 102 FONAJE.
Isso porque, a validade da cláusula contratual que transfere à parte consumidora a obrigação de pagar comissão de corretagem em contratos de promessa de compra e venda de unidade autônoma em regime de incorporação imobiliária foi apreciada e decidida pelo Superior Tribunal de Justiça, sob a sistemática dos recursos repetitivos, conforme o Recurso Especial 1.551.956/SP, cuja a ementa é a seguinte:
RECURSO ESPECIAL REPETITIV/O. DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA. VENDA DE UNIDADES AUTÔNOMAS EM ESTANDE DE VENDAS. CORRETAGEM. CLÁUSULA DE TRANSFERÊNCIA DA OBRIGAÇÃO AO CONSUMIDOR. VALIDADE. PREÇO TOTAL. DEVER DE INFORMAÇÃO. SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICO-IMOBILIÁRIA (SATI). ABUSIVIDADE DA COBRANÇA. (REsp 1599511/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2016, DJe 06/09/2016). Destaquei.
E ainda, esta Turma:
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INOMINADO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA CONSTRUTORA/ INCORPORADORA. REJEIÇÃO. VENDA DE UNIDADES AUTÔNOMAS EM ESTANDE DE VENDAS. CORRETAGEM. CLÁUSULA DE TRANSFERÊNCIA DA OBRIGAÇÃO AO CONSUMIDOR. VALIDADE. JURISPRUDÊNCIA SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. R.I. 7000907-30.2015.8.22.0004. Rel. Jorge Luiz dos Santos Leal. Julgado em: 30.11.2016.
Com efeito, em razão da solução da matéria pelo Superior Tribunal de Justiça sob a sistemática dos recursos repetitivos, subsumindo-se a controvérsia dos autos às teses nele tratadas, não vislumbro razão para outros questionamentos, sendo de rigor a reforma da SENTENÇA para restar em conformidade com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. ão é o caso de desafetação, sendo a presente demanda idêntica àquela decidida pelo STJ.
Por tais considerações, DOU PROVIMENTO ao recurso inominado para julgar improcedentes os pedidos formulados na inicial.
Sem custas e sem honorários advocatícios, uma vez que o deslinde do feito não se enquadra na hipótese restrita do art. 55 da lei nº 9.099/95.
Oportunamente, remetam-se os autos à origem.
Porto Velho - RO, 7 de fevereiro de 2017.
Juiz Enio Salvador Vaz
Relator

DESPACHO DO RELATOR
Recurso Inominado
Número do Processo:1002280-29.2014.8.22.0007
Processo de Origem: 1002280-29.2014.8.22.0007
Recorrente: Residencial Nova Cacoal Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Everaldo Braun(OAB/RO 6266)
Advogada: Edineia Carina Dalla Martha(RO 2612)
Recorrida: Cyrlei Teixeira
Advogada: Juliana Miranda Furtado(OAB/RO 5542)
Relator:Juiz Enio Salvador Vaz
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
DECIDO.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Trata-se de recurso inominado por meio da qual a parte requerida, empresa construtora de empreendimentos imobiliários, pretende a reforma da SENTENÇA alegando acerca da legalidade da cobrança da taxa de corretagem celebrada entres as partes.

A SENTENÇA deve ser reformada, o que faço monocraticamente na forma do enunciado nº 102 FONAJE.
Isso porque, a validade da cláusula contratual que transfere à parte consumidora a obrigação de pagar comissão de corretagem em contratos de promessa de compra e venda de unidade autônoma em regime de incorporação imobiliária foi apreciada e decidida pelo Superior Tribunal de Justiça, sob a sistemática dos recursos repetitivos, conforme o Recurso Especial 1.551.956/SP, cuja a ementa é a seguinte:
RECURSO ESPECIAL REPETITIV/O. DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA. VENDA DE UNIDADES AUTÔNOMAS EM ESTANDE DE VENDAS. CORRETAGEM. CLÁUSULA DE TRANSFERÊNCIA DA OBRIGAÇÃO AO CONSUMIDOR. VALIDADE. PREÇO TOTAL. DEVER DE INFORMAÇÃO. SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICO-IMOBILIÁRIA (SATI). ABUSIVIDADE DA COBRANÇA. (REsp 1599511/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2016, DJe 06/09/2016). Destaquei.
E ainda, esta Turma:
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INOMINADO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA CONSTRUTORA/ INCORPORADORA. REJEIÇÃO. VENDA DE UNIDADES AUTÔNOMAS EM ESTANDE DE VENDAS. CORRETAGEM. CLÁUSULA DE TRANSFERÊNCIA DA OBRIGAÇÃO AO CONSUMIDOR. VALIDADE. JURISPRUDÊNCIA SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. R.I. 7000907-30.2015.8.22.0004. Rel. Jorge Luiz dos Santos Leal. Julgado em: 30.11.2016.
Com efeito, em razão da solução da matéria pelo Superior Tribunal de Justiça sob a sistemática dos recursos repetitivos, subsumindo-se a controvérsia dos autos às teses nele tratadas, não vislumbro razão para outros questionamentos, sendo de rigor a reforma da SENTENÇA para restar em conformidade com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Não é o caso de desafetação, sendo a presente demanda idêntica àquela decidida pelo STJ.
Por tais considerações, DOU PROVIMENTO ao recurso inominado para julgar improcedentes os pedidos formulados na inicial.
Sem custas e sem honorários advocatícios, uma vez que o deslinde do feito não se enquadra na hipótese restrita do art. 55 da lei nº 9.099/95.
Oportunamente, remetam-se os autos à origem.
Porto Velho - RO, 7 de fevereiro de 2017.
Juiz Enio Salvador Vaz
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Turma Recursal / TR - Gabinete Mag. Jorge Luiz dos Santos Leal
Processo: 7003818-84.2016.8.22.0002 - RECURSO INOMINADO (460)
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Data distribuíção: 29/08/2016 11:15:08
Polo Ativo: JHESICA SALLES SANTANA
Advogado(s) do reclamante: ADALTO CARDOSO SALES (ADVOGADO (A) DEVERÁ ACESSAR A PÁGINA DO PJE TURMA RECURSAL PARA HABILITAÇÃO COM FINS DE INTIMAÇÃO VIA SISTEMA)
Polo Passivo: ELETRO J. M. S/A.
Advogado(s) do reclamado: RODRIGO PETERLE
DECISÃO
Relatório dispensado, nos termos da Lei nº 9.099/95 e do Enunciado Cível nº 92 do FONAJE.
DECIDO.
Analisando os autos, tenho que falta ao recurso pressuposto de admissibilidade extrínseco, qual seja, o regular preparo.
Não obstante o indeferimento da justiça gratuita, com menção à insuficiência da documentação acostada para comprovação da precariedade financeira, bem como a intimação para recolhimento das custas, com expressa advertência da penalidade de deserção, a parte recorrente se manteve inerte, conforme certificado pela escrivania.
Dito isso, e conforme entendimento pacífico deste Colegiado, aprovado à unanimidade em sessão plenária, o apelo padece de vício insanável, que impede seja conhecido. No ponto:
MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO INOMINADO QUE NÃO FOI CONHECIDO EM VIRTUDE DA DESERÇÃO. AQUELE QUE PLEITEIA A CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA DEVE COMPROVAR NÃO POSSUIR MEIOS PARA ARCAR COM AS CUSTAS DO PROCESSO PARA QUE SEJA BENEFICIADO COM A ISENÇÃO. ORDEM DENEGADA.
(MS 0001190-81.2014.8.22.9002, Rela. Juíza Euma Mendonça Tourinho, julgado em 30/10/2014)
Firme no precedente acima transcrito, e com fundamento no art. 1.007 do Código de Processo Civil de 2015, declaro, de ofício e monocraticamente, a deserção e, em consequência, NÃO CONHEÇO do recurso inominado.
Nos termos do Enunciado 122 do XXI Encontro do Fórum Nacional de Juizados Especiais – Vitória/ES, condeno a parte recorrente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido da causa, o que faço com base no art. 55 da Lei n. 9.099/95.
Porto Velho, 7 de fevereiro de 2017
JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
RELATOR

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Turma Recursal / TR - Gabinete Mag. Jorge Luiz dos Santos Leal
Processo: 7000496-75.2015.8.22.0007 - RECURSO INOMINADO (460)
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Data distribuição: 25/01/2016 12:30:36
Polo Ativo: JFB CACOAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e outros
Advogado do(a) RECORRENTE: EVERALDO BRAUN - ROA6266000
Polo Passivo: MARCYO DENNYS DO COUTO
DECISÃO
Relatório dispensado, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95.
Trata-se de recurso inominado por meio da qual a parte requerida, empresa construtora de empreendimentos imobiliários, pretende a reforma da SENTENÇA suscitando em preliminar a incompetência dos Juizados para julgar a demanda. No MÉRITO, que a cobrança de valores a título de "comissão de corretagem" é legal, eis que fundada no trabalho de profissionais vinculados a imobiliárias. Além disso, que estão presentes todos os elementos que permitem a cobrança de referida taxa, e que a parte consumidora consentiu com sua cobrança. Concluiu pela reforma da SENTENÇA para que os pedidos sejam julgados improcedentes.
Contrarrazões: Argumentou a recorrida pela abusividade da cobrança da taxa de corretagem, pugnando pela manutenção da SENTENÇA.
DECIDO.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Pois bem. A SENTENÇA deve ser reformada, o que faço monocraticamente na forma do enunciado nº 102 FONAJE.
Da Preliminar de Incompetência
Em se tratando de demanda que tem por objeto a discussão de cláusula do contrato de comissão de corretagem celebrado em virtude da aquisição de imóvel em regime de incorporação, o valor da causa deve corresponder ao proveito econômico perseguido no processo e deve ser proporcional à cláusula envolvida na lide e não ao valor de todo o contrato. Quanto a isso, inclusive, o seguinte aresto:

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL EM CONSTRUÇÃO. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS PELO VALOR DA CAUSA REJEITADA. […]. TJ-DF. ACJ 20140710362972. 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Distrito Federal. Publicado no DJE: 21.1.2016. Julgamento em: 9.6.2015. Rel. Robson Barbosa de Azevedo.
Logo, rejeito a preliminar.
Do MÉRITO
Quanto à validade da cláusula contratual que transfere à parte consumidora a obrigação de pagar comissão de corretagem em contratos de promessa de compra e venda de unidade autônoma em regime de incorporação imobiliária, o Superior Tribunal de Justiça, apreciou, sob a sistemática dos recursos repetitivos, o Recurso Especial 1.551.956/SP, tendo pacificado a controvérsia pela validade da cobrança, verbis:
RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA. VENDA DE UNIDADES AUTÔNOMAS EM ESTANDE DE VENDAS. CORRETAGEM. CLÁUSULA DE TRANSFERÊNCIA DA OBRIGAÇÃO AO CONSUMIDOR. VALIDADE. PREÇO TOTAL. DEVER DE INFORMAÇÃO. SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICO-IMOBILIÁRIA (SATI). ABUSIVIDADE DA COBRANÇA. (REsp 1599511/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2016, DJe 06/09/2016). Destaquei.
E ainda, esta Turma:
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INOMINADO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA CONSTRUTORA/ INCORPORADORA. REJEIÇÃO. VENDA DE UNIDADES AUTÔNOMAS EM ESTANDE DE VENDAS. CORRETAGEM. CLÁUSULA DE TRANSFERÊNCIA DA OBRIGAÇÃO AO CONSUMIDOR. VALIDADE. JURISPRUDÊNCIA SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. R.I. 7000907-30.2015.8.22.0004. Rel. Jorge Luiz dos Santos Leal. Julgado em: 30.11.2016.
Com efeito, em razão da solução da matéria pelo Superior Tribunal de Justiça sob a sistemática dos recursos repetitivos, subsumindo-se a controvérsia dos autos às teses nele tratadas, não vislumbro razão para maiores desenvolvimentos, sendo de rigor a reforma da SENTENÇA para restar em conformidade com a jurisprudência dominante do Tribunal Superior.
Por tais considerações, DOU PROVIMENTO ao recurso para julgar improcedentes os pedidos formulados na inicial.
Sem custas e sem honorários advocatícios, uma vez que o deslinde do feito não se encaixa na hipótese restrita do art. 55 da lei nº 9.099/95.
Porto Velho, 7 de fevereiro de 2017
JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
RELATOR

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Turma Recursal / TR - Gabinete Mag. Glodner Luiz Pauletto
Processo: 7017954-89.2016.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO (460)
Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO
Data distribuição: 08/09/2016 12:10:46
Polo Ativo: ELIETE RIBEIRO DE LIMA e outros
Advogados do(a) RECORRENTE: LUDMILA MORETTO SBARZI GUEDES - ROA4546000, GRAZIELA PEREIRA DANILUCCI - ROA4805000, BRUNA GISELLE RAMOS - ROA4706000
Polo Passivo: ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Homologo o pedido de desistência do recurso inominado.
Incabível a fixação de honorários eis que o deslinde do feito não se encaixa nas hipóteses restritas do art. 55 da Lei 9.099/95.
Remeta-se os autos à origem com URGÊNCIA.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2017
GLODNER LUIZ PAULETTO
RELATOR

VARA DA AUDITORIA MILITAR

1º Cartório da Auditoria Militar
Vara da Auditoria Militar
Juiz: Carlos Augusto Teles Negreiros
Diretora de Cartório: Marlene Jacinta Dinon
Endereço eletrônico: pvh1militar@tjro.jus.br

Proc.: 0013333-26.2016.8.22.0501
Ação:Carta Precatória (Criminal)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu:Irandir Oliveira Souza Ou Irandir Oliveira Sousa
Advogado:Silvio Rodrigues Batista (OAB/RO 5028)
DESPACHO:"Redesigno a audiência para o dia 21 de fevereiro de 2017 às 10h30min, a fim de interrogar o acusado..."

Proc.: 0003954-95.2015.8.22.0501
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:João Batista Ferreira da Silva
Advogada: Janor Ferreira da Silva (OAB/RO 3081)
SENTENÇA:(...)POSTO ISSO, com supedâneo no art. 3º, inciso I do Decreto Presidencial nº 8940 de 22 de dezembro de 2016, CONCEDO ao apenado João Batista Ferreira da Silva, qualificado nos autos, o INDULTO NATALINO, julgando, portanto, extinta a punibilidade do fato atribuído ao mesmo, com base no art. 123, inciso II, Código Penal Militar, e art. 66, inciso II, da LEP, com as ressalvas do art. 8º e 10 do referido Decreto.Oportunamente, arquivem-se.P. R. I. C.Porto Velho-RO, terça-feira, 31 de janeiro de 2017.Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito
Marlene Jacinta Dinon
Diretora de Cartório

VEPEMA - VARA DE EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

VEPEMA
Proc.: 0011871-39.2013.8.22.0501
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Cristiano Justino
DESPACHO:
Trata-se de pedido de revogação da prisão expedida para fins de justificação alegando, em síntese, que o reeducando compromete em comparecer espontaneamente no cartório do Juízo no prazo de 48 horas.O Ministério Público, por sua vez, manifestou no sentido de que a ordem da prisão somente poderá ser revogada no caso de comparecimento espontâneo.Pois bem. Considerando que o reeducando pretende prosseguir o cumprimento da pena, e em razão da política criminal adotada por este Juízo, concedo o prazo de 48 horas para apresentação espontânea no cartório deste Juízo, quando sairá devidamente intimado da audiência de justificação, a qual será designada conforme pauta do gabinete.Por ora, revogo a ordem de prisão.Aguarde-se a presença do apenado.Cumpra-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Sérgio William Domingues Teixeira Juiz de Direito
Ana Zelia Vaz de Oliveira
Diretora de Cartório

VEP - VARA DE EXECUÇÕES E CONTRAVENÇÕES PENAIS

Proc.: 0002369-86.2007.8.22.0501
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Gilney Flores Gomes
Advogado:Gilvane Veloso Marinho OAB/RO 2139 e Maria Anabela Paz de Veloso
DESPACHO:Vistos.Recebo o Agravo interposto, sem efeito suspensivo, consoante art. 197 da LEP. Apresente as partes sua razões e contrarrazões, ao prazo de 02 dias (contados a partir da intimação da presente DECISÃO). Ao término dos prazos, com ou sem respostas, retornem conclusos para análise quanto à possibilidade de reforma ou não da DECISÃO hostilizada.Intime-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 24 de janeiro de 2017. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito.

Proc.: 0009827-47.2013.8.22.0501
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogada: Nara Camilo dos Santos Botelho
Condenado:Jeová Avelino dos Santos
Ficam o advogado intimado, para no prazo de 05 dias, manifestar quanto ao pedido de retificação do cálculo formulado pelo MP. fls 204/205.
Vagner Rodrigues Chagas
Diretor de Cartório da VEP

Proc: 1000236-39.2016.8.22.0501
Ação:Execução da Pena
Ministério Público do Estado de Rondônia(Autor)
Argemiro Lima de Oliveira(Condenado)
Advogado(s): LILIAN MARIA LIMA DE OLIVEIRA(OAB 2598 RO)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Autor)
Argemiro Lima de Oliveira(Condenado)
Advogado(s): LILIAN MARIA LIMA DE OLIVEIRA(OAB 2598 RO)
Fica intimada a advogada supracitada para se manifestar acerca dos cálculos de pena inseridos no ev.35.

Proc: 1000526-88.2015.8.22.0501
Ação:Execução da Pena
Ministério Público do Estado de Rondônia(Autor)
Gilson Silva de Souza(Condenado)
Advogado(s): ADRIANA NOBRE BELO VILELA(OAB 4408 RO)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Autor)
Gilson Silva de Souza(Condenado)
Advogado(s): ADRIANA NOBRE BELO VILELA(OAB 4408 RO)
Fica intimada a advogada supracitada para se manifestar acerca do PAD 09/2016 inserido no movimento 46.

VARA DE DELITOS DE TÓXICOS

Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho-RO
Juiz: Dr. Glodner Luiz Pauletto
Diretor de Cartório: Alexandre Marcel Silva
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico:
pvhtoxico@tjro.jus.br

Proc.: 0007821-67.2013.8.22.0501
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Adineuzo Bento Ramos
Advogado:Agnys Foschianni Hebel (RO 6573), Tharcilla Pinheiro Custódio (OAB/RO 6574), Thaysa Silva de Oliveira (OAB/RO 6577)
Vítima:Saúde Pública
FINALIDADE: Intimar o(s) advogado(s) supracitado(s) para apresentar as ALEGAÇÕES FINAIS do(s) réu(s) por si patrocinado(s), no prazo legal.
Alexandre Marcel Silva
Diretor de Cartório

Proc.: 1000859-69.2017.8.22.0501
Ação:Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente:Leide Daiana Barros da Silva
Advogado:Welington de Brito Werlang (OAB/RO 6167)
Expediente do dia: 07/02/2017
Publicação do dia: 08/02/2017
FINALIDADE: Intimar o requerente, na pessoa de seu advogado, para instruir devidamente o feito, juntando aos autos cópia do inquérito policial, no qual consta as informações acerca da prisão da indiciada, com as respectivas datas, nos termos do parecer do Ministério Público, no prazo máximo de 05 (cinco) dias.
Alexandre Marcel Silva
Diretor de Cartório
1º Cartório de Delitos de Tóxico 07/02/2017

Proc.: 0006448-30.2015.8.22.0501
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Solto)
Autor:M. P. do E. de R.
Denunciado:A. F. da S. J. A. F. da S. I. C. M. A. S. F. de A. F. J. A. R. R. G. R. da S. C. D. F. M. G. de S. A. D. H. G. F. F. de A. da S. F. M. G. J. B. dos S. F. H. T. de O. A. S. P.
Advogado:Laercio Batista de Lima (OAB/RO 843), Elba Cerquinha Barbosa (OAB/RO 6155), José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909), Clemildo Espiridião de Jesus (OAB/RO 1576), João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A), João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A), José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909), Sebastião de Castro Filho (OAB/RO 3646), Marisamia Aparecida de Castro Inacio (4553), Kelly Michelle de Castro Inácio Doerner (OAB/RO 3240), Marisamia Aparecida de Castro Inacio (4553), Paulo de Tarso Moreira Filho (OAB/CE 7143), Washington Luis Terceiro Vieira Júnior (OAB/CE 15733), Marisamia Aparecida de Castro Inacio (4553), Washington Luis Terceiro Vieira Júnior (OAB/CE 15733), Paulo de Tarso Moreira Filho (OAB/CE 7143), Marisamia Aparecida de Castro Inacio (4553), Sebastião de Castro Filho (OAB/RO 3646), João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A), João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
FINALIDADE: INTIMAR os réus abaixo qualificados, da audiência para o interrogatório da ré Deyse Hilda Guedes Felix que acontecerá perante este juízo no dia 13 de fevereiro de 2017, às 10h00min, tudo conforme DESPACHO abaixo transcrito.
DESPACHO: “Por fim, intima-se do desmembramento dos autos em relação a ré Deyse Hilda Guedes Félix e seu interrogatório agendado para o dia 13 de fevereiro de 2017, às 10h.”
ADALBERTO FERREIRA DA SILVA JÚNIOR, CPF 772.085.792-53, RG 777641 SSP/RO, Brasileiro (a), Solteiro(a), motorista, nascido(a) aos 12/02/1981, natural de Porto Velho/RO, filho(a) de Adalberto Ferreira da Silva e Sebastiana Aldenora Finzi de Jesus da Silva, residente à Avenida Calama, Casa 03 quadra H, condomínio Aquarius, bairro Planalto, Porto Velho. Atualmente em local incerto e não sabido.
JOÃO BATISTA DOS SANTOS FREIRE, CPF 438.080.932-34, RG 377.213 SSP/RO, Brasileiro (a), Solteiro(a), auxiliar de mecânico, nascido(a) aos 19/08/1972, natural de Ariquemes/RO, filho(a) de João Bosco Lima Freire e Maria do Carmo Passos dos Santos, residente à Rua Inácio Mendes, 7715, bairro: JK II, Porto Velho/RO. Atualmente em local incerto e não sabido.

Proc.: 0016634-78.2016.8.22.0501
Ação:Inquérito Policial (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciado:Romário Ferreira Santos, Claudio Barroso da Silva

Advogado:Aparecido Donizeti Ribeiro de Araújo (OAB/RO 2853)
DESPACHO:
Defensoria PúblicaAdvogado(s): Aparecido Donizeti Ribeiro de Araújo OAB/RO 2853; FINALIDADE: Intimar o(s) advogado(s) do recebimento da denúncia, bem como da audiência designada V i s t o s,Recebo as defesas preliminares de folhas 72 e 77/78. Examinando os autos observo que a denúncia preenche os requisitos previstos no artigo 41, do Código de Processo Penal, e vem instruída com inquérito policial, no qual consta lastro probatório suficiente para deflagração de ação penal, pelo (s) crime (s) imputado (s).Não verifico, prima facie, alguma das hipóteses previstas no artigo 395, do Código de Processo Penal.Por isso, recebo a denúncia. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 09 de março de 2017, às 9h00min.Cite (m)-se/Intimem-se MP, defensor/a (s), testemunha (s) e ré/u (s). Requisite (m)-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito
1ª Vara de Delitos de Tóxicos 07/02/2017

Proc.: 0014987-82.2015.8.22.0501
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Altair de Oliveira Santos, Laiana Naiz Silva do Nascimento
Advogado:Adriano Michel Videira dos Santos (OAB/RO 4788)
Advogado: Rafael Vieira (OAB/RO 8182)
Fica a parte, por via de seus Advogados, intimada a apresentar alegações finais por memoriais no prazo legal, conforme determinação de fls. 105 em audiência realizada no dia 01/02/2017.
Alexandre Marcel Silva
Diretor de Cartório

Proc.: 0014823-83.2016.8.22.0501
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Warlem Cesar Silva de Sá, Douglas Jose de Lima Duarte, Lucas Vieira do Nascimento
Advogado:SILVIO MACHADO (OAB/RO 3355), Aurea Glécia Teixeira da Lágua (OAB/RO 7239)
DESPACHO:
Vistos em correição.Analisando os autos, não verifico excesso de prazo na prisão provisória a ser remediado.Ademais, verifico que o acusado Douglas Jose de Lima Duarte não foi notificado. Assim, a fim de se evitar eventual alegação de nulidade por parte deste acusado e excesso de prazo na prisão provisória do acusado Warlem Cesar Silva de Sá, determino o desmembramento destes autos em relação à Douglas.Aguarde-se a audiência.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito

Proc.: 0015702-90.2016.8.22.0501
Ação:Inquérito Policial (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciado:Luiz Carlos de Oliveira
Advogado:Ezio Pires dos Santos (OAB/RO 5870)
FINALIDADE: intimar o advogado Ezio Pires dos Santos (OAB/RO 5870) para apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias, a procuração do réu por si patrocinado, sob pena de ser desentranhada a petição de defesa prévia de fls. 71/72 dos autos supramencionados.
Alexandre Marcel Silva
Diretor de Cartório

Proc.: 0016585-37.2016.8.22.0501
Ação:Inquérito Policial (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciado:Gabriela de Macedo Brito, Hugo Freire de Brito, Rozimar de Souza Freire
DECISÃO:
Vistos em correição.Gabriela de Macedo Brito, já qualificada nos autos, foi presa em flagrante delito, por infração aos artigos 33, caput, e 35, caput, ambos da n. Lei 11.343/06, e artigo 244-B, do ECA.Considerando a Resolução Conjunta n.º 01/2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), bem como a orientação da Corregedoria acerca da análise dos processos com acusados presos provisoriamente, passo a análise do presente feito.É o relatório. Decido.A jurisprudência do nosso Tribunal e dos Tribunais Superiores tem abrandada a proibição da liberdade provisória para crimes de tráfico de drogas e condutas afins, firmando o entendimento de que a prisão antes do trânsito em julgado da SENTENÇA penal condenatória é medida de exceção em nosso ordenamento. Assim, resume-se a casos em que é realmente necessária, haja vista vigorar em nosso sistema penal o princípio da presunção de inocência (CF, artigo 5º, LVII).Para a decretação da prisão preventiva, torna-se imprescindível a concorrência dos pressupostos do fumus comissi delicti e do periculum libertatis. O primeiro pode ser compreendido como os indícios suficientes de autoria e a prova da materialidade, enquanto que o segundo pode ser definido como os fundamentos presentes no artigo 312, do Código de Processo Penal.Analisando os autos, observo que a acusada Gabriela de Macedo Brito é primária, registra bons antecedentes e a quantidade de substância entorpecente apreendida é pequena (12,2 gramas). Ademais, em uma eventual condenação, há grande possibilidade de a acusada ser beneficiada pela redutora prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06, e, inclusive, ter a pena privativa de liberdade substituída por restritivas de direitos. Desse modo, manter a acusada presa provisoriamente se mostra mais gravoso do que uma possível pena imposta em razão de sua condenação, em flagrante desacordo com os princípios da dignidade da pessoa humana e da razoabilidade.Assim, embora haja a existência de sinais externos de ser a indiciada a autora do delito, o outro pressuposto que torna imprescindível a prisão preventiva não se encontra presente, em face da ausência de razões de ordem cautelar que justifiquem a manutenção da prisão da indiciada, pois, não é certo que, solta, a acusada ofereça riscos à ordem pública, prejuízos à instrução do processo ou à aplicação da lei penal.Ante o exposto, CONCEDO LIBERDADE PROVISÓRIA à acusada GABRIELA DE MACEDO BRITO, mediante o cumprimento das seguintes medidas cautelares diversas da prisão: 1) Comparecer mensalmente ao cartório da Vara de Delitos de Tóxicos para justificar suas atividades; 2) Manter o endereço atualizado; 3) Comparecer a todos os atos processuais para os quais for previamente intimada; 4) Não se ausentar da comarca por mais de 08 (oito) dias sem prévia autorização judicial. Para cumprimento do disposto acima, fixo o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para o comparecimento da acusada em cartório.Considerando a imputação de crimes tipificados no Código Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, determino a adoção do rito ordinário para o processamento do feito. Passo para a análise da denúncia.Examinando os autos observo que a denúncia preenche os requisitos previstos no artigo 41, do Código de Processo Penal, e vem instruída com inquérito policial, no qual consta lastro probatório suficiente para deflagração de ação penal, pelo (s) crime (s) imputado (s).Não verifico, prima facie, alguma das hipóteses previstas no artigo 395, do Código de Processo Penal. Por isso, recebo a denúncia.Serve a presente DECISÃO como Alvará de Soltura e MANDADO de citação, devendo GABRIELA DE MACEDO BRITO, nascida aos 17/04/1997, natural de Porto Velho/RO, filha de Aldelita de Macedo Brito e José Caetano Soares, ser posta em liberdade, salvo se por outro motivo não deva permanecer presa. Em consulta ao SAP e ao BNMP, nada consta que impeça a soltura da acusada. Os acusados deverão oferecer resposta à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Decorrido este prazo, sem a apresentação da resposta, será nomeado defensor para fazê-lo, no mesmo prazo.Em relação aos demais acusados, expeça-se MANDADO de citação.Intime-se. Diligencie-se pelo necessário.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017. Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito
Alexandre Marcel Silva

Escrivã Judicial

VARA DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER

Cartório do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher
Cartório do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PORTO VELHO
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
EXPEDIENTE DO DIA 1º/08/2016
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 10 (dez) dias

Proc.: 1000518-43.2017.8.22.0501
Ação:Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Requerente:M. M. da S.
Requerido:V. A. de L. M.
FINALIDADE: De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Luis Antônio Sanada Rocha, INTIMAR o requerido VALDOMIRO ALVES DE LIMA MORAES, brasileiro, nascido aos 30/08/1976, natural de Porto Velho/RO, filho de Luzia Alves de Lima Moraes e Francisco Paulo Pereira Moraes, da DECISÃO que concedeu Medidas Protetivas, referente aos autos em epígrafe, conforme transcrita.
DECISÃO COMO MANDADO Nº. _____A requerente menciona que foi ameaçada e agredida pelo requerido, seu ex-companheiro. Comenta que conviveram por vinte e cinco anos e possuem dois filhos em comum. Relata que ele sempre foi muito agressivo, a intimidava, agredia e humilhava. Há aproximadamente dois meses, conseguiu separar-se dele, mas permaneceu escondida por medo. Afirma que no dia 19/12/16, o requerido descobriu onde ela estava e ficou vigiando o local, sendo que soube através de sua mãe que ele estava armado. Então, no dia 13/01/2017, estava em sua residência, quando foi surpreendida pelo requerido, o qual estava em seu veículo e pediu para conversar com ela, mas ela não respondeu e recuou. Nesse momento, ele deu ré no veículo, entrando na casa, passando pelo portão que acertou a declarante. A vítima foi arrastada pelo portão (o carro acertou o portão, que a acertou e foi a empurrando). Ante o ocorrido, saiu correndo para rua, tendo o requerido saido do carro e a segurando com muita força pelo braço, e nesse momento seu atual companheiro chegou. Com isso, o requerido entrou em seu veículo e bateu várias vezes contra o carro do atual companheiro da vítima. Após os fatos, o requerido fugiu. Não satisfeito, no dia 19/01/2017, aproveitando-se de um descuido, o requerido entrou armado na residência onde a vítima estava, apontando a arma para ela e lhe dizendo: “agora você vai morrer”. Ocorre que, a genitora da vítima ficou na frente dela dizendo para não fazer aquilo na casa dela. Temendo por sua integridade física e psicológica, pede, nos termos da Lei n. 11.340/2006, a proibição de se aproximar e de manter contato por qualquer meio de comunicação.Anexou termo de declarações prestadas perante a autoridade policial, boletim de ocorrência pelo crime de ameaça e tentativa de homicídio, representando criminalmente.É o relatório. Decido. Trata-se de caso típico de violência doméstica, noticiando os autos agressões e ameaças praticadas pelo requerido contra a requerente.A Lei Federal n. 11.340/2006 prevê, dentre outras, a possibilidade de medida protetiva consistente na proibição de se aproximar da vítima, familiares e testemunhas em certo limite de distância e proibição de contato com os mesmos por qualquer meio de comunicação (art. 22, inciso III, alíneas “a” e “b”).Trata-se de caso que permite tal deferimento, o desequilíbrio emocional do requerido é patente, ante os relatos constantes nas declarações.O perigo da demora é notório, já que o risco da vítima, é atual e iminente. Para evitar influência na prova, é preciso evitar que o requerido tenha contato com a vítima. Aliás, assim se evita, também, que haja a possibilidade de nova reiteração de conduta. Desta forma, acolhendo o pedido da vítima e requerente, defiro as seguintes medidas protetivas, pelo prazo de 8 (oito) meses, a contar da data desta DECISÃO:a) proibição do requerido de se aproximar da requerente a menos de 200 (duzentos) metros de distância;b) proibição de entrar em contato com a requerente por qualquer meio de comunicação, inclusive telefônico, redes sociais, dentre outros;Tudo isso sob pena de, se eventualmente estiver solto, ser decretada a sua prisão preventiva, no caso de descumprimento dessas medidas. Esclarece-se às partes que eventual dissolução da união, referente aos seus direitos como companheiros e direitos com relação aos filhos em comuns deverão ser discutida em uma das varas de família da capital, por meio de advogado ou defensor público.A presente DECISÃO não restringe qualquer direito do requerido com relação à guarda, direito de visitas e a prestação de alimentos em favor dos filhos comuns.Sirva a presente como MANDADO de intimação das partes, bem como para efetivo cumprimento das medidas acima concedidas, fazendo-se acompanhar de apoio policial, se for necessário.Anexar, em separado, o endereço da requerente e do requerido, para se proceder às respectivas intimações. Alerte-se o(a) oficial(a) de justiça para não fornecer o endereço de uma parte para a outra, para se evitar maiores possibilidades de divergências entre elas. ESTABELEÇO PRAZO DE 5 DIAS PARA CUMPRIMENTO DO MANDADO.Não sendo encontrado o requerido no endereço declinado no MANDADO, o oficial de justiça deverá diligenciar junto à requerente e solicitar possível endereço atualizado para intimá-lo.Havendo manifestação expressa da vítima para que não mais sejam cumpridas as medidas deferidas, deverá o Sr. Oficial de Justiça certificar no MANDADO e intimá-la a comparecer em em 03 (três) dias pessoalmente no Cartório deste Juizado, para solicitar revogação das referidas medidas.A vítima poderá, nos casos em que entender necessário, requerer a prorrogação das medidas protetivas ora concedidas, já que válidas por 08 (oito) meses. O pedido de prorrogação deverá ser efetuado pela requerente pessoalmente, junto ao Cartório deste Juizado, no prazo de 10 (dez) dias antes da data vencimento das referidas medidas.Oficie-se à Delegacia da Mulher a respeito desta DECISÃO.Depois de intimadas as partes, cientificado o Ministério Público e transcorrido o prazo de Validade das MPU ora deferidas, tornem os autos conclusos para nova deliberação. Porto Velho-RO, segunda-feira, 23 de janeiro de 2017.Álvaro Kalix Ferro Juiz de Direito
Porto Velho, 07 de Fevereiro de 2017
Gleidson Takahashi Santana
Diretor de Cartório em Substituição
Muzamar Maria Rodrigues Soares

Escrivã Judicial

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

2º Cartório do Tribunal do Júri
2º Cartório do Tribunal do Júri
Juiz de Direito: José Gonçalves da Silva Filho
Escrivã Judicial: Sandra Mª L. Cantanhêde de Vasconcellos
Endereço eletrônico: pvh2juri@tjro.jus.br
Autos.: 0000012-84.2017.8.22.0501
Ação: Pedido de Liberdade Provisória
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu: José Pereira Brito
Advogado(a)(s):Rodrigo Luciano Alves Nestor OAB/RO-1644
FINALIDADE: Intimar o advogado Rodrigo Luciano Alves Nestor OAB/RO-1644, da DECISÃO de fls. 21/23, a seguir parcialmente transcrita: “[...]Nesse contexto, como garantia à ordem pública, revela-se inadequada a concessão, neste momento, da benesse

consistente na liberdade provisória. Outrossim, descabe falar em aplicação de medidas cautelares previstas no art. 319 do Diploma Processual Penal, porquanto se mostram insuficientes para garantir a ordem pública no presente caso. [...]Dessa forma, não se mostrando desarrazoada a manutenção da restrição à liberdade do requerente José Pereira de Brito, INDEFIRO o pedido de liberdade provisória. Cumpre ressaltar que a necessidade da segregação cautelar do acusado poderá ser objeto de nova apreciação após o oferecimento da denúncia. Ciência ao Ministério Público. Intime-se e arquive-se. Porto Velho/RO, 9 de janeiro de 2017. Angélica Ferreira de Oliveira Freire. Juíza de Direito."
Porto Velho/RO, 07 de fevereiro de 2017
SANDRA MARIA LIMA CANTANHÊDE
Diretora de Cartório
Processo: 00014853-21.2016.8.22.0501
Classe: Ação Penal de Competência do Júri
Procedimento: Júri
Parte Autora: Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu: Wenderson Queiro Noboa
Advogado: Wladislau Kucharski Neto OAB/RO 3335
FINALIDADE: Intimar o advogado supracitado da audiência designada para o dia 15/02/2017 às 08h30min.
Porto Velho, 7 de Fevereiro de 2017.
Sandra Maria Lima Cantanhede
Diretora de Cartório
Sandra Maria Lima Cantanhêde de Vasconcellos

Escrivã Judicial

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Sugestões ou reclamações, façam-nos pessoalmente
ao Juiz ou contate-nos via internet
Endereço eletrônico:
Escrivão: phv1criminal@tjro.jus.br

Proc.: 0006106-82.2016.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu com processo sus:Tiago Araújo de Marco
Advogado: Wladislau Kucharski Neto (OAB/RO 3335)
FINALIDADE: Intimar o advogado supramencionado do DESPACHO abaixo transcrito.
DESPACHO: Vistos. Defiro o pedido do beneficiado com o sursis processual, para outoriza-lo a se ausentar da Comarca no período especificado e, por consequência, dou por justificada a não apresentação na sede do Juízo no mês de fevereiro/2017. Intime-se por meio do Defensor. Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Francisco Borges Ferreira Neto Juiz de Direito
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 90 (NOVENTA) DIAS

Proc.: 0005473-08.2015.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Serafim Carlos Batista Filho, RG nº 859.851 SSP/RO, brasileiro, nascido aos 12.04.1966, natural de Ataleia/MG, filho de Serafim Carlos Batista e Almerinda Coelho Macedo, atualmente encontra-se em lugar incerto.
FINALIDADE: Intimar o réu supramencionado do DISPOSITIVO da SENTENÇA prolatada nos autos.
SENTENÇA: "Vistos etc. I – RELATÓRIO (conforme gravação audiovisual). II – FUNDAMENTAÇÃO (conforme gravação audiovisual). III – DISPOSITIVO: PELO EXPENDIDO e considerando tudo o que mais dos autos consta, julgo PROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida na denúncia e, por consequência, CONDENO SERAFIM CARLOS BATISTA FILHO, qualificado nos autos, por infração ao artigo 14, caput, da Lei 10.826/03. Passo a dosar a pena seguindo as diretrizes dos artigos 59 e 68 do Código Penal. O acusado não registra antecedentes criminais. As demais circunstâncias judiciais não extrapolam os limites da tipicidade, razão pela qual fixo a pena-base no mínimo legal, ou seja, em 02 (DOIS) ANOS DE RECLUSÃO + 10 (DEZ) DIAS MULTA, pena-base esta que na falta de outras causas de modificação, torno definitiva, por entendê-la necessária e suficiente para prevenção e reprovação do crime cometido. Não há agravantes e/ou atenuantes a serem consideradas, bem como causas de aumento ou diminuição de pena. Assim, a pena definitiva é de 02 (DOIS) ANOS DE RECLUSÃO + 10 (DEZ) DIAS MULTA. Fixo o valor do dia-multa em 1/30 do salário-mínimo vigente, perfazendo o valor final de R$293,33 (duzentos e noventa e três reais e trinta e três centavos). O regime inicial para cumprimento da pena privativa de liberdade será o ABERTO (CP, art. 33 § 2º 'c' c/c § 3º). Atento ao artigo 44, do Código Penal, e considerando suficiente e socialmente recomendável, SUBSTITUO A PRIVAÇÃO DA LIBERDADE POR DUAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO, QUAIS SEJAM, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE OU A ENTIDADES PÚBLICAS, PELO MESMO PRAZO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE e OUTRA A SER DEFINIDA PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO. Faculto ao condenado o apelo em liberdade, porque nesta condição vem sendo processado e não verifico o surgimento de algum fundamento para a decretação da prisão preventiva. Custas pelo condenado no importe de R$ 187,27 (cento e oitenta e sete reais e vinte e sete centavos). Restitua-se o valor da fiança (fls. 43) a quem a prestou, depois de deduzidos os encargos (o valor da multa e das custas processuais) a que o acusado estiver obrigado. Relativamente a arma e as munições apreendidas (fls. 17), deverá ser cumprido o disposto no artigo 25, da Lei nº. 10.826/03. Após abra-se vista
ao Ministério Público. Após o trânsito em julgado inscrever o nome do réu no rol dos culpados e expedindo-se a documentação necessária, para fins de execução e comunicações ao INI/DF, II/RO, TRE/RO, etc. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ARQUIVEM-SE". Nada mais.
Luís Antônio Sanada Rocha
Juiz de Direito

Proc.: 0000529-26.2016.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Dhiozer Ferreira Kester
Advogado:EVANDRO JÚNIOR ROCHA ALENCAR SALES (OAB/RO 6494)
FINALIDADE: Intimar o Advogado acima mencionado da audiência designada para o dia 20.06.2017, às 15h50min, na Comarca de Chapecó/SC, para cumprimento da carta precatória nº 0008426-45.2016.8.24.0018, com a oitiva da testemunha Letícia Adelia Miotto.

Proc.: 0005372-34.2016.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Rosely da Silva Conceição
Advogada: Mirtes Lemos Valverde (OAB/RO 2808)
FINALIDADE: Intimar a advogada supramencionada da SENTENÇA prolatada nos autos.
SENTENÇA: Vistos etc. ROSELY DA SILVA CONCEIÇÃO foi denunciada pela prática do crime descrito no art. 155, caput, cc art. 61, II, h , todos do Código Penal. A denúncia narra que a acusada aproveitando-se da condição de idoso da vítima José Marcos dos Santos subtraiu-lhe seu cartão magnético e empreendeu fuga. A vítima denunciou aquela subtração, sendo a acusada detida por populares. Realizada a instrução criminal, as partes apresentaram alegações finais. O Ministério Público apresentou alegações finais

orais, onde pede a procedência da denúncia e a consequente condenação da ré nos exatos termos da denúncia. A defesa apresentou alegações finais escritas, onde pede a absolvição em razão do princípio da insignificância, bem como que a conduta não teve lesividade. Alternativamente, pede a absolvição em razão de existirem dúvidas sobre a real prática do crime pela acusada. É o relatório mínimo. DECIDO. MATERIALIDADE Esta está devidamente comprovada pelo auto de prisão em flagrante (fl.02/15), boletim de ocorrência policial (fl.16/19) e auto de apresentação e apreensão (fl.20). Materialidade comprovada. A tese da defesa de que não houve materialidade não pode ser reconhecida, eis que o cartão bancário foi logo restituído a vítima, não havendo sua apreensão.DA AUTORIAEsta componente também configurada. A vítima José Marcos dos Santos foi clara em afirmar que a acusada aproveitou-se de um descuido e pegou seu cartão bancário e saiu daquela agência. Além disso, a vítima afirmou que a senha do cartão estava junto com o mesmo. Ao ser ouvida em juízo, a vítima confirmou que a acusada está retratada na fl. 26 dos autos. Em seu depoimento policial a vítima também reconheceu a acusada como a pessoa que subtraiu seu cartão bancário. A testemunha Gilmar Timóteo da Silva confirmou que a vítima lhe disse que havia sido roubado e que a pessoa era aquela (apontando para a acusada), sendo que a mesma estava correndo. Tal testemunha afirmou que a acusada estava com vários cartões bancários, seja na mão, seja na bolsa. Além disso, a testemunha acredita que viu o momento em que a acusada colocou um cartão bancário no bolso da vítima. A testemunha Gilmar confirmou o afirmado em seu depoimento policial (fl. 04). A testemunha Luciano Nunes confirmou que populares haviam detido a acusada, sendo encontrado com a mesma diversos cartões. Ademais, tal testemunha confirmou seu depoimento prestado em sede judicial. Desta forma, tenho que as provas colacionadas são fortes e bastantes a afirmar a autoria delitiva imputada a acusada. A tese da defesa não pode ser reconhecida, pois a potencialidade do crime está na possibilidade real de efetivo prejuízo a vítima, eis que com o cartão bancário estava a senha daquela conta. Por fim, a tese defensiva de que existem dúvidas da prática do crime também não pode ser acolhida, eis que a vítima no alto de seus 86 anos de idade relatou os fatos, havendo por certo algumas poucas divergências entre o afirmado em sede policial e em sede judicial; porém inafastável que o cartão bancário foi-lhe subtraído. Reconhecida a agravante genérica da reincidência, eis que praticou o presente crime com execução de pena em curso. Reconhecida também a agravante de crie praticado contra idoso. PELO EXPOSTO e considerando tudo o que dos autos consta, julgo PROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida na denúncia e, por consequência, CONDENO ROSELY DA SILVA CONCEIÇÃO pela prática do crime descrito no art. 155, caput, cc art. 61, II, h, todos do Código Penal.Passo a dosar a pena seguindo as diretrizes dos artigos 59 e 68 do Código Penal. A acusada registra antecedentes criminais, inclusive tem execução de pena por crime de furto (0007278-64.2013-VEPEMA). Tem processos na Comarca de Manaus/AM. As demais circunstâncias judiciais não extrapolam os limites da tipicidade, razão pela qual fixo a pena-base em 01 (UM) ANO DE RECLUSÃO + 10 (DEZ) DIAS MULTA, pena-base esta que na falta de outras causas de modificação, torno definitiva, por entendê-la necessária e suficiente para prevenção e reprovação do crime cometido. Presentes as agravantes da reincidência e do crime cometido contra idoso, agravo a pena em 06(seis) meses. Inexistente qualquer atenuante. Inexiste qualquer causa de aumento ou diminuição de pena. Assim, a pena definitiva é de 01(UM) ANO E 06(SEIS) MESES DE RECLUSÃO E 12(DOZE) DIAS-MULTA. Atento a condição econômica da sentenciado, fixo o valor do dia multa no mínimo legal, ou seja, em 1/30 (um trigésimo) do valor do salário-mínimo atual. Deixo de exigir a pena pecuniária por ser inócuo fazê-lo, eis que a condenada é pobre na acepção jurídica do termo e eventual execução seria contraproducente e dispendiosa ao Estado.O regime inicial para cumprimento da pena privativa de liberdade, tendo em vista haver execução de pena, será o SEMIABERTO (CP, art. 33 § 1º "b" c/c § 3º). Face serem desfavoráveis as circunstâncias judiciais, eis que cumprindo pena voltou a delinquir, inaplicável qualquer benefício. Após abra-se vista ao Ministério Público. Comunique-se (INI/DF, II/RO, TRE/RO etc.). Registre-se. Intimem-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2016.Luis Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0017146-61.2016.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Natan Sued Neves Cavalcante, Walam Almeida Lins
Advogado:José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909), Mirtes Lemos Valverde (OAB/RO 2808)
FINALIDADE: Intimar os advogados do DESPACHO abaixo transcrito:
DESPACHO: Vistos. A denúncia já foi recebida e não vislumbro na(s) resposta(s) do(s) acusado(s) alguma das hipóteses do artigo 397, do Código de Processo Penal.O recebimento da denúncia pressupõe a presença dos requisitos do artigo 41, do Código de Processo Penal, e a existência de lastro probatório suficiente (justa causa) para deflagração de ação penal pelo(s) delito(s) imputado(s). POR ISSO, declaro saneado o processo e designo audiência de instrução e julgamento para o dia 8 de março de 2017, às 8h30min. Intime(m)-se, requisite(m)-se e/ou depreque (m)-se, se for o caso. Diligencie-se, pelo necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Luis Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0007118-68.2015.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:João Duarte Ripardo Neto
Advogado:MARY TEREZINHA DE SOUZA DOS SANTOS RAMOS (OAB/RO 1994), Edson Ramos (OAB/RO 4353)
FINALIDADE: Intimar os advogados supramencionados, da carta precatória não cumprida, juntada às fls. 77/86, pois não foi possível a inquirição da testemunha Adeylson Pires, devido não ter sido localizada no endereço mencionado.

Proc.: 0010975-25.2015.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Andreia Monaliza Matias de Souza, Luiz Fernando de Castro, Marcos Machado da Silva
Advogado:Marilda Shirley de Souza Leiras Teixeira Chaves (OAB/RO 1080), Sebastião Teixeira Chaves (OAB/RO 5853), Mario Sergio Leiras Teixeira (OAB/RO 1400), Fadricio Silva dos Santos (OAB/RO 6703).
FINALIDADE: Intimar os advogados supramencionados, para apresentar alegações finais, no prazo legal.
Élia Massumi Okamoto

Diretora de Cartório

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal

Proc.: 0017178-66.2016.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Pablo Gonçalves Santana
Advogado:Eduardo Lima Queiroz (OAB/RO 8319), JULIANA GONÇALVES DAS NEVES (OAB/RO 5953)
DECISÃO:
Vistos. A denúncia já foi recebida e não vislumbro na(s) resposta(s) do(s) acusado(s) alguma das hipóteses do artigo 397, do Código

de Processo Penal.O recebimento da denúncia pressupõe a presença dos requisitos do artigo 41, do Código de Processo Penal, e a existência de lastro probatório suficiente (justa causa) para deflagração de ação penal pelo(s) delito(s) imputado(s).POR ISSO, declaro saneado o processo e designo audiência de instrução e julgamento para o dia 13 de março de 2017, às 11h00min.Intime(m)-se, requisite(m)-se e/ou depreque (m)-se, se for o caso.Diligencie-se, pelo necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Edvino Preczevski Juiz de Direito

Proc.: 0014105-86.2016.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Claudemir Machado de Oliveira, Josué Viana de Souza, Alex Sandro Daniel Souza do Nascimento
DECISÃO:
Vistos. A denúncia já foi recebida e não vislumbro na(s) resposta(s) do(s) acusado(s) alguma das hipóteses do artigo 397, do Código de Processo Penal.O recebimento da denúncia pressupõe a presença dos requisitos do artigo 41, do Código de Processo Penal, e a existência de lastro probatório suficiente (justa causa) para deflagração de ação penal pelo(s) delito(s) imputado(s).POR ISSO, declaro saneado o processo e designo audiência de instrução e julgamento para o dia 17 de março de 2017, às 09h00min.Intime(m)-se, requisite(m)-se e/ou depreque (m)-se, se for o caso.Diligencie-se, pelo necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Edvino Preczevski Juiz de Direito

Proc.: 0011841-96.2016.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Decimar Pinto Pimenta
Advogado: Silvio Machado OAB/RO-3355; Ghessy Kelly Lemos de Oliveira OAB/RO-7732
FINALIDADE: Intimar advogados para apresentar alegações finais no prazo legal.

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 15 (quinze) dias
Proc.: 0015517-52.2016.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Isac Rodrigues Damasceno, brasileiro, solteiro, RG 1244216 SSP/RO, garimpeiro, filho de Isaias Damasceno e Maria Inês Rodrigues, nascido em 10-11- 1994, natural de Porto Velho/RO, residente à rua Porto Franco, n. 1923, bairro Castanheiras, Porto Velho/RO, atualmente em local incerto e não sabido.
Capitulação: Art. 306, §1º, inciso I, do CTB
FINALIDADE: Citar o(s) acusado(s) acima qualificado(s) para responder à acusação que lhe foi imputada nos termos da denúncia anexa, apresentando resposta, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, quando poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse às suas defesas, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, o que deverá ser feito por meio de advogado. Declarando o(s) acusado(s) não ter(em) defensor nem condições financeiras para constituí-lo, ser-lhe-á então nomeado para sua defesa o Defensor Público da Comarca, que atua nesta Vara.
OBSERVAÇÃO: O(s) acusado(s), não tendo defensor, poderá (ão) comparecer na sede do Juízo, dentro do prazo estabelecido, munido dos documentos, justificações, provas pretendidas e rol de testemunhas com suas qualificações, a fim de que o Defensor Público da Vara responda à acusação. A Defensoria Pública fica localizada à Rua Padre Chiquinho, 913, Bairro Pedrinhas (próximo ao Supermercado Aragão - Esplanada das Secretarias), Porto Velho/RO, no horário das 7:30 às 13:30 horas.
Sede do Juízo: Fórum Criminal Des. Fouad Darwich Zacharias, Av. Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - Fórum Criminal-RO, 78916050.
Certifico e dou fé que o Edital de Intimação/Citação foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico n. _____,fls._____, de _____/____/____, considerando como data da publicação o dia _____, nos termos da Lei 11.419/06 e Resolução 007/2007-PR.
Kauê Alexsandro Lima

Escrivão Judicial

3ª VARA CRIMINAL

Juiz: Franklin Vieira dos Santos
Escrivã Judicial: Rosimar Oliveira Melocra
Endereço eletrônico: pvh3criminal@tjro. jus. br

Proc.: 1000832-86.2017.8.22.0501
Ação:Restituição de Coisas Apreendidas-Criminal
Requerente:Loterica Areal Ltda
Advogado:Gustavo Adolfo Anez Menacho (OAB/RO 5296), Vinicius Soares Souza (OAB/RO 4926)
DESPACHO:
Vistos. Ao Ministério Público para manifestação. Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Franklin Vieira dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0015120-90.2016.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Flavia Adriana de Jesus
DECISÃO:
Vistos. As alegações preliminares apresentadas pela defesa da acusada não aduzem nenhuma das hipóteses contidas no art. 397 do CPP.Ante a inexistência de causa que fundamente absolvição sumária, declaro saneado o feito e designo o dia 23 de março de 2017, às 10h45min, para audiência de instrução e julgamento. Intimem-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017. Franklin Vieira dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0017078-82.2014.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Fernando Gurgel Barbosa Filho, Francisco Edvandro Moreira Barros Filho, Jâhmyson Guimarães Rocha Júnior
Advogado:Gustavo Adolfo Anez Menacho (OAB/RO 4296)
DESPACHO:
Vistos. Considerando a manifestação da defesa de fls. 193/194 designo audiência de interrogatório do acusado para o dia 16 de fevereiro de 2017, às 10h30min, ficando a defesa responsável por apresentar o acusado na solenidade, independente de intimação. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017. Franklin Vieira dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0015562-56.2016.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:André da Silva Ferreira, Renato Lima de Souza, Renato Ferreira dos Santos
Advogado: Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688)
DESPACHO:
Vistos. As alegações preliminares apresentadas pela defesa dos acusados não aduzem nenhuma das hipóteses contidas no art. 397 do CPP.Ante a inexistência de causa que fundamente absolvição sumária, declaro saneado o feito e designo o dia 15 de março de 2017, às 11h30min, para audiência de instrução e julgamento. Intimem-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017. Franklin Vieira dos Santos Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Proc.: 0017273-96.2016.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Leandro Almeida Rodrigues
Advogado: Ezio Pires dos Santos OAB RO 5870
FINALIDADE: Intimar a defesa acima mencionada da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 21 de fevereiro de 2017 às 11h00min. Nada mais.
Franklin Vieira dos Santos
Juiz de Direito

Proc.: 0004412-15.2015.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Roberto Eduardo Sobrinho, Mário Sérgio Leiras Teixeira, Sergio Luiz Pacifico, Joedina Dourado e Silva, Denise Megumi Yamano, Vera Lúcia da Silva Gutierre, Walter Fernandes Ferreira, Edezio Antonio Martelli, Maurício Fontanive, Elder Carlos Martelli
Advogado:Diego de Paiva Vasconcelos (OAB/RO 2013), Indiele de Moura (OAB/RO 6747), Nelson Canedo Motta (OAB/RO 2721), Igor Habib Ramos Fernandes (OAB/RO 5193), Rafael Maia Correa (OAB/RO 4721), Renato da Costa Cavalcante Junior (OAB/RO 2390), Juliana Vieira Kogiso Masioli (OAB/RO 1395), Walmir Benarrosh Vieira (OAB/RO 1500), Edmar da Silva Santos (OAB/RO 1069), Joannes Paulus de Lima Santos (OAB/RO 4244), Gustavo Dandolini (OAB/RO 3205), Renato da Costa Cavalcante Junior (OAB/RO 2390)
Fica a defesa intimada da expedição de carta precatória, à Comarca de Natal/RN, para oitiva da testeumnha Mirian Saldaña Perez.

Proc.: 0015503-73.2013.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Roberto Eduardo Sobrinho, Mário Sérgio Leiras Teixeira, Silvio Jorge Barroso de Souza, Klebson Luiz Lavor e Silva, Sergio Luiz Pacifico, Boris Alexander Gonçalves de Souza, Hellen Virginia da Silva Alves, Neidsônia Maria de Fátima Ferreira, Rômulo Rodrigues de Sousa Filho, Ciro Ernesto Medeiros dos Santos, Joedina Dourado e Silva
Advogado:Renata Siqueira Xavier de Souza (OAB/DF 40904), Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2827), Amadeu Guilherme Matzenbacher Machado (RO 004-b), Nelson Canedo Motta (OAB/RO 2721), Thiago de Souza Gomes Ferreira (OAB/RO 4412), Oswaldo Paschoal Júnior (OAB/RO 3426), Douglas Tadeu Chiquetti (OAB/RO 3946), Nilton Barreto Lino de Moraes (OAB/RO 3974), Renato da Costa Cavalcante Junior (OAB/RO 2390), Mona Seth Alexandre Cavalcante Cordeiro (OAB/RO 5640), Cristiane da Silva Lima (OAB/RO 1569), Cassio Esteves Jaques Vidal (OAB/RO 5649), Jean Carlo dos Santos (OAB/BA 23110), Welser Roni Alencar Almeida (OAB/RO 1506), Manoel Onildo Alves Pinheiro (OAB/RO 852), Joedina Dourado e Silva (OAB/RO 5139), Renato da Costa Cavalcante Junior (OAB/RO 2390)
Fica a defesa intimada da expedição de carta precatória, à Comarca de Natal/RN, para oitiva da testeumnha Mirian Saldaña Perez, arrolada pela defesa de Sergio Luiz Pacifico nos autos 00044121520158220501.

Proc.: 0001654-20.2016.8.22.0601
Ação:Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência d
Querelante:Emerson Silva Castro, Ubiraildes Moreira Rios Castro
Advogado:Leonardo Ferreira de Melo (OAB/RO 5959), Leonardo Ferreira de Melo (OAB/RO 5959)
Querelado:Alan Alex Benvindo de Carvalho
Advogado:Muryllo Ferri Bastos (OAB/RO 7712)
DESPACHO:
Vistos. Aguarde-se a manifestação da defesa dos requelantes pelo prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Gleucival Zeed Estevão Juiz de Direito
Rosimar Oliveira Melocra

Escrivã Judicial

1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

1º Cartório da Fazenda Pública
Juiz de Direito: Inês Moreira da Costa
Escrivã Judicial: Rutinéa Oliveira da Silva
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET..
www.twitter.com/1FazPublica_RO
A íntegra das decisões estão disponíveis no sítio do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia ou consultada diretamente no SAP.
E-MAIL GABINETE: phv1fazgab@tj.ro.gov.br
E-MAIL ESCRIVANIA: pvh1faz@tj.ro.gov.br

Proc.: 0000383-79.2006.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Município de Porto Velho RO
Advogado:Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998), Ricardo Amaral Alves do Vale (OAB/RO 2130)
Requerido:Vencir Gastão da Silva
Advogado:Amadeu Guilherme Matzenbacher Machado (OAB/RO 2997), Marcos Antonio do Nascimento de Souza Sobrinho (OAB/RO 1026)
INTIMAR:
Intimar o Município de Porto Velho para manifestar-se quanto a petição apresentada pelo requerido de fls.365/367, no prazo de 10 dias.
Rutinéa Oliveira da Silva

Escrivã Judicial

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

2º Cartório de Fazenda Pública
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Juiz de Direito: Edenir Sebastião A. da Rosa
Escrivã: Silvia Assunção Ormonde
Email: pvh2fazgab@tj.ro.gov.br
Email:pvh2faz@tj.ro.gov.br
OBS: SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES DEVEM SER FEITAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU VIA INTERNET

Proc.: 0022624-37.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ivaneide da Silva Almeida Melo, Márcio Carril de Melo
Advogado:Fabrício Francis da Silva Figueiredo (OAB/RO 4829), Antônio Sérgio Silva de Carvalho (OAB/RO 4639)
Requerido:Município de Porto Velho RO
Advogado:Luiz Duarte Freitas Junior (OAB/RO 1058)
DESPACHO:
Nada mais sendo requerido, feitas as anotações de estilo, arquive-se o feito.Ao cartório para as providências necessárias.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0004353-09.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ana Rosa Andrade Nunes, Andre Alves Maciel
Advogado:Rosiney Araújo Reis (OAB/RO 4144), Liza Liz Ximenes de Souza (OAB/RO 3920), Rosiney Araújo Reis (OAB/RO 4144), Liza Lis Ximenes de Souza (RO 3.920)
Requerido:Município de Porto Velho - RO
Advogado:Carlos Alberto de Souza Mesqueita (OAB/RO 805), Geane Pereira da Silva Goveia (OAB/RO 2536)

DESPACHO:
Nada mais sendo requerido, feitas as anotações de estilo, arquive-se o feito.Ao cartório para as providências necessárias.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0017373-67.2014.8.22.0001
Ação:Nunciação de Obra Nova
Requerente:Premonorte Industria & Comercio de Pré Moldados
Advogado:José Vitor Costa Júnior (OAB/RO 4575)
Requerido:Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de RondÔnia, A.s.lamar
Advogado:Bruno Rafael Orsi (OAB/RO 4852), José Henrique Alexandre de Oliveira (OAB/AC 1940), Poliane Alexandre de Oliveira Lamar (OAB/AC 3375)
DESPACHO:
Intimem-se as partes para manifestação em 48 horas, sob pena de julgamento do feito no estado em que se encontra o feito. Int.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0020936-40.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Estado de Rondônia
Advogado:Antônio Isac Nunes Cavalcante de Astrê (OAB/RO 5095)
Requerido:Iracy Wanderley Filha
DESPACHO:
Conforme certidão da escrivania (fls. 119), o requerido, intimada via DJRO, deixou transcorrer o prazo sem a devida comprovação de pagamento das custas. Sendo assim, considerando o art. 291 das Diretrizes Gerais Judiciais, inscreva-se o autor em dívida ativa e demais providências em atendimento ao disposto no parágrafo 2º, do art. 35 do Regimento de Custas.Expeça-se o necessário.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0124216-81.1999.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Aldo Alberto Castanheira Silva, Geysa do Valle de Sá Peixoto e Castanheira Silva, Pedro Origa Neto, Rosalina D'andréa Origa
Advogado:Celso Ceccatto (OAB/RO 111), Eduardo Augusto Feitosa Ceccato (OAB/RO 5100), Celso Ceccatto (OAB/RO 111), Pedro Origa Neto (OAB/RO 2A), Douglacir Antonio Evaristo Sant Ana (OAB/RO 287)
Requerido:Município de Porto Velho RO
Advogado:Moacir de Souza Magalhães (OAB/RO 1129), Shirley Conesuque Gurgel do Amaral (OAB/RO 705), Geane Pereira da Silva Goveia (OAB/RO 2536)
DESPACHO:
Intime-se o Município de Porto Velho para as providências necessárias quanto a regularização do imóvel em atenção as informações prestadas pelo 1º Serviço Registral desta Comarca.O feito sentenciado com trânsito em julgado, e ainda, o cumprimento de SENTENÇA tramitando via PJE, não há mais necessidade da intervenção judicial, pois, esgotada sua função jurisdicional. A pendência neste autos trata-se de providências que devem ser adotadas pela parte interessada quanto a regularização e transferência de bens junto ao Cartório de Imóveis.Assim, após intimada a parte requerida, nada mais sendo requerido, determino o arquivamento do feito.Int.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0022042-08.2010.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Ministério Público do Estado de Rondônia, Estado de Rondônia
Advogado:Pedro Abi.eçab ( ), Alexandre Jesus de Queiroz Santiago (OAB/RO 1188), Evanir Antonio de Borba (OAB/RO 776), GLAUCIO PUIG DE MELLO FILHO (OAB/SP 201024), Ellen Cristine Alves de Melo (OAB/RO 5985)
Executado:Emerson Francisco Kerne
Advogado:José Alves Pereira Filho (OAB/RO 647)
DESPACHO:
Conforme certidão da escrivania (fls. 372), o executado, intimada via DJRO, deixou transcorrer o prazo sem a devida comprovação de pagamento das custas. Sendo assim, considerando o art. 291 das Diretrizes Gerais Judiciais, inscreva-se o autor em dívida ativa e demais providências em atendimento ao disposto no parágrafo 2º, do art. 35 do Regimento de Custas.Expeça-se o necessário.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0022129-56.2013.8.22.0001
Ação:Ação Civil Pública
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia, Estado de Rondônia
Advogado:Alzir Marques Cavalcante Junior ( ), Evanir Antônio de Borba (OAB/RO 776)
Requerido:Mirian Spreafico, Andressa Samara Masiero Zamberlan, Marcela Alves Lopes, Danielle Endlish Rocha, Débora Cristina Moraes, Valéria Pedraça Siqueira, Jose Lopes da Silva Neto, Zaqueu Vieira Ramos, Aline Mendes Costa, Luciana Alminda Florintino, Nadia Paula Teixeira da Silva
Advogado:Sergio Rubens Castelo Branco de Alencar Junior (OAB/RO 169), Cassio Esteves Jaques Vidal (OAB/RO 5649), Defensoria Publica ( ), José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909), Breno Mendes da Silva Farias (OAB/RO 5161), Eucilen Freitas de Sá (OAB/RO 4028), Sergio Rubens Castelo Branco de Alencar Junior (OAB/RO 169), Karina Tavares Sena Ricardo (OAB/RO 4085), Francimar Landi Silva (OAB/RO 1856), Gilvan de Castro Araújo (OAB/RO 4589), Defensor Publico (RO. 000.), Jussier Costa Firmino (OAB/RO 3557)
INTIMAÇÃO: Ficam os requeridos, por via de seus Advogados, intimados a apresentarem alegações finais por memorias no prazo sucessivo de 10 dias, conforme determina o DESPACHO de fls. 683.

Proc.: 0020032-83.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste
Advogado:Ademir Dias dos Santos (OAB/RO 3774)
Requerido:Itamar José Félix, Francisco Sales Reis, Joaquim Cardoso da Silva, Wellington Nogueira, Roberto Carvalho Mussi Fagalhi, Amarildo Ferreira, Luiz de Oliveira Bilio, Ailton Freitas dos Reis, Evaldo Eduardo de Lima, Sebastião Nunes da Silva, Carlos Alberto A. de Miranda
Advogado:Guilherme Marcel Jaquini (OAB/RO 4953), Defensoria Pública de Porto Velho ( ), Caetano Vendimiatti Neto (OAB/RO 1853)
INTIMAÇÃO: Fica o REQUERENTE intimado, por via de seus advogados, a comprovar a publicação do edital na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 257, II, CPC, no prazo de 10 (dez) dias.

Proc.: 0007103-81.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado:Alzir Marques Cavalcante Junior ( )
Requerido:Milton Luiz Moreira, Alexandre Carlos Macedo Muller, Orlando Jose de Souza Ramires, Gilvan Ramos de Almeida, Estado de Rondônia
Advogado:Allan Pereira Guimarães (OAB/RO 1046), Maguis Umberto Correia (OAB/RO 1214), Nery Alvarenga (OAB/RO 470A), Celso Ceccatto (OAB/RO 111), Wanusa Cazelotto Dias dos Santos (OAB/RO 4284), José de Almeida Júnior (OAB/RO 1370), Carlos Eduardo Rocha Almeida (OAB/RO 3593), Maxwel Mota de Andrade (OAB/RO 3670)
INTIMAÇÃO: Ficam as partes, por via de seu(uas) Advogados(as), no prazo de 05 dias, intimadas a especificarem provas.

Proc.: 0009215-86.2015.8.22.0001
Ação:MANDADO de Segurança
Impetrante:Victor Jesus Villar Justiniano
Advogado:Raphael Braga Maciel ( )
Impetrado:Superintendente de Estado de Administração e Recursos Humanos do Governo de Rondônia, Estado de Rondônia
Advogado:Livia Renata de Oliveira Silva (OAB/RO 608), Ellen Cristine Alves de Melo (OAB/RO 5985)
INTIMAÇÃO: Fica a parte Exequente, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte Executada de fls. 172.
Silvia Assunção Ormonde

Escrivã Judicial

2º JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Cartório do 2º Juizado da Infância e da Juventude
2º Juizado da Infância e Juventude de Porto Velho-RO
Juiz: Dr. Dalmo Antônio de Castro Bezerra
e-mail: pvh2jij@tjro.jus.br
Diretor de Cartório: Danilo Aragão da Silva

EDITAL DE PUBLICAÇÃO
Proc.: 0002201-22.2014.8.22.0701
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:M. P. do E. de R.
Denunciado:J. C. B. de S. J.
Advogado:Viviane de Oliveira Alves (OAB/RO 6424)
DECISÃO: III DISPOSITIVO: ISSO POSTO, em parte, ACOLHO o pedido formulado na denúncia para: 1) ABSOLVER, com base no art. 386, VII, do CPP, o denunciado JOÃO CARLOS BATISTA DE SOUZA JÚNIOR, da imputação de violação ao disposto no art.148, §1º, V, do CP; 2) CONDENAR, por violação ao disposto no art. 213, §1º, do CP, o réu JOÃO CARLOS BATISTA DE SOUZA JÚNIOR, e, por consequência, lhe impor pena privativa de liberdade de 08 (oito) anos e 02 (dois) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado. Custas pelo condenado. Confirmada esta SENTENÇA em grau de apelação, expeça-se MANDADO de prisão, conforme nova orientação do STF, bem como guia de execução provisória da pena; oportunamente, a guia definitiva. Havendo notícia nos autos da possível prática de crime previsto no ECA por parte do proprietário do motel “Eros” (permitiu a entrada de menor sem a devida documentação/autorização), ao Ministério Público para proceder como entender de direito. Transitada em julgado, expeçam-se as comunicações de praxe, informando também a vítima sobre o resultado do julgamento. Após, arquive-se. Registre-se e intimem-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 15 de dezembro de 2016. Gleucival Zeed Estevão.
Porto Velho, 06 de fevereiro de 2017.
Danilo Aragão da Silva
Diretor de Cartório

EDITAL DE INTINAÇÃO
Proc.: 0000196-56.2016.8.22.0701
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:D. E. de P. A. C. e A. A.
Denunciado:R. R. de O.
Advogado:Neidy Jane dos Reis (OAB/RO 1268)
DECISÃO: Compulsando os autos, verifica-se que o Acusado apresentou resposta à acusação às fls. 40/57. Entretanto, em que pesem as alegações da defesa, nota-se que a argumentação não merece prosperar. Isto porque a Denúncia oferecida pelo Ministério Público às fls. III/IV preenche perfeitamente os requisitos elencados no artigo 41 do CPP, quais sejam: a) exposição dos fatos criminosos, com as suas respectivas circunstâncias b) a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo; c) a classificação do crime; e, d) o rol de testemunhas. Ademais, nota-se que a denúncia já foi recebida à fl. 31, ato que pressupõe a presença dos requisitos do art. 41 do CPP e existência de lastro probatório suficiente (justa causa) para deflagração de ação penal pelos delitos ora imputados ao Denunciado. Outrossim, não estão presentes os requisitos para a rejeição da denúncia, estabelecidos no artigo 395 do CPP, pois não se trata de denúncia inepta, nem tampouco falta pressuposto processual, condição ou justa causa para o exercício da presente ação penal. Demais disso, não vislumbro na resposta do Acusado nenhuma das hipóteses do art. 397, do CPP, não sendo portanto, causa de absolvição sumária do Réu. Importa anotar que a peça acusatória descreve que os fatos que teriam acontecido e ao final tipifica a conduta do Réu como sendo a descrita no artigo 217- A, na forma do artigo 71, ambos do Código Penal. A esse respeito, não se deve olvidar que se trata de crime presumido, não exigindo constrangimento físico ou moral ou qualquer forma de violência, conforme ventilado pela defesa. Em outras palavras, não há elementos que indiquem que a tese defensiva deva ser acolhida, ao menos por ora, motivo pelo qual entendo ser necessária a instrução do feito. Sendo assim, desde já afasto a tese preliminarmente apresentada e os pedidos de absolvição do Denunciado, ao menos por ora. Por esses motivos, denota-se a necessidade de instrução do feito. Designo, portanto, audiência de instrução e julgamento para o dia 29/03/2017, às 08:30h. Intimem-se/requisitem-se conforme requerido pelo Ministério Público e pela defesa, bem como o Réu, para que todos compareçam ao ato portando seus documentos pessoais. Ciência ao Ministério Público e à defesa, pelos meios apropriados. Retifique-se a fl. II dos autos (eis que não especifica o Réu) e em seguida, renumere-se os autos. SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO /OFICIO. Porto Velho-RO, quarta-feira, 23 de novembro de 2016. Dalmo Antônio de Castro Bezerra, Juiz de Direito.
Porto Velho, 07 de fevereiro de 2017.
Danilo Aragão da Silva
Diretor de Cartório

Proc.: 0101893-85.2009.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:M. P. do E. de R.
Réu:I. S. O. C.
EDITAL DE PUBLICAÇÃO
SENTENÇA: O Ministério Público do Estado de Rondônia propôs a presente Ação Penal contra I. S. O. C., em razão de ter, supostamente, praticado o crime tipificado no artigo 214 combinado com artigo 224, alínea a, na forma do artigo 71, todos do Código Penal, conforme a denúncia, pelos fatos ali descritos.A denúncia foi oferecida e o réu foi citado pessoalmente em fls. 117.Apresentou resposta a acusação em fls. 118/119.Realizada instrução processual, com oitiva de testemunhas e decretada a revelia do réu (fls. 141/142 e 157).Em alegações finais o Ministério Público pugna pela absolvição do acusado, por insuficiência de provas para condenação. A defesa por sua vez, apresenta alegações finais onde requer a absolvição do acusado, pelo princípio do in dubio pro reo.É o relatório. (...) Em face do exposto e o mais que dos autos consta, solidário com o conjunto probatório neles existente, JULGO IMPROCEDENTE A DENÚNCIA e, em consequência, ABSOLVO o acusado I. S. O. C. pela prática do delito previsto no artigo 214 combinado com artigo 224, alínea a, na forma do artigo 71, todos do Código Penal, conforme a denúncia, pelos fatos ali descritos, com fundamento no artigo 386, inciso VII do Código de Processo Penal, determinando via de consequência o arquivamento dos presentes autos.Feitas as comunicações necessárias, arquive-se. Sem custas.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de novembro de 2016.Dalmo Antônio de Castro Bezerra Juiz de Direito.
Danilo Aragão da Silva
Diretor de Cartório

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Porto Velho - 2ª Vara de Inf. e Juventude
Avenida Rogério Weber, 2396, Caiari, Porto Velho - RO - CEP: 76801-160
Processo nº 7017597-46.2015.8.22.0001
AUTOR: MPRO - MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA
RÉU: ESTADO DE RONDÔNIA, SECRETÁRIO ESTADUAL DE SAÚDE DE RONDONIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDONIA - PGE
EDITAL DE PUBLICAÇÃO
DESPACHO: O Ministério Público apresentou manifestação no id 7710356 requerendo extinção da presente demanda em razão de que o paciente está residindo no Município de Presidente Médici, não possuindo meios para realizar as sessões com o especialista em neuropsicologia. Nestes termos, JULGO EXTINTO O FEITO, determinando o arquivamento dos presentes autos. Considerando a negligência por parte da genitora que se mudou de domicílio sem prévia comunicação ao juízo e diante de uma possível situação de risco e vulnerabilidade, determino a extração de cópias dos autos e remessa a Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Presidente Médici para a adoção das providências pertinentes ao caso. Observadas as formalidades de praxe e comunicações de estilo, arquive-se. Intime-se o Ministério Público. Publique-se. Registre-se. SERVE A PRESENTE COMO CARTA/ MANDADO /OFÍCIO. Porto Velho, 3 de fevereiro de 2017. JULIANA PAULA SILVA DA COSTA BRANDÃO-Juíza de Direito .

3ª VARA DE FAMÍLIA

Processo nº 7000636-70.2015.8.22.0020
RÉU: PEDRINA VIEIRA MAIA
INTIMAÇÃOA requerida fica intimada da SENTENÇA a qual segue:
Vistos e etc.
Trata-se de reconhecimento e dissolução de união estável c/c guarda compartilhada proposta
por Clenildo Aires em face de Pedrina Vieira Maia.
A requerida não foi citada (ID Num. 6814327 - Pág. 2).
Procedida a intimação do requerente, por meio do advogado constituído, o prazo assinado transcorreu sem manifestação (ID. Num. 7233505). Determinada a intimação pessoal, o requerente não foi intimado, ante a a informação de que não procurou o local próprio para o recebimento da correspondência (ID Num. 7903721). Além disso, não houve qualquer manifestação neste juízo após o declínio da competência, encontrando-se o feito está paralisado, por não ter o interessado promovido o regular andamento da ação. A intimação pessoal para promover o andamento do feito, conforme previsão do art. 485, § 1º do CPC, pressupõe a existência de endereço atualizado, que é obrigação das partes, na forma do art. 274, parágrafo único do CPC. Dessa forma, a inércia e falta de endereço atualizado, indicam a falta de interesse no prosseguimento da ação e autoriza a extinção pelo abandono. Em face do exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, o que faço com base no inciso III do artigo 485 do Código de Processo Civil.
Sem custas e honorários.
Transitada em julgado, observadas as formalidades necessárias, arquivem-se.
P. R. I. C.
Porto Velho, 30 de janeiro de 2017.
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( )
Processo nº 7027194-39.2015.8.22.0001
EXEQUENTE: I. A. DE C.
EXECUTADO: ERISVAN ALVES DE CARVALHO
Vistos e etc.,
Trata-se de cumprimento de SENTENÇA proposto por I. A. de C., menor, representada por sua mãe, M. F. de J. V., em face de seu pai E. A. de C. A exequente pretendeu a satisfação do crédito a título de prestações alimentícias, vencidas nos meses de outubro de 2012 a agosto de 2015, no total de R$ 9.540,52. O feito foi sobrestado por trinta dias a pedido da Defensoria Pública, sob pena de extinção do processo, caso não houvesse a manifestação dentro do prazo de suspensão (ID Num. 6434717). Nesse passo, considerando que não houve manifestação dentro do prazo assinado, o pedido da Defensoria Pública deve ser recebido como desistência, com extinção e arquivamento do processo. Em face do exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, o que faço com base no inciso VIII do artigo 485 do Código de Processo Civil.
Sem custas e honorários.
Transitada em julgado, observadas as formalidades necessárias, arquivem-se.
P. R. I. C.
Porto Velho, 1 de fevereiro de 2017.
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

4ª VARA DE FAMÍLIA

Proc.: 0120069-60.2009.8.22.0001
Ação:Inventário
Requerente:T. S. da C. A. S. da C. A. H. S. da C. A. S. da C. A. S. da C.
Advogado: Telma Santos da Cruz (OAB/RO 3156), Romilson Fernandes da Silva (OAB/RO 5109), Francisco Luis Nanci Fluminhan (OAB/RO 8.011)
Inventariado:E. de T. N. dos S. C. E. de A. H. da C.
Fica a parte autora, Amadeu H. da Cruz e Adner S. da Cruz, intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuarem o pagamento das custas processuais no valor de R$ 6.591,40 (cinco mil, quinhentos e noventa e um reais e quarenta centavos), equivalente a R$ 3.292,72 (três mil, duzentos e noventa e dois reais e setenta e dois centavos) para cada um, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0006839-52.2014.8.22.0102
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:M. L. P. F.
Advogado:Maria Letice Pessoa Freitas (OAB/RO 2615)
Requerido:A. de O. B.
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0003595-81.2015.8.22.0102
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:B. F. S. S.
Advogado:Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido:Raphael Lopes Soares
Fica a parte Requerida, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas judiciais no valor de R$ 75,33, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0003094-30.2015.8.22.0102
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:M. A. S. de O.
Advogado:Cornélio Luiz Recktenvald (OAB/RO 2487)
Requerido:M. L. O. da S.
Advogado:Oscar Dias de Souza Netto (OAB/RO 3567), Roosevelt Alves Ito (OAB/RO 6678)
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 5.198,77, sob pena de inscrição na Dívida Ativa. E ainda, ficam intimadas, a parte autora e ré, por via de seus advogados, a efeturarem o pagamento da multa de 10% do valor dada à causa para cada uma, a serem recolhidos ao FUJU, conforme SENTENÇA de fsl. 91.

Proc.: 0006285-83.2015.8.22.0102
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:M. M. da C.
Advogado:Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido:Elson Mauro dos Santos
Menor:J. C. dos S.
SENTENÇA:
Vistos, M. M. da C. propôs ação de guarda em face de Elson Mauro dos Santos, ambos devidamente qualificados. Afirma a autora que é genitora do menor J. C. dos S., que atualmente a guarda de direito é do requerido. Aduz que o adolescente está sofrendo danos estando na companhia do genitor e pede a concessão da guarda em seu favor. Devidamente citado, o requerido não apresentou contestação. Estudo social às fls. 26/32.O Ministério Público se manifestou pela procedência do pedido. É o relatório. Tratam os autos de ação de guarda. A autora é genitora do menor J. e pede a concessão da guarda em seu favor. Citado o requerido não apresentou contestação. O relatório social trouxe aos autos a informação de que o adolescente em questão fugiu da residência do genitor em razão de atritos sofridos com a madrasta. Desde tal episódio encontra-se residindo na companhia da autora, que está exercendo a guarda de fato. Conclui o referido estudo que"... segundo o próprio adolescente, no momento, a sua mãe não ingere mais bebidas alcoólicas e está ofertando-lhe suporte habitacional, alimentar, escolar e afetivo satisfatórios, de forma que se sente melhor na companhia da família materna do que da paterna.."Considerando que a concessão da guarda observa ao melhor interesse do menor, que encontra-se na companhia da genitora e informou no estudo realizado que assim se sente mais acolhido, é de se considerar a sua opinião, pois consta com atualmente 16 (dezesseis) anos, ademais, a presente visa regularizar situação atual, pois a genitora exerce a sua guarda de fato desde antes de junho de 2015. Isto posto, julgo procedente o pedido e concedo a guarda do menor J. C. dos S. à autora. SENTENÇA com resolução do MÉRITO nos termos do inciso I do art. 487 do CPC. Sem custas e sem honorários face a gratuidade concedida, que ora estendo ao requerido. P.R.I.C. Porto Velho-RO, quarta-feira, 14 de dezembro de 2016.Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0005658-79.2015.8.22.0102
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:K. N. P. C.
Advogado:Janaina Canuto de Oliveira (OAB/RO 5516)
Requerido:J. N. de A. C. F.
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 67.

Proc.: 0008819-34.2014.8.22.0102
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:J. A. P.
Advogado:MANOEL RIVALDO DE ARAUJO (OAB/SP 171069)
Requerido:R. da S. E. da S.
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl.70.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) DIAS
DE: Newton de Souza Azevedo Neto, filho de Adilson Azevedo Soares e Anislen Maria Pereira Azevedo, estando em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR, o requerido acima qualificado, para em 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento dos meses de junho a dezembro de 2014, julho a dezembro de 2015 e janeiro de 2016 no valor de R$ 6.701,99. Pelo MM. Juiz foi dito no ID 4101024: "... Trata-se de execução de quantia certa, referente aos meses de Junho a Dezembro de 2014, Julho a Dezembro de 2015 e Janeiro de 2016 no valor de R$ 6.701,99. Nos termos do artigo 523 do CPC, intime-se o devedor pessoalmente a efetuar o pagamento da quantia indicada pelo credor, no prazo de 15 (quinze) dias.Não efetuando o pagamento acresço ao valor da execução multa e honorários advocatícios em 10% (dez por cento) para cada, sobre o valor da execução...."
Processo: 7023937-69.2016.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Thkierry Azevedo Ribeiro de Lima rep. por Oneide Ribeiro de Lima
Advogado: Defensoria Pública
Executado: Newton de Souza Azevedo Neto
Sede do Juízo: Fórum Sandra Nascimento, Varas de Família, Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro Porto Velho/RO - CEP: 76.801-030 - Fone: 3217 1342.
Este Edital de Intimação foi expedido e assinado por ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara, nos termos do Provimento nº 011/2007 CG e da Portaria nº 001/2005 - 4ª Vara de Família.
Porto Velho/RO, 19 de janeiro de 2017.
Simone da Costa Salim
Diretora de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) DIAS
DE: Manoel de Oliveira Silva, brasileiro, convivente, pedreiro, RG 000480852 SSP/RO,CPF 558.686.732-04 Residente na Rua Aparecida, n° 7422, Bairro Cascalheira, Porto Velho, CEP 76.813-142.
FINALIDADE: INTIMAR, o autor acima qualificado, para em 30 dias dar andamento ao processo, sob pena de extinção deste.
Processo: 7011019-67.2015.8.22.0001
Classe: Reconhecimento e dissolução de União estável
Requerente: Manoel de Oliveira Silva
Advogado: Defensoria Pública
Requerida: M. Do S. I. B.
Sede do Juízo: Fórum Sandra Nascimento, Varas de Família, Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro Porto Velho/RO - CEP: 76.801-030 - Fone: 3217 1342.
Este Edital de Intimação foi expedido e assinado por ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara, nos termos do Provimento nº 011/2007 CG e da Portaria nº 001/2005 - 4ª Vara de Família.
Porto Velho/RO, 19 de janeiro de 2017.
Simone da Costa Salim
Diretora de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) DIAS
DE: Marivaldo Nascimento Santos Júnior, filho de Marivaldo Nascimento Santos e Suely Ferreira dos Santos, estando em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR, o requerido acima qualificado, para em 03 (três) dias, efetuar o pagamento dos meses de julho a setembro de 2015 no valor de R$ 733,24 e os que se vencerem no curso do processo, nos termos da Súmula 309 do STJ. Pelo MM. Juiz foi dito no ID 1326636: "...Advirta-se o executado que a apresentação de comprovante de entrega de envelope bancário, não será aceito como prova de pagamento, tendo em vista que este depende de validação pelo banco. Havendo justificativa, intime-se a exequente para manifestar em 05 (cinco) dias. Decorrido o prazo e não havendo prova digna de pagamento do débito e tampouco comprovação da impossibilidade de fazê-lo, desde já decreto a prisão civil do executado, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, devendo salientar no MANDADO que deverá pagar também as parcelas vencidas no curso da execução até a data da efetiva quitação..."
Processo: 7015619-34.2015.8.22.0102
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto: Fixação
Exequente: R.A.N. S rep. por Michele Alves Santos
Advogado: Defensoria Pública
Executado: Marivaldo Nascimento Santos Júnior
Sede do Juízo: Fórum Sandra Nascimento, Varas de Família, Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro Porto Velho/RO - CEP: 76.801-030 - Fone: 3217 1342.
Este Edital de Intimação foi expedido e assinado por ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara, nos termos do Provimento nº 011/2007 CG e da Portaria nº 001/2005 - 4ª Vara de Família.
Porto Velho/RO, 19 de janeiro de 2017.
Simone da Costa Salim
Diretora de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) DIAS
DE: RENALVO SANTANA, brasileiro, casado, garimpeiro, estando em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR, o requerido acima qualificado, para contestar no prazo legal. Pelo MM. Juiz foi dito no ID 6990917: "Decorrido o prazo sem manifestação, desde já nomeio curador especial ao requerido, nos termos do inciso II do art. 72 do CPC, o defensor designado para tal. Intime-o da nomeação para manifestação..."
Processo: 7026129-72.2016.8.22.0001
Classe: Família Divórcio Litigioso
Requerente: S.A. S.
Advogado: Defensoria Pública
Requerido: RENALVO SANTANA
Sede do Juízo: Fórum Sandra Nascimento, Varas de Família, Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro Porto Velho/RO - CEP: 76.801-030 - Fone: 3217 1342.
Este Edital de Intimação foi expedido e assinado por ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara, nos termos do Provimento nº 011/2007 CG e da Portaria nº 001/2005 - 4ª Vara de Família.
Porto Velho/RO, 19 de janeiro de 2017.
Simone da Costa Salim
Diretora de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) DIAS
DE: Francisco Gomes da Silva, brasileiro, solteiro, estando em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR, o requerido acima qualificado, para contestar no prazo legal. Pelo MM. Juiz foi dito no ID 6923921: "... Cite-se o requerido Francisco Gomes da Silva por edital, com prazo de 20 (vinte) dias, para apresentar contestação no prazo legal. Decorrido o prazo sem manifestação do requerido, desde já nomeio curador especial nos termos do inciso II do art. 72 do CPC, o defensor designado para tal. Intime-o da nomeação...."
Processo: 7023167-13.2015.8.22.0001
Classe: procedimento ordinário
Requerente: E.P.C.R., G.R.de S.
Advogado: Defensoria Pública
Requerido:FRANCISCO GOMES DA SILVA
Sede do Juízo: Fórum Sandra Nascimento, Varas de Família, Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro Porto Velho/RO - CEP: 76.801-030 - Fone: 3217 1342.
Este Edital de Intimação foi expedido e assinado por ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara, nos termos do Provimento nº 011/2007 CG e da Portaria nº 001/2005 - 4ª Vara de Família.
Porto Velho/RO, 19 de janeiro de 2017.
Simone da Costa Salim
Diretora de Cartório

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( )
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) DIAS
DE: Virgínia de Jesus da Silva, brasileira, casada, do lar, filha de Vicente Leocádio Pereira e Deolinda Maria de Jesus, estando em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR, a requerida acima qualificada, para contestar no prazo legal.
Processo: 7056943-67.2016.8.22.0001
Classe: Família Divórcio Litigioso
Requerente: J. L.da Silva
Advogado: Defensoria Pública
Requerida: Virgínia de Jesus da Silva
Sede do Juízo: Fórum Sandra Nascimento, Varas de Família, Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro Porto Velho/RO - CEP: 76.801-030 - Fone: 3217 1342.
Este Edital de Intimação foi expedido e assinado por ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara, nos termos do Provimento nº 011/2007 CG e da Portaria nº 001/2005 - 4ª Vara de Família.
Porto Velho/RO, 25 de janeiro de 2017.
Simone da Costa Salim
Diretora de Cartório

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Porto Velho - 4ª Vara de Família
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) DIAS
DE:VALDIR BONACHE, brasileiro, casado, empresário, CPF n. 720.669.928-72, estando em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR o Requerido para contestar em 15 dias e intime-se da DECISÃO que fixou os alimentos provisórios. PeloMM. foi dito: "... Vistos, Nos termos do artigo 1.706 do Código Civil c/c

artigo 4º da Lei 5.478/68 e em face das informaçõestrazidas aos autos parla parte autora, arbitro alimentos provisórios em um salário mínimo, devidos a partir da citação do requerido,até DECISÃO final. Cite-se. Porto Velho, 17/02/2016. Adolfo Theodoro Naujorks Neto - Juiz de Direito
"... Se não for encontrada novas informações, cite-se para contestar em 15 dias por edital com prazo de 20 dias. PVH, 30/09/2016. Adolfo Theodoro Naujorks Neto - Juiz de Direito.
P r o c e s s o: 7 0 0 7 5 3 6 - 9 2. 2 0 1 6. 8. 2 2. 0 0 0 1
C l a s s e: A l i m e n t o s
R e q u e r e n t e: V. L. B. B. r e p. p o r J. L. B.
Advogados: Glícia Laila Gomes Oliviera (OAB/RO), Márcio Santana de Oliveira (OAB/RO 7238) e Pryscila Lima Araripe
(O A B / R O 7 4 8 0)
Requerido: Valdir Bonache
Sede do Juízo: Fórum Sandra Nascimento,4ª Vara da Família, Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro Porto Velho/RO -
CEP: 76.801-030 - Fone: 3217 1342. Este Edital de Citação foi expedido e assinado por ordem da MM. Juíza de Direito desta Vara, nos termos do Provimento
nº 011/2007 CG e da Portaria nº 001/2005 - 4ª Vara de Família. Porto Velho, 17 de janeiro de 2017. Diretora de Cartório:_____
Simone da Costa Salim.
Assinado eletronicamente

1ª VARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1318
Processo nº: 7064973-91.2016.8.22.0001
USUCAPIÃO (49)
AUTOR: GLADYSTON JORGE LEONELLO
Advogado do(a) AUTOR: PAULO ARTUR MOTTA DE MORAIS - RO0005252
RÉU: WALCAR TERRAPLENAGEM LTDA - ME
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
PRAZO – 20 (vinte) dias
CITAÇÃO DE: Eventuais interessados e confinantes não identificados, para tomar conhecimento da ação de usucapião ajuizada por GLADYSTON JORGE LEONELLO contra WALCAR TERRAPLENAGEM LTDA - ME, referente ao imóvel na Rua Imperial, n.º 2.559, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto, Porto Velho, Rondônia, CEP 76.820-504, no Município de Porto Velho - Rondônia
FINALIDADE: CITAR eventuais interessados e confinantes acima mencionados, para contestarem no prazo abaixo, a ação de usucapião. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, conforme art. 344 do NCPC (Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor).
PRAZO PARA CONTESTAR: 20 dias úteis (art. 219, do NCPC)
SEDE DO JUÍZO: Fórum Cível - Av. Lauro Sodré, nº 1728, São João Bosco, Porto Velho-RO.
Porto Velho, 7 de fevereiro de 2017.
Clêuda do Socorro Monteiro de Carvalho
Diretora de Cartório

Processo nº 0003303-11.2015.8.22.0001
AUTOR: VALE & LIMA LTDA - ME -
Advogado do(a) AUTOR: SUELEN SALES DA CRUZ - RO0004289
RÉU: BANCO BRADESCO S.A. Advogado do(a) RÉU: MAURO PAULO GALERA MARI - RO0004937
Certidão DE MIGRAÇÃO PJe
Certifico que o presente processo foi devidamente escaneado e migrado do SAP para o PJe, (constando a mesma numeração), em razão da interposição de Recurso de Apelação será encaminhado à instância superior, os autos físicos serão encaminhado para o arquivo geral.
Conforme Resolução nº 059/2015, os autos físicos ficarão no arquivo geral pelo prazo de 2 anos, após serão destruídos, excetos aqueles previstos na Lei nº 783, de 03/07/98.
Porto Velho, 7 de fevereiro de 2017.
JUCILEIDE DO CARMO RODRIGUES MOURA
Técnico (a) Judiciário (a)

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:3217-1318 - pvh1civel@tjro.jus.br
Processo nº 0008239-16.2014.8.22.0001
AUTOR: ROBERVAL BENEVIDES DE OLIVEIRA FERRER -
Advogado do(a) AUTOR: ELDENI TIMBO PASSOS - RO0005697
RÉU: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A Advogado do(a) RÉU: MARCO ANDRE HONDA FLORES - MS0006171
Certidão DE MIGRAÇÃO PJe
Certifico que o presente processo foi devidamente escaneado e migrado do SAP para o PJe, (constando a mesma numeração), em razão da interposição de Recurso de Apelação será encaminhado à instância superior, os autos físicos serão encaminhado para o arquivo geral.
Conforme Resolução nº 059/2015, os autos físicos ficarão no arquivo geral pelo prazo de 2 anos, após serão destruídos, excetos aqueles previstos na Lei nº 783, de 03/07/98.
Porto Velho, 7 de fevereiro de 2017.
JESSICA LANE SILVA COLLEDAN
Técnico (a) Judiciário (a)

Proc.: 0007585-92.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria das Graças Castedo, Adilson Rodrigues da Silva, Maria Pascoala Ortiz, Gleixiliane Castedo da Silva, Artur Quintela Gomes, Lenilda de Souza Quintela, Aline de Souza Quintela, Lenice Victoria Quintela Galego, Jorge Alexandre Quintela Galego, Maria de Fatima de Oliveira, Suzane Kethelen de Freitas Carvalho, Rafael Vinicius Isackson de Oliveira, Diego Rogerio de Oliveira Freitas, Maria do Carmo Souza Miranda Pinto, João Bosco Fernandes Pinto
Advogado:Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479)
Requerido:Santo Antonio Energia S. A.
Advogado:Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803), Luciana Sales Nascimento (OAB/PB 17625B)
Ficam as partes, por via de seus advogados, no prazo de 15 dias, intimadas a se manifestarem sobre a proposta do perito as fls. 1234/1240.

Proc.: 0022925-13.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bonsucesso S.A.
Advogado:William Batista Nésio (RO 4950), Ivan Mercedo de Andrade Moreira (4948), Celso Henrique dos Santos (OAB/PA 16.846-A), Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB/MG 109730), Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB/MG 63440)
Executado:Salete Leopoldina Schadeck
Certidão do Oficial de Justiça:I
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl: 193

Proc.: 0011487-24.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edilson Oliveira Almeida
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A), Graça Jacqueline da Cunha Lima (OAB/RO 626A)
Requerido:BANCO BMG SA.
Advogado:Israel Augusto Alves da Cunha (OAB/RO 2913), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/RO 6235)
Depósito Judicial Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), a manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o Depósito Judicial de fl. 155/159, efetuado pela parte requerida, no valor de R$ 608,77.

Proc.: 0010436-75.2013.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Associação Rondoniense de Ensino Superior
Advogado:David Alves Moreira. (OAB/SP 299B)
Requerido:Renata Glaucia Nakaioski Alves
Certidão do Oficial de Justiça:l
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl: 91

Proc.: 0017189-14.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Fabio Roberto de Oliveira Santos
Advogado:Henry Rodrigo Rodrigues Gouvêa (OAB/RO 632A)
Requerido:L. F. Imports Ltda, MMC Automotores do Brasil Ltda, Brasil Veículos Compahia de Seguros
Advogado:Rejane Saruhashi (OAB/RO 1824), Graziela Fortes (RO 2208), Richard Leignel Carneiro (OAB/RN 9555), Thiago Mahfuz Vezzi (OAB/SP 228213), Carlos Antônio Harten Filho (OAB/PE 19357)
Advogado:Thiago Mahfuz Vezzi
Ficam as partes Requeridas, por via de seus Advogados, no prazo de 15 dias, intimadas a se manifestarem sobre o Recurso Adesivo apresentado.

Proc.: 0003052-90.2015.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S. A.
Advogado:Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708)
Executado:Reinaldo Lima da Silva, Cícero João de Lima
Advogado:Micheli Andreato Malta de Oliveira (RO 4531), Sidnei da Silva (OAB/RO 3187), Wernomagno Gleik de Paula (OAB/RO 3999)
Certidão do Oficial de Justiça:l
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl: 104

Proc.: 0015551-77.2013.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado:Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Requerido:Maria da Conceição Soares Diniz
Certidão do Oficial de Justiça:l
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl: 65

Proc.: 0000934-78.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Ivete Massanbani Venerio
Advogado:Jussier Costa Firmino (OAB/RO 3557)
Executado:AURENICE LEMOS MOURÃO - ME - SÓ ESTOFAMENTOS
Certidão do Oficial de Justiça:l
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl: 48

Proc.: 0162209-12.2009.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:D. B. M. de A.
Advogado:Marisselma Maria Conceiçao Mariano (RO 1040), Pedro Alexandre de Sá Barbosa (OAB/RO 1430), Antonio Osman de Sá (OAB/RO 56A), Thiago de Oliveira Sá (OAB/RO 3889)
Requerido:A. R. N.
Advogado:Waldelino dos Santos Barros (OAB/RO 2187), Edmar da Silva Santos (OAB/RO 1069), Joannes Paulus de Lima Santos (OAB/RO 4244)
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl: 407

Proc.: 0017672-49.2011.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Guaporé Máquinas e Equipamentos Ltda
Advogado:Renato Avelino Neto (3249)
Requerido:Curuá Cia Construtora Ltda
Ofício - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada do Oficio de fl(s) 118.

Proc.: 0006011-34.2015.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:Seabra Empreendimentos Imobiliarios Ltda
Advogado:Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246), Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Requerido:Francisco Barroso Sobrinho
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl: 125

Proc.: 0192474-31.2008.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Aristopholo Martins de Campos
Advogado:Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido:Import Express Comercial e Importadora Ltda - Tecnomania
Advogado:Hugo Wataru Kikuchi Yamura (OAB/RO 3613), Antonio Rogério Bonfim Melo (OAB/SP 128462)
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl: 397

Proc.: 0000101-36.2009.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Jeoval Pereira de Souza, Rozana de Jesus Souza Barreto, Fernando Luiz Pereira de Souza, Jocilia Maria de Queiroz Bastos Felix, Valnei Gomes da Cruz Rocha
Advogado:Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479), Carlos Eduardo Ferreira Levy (OAB/RO 6930), Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479)
Requerido:GN Incorporado e Construtora Eireli ME, Ronaldo Scorza Gonçalves
Advogado:Rodrigo Tosta Giroldo (OAB/RO 4503), Maria Letice Pessoa Freitas (OAB/RO 2615)
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl: 1063

Proc.: 0004758-79.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marinaldo Ramos da Silva
Advogado:Laercio Batista de Lima (OAB/RO 843)
Requerido:Grupo Saúde e Vida
Advogado:Romualdo Galvão Dias (OAB/SP 90576)
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl: 132

Proc.: 0014566-11.2013.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Instituto João Neórico
Advogado:Eliane Carneiro de Alcântara (OAB/RO 4300)
Requerido:Medeiros e Medeiros Ltda Me
Certidão do Oficial de Justiça:I
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl: 65

Proc.: 0004510-84.2011.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:Maria Regina Azevedo dos Santos
Advogado:Sylvan Bessa dos Reis (OAB/RO 1300), Ana Paula Silveira Dias (OAB/RO 1588)
Requerido:Banco Itaú S/A
Advogado:José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570), Rafael Barroso Fontelles (OAB/RJ 119910)
DESPACHO:
Manifeste-se o banco réu sobre a DECISÃO do STJ, no prazo de 5 dias. Porto Velho-RO, Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito.

Proc.: 0011324-10.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Duci Maria Di Camargo
Advogado:Gecilene Antunes Faustino (OAB/RO 2474)
Requerido:BANCO SANTANDER
Advogado:Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB/RO 6087), Marco André Honda Flores (OAB/MS 6171)
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl: 162

Proc.: 0004642-05.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Carmem Gisbert Banus Torres
Advogado:Letícia Freitas Gil (OAB/RO 3120)
Requerido:Claro S. A.
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/RO 6235)
SENTENÇA:
Ante a satisfação da obrigação informada nos autos, determino:a) que o favorecido compareça em cartório no prazo de 5 dias para agendar o alvará de liberação dos valores. Expedido o alvará, deverá ser impresso pelo próprio requerente ou seu representante legal, via internet; b) a extinção do feito, nos termos do art. 924, II, do CPC;c) remessa dos autos a contadoria para cálculo das custas finais, devendo ser intimado o executado para pagamento;Após as anotações de estilo, arquivem-se os autos.Publique-se. Registre-se. Intime-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0252592-36.2009.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ana Lúcia Leopoldino Santos
Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Requerido:Peugeot Citroen do Brasil Automóveis Ltda, Banco PSA Finance Brasil S.A., Portela e Souza Comercio de Veiculos Ltda
Advogado:Silvia da Graça Gonçalves Costa (OAB/SP 116052), Pricila Araújo (OAB/RO 2485), Ilan Goldberg (OAB/SP 241292), Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
DECISÃO:
A parte requerida Portela apresentou embargos de declaração, mencionando que não poderá cumprir com a ordem liminar pois para efetivar a transferência precisa de vistoria física no Detran/RO. Contudo, o veículo foi entregue a requerida Peugeot, estando em local incerto e não sabido. É o relatório. Decido. Corriqueiramente as partes ao momento de cumprirem com sua obrigação da condenação, criam uma verdadeira alaridez nos autos, criando obices excessivos, deixando de cumprir com os comandos judiciais, em conduta que demonstra o total menoscabo quanto ao Poder Judiciário. Analisando o feito quanto a petição da parte exequente, nota-se que já ocasionou inclusive danos por tal postura das requeridas com a existência de multas e outros encargos. Em tese é necessário a vistoria física. O que acolho os embargos de declaração em parte, com o fito de ordenadar a transferência a empresa Peugeto, a qual recebeu o veículo em debate. Salienta-se, que quando da entrega do bem, a parte requerida Peugeot já deveria ter feito tal mister, mas permaneceu inerte em um cumprimento básico e lógico da SENTENÇA -cumprimento de SENTENÇA. Desta feita, será concedida a requerida Peugeot o prazo limite de 10 dias para que realize a transferência do veículo para seu nome, procedendo todas as diligências necessárias junto ao Dentran/RO. Caso ultrapassado o prazo sem qualquer efetividade será aplicado multa única de R$ 50.000,00.Em caso de nova postura das empresas em não assumir o encargo da mudança indicada acima serão penalizadas com litigância de má-fé e ato atentatório a dignidade da justiça. Ainda será verificado a possibilidade de efetivar a transferência sem ação das partes. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0016421-59.2012.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Indústria e Comércio de Bebidas MDM Ltda
Advogado:César Henrique Longuini (OAB/RO 5217)
Requerido:A.t.m.f. Correia
SENTENÇA:
Versa a presente demanda acerca de ação de execução de título extrajudicial/judicial.Após a intimação da parte executada, não houve o adimplemento voluntário da obrigação.Ante a ausência de bens penhoráveis, conforme certidão do sr. Oficial de Justiça, foi solicitada decretação de indisponibilidade de ativos financeiros da parte executada pelo sistema BACENJUD, bem como a realização de consulta de bens pelos sistemas INFOJUD e RENAJUD, todavia, todas as diligências restaram infrutíferas. Mesmo após a intimação da parte exequente para que houvesse a indicação de meio efetivo para o prosseguimento da execução, nada foi postulado.Conforme se observa dos autos, a parte exequente não obteve êxito na localização de bens penhoráveis para satisfação do crédito exequendo.Com isso, tem-se que o processo deve ser extinto pela perda superveniente dos pressupostos processuais da ação executiva.Deve ser frisado que foram realizadas todas diligências possíveis para localização de bens penhoráveis, de forma que a presente execução não poderá permanecer indefinidamente nessa situação.As diligências promovidas não se mostraram suficientes para que o processo obtivesse resultado útil, razão pela qual deve ser extinto pela perda superveniente dos pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo.A propósito, nessa mesma linha de entendimento tem se posicionado o Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia em reiterados julgados:Cumprimento de SENTENÇA. Ausência de localização do devedor e do bem a ser apreendido. Esgotamento de todas os meios possíveis. Excepcional perda superveniente de interesse de agir. Esgotados os meios de localização de patrimônio do devedor, o prolongamento inefetivo e ineficaz do processo

de busca e apreensão viola o 'direito fundamental a uma tutela executiva' útil e o princípio da máxima coincidência possível, sendo necessária, excepcionalmente, a extinção do feito em razão da perda superveniente de interesse de agir. (TJ/RO, 2ª Câmara Cível, AC n. 0122766-64.2003.8.22.0001, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, pub. no DJE. n. 068 de 14/04/2010). Execução. Extinção sem apreciação do MÉRITO. Pedidos reiterados de suspensão do feito. Ausência de bens passíveis de penhora. Intimação pessoal do exeqüente para dar andamento ao feito. Impedimento do curso prescricional. Inadmissibilidade. O processo executivo não pode se manter indefinidamente suspenso ante a não-localização de bens da parte executada passíveis de penhora, pois traria a impossibilidade de se iniciar o curso natural da prescrição. Não se localizando bens para penhora, e decorrendo prazo razoável para o exeqüente, o juiz poderá julgar extinto o processo sem apreciação de MÉRITO. (TJ/RO, 1ª Câmara Cível, AC n. 100.001.1998.016652-8, Rel. Des. Péricles Moreira Chagas, pub. no DJE. n. 096 de 28/05/2008).Ante o exposto, com fulcro no art. 485, inciso IV, do Novo Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de MÉRITO e, por consequência, DETERMINO o arquivamento destes autos.Expeça-se a carta de crédito em favor da parte exequente. Isento de custas e honorários.Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0006600-65.2011.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Sonia Rodrigues Simoes
Advogado:Hânderson Simões da Silva (OAB/RO 3279)
Requerido:Guarujá Construções Ltda, Porto Imóveis Ltda, Savana Construções Ltda
Advogado:Edmar da Silva Santos (OAB/RO 1069), Joannes Paulus de Lima Santos (OAB/RO 4244), Edmar da Silva Santos (OAB/RO 1069), Joannes Paulus de Lima Santos (OAB/RO 4244)
DESPACHO:
Intime-se pela última vez, a parte autora para apresentar os termos do acordo, no prazo de 05 (dias) úteis. Com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0007634-75.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Energia Sustentável do Brasil S.A.
Advogado:Eder Giovani Sávio (OAB/SC 11131), Fábio Barcelos da Silva (OAB/SC 21562), Renato da Silva Marques (OAB/MT 11664), Rafaela Cristina Lopes Mercês (OAB/RO 3923), Jean Bento (OAB/RO 5065)
Requerido:Adelzinho Jacob Frari, Eduardo Frari, Michelli dos Santos Bortolato, Ane Cristhi Frari, Renato da Silva Guimarães, Ana Paula de Moura Kucharski Frari, Márcio Frari
Advogado:Ely Roberto de Castro (OAB/RO 509)
DESPACHO:
Certifique-se a Escrivania se existe algum valor depositado em conta judicial vinculado a este processo. Na mesma oportunidade, as partes deverão se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias úteis sobre o laudo pericial complementar de fls. 1093/1105. Após, venham os autos conclusos.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0016797-45.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Raimunda Nonata Nogueira
Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:Ego Empresa Geral de Obras S.A.
Advogado:Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antonio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
DESPACHO:
Considerando a resposta apresentada pela SEMUR - Secretaria Municipal de Regularização Fundiária - determino a expedição de MANDADO ao cartório de registo de imóveis para registro conforme pleiteado. Instrua-se com o necessário. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0018289-58.2001.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Antonio Rocha Goncalves Neto, José Carlos de Oliveira Cidade, Maria Helena Oliveira, Adilson Jose Goncalves, Paulo Roberto Caetano, Nezia Lucas de Souza, Paulo Sergio Pereira, Lucia Maria Amanti Gonçalves, Pedro Jose da Silva, Amadeu Veloso de Souza, Ademir Moreira dos Santos, Luis Roberto Krinski, Eduardo de Souza, Clarice Alves de Assuncao, Joaquim Rodrigues Damaceno, Joao Batista de Melo Rocha, Francisco Caninde de Macedo, Geraldo Goncalves de Oliveira, Gregorio Cabral Cristaldo
Advogado:Luiz Zildemar Soares (OAB/RO 701), Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688), Luiz Zildemar Soares (OAB/RO 701)
Requerido:Fundação Sistel de Seguridade Social
Advogado:João Joaquim Martinelli (OAB/MG 1796-A)
DESPACHO:
Intime-se o perito para prestar esclarecimentos acerca dos questionamentos levantados pela parte requerida em sua petição de fls. 1257/1263, retornando os autos conclusos após a resposta. Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0008575-25.2011.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Volkswagen S. A.
Advogado:Cynthia Durante (OAB/RO 4678)
Requerido:Maria do Socorro Freire Passos
Advogado:João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A), Adriana Pignaneli de Abreu (OAB/SP 212689)
SENTENÇA:
Diante do exposto, pelos fundamentos expendidos alhures, julgo procedente o pedido formulado na peça vestibular, confirmando a liminar a seu tempo deferida e consolidando nas mãos do requerente o domínio e a posse exclusiva do bem apreendido, para todos os efeitos legais.Cumpra-se o disposto no art. 2º, do Decreto-lei nº 911/69, oficiando-se ao DETRAN-RO, informando estar o requerente autorizado a proceder a transferência do bem apreendido a terceiros que indicar, devendo permanecer nos autos os títulos a eles trazidos.Julgo extinto o processo, com resolução do MÉRITO, na forma do art. 487, inc. I, do Estatuto Processual Civil.Atento ao princípio da sucumbência condeno a requerida ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro de forma eqüitativa em 10% sobre o valor da causa, na forma do art. 82, § 2º, do Estatuto Processual Civil, em razão do trabalho realizado pelo Douto Advogado e o tempo exigido para o serviço. Transitado esta em julgado, feitas as devidas anotações, arquive-se, com as cautelas de estilo.P.R.I.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0008346-94.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Adriano Tiago Sousa
Advogado:Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido:Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados - NPL I
Advogado:Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB/MG 96864)
DESPACHO:
Apresentado(s) o(s) recurso(s) de apelação, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões.Sobrevindo, ou não, as manifestações da(s) parte(s), encaminhe-se os autos e. Tribunal de Justiça para recebimento e processamento do(s) recurso(s) independentemente de nova CONCLUSÃO, com as nossas homenagens de estilo.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0000080-84.2014.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Antônio Alves dos Santos
Advogado:Geraldo Tadeu Campos (OAB/RO 553A), Lourival Goedert (OAB/RO 925)
Executado:Espólio de Aderbal Lima Alencar de Souza
Advogado:Paulino Palmério Queiroz (OAB/RO 208A)
DESPACHO:
Vistos, Manifeste-se o exequente quanto ao alegado às fls. 233/254 no prazo de 5 dias. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0013172-32.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Associação de Crédito Cidadão de Rondônia
Advogado:Karina da Silva Sandres (OAB/RO 4594)
Executado:Lucia Antonio, Leila Antônio da Silva
DESPACHO:
Aguarde-se a devolução da Carta Precatória. Suspendo o andamento por 30 dias, que poderá ser reativado se a Carta retornar antes desse período.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0002535-13.2000.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Calçados Samello S/A
Advogado:Odailton Knorst Ribeiro (OAB/RO 652), Leme Bento Leme (RO 308-A), Ana Paula Fava Ferreira (SP 236.713), Daniel da Silva Cristiane Silveira (OAB/RO 4811)
Executado:Maria do Rozário Ferreira da Silva, José Nilo Pontes Filho
Advogado:Hiran Saldanha de Macedo Castiel (OAB/RO 4235)
DESPACHO:
Intime-se o Credor para requerer o que entender de direito no prazo de 15 (quinze) dias. No mesmo prazo, deverá apresentar planilha de cálculo atualizado da dívida.Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0004403-06.2012.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD
Advogado:Marilcéia Rodrigues de Lima (OAB/RO 2848), Evaldo Silvan Duck de Freitas (OAB/RO 884)
Requerido:Maria Vilani S. Mendonça
SENTENÇA:
Isto posto, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o artigo 485, incisos IV e VI, ambos do Código de Processo Civil.Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia.Custas na forma da lei.Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se.P.R.I.C.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0023265-54.2014.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Losango Promoções de Vendas - LTDA
Advogado:Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546), Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
Executado:Hanelio Passos de Lima
Advogado:Leudo Ribamar Souza Silva (OAB/RO 4485)
SENTENÇA:
Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia.Custas na forma da lei.Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se.P.R.I.C.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0011310-70.2007.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Helena Maria Brondani Sadahiro, Maria Pereira dos Santos Pinheiro
Advogado:Helena Maria Brondani Sadahiro (OAB/RO 942), Maria Pereira dos Santos Pinheiro (OAB/RO 968)
Requerido:Propaga Propaganda e Marketing Ltda, Artur Mendes dos Santos
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
DESPACHO:
A parte exequente deverá se manifestar quanto ao prosseguimento da execução no prazo impreterível de 15 (quinze) dias, indicando na oportunidade meio efetivo para satisfação da obrigação, sob pena de imediata extinção e arquivamento do feito.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0175820-66.2008.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Samuel Pereira de Araujo
Advogado:Edmundo Santiago Chagas Junior. (RO 905)
Requerido:Aquarius Construtora, Administradora e Incorporadora de Bens Ltda
Advogado:Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
DESPACHO:
Chamo o feito a ordem para complementar o último DESPACHO proferido, no sentido de lhe dar maior efetividade, encaminhando a parte exequente ao melhor andamento da alienação particular. Assim, em confirmidade ao artigo 880, §1º do CPC, determino:a) fixo o prazo de 180 dias para efetuar a tentativa, comprovando nos autos as diligências efetuadas;b) a parte autora deverá indicar o corretor/leiloeiro. Em caso de não haver qualquer manifestação será designado leiloeiro público nos termos do art. 883 do CPC;c) a publicidade será mediante edital, a qual a parte exequente deverá comprovar nos autos o pagamento das custas. Não haverá necessidade de comunicação em jornal. d) o valor do preço mínimo para aquisição do bem será o da avaliação (fls. 647);e) o pagamento deverá ser na modalidade do art 892.Eventuais dúvidas ou informações essenciais a deslinde da alienação, a parte exequente deverá peticionar nos autos. No mais, cumpra-se com os termos dados e execute a alienação. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0313450-67.2008.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:A. B. da S.
Advogado:Claudia Raffide Martins (RO 2374), Pedro Wanderley dos Santos (OAB/RO 1461), Júlio Cley Monteiro Resende (OAB/RO 1349), Telson Monteiro de Souza (RO 1051), Diego de Paiva Vasconcelos (OAB/RO 2013), Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2827), Eudes Costa Lustosa (OAB/RO 3431)
Requerido:P. D. A. B.
DESPACHO:
Vistos, O exequente informou que não conseguiu localizar bens passíveis de penhora e requereu que se oficie os patrocinadores do programa de TV que o executado apresenta. Além disso, requereu a suspensão da CNH do executado e passaporte, a fim de efetivar a execução, argumentando a desnecessidade do mesmo em ter tais documentos.É o relatório. Decido. Necessário se faz esgotar todas as vias executivas para deferir o pedido de suspensão de documentos. No caso específico destes autos, a parte exequente requereu que sejam oficiados os patrocinadores do programa de TV que o executado apresenta. Portanto, é possível que haja crédito perante os mesmos. No entanto, deve o exequente nominar quais são as empresas que patrocinam o mencionado programa. Intime-se o exequente para informar quais são as empresas patrocinadoras no prazo de 5 dias. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0201972-20.2009.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Associação de Crédito Cidadão de Rondônia ACRECID
Advogado:Karina da Silva Sandres (OAB/RO 4594)
Executado:Elza Roque Nogueira, Odelon Gomes da Silva
DESPACHO:
Aguarde-se a devolução da Carta Precatória. Suspendo o andamento por 30 dias, que poderá ser reativado se a Carta retornar antes desse período.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0015588-70.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S. A
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado:Anjos Sousa & Dias Ltda Me, Elisangela Pereira da Silva Dias
DECISÃO:
Trata-se de embargos de declaração no qual a parte embargante aponta a existência de contradição na SENTENÇA, pois, a seu ver, o feito não poderia ser extinto.Pois bem.Analisando os argumentos e fundamentos apresentados nos embargos, nota-se que a parte embargante pretende, em verdade, a rediscussão da matéria, notadamente para conferir efeitos infringentes ao julgado no ponto em que lhe é desfavorável.Deve ser frisado que não merece prosperar a tese de contradição porque a SENTENÇA vergastada construiu toda uma linha de fundamentação no sentido de que o feito merece ser extinto por ausência de pressuposto processual. Com isso, as questões suscitadas pela parte embargante não constituem causa para acolhimento dos embargos.Destarte, a parte insatisfeita deverá interpor o recurso cabível com o fim de obter eventual reforma da DECISÃO no segundo grau de Jurisdição. Em sendo assim, conheço dos embargos eis que próprios e tempestivos, contudo, nego-lhes provimento.Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0006272-72.2010.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Silvio Costa Feitosa
Advogado:Floriano Vieira dos Santos (OAB/RO 544)
Requerido:Edson de Oliveira Cavalcante
Advogado:Edson de Oliveira Cavalcante (OAB/RO 1510)
DESPACHO:
Cumpra-se a parte final do DESPACHO de fls. 206. No mais, as partes deverão se manifestar sobre os cálculos apresentados pela contadoria judicial, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a fim de dar o devido prosseguimento no feito.Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0013320-43.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Wilson Gomes Filho
Advogado:Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido:Francisco Giovani Lima
DESPACHO:
Entendo plausível os argumentos do requerente, motivo pelo qual defiro o sobrestamento do feito pelo prazo de 30 (trinta) dias. Decorrido este prazo, retornem os autos conclusos.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0016212-22.2014.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Ademar Dutra Pereira, Francisco de Sales do Nascimento, Francisco Ferreira Maciel, Francisco Rodrigues Costa, Geovana Fabiani Alves Tostes Conceiçao, Giselle Fernanda Alves Tostes, Antonio Carlos Gabriel, Rubens Gabriel, José Edivar Gabriel, Maria das Dores Gabriel, Gustavo Assis Gabriel, Maria de Lourdes Gabriel Betini, João Gabriel, Jose Gomes de Brito, Leoclécio Puerari, Lindalva Maria da Silva Casteluber, Paulo Tuci
Advogado:Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Executado:HSBC Bank Brasil- Banco Múltiplo S/A
Advogado:Luiz Rodrigues Wambier (OAB/PR 7295), Rita de Cássia Corrêa de Vasconcelos (OAB/RO 6637)
DESPACHO:
Cumpra-se a DECISÃO de suspensão determinada às fls. 926.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0002781-18.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Arioswaldo Alves de Freitas
Advogado:Arioswaldo Freitas Gil (OAB/RO 367E), LETICIA FREITAS GIL (OAB 3120), Lívia Freitas Gil (OAB/RO 3769)
Requerido:Elton Castro Pereira
DESPACHO:
Considerando a informação do credor da existência de valores depositados no processo, expeça-se alvará de levantamendo da quantia existente. Aguarde-se a integralização dos descontos. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0006283-62.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Neiva de Paula Neres
Advogado:Jefferson Janones de Oliveira (OAB/RO 3802)
Requerido:MOISES D TEIXEIRA
SENTENÇA:
Isto posto, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o artigo 485, incisos IV e VI, ambos do Código de Processo Civil.Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia.Custas na forma da lei.Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se.P.R.I.C.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0001543-27.2015.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Indústria e Comércio de Bebidas MDM Ltda
Advogado:José Roberto Wandembruck Filho (OAB/RO 5063)
Requerido:Domingos Dias da Silva
Advogado:Gilvane Veloso Marinho (OAB/RO 2139)
DESPACHO:
Suspendo o andamento do feito até o dia 01/04/2017. Decorrido este prazo sem manifestação, reative-se o processo e intime-se o credor para dar andamento efetivo ao feito ou informar quais buscas já realizou, no prazo de 10 (dez) dias.Intimem-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0011261-48.2015.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:BANCO CRUZEIRO DO SUL
Advogado:Thiago Azevedo Lopes (OAB/RO 6745), Benedicto Celso Benício Júnior (OAB/SP 131896), Taylise Catarina Rogério Seixas (OAB/RO 5859)
Requerido:Ivanilde de Souza Costa
DESPACHO:
Vistos etc...Suspendo o andamento do feito até o dia 01/07/2017. Decorrido este prazo sem manifestação, reative-se o processo e intime-se o credor para dar andamento efetivo ao feito ou informar quais buscas já realizou, no prazo de 10 (dez) dias.Passado esse prazo sem manifestação, intime-se a parte, pessoalmente, a dar andamento ao feito em 5 dias, conforme §1º do art. 485 do NCPC, sob pena de extinção.Intimem-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0017555-58.2011.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Representações Santanense Ltda
Advogado:Erivaldo Monte da Silva (OAB/RO 1247)
Requerido:A. J. Peixe FI
DECISÃO:
Considerando que o incidente da desconsideração da personalidade jurídica foi devidamente instaurado no PJE, suspendo o processo pelo prazo de 90 dias.Porto Velho-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0000366-62.2014.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:L. F. Imports Ltda
Advogado:Rejane Saruhashi (OAB/RO 1824)
Requerido:Lucimara Teodoro Me
DESPACHO:
Expeça-se os valores em favor da parte credora. Certifique se ocorreu integralmente os depósitos indicados no ofício de fls. 115. Após, retornem os autos para apreciação de eventual extinção. Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0011086-54.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Diva Gomes Martins, Jessica Jaqueline Gomes do Nascimento, Ketlen Caroline Gomes das Neves, Alan Jander dos Santos Martins, Altielis Martins Pessoa, Davi Nicolas Gomes Farias do Nascimento, Luan Pablo Gomes Ferreira
Advogado:Robson Araújo Leite (OAB/RO 5196)
Requerido:Santo Antonio Energia S. A.
Advogado:Clayton Conrat Kussler (RO 3861), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803), Luciana Sales Nascimento (OAB/PB 17625B)
DESPACHO:
O Nobre Perito designou a perícia para o dia 06/04/2017 às 07h30min.Intimem-se as partes para que, caso queiram, acompanhem a realização dos trabalhos juntamente com seus assistentes técnicos, no local da lide, com início de deslocamento no Fórum Cível de Porto Velho/RO.Por ocasião do início dos trabalhos defiro a liberação de 50% dos honorários periciais.Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0006645-69.2011.8.22.0001
Ação:Desapropriação
Requerente:Santo Antônio Energia S.A
Advogado:Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Luciana Sales Nascimento (OAB/SP 156820), Bianca Paola Camargo de Oliveira (OAB/RO 4020), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803), Gelca Maria de Oliveira Pereira (OAB/RO 4786)
Requerido:Espólio de Isaac Benayon Sabbá, Wesley Vilaça Melo
Advogado:Odair Martini (OAB/RO 30-B), Alexandre Camargo (OAB/RO 704), Clodoaldo Luiz Rodrigues (OAB/RO 2720), Rejane Maria de Lira Cavalcante Medeiros (OAB/RO 1090), Rogério Mauro Schmidt (OAB/RO 3970)
DESPACHO:
Manifestem as partes quanto ao Laudo Complementar anexado. Prazo comum de 30 dias as partes. Porto Velho-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0004189-49.2011.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Raimundo Gonçalves de Araújo
Advogado:Patrícia Bergamaschi de Araújo (OAB/RO 4242)
Executado:Asmup - Associação dos Servidores Públicos Municipais de Porto Velho
DESPACHO:
A parte autora/exequente deverá cumprir com a ordem do DESPACHO de fls. 75 no prazo de 10 dias.Eventual nova inércia nos autos poderá ser verificado a falta de interesse quanto a melhor eficácia dos autos e consequente extinção. Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0000221-69.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Fausta Gomes das Neves Carvalho, Jean Neves de Carvalho, Juscelino Dantas de Souza, Anibiane Berto Lacerda, Bruna Berto de Souza, Maria Vilma Berto Lacerda, Luzia Lopes Souza da Silva, Carpegiane Berto Lacerda, Aricléia Barroso Pinto, Gabriela Berto Barroso, Antonio Dias dos Santos, Maria Dirlane da Silva Pinto, Alene Roseane Ribeiro dos Santos, Adna Russelane Ribeiro dos Santos, Carlos Eduardo da Silva Santos, Camilly Vitória Afonso da Silva, Adrielly Nancy dos Santos Araújo, Daniel Diniz da Silva, Maria de Fatima Vieira Costa
Advogado:Mohamed Abd Hijazi (OAB/RO 4576), Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479)
Requerido:Santo Antônio Energia S. A.
Advogado:Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803), Luciana Sales Nascimento (OAB/SP 156820)
DESPACHO:
A perícia foi designada para o dia 28/03/2017, às 07h30min, a frente deste Fórum para início dos deslocamentos. Ainda indicou os valores corretos para os trabalhos (R$ 30.040,00).Em vista ciência de que a parte requerida solcitou o prazo de 5 dias para pagar, em respeito a parte, concedo o lapso de 15 dias. Sem pagamento neste prazo, será realizado sequestro em conta. Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0021697-08.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Wesley Vilaça Melo
Advogado:Rogério Mauro Schmidt (OAB/RO 3970)
Requerido:Isaac Benayon Sabbá
Advogado:Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740), Odair Martini (OAB/RO 30B)
DESPACHO:
O processo já foi julgado, analisando todos os termos do processo. Deve sr combatido pelo recurso específico em Lei.Certifique quanto ao Trânsito em Julgado, já podendo desapensar este processo dos demais a fim de não haver qualquer prejuízo para o seguimento de todos os processos.Porto Velho-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0011429-84.2014.8.22.0001
Ação:Dissolução e Liquidação de Sociedade
Requerente:Roque da Silva Zeri
Advogado:Delson Fernando Barcellos Xavier (OAB/RO 795)
Requerido:Lourenço e Silva Ltda Me, Espólio de José Mendes Lourenço
DECISÃO:
Compulsando os autos não constatei o cadastramento do advogado das partes requeridas, já que, apesar de devidamente citadas/intimadas, não apresentaram defesa nos autos.Embora tenha sido certificado às fls. 401 que houve a intimação, não visualizei nos autos tal expediente. Inclusive, nos autos apensos (0010879-14.2013.8.22.0102), o processo se encontra na iminência de ser arquivado por ausência de movimentação da parte autora. A fim de regularizar este feito, evitando-se quaisquer futuras alegações de nulidades, determino o cadastramento do advogado indicado na petição de fls. 331/333 e a publicação desta DECISÃO constando seu nome.Determino, ainda, a intimação pessoal dos requeridos para que se manifestem a respeito da petição de fls. 334/399, conforme

DESPACHO de fls. 400 e também quanto aos termos da petição de fls. 403, requerendo o que entender de direito.Não havendo manifestação será considerada a aceitação tácita a respeito do pedido de alienação dos bens indicados pela parte autora.Intimem-se as partes requeridas, ainda, para que apresentem a procuração outorgada ao patrono indicado na petição fls. 331/333.Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0013844-40.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cláudio Rogério Oliveira Silva
Advogado:Ivani Ana Mazzoneto de Toledo (OAB/RO 3580)
Requerido:CENTRAIS ELETRICAS DE RONDÔNIA S.A
Advogado:Uérlei Magalhães de Morais (OAB/RO 3822)
DESPACHO:
Em tese a requerida cumpriu com a ordem de baixa das cobranças no sistema.Assim diga o exequente dentro de 10 dias, quanto a continuidade da demanda, sob pena de entender satisfeito os créditos, arquivando os autos. Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0022753-71.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Niara Maria Rodrigues Leite
Advogado:Fábio Henrique Furtado Coelho de Oliveira (OAB/RO 5105)
Executado:Luan Pinto do Nascimento, Ednaldo Ferreira Maia
DESPACHO:
Defiro o pedido do Credor. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0045889-88.2000.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Banco da Amazônia S/A
Advogado:Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096)
Requerido:Frigorifico Porto Velho Ltda, Renato Costa Queiroz, Claudeci Aparecido de Freitas
Advogado:Benedito Antonio Alves (OAB/RO 947), Cleber Jair Amaral (OAB/RO 2856), Daniele Meira Couto (OAB/RO 2400), Karinny de Miranda Campos (OAB/RO 2413)
DESPACHO:
A parte exequente deverá se manifestar quanto ao prosseguimento da execução bem como quanto aos termos do ofício de fls. 297/298, no prazo impreterível de 15 (quinze) dias, sob pena de imediata extinção e arquivamento do feito.Porto Velho-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0017579-23.2010.8.22.0001
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente:Eloisa Schuwank Maggi
Advogado:Francisco Nunes Neto (OAB/RO 158), José Bruno Ceconello (OAB/RO 1855)
Requerido:Raimundo Nonato da Cunha Carneiro, Cleocileide Souza, Socorro de Tal
Advogado:Edivaldo Soares da Silva (OAB/RO 3082)
DECISÃO:
A análise da petição de fls. 132/162 resta completamente prejudicada por haver sido nominada como se fosse ação autônoma, in casu "cautelar inominada incidental com pedido de liminar" (sic), bem como por se tratar de requerimento formulado por terceiro alheio aos autos.A escrivania deverá certificar se já houve o trânsito em julgado da SENTENÇA de fls. 116/120.No mais, acaso transitada em julgada a SENTENÇA, deverá ser arquivado o presente feito após as formalidades de estilo porquanto já houve o cumprimento do MANDADO de fls. 130/131.Porto Velho-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0005040-49.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Romulo Aleixo Costa
Advogado:Cassio Esteves Jaques Vidal (OAB/RO 5649)
Requerido:Angela da Costa Estral Mosquini, Ozeas de Oliveira
Advogado:Carlos Eduardo Rocha Almeida (OAB/RO 3593), José de Almeida Júnior (OAB/RO 1370), José de Almeida Júnior (OAB/RO 1370)
DESPACHO:
Interposto(s) o(s) recurso(s) de apelação e as contrarrazões pela parte contrária, apenas encaminhe-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para recebimento e processamento do(s) recurso(s), com as nossas homenagens de estilo.Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0017461-76.2012.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S.A.
Advogado:Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Executado:Sarmak Terraplanagens Transporte e Comercio Ltda, George Ferreira Sarmento
DESPACHO:
Defiro a consulta postulada. R. Aguarde-se o trâmite processual. Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0009677-43.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria de Fátima Paiva da Costa
Advogado:Rogério Mauro Schmidt (OAB/RO 3970)
Requerido:Jesse Rodrigues Lobo
Advogado:Paula Márcia de Jesus Menezes (OAB/RO 6371)
DESPACHO:
Como é do conhecimento de toda a comunidade jurídica do Estado de Rondônia, o Processo Judicial Eletrônico foi implantado na Justiça Estadual em 13.7.15.De acordo com a Resolução n.º 13/2014-PR do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, todos os processos em fase de cumprimento de SENTENÇA deverão ser iniciados já na forma digital, in verbis:Art. 16. A partir da implantação do PJe será feita migração de processo do sistema físico para o virtual sempre que for apresentado requerimento de cumprimento de SENTENÇA.Parágrafo único. O cartório deverá anotar o número do processo gerado para cumprimento de SENTENÇA na movimentação processual do processo que será arquivado.Desse modo, deverá o patrono da parte credora/vencedora propor ação de execução pelo sistema do PJE, a ser distribuída por dependência a este juízo, vinculada ao presente feito, anexando-se ao processo incidental os seguintes documentos:a) petição inicial da fase de cumprimento de SENTENÇA;b) memória de cálculo do valor cobrado (no caso de execução por quantia certa);c) cópia da petição inicial do processo principal e eventuais emendas;d) cópia das procurações do autor e réu;e) cópia da SENTENÇA;f) cópia do acórdão do Tribunal de Justiça e dos Tribunais Superiores, se houver;g) cópia da certidão de trânsito em julgado;h) outros documentos que se fizerem necessários ao deslinde da causa;O processo físico (principal) deverá ser arquivado definitivamente.Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0011710-11.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Raimundo Alzino Nogueira dos Santos
Advogado:Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido:Dourival Andrade de Oliveira, Abimael Aguiar Maia

Advogado:Derli Schwanke (OAB/RO 5324), Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Considerando que o processo de cumprimento de SENTENÇA foi iniciado pelo Sistema PJE, não há mais razão para o prosseguimento do processo físico. Dê-se baixa e arquive-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0157958-92.2002.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:José Afrânio de Souza
Advogado:Anísio Feliciano da Silva (OAB/RO 36A)
Requerido:Marcos Antônio Soares Ramos
Advogado:Marcos Soares (OAB/RO 314-A)
DECISÃO:
Não vislumbro motivos para reconsideração da DECISÃO anterior, especialmente em razão da previsão que já existia no CPC/73 (art. 265, § 1º), razão pela qual a mantenho a DECISÃO por seus próprios fundamentos.Transcorrido o prazo sem regularização ou qualquer requerimento do exequente os autos serão extintos por ausência de pressupostos processuais.Porto Velho-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0011659-92.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Adriana Pereira da Silva
Advogado:Aline Silva Corrêa (OAB/RO 4696)
Requerido:Qualicorp Administradora de Benefícios S.A, Sul América
Advogado:Renata Sousa de Castro Vita (OAB/BA 24308)
SENTENÇA:
Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial. Em consequência:a) confirmo a medida liminar; b) declaro a inexistência da dívida discutida nos presentes autos, devendo a parte requerida restituir o valor de R$ 256,00, com correção monetária do ajuizamento da ação e juros da citação;c) condeno as requeridas ao pagamento de R$ 10.000,00, a título de danos morais, com atualização desta SENTENÇA (súmula 362/STJ), e juros também desse arbitramento (Nº 903.258 - RS. Rel. inistra Isabel Galotti). Sucumbente, condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10%, nos termos do art. 85, § 2°, do Código de Processo Civil, diante do julgamento antecipado e da ausência da complexidade da demanda. Pagas as custas, ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se.Extingo o processo por SENTENÇA com resolução de MÉRITO.P.R.I.Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0012869-81.2015.8.22.0001
Ação:Cautelar Inominada (Cível)
Requerente:Ponte Irmão e Cia Ltda
Advogado:Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/SP 128341), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875A), PETERSON MELO DA CRUZ (OAB/PA 18841)
Requerido:House Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado:Edison Fernando Piacentini (OAB/RO 978), Masterson Neri Castro Chaves (OAB/RO 5346)
DESPACHO:
Recebo a competência. Convalido todos os atos até então praticados. Considerando a apresentação de defesa, oportunizo prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de réplica à contestação. Esgotado o prazo acima assinalado, digam as partes no prazo de 15 (quinze) dias se pretendem a produção de outras provas nestes autos.Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0005111-85.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Rocilda Silva do Nascimento
Advogado:Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido:Claro S/A
DESPACHO:
Como é do conhecimento de toda a comunidade jurídica do Estado de Rondônia, o Processo Judicial Eletrônico foi implantado na Justiça Estadual em 13.7.15.De acordo com a Resolução n.º 13/2014-PR do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, todos os processos em fase de cumprimento de SENTENÇA deverão ser iniciados já na forma digital, in verbis:Art. 16. A partir da implantação do PJE será feita migração de processo do sistema físico para o virtual sempre que for apresentado requerimento de cumprimento de SENTENÇA. Parágrafo único. O cartório deverá anotar o número do processo gerado para cumprimento de SENTENÇA na movimentação processual do processo que será arquivado.Desse modo, deverá o patrono da parte credora/vencedora propor ação de execução pelo sistema do PJE, a ser distribuída por dependência a este juízo, vinculada ao presente feito, anexando-se ao processo incidental os seguintes documentos:a) petição inicial da fase de cumprimento de SENTENÇA;b) memória de cálculo do valor cobrado (no caso de execução por quantia certa);c) cópia da petição inicial do processo principal e eventuais emendas;d) cópia das procurações do autor e réu;e) cópia da SENTENÇA;f) cópia do acórdão do Tribunal de Justiça e dos Tribunais Superiores, se houver;g) cópia da certidão de trânsito em julgado;h) outros documentos que se fizerem necessários ao deslinde da causa;O processo físico (principal) deverá ser arquivado definitivamente.Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0007014-92.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria de Nazaré Queiroz de Souza Silveira
Advogado:Luiz Antônio Rebelo Miralha (OAB/RO 700)
Requerido:Banco PSA Finance Brasil S.A.
Advogado:Iris Elena da Cunha Gomes da Silva (OAB/RO 5833), José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)
SENTENÇA:
O feito tramitou regularmente até que as partes juntaram petição requerendo a homologação do acordo estipulado e devidamente assinado por ambas as partes. Posto isso, homologo por SENTENÇA o acordo firmado, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, conforme as cláusulas especificadas.Julgo extinto o processo, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Desde já concedo o desentranhamento dos documentos originais, uma vez substituídos por cópias e certificado pela escrivania.Sem custas e honorários na forma do acordo.No sentido de que com a homologação do presente acordo forma-se um titulo executivo judicial, que poderá ser executado em caso de descumprimento. As partes renunciaram ao prazo recursal.Saliento que caso haja descumprimento, a parte interessada em executar, deverá realizar já pelo procedimento junto ao PJE através de processo novo. Oportunamente arquivem-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0010195-72.2011.8.22.0001
Ação:Prestação de Contas - Exigidas
Requerente:Luiz Carlos Pereira Portela
Advogado:Márcio José dos Santos (OAB/RO 2231)
Requerido:Antonio Airton Gasparelo Junior, Julio Cezar Gasparelo
Advogado:Sabrina Puga (OAB/RO 4879), Jones da Silva Mendanha (OAB/RO 2658), Jones da Silva Mendanha (OAB/RO 2658)
DESPACHO:
Considerando que ambas as partes restaram descontentes com a complementação, evitando-se eventual cerceamento de provas, defiro o pedido das partes, e determino que o Nobre Perito esclareça os pontos alegados pelas partes, conforme solicitação de fls. 645/646 e 650/651.Porto Velho-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0006476-14.2013.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:B. V. S. A.
Advogado:Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Marcelo Brasil Saliba (OAB/RO 5258), Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)
Requerido:E. G. de O.
DESPACHO:
A parte exequente deverá se manifestar quanto ao prosseguimento da execução no prazo impreterível de 15 (quinze) dias, indicando na oportunidade meio efetivo para satisfação da obrigação, sob pena de imediata extinção e arquivamento do feito.Porto Velho-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0011783-75.2015.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Coimbra Importação e Exportação LTDA
Advogado:Anderson Adriano da Silva (OAB/RO 3331), Caroline Carranza Fernandes (OAB/RO 1915), Paola Barbosa Almeida Aono (OAB/RO 5827)
Executado:Construtora Amperes Ltda
DESPACHO:
Considerando a informação prestada pela exequente às fls. 99/101, determino:a) a destituição/revogação da penhora sobre os bens de item “a” de fls. 100;b) que a parte exequente indique detalhadamente o crédito da executada junto a Ceron, para dar efetividade a expedição de eventual MANDADO de penhora;c) a fim de dar celeridade a demanda, confiro consultas ao sistema Bancejud, conforme já pleiteado anteriormente.Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0012944-62.2011.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:José Jorge Tavares Pacheco
Advogado:Jorge Pacheco (OAB/RO 1888)
Executado:Cristiane Arruda Campos
DESPACHO:
Objetivando conferir eficácia e celeridade ao andamento e a sistemática processual, determino que a parte exequente apresente conta-corrente a fim de que seja oficiado ao órgão pagador solicitando-se a transferência direta dos valores, sem a necessidade de expedição de sucessivos alvarás judiciais.Na oportunidade, deverá a parte exequente informar quantos descontos foram realizados e quantos haverão de ser promovidos para saldar o débito.Salienta-se que a parte exequente deverá apresentar uma planilha de evolução do débito (e dos descontos), de forma detalhada, mês a mês, tanto com relação àqueles já efetuados quanto os que haverão de ser promovidos.Lembrando que a partir do primeiro desconto não há mais o que se falar em atualização do saldo devedor ou a inclusão de qualquer encargo sobre o valor da dívida.Sobrevindo as informações, expeça-se ofício ao órgão pagador sem a necessidade de CONCLUSÃO.Expeça-se, ainda, alvará em favor da parte exequente para liberação dos valores que já se encontram disponíveis nos autos.Na sequência, então, encaminhe-se os autos conclusos para prolação de DECISÃO de arquivamento provisório do feito.Prazo de 15 (quinze) dias.Porto Velho-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0263760-06.2007.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Berenice Menezes Ribeiro
Advogado:Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido:M. R. Pereira Mercearia ME
Advogado:Jairo Pelles (OAB/RO 1736)
DESPACHO:
Expeça-se a certidão de crédito conforme pleiteado pelo credor. Após, a parte credora deverá se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, dando o devido prosseguimento ao feito, sob pena de imediata extinção.Porto Velho-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0005949-33.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Energia Sustentável do Brasil S.A.
Advogado:Eder Giovani Sávio (OAB/SC 11131), Fábio Barcelos da Silva (OAB/SC 21562), Renato da Silva Marques (OAB/MT 11664), Rafaela Cristina Lopes Mercês (OAB/RO 3923)
Requerido:Espólio de Leonora Dal Santo Santana
Advogado:João Bosco Vieira de Oliveira (OAB/RO 2213)
DESPACHO:
Apresentado(s) o(s) recurso(s) de apelação, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões.Sobrevindo, ou não, as manifestações da(s) parte(s), encaminhe-se os autos e. Tribunal de Justiça para recebimento e processamento do(s) recurso(s) independentemente de nova CONCLUSÃO, com as nossas homenagens de estilo.Porto Velho-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0018343-72.2011.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:RJD Transportes Rodoviários Ltda EPP-Vapt Log Transportadora
Advogado:Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Érika Scardua Soares (RO 2900)
Requerido:Expresso Brilhante Ltda
DESPACHO:
Considerando que o Ofício expedido a Polícia Rodoviária Federal de fls. 96 não foi respondido, reforço a solicitação de informações. Porto Velho-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito
Clêuda S. M. de Carvalho

ESCRIVÃ JUDICIAL

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
SUGESTÕESOURECLAMAÇÕESFAÇAM-NASPESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
pvh2civel@tj.ro.gov.br
JUIZ: Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Escrivã: Maria Dulcenira Cruz Bentes

Proc.: 0078868-25.2008.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Exequente:Maria Roseane Vieira Marques
Advogado:Anderson de Moura e Silva (OAB/RO 2819), Nayara Oliveira de Paula (OAB/RO 6649)
Executado:Tio Táxi Aéreo Ltda.
Advogado:Carolina Gioscia Leal de Melo (OAB/RO 2592)
FINALIDADE: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada do Oficio de fl.666.

Proc.: 0010788-04.2011.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Celma Alexandre Barbosa Benante
Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Requerido:Jair de Figueiredo Monte

Advogado:Reinaldo Rosa dos Santos (OAB/RO 1618), Marcos Antônio Metchko (OAB/RO 1482)
DESPACHO: Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 48h(quarenta e oito horas), dar andamento ao feito.

Proc.: 0240789-90.2008.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Associação dos Moradores da Vila Residencial de Porto Velho - AMVIR
Advogado:Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Executado:Rondônia Segurança Eletrônica Ltda EPP, EROS BUENO RODRIGUES DANTAS
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre o andamento da carta precatória expedida e distribuída (fls. 401/402).

Proc.: 0023480-64.2013.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Itaú Unibanco S. A.
Advogado:Mauricio Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/RJ 151056)
Executado:Eric J L R da Rocha Me, e J L Locadora de Veiculos Me
DESPACHO:
Vistos,Certifique-se se houve ou não a interposição de Embargos à Execução.Caso negativo, intime-se via DJRO a parte exequente para apresentar planilha detalhada e atualizada do débito, bem como a dizer em termos de prosseguimento válido, no prazo de quinze dias, sob pena de arquivamento.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0013389-75.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Banco Bradesco S.A.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Ildo de Assis Macedo (OAB/MT 3541), Saionara Mari (OAB/MT 5225), Gerson da Silva Oliveira (OAB/MT 8.350)
Requerido:Hennerich & Ferreira Ltda Me
DESPACHO:
Vistos,Defiro o prazo de cinco dias para a parte exequente comprovar o recolhimento complementar das custas da diligência do oficial de justiça, sob pena de extinção e arquivamento.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0001639-42.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Aurea Ribeiro Mercado
Advogado:Eronides José de Jesus (OAB/RO 5840)
Requerido:João Gilberto Assis Miranda, William Santos Maturim, Amaury Erasmo Pinto
Advogado:Rodrigo Luciano Alves Nestor (OAB/RO 1644)
DESPACHO:
Vistos.I - Defiro a citação por edital, com prazo de 20 dias, nos termos do artigo 257, III, do CPC, certificando-se nos autos, observando o disposto no art. 258 do CPC. II - Advirta-se, no respectivo expediente, de que será nomeado curador especial em caso de revelia. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0003837-52.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Azeplast Industria e Comercio Ltda
Advogado:Jamille Rachel Martinazzo (OAB/SC 21.719)
Requerido:Cleverson Carlos de Oliveira Salvione - Me
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos.Embora regulamente intimada (fl. 44v) para impulsionar o feito, a parte autora deixou fluir o prazo que lhe foi assinalado sem requerer qualquer providência, conforme certidão de fls. 45, pelo que, não promovendo a citação da parte ré, deu causa a parte autora à ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, o que culmina com a extinção do feito sem necessidade de intimação pessoal da parte autora, conforme entende o Colendo Superior Tribunal de Justiça:AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO.EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL (FALTA DE CITAÇÃO). INTIMAÇÃO DA PARTE. DESNECESSIDADE.1. A falta de citação do réu, embora transcorridos cinco anos do ajuizamento da demanda, configura ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, ensejando sua extinção sem exame do MÉRITO, hipótese que prescinde de prévia intimação pessoal do autor.2. Agravo regimental desprovido.(AgRg no REsp 1302160/DF, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/02/2016, DJe 18/02/2016)Neste sentido é o posicionamento dos demais tribunais, in verbis:PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE ENDEREÇO APTO PARA CITAÇÃO DO RÉU. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ART. 267, IV, DO CPC. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. APELO NÃO PROVIDO. 1. Não tendo sido formada a relação processual, ante a falta da citação do réu, é possível que o magistrado, de ofício, proceda à extinção do processo, sem julgamento do MÉRITO, por ausência de um dos pressupostos processuais de existência e validade do processo (CPC, art. 267, IV). 2. A extinção do processo não foi por negligência ou abandono da causa, motivo pelo qual, de imediato se afasta a tese recursal de intimação pessoal da parte autora, haja vista que tão somente nestas hipóteses é que se exige a intimação pessoal da parte. 3. Apelo não provido. (TJ-PE - APL: 3615952 PE, Relator: Francisco Eduardo Goncalves Sertorio Canto, Data de Julgamento: 30/04/2015, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 12/05/2015)EXTINÇÃO DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO, DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. Extinto o processo em razão de ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, tal qual o não aperfeiçoamento de citação por inércia do autor, mostra-se desnecessária sua intimação pessoal, não se aplicando o §1º do art. 267 do CPC, pois o mesmo se refere apenas a extinção do processo por abandono processual (incisos II e III). (TJRO. Apelação Cível nº 0313425-54.2008.8.22.0001. Rel. Des. Marcos Alaor D. Grangeia. Julgado em 20/10/2010)A DECISÃO combatida não merece reparos, uma vez que não aperfeiçoada a citação válida e regular do réu, por inércia do apelante, a extinção do processo é medida que se impõe, por ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo (Art. 219, do CPC). Ademais, na hipótese não se aplica à Súmula n. 240 do STJ, uma que não aperfeiçoada a relação processual. A propósito:STJ. PROCESSUALCIVIL.AGRAVOREGIMENTALEMRECURSO ESPECIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. ABANDONO DA CAUSA. INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DO RÉU. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA N. 240/STJ NO CASO. 1. A intimação da autora foi pessoal nos moldes do art. 267, § 1º do CPC, pois restou comprovado que ela tomou conhecimento de que deveria promover o andamento do feito em 48 horas e assim não o fez. 2. É inaplicável o Enunciado n. 240/STJ quando não instaurada a relação processual com a citação do réu, haja vista a impossibilidade de presumir que este tenha interesse na continuidade do feito. Precedentes. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ - AgRg no REsp: 1142636 RS 2009/0102858-0, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 07/10/2010, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 05/11/2010)Correta, portanto, a DECISÃO recorrida ao extinguir o feito com base no DISPOSITIVO retromencionado, uma vez que, intimada a promover a citação do réu, a ora apelante não atendeu à determinação judicial. (TJRO.

Apelação Cível nº 0006564-23.2011.8.22.0001. 2ª Câmara Cível. Rel. Des. Isaias Fonseca Moraes. Julgado em 20/01/2015)Ante ao exposto, de ofício, com fundamento no art. 485, IV c/c parágrafo 3º, do CPC, JULGO EXTINTO o processo, uma vez que os pressupostos processuais são matéria de ordem pública. Custas na forma da lei.Faculto o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante a substituição por cópias às expensas da parte autora.Com o trânsito em julgado desta DECISÃO, procedam-se às baixas e comunicações pertinentes, arquivando-se os autos.P. R. I. C.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0020969-93.2013.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo
Advogado:Mauricio Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/RJ 151056), Karinny de Miranda Campos (OAB/RO 2413)
Requerido:Bruno Souza Silva Nunes
DESPACHO:
Vistos,Regularmente intimada às fls. 112 a apresentar planilha atualizada do débito, a parte exequente limitou-se a juntar às fls. 113/114 a mesma planilha já acostada às fls. 109/110, pelo que, oportunizo novo prazo de cinco dias para a parte exequente colacionar aos autos planilha atualizada do débito, sob pena de arquivamento.Ressalta-se que no sítio eletrônico deste TJ/RO (www.tjro.jus.br) existe uma ferramenta eletrônica que possibilita a realização dos referidos cálculos.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0009319-20.2011.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Paulo Roberto da Silva
Advogado:Diego de Paiva Vasconcelos (OAB/RO 2013), Eudes Costa Lustosa (OAB/RO 3431), Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2827), Mayra Marinho Miarelli (OAB/RO 4963), Indiele de Moura (OAB/RO 6747)
Requerido:Maria Rodrigues Ribeiro da Silva
Advogado:Walmar Meira Paes Barreto Neto (OAB/RO 2047), José Eduvirge Alves Mariano (OAB/RO 324A), Mirleni de Oliveira Mariano Meira (OAB/RO 5708)
DESPACHO:
Vistos,Considerando o ofício de fls. 208, expeça-se novo MANDADO de averbação, nos termos do DESPACHO de fls. 203.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0003694-05.2011.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Onório Luiz de Freitas
Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:José Afonso Florêncio, Rita de Cássia Carvalho de Souza Florêncio
DESPACHO:
Vistos,Considerando a apresentação das certidões negativas do 1º, 2º e 3º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca (fls. 111, 115 e 121), cumpra-se a determinação de fls. 108, intimando-se as partes para apresentarem os seus memoriais no prazo sucessivo de quinze dias.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0012354-46.2015.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:HSBC Bank Brasil- Banco Múltiplo S/A
Advogado:Melanie Galindo Martim Azzi (RO 3793), Melanie Galindo Martinho (OAB/RO 3793)
Requerido:Otavio Rubens Retamal Barbosa
DESPACHO:
Vistos.Considerando a diligência pretendida às fls. 117, deve a parte autora comprovar o recolhimento das custas referentes aos artigos 17 a 19 da Lei Estadual nº 3.896/16, no prazo de cinco dias, sob pena de indeferimento do pedido e, em caso de inércia, extinção do feito.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0004170-04.2015.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S. A.
Advogado:Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708), Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790), Marçal Marcellino da Silva Neto (OAB/PA 5865), Washington Ferreira Mendonça (OAB/RO 1946), Marcelli Rebouças de Queiroz Jucá (OAB/RO 1759), Jacir Scartezini (OAB/SC 7323)
Executado:Wesley dos Santos Pereira, João Simeão da Silva
DESPACHO:
Vistos,Considerando a inércia da leiloeira indicada (fls. 41), diga a parte exequente em termos de prosseguimento válido do feito, no prazo de quinze dias, sob pena de arquivamento. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0006477-28.2015.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:Sudoeste Industria e Comercio de Alimentos Ltda
Advogado:Tiago de Aguiar Moreira (OAB/RO 5915), Jesus Clezer Cunha Lobato (OAB/RO 2863)
Requerido:Eliton Moab da Cruz Costa
DESPACHO:
Vistos,Considerando a apresentação da planilha atualizada do débito (fls. 56), cumpra-se a determinação de fls. 53.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0006884-68.2014.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:BB Administradora de Consórcios S.A.
Advogado:Humberto Luiz Teixeira (157875-SP)
Requerido:Rodrigo Reis Barreto
DESPACHO:
Vistos,Considerando que a diligência perante o endereço indicado às fls. 65 já restou infrutífera, conforme certidão de fls. 43, indefiro o pedido de desentranhamento eis que a parte autora não demonstra qualquer fundamentação a justificar a renovação do ato processual por meio de oficial de justiça naquele endereço, tampouco pretende acompanhar a diligência, demonstrando desídia no impulsionamento válido da ação.Posto isso, fica a parte autora intimada a promover a citação do requerido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0001040-06.2015.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Caixa Seguradora S. A.
Advogado:Alberto Branco Junior (OAB/SP 86475)
Requerido:Gilberto dos Santos Vitor
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos.Embora regulamente intimada (fl. 58v) para impulsionar o feito, a parte autora deixou fluir o prazo que lhe foi assinalado sem requerer qualquer providência, conforme certidão de fls. 59, pelo que, não promovendo a citação da parte ré, deu causa a parte autora à ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, o que culmina com a extinção do feito sem necessidade de intimação pessoal da parte autora, conforme entende o Colendo Superior Tribunal de Justiça:AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO.EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL (FALTA DE CITAÇÃO). INTIMAÇÃO DA PARTE.

DESNECESSIDADE.1. A falta de citação do réu, embora transcorridos cinco anos do ajuizamento da demanda, configura ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, ensejando sua extinção sem exame do MÉRITO, hipótese que prescinde de prévia intimação pessoal do autor.2. Agravo regimental desprovido.(AgRg no REsp 1302160/DF, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/02/2016, DJe 18/02/2016)Neste sentido é o posicionamento dos demais tribunais, in verbis:PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE ENDEREÇO APTO PARA CITAÇÃO DO RÉU. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ART. 267, IV, DO CPC. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. APELO NÃO PROVIDO. 1. Não tendo sido formada a relação processual, ante a falta da citação do réu, é possível que o magistrado, de ofício, proceda à extinção do processo, sem julgamento do MÉRITO, por ausência de um dos pressupostos processuais de existência e validade do processo (CPC, art. 267, IV). 2. A extinção do processo não foi por negligência ou abandono da causa, motivo pelo qual, de imediato se afasta a tese recursal de intimação pessoal da parte autora, haja vista que tão somente nestas hipóteses é que se exige a intimação pessoal da parte. 3. Apelo não provido. (TJ-PE - APL: 3615952 PE, Relator: Francisco Eduardo Goncalves Sertorio Canto, Data de Julgamento: 30/04/2015, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 12/05/2015)EXTINÇÃO DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO, DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. Extinto o processo em razão de ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, tal qual o não aperfeiçoamento de citação por inércia do autor, mostra-se desnecessária sua intimação pessoal, não se aplicando o §1º do art. 267 do CPC, pois o mesmo se refere apenas a extinção do processo por abandono processual (incisos II e III). (TJRO. Apelação Cível nº 0313425-54.2008.8.22.0001. Rel. Des. Marcos Alaor D. Grangeia. Julgado em 20/10/2010)A DECISÃO combatida não merece reparos, uma vez que não aperfeiçoada a citação válida e regular do réu, por inércia do apelante, a extinção do processo é medida que se impõe, por ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo (Art. 219, do CPC). Ademais, na hipótese não se aplica à Súmula n. 240 do STJ, uma que não aperfeiçoada a relação processual. A propósito:STJ. PROCESSUALCIVIL.AGRAVOREGIMENTALEMRECURSO ESPECIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. ABANDONO DA CAUSA. INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DO RÉU. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA N. 240/STJ NO CASO. 1. A intimação da autora foi pessoal nos moldes do art. 267, § 1º do CPC, pois restou comprovado que ela tomou conhecimento de que deveria promover o andamento do feito em 48 horas e assim não o fez. 2. É inaplicável o Enunciado n. 240/STJ quando não instaurada a relação processual com a citação do réu, haja vista a impossibilidade de presumir que este tenha interesse na continuidade do feito. Precedentes. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ - AgRg no REsp: 1142636 RS 2009/0102858-0, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 07/10/2010, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 05/11/2010)Correta, portanto, a DECISÃO recorrida ao extinguir o feito com base no DISPOSITIVO retromencionado, uma vez que, intimada a promover a citação do réu, a ora apelante não atendeu à determinação judicial. (TJRO. Apelação Cível nº 0006564-23.2011.8.22.0001. 2ª Câmara Cível. Rel. Des. Isaias Fonseca Moraes. Julgado em 20/01/2015)Ante ao exposto, de ofício, com fundamento no art. 485, IV c/c parágrafo 3º, do CPC, JULGO EXTINTO o processo, uma vez que os pressupostos processuais são matéria de ordem pública. Custas na forma da lei.Faculto o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante a substituição por cópias às expensas da parte autora.Com o trânsito em julgado desta DECISÃO, procedam-se às baixas e comunicações pertinentes, arquivando-se os autos.P. R. I. C.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0007517-45.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valdelice Oliveira de Moura Freitas
Advogado:Emerson Baggio (OAB/RO 4272), Thiago de Assis da Silva (OAB/SC 35135)
Requerido:Seguradora LÍder do Consórcio do Seguro DPVAT
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Diego Vinícius Sant Ana (OAB/RO 6880)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos.Valdelice Oliveira de Moura Freitas interpôs ação de cobrança em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat alegando em síntese ser beneficiária do Seguro Obrigatório de Veículos Automotores (DPVAT) em razão ter sido vítima de acidente de trânsito, em 27/08/2014, o que lhe acarretou uma invalidez permanente parcial, em razão de debilidade em seu membro superior direito. Alega ainda que recebeu administrativamente a quantia de R$ 1.687,50. Requer a concessão da assistência judiciária gratuita e a condenação da requerida ao pagamento da complementação do seguro, no valor de R$ 5.400,00. Junta documentos.Às fls. 18 foi deferida a assistência judiciária gratuita.Citada, a parte requerida apresentou contestação às fls. 20/24, argumentando que o quantum indenizatório deve se ater aos termos do artigo 3º, II da Lei nº 6.194/74, com as alterações perpetradas pela Lei nº 11.482/2007, que fixa o valor da indenização para os casos de invalidez permanente em até R$ 13.500,00, ao percentual da incapacidade, de acordo com a MP nº 451. Justifica ainda a necessidade de realização de perícia médica para se aferir o grau e a irreversibilidade das lesões sofridas pelo autor. Sustenta que os juros moratórios devem incidir a partir da citação e a correção monetária a partir do ajuizamento da ação. Argumenta que os honorários advocatícios devem ser fixados no montante máximo de 15% sobre o valor líquido apurado na SENTENÇA. Requer a improcedência da ação. Junta documentos.Regularmente intimada, a parte autora não se manifestou em réplica, conforme certidão de fls. 39.Às fls. 46/47 foi juntado o Laudo Médico Pericial, o qual diz que não há danos ao patrimônio físico, passíveis de reparação pecuniária securitária, pelo que a requerida se manifestou às fls. 48, quedando-se silente a parte autora (fl. 49).É o relatório.Decido. Compulsando os autos, verifico que a parte requerente apresentou um dos requisitos previsto nas Leis nº 6.194/74, n. 8.441/92, qual seja, o registro de ocorrência policial demonstrando que foi vítima de acidente de trânsito.O outro requisito exigido pela citada lei é o laudo médico complementar que atestará a existência, bem como a quantificação da lesão ou sequela. Assim, revela-se imprescindível a comprovação da existência e a quantificação do grau de invalidez, ainda que simplesmente mínimo, médio ou máximo.Conforme se observa, com a laudo médico complementar apresentado não se observou a ocorrência de lesão permanente ou de perda anatômica e/ou funcional, nem a ocorrência de sequelas em razão do acidente automobilístico. Desta forma, a parte autora não se desincumbiu de provar os fatos constitutivos de seu direito, eis que considerando que não houve lesão permanente, não faz jus ao recebimento do seguro. Do exposto, nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial e, por conseguinte, condeno a requerente em custas e honorários advocatícios fixando estes que arbitro em 10% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, parágrafo 2º e artigo 98, §§ 2º, 3º e 4º, ambos do CPC. Não havendo o pagamento espontâneo e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA dentro do prazo de quinze dias do trânsito em julgado, certifique-se e proceda-se ao cálculo das custas finais e intime-se para pagamento. Se não pagas, inscreva-se em dívida ativa e arquivem os autos.Consigne-se desde já que para o correto prosseguimento de eventual pedido de cumprimento de SENTENÇA, deverá a parte exequente adentrar com a peça inicial neste sentido pelo Sistema Processual Eletrônico PJE, conforme artigo 16, da Resolução 13/2014-PR-TJRO, a qual deverá ser distribuída por dependência a esta unidade jurisdicional, por meio da aba Processo/Novo Processo Incidental.Ressalte-se ainda que deve a parte exequente anexar à peça inicial de cumprimento de

SENTENÇA, como documentos: a petição inicial da ação originária, a SENTENÇA, o acórdão, a certidão de trânsito em julgado, a planilha atualizada de débito conforme os índices adotados por este TJ/RO, procuração das partes e qualquer documento que entenda pertinente.Lado outro, caso protocolada peça, gerando processo novo de cumprimento em relação a este processo, deverá ser anotado o número do processo PJE nos autos físicos, arquivando-se em seguida e intimando-se as partes por publicação no Diário da Justiça.P.R.I.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0023151-18.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jose Ailton Alves Cabral
Advogado:Genival Fernandes Gegê de Lima (OAB/RO 2366)
Denunciado:Roda Brasil Agencia de Viagens e Turismo Ltda - Me, Bradesco Vida e Previdência, Companhia Mutual de Seguros
Advogado:José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529), Valéria Maria Vieira Pinheiro (OAB/RO 1528), Renato Tadeu Rondina Mandaliti (OAB/SP 115762), Iris Elena da Cunha Gomes da Silva (OAB/RO 5833), Rafael Werneck Cotta (OAB/RJ 167.373), Matheus Evaristo Sant Ana (OAB/RO 3230)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos. José Ailton Alves Cabral ajuizou a presente ação de indenização por danos morais em face de Roda Brasil Agência de Viagens e Turismo Ltda alegando, em síntese, que, na condenação de passageiro do ônibus Mercedes Bens placa LPX 2143, de propriedade da requerida, no dia 08/11/2013, o ônibus se envolveu em acidente de trânsito na BR 364. Diz que em razão do sinistro foi atendido no Hospital Unimed com fraturas nos membros superiores e inferiores. Assevera que o transportador deve levar o passageiro incólume até o local de seu destino. Requer indenização por danos morais, em valor não inferior a R$ 20.000,00 e os benefícios da assistência judiciária gratuita. Junta documentos. Devidamente citada, a requerida apresentou contestação. Preliminarmente, denunciou a lide a seguradora Companhia Mutual Seguros. No MÉRITO, alega, em síntese, que o autor sustenta a sua pretensão indenizatória em Boletim de Ocorrência, mas que este documento não tem presunção absoluta, admitindo prova em contrário. Diz que transporta trabalhadores da usina de Jirau e os orienta para que coloquem cinto de segurança. Assevera que o autor não seguiu a orientação e acabou sofrendo as lesões descritas na inicial. Defende a inexistência de nexo causal, a culpa concorrente do autor em razão da ausência de utilização do cinto de segurança, ser incabível indenização por danos morais e a necessidade do autor comprovar o que alega. Discorre sobre a teoria do mero aborrecimento e identifica a diferença entre este instituto e o dano moral. Em seguida, destaca a importância de caracterização do dolo como pressuposto para indenizar o dano moral. Requer seja acolhido o pedido de denunciação a lide da seguradora Companhia Mutual Seguros e a improcedência da ação. Junta documentos. Réplica às fls. 116/118.Denunciação à lide deferida às fls. 119. Citada, a Seguradora Bradesco Companhia de Seguros apresentou contestação. Preliminarmente, afirma a ausência de contrato de seguro com a empresa requerida. No MÉRITO, alega, em síntese, que não foi localizado registro de processo, de forma que somente tomou conhecimento do sinistro por ocasião da citação. Discorre sobre os limites de responsabilidade das seguradoras e da interpretação do contrato de seguro. Diz que restou contratado somente a cobertura para acidentes pessoais por passageiros, garantindo indenização nos limites da apólice para os casos de morte ou invalidez permanente para cada passageiro do veículo segurado. Defende a inocorrência de danos morais. Requer a improcedência da ação e da lide secundária. Junta documentos. Às fls. 142 há DESPACHO determinando a manifestação da requerida para que informe se ainda pretende a denunciação a lide, do qual se manifestou informando que a sua Seguradora é a Companhia Mutual Seguros e apresentou endereço. Citada, a denunciada Companhia Mutual Seguros apresentou contestação, fls. 148/160, informando, preliminarmente, a decretação de sua liquidação extrajudicial e a necessidade de lhe ser concedido o benefício da assistência judiciária gratuita. Suscita a preliminar de inépcia da inicial, tendo em vista a incongruência entre as datas alegadas e as provas apresentadas nos autos, tendo em vista que o acidente ocorreu em novembro e os documentos médicos são de datas anteriores. No MÉRITO, defende a necessidade de delimitação da sua responsabilidade com base nas condições contratuais, indenizando somente os riscos previstos no contrato, no caso, dano moral de passageiro R$ 5.000,00. Defende a inexistência de solidariedade entre seguradora e segurada, devendo a seguradora garantir reembolso no caso de eventual condenação da empresa segurada. Afirma a presença de excludente de responsabilidade, em razão da culpa exclusiva do autor pelas lesões, tendo em vista a inobservância do dever básico de utilização de cinto de segurança, restando caracterizada a culpa concorrente entre o autor e a empresa requerida. Segue aduzindo sobre as contradições da documentação médica apresentada nos autos, sobre a inexistência de boletim médico de atendimento e a ausência de gravidade nas lesões, assim como a contradição entre a data dos fatos e dos atendimentos médicos. Assevera, pelo princípio da eventualidade, que inexiste danos morais. Requer a improcedência da ação. Junta documentos. Réplica da autora às fls. 178/180.Determinada a especificação de provas, a parte autora requereu o julgamento antecipado da lide. A denunciada Companhia Mutual de Seguros e a empresa requerida requereram o depoimento pessoal da parte autora e produção de prova testemunhal. Bradesco Auto RE Companha de Seguros novamente ressalta a ausência de contrato de seguro entre as partes. É o necessário relatório.Decido. Trata-se de ação indenizatória por danos morais decorrentes de acidente de trânsito. Não há dúvidas, até mesmo porque não foi controvertido pelas partes, que o requerente foi vitimado por acidente automobilístico enquanto era transportado por veículo da empresa requerida. Ademais, documento nesse sentido, fls. 28. Anoto, por necessário, que as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público respondem objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, nos termos do artigo 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal. Nessa condição, sua responsabilidade objetiva independe de verificação de culpa, o que exclui a tese da empresa ora requerida de ausência de culpa e inexistência do dever de indenizar. A simples demonstração do liame causal entre a conduta e o dano é suficiente para configurar a obrigação. Assim, somente a situação de caso fortuito, força maior ou culpa exclusiva da vítima teria o condão de exonerar a ré de sua responsabilidade. Nessa toada, a parte requerida, e a denunciada, defendem, ou a culpa exclusiva ou concorrente do autor, uma vez que não utilizava cinto de segurança no momento da colisão. No entanto, não verifico em que medida o autor, por não estar utilizando o cinto de segurança, teria contribuído com o acidente que lhe causou lesões corporais e, consequentemente, danos morais. Fato é que o motorista do ônibus, por imprudência, chocou na traseira de outro ônibus, começando verdadeiro "engarrafamento" de batidas. Isso sim foi o que causou os danos noticiados na inicial. Em suma, não há nos autos qualquer prova de que a infração administrativa (falta de uso de cinto de segurança por parte do autor) tenha concorrido, de alguma forma, para a ocorrência do acidente, ou que seu uso pudesse ter o condão de impedir sua causação ou em que medida poderia diminuir as lesões sofridas pelo autor.A requerida e denunciada requereram produção de prova testemunhal e depoimento pessoal do autor para comprovar a dinâmica - motivo do acidente assim como forma para comprovar que o acidente decorreu de culpa exclusiva do autor. Ocorre todos estes pontos são impertinentes e irrelevantes no caso em apreço. Em se tratando de responsabilidade objetiva, pouco importa a dinâmica e motivo do acidente, bastando a sua ocorrência, e caracterização de dano, para a configuração da responsabilidade civil do transportador. Outrossim, como já afirmado, a utilização ou não de cinto de segurança pelo autor, de forma alguma, poderia ter causado o sinistro. Assim, não há que se falar, pois, em culpa

concorrente da vítima. Muito menos a sua culpa exclusiva. Cumpre anotar que a contradição apontada pela denunciada, com relação as datas dos documentos apresentados, do que decorreria a inépcia da inicial, não merece acolhida. Isso porque, a autora esclarece a data correta do sinistro, que ocorreu em 10/07/2013 às 18h45, fls. 34 e 181 dos autos. Não há contradição entre os documentos apresentados, devendo ser rejeitada a preliminar de inépcia da inicial.As provas dos autos atesta danos que o acidente impôs ao requerente.A ocorrência de fls. 17 noticia a dinâmica do acidente, por isso também desnecessária a prova testemunhal e depoimento pessoal protestado pelas requeridas, e o documento de fls. 28 noticia o autor como passageiro do veículo da requerida, assim como a ocorrência de lesões graves em razão do sinistro. Os documentos e relatórios médicos comprovam o infortúnio sofrido pela vítima. Há Laudo, fls. 54, datado de 16/07/2013 que atesta fratura horizontal do corno posterior do menisco medial. Há ainda diversos receituários e relatórios médicos que atestam internação em 05/09/2013 para a realização de procedimento cirúrgico Meniscectomia.Quanto a necessidade de se averiguar a extensão do dano, isto é irrelevante e impertinente ao caso ora em apreço, pois se trata de danos in re ipsa em razão do acidente em si. Assim, é evidente o dever de indenização, especialmente porque esta obrigação deriva da lei civil e da própria constituição federal, restando-nos tão somente aquilatar o valor do dano moral. O dano moral puro se refere ao sofrimento e à angústia causados pela simples participação do requerente no acidente automobilístico. É de ordem íntima, que ocorre independentemente da ocorrência de sequelas ou de qualquer circunstância externa. Os danos morais sofridos pela vítima são evidentes, já que consistentes no abalo permanente na esfera psíquica do requerente, decorrentes da conduta imprudente do preposto do requerido. Resta perquirir, portanto, o valor que deve ser atribuído a título de indenização pelo dano moral. A jurisprudência, inclusive do Tribunal de Justiça de Rondônia, é pacífica quanto aos critérios que devem ser adotados pelo Magistrado na fixação do valor da indenização por dano moral, devendo o julgador fazê-lo segundo seu arbítrio, visando sempre desestimular a prática de novos atos lesivos e procurando ressarcir a vítima do incômodo indevidamente imposto. Entretanto, não existindo parâmetros ou limites certos fixados na legislação, o arbitramento do valor da indenização se torna uma das tarefas mais árduas exigidas do magistrado, notadamente porque o valor fixado, mesmo seguindo as bases jurisprudenciais, quase nunca satisfaz as partes. Como se sabe, as vítimas sempre entendem que o valor arbitrado é irrisório e o devedor, a seu turno, entende excessiva a reprimenda pecuniária aplicada. Pois bem. Tratando-se de dano moral, a jurisprudência tem indicado o seguinte caminho: Na falta de regras precisas para a fixação da indenização por danos morais, deve tal fixação ocorrer ao prudente arbítrio do juiz que, da análise das circunstâncias do caso concreto e informado pelos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, determinará o valor mais condizente com o grau da culpa do agente e a extensão do prejuízo sofrido. (Apelação nº 100.021.2007.000275-5. Relator Desembargador Miguel Mônico Neto) Nesse sentido, pode-se concluir que havendo o dano moral, o quantum a ser arbitrado é aquele que equilibra o mal sofrido com o suficiente para aplacá-lo, não podendo gerar ônus excessivo para uma parte, com enriquecimento da outra. No caso em apreço, o autor não apresentou maiores consequências em razão do ilícito causado pela empresa requerida. É bem certo que só o fato de se encontrar sendo vítima de acidente de trânsito, que lhe causou lesões corporais, com necessidade de intervenção cirúrgica, é o suficiente para caracterizar abalo que deve ser indenizado. Mas afora isso, o autor não comprovou maiores prejuízos.Assim, considero que o valor da condenação deve servir para, além de indenizar pelos infortúnios causados ao autor, também de estímulo para que o requerido oriente seus motoristas para que desenvolvam uma condução de veículo de maneira defensiva, sem que, todavia, isso implique em enriquecimento indevido do requerente, pelo que fixo a indenização no montante de R$ 5.000,00, quantia que considero suficiente para cumprir a dupla função de compensar o prejuízo suportado pela vítima e penalizar o ato ilícito praticado pela requerida, levando em conta a repercussão do dano e a dimensão do constrangimento. Informo, oportunamente, que Seguradora Bradesco Companhia de Seguros, que apresentou contestação como denunciada, foi inserida nesta lide de forma equivocada, tendo em vista que o seu endereço constava como endereço da Seguradora da empresa requerida. Assim, a empresa requerida deve arcar com os honorários advocatícios da referida seguradora e esta deve ser excluída do polo passivo da lide. Quanto a seguradora Companhia Mutual de Seguros apresenta Portaria através da qual o Superintendente da SUSEP decreta a sua liquidação extrajudicial, datada de novembro de 2015. Informa que o regime jurídico de liquidação extrajudicial prevê a necessidade de suspensão das ações e execuções sobre direitos e interesses relativos ao acervo da entidade liquidanda. Requer também os benefícios da assistência judiciária gratuita. Ocorre que, tendo em vista o decurso temporal desde a decretação da liquidação extrajudicial, ausente prova de que a denunciada ainda está nesta situação, deixo de apreciar o pedido de benefício da assistência judiciária e ainda a suspensão dos autos, o que não impede que os referidos pedidos sema observados e apreciados, a qualquer momento, caso comprovado a continuidade da liquidação.Do exposto, com fundamento no art. 487, I do CPC JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, formulado, na lide principal, por José Ailton Alves Cabral em desfavor de Roda Brasil Agência de Viagens e Turismo Ltda ME e, em consequência, condeno a requerida no pagamento de indenização a título de danos morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), valor esta considerado atualizado nesta data.Custas, despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados, na forma do §2º do art. 82 do CPC, em 15% (quinze por cento) da condenação, a cargo da empresa requerida.Quanto à lide secundária, JULGO PROCEDENTE a pretensão de Roda Brasil Agência de Viagens e Turismo Ltda ME em desfavor de Companhia Mutual de Seguros e, em consequência condeno a denunciada ao ressarcimento, à requerida, pelo que esta pagar a título de danos morais ao autor, delimitando o valor a ser ressarcido ao limite previsto no contrato de seguro.Os honorários advocatícios ficam arbitrados em 10% (dez por cento) da condenação, a cargo da denunciada Companhia Mutual de Seguros.Condeno a empresa requerida no pagamento dos honorários advocatícios da Seguradora Bradesco Companhia de Seguros, que arbitro em R$ 500,00.Não havendo o pagamento espontâneo e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA dentro do prazo de quinze dias do trânsito em julgado, certifique-se e proceda-se ao cálculo das custas finais e intime-se para pagamento. Se não pagas, inscreva-se em dívida ativa e arquivem os autos.Consigne-se desde já que para o correto prosseguimento de eventual pedido de cumprimento de SENTENÇA, deverá a parte exequente adentrar com a peça inicial neste sentido pelo Sistema Processual Eletrônico PJE, conforme artigo 16, da Resolução 13/2014-PR-TJRO, a qual deverá ser distribuída por dependência a esta unidade jurisdicional, por meio da aba Processo/Novo Processo Incidental, cabendo ao interessado o cadastramento dos advogados de ambas as partes.Ressalte-se ainda que deve a parte exequente anexar à peça inicial de cumprimento de SENTENÇA, como documentos: a petição inicial da ação originária, a SENTENÇA, o acórdão, a certidão de trânsito em julgado, a planilha atualizada de débito, conforme os índices adotados por este TJ/RO, procuração das partes e qualquer documento que entenda pertinente.Lado outro, caso protocolada peça, gerando processo novo de cumprimento em relação a este processo, deverá ser anotado o número do processo PJE nos autos físicos, arquivando-se em seguida e intimando-se as partes por publicação no Diário da Justiça.P.R.I.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito
Maria Dulcenira Cruz Bentes

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( )
Processo nº 7001990-22.2017.8.22.0001
AUTOR: JOAQUIM LOPES DE AMORIM FILHO, MARIA FRANCISCA DE SOUZA COELHO, JOZIELE DE SOUZA AMORIM
ADVOGADO: Paulo Fernando Lérias(OAB/RO 3747), Paulo Roberto da Silva Maciel (OAB/RO 4132), Clair Borges dos Santos (OAB/RO 7688), Cyanira de Fátima Sousa Oliveira Maciel(OAB/RO 5449),
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
FINALIDADE: Por ordem do Exmo. Dr. Juiz de Direito do Porto Velho - 2ª Vara Cível, fica V. Sa. intimada do inteiro teor do DESPACHO, conforme segue transcrito abaixo, bem como INTIMADA a proceder a habilitação dos advogados a fim de proceder INTIMAÇÕES via Sistema PJE
DESPACHO: "Vistos.I - Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita e da prioridade na tramitação. Anote-se.II - Fica a parte autora intimada a, no prazo de quinze dias, informar o CPF dos menores Wender Kaue de Souza Amorim e Daniel Kelvim de Souza Amorim para regular associação junto ao sistema Pje, sob pena de sua exclusão do polo ativo.III - Fica a parte autora intimada a, no prazo de quinze dias, sob pena de indeferimento da inicial:a) esclarecer a esse Juízo no que consiste o dano moral e dano moral ambiental que alega ter sofrido, bem ainda como a existência de ambos não configuraria bis in idem, devendo ainda, esclarecer como chegou ao valor pretendido.b) indicar se pretende a realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação, conforme disciplina o artigo 319, VII do Novo Código de Processo Civil."
Porto Velho, 7 de fevereiro de 2017

3ª VARA CÍVEL

Juiz de Direito OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
Júlia Nazaré Silva Albuquerque
Escrivã Judicial
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NO VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
JUIZ DIRETOR: pvhjuizcivel@tj.ro.gov.br
ESCRIVÃO: pvh3civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0000991-67.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valdir Alves da Silva
Advogado:Maguis Umberto Correia (OAB/RO 1214), Allan Pereira Guimarães (OAB/ RO 1.046), Luiz Felipe da Silva Andrade (OAB/RO 6175), Sicilia Maria Andrade Tanaka (OAB/RO 5940), Adercio Dias Sobrinho (OAB/RO 3476)
Requerido:Orestes Fernandes Polo
Advogado:Cândido Ocampo Fernandes (OAB/RO 780), Valéria Moreira de Alencar Ramalho (OAB/RO 3719), Renan Afonso Damasceno Serrati (OAB/RO 617E), Igor Amaral Gibaldi (OAB/RO 6521)
Recurso de Apelação Partes:
Ficam as partes, por via de seu(uas) Advogados(as), no prazo de 15 (quinze) dias, intimadas a se manifestarem sobre os Recursos de Apelação apresentados.

Proc.: 0019755-67.2013.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Executivo Federal do Estado de Rondônia CREDIFORT
Advogado:Rozinei Teixeira Lopes (OAB/RO 5195), Antônio da Fonseca Barbosa Atipos (OAB/RO 3267)
Executado:Carlos Terceiro de Medeiros
Depósito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), a manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o depósito de fl(s) 167 a 173.

Proc.: 0219979-60.2009.8.22.0001
Ação:Cautelar Inominada (Cível)
Requerente:Mariângela de Lima Bezerra Santos, Angelo Luiz Santos de Carvalho
Advogado:Nilson Aparecido de Souza (OAB/RO 3883)
Requerido:Banco do Brasil S/A
Advogado:Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8123), Eder Castro de Oliveira Gomes (OAB/RO 787-E), Maria Heloísa Bisca Bernardi (OAB/RO 5758), Servio Túlio de Barcelos (OAB/RO 6673A), José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB/RO 6676A), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714), Carlos Alberto Cantanhede de Lima Junior (OAB/RO 8100)
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0000035-80.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cirlene Alves Diniz, Lucas Diniz do Nascimento, Matheus Diniz do Nascimento
Advogado:Heliton Santos de Oliveira (OAB/RO 5792)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado:Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910), Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
Petição/Depósito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), a manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre a petição e o depósito efetuado pela parte requerida de fl(s) 164 a 169.

Proc.: 0010670-57.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Lailson de Souza Rodrigues
Advogado:José Jorge Tavares Pacheco (OAB/RO 1888)
Requerido:James Cley Cajazeira de Souza
Intimação - Autor:
Fica o advogado José Jorge Tavares Pacheco (OAB/RO 1888), no prazo de 05 (cinco) dias, intimado a comparecer em cartório para assinar a petição de fl(s) 79.

Proc.: 0005254-74.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cleide Guimarães de Figueiredo
Advogado:Leonardo Werneck de Carvalho ( )
Requerido:Gustavo Rodrigues da Silva
Advogado:Daison Nobre Belo (OAB/RO 4796), Oscar Dias de Souza Netto (OAB/RO 3567)
Petição - Requerido:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 (cinco) dias, intimada a se manifestar sobre petição da parte autora de fl(s) 96.

Proc.: 0015133-76.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Sociedade de Educação e Cultura de Porto Velho Ltda S/C
Advogado:Alexandre Camargo (RO 704)
Requerido:Ralf Keoma Travezani Mallmann

Carta precatória - retirar:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 (cinco) dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 (dez) dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0022171-42.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Luiz Rafael Pinto de Souza
Advogado:Maria Clara do Carmo Góes (OAB/RO 198B), Liziane Silva Novais (OAB/RO 7689)
Requerido:Akira Komatsu, Antonio de Oliveira Lima Neto
AR Negativo:
Fica a parte autora, por via de seu advogado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, intimada a se manifestar sobre AR Negativo.

Proc.: 0006337-62.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Enedina Goncalves Borges de Andrade
Advogado:Nelson Sérgio da Silva Maciel (OAB/RO 624A), Jânio Sérgio da Silva Maciel (OAB/RO 1950)
Requerido:Avon Cosméticos Ltda
Advogado:Handerson Simões da Silva (OAB/RO 3279), Horácio Perdiz Pinheiro Neto (OAB/SP 157407), Guilber Diniz Barros (OAB/RO 3310)
Desarquivamento - Intimação:
Ficam as partes, por via de seus advogados, no prazo de 05 (cinco) dias, intimadas a se manifestarem sobre o desarquivamento e depósito, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0009510-26.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Delei Brito dos Santos
Advogado:Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779)
Requerido:Banco Bradesco S. A
Advogado:Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/SP 128341)
Petição - Requerido:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 (cinco) dias, intimada a se manifestar sobre petição da parte autora de fl(s) 66.

Proc.: 0016855-77.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Banco do Brasil S/A
Advogado:Maria Heloisa Bisca Bernardi (OAB/RO 5758), Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/MT 16.691-A), Sérvio Túlio de Barcelos (OAB/RO 6673), José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB/RO 6676), Renan Thiago Pasqualotto Silva (OAB/RO 6017)
Requerido:Molas Paraibanas Ltda, Afonso Nascimento Gonçalves, Rozania Ribeiro
Custas - Precatória:
Fica a parte autora, por via de seu advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada a recolher as custas judiciais, conforme boleto de fl(s) 109.

Proc.: 0000058-94.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Mario Flavio de Miranda
Advogado:Genival Fernandes Gegê de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido:Jeovane de Jesus Rocha
Retorno do Contador:
Fica a parte autora, por via de seu advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada sobre retorno dos autos da contadoria.

Proc.: 0005471-83.2015.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Distribuidora de Auto Peças Ltda Rondobras Ltda
Advogado:Leno Ferreira Almeida (OAB/RO 6211)
Requerido:Fabio Marinho da Rocha
Retorno do Contador:
Fica a parte autora, por via de seu advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada sobre retorno dos autos da contadoria. Fica ainda, intimada a indicar bens passíveis de penhora, sob pena de arquivamento, conforme DESPACHO de fl(s) 59.

Proc.: 0020290-64.2011.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/A
Advogado:Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Nara Lima Carvalho (OAB/RO 5416), Anne Botelho Cordeiro ( )
Executado:Sena e Freitas Me, Sidnei Dias da Silva, Erisvaldo Freitas de Oliveira
Intimação - Autor:
Fica a parte credora, por via de seu advogado, no prazo de 10 (dez) dias, intimada a prosseguir com a execução, sob pena de arquivamento.

Proc.: 0203530-61.2008.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Espólio de Walmir Davis de Morais
Advogado:Hugo Maciel Grangeiro (OAB/RO 208B), César Henrique Longuini (OAB/RO 5217), Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506)
Requerido:Grannorte Construtora e Incorporadora Ltda
Advogado:Keila Maria da Silva Oliveira (OAB/RO 2128), Carl Teske Júnior (OAB/RO 3297)
DESPACHO:
Intime-se pessoalmente a parte interessada acerca do depósito de fls. 525, para manifestação no prazo de 5 dias.Em nada sendo requerido, proceda a escrivania com a transferência dos valores para a conta única do TJ/RO, independentemente de nova CONCLUSÃO.Após, arquive-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 1 de novembro de 2016.Gleucival Zeed Estevão Juiz de Direito

Proc.: 0017592-85.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Espedito Lima de Souza
Advogado:Rosecleide Martins Noé (OAB/RO 793), Camila Varela Gregório (OAB/RO 4133), Vitor Martins Noé (OAB/RO 3035)
Requerido:Banco Cruzeiro do Sul S A
Advogado:Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875)
Parte retirada do po:Galvão Costa Financeira, Galvão Costa Correspondente Financeira Ltda EPP
Petição-Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 (cinco) dias, intimada a se manifestar sobre petições do requerido de fl(s) 209/210 e 219.

Proc.: 0003927-60.2015.8.22.0001
Ação:Exceção de Suspeição (Cível)
Excipiente:Energia Sustentável do Brasil S.A.
Advogado:Fábio Barcelos da Silva (OAB/SC 21562), JEAN BENTO (OAB/RO 5065)
Excepto:Francisca de Souza Leite, Iolanda Oliveira Albano
Advogado:Wilma Gomes de Morais (OAB/RO 1809), Vinícius Gomes de Morais Rodrigues (OAB/RO 442E), Walmir Benarrosh Vieira (OAB/RO 1500)
DESPACHO:
Considerando o efeito pretendido pelo embargante, nos termos do §2º, do art. 1.023, do CPC, intimem-se os embargados para que se manifestem, se for de interesse, no prazo de cinco dias.Após, conclusos para DECISÃO.Porto Velho-RO, segunda-feira, 28 de novembro de 2016.Osny Claro de Oliveira Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0009441-28.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Adevair Alves Lopes
Advogado:Risolene Eliane Gomes da Silva Pereira (OAB/RO 3963), Márcia Aparecida de Mello Artuso (OAB/RO 3987)

Requerido:Itaú Seguros de Autos e Residência S.A, Saga Amazônia Comércio de Veículos Ltda
Advogado:João Márcio Maciel da Silva (OAB/PE 822A), Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246), Anderson Adriano da Silva (OAB/RO 3331), Leme Bento Lemos (OAB/RO 308A), Odailton Knorst Ribeiro (OAB/RO 652), Ruy Augustus Rocha (OAB/GO 21476), Magda Zacarias Matos de Marque (OAB/RO 8004), Rutiane Lemos de Oliveira (OAB/GO 36080), Andre Luiz da Silva Pereira (OAB/GO 36921)
Petição/Depósito - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 (cinco) dias, intimada a se manifestar sobre petição/depósito de fl(s) 133 a 136.

Proc.: 0009455-17.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sebastião Oliveira Ferreira
Advogado:Antônio Manoel Rebello das Chagas (OAB/RO 1592), Lígia Carla Camacho Furtado Ruiz (OAB/RO 3528)
Requerido:Complexo Hospitalar Central, Jair Rossi de Mendonça
Advogado:Cândido Ocampo Fernandes (OAB/RO 780), Max Guedes Marques (OAB/RO 3209), Magnum Jorge Oliveira da Silva (OAB/RO 3204)
Ofício - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada a se manifestar sobre ofício de fl(s) 252.

Proc.: 0010929-18.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maiara Cintia Fernandes da Costa
Advogado:Helio Vicente de Matos ( )
Requerido:Supermercados DB Ltda
Advogado:Rodrigo Borges Soares (OAB/RO 6360), Fernanda Maia Marques (OAB/RO 3034)
Recurso de Apelação Réu:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 (quinze) dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

Proc.: 0002922-37.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Célio Osmar Durães de Oliveira
Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300), Patrícia Bergamaschi de Araújo (OAB/RO 4242), Renan Correia Lima (OAB/RO 6400), Paloma Raiély Queiroz Maia (961-E)
Executado:Gilson Rodrigues da Silva
Custas Bacen Jud – Intimação:
Fica a parte autora, por via de seu advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada para recolher as custas, no valor de R$ 15,00 (quinze) reais, referente ao BACEN JUD.

Proc.: 0070751-45.2008.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Maria Gracilene Mendes Ribeiro
Advogado:Anísio Grécia (0AB/RO 1910), Lélia de O.r. Gomes Neta (OAB/RO 4308)
Requerido:Banco Panamericano S.A.
Advogado:Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111), João Loyo de Meira Lins (OAB/PE 21.415), Gustavo Gerola Marsola (OAB/RO 4164), José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3718), Luis Guilherme Muller Oliveira (OAB/RO 6815)
Ofício - Réu:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada sobre ofício e documentos de fl(s) 592 a 294.
Julia Nazaré Silva Albuquerque

Escrivã Judicial

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-AS PESSOALMENTE À JUÍZA OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
pvhcivel4a@tj.ro.gov.br
JUIZ: JOSÉ ANTONIO ROBLES
ESCRIVÃ: BELª IRENE COSTA LIRA SOUZA

Proc.: 0006464-63.2014.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:Jose Ailton de Farias
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A) E Vinicius Silva Lemos OAB/RO 2281
Requerido:Banco Bonsucesso S.A.
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 10 (dez) dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0007265-76.2014.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:Lúcia de Fátima Loureiro Gonçalves
Advogado:Vinicius Silva Lemos (OAB/RO 2281) e Walter Gustavo da Silva Lemos OAB/RO 655-A
Requerido:Banco Itaú S.A.
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0231804-98.2009.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Sociedade Mantenedora de Pesquisa, Educação, Assistência, Comunicação e Cultura Maria Coelho Aguiar
Advogado:Rosecleide Martins Noé (OAB/RO 793), Vitor Martins Noé (OAB/RO 3035), Isabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso OAB/RO 796
Executado:Devani Pires de Souza
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 10 (dez) dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0008115-33.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ivone Mendonça Santos Neta
Advogado:Flávio Henrique Teixeira de Orlando (OAB/RO 2003)
Requerido:Banco BMG S/A
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 10 (dez) dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0181254-02.2009.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Eliana Telma de Azevedo Arcanjo, Sandra Maria de Azevedo Arcanjo, Patricia de Azevedo Arcanjo Schneider, Ana Claudia de Azevedo Arcanjo Miranda
Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Executado:Banco Santander S/A
Advogado:Luiz Carlos F. Moreira (RO 031-E), José Ary Gurjão Silveira (OAB/RO 121), Márcia Berenice Simas Antonetti (OAB/RO 1028), Roberto Jarbas M Souza OAB/RO 1246
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 10 (dez) dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0096310-09.2005.8.22.0001
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Ambiental - Serviços de Preservação Ambiental e Comércio Ltda
Advogado:Francisco Carlos do Prado (OAB/RO 2701)
Embargado:Banco General Motors S/A
Desarquivamento:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0005570-92.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sebastiao Ferreira de Moura
Advogado:Aline Correa (RO 4696)
Requerido:Banco Itaucard S/A
Advogado:Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB/SP 104061A), Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Desarquivamento:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0015531-86.2013.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado:Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Requerido:Renata Cristina dos Santos Moraes, Jorge Valdo Soares
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0014120-08.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rubiana Simionato Paz
Advogado:Pitágoras Custódio Marinho (OAB/RO 474E), Romilton Marinho Vieira (OAB/RO 633), Daliane Elen Brito Morais Santos de Lima (OAB/RO 5931)
Requerido:Banco Ibi S. A. Banco Múltiplo
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Desarquivamento:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0019830-72.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Condominio Residencial Park Jamary
Advogado:Octavia Jane Lédo Silva (OAB/RO 1160), Raimisson Miranda de Souza (OAB/RO 5565)
Requerido:Breno Mendes da Silva Farias
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0223771-22.2009.8.22.0001
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Roberta Vitória Brainer de Arruda
Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Requerido:Banco Fininvest S. A.
Advogado:José Ary Gurjão Silveira (OAB/RO 121), Luiz Carlos Ferreira Moreira (OAB/RO 1433), Hugo Wataru Kikuchi Yamura (OAB/RO 3613)
Desarquivamento:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0000970-86.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Emerson Gomes
Advogado:Layanna Mábia Maurício (OAB/RO 3856)
Requerido:Gleison Izel Alves
Advogado:Luciana Xavier Gaspar de Souza (OAB/RO 4903), Hermínio Rodrigues de Sousa (OAB/RO 3068)
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0059810-70.2007.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Sérgio Polido Cardoso
Advogado:Rodrigo Reis Ribeiro (OAB/RO 1659)
Executado:Valmir Ramalho dos Santos
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0004261-65.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marlene Araújo Gil
Advogado:Letícia Freitas Gil (OAB/RO 3120), Lívia Freitas Gil (OAB/RO 3769)
Requerido:Banco Itaú S.a
Advogado:Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Desarquivamento:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0008840-90.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Osmar Rosenei Paulus
Advogado:Paulo José Borges da Silva (OAB/AC 3306)
Requerido:Banco do Brasil S/A
Advogado:Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8123)
Desarquivamento:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0022300-13.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:C&J Luminosos e Fachadas Ltda
Advogado:Sílvio Vinícius Santos Medeiros (OAB/RO 3015)
Requerido:Locauto Comércio de Veículos Ltda
Advogado:José Girão Machado Neto (OAB/RO 2664)
Petição - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fl: 96/99.

Proc.: 0023353-92.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado:Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Executado:Miquelina Bentes Ferreira
DECISÃO:
Vistos,INDEFIRO o pedido de fl. 46, por entender que tal medida está ao alcance do exequente realizá-la (acompanhamento da deprecata). Nesse sentido, vejamos a jurisprudência.APELAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA JULGADA PROCEDENTE. ADMINISTRADORA DE BENS COMPELIDA A PROMOVER A REABERTURA DE ESTRADA VICINAL RURAL. ITINERÁRIO E USO DA VIA QUE REMONTAM HÁ MAIS DE MEIO SÉCULO. AGRAVO RETIDO.

CARTA PRECATÓRIA INQUIRITÓRIA. APONTADA FALTA DE INTIMAÇÃO DA DATA APRAZADA PARA A AUDIÊNCIA DA OITIVA DE TESTEMUNHAS. ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL QUE COMPETE EXCLUSIVAMENTE AO INTERESSADO, INCLUSIVE, POR ELE MESMO IMPULSIONADO. "[...] Intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se desnecessária intimação da data da audiência no juízo deprecado"(Súmula 273 do STJ). [...] Outrossim, diga a parte exequente o que pretende em termos de prosseguimento, comprovando o andamento da carta, sob pena de extinção (ausência de pressuposto processual).Int.Porto Velho-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0023014-75.2010.8.22.0001
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente:Francisca das Chagas Carneiro Silva, Julia Vergilia de Souza Moreira, Juliao Dias Ribeiro, Juracy Gomes da Silva, Manoel da Silva, Maria Alice Braga Silvino, Maria José Santos Gomes, Paulo Cesar Cordeiro, Rosangela Alves da Silva
Advogado:Robson José Melo de Oliveira (OAB/RO 4374)
Requerido:Adelino da Silva, Antonio Eguivando Aguiar, Valdemar Gonçalves da Silva, Kelpo Pereira de França, Eliana Francisca da Silva
Advogado:Ana Carolina Gomes de Souza Abreu (OAB/RO 4574), Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165), Ana Carolina Gomes de Souza Abreu (OAB/RO 4574)
DESPACHO:
Vistos,Apresentado o laudo pericial, ficam as partes intimadas para que, no prazo comum de quinze dias, querendo, se manifestem (art. 477, § 1º, do CPC).Outrossim, ficam intimados os requeridos para que, no prazo de dez dias, comprovem o depósito judicial dos valores relativos aos honorários periciais, sob pena de caracterizar ato atentatório à dignidade da justiça. Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0000317-17.1997.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Erico Queiroz
Advogado:Delson Fernando Barcellos Xavier ( ), Neidy Jane dos Reis (OAB/RO 1268), Douglas Tadeu Chiquetti (OAB/RO 3946), Valeska Bader de Souza (OAB/RO 2905), Aglico José dos Reis (OAB/RO 650A)
Executado:Hey Construções Civis Ltda, Luiz Carlos Hey, Mario Cesar Hey
Advogado:Valéria Maria Vieira Pinheiro (OAB/RO 1528), José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529), Valéria Maria Vieira Pinheiro (OAB/RO 1528)
DESPACHO:
Vistos,Considerando a manifestação do exequente constante às fls. 512/516, mantenho a constrição ocorrida neste feito. Oficie-se à SEMUR requisitando o nome de profissional apto a fazer levantamento e individualização da área penhorada (parte menor de um todo), a qual deverá ser livre de benfeitorias, o que é necessário para que o feito tenha prosseguimento, com a posterior tentativa de venda judicial.Apresente o exequente cálculo de atualização do débito. Outrossim, defiro o pedido do executado Mário César Hey, de expedição de certidão de objeto e pé. Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0007411-83.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Izidoro Celso Nobre da Costa
Advogado:José Raimundo de Jesus (OAB/RO 3975)
Requerido:Ana Lúcia Mascarenhas Pereira
Advogado:Daniel Penha de Oliveira (OAB/MG 87318), Marcelo Rodrigues Xavier (OAB/RO 2391), Jonathas Coelho Baptista de Mello (OAB/RO 3011)
DECISÃO:
Vistos,Trata-se de Ação de Arbitramento de Honorários Advocatícios promovida por Izidoro Celso Nobre da Costa contra Ana Lucia Mascarenhas Pereira, alegando, em síntese, que nos autos de n. 0006915-06.2005.8.22.0001 (2ª Vara Cível), defendeu os interesses da mesma, com a prestação de serviços advocatícios, contudo, não foi remunerado, tendo deixado de celebrar contrato escrito em função dos vários anos de amizade entre ambos.Requer, assim, por meio da presente ação ordinária, que sejam arbitrados honorários em seu favor, "sobre o proveito econômico auferido pela requerida", como contraprestação aos serviços realizados em favor da parte adversa.Citada, apresentou a requerida contestação, alegando inicialmente ser caso de reconhecimento de continência com o feito autuado sob o n. 7007840-71.2015.8.22.0601 (1º Juizado Especial Cível), onde busca o recebimento dos valores recebidos pelo causídico, em nome da requerida, nos autos que tramitaram na 2ª Vara Cível.No MÉRITO, sustentou que, ao procurar o causídico a fim de contratar seus serviços, foi informada que valor algum seria cobrado, isto em virtude de antiga amizade existente entre os mesmos, além do fato de que nos autos de n. 0006915-06.2005.8.22.0001 (2ª Vara Cível) a ora requerida não iria receber ressarcimento ou indenização, já que ali o advogado buscaria colocar fim a penhora irregular nos vencimentos da parte.Apresentou ainda pedido contraposto, argumentando que o ora requerente, nos autos que tramitaram na 2ª Vara Cível desta comarca, recebeu valores em nome da requerida, contudo, deixou de avisá-la e de repassar a quantia, tendo sido "lesada, enganada, furtada, tratada como palhaça".Propugna pelo julgamento de improcedência do pedido de arbitramento, condenação do autor ao pagamento de indenização por danos morais (pedido contraposto), além da condenação da parte por litigância de má-fé.Realizada audiência, a possibilidade de acordo restou prejudicada, já que somente o advogado da requerida compareceu à solenidade (fl. 214).Em réplica, alega o autor que a requerida não comprovou a presença de fato que impeça, modifique ou extingua o direito vindicado na inicial, e que fatos notórios não dependem de prova, razão pela qual pugnou pelo julgamento antecipado da lide.Quanto ao alegado dano moral, diz que este nunca existiu, não passando de aventura jurídica tal pretensão, aplicando-se o mesmo quanto à pretensão de condenação por litigância de má-fé. A requerida propugnou pelo depoimento pessoal do autor.Vieram-me os autos conclusos.Passo a sanear o feito. Quanto à alegada continência, entendo não ser caso de reconhecimento, na medida que, neste feito, busca o autor o arbitramento de honorários como contraprestação pelos serviços prestados, ao passo que, na ação em trâmite no 1º Juizado Especial Cível, pretende a ora requerida reaver os valores que aduz ter o advogado recebido, sem que os tenha repassado à parte.Sendo assim, apesar da identidade de partes, não vislumbro a identidade da causa de pedir. Quando ao pedido contraposto, entendo não merecer processamento.É que, quando da época em que apresentado, estava em vigor o CPC/73, em que não era possível o processamento de pedido contraposto na demanda de arbitramento de honorários, que segue o rito ordinário. De qualquer sorte, no atual CPC, o requerido, no caso de reconvenção, deve apresentar o pedido na mesma peça contestatória, contudo, nem esta hipótese é identificada nos autos, já que, considerando os requerimentos realizados pela parte, resta evidente não se tratar de reconvenção. Desta feita, terá o feito prosseguimento somente quanto ao pedido de arbitramento de honorários. Presentes tanto os pressupostos processuais de desenvolvimento regular do processo, quanto as condições da ação e, ainda, ante a inexistência de outras falhas, irregularidades ou preliminares, DECLARO SANEADO O FEITO. Por consequência, defiro a produção de prova oral, consistente na oitiva do próprio autor, sob pena de confesso, conforme propugnou a requerida. Fixo, como ponto controvertido (CPC/15, art. 357), saber se houve isenção quanto ao pagamento dos serviços advocatícios prestados. Para isso, portanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 29/03/2017, às 11h30min. Fica intimada

a requerida através de seu advogado, cabendo ao advogado do autor dar ciência a seu cliente.Independentemente disto, expeça-se MANDADO destinado à intimação pessoal do autor para prestar depoimento em juízo, sob pena de confesso, devendo ser advertido de que, não comparecendo ou, comparecendo, se recusar a depor, será aplicada a pena de confissão (CPC, art. 385, § 1º).Int.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0007828-17.2007.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Ademar Mendes dos Reis
Advogado:Aldenízio Custódio Ferreira (OAB/RO 1546), Fabricio Matos da Costa (OAB/RO 3270), Fábio Viana Oliveira (OAB/RO 2060), Jéssica Peixoto Cantanhêde (OAB/RO 2275), Acsa Liliane Carvalho Brito Souza (OAB/RO 5882), Rafael Magalhães da Silva Timóteo (OAB/RO 5447)
Requerido:Alexandre Oscar Fliegner
DESPACHO:
Vistos,Esclareça o Estado de Rondônia, no prazo de 10 dias, eventual interesse na presente ação, considerando à DECISÃO de fls. 164/165, proferida pela Vara da Fazenda Pública. Acaso mantenha interesse, deverão os autos serEm remetidos à Vara da Fazenda Pública, independentemente de nova CONCLUSÃO. Int.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0002645-26.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jucimar da Fonseca Alves
Advogado:Romara Nascimento Magalhães (OAB/MG 114978), João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A), Marisâmia Aparecida de Castro Inacio ( )
Requerido:Banco Volkswagen
Advogado:Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 5658)
DESPACHO:
Vistos,Compulsando os autos verifico que, na DECISÃO inicial, não foi autorizada a consignação de valores.Sendo assim, o valor depositado à fl. 289, e respectivos rendimentos, deve ser restituído ao depositante, ou seja, o autor. Fica intimada a parte, através do advogado constituído nos autos, para que providencie o levantamento da quantia. Expeça-se o necessário.Na hipótese de inércia do requerente, desde já determino que, oportunamente, seja expedido Alvará para que os valores sejam transferidos para a conta judicial centralizadora nº 2848.040.01529904-5, da própria Caixa Econômica Federal, de titularidade do Tribunal de Justiça de Rondônia (CNPJ 04.293.700/0001-72). Arquivem-se quando inexistir saldo em conta.Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0010291-53.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Juliana dos Santos Frota
Advogado:Manoel Veríssimo Ferreira Neto (OAB/RO 3766), Paulo Rogerio José (OAB/RO 383)
Requerido:Porto Velho Shopping S.A.
Advogado:Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501), Renato da Costa Cavalcante Junior (OAB/RO 2390)
DESPACHO:
Vistos,Para pagamento em separado das verbas depositadas a título de pagamento, determino que seja apresentado nos autos o contrato de honorários advocatícios. Os valores devidos à autora e os devidos ao causídico (honorários sucumbenciais R$ 2.304,54 e rendimentos e honorários contratuais) serão sacados através de alvarás individualizados, a serem entregues aos respectivos titulares. Esclareça a autora, outrossim, se os valores depositados são suficientes à satisfação do débito, salientando que eventual silêncio será interpretado como concordância.Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0009916-18.2013.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:Luciano Falcade dos Santos
Advogado:Isabelle Marques Schittini (OAB/RO 5179), Tais Rocha de Deus (OAB/RO 5439), Regina Celia Santos Terra Cruz (OAB/RO 1100)
Requerido:Ana Paula Gonçalves Rodrigues, Sebastião Gonçalves
Advogado:Eliseu dos Santos Paulino (OAB/AC 3650), Olympio Lopes dos Santos Netto (RO 103-B), Eliseu dos Santos Paulino (OAB/AC 3650)
DESPACHO:
Vistos,Conforme já esclarecido nos autos (fl. 78), deverá a quantia existente em conta judicial, e respectivos rendimentos, ser restituída ao executado Sebastião Gonçalves. Fica intimada tal parte, através do advogado constituído, para que providencie o levantamento da quantia. Expeça-se o necessário.Na hipótese de inércia, desde já determino que, oportunamente, seja expedido Alvará para que os valores sejam transferidos para a conta judicial centralizadora nº 2848.040.01529904-5, da própria Caixa Econômica Federal, de titularidade do Tribunal de Justiça de Rondônia (CNPJ 04.293.700/0001-72). Arquivem-se quando inexistir saldo em conta.Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0009116-53.2014.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Gildo Gomes de Araújo
Advogado:Hianara de Marilac Braga Ocampo (OAB/RO 4783)
Executado:Consórcio Nacional Volkswagen
Advogado:Tânia Vainsencher (OAB/PE 20124), Marcelo Neumann Moreiras Passoa (OAB/RJ 110501)
DESPACHO:
Vistos,Resumindo-se a discussão neste feito, após a SENTENÇA de fls. 40/44, à exibição de documentos e recebimento dos honorários sucumbenciais, constato que houve o pagamento de tal verba, e respectiva disponibilização ao seu titular.Sendo assim, o valor depositado à fl. 112, e respectivos rendimentos, deve ser restituído ao depositante, ou seja, o executado Consórcio Nacional Volkswagen. Fica intimada a parte, através do advogado constituído nos autos, para que providencie o levantamento da quantia. Expeça-se o necessário.Na hipótese de inércia do executado, desde já determino que, oportunamente, seja expedido Alvará para que os valores sejam transferidos para a conta judicial centralizadora nº 2848.040.01529904-5, da própria Caixa Econômica Federal, de titularidade do Tribunal de Justiça de Rondônia (CNPJ 04.293.700/0001-72). Arquivem-se quando inexistir saldo em conta.Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0013269-32.2014.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Nilton Cesar Gonçalves de Abreu
Advogado:Nilson Aparecido de Souza (OAB/RO 3883), Arly dos Anjos Silva (OAB/RO 3616)
Executado:Patricio Medeiros de Souza
Advogado:Elisandra Nunes da Silva (OAB/RO 5143)
DECISÃO:
Vistos,Defiro o pedido de fls. 101/102, para que seja expedido ofício ao Ministério da Saúde, localizado na Av. Campos Sales, nº 2645, Bairro Centro para que no prazo de 10 (dez) dias informe os valores que foram descontados e repassados às contas judiciais (fl. 63), constantes em seu banco de dados, isso em relação ao executado Patrício Medeiros de Souza, CPF: 348.121.722-68. Com o ofício, deverão ser encaminhados cópia da petição de (fls. 101/102), cópia da DECISÃO de (fls. 34/35), bem como o teor desta DECISÃO.Int.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0004490-59.2012.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:José Antonio da Silva Marques
Advogado:José Raimundo de Jesus (OAB/RO 3975)
Executado:Santo Antônio Energia S.A
Advogado:Bianca Paola Camargo de Oliveira (OAB/RO 4020), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803)
DESPACHO:
Vistos,Defiro o pedido de fls. 257/258, a fim de conceder o prazo de 15 (quinze) dias, para esclarecimento dos fatos ocorridos, de acordo com o DESPACHO de fls. 255.Após, com ou sem manifestação, tornem-me os autos conclusos.Int.Porto Velho-RO, sábado, 4 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0022152-07.2010.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:UNIRON - União das Escolas Superiores de Rondônia
Advogado:Lidia Roberto da Silva (OAB/RO 4103), Fernando Augusto Torres dos Santos (OAB/RO 4725)
Executado:Rubens Olindo da Rosa
DESPACHO:
Vistos,Defiro o pedido de fl. 118. Para tanto, intime-se a parte executada no endereço informado a fl. 116, por meio de carta precatória, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias – art. 261 do CPC, para que tome ciência do Termo de Penhora (fl. 109), e caso queira, apresente medida entender de direito. Confeccionada a deprecata, providencie a parte exequente a sua retirada em cartório, comprovando-a depois, no prazo de 20 dias, sua distribuição perante o r. Juízo Deprecado..Decorridos mais de trinta dias sem esta providência, tornem-me os autos conclusos.Int.Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0004593-95.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:União das Escolas Superiores de Rondônia - UNIRON
Advogado:Fernando Augusto Torres dos Santos (OAB/RO 4725)
Executado:Carmelita do Ó, Claudia Cathiucia do Ó
DESPACHO:
Vistos,Defiro o pedido para que seja realizada pesquisa de endereço da executada, por meio do sistema INFOJUD, tornando assim possível sua citação.Int.Porto Velho-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0182584-68.2008.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito Rural de Porto Velho Ltda - PORTOCREDI
Advogado:Francisco de Freitas Nunes Oliveira (OAB/RO 3913), José Ney Martins Júnior (OAB/RO 2280)
Executado:Edinael Alves dos Reis
Advogado:Mário José Benedetti (OAB/SP 66810)
DESPACHO:
Vistos,Atento aoos autos, verifico que o exequente não apresentou os documentos atualizados conforme determinado a fl. 122 (certidão de fl. 124).Com efeito, diante do que foi determinado a fl. 109, arquive-se provisoriamente o presente feito, com a sua remessa ao Arquivo Geral, até que haja pedido de desarquivamento.Outrossim, em sendo realizados e indicados bens, não haverá necessidade de pagamento de taxa para o seu desarquivamento.Int.Porto Velho-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0003693-20.2011.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Helena Pereira da Silva
Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:José Afonso Florêncio, Jerusa Silva Florêncio
Advogado:João Lenes dos Santos (OAB/RO 392)
DESPACHO:
Vistos,Compulsando os autos, verifico que os requeridos ainda não foram encontrados para fins de citação, sendo a angularização da relação jurídica processual obstáculo intransponível para o regular prosseguimento deste feito.Assim, excepcionalmente, considerando as tentativas frustradas de localizar os requeridos para fins de citação, defiro o pleito autoral de fls. 120/121 e determino a citação editalícia nos termos no art. 256 e art. 257, III do CPC, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.Determino, também, que a publicação do edital seja via Diário da Justiça, tendo em vista que a plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, ainda não está em funcionamento.Outrossim, expeça-se MANDADO destinado à citação do confinante residente no seguinte endereço, devendo o mesmo ser qualificado pelo meirinho: a) Rua Rio Brilhante, nº 368, Bairro Cidade Nova (vizinho da esquerda), nesta.Após tudo isso, remetam-se os autos ao Ministério Público, para manifestação.Int. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0005825-11.2015.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Aymore Crédito e Financiamento e Investimento Sa
Advogado:Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB/RO 5086), Fernando Salioni de Sousa (OAB/RO 4077)
Requerido:Cleviton Carlos Velasco Muniz
DESPACHO:
Vistos,Ad cautelam, conforme dispõe o art. 109, § 1º, do CPC, o cessionário não pode ingressar em juízo (suceder o cedente) sem que o consinta a parte contrária, ressalvando, contudo, sua intervenção no processo como assistente litisconsorcial (art. 109, § 2º do CPC).Nesta esteira, por não ter a parte requerida, ao menos até este azo, advogado constituiido nos autos, intime-o pessoalmente para, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo, apresentar manifestação ou aquilo que melhor entender de direito. Após, com ou sem a sua manifestação, tornem-me conclusos os autos.Int.Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0006453-05.2012.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/A
Advogado:MAURO PAULO GALERA MARI (OAB/MT 3056/O), Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Executado:Rda Comercio de Alimentos Ltda. Me, Ari Sena Hurtado
DECISÃO:
Vistos,Defiro o pleito de fl. 100, considerando as inúmeras tentativas frustradas de citação (fls. 31, 39, 44, 53, 86 e 98), inclusive, ressaltando que já houve indeferimento do pedido de citação por edital (fl. 47).Assim, determino a citação editalícia, nos termos no art. 256 e art. 257, III do CPC, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.Deverá o requerente, em 5 (cinco) dias, comprovar o recolhimento das custas para a publicação do edital no site do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, que deve ser certificada nos autos.Determino também que a publicação do edital seja feita pelo requerente em jornal local de ampla circulação, o que deverá ser comprovado nos autos, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção, tendo em vista que a plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça ainda não está em funcionamento.Int.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0019250-76.2013.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Henry Alan Silva Andrade
Advogado:Valeska Bader de Souza (OAB/RO 2905)
Executado:Creuza Matias Silva Barbosa
Advogado:Ânderson Felipe Reusing Bauer (OAB/RO 5530), Pablo Rosa Correa Carneiro de Andrade (OAB/RO 4635)

DESPACHO:
Vistos,Tendo havido bloqueio de parte do valor devido, a teor do disposto no art. 854, § § 2º e 3º, do CPC, intime-se a executada para que, no prazo de cinco dias, comprove que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis (CPC, art. 854, § 3º, I), ou que ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros (CPC, art. 854, § 3º, II).Acaso acolhida qualquer das argumentações, será determinado o cancelamento de eventual indisponibilidade irregular ou excessiva (CPC, art. 854, § 4º). Rejeitada ou não apresentada manifestação, converter-se-á a indisponibilidade em penhora, hipótese em que será determinada a transferência do montante indisponível (até o limite da execução) para conta vinculada ao juízo da execução, a ser aberta na Caixa Econômica Federal, agência 2848.Manifeste-se a parte autora em relação ao remanescente. Int. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0023165-07.2011.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Francisco Pedro, Cleonice Parente Batista
Advogado:José Raimundo de Jesus (OAB/RO 3975)
Executado:Santo Antônio Energia S/A
Advogado:Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Bianca Paola Camargo de Oliveira (OAB/RO 4020)
DESPACHO:
Vistos,Defiro o pedido de fls. 190/191, a fim de conceder o prazo de 15 (quinze) dias, para esclarecimento dos fatos ocorridos, de acordo com o DESPACHO de fls. 188.Após, com ou sem manifestação, tornem-me os autos conclusos.Int.Porto Velho-RO, sábado, 4 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0022200-29.2011.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Carlos Lima de Souza
Advogado:José Raimundo de Jesus (OAB/RO 3975), Luciane Gimax Henrique (OAB/RO 5300), Gisele Lopes Sá Cândido Marculino (OAB/RO 5429)
Executado:Santo Antônio Energia S.A.
Advogado:Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803), Bianca Paola Camargo de Oliveira (OAB/RO 4020), Gelca Maria de Oliveira Pereira (OAB/RO 4786), Ariane Diniz da Costa (OAB/MG 131774), Francisco de Freitas Nunes Oliveira (OAB/RO 3913), Cáren Esteves Duarte (OAB/RO 602E)
DESPACHO:
Vistos,Defiro o pedido de fls. 256/257, a fim de conceder o prazo de 15 (quinze) dias, para esclarecimento dos fatos ocorridos, de acordo com o DESPACHO de fls. 254.Após, com ou sem manifestação, tornem-me os autos conclusos.Int.Porto Velho-RO, sábado, 4 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0010977-16.2010.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Nadisson Araujo da Silveira
Advogado:Raphael Erik Fernandes de Araújo (OAB/RO 4471)
Executado:Antonia Rodrigues Costa
DESPACHO:
Vistos,Atento ao histórico dos autos; considerando a manifestação do autor informando que não tem interesse no veículo encontrato por meio do sistema RENAJUD, e restaram infrutíferas as demais tentativas de localização de bens livres e desembaraçados pertencentes ao devedor; situação que a jurisprudência superior aponta para a aplicabilidade do art. 921, inciso III do CPC, nos termos dos seguintes julgados - TJ/RO, Apelação Cível n. 100.001.1997.005972-9, Relator Juiz Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa, julgado em 30-07-2008 e Apelação Cível n. 100.001.2004.008078-0, Relator Desembargador Alexandre Miguel, julgado em 18-01-2006; STJ, REsp 1.231.544/ RJ, Relator Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27-03-2012, DJe 27/04/2012, fica deferido o pedido de suspensão e arquivamento provisório do feito, com a remessa dos presentes autos ao Arquivo Geral até que haja pedido de desarquivamento. Em sendo localizados e indicados bens, no período de um ano, não haverá necessidade de pagamento de taxa para o seu desarquivamento.Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0011684-42.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Gilson Francisco Garcia
Advogado:Rogério Mauro Schmidt (OAB/RO 3970)
Executado:Wiston George Saita
Advogado:Maguis Umberto Correia (OAB/RO 1214), Sicilia Maria Andrade Tanaka (OAB/RO 5940)
DECISÃO:
Vistos,Indefiro o pedido de majoração dos honorários já que, conforme se extrai às fls. 78/85, tal ocorreu com a improcedência dos embargos à execução.Outrossim, entendo que correta a continuidade do feito pelo valor da multa, sem esquecer os honorários inicialmente fixados sobre o valor do débito originário, já que houve somente, ao que se extrai, o pagamento parcial da dívida.Outrossim, na forma do art. 139, V, do CPC/2015, designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 02/03/2017, às 12 horas. A ela deverão comparecer os advogados das partes, os quais, querendo, deverão convidá-las para se fazerem presentes. Int. Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0020779-67.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Lerí Antônio Souza e Silva
Advogado:Roberto Pereira Souza e Silva (OAB-RO 755)
Requerido:Apple Computer Brasil Ltda, MR Comércio de Eletro Eletrônicos Ltda. - EPP, Itautec SA - Grupo Itautec
Advogado:Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Ana Cláudia Machado (OAB/DF 27034), Márcio Pereira Bassani (OAB/RO 1699), Milena Piragine (OAB/RO 5783)
DECISÃO:
Vistos,Expeça-se alvará em favor da parte autora, destinado à vinculação do depósito judicial a este juízo e posterior saque dos valores depositados pela parte Apple Computer Brasil Ltda, a título de pagamento do dano material, e respectivos rendimentos. Após, em não havendo manifestação, tornem-me conclusos para extinção da obrigação relativa ao pagamento do dano material, sendo certo que, tocante aos honorários sucumbenciais (verba devida pelas três partes deste feito, conforme acórdão de fls. 228/234), deverá ocorrer prosseguimento no ambiente virtual, conforme DECISÃO de fls. 244/245.Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0006276-07.2013.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Brasil Assessoria e Comércio Ltda
Advogado:Flávio Luis dos Santos (OAB/RO 2238)
Executado:Banco do Brasil S/A
Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
DESPACHO:
Vistos,Resumindo-se a discussão neste feito, após a SENTENÇA de fls. 37/39, à exibição de documentos e recebimento dos honorários sucumbenciais, constato que houve o pagamento de tal verba, e respectiva disponibilização ao seu titular.Sendo assim, o valor depositado à fl. 259, e respectivos rendimentos, deve ser restituído ao depositante, ou seja, o executado Banco do Brasil S/A. Fica intimada a parte, através do advogado constituído nos

autos, para que providencie o levantamento da quantia. Expeça-se o necessário.Na hipótese de inércia do executado, desde já determino que, oportunamente, seja expedido Alvará para que os valores sejam transferidos para a conta judicial centralizadora nº 2848.040.01529904-5, da própria Caixa Econômica Federal, de titularidade do Tribunal de Justiça de Rondônia (CNPJ 04.293.700/0001-72). Arquivem-se quando inexistir saldo em conta.Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0020072-65.2013.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Rondotech Informática & Serviços Ltda Me
Advogado:Douglas Tadeu Chiquetti (OAB/RO 3946)
Executado:Estação Mega Naval
DECISÃO:
Vistos,INDEFIRO o pedido de fl. 67, por entender que tal medida está ao alcance do exequente realizar, tratando-se, portanto, de medida excepcional, a intervenção deste Juízo na questão, o que não se evidencia nestes autos (acompanhamento da carta precatória).APELAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA JULGADA PROCEDENTE. ADMINISTRADORA DE BENS COMPELIDA A PROMOVER A REABERTURA DE ESTRADA VICINAL RURAL. ITINERÁRIO E USO DA VIA QUE REMONTAM HÁ MAIS DE MEIO SÉCULO. AGRAVO RETIDO. CARTA PRECATÓRIA INQUIRITÓRIA. APONTADA FALTA DE INTIMAÇÃO DA DATA APRAZADA PARA A AUDIÊNCIA DA OITIVA DE TESTEMUNHAS. ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL QUE COMPETE EXCLUSIVAMENTE AO INTERESSADO, INCLUSIVE, POR ELE MESMO IMPULSIONADO. “[...] Intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se desnecessária intimação da data da audiência no juízo deprecado”(Súmula 273 do STJ). [...] Outrossim, diga a parte exequente o que pretende em termos de prosseguimento, comprovando o andamento da carta, sob pena de extinção (ausência de pressuposto processual).Int.Porto Velho-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0022102-73.2013.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Francisco Aldezi Muniz de Sousa
Advogado:Adriana Desmaret Spinet (OAB/RO 4293)
Executado:Construtora e Incorporadora Kazuma Ltda EPP
DECISÃO:
Vistos,INDEFIRO o requerimento de expedição de ofícios aos cartórios de imóveis, pois, trata-se de medida excepcional, admitida, apenas após a comprovação de que a parte requerente realizou todas as diligências que estavam ao seu alcance para localização do bem e/ou devedor, o que não se evidencia nestes autos.AGRAVO DE INSTRUMENTO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO PARA OS CARTÓRIOS DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE BELO HORIZONTE - AUSÊNCIA DE ESFORÇO DA EXEQÜENTE - IMPOSSIBILIDADE. - A requisição de informações pelo juiz somente deve ocorrer em casos excepcionais, quando esgotados os meios para localização dos bens do executado, porque incumbe ao exeqüente comprovar que seus esforços diretos foram inúteis. - Recurso não provido. (TJ-MG - AI: 10245100121863001 MG, Relator: Alvimar de Ávila, Data de Julgamento: 22/05/2013, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 03/06/2013).Outrossim, diga a parte exequente o que pretende em termos de prosseguimento, indicando bens passíveis de constrição, sob pena de arquivamento provisório.Int.Porto Velho-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0015560-10.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Luciano Marques de Souza
Advogado:João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A), Ellen Reis Araujo Trindade (OAB/RO 5054)
Requerido:Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado:Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/RO 1894)
DESPACHO:
Vistos,Revela a “Guia para Depósito Judicial Estadual” que, conforme narrado, o autor realizou depósitos em conta judicial vinculada a este feito, mesmo diante da DECISÃO de indeferimento (fls. 64/65).Sendo assim, deve toda a quantia, e respectivos rendimentos, ser restituída à parte, conforme requerido. Expeça-se alvará para saque através da advogada constituída.Arquivem-se, após.Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0023392-60.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Eliziel Machado de Souza
Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300), Paloma Raiély Queiroz Maia ( )
Requerido:União P F N
Advogado:Procuradoria Geral da União ( )
DESPACHO:
Vistos,1 - Intime-se a GERÊNCIA DE REGULAÇÃO DA SAÚDE DO ESTADO DE RONDÔNIA, via oficial de justiça, para que cumpra, no prazo de 10 (dez) dias, a DECISÃO de fl. 78, devendo o meirinho qualificar a pessoa receptora desta ordem judicial.Aliás, considerando o histórico de tramitação destes autos, que por duas vezes houve o recebimento da mesma e, no entantto, terem se mantidos inertes (fls. 85 e 88), conste do MANDADO que em caso de seu descumprimento, restará caracterizado ilícito penal (CPB, art. 330).Com o MANDADO, deverão ser encaminhados cópia da DECISÃO de fl. 78, dos ofícios anteriores, além das certifiões de não terem sido respondidos, bem ainda da presente DECISÃO. Int. Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0020014-28.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado:Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831), Thiago Valim (OAB/RO 6320), Alexandre Carneiro Moraes (OAB/RO 6739)
Executado:Gime Gilson Souza Justiniano, Mirta Moye
DESPACHO:
Vistos,Disponibilizem-se os autos à parte autora, pelo prazo de cinco dias.Após, arquivem-se, salientando que eventual pretensão de continuidade do feito deverá ocorrer no ambiente virtual (PJe). Int. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0015967-11.2014.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:Aldenir dos Santos Galvão
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido:BANCO BMG S/A
Advogado:Paulo Roberto Vigna (OAB/SP 173477)
SENTENÇA:
Vistos, etc...Diante do depósito realizado a título de pagamento dos honorários sucumbenciais, nos termos do artigo 924, II, do NCPC, julgo extinto este processo (obrigação pecuniária), movido por ALDENIR DOS SANTOS GALVÃO contra BANCO BMG S/A e, em consequência, ordeno o seu arquivamento. Expeça-se alvará em favor do advogado da parte autora, para saque dos valores, e respectivos rendimentos. Faculto o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante substituição por cópia. Sem custas remanescentes. P. R. I.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0175780-21.2007.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Montenegro Empreendimentos e Participações Ltda
Advogado:José Bernardes Passos Filho (RO 245-B), Jonathas Coelho Baptista de Mello (OAB/RO 3011), Nicholas Thomas Pereira da Silva (OAB/PR 54738)
Requerido:Orange Cruz Beleza, Ronaldo Cruz Beleza
Advogado:Hosanilson Brito (OAB/RO 1655), D'Stéfano Neves do Amaral (RO 163-E)
DESPACHO:
Vistos,Ficam as partes intimadas acerca do retorno dos autos do e. Tribunal de Justiça.Concedo o prazo de cinco dias para extração de fotocópias, acaso haja interesse.Após, arquivem-se. Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0008130-65.2015.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:Banco Cruzeiro do Sul S.A
Advogado:Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Carla da Prato Campos (OAB/SP 156844), Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB/SP 327026)
Requerido:Rodrigo Bomfim Pacheco
Advogado:Pedro Alexandre Assis Moreira (OAB/RO 3675)
DESPACHO:
Vistos,Considerando o teor da petição de fls. 179/180, concedo à parte ré que, no prazo de 05 dias, esclareça por qual motivo requer a apresentação dos contratos originais de empréstimos firmados com o banco autore, já que sequer requereu perícias nos mesmos. Após, com ou sem manifestação, tornem-me os autos conclusos. Int.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0018713-46.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Tapajós Comércio de Medicamentos Ltda
Advogado:José Nonato de Araújo Neto (OAB/RO 6.471), Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208)
Executado:W. R. de Carvalho e Cia Ltda Me
DESPACHO:
Vistos,Realizados pedidos de bloqueio on-line através dos sistemas BACENJUD e RENAJUD, revelam as respectivas respostas que restaram infrutíferas as tentativas. Intime-se a parte autora para que promova regular andamento do feito, indicando bens passíveis de constrição judicial, no prazo de 5 dias.Caso pugne pela suspensão do feito, desde já defiro, pelo prazo de um ano, devendo o feito ser arquivado provisoriamente, com a remessa dos presentes autos ao Arquivo Geral. Em sendo localizados e indicados bens, no período de um ano, não haverá necessidade de pagamento de taxa para o seu desarquivamento.Int. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0013893-77.1997.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Graciete da Paixão Pereira
Advogado:Elio Francisco de Carvalho (OAB/RO 268A), Elivana Muniz de Carvalho (OAB/RO 3438), Eduardo Augusto Feitosa Ceccatto (OAB/RO 5100)
Executado:Viação Independência Ltda, Transalex Cargas Ltda
Advogado:Leri Antonio Souza e Silva (OAB/RO 269A), Roberto Pereira Souza e Silva (OAB/RO 755), Monamares Gomes Grossi (OAB/RO 903), Josimar Oliveira Muniz (OAB/RO 912)
DECISÃO:
Vistos,Tendo havido bloqueio de parte do valor devido, a teor do disposto no art. 854, § § 2º e 3º, do CPC, intimem-se os executados Oscar Soares de Andrade e Antonio Jaime Pinto para que, no prazo de cinco dias, comprovem que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis (CPC, art. 854, § 3º, I), ou que ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros (CPC, art. 854, § 3º, II).Acaso acolhida qualquer das argumentações, será determinado o cancelamento de eventual indisponibilidade irregular ou excessiva (CPC, art. 854, § 4º).Rejeitada ou não apresentada manifestação, converter-se-á a indisponibilidade em penhora, hipótese em que será determinada a transferência do montante indisponível (até o limite da execução) para conta vinculada ao juízo da execução, a ser aberta na Caixa Econômica Federal, agência 2848.Outrossim, fica intimada a executada Itamarati Transportes Ltda para que, no prazo de dez dias, indique a exata localização dos bens bloqueados através do sistema RENAJUD, identificados à fl. 822, sob pena de desobediência e configuração de ato atentatório à dignidade da justiça. Manifeste-se a parte autora em relação ao remanescente. Int. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0096356-61.2006.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:L. F. Distribuidora de Automóveis Ltda
Advogado:Graziela Fortes (OAB/RO 2208), Rejane Saruhashi (OAB/RO 1824)
Executado:Maria de Jesus da Silva Mota
Advogado:Márcio Silva dos Santos (OAB/RO 838)
DESPACHO:
Vistos,Realizado pedido de bloqueio on-line, revela a Ordem de Detalhamento que restou infrutífera a tentativa. Intime-se a parte autora para que promova regular andamento do feito, indicando bens passíveis de constrição judicial, no prazo de 5 dias.Caso pugne pela suspensão do feito, desde já defiro, pelo prazo de um ano, devendo o feito ser arquivado provisoriamente, com a remessa dos presentes autos ao Arquivo Geral. Em sendo localizados e indicados bens, no período de um ano, não haverá necessidade de pagamento de taxa para o seu desarquivamento.Int. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0014813-89.2013.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia CAERD
Advogado:Armando Nogueira Leite (OAB/RO 2579), Evaldo Silvan Duck de Freitas (OAB/RO 884A), FATIMA GONÇALVES NOVAES (OAB/RO 3268), Ingrid Rodrigues de Menezes (RO 1.460), Patricia Ferreira Rolim (OAB/RO 783), Maricelia Santos Ferreira (OAB/RO 324B)
Executado:Leonilson Lopes da Cruz
DESPACHO:
Vistos,Ad cautelam, levando em consideração a petição apresentada pelo executado (fls. 74/77), demonstrando interesse em resolver a lide, excepcionalmente, na forma do art. 139, V do CPC, designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 10/03/2017, às 12 horas. A ela deverão comparecer os advogados das partes, os quais, querendo, deverão convidá-las para se fazerem presentes. Ressalte-se, que o executado está sendo representado pela Defensoria Pública.Int. Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0005897-37.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Aparecida Marinho
Advogado:Laércio Batista de Lima (OAB/RO 843)
Requerido:Banco Santander S.A.
Advogado:Luiz Carlos Ferreira Moreira (OAB/RO 1433), Hugo Wataru Kikuchi Yamura (OAB/RO 3613), Márcia Berenice Simas Antonetti (OAB/RO 1028), Marcos Antônio Araújo dos Santos (OAB/RO 846), Marcos Antônio Metchko (OAB/RO 1482), Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB/RJ 15311)

DESPACHO:
Vistos,Tratando-se os valores de rendimento do que é devido à autora, deverá a quantia a ela ser disponibilizada, com os respectivos rendimentos. Fica intimada a parte, através do advogado constituído nos autos, para que providencie o levantamento da quantia. Expeça-se o necessário.Na hipótese de inércia da requerente, desde já determino que, oportunamente, seja expedido Alvará para que os valores sejam transferidos para a conta judicial centralizadora nº 2848.040.01529904-5, da própria Caixa Econômica Federal, de titularidade do Tribunal de Justiça de Rondônia (CNPJ 04.293.700/0001-72). Arquivem-se quando inexistir saldo em conta.Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0001765-34.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jander Santos Silva
Advogado:João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido:BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento
Advogado:Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
DESPACHO:
Vistos,Compulsando os autos verifico que, na DECISÃO inicial, não foi autorizada a consignação de valores.Sendo assim, o valor depositado em conta judicial vinculada a este feito (R$ 169,06 - conta n. 01531068-5, CEF, agência 2848), e respectivos rendimentos, deve ser restituído ao depositante, ou seja, o autor. Fica intimada a parte, através do advogado constituído nos autos, para que providencie o levantamento da quantia. Expeça-se o necessário.Na hipótese de inércia do requerente, desde já determino que, oportunamente, seja expedido Alvará para que os valores sejam transferidos para a conta judicial centralizadora nº 2848.040.01529904-5, da própria Caixa Econômica Federal, de titularidade do Tribunal de Justiça de Rondônia (CNPJ 04.293.700/0001-72). Arquivem-se quando inexistir saldo em conta.Int. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0073931-35.2009.8.22.0001
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente:Antônio Alves de Lima Filho, Maria Luíza Ferreira de Lima
Advogado:Laed Álvares Silva (OAB/RO 263A)
Requerido:Teresa de Oliveira Gonçalves
Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
DESPACHO:
Vistos, Saneado o feito, e não tendo as partes chegado a um consenso, redesigno a audiência de instrução e julgamento para o dia 28/03/2017, às 11 horas, data limite que também fixo para apresentarem eventuais documentos novos (CPC, art. 435). Nesta solenidade serão inquiridas as testemunhas que as partes desejarem ser intimadas pessoalmente, cujo prazo assinalo-lhes 15 dias (CPC, art. 357, § 4º). Caberá aos advogados das partes informarem ou intimarem as testemunhas por elas arroladas, do dia, hora e local da audiência designada, dispensando-se a intimação pelo juízo (CPC, art. 455).Int.Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0011851-59.2014.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Sandra Maria dos Santos
Advogado:José Gomes Bandeira Filho (OAB/RO 816)
Requerido:Alfredo Ifrans dos Santos, Aparecida Lima dos Santos
DECISÃO:
Vistos,Considerando que a citação por meio de edital somente é cabível quando a parte requerida encontrar-se em lugar incerto e não sabido, hipótese que não está certificada nos autos, indefiro o pedido de fl. 81.Outrossim, intime-se a parte autora para que, no prazo de 10 (dez) dias, indique novo endereço para citação, sob pena de extinção (ausência de pressuposto processual).Int.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0023014-70.2013.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Servposto Vip Ltda
Advogado:Joselia Valentim da Silva (OAB/RO 198), Verônica Fátima Brasil dos Santos Reis Cavalini (OAB/RO 1248)
Executado:Polyart Comércio e Serviços Ltda, Joacir Roberto de Souza, Maria Helena Sonda de Souza
Advogado:Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
DECISÃO:
Sendo assim, considerando que a penhora oriunda da 5ª Vara Cível (autos n. 7015506-46.2016.8.22.0001) não deve alcançar o quantum devido às advogadas que em juízo patrocinam os interesses da empresa exequente, ou seja, 10% do valor penhorado por ordem deste juízo, a título de honorários fixados nesta execução, ACOLHO PARCIALMENTE os Embargos de Declaração opostos para o fim de determinar, com o trânsito em julgado desta DECISÃO, a expedição de alvará em favor das advogadas da empresa exequente, para saque de 10% dos valores penhorados neste feito, para pagamento dos honorários advocatícios. À exceção disto, não observando ser caso das hipóteses previstas no art. 1.022, do CPC, mantenho a DECISÃO guerreada nos termos como exarada às fls. 300/304 já que, pretensão outra do embargante, deve ser perseguida através de agravo de instrumento. Int.

Proc.: 0011755-44.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Instituto João Neórico
Advogado:Eliane Carneiro de Alcântara (OAB/RO 4300), Tiago Fagundes Brito (OAB/RO 4239), Marcus Vinicius de Oliveira Cahulla (OAB/RO 4117)
Executado:Marcio Felipe Durgo Gomes de Araujo
DESPACHO:
Vistos,Realizados pedidos de bloqueio on-line através dos sistemas BACENJUD e RENAJUD, revelam as respectivas respostas que restaram infrutíferas as tentativas. Intime-se a parte autora para que promova regular andamento do feito, indicando bens passíveis de constrição judicial, no prazo de 5 dias.Havendo pedido de expedição de MANDADO para penhora, defiro, devendo ser expedido independentemente de nova CONCLUSÃO, desde que apresentado o respectivo endereço. Caso pugne pela suspensão do feito, desde já defiro, pelo prazo de um ano, devendo o feito ser arquivado provisoriamente, com a remessa dos presentes autos ao Arquivo Geral. Em sendo localizados e indicados bens, no período de um ano, não haverá necessidade de pagamento de taxa para o seu desarquivamento.Int. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0008534-24.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Instituto Madeira Vivo
Advogado:Cíntia Bárbara Paganotto Rodrigues (OAB/RO 3798)
Requerido:Santo Antônio Energia S.A
Advogado:Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803), Antônio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105), Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033)
DESPACHO:
Vistos,Intime-se o Senhor Diiretor do INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA, via oficial de justiça, para que cumprir. no prazo de 10 (dez) dias, a DECISÃO de fl. 757, devendo o meirinho, ainda, qualificar a pessoa receptora desse MANDADO judicial.

Considerando o histórico dos autos, visto que por duas vezes houve o recebimento, porém, na primeira oportunidade quedou-se inerte (fl. 765). Reiterado o ofício (fl. 766), sendo recebido em 01/06/2016 (fl. 767), não houve juntada de resposta. Fica a advertência de que em caso de descumprimento, restará caracterizado o crime de desobediência, previsto no art. 330 do Código Penal Brasileiro. Com o MANDADO, deverão ser encaminhados cópia da DECISÃO de fl. 757, bem como dos ofícios anteriores e as certificações de que estes não foram respondidos, além desta DECISÃO. Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0005377-09.2013.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Jose Evangelista de Souza, Eliolina Pereira de Souza
Advogado:José Raimundo de Jesus (OAB/RO 3975)
Executado:Santo Antônio Energia S.A.
Advogado:Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803)
DESPACHO:
Vistos,Defiro o pedido de fls. 173/174, a fim de conceder o prazo de 15 (quinze) dias, para esclarecimento dos fatos ocorridos, de acordo com o DESPACHO de fls. 171.Após, com ou sem manifestação, tornem-me os autos conclusos.Int.Porto Velho-RO, sábado, 4 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0001156-85.2010.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Serviço Social da Indústria - SESI/DR-RO
Advogado:Mileisi Luci Fernandes (OAB/RO 3487), Deise Lucia da Silva Silvino Virgolino (OAB/RO 615)
Executado:Erberth Carvalho de Oliveira
DESPACHO:
Vistos,Encontrando-se extinto o feito, deve a verba ser restituída ao executado. Intime-se através de edital, já que tal parte deixou de atualizar o endereço nos autos, para que providencie o levantamento do valor, dirigindo-se ao cartório deste juízo para o recebimento de alvará. Na hipótese de inércia do executado, desde já determino que, oportunamente, seja expedido Alvará para que os valores sejam transferidos para a conta judicial centralizadora nº 2848.040.01529904-5, da própria Caixa Econômica Federal, de titularidade do Tribunal de Justiça de Rondônia (CNPJ 04.293.700/0001-72). Arquivem-se quando inexistir saldo em conta.Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0000606-56.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ivondeleusa Rodrigues da Silva
Advogado:João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido:Banco Finasa S.A.
Advogado:Celso Marcon (OAB/ES 10990), Carla Passos Melhado (OAB/RO 5401)
DESPACHO:
Vistos,Compulsando os autos verifico que, na DECISÃO inicial, não foi autorizada a consignação de valores.Sendo assim, o valor depositado às fls. 418/419, e respectivos rendimentos, deve ser restituído ao depositante, ou seja, a autora. Fica intimada a parte, através do advogado constituído nos autos, para que providencie o levantamento da quantia. Expeça-se o necessário.Na hipótese de inércia da requerente, desde já determino que, oportunamente, seja expedido Alvará para que os valores sejam transferidos para a conta judicial centralizadora nº 2848.040.01529904-5, da própria Caixa Econômica Federal, de titularidade do Tribunal de Justiça de Rondônia (CNPJ 04.293.700/0001-72). Arquivem-se quando inexistir saldo em conta.Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0000068-36.2015.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:Banco Fiat S. A.
Advogado:Ricardo Alexandre Peresi ( ), Ricardo Alexandre Peresi (OAB/SP 235156)
Requerido:Simone Severina de Souza Silva
DECISÃO:
Vistos,1 - Tendo em vista que a parte ré sequer foi citada (fls. 45 e 76), e, ainda, à cessão de crédito noticiada pelo próprio autor (fls. 73/106), defiro o pedido da substituição processual que requerida (fl. 73). Com efeito, anote-se a escrivania tal providência junto à autuação e no SAP, fazendo constar no polo ativo destes autos o nome de RENOVA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S/A. Demais disso, o cadastramento dos novos procuradores junto ao SAP, viabilizando as suas intimações via Diário da Justiça. 2 - Prossigam, depois, a nova parte autora com a ação, procedendo a a citação da requerida, sob pena de extinção (ausência de pressuposto processual). Prazo de 10 dias.Int.Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0003697-57.2011.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Maria das GraÇas Ferreira Lima
Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:José Afonso Florêncio, Rita de Cássia Carvalho Souza Florêncio
DESPACHO:
Vistos,Remetam-se os autos ao Ministério Público Estadual, para manifestação acerca de eventual interesse na lide.Int.Porto Velho-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0032245-34.2007.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Fernando da Conceicao Brito
Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Requerido:N. C. Ferreira Rocha
DESPACHO:
Vistos,Esclareça o exequente, em dez dias, se os cheques envolvidos no acordo foram compensados.Após, na hipótese de terem sido compensados, expeça-se ofício ao cartório de fl. 248 (2º Tabelionato de Protesto de Títulos e Documentos - Ofício n. 181/2016), determinando a baixa em definitivo do protesto, ficando às expensas do executado o pagamento dos respectivos emolumentos, já que não houve menção alguma quanto a isto no acordo celebrado. Registro outrossim que, com o cumprimento integral do acordo, todas as constrições havidas neste feito passarão a ser insubsistentes. Arquivem-se oportunamente.Int. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0007163-54.2014.8.22.0001
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Polyart Comércio e Serviços Ltda, Joacir Roberto de Souza, Maria Helena Sonda de Souza
Advogado:Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871), Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871), Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Embargado:Servposto Vip Ltda
Advogado:Joselia Valentim da Silva (OAB/RO 198), Verônica Fátima Brasil dos Santos Reis Cavalini (OAB/RO 1248)
DESPACHO:
Vistos,Arquivem-se estes autos, conforme determinado às fls. 191/192.Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0024446-61.2012.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Geralda Lucia Ribeiro, Manoel Alexandre Correa de Moura
Requerido:Ego Construções de Rondônia S/A
Advogado:Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
DECISÃO:
Vistos,Indefiro o pedido de fl. 143. É que a notícia de que o imóvel se encontra fechado (fl. 141), não é garantia de que o bem imóvel está abandonado, devendo, por conseguinte, ocorrer pessoalmente.Com efeito, expeça-se MANDADO destinado à citação do confinante. residente no seguinte endereço: Rua Clara Nunes, nº 7363, Bairro Aponiã (vizinho da esquerda), nesta.Int. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0008165-25.2015.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Associação Educacional de Rondonia
Advogado:Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Executado:Luciano Teles Barroso, EDUARDO LAZARO DE BRITO FALEIRO
DESPACHO:
Vistos,Defiro o pedido de fl. 60. Para tanto, citem-se as partes executadas nos endereços informados (fl. 60), por meio de carta precatória, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias – art. 261 do CPC, devendo a parte exequente providenciar a sua retirada em cartório e, após, comprovar nestes autos a distribuição perante o r. Juízo Deprecado, no prazo de 20 dias.Decorridos sem qualquer providência, tornem-me os autos conclusos.Int.Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0014446-36.2011.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:Lindemberg Souza de Almeida
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Requerido:Banco do Brasil S. A.
Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
SENTENÇA:
Vistos, etc...Diante do depósito realizado a título de pagamento dos honorários sucumbenciais, nos termos do artigo 924, II, do NCPC, julgo extinto este processo (obrigação pecuniária), movido por LINDEMBERG SOUZA DE ALMEIDA contra BANCO DO BRASIL S/A e, em consequência, ordeno o seu arquivamento. Expeça-se alvará em favor do advogado da parte autora, para saque dos valores, e respectivos rendimentos. Faculto o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante substituição por cópia. Custas pelo requerido, solvidas. P. R. I.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0011337-14.2011.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperforte-cooperativa de Economia e Credito Mutuo dos Funcionario de Instituic
Advogado:Haroldo Lopes Lacerda (OAB/RO 962), Hugo André Rios Lacerda (OAB/RO 5717)
Executado:Aleksey Máximo da Silva Veira
DESPACHO:
Vistos,Expeça-se, em favor do exequente, a certidão referida no art. 517, § 2° do NCPC, devendo esta parte, contudo, ser intimada para prestar as necessárias informações a constar de aludida certidão, e a saber: o nome e a qualificação do exequente e do executado, o número do processo, o valor da dívida e a data de decurso do prazo para pagamento voluntário.Prestadas as informações e expedida a certidão – a ser entregue à parte exequente – arquivem-se os autos, até que a parte indique bens passíveis de constrição. Requerido o desarquivamento dentro de um ano, ficará isenta do pagamento das respectivas custas.Int.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0009695-64.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jessica Naiara Alves Campos
Advogado:Aline Silva Corrêa (OAB/RO 4696)
Requerido:CONSUL - WHIRLPOOL SA, Refritec - Refrigeração Industrial Técnica Ltda ME
Advogado:Richard Leignel Carneiro (OAB/RN 9555)
SENTENÇA:
Vistos etc...I – RELATÓRIOJÉSSICA NAIARA ALVES CAMPOS, beneficiária da gratuidade judiciária, propôs a presente AÇÃO ORDINÁRIA em face da CONSUL WHIRLPOOL S/A e REFRITEC REFRIGERAÇÕES IND. TÉCNICA LTDA.Nela, sustenta a autora, ter adquirido, na data de 12/03/2015, junto à loja Gazim, uma máquina lavadora (NF nº 860), no valor de R$ 1.114,97. Demais disso, que no dia 12/04/2015, a mesma parou de funcionar, ocasião em que solicitou chamada técnica junto à segunda empresa requerida (OS – AAUQ2786), a qual, por meio de seu técnico, apontou que o problema era em relação à sua "placa de programação", dizendo-lhe necessitar de substituição.Aduz, também, que em razão dessa constatação, tal parte ré lhe solicitou 15 dias para promover a substituição da peça, cujo prazo transcorreu sem nenhuma providência. Da mesma forma, fazendo nova reclamação junto à esta segunda ré, dela recebeu a a informação de não haver previsão para referido conserto.Ao final, com base nesta retórica e, ainda, de que tais fatos acabaram lhe ocasionando sérios constrangimentos, propugna a autora para que seja julgada procedente a presente ação ordinária, condenando-se as empresas requeridas, solidariamente, a lhe restituírem a quantia paga pelo produto (R$ 1.114,97), indenização por danos morais, além das verbas sucumbenciais (fls. 03/11).Com a inicial vieram procuração e documentos (fls. 12/19).DESPACHO inicial (fl. 20).A tentativa de conciliação restou infrutífera (fl. 23).Citada, a primeira empresa ré, CONSUL WHIRLPOOL S/A, apresentou contestação, requerendo, inicialmente, a retificação de sua denominação para WHIRLPOOL S/A. Na sequência, que sempre se disponibilizou em atender todos os chamados técnicos da pessoass adquirentes de seus produtos, com presteza e eficiência, e que quanto à necessidade do reparo técnico que alega o autor nestes autos, não há nenhuma prova nestes autos de sua ocorrência, ônus que lhe era devido a teor do art. 333, inciso I, do anterior CPC.Ao final, com base nessa retórica e, ainda, de não se fazerem presentes os pressupostos caracterizadores da responsabilidade civil, propugna para que seja julgada improcedente a presente querela, invertendo-se o ônus da sucumbência, No entanto, assim não entendendo, acaso haja denação, que o seu valor seja mensurado de forma a atender aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade (fls. 24/35).Também apresentou procuração e documentos (fls. 36/53).A segunda parte ré, Refritec, citada, não contentou a presente ação ordinária, incorrendo em revelia (certidão defl. 54).Houve réplica (fls. 56/59). Instadas a especificarem provas, a autora e primeira ré, respectivamente, manifestaram-se pelo julgamento antecipado da lide (fls. 61e 74), enquanto que a segunda ré, Refritec, quedou-se silente (certifdão de fl. 75).Vieram-me os autos conclusos.É o breve relatório.II – DECIDO No presente caso entendo desnecessária a

produção de novas provas, comportando o feito julgamento no estado em que se encontra e, conforme entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça, presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder. (STJ B 40 Turma, Resp. 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513). Aliás, sobre tal entendimento, diz a jurisprudência:"Presentes nos autos elementos documentais suficientes à elucidação da matéria de fato efetivamente controvertida, nada importa que o juiz tenha previamente consultado as partes sobre a produção de mais provas, e alguma delas a tenha requerido. A opção pela antecipação ou não do julgamento pertence exclusivamente ao Juiz, que pode saber, e só ele pode, da suficiência ou insuficiência dos dados disponíveis para o seu convencimento. [...]" (RJTJRGS, 133/355). Do corpo deste último aresto, trago ainda à colação a seguinte passagem: "[...] O Juiz, e somente ele, como destinatário da prova que é, detém, com exclusividade, o poder de optar pela antecipação do julgamento ou pela remessa do processo à dilação probatória. Seu é o convencimento a ser formado, e seu portanto há de ser também o juízo quanto à suficiência ou não dos elementos já coligidos para a consolidação desse convencimento. Por outras palavras, não é às partes que cabe aquilatar do cabimento ou descabimento da aplicação do art. 330 do CPC, mas o Juiz. A prova em audiência faz-se ou se deixa de fazer não porque as partes desejam ou prefiram esta ou aquela alternativa, mas porque o Juiz ainda precisa ou não precisa mais se esclarecer quanto à matéria de fato. [...]". Feito tal esclarecimento, passo ao cerne dos autos.Como sabido, nas relações de consumo, o artigo 6º, VIII do CDC, coloca a inversão do ônus da prova à disposição do consumidor, como meio para facilitar a sua defesa. A inversão da prova, entretanto, não atribui presunção absoluta às afirmações da parte autora, razão pela qual todas as informações devem ser consideradas. Neste norte, cumpre referir, primeiramente, que a autora conseguiu demonstrar por meio do documento de fl. 19, ter enviado a lavadora que menciona na inicial, à assistência técnica, pela razão de apresentar defeito.Já as parte requeridas, bem ao contrário, em momento algum fizeram provas de que isso não aconteceu, muito menos de tê-la consertado e, inclusive, de proceder a sua devolução à autora, ônus que lhes incumbiam e não era nada custoso. Aliás, a primeira parte ré, CONSUL WHIRLPOOL S/A, em contestação apenas se restringiu a alegar que não houve irregularidade em relação à sua própria conduta, bem ainda de não ter autora comprovado que sofreu dano algum, deixando depois, embora oportunizado, de produzir prova capaz de amparar referidas alegações.Já a segunda ré, REFRITEC REFRIGERAÇÕES IND. TÉCNICA LTDA, devidamente citada, deixou de apresentar defesa (ID 7835416), implicando esta omissão na caracterização dos efeitos da revelia. Sobre o tema:Com efeito, em razão dessas condutas das partes requeridas, consubstanciado nas regras consumeristas mencionadas, tenho restar comprovado tanto o defeito mecânico noticiado pela parte autora, assim como, diante das incúrias de sua reparação técnica, o dano imaterial reclamado pela mesma.Aliás, acerca deste entendimento, vejamos a jurisprudência:Cabe ao julgador, no momento da DECISÃO, quando os princípios relativos ao ônus da prova se transformam em regras de julgamento, impor derrota àquela parte que tinha o encargo de provar e não provou (Ac. un. da 10 Câm. Do TJPB de 18.04.96, na Ap. 95.003423-1, rel. Des. Plínio Leite Fontes, Rev. do Foro 95/66). Incumbe ao réu o ônus da prova quanto à alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 333, II, do CPC) (REsp n. 208018/ES, rel. Min. Barros Monteiro, DJU 20-5-02, p.144).INDENIZATÓRIA. CONTESTAÇÃO INTEMPESTIVA. EFEITOS DA REVELIA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL IN RE IPSA. A apresentação de contestação intempestiva implica os efeitos da revelia, aplicáveis no presente caso. Presume-se da narrativa dos fatos o abalo moral decorrente de negativação indevida, sendo desnecessária, para sua configuração, prova efetiva do dano. (N. 10000120080050360, Rel. Juiz Glodner Luiz Pauletto, J. 11/02/2009).Sendo assim, no que se refere aos danos morais, induvidoso o abalo sofrido pela autora, em razão de ter sidoi privada de utilizar o produto que adquiriu, bem como pela indiferença das rés em sanar o vício dentro de prazo considerado razoável.Neste particular, refiro que a FINALIDADE da reparação do dano moral, em casos similares, tem como objetivo principal, além de atenuar o sentimento de indignação natural de quem, em desrespeito às regras do Código de Defesa do Consumidor, não recebe adequado atendimento, vendo-se compelido a mover toda a estrutura judiciária para reconhecimento de um legítimo direito, o caráter punitivo e sancionatório que integra este tipo de indenização, pois sem dúvida, grandes grupos somente passarão a respeitar a legislação consumerista quando a inobservância influir diretamente no lucro, não sendo recomendável, sob o enfoque econômico, a desatenção ao cliente. Desta feita, deveriam as partes requeridas terem sido mais cautelosas no trato com a sua cliente - autora -, a fim de evitar situações como a dos autos. Não o fazendo, devem arcar com os alegados prejuízos sofridos pela mesma. Neste sentido:CONSUMIDOR. MANUTENÇÃO DE VEÍCULO; FALTA DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO FABRICANTE E DA CONCESSIONÁRIA - FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS - DANO MORAL CONFIGURADO - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. A concessionária responde de forma solidária com o fabricante de automóveis pela falta de peças de veículo para reposição. 2. Falha na prestação de serviços a empresa que não procede o conserto do veículo em 30 dias por falta de peças, prazo considerado razoável. Aplicação por analogia do prazo para correção do vício do produto (Código de Defesa do Consumidor, art. 18, § 1º). 3. O consumidor tem o direito de ser adequadamente informado sobre a previsão de prazo para a prestação do serviço. Transcede de meros aborrecimentos do contidiano, irritação e raiva a espera de mais de 90 dias para proceder a substituição de peças do veículo. 4. A fixação da indenização por danos morais no valor de R$ 4.000,00 se mostra adequada e atende aos requisitos da proporcionalidade e da razoabilidade 5. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 6. Diante da sucumbência, nos termos do artigo 55 da Lei dos Juizados Especiais (Lei nº 9.099/95), condeno o recorrente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) do valor da condenação. 7. SENTENÇA mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos, com súmula de julgamento servindo de acórdão, na forma do artigo 46 da Lei nº 9.099/95. (TJ-DF - RECURSO INOMINADO RI 07059460420148070016 (TJ-DF) Data de publicação: 01/09/2015). APELAÇÃO CÍVEL. AGRAVO RETIDO. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO. DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO FABRICANTE E DO COMERCIANTE. DESFAZIMENTO DO NEGÓCIO. UTILIZAÇÃO DO BEM. RESTITUIÇÃO DO VALOR. TABELA FIPE. DANOS MORAIS CARACTERIZADOS. Preliminar. Agravo Retido. Não há falar em ilegitimidade passiva da concessionária de veículos para responder pelos prejuízos suportados pela consumidora ao adquirir veículo com problemas, mesmo que o bem seja novo. Responsabilidade Solidária entre o fabricante e comerciante. MÉRITO. 1. Demonstrado nos autos os danos experimentados pela parte autora desde o momento da aquisição do veículo 0Km, justa e legal a condenação solidária dos deMANDADO s ao pagamento de indenização por danos morais. 2. Apesar de o automóvel ter apresentado e continuar apresentando inúmeros defeitos desde a data da sua compra (04.06.08), a parte autora continua o utilizando até os dias de hoje, razão pela qual a entrega de um veículo novo como determinado pela SENTENÇA, neste momento, caracterizaria o enriquecimento ilícito da

demandante diante da desvalorização do bem. Assim, devem os réus para o desfazimento do negócio e o retorno ao status anterior, pagarem à autora pela devolução do veículo o valor constante da tabela FIPE vigente na data de publicação do presente acórdão, quantia esta a partir deste momento devidamente corrigida monetariamente pelo IGP-M e acrescida de juros moratórios de 1% ao mês. AGRAVO RETIDO DESPROVIDO. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70039808548, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Gelson Rolim Stocker, Julgado em 29/02/2012).Sobre o valor da condenação, ensina a doutrina que se deve levar em conta a capacidade econômica das pessoas envolvidas, seu grau de culpa ou dolo, a posição social ou política do ofendido e a intensidade da dor sofrida por este. Tais parâmetros devem atender tanto ao caráter punitivo da pena, que visa intimidar o agente, evitando a reincidência no ato danoso, quanto ao seu caráter ressarcitório, destinado a proporcionar à vítima compensação a seu sofrimento. Destarte, entendo que as requeridas deverão pagar à requerente, solidariamente, a quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), valor este suficiente para funcionar como compensação pelo abalo causado à psiquê da autora Relativamente ao pedido de restituição da quantia paga (R$ 1.114,97 – mil, cento e quatorze reais e noventa e sete centavos), ressalto que a autora adquiriu o produto para durar muitos anos, e ele, pelo que implicitamente se subentende dos autos, não prestou, máxime para a FINALIDADE esperada, significando, portanto, que ambas as requeridas, também solidariamente, devem restituí-lo à autora - pelos vícios do produto -.III – CONCLUSÃO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE a presente AÇÃO ORDINÁRIA promovida por JÉSSICA NAIARA ALVES CAMPOS em face de CONSUL WHIRLPOOL S/A e REFRITEC REFRIGERAÇÕES IND. TÉCNICA LTDA, para CONDENAR estas partes requeridas, solidariamente, no seguinte:1 - devolução do valor pago pelo objeto tratado na inicial, ou seja, na importância de R$ 1.114,97 – mil, cento e quatorze reais e noventa e sete centavos), e a ser corrigido monetariamente – INPC – além de juros de 1% (um por cento) ao mês, da data do seu efetivo desembolso;2 - a título de indenização por danos morais, o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), cujo montante deverá ser corrigido monetariamente – INPC – além de juros de 1% ao mês, ambos a partir desta data, uma vez que na fixação foi considerado montante atualizado (EDRESP 194.625/SP, publicado no DJU em 05.08.2002, p. 0325).3 - ao pagamento das custas, despesas processuais, além de honorários advocatícios, cuja verba fixo em 10% do valor atualizado dos somatórios das condenações.Proceda a escrivania a regularização da denominação - nome de fantasia - da primeira ré, para WHIRLPOOL S/A, retificando-se a autuação.Certificado o trânsito em julgado, em não havendo cumprimento voluntário, deverá o autor utilizar-se do processo virtual (PJe) para implementação da fase de cumprimento do julgado (artigo 16 da Resolução de nº 013/2014-PR).Assim, deverá o patrono do vencedor, caso tenha interesse na execução do julgado, utilizar-se do processo virtual (Pje), distribuindo-se o feito a este juízo por dependência (indicar o número do processo físico), bem como anexando ao processo os seguintes documentos: a) petição inicial da fase de cumprimento de SENTENÇA; b) no caso de execução de valores, memória de cálculo do que pretende receber; c) cópia das procurações do autor e do réu, se tiver; d) cópia do acórdão do Tribunal de Justiça e dos Tribunais Superiores, se houver; e) cópia da certidão do trânsito em julgado.Deverá ainda, no cadastro das partes, observar o nome do causídico que, em nome da parte adversa, será intimado para os atos processuais.Iniciado o processo eletrônico, deverá ser anotado no processo físico e no SAP que a fase de cumprimento de SENTENÇA terá prosseguimento através do processo virtual, bem como o seu respectivo número.Arquivem-se estes autos oportunamente.P. R. I. Porto Velho-RO, quarta-feira, 1 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0016782-42.2013.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:José Gomes de Lima
Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:EGO - Empresa Geral de Obras S.A.
DECISÃO:
Vistos,Trata-se de AÇÃO DE USUCAPIÃO ESPECIAL movida por JOSÉ GOMES DE LIMA em desfavor de EGO – EMPRESA GERAL DE OBRAS, pretendendo a aquisição da propriedade do imóvel urbano n. 6770, setor 14, quadra 186, lote 0353, localizado na Rua Trizidela, Bairro Igarapé, nesta, argumentando para tanto que preenche os requisitos exigidos em lei. Citada, a requerida deixou de apresentar contestação, conforme certificado (fl. 46). Diante disto, por observar inexistirem questão preliminares a serem resolvidas, estando a parte autora devidamente representada nos autos, declaro saneado o processo. Fixo, por consequência, como controvertidos os seguintes pontos, a saber: (1) se estão preenchidos os requisitos necessários à aquisição da propriedade e (2) se está identificada e individualizada a área que pretende a parte autora adquirir.Defiro, por consequência, a produção de prova oral, conforme pleiteado pelo autor. Para tanto, designo audiência de instrução para o dia 29/03/2017, às 7h45min. Atento à manifestação da Defensoria Pública, intime-se pessoalmente a parte autora, com urgência, para que, no prazo de quinze dias, dirija-se a tal órgão a fim de apresentar o rol de testemunhas, devendo ainda providenciar suas cientificações e presenças na solenidade. Caso entenda necessário, deverá informar ser hipótese de intimação através do juízo, com máxima antecedência. Providencie a escrivania intimar a parte autora através de contato telefônico, observando-se os números indicados na inicial e, no caso de não ser possível, expeça-se MANDADO. Remetam-se à Defensoria Pública.Dê-se ciência ao Ministério Público.Int.Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0007246-70.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Victor Jara Souza Calasans
Advogado:Felipe Góes Gomes Aguiar (OAB/RO 4494)
Requerido:Instituto Nacional de Segur. Social Inss
DESPACHO:
Vistos,Noticiando o autor o agendamento de perícia para janeiro deste ano, determino que esclareça se permanece o bloqueio da conta, no prazo de cinco dias. Outrossim, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do e. Tribunal de Justiça, devendo permanecerem em Cartório, pelo prazo de cinco dias, para extração de fotocópias pela vencedora. Considerando a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), ocorrida em 13/7/2015, faz-se necessária a migração do processo do sistema físico para o virtual, conforme determina o artigo 16 da Resolução de nº 013/2014-PR, de 16/7/2014, in verbis:Art. 16. A partir da implantação do PJe será feita migração de processo do sistema físico para o virtual sempre que for apresentado requerimento de cumprimento de SENTENÇA. Parágrafo único. O cartório deverá anotar o número do processo gerado para cumprimento de SENTENÇA na movimentação processual do processo que será arquivado. Assim, deverá o patrono do vencedor, caso tenha interesse na execução do julgado, utilizar-se do processo virtual (Pje), distribuindo-se o feito a este juízo por dependência (indicar o número do processo físico), bem como anexando ao processo os seguintes documentos:a) petição inicial da fase de cumprimento de SENTENÇA, com a qualificação das partes; b) no caso de execução de valores, memória de cálculo do que pretende receber;c) cópia das procurações;d) cópia do acórdão do Tribunal de Justiça e dos Tribunais Superiores, se houver;e) cópia da certidão do trânsito em

julgado;f) demais documentos necessários à instrução do pedido de execução do julgado. Intimem-se as partes da presente DECISÃO, devendo a sucumbente reportar-se ao PJe a fim de acompanhar o prosseguimento deste feito.Arquivem-se estes autos após o prazo de cinco dias. Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0260836-85.2008.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Sociedade de Apoio Infantil Rondônia Ltda ME
Advogado:Patrícia Oliveira de Holanda Rocha (OAB/RO 3582), Renato Juliano Serrate de Araujo (OABRO 4705), Vanessa Michele Esber Serrate (OAB/RO 3875)
Requerido:Viviane de Oliveira Marques
Advogado:Arileide Pereira Nascimento (OAB/RO 3104)
SENTENÇA:
Vistos, etc...Determinada a realização de penhora sobre os vencimentos da executada, mediante desconto mensal de 15% de sua renda bruta (fls. 144/145), até o limite de R$ 2.855,29, tal parte, ao formalmente tomar conhecimento da constrição, manifestou-se nos autos alegando a realização de descontos a maior, tendo identificado, em novembro de 2016, um excedente de R$ 495,63 (quatrocentos e noventa e cinco reais e sessenta e três centavos). Por tal razão, pugnou pelo levantamento do valor penhorado a maior, e posterior extinção do feito, nos termos do art. 924, II, do CPC.Pois bem.Compulsando os autos verifico a existência de duas contas judiciais vinculadas a este feito, as quais, segundo informações prestadas pela fonte pagadora, estão sendo utilizadas para o recebimento dos valores penhorados nos vencimentos da executada.Analisando tais contas constato que, de fato, ocorreram descontos a maior, na medida que, na conta de n. 1619020-9, foram depositados R$ 3.482,32 e, na conta 01627351-1, foram depositados R$ 295,67.Ora, o limite do débito, conforme determinado, é de R$ 2.855,29. Sendo assim, considerando o pedido da executada de levantamento do que sobejar e extinção do feito, deve a exequente efetuar o levantamento de tal quantia (R$ 2.855,29), e respectivos rendimentos, da conta judicial de n. 1619020-9 (CEF, agência 2848), devendo a quantia remanescente, além da existente na conta judicial 01627351-1 (CEF, agência 2848), serem disponibilizadas à própria executada, mediante alvará, a lhe ser entregue.Ante ao exposto, por encontrar-se satisfeita a pretensão executória, nos termos do artigo 924, II, do NCPC, julgo extinto este processo, movido por SOCIEDADE DE APOIO INFANTIL RONDÔNIA LTDA contra VIVIANE DE OLIVEIRA MARQUES e, em consequência, ordeno o seu arquivamento oportuno. Expeçam-se alvarás, para vinculação dos depósitos a este juízo e posterior saque dos valores, na forma acima determinada. Faculto o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante substituição por cópia. Sem custas, por ser a executada beneficiária da gratuidade processual. P. R. I.Porto Velho-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0001521-66.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Autovema Veículos Ltda
Advogado:José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529)
Requerido:Nailson Soares Campos
DECISÃO:
Vistos,INDEFIRO o requerimento de expedição de ofícios aos órgãos públicos e empresas de telefonia, pois trata-se de medida excepcional admitida apenas após a comprovação de que a parte requerente realizou todas as diligências que estavam a seu alcance, para localização do bem e/ou devedor, o que não se evidencia nestes autos. AGRAVO DE INSTRUMENTO - BUSCA E APREENSÃO - REQUISIÇÃO DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO TRE, RECEITA FEDERAL, TELEMIG CELULAR, SPC, MAXITEL E DETRAN - IMPOSSIBILIDADE - NECESSIDADE DE DILIGÊNCIA PRÉVIA DO CREDOR JUNTO A TAIS ÓRGÃOS. - A não ser em caso de malogro comprovado das diligências levadas a efeito pela parte, injustificável se torna a determinação judicial de expedição de ofícios ao TRE, Receita Federal, Maxitel, Telemig Celular e SPC para a obtenção do endereço do réu. - Não se pode deferir pedido de oficiamento ao DETRAN para bloqueio da disponibilidade do veículo objeto da busca e apreensão quando cabe ao credor providenciar o registro do encargo junto ao órgão de trânsito, tornando, assim, ineficaz eventual alienação a terceiros (TJMG - Agravo de Instrumento n. 373.251-6, Sexta Câmara Civil, Rel. Des. Dídimo Inocêncio de Paula). AGRAVO DE INSTRUMENTO -AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO -INDEFERIMENTO DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS À RECEITA FEDERAL E EMPRESAS DE TELEFONIA -NÃO CABIMENTO IN CASU - NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. Há entendimento consolidado em relação ao não cabimento da emissão de ofícios à Receita Federal, quando o credor não tiver esgotado as diligências no sentido da alcançar sua pretensão, circunstância que não se evidencia nos autos recursais. (TJMS - Agravo: AGV 31938 MS 2009.031938-4 - Relator(a): Des. Fernando Mauro Moreira Marinho - Órgão Julgador: 3ª Turma Cível - Julgamento: 01/02/2010 - Publicação: 08/02/2010).Intime-se na forma do art. 485, § 1º do CPC.Int. Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito
Irene Costa Lira Souza
Escrivã Judicial

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( )
Processo nº7001557-18.2017.8.22.0001
classe: cumprimento de SENTENÇA
protocolado em: 19/01/2017 17:52:08
exequente: Carlos Renato Ferreira
Advogado: José Ademir Alves OAB/618/RO
Executado: direcional ambar empreendimentos imobliÁrios ltda
advogados: Manuela Gsellmann OAB/3511/RO e Roberto Jarbas moura De Souza OAB/1246/RO.
Certidão DE INTIMAÇÃO
Fica a parte requerida intimada por meio de seus advogados, para cumprimento da DECISÃO abaixo transcrita.
Vistos,Trata-se de cumprimento de SENTENÇA que tem por origem DECISÃO exarada nos autos físicos de n. 0007774-07.2014.8.22.0001, em que a parte sucumbente não foi intimada para cumprir espontaneamente o julgado.Assim, fica intimada para que, no prazo de quinze dias, pague o débito espontaneamente, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 523, § 1º, do NCPC (10%), e fixação de honorários na fase de cumprimento do julgado (10%). Transcorrido tal prazo de quinze dias, sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (CPC, art. 525). Int.Porto Velho, 3 de fevereiro de 2017. José Antonio Robles.Juiz de Direito.
Porto Velho, 07 de fevereiro de 2017.
Marcos Antônio Nobre Da Silva
Técnico Judiciário
Cad.206938-5
Nome: CARLOS RENATO FERREIRA
Endereço: Avenida Amazonas, 1239, Apto 1804, Nossa Senhora das Graças, Porto Velho - RO - CEP: 76804-171
Nome: DIRECIONAL AMBAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
Endereço: Rua Grão Pará, 466, Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG - CEP: 30150-340

Processo nº: 7062704-79.2016.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Protocolado em: 10/12/2016 20:58:58
EXEQUENTE: PORTO RURAL PRODUTOS AGRICOLAS LTDA - ME
EXECUTADO: MANOEL PEREIRA SILVA
DESPACHO
Vistos, etc...
Considerando a informação do credor, de que sua pretensão foi integralmente satisfeita, pleiteando pela extinção da ação, com fundamento no art. 485, inc. VIII, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a presente ação promovida por PORTO RURAL PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA - ME em face de MANOEL PEREIRA DA SILVA, e, em consequência, ordeno o seu arquivamento.
Sem custas.
P.R.I.
Porto Velho, 2 de fevereiro de 2017
JOSE ANTONIO ROBLES
Juiz(a) de Direito

Processo nº 7042466-39.2016.8.22.0001
REQUERENTE: BV FINANCEIRA S/A
REQUERIDO: VALDECI DA SILVA
SENTENÇA
Vistos, etc...
Conforme noticiado pela parte autora (ID n. 7625094), a requerida após o regular ajuizamento da presente demanda, efetuou o pagamento das parcelas que ensejaram a mora, razão pela qual evidenciada está a perda do objeto da ação.
Com efeito, entendo que após o regular ajuizamento da presente demanda, a parte Ré efetuou o pagamento das parcelas que ensejaram a mora, razão pela qual evidenciada está a perda do objeto da ação em decorrência da superveniente falta do interesse de agir da autora, impondo-se a EXTINÇÃO DO PROCESSO, com fulcro no artigo 485, inciso VI, do Novo CPC.
Forçoso consignar que, via de regra, a extinção por falta de interesse conduziria o autor à condenação em honorários advocatícios (REsp 1183061 MS 2010/0039105-7), contudo, por observar que a falta de interesse se deu de forma superveniente, entendo que não deve experimentar condenação, já que o requerido foi quem efetivamente deu causa à propositura desta ação, ao manter-se inerte com a cessação dos pagamentos a que se comprometera.
Diante do exposto, com fulcro no art. 485, VI, do CPC, JULGO EXTINTA a presente AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, movida por BV FINANCEIRA S/A contra VALDECI DA SILVA.
Sem custas e sem honorários.
Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.
P. R. I.
Porto Velho, 3 de fevereiro de 2017
Juiz de Direito

6ª VARA CÍVEL

Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito
Sugestão ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet através do e-mail: pvh6civel@tjro.jus.br
Diretora de Cartório: Márcia Pires Saraiva

Proc.: 0004507-61.2013.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Tapajós Comércio de Medicamentos Ltda
Advogado:Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208), Albino Melo Souza Junior (OAB/RO 4464), José Nonato de Araújo Neto (OAB/RO 6.471)
Executado:Z Souza Lima Comercio de Produtos Farmaceuticos Importação e Exportação
SENTENÇA:
Tapajós Comércio de Medicamentos LTDA promoveu a presente execução em face de Z souza lima comércio de Produtos Farmaceuticos Importações e Exportações ambas(os) já qualificadas(os), alegando, em síntese, ser credor(a) da(o) Executada(o) na importância atualizada de R$ 12.502,59, representada por notas promissórias trazidas(os) com a exordial (fls. 22/26).Antes de formada a relação jurídica processual, a(o) Requerente pleiteou a desistência da ação (fls. 83).Isso posto, HOMOLOGO o pedido de desistência da ação, e em conseqüência, julgo extinto o processo, com fundamento no art. 267, VIII, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas.Faculto ou defiro o desentranhamento dos títulos instruidores da inicial de fls. (22/26) mediante cópia.Sem custas.Arquivem-se.P.R.I. Cumpra-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro Juíza de Direito

Proc.: 0013652-10.2014.8.22.0001
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Ricardo Alves Filho, Elenita de Andrade Melo Alves
Advogado:Sheidson da Silva Ardaia (OAB/RO 5929)
Embargado:Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI
Advogado:Guilherme de Castro Barcellos (OAB/RS 56630)
DESPACHO:
Vistos.Analisando os autos verifica-se que em audiência de conciliação realizada em 05.07.2016, a parte executada fez proposta de pagamento da dívida, no qual, a parte exequente requereu 15 dias para apreciação da proposta.Às fls. 552, a parte executada demonstrou o pagamento das primeiras parcelas do acordo, porém, até o presente momento não houve homologação de tal, tendo em vista que a parte exequente não se manifestou. Dessa forma, manifeste-se a parte exequente acerca da proposta de acordo, destacando que já há valores depositados nos autos, no prazo de 15 dia.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro Juíza de Direito

Proc.: 0008797-51.2015.8.22.0001
Ação:Cautelar Inominada (Cível)
Requerente:TARCISIO INACIO RAMALHO
Advogado:Nancy Fontinele Carvalho (OAB/RO 4076), Jovander Pereira Rosa (OAB/RO 7860)
Requerido:Banco Cruzeiro do Sul
Advogado:TAYLISE CATARINA ROGÉRIO SEIXAS (OAB/SP 182694)
DESPACHO:
Vistos.Analisando os autos, verifico que a contestação da presente demanda, encontra-se juntada erroneamente nos autos principais (0011258-93.2015.822.0001).Dessa forma, proceda a Escrivania o desentranhamento da peça supracitada, procedendo a juntada aos presentes autos, com cautelas e anotações de praxe.Cumpra-se, certificando.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017. Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro Juíza de Direito

Proc.: 0011346-34.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Trimaq Comercio e Serviços de Peças Para Tratores Me
Advogado:Diego Fernando Furtado Anastácio (OAB/RO 4302)
Requerido:Gpa Factoring Fomento Mercantil Ltda, Gislane Machado dos Santos Me
Advogado:Cristiano Jose Haesbaert Ribeiro (SC 18248)
Documento - Retirar:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar o MANDADO de Cancelamento Definitivo expedido.

Proc.: 0003568-81.2013.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado:Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831), Alexandre Carneiro Moraes (OAB/RO 6739)
Executado:Danila Torres de Araujo Frade Nogueira
Carta precatória - retirar:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.
Márcia Pires Saraiva
Diretora de Cartório

Processo: 7024595-30.2015.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: CONDOMINIO PORTAL DAS ARTES
Advogados do(a) AUTOR: RAIMISSON MIRANDA DE SOUZA - RO5565, OCTAVIA JANE LEDO SILVA - RO1160
Requerido: GISELE DA SILVA GONZAGA
INTIMAÇÃO:
Fica a parte Requerida, intimada da DECISÃO: "Considerando que o embargos de declaração apresentado pela parte Autora e encartado no ID Num. 7122079, possui nítido efeito infringente, capaz de modificar a DECISÃO combatida, manifeste-se a parte Requerida, no prazo de 5 dias, quanto ao recurso oposto, bem como quanto ao documento apresentado no ID Num. 7122080. O Prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais."

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171326
Processo: 7004168-41.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Data da Distribuição: 06/02/2017 16:13:33
Requerente: MADECON ENGENHARIA E PARTICIPACOES LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: RODRIGO TOSTA GIROLDO - RO0004503
Requerido: BLUETEC EQUIPAMENTOS PARA MINERACAO EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA
Vistos.
Determino a intimação da parte devedora, na pessoa do seu advogado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se o pagamento espontâneo da obrigação, sob pena de aplicação de honorários em execução e multa de 10% prevista no artigo 523 §1º do Código de Processo Civil.
Saliente-se que em prazo sucessivo, querendo, poderá apresentar impugnação. (art. 525 - CPC)
Não havendo manifestação da parte executada, intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar o feito, requerendo o que entender de direito.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
O Prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.
Porto Velho, 06 de fevereiro de 2016.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

Processo: 7003872-19.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Data da Distribuição: 03/02/2017 15:20:29
Requerente: YASMIN JAINE CORTES BIELINKI
Advogado do(a) AUTOR: FABIO ANTONIO MOREIRA - RO0001553
Requerido: Seguradora Lider do Consórcio do Seguro DPVAT S/A
DESPACHO
Trata-se de ação de cobrança de seguro DPVAT pelo rito comum, onde a parte autora assevera que em decorrência de acidente de trânsito, sofreu lesão que resultou em sequelas, portanto, acredita fazer jus a indenização de acordo com a tabela do seguro DPVAT.
Desta forma, inconteste que neste tipo de ação é quase sempre necessária a realização de perícia para auferir o grau das lesões sofridas pela parte Autora.
No anos de 2014, 2015 e no decorrer deste foram realizadas audiências com a temática DPVAT nesta Comarca, que surtiram resultados esperados em quase todos os processos que foram pautados, com proferimento de SENTENÇA. Vale ressaltar o elevado índice de acordo. Assim, atentando-se aos princípios da celeridade, da efetividade da tutela jurisdicional, da economia processual e da satisfação do pedido, e visando menor dispêndio, designo pauta especial de audiências que serão realizadas no 22 de março de 2017.
Cite-se e intime-se a parte requerida, nos termos dos artigos 334 do NCPC para comparecer à audiência no dia 22 de março de 2017, às 14h30min.
Caso não haja acordo, o prazo para contestar fluirá da data da audiência, nos termos do art. 335 do NCPC.
A Requerida deverá atentar-se ao disposto no art. 344 do código supramencionado (Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor).
Determino, desde logo, a realização de perícia na parte autora, a ser paga pela Seguradora, a fim de apurar o grau de invalidez.
Faculto às partes trazer seus assistentes técnicos para acompanhar o exame e apresentar manifestação em separado.
Por oportuno, já apresento os quesitos do juízo.
1. A parte requerente apresenta alguma incapacidade e/ou debilidade permanente ou temporária em decorrência do acidente de trânsito sofrido
2. Qual o percentual da incapacidade e/ou debilidade
Para realização do exame, no dia da audiência, nomeio o perito Victor Hugo Fini Júnior, CRM 2480.
Fixo os honorários do perito em R$250,00 (duzentos e cinquenta reais) conforme proposta efetuada por este junto a este juízo, devendo ser depositado em conta judicial vinculada a este juízo até cinco dias antes da audiência.
Na solenidade deverá comparecer a parte autora, além dos respectivos advogados e prepostos com poderes para transigir.
Defiro o benefício da Justiça Gratuita.
O Prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO
Requerido: Nome: Seguradora Lider do Consórcio do Seguro DPVAT S/A
Endereço: Rua Senador Dantas, 74, 5 Andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20031-205
Porto Velho, 6 de fevereiro de 2017.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171326
Processo: 7003975-26.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Data da Distribuição: 04/02/2017 11:26:45
Requerente: ALEXANDRA MONTEIRO OLIVEIRA e outros (8)
Advogados do(a) AUTOR: DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA - RO1996, DEBORA PANTOJA BASTOS - RO7217
Advogados do(a) AUTOR: DENISE GONCALVES DA CRUZ

ROCHA - RO1996, DEBORA PANTOJA BASTOS - RO7217 Advogados do(a) AUTOR: DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA - RO1996, DEBORA PANTOJA BASTOS - RO7217 Advogados do(a) AUTOR: DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA - RO1996, DEBORA PANTOJA BASTOS - RO7217 Advogados do(a) AUTOR: DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA - RO1996, DEBORA PANTOJA BASTOS - RO7217 Advogados do(a) AUTOR: DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA - RO1996, DEBORA PANTOJA BASTOS - RO7217 Advogados do(a) AUTOR: DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA - RO1996, DEBORA PANTOJA BASTOS - RO7217 Advogados do(a) AUTOR: DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA - RO1996, DEBORA PANTOJA BASTOS - RO7217 Advogados do(a) AUTOR: DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA - RO1996, DEBORA PANTOJA BASTOS - RO7217
Requerido: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
DESPACHO /CARTA/MANDADO
1. Nos termos do art. 334, DESIGNO audiência de conciliação para o dia 27 de março de 2017 às 10h30min na Sala 06 do CEJUSC/Cível, localizado na BR 319 (Avenida Jorge Teixeira), esquina com Rua Quintino Bocaiuva, nº 3061, bairro Embratel, Porto Velho/RO., devendo as partes comparecerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º).
2. Cite-se com as advertências constantes nos artigos 344, 336 e 319 do NCPC. Salientando prazo para contestar fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso o Requerido manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 da data da audiência (art. 334, §5º)
4. Fica o Autor intimado, por seu advogado, a comparecer para a audiência designada (art. 334, §3º).
5. Ficam as partes advertidas, desde já, que o não comparecimento na audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º).
6. Não havendo conciliação, vindo ou não a contestação certifique-se quanto à tempestividade.
7. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abre-se vistas ao Autor para réplica.
8.Em razão da existência de menores, intime-se o MP
9. Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.
O Prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO atendendo aos requisitos dos arts. 248, 249 e 250.
Requerido: Nome: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Endereço: Estrada Santo Antônio, S/N, MARGEM ESQUERDA BLOCO 01, Triângulo, Porto Velho - RO - CEP: 76805-812
Porto Velho, Segunda-feira, 06 de Fevereiro de 2017
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171326 Processo: 7004020-30.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Data da Distribuição: 06/02/2017 09:07:06
Requerente: VANDERLANE DE LIMA LEITAO DOS SANTOS e outros
Advogado do(a) AUTOR: BRUNO VINICIUS MACHADO PARREIRA - RO8097 Advogado do(a) AUTOR: BRUNO VINICIUS MACHADO PARREIRA - RO8097
Requerido: Seguradora Lider do Consórcio do Seguro DPVAT S/A
DESPACHO
Trata-se de ação de cobrança de seguro DPVAT pelo rito comum, onde a parte autora assevera que em decorrência de acidente de trânsito, sofreu lesão que resultou em sequelas, portanto, acredita fazer jus a indenização de acordo com a tabela do seguro DPVAT.
Desta forma, inconteste que neste tipo de ação é quase sempre necessária a realização de perícia para auferir o grau das lesões sofridas pela parte Autora.
No anos de 2014, 2015 e no decorrer deste foram realizadas audiências com a temática DPVAT nesta Comarca, que surtiram resultados esperados em quase todos os processos que foram pautados, com proferimento de SENTENÇA. Vale ressaltar o elevado índice de acordo. Assim, atentando-se aos princípios da celeridade, da efetividade da tutela jurisdicional, da economia processual e da satisfação do pedido, e visando menor dispêndio, designo pauta especial de audiências que serão realizadas no 22 de março de 2017.
Cite-se e intime-se a parte requerida, nos termos dos artigos 334 do NCPC para comparecer à audiência no dia 22 de março de 2017, às 15h00min.
Caso não haja acordo, o prazo para contestar fluirá da data da audiência, nos termos do art. 335 do NCPC.
A Requerida deverá atentar-se ao disposto no art. 344 do código supramencionado (Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor).
Determino, desde logo, a realização de perícia na parte autora, a ser paga pela Seguradora, a fim de apurar o grau de invalidez.
Faculto às partes trazer seus assistentes técnicos para acompanhar o exame e apresentar manifestação em separado.
Por oportuno, já apresento os quesitos do juízo.
1. A parte requerente apresenta alguma incapacidade e/ou debilidade permanente ou temporária em decorrência do acidente de trânsito sofrido
2. Qual o percentual da incapacidade e/ou debilidade
Para realização do exame, no dia da audiência, nomeio o perito Victor Hugo Fini Júnior, CRM 2480.
Fixo os honorários do perito em R$250,00 (duzentos e cinquenta reais) conforme proposta efetuada por este junto a este juízo, devendo ser depositado em conta judicial vinculada a este juízo até cinco dias antes da audiência.
Na solenidade deverá comparecer a parte autora, além dos respectivos advogados e prepostos com poderes para transigir.
Defiro o benefício da Justiça Gratuita.
O Prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO
Requerido: Nome: Seguradora Lider do Consórcio do Seguro DPVAT S/A
Endereço: Rua Senador Dantas, 74, 5 andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20031-205
Porto Velho, 6 de fevereiro de 2017.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171326 Processo: 7004009-98.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)
Data da Distribuição: 05/02/2017 20:35:33
Requerente: MAISA MAIA SOARES
Advogados do(a) AUTOR: QUENEDE CONSTANCIO DO NASCIMENTO - RO3631, ANA LIDIA DA SILVA - RO4153
Requerido: Seguradora Lider do Consórcio do Seguro DPVAT S/A

DESPACHO
Trata-se de ação de cobrança de seguro DPVAT pelo rito comum, onde a parte autora assevera que em decorrência de acidente de trânsito, sofreu lesão que resultou em sequelas, portanto, acredita fazer jus a indenização de acordo com a tabela do seguro DPVAT.
Desta forma, inconteste que neste tipo de ação é quase sempre necessária a realização de perícia para auferir o grau das lesões sofridas pela parte Autora.
No anos de 2014, 2015 e no decorrer deste foram realizadas audiências com a temática DPVAT nesta Comarca, que surtiram resultados esperados em quase todos os processos que foram pautados, com proferimento de SENTENÇA. Vale ressaltar o elevado índice de acordo. Assim, atentando-se aos princípios da celeridade, da efetividade da tutela jurisdicional, da economia processual e da satisfação do pedido, e visando menor dispêndio, designo pauta especial de audiências que serão realizadas no 22 de março de 2017.
Cite-se e intime-se a parte requerida, nos termos dos artigos 334 do NCPC para comparecer à audiência no dia 22 de março de 2017, às 14h45min.
Caso não haja acordo, o prazo para contestar fluirá da data da audiência, nos termos do art. 335 do NCPC.
A Requerida deverá atentar-se ao disposto no art. 344 do código supramencionado (Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor).
Determino, desde logo, a realização de perícia na parte autora, a ser paga pela Seguradora, a fim de apurar o grau de invalidez.
Faculto às partes trazer seus assistentes técnicos para acompanhar o exame e apresentar manifestação em separado.
Por oportuno, já apresento os quesitos do juízo.
1. A parte requerente apresenta alguma incapacidade e/ou debilidade permanente ou temporária em decorrência do acidente de trânsito sofrido
2. Qual o percentual da incapacidade e/ou debilidade
Para realização do exame, no dia da audiência, nomeio o perito Victor Hugo Fini Júnior, CRM 2480.
Fixo os honorários do perito em R$250,00 (duzentos e cinquenta reais) conforme proposta efetuada por este junto a este juízo, devendo ser depositado em conta judicial vinculada a este juízo até cinco dias antes da audiência.
Na solenidade deverá comparecer a parte autora, além dos respectivos advogados e prepostos com poderes para transigir.
Defiro o benefício da Justiça Gratuita.
O Prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO
Requerido: Nome: Seguradora Lider do Consórcio do Seguro DPVAT S/A
Endereço: Rua Senador Dantas, 74, Centro, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20031-205
Porto Velho, 6 de fevereiro de 2017.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171326
Processo: 7004192-69.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Data da Distribuição: 06/02/2017 17:05:01
Requerente: CONDOMINIO RESIDENCIAL SALVADOR DALI
Advogados do(a) AUTOR: RAIMISSON MIRANDA DE SOUZA - RO5565, OCTAVIA JANE LEDO SILVA - RO1160
Requerido: ALESSANDRA ALMEIDA TABOSA
DESPACHO
Fica, o autor intimado para recolher o valor das custas iniciais, comprovando-se nos autos no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da exordial e extinção do feito (art. 321, parágrafo único do NCPC).
O Prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.
Porto Velho, Segunda-feira, 06 de Fevereiro de 2017
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171326
Processo: 7004177-03.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Data da Distribuição: 06/02/2017 16:36:33
Requerente: CONDOMINIO RESIDENCIAL SALVADOR DALI
Advogados do(a) AUTOR: RAIMISSON MIRANDA DE SOUZA - RO5565, OCTAVIA JANE LEDO SILVA - RO1160
Requerido: CHARLES ADRIANO SCHAPPO
DESPACHO
Fica, o autor intimado para recolher o valor das custas iniciais, comprovando-se nos autos no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da exordial e extinção do feito (art. 321, parágrafo único do NCPC).
O Prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.
Porto Velho, Segunda-feira, 06 de Fevereiro de 2017
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

0000511-60.2010.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: REGINALDO FERNANDES
Advogado do(a) EXEQUENTE: PEDRO WANDERLEY DOS SANTOS - RO0001461
Requerido: Itau Bfb Leasing
Advogados do(a) EXECUTADO: GABRIEL DA COSTA ALEXANDRE - RO0004986, DAGUIMAR LUSTOSA NOGUEIRA CAVALCANTE - RO0004120, CELSO MARCON - RO0003700
INTIMAÇÃO:
Fica a parte Exequente, por seu patrono, no prazo de 05 dias, intimada do depósito realizado pelo Executado.

Processo: 0142097-22.2009.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Data da Distribuição: 30/09/2016 11:56:34
Requerente: CLARICE BORGES DOS SANTOS
Advogados do(a) AUTOR: PAULO FERNANDO LERIAS - RO0003747, PAULO ROBERTO DA SILVA MACIEL - RO0004132
Requerido: JULIO CESAR DA CUNHA LUZ
Advogado do(a) RÉU: MARLOIVA ANDRADE SAMPAIO - RS0031008
Vistos.
Determino a intimação da parte devedora, na pessoa do seu advogado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se o pagamento espontâneo da obrigação, sob pena de aplicação de honorários em execução e multa de 10% prevista no artigo 523 §1º do Código de Processo Civil.
Saliente-se que em prazo sucessivo, querendo, poderá apresentar impugnação. (art. 525 - CPC)
Não havendo manifestação da parte executada, intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar o feito, requerendo o que entender de direito.

Cumpra-se, expedindo o necessário.
O Prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.
Porto Velho, Quinta-Feira, 30 de dezembro de 2016
Duilia Sgrott Reis
Juíza de Direito

Processo: 7046015-57.2016.8.22.0001
Classe: BUSCA E APREENSÃO (181)
Requerente: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) REQUERENTE: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - RO0004875
Requerido: G. Z. ATAIDE - ME e outros
INTIMAÇÃO:
SENTENÇA BANCO BRADESCO S.A. ajuizou a presente ação de busca e apreensão em desfavor de G.Z. ATAIDE –ME, ambos devidamente qualificados nos autos. Antes de formada a relação jurídica processual, veio a parte Autora aos autos noticiando ter entabulado acordo com a parte Requerida, na mesma oportunidade em que pugnou pela devida homologação e posterior extinção do feito (ID Num. 6137193). Ante ao exposto, HOMOLOGO por SENTENÇA, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, o acordo pactuado entre as partes e identificado no ID Num. 7744464, que se regerá pelas condições ali expostas e, em consequência, julgo extinto este processo, com fulcro no artigo art. 487, III, “b” do Novo Código de Processo Civil. Sem custas. Por observar os fatores que ensejam a preclusão lógica, considero o trânsito em julgado a partir desta data. Arquivem-se. P.R.I e Cumpra-se.

Processo: 7046015-57.2016.8.22.0001
Classe: BUSCA E APREENSÃO (181)
Requerente: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) REQUERENTE: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - RO0004875
Requerido: G. Z. ATAIDE - ME e outros
INTIMAÇÃO:
SENTENÇA BANCO BRADESCO S.A. ajuizou a presente ação de busca e apreensão em desfavor de G.Z. ATAIDE –ME, ambos devidamente qualificados nos autos. Antes de formada a relação jurídica processual, veio a parte Autora aos autos noticiando ter entabulado acordo com a parte Requerida, na mesma oportunidade em que pugnou pela devida homologação e posterior extinção do feito (ID Num. 6137193). Ante ao exposto, HOMOLOGO por SENTENÇA, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, o acordo pactuado entre as partes e identificado no ID Num. 7744464, que se regerá pelas condições ali expostas e, em consequência, julgo extinto este processo, com fulcro no artigo art. 487, III, “b” do Novo Código de Processo Civil. Sem custas. Por observar os fatores que ensejam a preclusão lógica, considero o trânsito em julgado a partir desta data. Arquivem-se. P.R.I e Cumpra-se.

7ª VARA CÍVEL

7ª Vara Cível
Ilisir Bueno Rodrigues - Juiz de Direito
Sugestão ou reclamações podem ser feitas pessoalmente ao Juiz ou via Internet - pvh7civelgab@tjro.jus.br
Escrivã Judicial: Elza Elena Gomes Silva

Proc.: 0016420-16.2008.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Adailton Queiroz da Silva
Advogado:Hiram Souza Marques (OAB/RO 205), Carl Teske Júnior (OAB/RO 3297), Fernanda Maia Marques (OAB/RO 3034)
Executado:Anizio Gorayeb Filho
Advogado:Marisâmia Aparecida de Castro Inácio (OAB/RO 4553)
SENTENÇA:
Vistos etc.O presente feito encontra-se paralisado aguardando providência do autor, tendo este permanecido inerte, mesmo após ter sido intimado para dar andamento no feito.Assim, resta evidente a falta de interesse do autor no prosseguimento do feito, impondo-se a sua extinção, não podendo o mesmo permanecer paralisado indefinidamente, onerando e tumultuando a atividade jurisdicional. Em conseqüência, com fundamento no artigo 485, III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o feito, ante a evidente falta de interesse do autor no seu prosseguimento.Sem custas finais.P. R. I. e arquive-sePorto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0019522-70.2013.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Bradesco Financiamento S. A.
Advogado:Celso Marcon (OAB/RO 3700), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986), Rosângela da Rosa Corrêa (OAB/DF 38136)
Requerido:Amarildo Augusto de Oliveira
DESPACHO:
Nesta data procedida a liberação do veículo. Retornem ao arquivo. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0021987-52.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Lindon Jonson Paes de Oliveira
Advogado:Vanderléia Soares Menezes Toledo (OAB/RO 6321)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210)
DESPACHO:
Expeça-se alvará em favor do autor para levantamento do valor depositado, devendo a conta ser zerada. Após, retornem ao arquivo.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0018952-84.2013.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Genusia Nunes Vieira Batista
Advogado:Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779)
Executado:Electrolux da Amazônia S/A
Advogado:Matheus Evaristo Sant Ana (OAB/RO 3230), Iris Elena da Cunha Gomes da Silva (OAB/RO 5833), Jose Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)
DESPACHO:
Considerando o retorno dos autos do TJRO, o cumprimento de SENTENÇA deverá ser apresentado por meio do Sistema Processual Eletrônico PJE, conforme artigo 16, da Resolução 13/2014-PR-TJRO. Com a peça inicial de cumprimento de SENTENÇA, necessariamente deverá o exequente apresentar os seguintes documentos: 1) inicial da ação originária; 2) SENTENÇA; 3) acórdão; certidão de trânsito em julgado; 4) planilha atualizada do débito; 5) procuração de ambas as partes; 6) qualquer outro documento que entenda pertinente. Com o protocolo do pedido de cumprimento de SENTENÇA pelo PJE, deverá ser anotado o número do processo nestes autos. Intime-se para recolhimento das custas finais, no prazo de 15 (quinze) dias. Não havendo o recolhimento inscreva-se em dívida ativa e arquive-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0005296-26.2014.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Rodrigo Pereira Costa
Advogado:Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Executado:Centrais Elétricas de Rondônia S/A
Advogado:Uérlei Magalhães de Morais (OAB/RO 3822), Rodrigo Augusto Barboza Pinheiro (OAB/RO 5706)
DESPACHO:
Considerando o retorno dos autos do TJRO, o cumprimento de SENTENÇA deverá ser apresentado por meio do Sistema Processual Eletrônico PJE, conforme artigo 16, da Resolução 13/2014-PR-TJRO. Com a peça inicial de cumprimento de SENTENÇA, necessariamente deverá o exequente apresentar os seguintes documentos: 1) inicial da ação originária; 2) SENTENÇA; 3) acórdão; certidão de trânsito em julgado; 4) planilha atualizada do débito; 5) procuração de ambas as partes; 6) qualquer outro documento que entenda pertinente. Com o protocolo do pedido de cumprimento de SENTENÇA pelo PJE, deverá ser anotado o número do processo nestes autos. Intime-se para recolhimento das custas finais, no prazo de 15 (quinze) dias. Não havendo o recolhimento inscreva-se em dívida ativa e arquive-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0014145-55.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Adriano Silva de Souza
Advogado:Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Executado:Americel S/A
Advogado:Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
SENTENÇA:
Vistos etc.A despeito do tempo transcorrido, verifica-se que o depósito do valor referente a condenação foi feito de forma voluntária, antes mesmo da intimação da parte. Assim, a extinção do feito em razão do cumprimento da obrigação é medida que se impõe.Posto isto e com fulcro no artigo 513 e 924, II, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinta a execução ante o cumprimento da obrigação pelo executado.Expeça-se alvará em favor do exequente para levantamento do valor depositado às fls. 213. Certifique-se nos autos de cumprimento de SENTENÇA do PJE e façam os autos conclusos com urgência para liberação do valor bloqueado naquele feito.P. R. I. e recolhidas as custas finais, arquive-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0025465-68.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Auxiliadora Candida Gonçalves
Advogado:Hortência Monteiro (OAB/RO 5713), Eldeni Timbó Passos (OAB/RO 5697)
Requerido:Banco J. Safra S.a
Advogado:Maria Lucilia Gomes (2210), Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/RO 1894), Thiago de Siqueira Batista Macedo (OAB/RO 6842)
DESPACHO:
Renove-se o ofício ao Detran determinando que seja retirado a restrição por alienação fiduciária do veículo, tendo como alienante o Banco Safra. Após, retornem ao arquivo.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0114821-50.2008.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo
Advogado:Joaquim Fábio Mielli Camargo (OAB/MT 2680), Renato Spadoto Righetti (OAB/RO 1198), Vinicius Silva Lemos (OAB/RO 2281), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Juliana Falci Mendes (OAB/SP 223768)
Executado:Cimentec - Transportes Exportação e Comércio Ltda ME, Luiz Antonio Lima, Kátia Helena Chaves Vieira
Advogado:Bento Manoel de Morais Navarro (OAB/RO 4251)
DESPACHO:
Nesta data procedi a liberação do veículo conforme espelho que segue. Retornem ao arquivo. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0246752-79.2008.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Asmup - Associação dos Servidores Públicos Municipais de Porto Velho
Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Requerido:Manoel Venceslau da Frota
Advogado:Nancy Fontinele Carvalho (OAB/RO 4076)
DESPACHO:
Considerando a inércia da parte autora, arquive-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0014585-80.2014.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Magna da Conceição Martins
Advogado:Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Executado:Tim Celular S.a
Advogado:Rubens Gaspar Serra (OAB/SP 119859), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/RO 6235), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
SENTENÇA:
Vistos etc.A despeito do tempo transcorrido, verifica-se que o depósito de fls. 165 foi realizado antes mesmo da intimação para cumprimento da SENTENÇA. Assim, a extinção do feito em razão do cumprimento da obrigação é medida que se impõe.Posto isto e com fulcro no artigo 513 e 924, II, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinta a execução ante o cumprimento da obrigação pelo executado.Expeça-se alvará em favor do exequente para levantamento do valor depositado às fls. 165.P. R. I. e após o pagamento das custas finais, arquive-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0011872-98.2015.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Aymore Crédito e Financiamento e Investimento Sa
Advogado:Fernando Salioni de Sousa (OAB/RO 4077), Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB/RO 5086)
Requerido:Marli da Penha Sesana
DESPACHO:
O acordo não possui assinatura de nenhuma das partes, impossibilitando sua homologação. Assim, apresente o autor o termo de acordo devidamente assinado no prazo de 5 (cinco) dias, pena de extinção pela desistência. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0011314-34.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Robson de Sales Costa
Advogado:João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Executado:Banco J. Safra S/A
Advogado:Celso Marcon (OAB/RO 3700)
DESPACHO:
Expeça-se alvará em favor do autor para levantamento do valor depositado nos autos. Após, retornem ao arquivo. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0023172-62.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:José Vilobaldo Santos
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Executado:Banco Bmg S.A.
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
SENTENÇA:
Vistos etc.A despeito do tempo transcorrido, verifica-se que o depósito foi realizado dentro do prazo de 15 (quinze) dias. Assim, a extinção do feito em razão do cumprimento da obrigação é medida que se impõe.Posto isto e com fulcro no artigo 513 e 924, II, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinta a execução ante o cumprimento da obrigação pelo executado.Expeça-se alvará em favor do exequente para levantamento do valor depositado às fls. 132P. R. I. e arquive-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0011474-93.2011.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Antônio Dionísio Correa
Advogado:Cristiane Patrícia Hurtado Madueno (OAB/RO 1013), Jucirene Lopes Cardoso (OAB/RO 798)
Executado:Panamericano Administradora de Cartões de Crédito
Advogado:Denise Pereira dos Santos (OAB/SP 188446), Adriana Bueno Barbosa (OAB/SP 160950), Alessandra Francisco de Melo Franco (OAB/RO 4661), Ricardo Malachias Ciconelo (OAB/RO 6477)
SENTENÇA:
Vistos etc.A extinção do feito em razão do cumprimento da obrigação é medida que se impõe.Posto isto e com fulcro no artigo 513 e 924, II, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinta a execução ante o cumprimento da obrigação pelo executado.Expeça-se alvará em favor do exequente para levantamento do valor depositado às fls. 294, com seus acréscimos.P. R. I. e arquive-se.Custas finais já recolhidas.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015187-76.2011.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Jeú Medeiros Borges de Camargo Costa
Advogado:Luciana Medeiros Borges de Camargo Costa Fernandes (OAB/RO 2201)
Executado:Josué de Tal
Advogado:Ana Carolina Gomes de Souza Abreu (OAB/RO 4574), Márcia Aparecida de Mello Artuso (OAB/RO 3987)
DESPACHO:
Arquive-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0095510-39.2009.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Joaquim Ferreira Costa
Advogado:Maria Inês Spuldaro (OAB/RO 3306), Rafaela Cristina Lopes Mercês (OAB/RO 3923), Gustavo Serpa Pinheiro (OAB/RO 6329)
Executado:Sonia Cristina de Souza, Vanderlei Afonso de Carvalho
DESPACHO:
A despeito do pedido de suspensão formulado pelo autor, determino o arquivamento do feito, ressaltando que tal providência não trará qualquer prejuízo a parte, por tratar-se de processo em fase de cumprimento de SENTENÇA, que poderá ser desarquivamento a qualquer tempo pela parte interessada. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015614-68.2014.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Itaú Unibanco S. A.
Advogado:Antonio Braz da Silva (OAB/AC 4235-A), Melanie Galindo Martim Azzi (RO 3793)
Executado:Tiago Bruno Franca de Lima
DESPACHO:
A despeito do pedido de suspensão formulado pela parte, determino o arquivamento do feito. Isso porque, por tratar-se de cumprimento de SENTENÇA, nada impede que a parte requeira, a qualquer tempo, seu desarquivamento, não havendo qualquer prejuízo. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0002760-81.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Zelia Maria dos Reis Souza
Advogado:José Assis (OAB/RO 2332)
Requerido:União P F N
SENTENÇA:
Vistos etc.O presente feito encontra-se paralisado aguardando providência do autor, tendo este permanecido inerte, mesmo após ter sido intimado para dar andamento no feito.Assim, resta evidente a falta de interesse do autor no prosseguimento do feito, impondo-se a sua extinção, não podendo o mesmo permanecer paralisado indefinidamente, onerando e tumultuando a atividade jurisdicional. Em conseqüência, com fundamento no artigo 485, III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o feito, ante a evidente falta de interesse do autor no seu prosseguimento. Sem custas finais.P. R. I. e arquive-sePorto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0012836-91.2015.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Lisiane Lima Machado
Advogado:Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Executado:CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA
DESPACHO:
Considerando o retorno dos autos do TJRO, o cumprimento de SENTENÇA deverá ser apresentado por meio do Sistema Processual Eletrônico PJE, conforme artigo 16, da Resolução 13/2014-PR-TJRO. Com a peça inicial de cumprimento de SENTENÇA, necessariamente deverá o exequente apresentar os seguintes documentos: 1) inicial da ação originária; 2) SENTENÇA; 3) acórdão; certidão de trânsito em julgado; 4) planilha atualizada do débito; 5) procuração de ambas as partes; 6) qualquer outro documento que entenda pertinente. Com o protocolo do pedido de cumprimento de SENTENÇA pelo PJE, deverá ser anotado o número do processo nestes autos. Intime-se para recolhimento das custas finais, no prazo de 15 (quinze) dias. Não havendo o recolhimento inscreva-se em dívida ativa e arquive-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0020034-24.2011.8.22.0001
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente:Safra Leasing S/A Arrendamento Mercantil
Advogado:Thiago de Siqueira Batista Macedo (OAB/RO 6842)
Requerido:Pedro Amarildo Clemente
SENTENÇA:
Vistos etc.O presente feito encontra-se paralisado aguardando providência do autor, tendo este permanecido inerte, mesmo após ter sido intimado para dar andamento no feito.Assim, resta evidente a falta de interesse do autor no prosseguimento do feito, impondo-se a sua extinção, não podendo o mesmo permanecer paralisado indefinidamente, onerando e tumultuando a atividade jurisdicional. Em conseqüência, com fundamento no artigo 485, III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o feito, ante a evidente falta de interesse do autor no seu prosseguimento.Sem custas finais.P. R. I. e arquive-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0021256-27.2011.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Damas e Damas Ltda
Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Executado:Sisteme Sayonara Plásticos Reciclagens Ltda
DESPACHO:
A despeito do pedido de suspensão formulado pelo autor, determino o arquivamento do feito, ressaltando que tal providência não trará qualquer prejuízo a parte, por tratar-se de processo em fase de cumprimento de SENTENÇA, que poderá ser desarquivamento a qualquer tempo pela parte interessada. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0010224-88.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Banco Santander S.A.
Advogado:Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986), Alexandre de Almeida (OAB/RS 43621), Celso Marcon (OAB/RO 3700), Francisco Gomes Coelho (OAB / CE 1745)
Executado:Emanuela Rodrigues Palma
DESPACHO:
Defiro a expedição de alvará em favor do autor para levantamento do valor existente nos autos. Após, retornem ao arquivo.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0002751-85.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sindicato dos Trabalhadores Urbano de Passageiros no Estado de Rondonia
Advogado:Clara Regina do Carmo Góes Orlando (OAB/RO 653), Flávio Henrique Teixeira de Orlando (OAB/RO 2003)
Requerido:OI S/A
Advogado:Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635), Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
DESPACHO:
O valor principal do acordo já foi levantado, conforme se infere do alvará de fls. 440, entregue a subscritora da petição de fls. 441, nos termos da certidão de fls. 440/v.Expeça-se alvará em favor do exequente para levantamento do saldo remanescente, devendo a conta ser zerada. Após, retornem ao arquivo. Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito
Elza Elena Gomes Silva

Diretora de Cartório

8ª VARA CÍVEL

8ª Vara Cível
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-AS PESSOALMENTE À DIRETORA DO CARTÓRIO DESTA VARA E/OU MAGISTRADA COMO AINDA CONTATE-NOS VIA INTERNET ATRAVÉS DO E-MAIL: pvh8civel@tjro.jus.br e pvh8civelgab@tjro.jus.br
JUÍZA DE DIREITO TITULAR: ÚRSULA GONÇALVES THEODORO DE FARIA SOUZA.
DIRETORA DE CARTÓRIO: KELI CRISTINA DIAS MONTEIRO FLORES.

Proc.: 0017058-78.2010.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Paulo Feitosa de Souza
Advogado:Franco Omar Herrera Alviz (OAB/RO 1228)
Requerido:Ze, José Maria Souza da Rocha, Francisco Pereira da Mota, Paulo Benedito, Carlos Roneli da Cunha Santana, Francisco Das Chagas, Derli Romão Gomes, Sandelson Cavalcante do Nascimento, Wilce de Moraes Almeida, Nelson dos Reis, Zezinho, Valdecir Pio da Silva, Chicão, Malvina de Morais, Claudio Aparecido Nascimento, José do Rosário da Silva Pantoja, Luiz Cirilo do Nascimento, Guilhermina, Leudson de Oliveira de Souza, Rosildo da Costa Pinho, Gilmar de Souza Bueno
Advogado:Gilvane Veloso Marinho (OAB/RO 2139), Flávio Conesuque Filho ( )
Parte retirada do po:Associação dos Micros e Pequenos Produtores Rurais da Agricultura Familiar do Baixo Candeias da Linha do Caju APBC
Edital - Publicar:
EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS E INTERESSADOS
Prazo: 20 dias
FINALIDADE: NOTIFICAR terceiros e interessados da improcedência da ação de Reintegração de Posse do imóvel localizado na BR 364, Linha Boa Esperança, Gleba Aliança-Sítio André Luiz, em Candeias do Jamari, com revogação da liminar, cujo tópico final da SENTENÇA segue abaixo transcrito: SENTENÇA:: "...Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido contido na inicial e em consequência revogo a medida liminar de reintegração de posse, nos termos do artigo 269, inciso I, do CPC..Considerando o caráter dúplice das ações possessórias, expeça-se MANDADO de reintegração definitiva de posse do bem objeto da presente lide em favor dos deMANDADO s.Sucumbente, condeno, ainda, a requerente ao pagamento das custas e honorários advocatícios que arbitro em R$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 20, §4º do CPC.Fica o vencido ciente de que caso não efetue o pagamento da importância à qual foi condenada no prazo de 15 dias, a contar do transito em julgado desta DECISÃO, ao montante da condenação será acrescido multa de 10%, nos termos do que dispõe o art. 475-J do CPC. Em caso de descumprimento, desde já arbitro honorários advocatícios para a fase de cumprimento da SENTENÇA em 10% sobre o valor da condenação. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, proceda-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado.Pagas as custas, ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se.P.R.I.Porto Velho RO, terça-feira, 15 de julho de 2014. Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza Juíza de Direito."
Processo:0017058-78.2010.822.0001
Classe:Cumprimento de SENTENÇA
Assunto:Esbulho / Turbação / Ameaça.
Procedimento:Procedimento de Cumprimento de SENTENÇA ocedimento
Autor:Paulo Feitosa de Souza
Advogado:Franco Omar Herrera Alviz OAB 1228
Réu: Ze e Outros
Eu, Keli Cristina Dias Monteiro Flores Diretora de Cartório, conferi.
Porto Velho, 08 de agosto de 2016.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juíza de Direito
Keli Cristina Dias Monteiro Flores
Diretora de Cartório

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - F:(69) 32171346
Processo nº 7014906-59.2015.8.22.0001
AUTOR: MANOEL VICENTE DE SOUZA, CREUZA CORREIA DO PRADO SOUZA
RÉU: VALDENOR CAMPOS DA COSTA, SEBASTIANA SOUZA DA COSTA

Certidão
Certifico, para os devidos fins de direito, que nesta data, faço juntada da carta precatória. O certificado é verdade e dou fé.
Porto Velho, 7 de fevereiro de 2017
Renata Vieira de Oliveira
Técnica Judiciária

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7061078-25.2016.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Assunto: [Despesas Condominiais]
EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL MARGARIDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: JETER BARBOSA MAMANI - RO5793
EXECUTADO: RONDINELE FONSECA LISBOA
SENTENÇA
O feito tramitou regularmente até que as partes juntaram petição requerendo a homologação do acordo estipulado e devidamente assinado por ambas as partes. Posto isso, homologo por SENTENÇA o acordo estabelecido pelas partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, conforme as cláusulas especificadas.
Julgo extinto o processo, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea "b" do CPC/2015.
Sem custas e sem honorários.
No sentido de que com a homologação do presente acordo forma-se um título executivo judicial, que poderá ser executado nos termos do art. 523 do CPC/2015, em caso de descumprimento.
As partes renunciaram ao prazo recursal.
Oportunamente arquivem-se.
Registre-se. Intime-se.
Porto Velho/RO, 3 de fevereiro de 2017
Juíza Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7000964-86.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Causas Supervenientes à SENTENÇA]
EXEQUENTE: MIGUEL EDUARDO VUJANSKI
Advogado do(a) EXEQUENTE: PEDRO MIRANDA - RO2199
EXECUTADO: LINHA VERDE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
DESPACHO
Cadastrem-se os advogados da parte executada, certificando-se no processo físico originário que o feito se encontra em trâmite pelo PJE.
Na forma do artigo 513 §2º, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver.
Intime-se observando-se o disposto no §2º do art. 513 do diploma processual.
Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.
Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de 10% e, também, de honorários de fase de cumprimento de SENTENÇA de 10%.
Por fim, certificado o trânsito em julgado da DECISÃO e transcorrido o prazo do art. 523, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil.
Intime-se.
Porto Velho/RO, 3 de fevereiro de 2017
Juíza Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza

9ª VARA CÍVEL

9ª Vara Cível
SUGESTÕES, RECLAMAÇÕES OU ELOGIOS, FAÇAM PESSOALMENTE AO JUIZ, À OUVIDORIA OU CONTATE-NOS VIA INTERNET - E-MAIL:pvh9civel@tjro.jus.br
JUIZ DE DIREITO: RINALDO FORTI DA SILVA
DIRETOR DE CARTÓRIO: Bel. JOSÉ RICARDO MENDES DOS SANTOS PARAÍZO

Proc.: 0004504-72.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Banco Pan S/A
Advogado:Fernando Luz Pereira (OAB/SP 147020), Moisés Batista de Souza (OAB/RO 2993), Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794), Humberto Luiz Teixeira (OAB/SP 157.875)
Requerido:Paulo Cesar Trindade da Silva
Advogado:Lívia Freitas Gil (OAB/RO 3769)
Certidão do Oficial de Justiça:I
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão negativa do Oficial de Justiça.

Proc.: 0002756-68.2015.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Cassio Esteves Jaques Vidal
Advogado:Cassio Esteves Jaques Vidal (OAB/RO 5649)
Executado:Odailton Costa Ribeiro
Advogado:Jéssica Luisa Xavier (OAB/RO 5141)
Parte retirada do po:Social Administradora de Imóveis Ltda EPP
Advogado:Cassio Esteves Jaques Vidal (OAB/RO 5649)
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão negativa do Oficial de Justiça.

Proc.: 0002002-29.2015.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Itapeva Vii Multicarteria Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados
Advogado:Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB/RO 5086)
Requerido:Maria Madalena Miranda da Silva
Advogado:Defensoria Pública de Porto Velho ( )
Parte retirada do po:Aymoré Crédito Financiamento e Investimentos S. A.
Advogado:Fernando Salioni de Souza (OAB/RO 4017)
Certidão do Oficial de Justiça:Fiduciária
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão negativa do Oficial de Justiça.

Proc.: 0007036-19.2014.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Itaúcard S. A.
Advogado:Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986), Celso Marcon (OAB/RO 3700)

Requerido:Paulo Sergio Tomas de Aquino
Certidão do Oficial de Justiça:Fiduciária
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão negativa do Oficial de Justiça.

Proc.: 0003754-70.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Industrial do Brasil S.A
Advogado:Mariele P Bragante (17511), Wilson Sales Belchior (OAB/CE 17314), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Executado:César do Rego e Silva
Certidão do Oficial de Justiça:I
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão negativa do Oficial de Justiça.

Proc.: 0010542-03.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Itaú Unibanco S. A.
Advogado:Giuliano Caio SantAna (OAB/RO 4842), Germana Vieira do Valle (OAB/RO 6343)
Requerido:Pullig Pullig Ltda
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão negativa do Oficial de Justiça.

Proc.: 0004823-40.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S.A.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado:Allan Oliveira de Paula Me, Allan Oliveira de Paula
Certidão do Oficial de Justiça:I
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão negativa do Oficial de Justiça.

Proc.: 0007454-20.2015.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Lojas Renner S. A.
Advogado:Júlio Cesar Goulart Lanes (OAB/RO 4365)
Executado:Fabiano Alves Barbosa Xavier
Advogado:Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779)
Desarquivamento - Intimação:
Ficam as partes, por via de seus Advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0017866-78.2013.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Cassio Moura da Silva
Advogado:Linêide Martins de Castro (OAB/RO 1902)
Executado:Banco Itaucard S/A
Advogado:Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Desarquivamento - Intimação:
Ficam as partes, por via de seus Advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0024230-32.2014.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Ueslei José Pinheiro
Advogado:Amaro Vinícios Bacinello Ramalho (OAB/RO 3212)
Requerido:Cartao Marisa Clube Administradora de Cartao de Credito Sa
Advogado:José Campello Torres Neto (OAB/RJ 122539), Thiago Mahfuz Vezzi (OAB/SP 228213)
Desarquivamento - Intimação:
Ficam as partes, por via de seus Advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0000621-54.2013.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Laudeline de Oliveira Gama
Advogado:Paulo Timoteo Batista (RO 115-E), Gardênia Souza Guimarães (OAB/RO 5464)
Executado:Banco do Brasil S/A
Advogado:Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546), Servio Túlio de Barcelos (OAB/RO 6673A), José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB/RO 6676A)
Desarquivamento - Intimação:
Ficam as partes, por via de seus Advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0023052-48.2014.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Madecon Engenharia e Participações Ltda
Advogado:José Nonato de Araújo Neto (OAB/RO 6.471), Rodrigo Tosta Giroldo ( )
Requerido:Work Engenharia Ltda
Advogado:Anderson Andre Santos de Jesus ( )
Desarquivamento - Intimação:
Ficam as partes, por via de seus Advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0012404-09.2014.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:Casa do Padeiro de Rondônia Ltda
Advogado:Bianca Paola Camargo de Oliveira (OAB/RO 4020), Francisco das Neves Ximenes (OAB/RO 3682)
Requerido:Aldenir Silva de Almeida
Desarquivamento - Intimação:
Ficam as partes, por via de seus Advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0002475-20.2012.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:Rejane Monteiro de Souza
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido:BANCO DO BRASIL S/A - AGENCIA D. PEDRO II - 0102-3
Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567), Servio Tulio de Barcelos (OAB/MG 44698), José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB/RO 6676A)
Desarquivamento - Intimação:
Ficam as partes, por via de seus Advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0012037-19.2013.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:UNIRON - União das Escolas Superiores de Rondônia Ltda
Advogado:Fernando Augusto Torres dos Santos (OAB/RO 4725)
Executado:Daniely Amanti Assis, Ademir Alves de Assis
Carta precatória - Devolvida:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória negativa devolvida.

Proc.: 0012643-13.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S. A.
Advogado:Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096)
Executado:Oia Construtora Ltda Me, Natalia de Oliveira Silva, Reginaldo Lessa de Souza
Advogado:Sara Coelho da Silva (OAB/RO 6157)
Ficam as partes, por via de seu(uas) Advogados(as), no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem quanto à avaliação do imóvel.

Proc.: 0021533-72.2013.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Instituto João Neórico
Advogado:Eliane Carneiro de Alcântara (OAB/RO 4300), Marcus Vinicius de Oliveira Cahulla (OAB/RO 4117), Tiago Fagundes Brito (OAB/RO 4239)
Executado:Marcia Regina Sampaio Monteiro
Certidão do Oficial de Justiça:I
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão negativa do Oficial de Justiça.

Proc.: 0000922-64.2014.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Manoelina dos Santos Ferreira
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
Requerido:Rubens Leite da Silva
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão negativa do Oficial de Justiça.

Proc.: 0019030-78.2013.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Daniel Morares de Souza
Advogado:Luis Sergio de Paula Costa (OAB/RO 4558), Alciene Lourenço de Paula Costa (OAB/RO 4.632), Josimá Alves da Costa Júnior (OAB/RO 4156)
Executado:Renato Penedo Caxias César
Advogado:Francisco Alves Pinheiro Filho (OAB/RO 568), Carla Begnini Pinheiro (OAB/RO 778)
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão negativa do Oficial de Justiça.

Proc.: 0018223-92.2012.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/A
Advogado:Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado:Everaldo Kurpan Flores Me, Everaldo Kurpan Flores
Certidão do Oficial de Justiça:I
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão negativa do Oficial de Justiça.

Proc.: 0014995-12.2012.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Mútua de Assistência dos Profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
Advogado:Ricardo de Paula Ribeiro (OAB/DF 15928), Giovana Tonello Pedro Lima (OAB/DF 34.777), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO E O 4.875A E 128.341)
Executado:Rui Brasil do Nascimento, Margareth Nunes de Morais Nascimento, Benjamim Pereira Soares Junior
Advogado:Antonio Pereira da Silva (RO 802)
Certidão do Oficial de Justiça:I
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão negativa do Oficial de Justiça.

Proc.: 0023999-05.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Nissey Motors Ltda
Advogado:SIDNEY DUARTE BARBOSA (OAB/RO 630-A)
Executado:Pereira & Souza Ltda, Rosangela Rodrigues de Souza
Carta precatória - Devolvida:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória devolvida negativa.

Proc.: 0010739-89.2013.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Associação de Crédito Cidadão de Rondônia ACRECID
Advogado:Karina da Silva Sandres (OAB/RO 4594)
Executado:Fernando Henrique Cachone, Kelly André dos Santos
Carta precatória - Devolvida:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória devolvida negativa.

Proc.: 0012108-50.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Elisa da Silva
Advogado:Dulce Cavalcante Guanacoma Santos (OAB/RO 6450)
Requerido:Brasil Card Administradora de Cartão de Crédito Ltda
Advogado:Cláudio José de Alencar (OAB/MG 92798), Neyir Silva Baquião (OAB/MG 129504), Adrienes Bernardes da Silva (OAB/MG 155898)
Parte retirada do po:Brasil Card Administradora de Cartões Ltda
Advogado:Luiz Lázaro França Parreira (OAB/GO 31.352)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0007819-45.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Uallace Ferrreira da Silva, Zamir Bastos da Silva
Advogado:Antônio de Castro Alves Júnior (OAB/RO 2811), Jeanne Leite Oliveira (OAB/RO 1068), Luiz Antonio Rebelo Miralha (RO 700)
Requerido:Santo Antônio Energia S/a
Advogado:Gelca Maria de Oliveira Pereira (OAB/RO 4786), Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Rafaela Pithon Ribeiro (OAB/BA 21026), Igor Habib Ramos Fernandes (OAB/RO 5193)
Laudo Pericial:
Ficam as partes, por via de seus Advogados, no prazo sucessivo de 15 dias, intimadas a manifestarem-se sobre o laudo pericial complementar, a iniciar pela parte autora.

Proc.: 0021059-67.2014.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Jose Felix de Souza Filho, Espolio de Matilde Souza, Espolio de Joao Julio Rocha, Wilson Alves de Souza, Nelson Martins Cardoso
Advogado:Charles Márcio Zimmermann (OAB/RO 2733)
Executado:Banco do Brasil S/A
Advogado:Sérvio Tulio de Barcelos (OAB/MG 44698), José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB/RO 6676), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Parte retirada do po:Abrelino José Dalla Vecchia
Advogado:Charles Márcio Zimmermann (OAB/RO 2733)

Dados Bancários - Réu:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a informar seus dados bancários, a fim de que possamos solicitar a transferência dos valores depositados em seu favor.

Proc.: 0022212-38.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Instituto João Neórico
Advogado:Eliane Carneiro de Alcântara (OAB/RO 4300), Marcus Vinicius de Oliveira Cahulla (OAB/RO 4117), Tiago Fagundes Brito (OAB/RO 4239)
Executado:Simone Gomes Araújo
Certidão do Oficial de Justiça:
Manifeste a parte interessada sobre a certidão do Oficial de Justiça, baixada como negativa.

Proc.: 0022964-10.2014.8.22.0001
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente:Banco Itaú Leasing S.A.
Advogado:Mélanie Galindo Martinho Azzi (OAB/RO 3793)
Requerido:ADRIELI NASCIMENO DE ABREU
Certidão do Oficial de Justiça:sse
Manifeste a parte interessada sobre a certidão do Oficial de Justiça, baixada como negativa.

Proc.: 0007008-22.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Lenilda Gonçalves Correia
Advogado:Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779)
Requerido:Universo Online S/A
Advogado:Saiera Silva de Oliveira (OAB/RO 2458), Rosely Cristina Marques Cruz (OAB/SP 178930), Richard Leignel Carneiro (OAB/RN 9555)
Custas Judiciais Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 19,70 sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0021236-31.2014.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Cleuza Ferreira Dias
Advogado:Cyanira de Fátima Sousa Oliveira Maciel (OAB/RO 5449)
Requerido:Seguradora LÍder do Consórcio do Seguro DPVAT
Advogado:Alvaro Luiz Fernandes (OAB/AC 3592), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Leonardo Costa (OAB/AC 3584)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 33,94 sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0005758-51.2012.8.22.0001
Ação:Consignação em Pagamento
Consignante:Jamyson de Jesus Nascimento
Advogado:Jamyson de Jesus Nascimento (OAB/RO 1646)
Consignado:Centrais Elétricas de Rondônia S/A- Ceron
Advogado:Pedro Origa (RO 1953), Kênia de Carvalho Mariano (OAB/RO 994), Silvia de Oliveira (OAB/RO 1285)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 12,85, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0000014-70.2015.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:Edson Dobgenski
Advogado:Eduardo Augusto Feitosa Ceccatto (OAB/RO 5100)
Requerido:Norte Cerealista Empacotadora Ltda
Custas Judiciais Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 137,52 sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0012116-32.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Manoel Elenilton Santos Sousa
Advogado:Gardênia Souza Guimarães (OAB/RO 5464), Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779)
Requerido:Vivo S.A.
Advogado:Rafaela Ariane Zeni Dauek (OAB/RO 4583), Fabrício Grisi Médice Jurado (OAB/RO 1751)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 556,30, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0016970-98.2014.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Rubens Silva Furtado
Advogado:Katia Aguiar Moita (OAB/RO 6317)
Executado:Banco Santander
Advogado:Marco André Honda Flores (OAB/MS 6171), David Antonio Avanso (OAB/RO 1656)
Custas Judiciais Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 32,50, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0020177-08.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Bingool Motos e Náutica Ltda
Advogado:Waldeneide de Araújo Câmara (OAB/RO 2036)
Executado:Ecoville Porto Velho Empreendimentos Imobiliários Ltda
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, face o decurso do prazo de suspensão deferido no r. DESPACHO de fl. 81.

Proc.: 0002921-52.2014.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Banco do Brasil S/a - Calama
Advogado:Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407), Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260), Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567), Servio Túlio de Barcelos (OAB/RO 6673A), José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB/RO 6676A)
Executado:Agnaldo Ribeiro de Souza
Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Custas Judiciais Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 56,34, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0026112-97.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Pantanal Sports Ltda EPP
Advogado:César Augusto Wanderley Oliveira (OAB/RO 4745)
Requerido:NTS do Brasil Comercio e Serviços de Maquinas e Ferramentas Ltda EPP
Advogado:Mara Dayane de Araújo Almada (OAB/RO 4552), Elizandra Ribeiro (OAB/SP 245293), Sebastiao Ferreira Dias (OAB/SP 263705)
Custas Judiciais Autor:
Ficam as partes, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuarem o pagamento das custas processuais no valor de R$ 283,91, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0009287-44.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jairzinho Oliveira da Silva, Joseli Maria Costa da Silva, Jeovane Tenorio da Silva, João Vitor Costa da Silva, Henrique Douglas Costa da Silva
Advogado:Antônio de Castro Alves Júnior (OAB/RO 2811), Luiz Antonio Rebelo Miralha (RO 700), Jeanne Leite Oliveira (OAB/RO 1068)
Requerido:Santo Antônio Energia S.A.
Advogado:Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803), Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982), Ariane Diniz da Costa (OAB/MG 131774)
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), intimadas no prazo sucessivo de 15 dias, para apresentar alegações finais. A começar pelo autor.

Proc.: 0025001-78.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Neusa Gomes da Silva, Zeneide Gomes da Silva, Orlando Pinto Benigno, Gelcinei dos Santos Silva, Luci Ferreira Gato, Joel Garcia de Oliveira, Teresa Ferreira de Carvalho, Ana Nascimento de Oliveira, Pedro Ferreira de Carvalho
Advogado:Cristian Jose de Sousa Delgado (RO 4600)
Requerido:Santo Antônio Energia S.A.
Advogado:Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Gelca Maria de Oliveira Pereira (OAB/RO 4786)
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), intimadas no prazo sucessivo de 15 dias, para apresentar alegações finais. A começar pelo autor.

Proc.: 0006860-06.2015.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:PV Empresa de Fomento Mercantil Ltda
Advogado:Paulino Palmerio Queiroz (OAB/RO 208A)
Executado:Tbs & Agp Comércio e Serviço Ltda ME, Tiago Brasil Sobrinho, Antônio Pericles de Souza Sobrinho, Antônio Genilson Paixão
Certidão do Oficial de Justiça:
Manifeste a parte interessada sobre a certidão do Oficial de Justiça, baixada como negativa.

Proc.: 0010201-40.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cooperativa de Economia e Credito Mutuo de Livre Admissao de Porto Velho Unicred Porto Velho
Advogado:Débora Mendes Gomes Lauermann (OAB/RO 5618)
Requerido:Adam Botelho Lucio da Costa, Albertina de Moura Felix, Maria Francinet de Souza
Advogado:Jéssica Caroline Rios Lacerda (OAB/RO 6853), Cleber Jair Amaral (OAB/RO 2856), Daniel Mendonça Leite de Souza (OAB/RO 6115)
Certidão do Oficial de Justiça:
Manifeste a parte interessada sobre a certidão do Oficial de Justiça, baixada como negativa.

Proc.: 0012562-30.2015.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:Indústria e Comércio de Bebidas MDM Ltda
Advogado:Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740), Tiago Henrique Muniz Rocha (OAB/RO 7201)
Requerido:Jander Santos Moro
Certidão do Oficial de Justiça:
Manifeste a parte interessada sobre a certidão do Oficial de Justiça, baixada como negativa.

Proc.: 0011688-45.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Centro Farma Comércio Importação e Exportação Ltda
Advogado:Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210), Israel Augusto Alves da Cunha (OAB/RO 2913)
Requerido:M. D. R. Comércio de Medicamentos Ltda Me
Certidão do Oficial de Justiça:
Manifeste a parte interessada sobre a certidão do Oficial de Justiça, baixada como negativa.

Proc.: 0022167-68.2013.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:David José Nogueira
Advogado:Fabricio Fernandes (OAB/RO 1940)
Requerido:Zacarias de Souza Lima
Advogado:Ângelo Florindo da Silva (OAB/RO 5489)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0007793-13.2014.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:Rosilda dos Santos Soares
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido:Banco BMG S/A
Advogado:Paulo Roberto Vigna (OAB/SP 173477)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0008610-77.2014.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Maria das Graças Lemos Pantoja
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido:Banco Volkswagem S.A.
Advogado:Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 5658)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0002644-36.2014.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Ana Lúcia da Cruz Pinheiro Dias
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido:Banco do Brasil S/A
Advogado:Gustavo Amato Pissini (31.075-A), Sérvio Túlio de Barcelos (OAB/SE 14354-A), José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB/RO 6676)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0001715-03.2014.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Oca Roupas Ltda
Advogado:Silvia Lorena Cardoso da Silva (OAB/PA 12115), Adalberto Silva (OAB/PA 10188), Patricia Oliveira de Holanda Rocha (OAB/RO 3582)
Requerido:Banco Itaú Unibanco
Advogado:Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/MG 91811)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0022828-47.2013.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Francisca Firmino Cordeiro Marinho
Advogado:Rosilene de Oliveira Zanini (OAB/RO 4542), Carl Teske Júnior (OAB/RO 3297)
Executado:Barsa Planeta Internacional Ltda
Advogado:Lilian Brandão Motta (OAB/SP 209761)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.
José Ricardo Mendes dos Santos Paraízo
Diretor de Cartório

Autos n°: 7062070-83.2016.8.22.0001
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: SANDRA APARECIDA DO NASCIMENTO DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARIA LETICE PESSOA FREITAS - RO2615
EXECUTADO: AVON COSMETICOS LTDA., COPAL - COBRANCAS E PAGAMENTOS ALTERNATIVOS LTDA - ME
DESPACHO
Intime-se a parte executada na forma do art. 513, § 2º do NCPC para que efetue o cumprimento da SENTENÇA, nos termos do art. 523, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, sob pena de atos de expropriação (art. 523, § 3º do NCPC).
Desde já, fica a parte executada ciente de que, com o transcurso do prazo para pagamento voluntário, nos termos do art. 525 do NCPC (independentemente de penhora ou nova intimação), iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que, querendo, apresente impugnação ao cumprimento de SENTENÇA.
Não havendo impugnação, intime-se a parte exequente para atualizar o débito e requerer o que entender de direito, atentando para que, caso ocorra o pagamento parcial do débito, a multa e os honorários advocatícios estabelecidos incidirão sobre o remanescente da dívida.
Havendo inércia, certificado o decurso do prazo, intime-se o credor, via advogado, para apresentar o cálculo atualizado do crédito e indicar bens à penhora. Caso queira, poderá requerer consulta de bens por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem.
VIA DESTA SERVE DE CARTA/MANDADO
Nome: AVON COSMETICOS LTDA.
Endereço: Avon Cosméticos Ltda, 4300, Avenida Interlagos, Jardim Marajoara, São Paulo - SP - CEP: 04660-907
Nome: COPAL - COBRANCAS E PAGAMENTOS ALTERNATIVOS LTDA - ME
Endereço: Rua Militão Dias de Oliveira, 1084, (Jd das Mangueiras I), Agenor de Carvalho, Porto Velho - RO - CEP: 76820-348
Porto Velho-RO, 2 de fevereiro de 2017.

10ª VARA CÍVEL

10ª VARA CÍVEL
Endereço: Avenida Lauro Sodré, 1728, Jardim América, Porto Velho/RO CEP 76803-686.
E- mail: pvh10civel@tjro.jus.br e pvh10civelgab@tjro.jus.br
Juíza de Direito Titular: Duília Sgrott Reis
Diretor de Cartório: Raimundo Neri Santiago
Telefone: (069) 3217-1283 (Cartório) e (069) 3217-1285 (Gabinete)
O INTEIRO TEOR DOS DESPACHO S E SENTENÇA S PODEM SER OBTIDOS NOS ENDEREÇOS ELETRÔNICOS, ACIMA MENCIONADOS. SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO DIRETOR DO CARTÓRIO E/OU À MAGISTRADA DESTA VARA, COMO AINDA, CONTATE-NOS VIA INTERNET ATRAVÉS DOS E-MAIL.
PORTARIA Nº 02/2016 – 10ªVC
A JUÍZA DUÍLIA SGROTT REIS, Titular da 10ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho (RO), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1º, alínea “d”, das Diretrizes Gerais Judiciais e pela legislação vigente, baixa esta portaria para comunicar as funcionalidades e utilidade do cadastramento de advogados, regulamentando o seu uso neste juízo:
Considerando o grande volume de iniciais e contestações, no processo eletrônico sistema PJe, em que os patronos das partes não estão se cadastrando;
Considerando que os advogados não estão cadastrando os patronos que atuarão no processo, mormente os que pretendem intimação exclusiva;
Considerando que o sistema PJE disponibiliza funcionalidade para que os advogados cadastrem todos os patronos que irão atuar no processo;
Considerando que o não cadastramento prévio correto por parte dos patronos tem gerado trabalho excessivo aos servidores, causando maior morosidade e retrabalhos no andamento dos processos;
Considerando que a observância e a colaboração dos advogados nos procedimentos possibilitará uma prestação jurisdicional mais efetiva e de qualidade, busca incansável deste Tribunal e da Ordem dos Advogados do Brasil, principalmente desta diligente e operosa Seccional;
Considerando o princípio da cooperação instituído pelo Código de Processo Civil/2015 em que cabe a cada parte agir na conformidade do que lhe é esperado e facilitar a defesa e a organização do processo;
RESOLVE:
I – Estabelecer aos nobres advogados que, ao peticionarem pela primeira vez, no sistema PJe, será de sua responsabilidade a respectiva habilitação e cadastramento, bem como dos demais patronos que atuarão no processo, inclusive quanto aqueles que pretendem intimação exclusiva.
II – Definir que somente serão cadastrados pela serventia os patronos que peticionarem, posteriormente a sua primeira manifestação, apresentando substabelecimento ou nova procuração (esta com a revogação da procuração anterior).
III – Comunicar que o sistema PJe procede à intimação dos patronos cadastrados, automaticamente, bem como possibilita o controle de prazo por meio da aba “expedientes”, ou do próprio acesso do advogado ao sistema pelo seu perfil.
IV – Encaminhe-se cópia desta Portaria à Corregedoria-Geral da Justiça, à Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rondônia, à Defensoria Pública e ao Ministério Público.
Publique-se. Cumpra-se.
Porto Velho (RO), 3 de outubro de 2016
DUÍLIA SGROTT REIS
Juíza de Direito

Proc.: 0010598-36.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ednalva Cesar dos Santos Matos
Advogado:Márcia Berenice Simas Antonetti (OAB/RO 1028)
Requerido:Douglas Viellas Rodrigues
Advogado:Candido Ocampo Fernandes (RO 789), Magnum Jorge Oliveira da Silva (OAB/RO 3204), Igor Amaral Gibaldi (OAB/RO 6521)
DESPACHO:
DESPACHO Considerando que não houve tempo hábil entre a publicação(12/08/2016) e data da realização da perícia(15/08/2016), o que impossibilitou o comparecimento da parte requerente.(fls 224), determino:1.A intimação do perito para designar nova data

para realização da perícia;2. Concedo o prazo de 5(cinco) dias para que as partes apresentem quesitos e nomeiem assistente técnico3. Após intime-se a parte requerente para que compareça no local, data e hora designada pelo perito, a fim de possibilitar a realização da perícia.Intime-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro Juíza de Direito

Proc.: 0019587-65.2013.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Jailda Florêncio dos Santos
Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:Novacap Imoveis Ltda ME
DESPACHO:
DESPACHO 1. Considerando o advento do novo Código de Processo Civil (lei 13.105/2015) e a priorização do sistema pelas formas consensuais de solução dos conflitos, na forma do art. 334 do NCPC, DESIGNO AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO.AO CARTÓRIO: Agende-se data para audiência a ser realizada pela CEJUSC utilizando-se o sistema automático do PJE, após, certifique-se, intime-se a parte autora via Sistema Eletrônico para comparecer à solenidade, e encaminhe como anexo à parte requerida.1.1. O autor e o Réu deverão comparecer à audiência designada pessoalmente ou por representante, que não seus advogados, com poderes para transigir. No caso de não comparecimento injustificado, seja do autor ou do réu, à audiência de conciliação, as partes estarão sujeitas à multa prevista no art. 334, §8°, Código de Processo Civil.2. Expeça-se carta de citação/intimação à parte requerida (art. 250, NCPC), que deverá comparecer acompanhada de advogado/Defensor Público, fazendo-se constar as advertências do art. 248 e 344 do NCPC.3. O prazo para oferecimento de contestação é de 15 (quinze) dias, a iniciar-se da data da audiência de tentativa de conciliação caso frustrada, salvo hipóteses dos incisos II e III do art. 335, NCPC4. No caso de desinteresse na realização de audiência de conciliação (art. 335, NCPC), deverá o réu informar nos autos, por petição, expressamente, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis de sua realização, ocasião em que o prazo para defesa se iniciará do protocolo da petição.5. Findo o prazo para contestação, com sua apresentação, dê-se vista dos autos à parte autora para manifestação em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 350/351, NCPC.6. Após, com ou sem impugnação do autor, o que deverá ser certificado, retornem-me os autos conclusos para providências preliminares e/ou saneamento do feito (art. 347, NCPC).7. Intime-se.8. Conste do AR ou MANDADO de citação que os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.CÓPIA SERVE COMO CARTA/MANDADO / OFÍCIO. Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro Juíza de Direito

Proc.: 0023591-14.2014.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco GMAC S. A.
Advogado:Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB/PR 19937)
Requerido:Saulo Adilson de Azevedo Oliveira
DESPACHO:
DECISÃO Trata-se de pedido de conversão de Açãode Busca e Apreensão em Execução de Título Extrajudicial proposta por Banco BGMAC S/A em face de Saulo Adilson Azevedo Oliveira, ambos qualificados.O exequente requereu diligência pelo sistema RENAJUD, a fim de indicar novo endereço da executada que não foi citada nos autos.(fls 112), conforme detalhamento anexado às (fls 115).Intimada a prosseguir com feito, o exequente requereu a suspensão do feito a fim de realizar diligências para localizar o endereço do executado. (fls. 120/121), sendo o pedido indeferido, visto que a relação processual não foi aperfeiçoada.Pois bem, o feito tramita de 2014 sem que a parte exequente se desincumbisse em lograr êxito citar a parte executada.A nova sistemática adotada pelo Código de Processo Civil/2015, com base no princípio da cooperação judicial, bem como na eficácia, celeridade, solidez e segurança, evidencia a necessidade de se buscar a localização do requerido/executado nos sistemas informatizados, bem como nos cadastros públicos.1. Assim, diante da diligência negativa (MANDADO /carta ARMP), determino:a) a realização de consulta aos cadastros dos sistemas consulta BACENJUD, via RENAJUD ou consulta via INFOJUD, desde que efetue o recolhimento das custas judiciais, nos termos do art. 17 da Lei de Custas do Estado de Rondônia.b) que a parte requerente/exequente providencie a expedição de ofícios para empresas concessionárias de serviço público de telefonia fixa e móvel, água/esgoto e luz deste Estado, para atendimento às exigências do art. 256, §3º do CPC/2015, fazendo constar que a reposta deverá ser encaminhada diretamente à 10ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, localizada nas dependências do Fórum Cível, na Av. Lauro Sodré, n.º 1728, São João Bosco, CEP 76.803-686, térreo, e-mail: pvh10civel@tjro.jus.br, preferencialmente via e-mail, ficando a seu cargo eventuais despesas cobradas pelo informante. O ofício poderá ser instruído com cópia deste DESPACHO, válido como autorização. A parte deverá comprovar, em 05 (cinco) dias, o atendimento aos termos deste DESPACHO, sob pena de extinção.2. Consigno, desde já, que caso reste infrutífera a diligência requerida pela autora, os endereços encontrados em razão das determinações supra, ainda não diligenciados, deverão o ser, sob pena de nulidade, devendo a autora providenciar o necessário.3. Por fim, caso todas as diligências determinadas acima se mostrem infrutíferas, fica desde já deferida a citação por edital, devendo a autora providenciar o necessário.Nessa hipótese, dispenso a realização da audiência preliminar, tendo em vista a inocuidade de tal medida, diante da citação ficta, sendo que o prazo de contestação inicia-se do término do prazo de 20 dias, estipulado nos termos do art. 231, IV, do CPC. Tendo em vista que, pelo momento, não existem os sítios eletrônicos mencionados no art. 257, II, do NCPC, autorizo a publicação do edital de citação em jornal local de ampla circulação, com fundamento no parágrafo do mesmo DISPOSITIVO legal.4. Manifeste-se a autora, dizendo em termos de seguimento e providenciando o que for necessário, sob pena de extinção. Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro Juíza de Direito

Proc.: 0023500-89.2012.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:Brf. Brasil Foods S.a. Atual Denominação de Perdigão S.a.
Advogado:Júlio Cesar Goulart Lanes (OAB/RO 4365), Charles Baccan Junior (OAB/RO 2823A), Sylvan Bessa dos Reis (OAB/RO 1300), Marcus Vinícius de Carvalho Rezende Reis (SP 130124)
Requerido:Teixeira e Gosman de Paula Ltda Epp
SENTENÇA:
SENTENÇA Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial proposta por BRF BRASIL FOODS S/A e, face de TEIXEIRA & GOSMAN DE PAULA LTDA, ambos qualificados na inicial.Antes da citação da requerida, o autor requereu a desistência da ação antes do aperfeiçoamento da relação processual, visto que o requerido não foi citado.É o relatório.Dispõe o artigo 200 do NCPC que “Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais.”No entanto, o paragrafo único do mesmo artigo prevê que a desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial.Ante o exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA e JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução de MÉRITO, com supedâneo no art. 485, VIII, do mesmo codex.Sem custas finais e isentos do pagamento dos honorários periciais (art. 8º,III, da Lei Estadual nº 3896/2016). Tratando-se de pedido de desistência do feito verifica-se a ocorrência da preclusão lógica no tangente ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data.P.R.I.Após, arquive-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro Juíza de Direito

Proc.: 0010827-59.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Clara de Paiva Salina
Advogado:Anderson Marcelino dos Reis (OAB/RO 6452), Clara de Paiva Salina (8277)
Requerido:ILES/ULBRA
Advogado:Valéria Maria Vieira Pinheiro (OAB/RO 1528), José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529)
DESPACHO:
DESPACHO A parte requerida apresentou Recurso de Apelação, a parte autora apresentou recurso Adesivo, bem como as partes apresentaram suas respectivas contrarrazões (art. 1.010, §§ 1º e 2º, NCPC).Em face do exposto determino que os autos sejam remetidos ao TJ/RO, para apreciação do recurso, com as nossas homenagens.Intime-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro Juíza de Direito

Proc.: 0006243-46.2015.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:CAVALCANTE E ALEXANDRE LTDA
Advogado:Renato Alves Oliveira Fraga (OAB/RO 6397)
Executado:Edilson Oliveira França
DECISÃO:
DECISÃO Intime-se o credor a recolher as custas referentes as consultas pelos sistemas informatizados, no prazo de 5(cinco) dias, conforme artigo 17 da Lei n. 3896/2016, se não for beneficiária da gratuidade da justiça;Após retornem os autos conclusos para DECISÃO.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017. Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro Juíza de Direito

Proc.: 0010481-11.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Claudia Rezende Gonçalves
Advogado:Mayre Núbia N. de Melo (OAB/RO 1162)
Requerido:Eletrobras Distribuição Rondônia - CERON
Advogado:Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818), SILVIA DE OLIVEIRA (OAB/RO 1285), Paulo Rogério Barbosa Aguiar (OAB/RO 1723), Rodrigo Augusto Barboza Pinheiro (OAB/RO 5706), Jorge Henrique Lima Mourao (RO 1117), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
DESPACHO:
DESPACHO A parte requerida apresentou Recurso de Apelação, bem como a parte requerente apresentou contrarrazões (art. 1.010, §§ 1º e 2º, NCPC).Em face do exposto determino que os autos sejam remetidos ao TJ/RO, para apreciação do recurso, com as nossas homenagens.Intime-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro Juíza de Direito

Proc.: 0010388-48.2015.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco do Brasil S. A.
Advogado:Sérvio Tulio de Barcelos (OAB/MG 44698), José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB/RO 6676)
Executado:Marreira e Souza Ltda(panificadora e Lanchonete Acrepan), Roberval Marreira Cavalcante, Katia Cilene Meduza da Silva
Advogado:Marcos Antônio Silva Pereira (OAB/RO 367A)
DESPACHO:
DESPACHO Tendo em vista que a lei preconiza a constante busca pela solução conciliatória, conforme art. 139, V do Código de Processo Civil, designo audiência de conciliação para o dia 27/03/2017, às 08h30min.Intimem-se as partes, bem como seus patronos via DJE/ROIntime-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro Juíza de Direito

Proc.: 0018252-74.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rogério Silva Melo, Dalva Lucia Teixeira Melo
Advogado:Daniel Camilo Araripe (OAB/RO 2806)
Requerido:Eliane Valéria Silva Mazzini, Fabio Gomes da Silva
Advogado:Defensoria Publica ( )
DESPACHO:
DESPACHO A parte requerente apresentou Recurso de Apelação, a parte requerida apresentou suas contrarrazões (art. 1.010, §§ 1º e 2º, NCPC).Em face do exposto determino que os autos sejam remetidos ao TJ/RO, para apreciação do recurso, com as nossas homenagens.Intime-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro Juíza de Direito

Proc.: 0016350-86.2014.8.22.0001
Ação:Dissolução e Liquidação de Sociedade
Requerente:Rutelene Gomes Pinheiro, Ruana Pinheiro Dos Santos
Advogado:Marilene Mioto (OAB/RO 499A), Helena Maria Brondani Sadahiro (OAB/RO 942)
Requerido:Aicon Administradora de Imoveis e Condomínios, Espólio de Liemar Coelho dos Santos
Advogado:Defensoria Pública (00000000000000000)
DECISÃO:
DESPACHO Indefiro, por ora, a citação via edital, visto que não foram realizadas diligências suficientes para localização do endereço da requerida.O Código de Processo Civil é imperativo quanto ao ônus do autor em fornecer o endereço do réu para citação(artigo 240 § 2º), o que compreende a adoção de todas as diligências para que, caso o réu não seja encontrado naquele informado na exordial, seja localizado em outro endereço. Advirto que deve o autor esgotar todos os meios para a localização do requerido e, apesar de informar que diligenciou, o autor não demonstrou tal situação. Acrescente-se a esse fato, que é possível atualmente fazer pesquisa em sites da internet (v.g., google, facebook, etc.).Concedo, prazo de 10 dias ao requerente, a fim de que promova o regular prosseguimento do feito, informando o endereço atualizado da parte ré, de modo a possibilitar sua regular citação.Em caso de inércia, intime-se a parte autora, pessoalmente, para que impulsione o feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro Juíza de Direito

Proc.: 0026000-31.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Moacir Gomes da Costa
Advogado:Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/A- CERON
Advogado:Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
DECISÃO:
DECISÃO 01. Defiro a dilação de prazo de 15 quinze dias para que o requerido comprove o recolhimento do saldo remanescente, devendo este ser atualizado até a data do pagamento.02. Após retornem os autos conclusos para SENTENÇA.Intime-sePorto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro Juíza de Direito

Proc.: 0011260-63.2015.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Pemaza S A
Advogado:Karina Rocha Prado (OAB/RO 1776)
Requerido:Raimundo da Paz dos Santos
Advogado:Alonso Joaquim da Silva (OAB/RO 753)
DESPACHO:
DESPACHO Defiro a expedição de Ofício para que a parte requerente/exequente providencie a expedição de ofícios para o

INSS para que informe se o executado Raimundo Paz do Santos CPF n. 039.332.022-72 possui vínculo empregatício ou benefício, para atendimento às exigências do art. 256, §3º do CPC/2015, fazendo constar que a reposta deverá ser encaminhada diretamente à 10ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, localizada nas dependências do Fórum Cível, na Av. Lauro Sodré, n.º 1728, São João Bosco, CEP 76.803-686, térreo, e-mail: pvh10civel@tjro.jus.br, preferencialmente via e-mail, ficando a seu cargo eventuais despesas cobradas pelo informante. O ofício poderá ser instruído com cópia deste DESPACHO, válido como autorização. A parte deverá comprovar, em 05 (cinco) dias, o atendimento aos termos deste DESPACHO, sob pena de extinção.Após manifeste-se a autora, dizendo em termos de seguimento e providenciando o que for necessário, sob pena de extinção.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro Juíza de Direito

Proc.: 0006343-98.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rinaldo Cardoso Gomes Pereira
Advogado:Fabricio Jean Barros de Oliveira Neres (OAB/RO 6592)
Requerido:Construtora Marquise S/a
Advogado:Richard Campanari (OAB/RO 2889), Thiago de Castro Pinto Lopes (CE 16272)
SENTENÇA:
SENTENÇA As partes transigiram, conforme termo de acordo às (fls.192/193), requerendo a homologação do acordo, bem como a extinção do feito.01. Isto posto, HOMOLOGO o acordo, por SENTENÇA com resolução do MÉRITO, na forma do art. 487, III, alínea 'b' do Novo Código de Processo Civil. 02. Sem custas, tendo em vista serem isentos da previsão do art. 6º, §7º da Lei Estadual 301/1990 Regimento de Custas.03.Tendo em vista tratar-se de homologação de acordo, verifica-se a ocorrência da preclusão lógica no que se refere ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data. 04. Desde já, informo que a fase do cumprimento de SENTENÇA será em concordância com o provimento da Resolução n. 13/2014-PR do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, todos os cumprimentos de SENTENÇA deverão ser iniciados já na forma digital.Publique-se. Registre-se. Intime-se e arquive-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro Juíza de Direito

Proc.: 0014312-04.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marimar Ribeiro Tomaz
Advogado:Nájila Pereira de Assunção (OAB/RO 5787)
Requerido:Instituto Nacional de Seguridade Social Inss
DESPACHO:
DESPACHO A parte requerida apresentou Recurso de Apelação, a parte requerente apresentou recurso adesivo, bem como as partes apresentaram suas respectivas contrarrazões (art. 1.010, §§ 1º e 2º, NCPC).Em face do exposto determino que os autos sejam remetidos ao TJ/RO, para apreciação do recurso, com as nossas homenagens.Intime-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro Juíza de Direito

Proc.: 0000502-59.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Marcio Rodrigues Marques
Advogado:Julio Cesar Yriarte Soliz (OAB/RO 5042)
Requerido:Alex Jefferson Balarin
SENTENÇA:
SENTENÇA Compulsando os autos verifico que a parte autora foi intimada a se manifestar do prosseguimento do feito após suspensão do feito(fls. 94), no entanto, quedou-se inerte(fls. 95137). Foi realizada uma intimação via DJE/RO para prosseguir com feito, mas não atendeu a intimação (fls. 140)Após, novamente intimado, desta vez pessoalmente (fls. 97), para que no prazo de 5 dias promovesse o regular andamento do feito, sob pena de extinção, o AR voltou negativo, visto que mudou de endereço. Considerando que é dever da parte prosseguir com feito e o reiterado abandono da causa leva à perempção e visto que mesmo após ser intimado pessoalmente a dar andamento no feito, agiu claramente com intuito de abandonar a causa, a ação deve ser extinta sem resolução do MÉRITO.Neste sentido o artigo 485 inciso III § 1º do CPC:Art. 485. O juiz não resolverá o MÉRITO quando:III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;§ 1o Nas hipóteses descritas nos incisos II e III, a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias.Ante o exposto e considerando o abandono da causa pelo autor, julgo extinto o feito, sem resolução de MÉRITO, com fundamento no art. 485, III e §1º do Código de Processo Civil. Defiro eventual pedido de desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópias.Custas na forma da lei.Observadas as formalidades legais, transitada em julgado, arquivem-se.Publique-se. Registre-se. Intime-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro Juíza de Direito

Proc.: 0011590-60.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:T. T. I. de S.
Advogado:Wanderlan da Costa Monteiro (OAB/RO 3991)
Requerido:O. J. de S. J.
Advogado:Flávio Bruno Amâncio Vale Fontenele (OAB/RO 2584), Rita de Cassia Pessoa Nocetti (OAB/RO 5325), Odair Nocetti Orlando (OAB/RO 2950), Valéria Antunes Alves Jacinto (262.855)
DESPACHO:
DESPACHO A parte requerente atendeu a determinação da ata de audiência e trouxe a informaçãode que há um IP n. de 366/15 tramitando da Delegacia Especializada da cidade Tauí/SP, informa que foi ouvida mediante precatória (fls 219).Aguarde-se o retorno da carta precatória, para posterior deliberação.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro Juíza de Direito

Proc.: 0003311-90.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Autovema Veículos Ltda
Advogado:José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529), Valéria Maria Vieira Pinheiro (OAB/RO 1528)
Requerido:Rafael Maia Sales
SENTENÇA:
SENTENÇA As partes transigiram, conforme termo de acordo às (fls.85/86), requerendo a homologação do acordo, bem como a suspensão do feito. Indefiro a suspensão do feito, visto que em caso de descumprimento, o credor poderá desarquivar os autos em até seis meses com isenção da taxa.01. Isto posto, HOMOLOGO o acordo, por SENTENÇA com resolução do MÉRITO, na forma do art. 487, III, alínea 'b' do Novo Código de Processo Civil. 02. Sem custas, tendo em vista serem isentos da previsão do art. 6º, §7º da Lei Estadual 301/1990 Regimento de Custas.03.Tendo em vista tratar-se de homologação de acordo, verifica-se a ocorrência da preclusão lógica no que se refere ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data. 04. Desde já, informo que a fase do cumprimento de SENTENÇA será em concordância com o provimento da Resolução n. 13/2014-PR do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, todos os cumprimentos de SENTENÇA deverão ser iniciados já na forma digital.Publique-se. Registre-se. Intime-se e arquive-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro Juíza de Direito

Proc.: 0006588-17.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Sociedade Mantenedora de Pesquisa, Educação, Assistência, Comunicação e Cultura Maria Coelho Aguiar
Advogado:Izabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso (OAB/RO 796), Marcos Rodrigo Bentes Bezerra (OAB/RO 644)
Executado:Rita de Cássia Furtado Costa
Advogado:Alan Kardec dos Santos Lima (OAB/RO 333)
DECISÃO:
DECISÃO 01. Defiro o pedido de penhora avaliação de tantos bens que bastem para garantir a execução, no limite de R$ 1.260,68, no endereço indicado às fls. 240.02. O executado poderá oferecer impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação da penhora, garantindo-se o juízo.Cumpra-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro Juíza de Direito

Proc.: 0017997-87.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Al & C Serviços Educacionais Ltda Colégio Objetivo
Advogado:Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546), Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), LEONARDO GUIMARAES BRESSAN SILVA (OAB/RO 1583), Antônio Ricardo Carneiro Andrade (OAB/RO 6347)
Requerido:Leonel Amaral da Silva
Advogado:Rafael Micheletti de Souza (OAB/SP 186496), Rafael Miyajima. ( )
DECISÃO:
DECISÃO A parte exequente pleiteou a penhora das quotas sociais que o executado possui na sociedade empresária L.A. da Silva Comércio de Alimentos-ME, conforme informações obtidas via sistema INFOJUD.Todos os bens do executado respondem pelo pagamento da dívida contida no título executivo, salvo aqueles consideradas impenhoráveis, na linha do que estatuem os artigos 591, 648 e 649 do Código de Processo Civil. Na síntese José Carlos Barbosa Moreira:Impenhoráveis são apenas os bens que a lei taxativamente enumera como tais: a regra é a da penhorabilidade, e as exceções têm de ser expressas. (O Novo Processo Civil Brasileiro, 25ª ed., Forense, p. 236).As quotas de sociedades empresárias não só não são reputadas impenhoráveis, como sua constrição é expressamente consentida pelo artigo 835, inciso IX, do Novo Código de Processo Civil, in verbis:"Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem:(...) IX - ações e quotas de sociedades simples e empresárias".Há informações nos autos de que o executado é sócio majoritário.Diante disso, não se pode objetar a constrição das quotas pertencentes ao agravado na sociedade empresária L.A da Silva Comércio de Alimentos -ME, (fls. 155/156), máxime porque os autos evidenciam que foram esgotadas as diligências para a localização de outros bens penhoráveis. Como bem anota Maria Helena Diniz:"A quota social de sócio de sociedade limitada empresária também é passível de penhora, por força dos arts. 655, VI (com a redação da Lei n. 11.382/2006) e 649 do Código de Processo civil que, expressamente, a permitem e não a colocam no rol dos bens impenhoráveis, pois a quota é cessível, ou alienável (CC, art. 1.057). Tal penhora não acarretará a inclusão do credor como novo sócio, pois, havendo restrição ao seu ingresso no quadro societário, deve ser facultado à sociedade, na qualidade de terceira interessada, remir a execução, remir o bem ou conceder a si própria e aos demais sócios a preferência na aquisição de quotas em hasta pública a tanto por tanto (CPC, arts. 1.117, 1.118 1 1.119; STJ, 3ª T., REsp 234.391/MG; 4º T., REsp 147.546/RS), sub-rogando-se nos direitos creditórios". (Curso de Direito Civil Brasileiro, Volume 8, 2ª ed., Saraiva, p. 349).A toda evidência, as quotas integram o patrimônio do sócio e por isso não há entrave à sua penhora, malgrado as dificuldades para a sua efetiva expropriação no contexto do processo de execução. Consoante decidiu o Superior Tribunal de Justiça:"PENHORA DE QUOTAS SOCIAIS. POSSIBILIDADE. Esta Corte já firmou entendimento que é possível a penhora de quota social, inclusive, a previsão contratual de proibição à livre alienação das quotas de sociedade.Agravo de Instrumento 20140020107490AGIde responsabilidade limitada não impede a penhora de tais quotas para garantir o pagamento de dívida pessoal de sócio. Isto porque, referida penhora não encontra vedação legal e nem afronta o princípio da affectio societatis, já que não enseja, necessariamente, a inclusão de novo sócio". (STJ, AgRg. no Ag. em REsp. 231.266/SP, 3ª T., rel. Min. Sidnei Beneti, DJe 07.06.2013).É certo que o artigo 1.026 do Código Civil sinaliza que a penhora das quotas sociais tem caráter residual e uma forma diferenciada - e complicada - de expropriação. Nas palavras de Amador Paes de Almeida:"A penhora das quotas tem, ao longo dos tempos, sido objeto de vasta polêmica entre os doutrinadores e a própria jurisprudência tem se dividido. O DISPOSITIVO legal sob exame põe fim à controvérsia - admitindo a penhora de quotas, na inexistência de bens do devedor. Não estando dissolvida a sociedade, liquidar-se-á a quota pelo seu valor patrimonial - valor da sua participação acrescido das reservas do patrimônio líquido, apurado em balanço especial". (Apontamentos críticos ao direito de empresa, in Contribuições ao Estudo do Novo Direito Civil, Millennium, 2004, p. 94).De toda sorte, ressaindo dos autos que não foram localizados outros bens passíveis de penhora, a despeito das várias diligências empreendidas, e que o requerido possui quotas na sociedade empresária indicada pelo requerente, não se pode recusar o pleito de constrição que encontra plena ressonância nas legislações civil e processual civil.Isso posto, defiro o pedido de penhora da quota societária da empresa L.A. da Silva Comércio de Alimentos-ME, do sócio/executado Leonel Amaral da Silva, no limite de R$ 41.073,78, mediante inscrição no Registro n. 110273649 na Junta Comercial do Estado de Rondônia, devendo ser o executado intimado a apresentar, no prazo de 60 dias:a) balanço especial, na forma da lei;b) ofereça as quotas ou as ações aos demais sócios, observado o direito de preferência legal ou contratual, depositando em juízo o valor apurado, em dinheiro;c) e não havendo interesse dos sócios na aquisição das ações, proceda à liquidação das quotas ou das ações, depositando em juízo o valor apurado, em dinheiro. Expeça-se e intimem-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Katyane Viana Lima Meira Juíza de Direito

Proc.: 0003163-74.2015.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Associação de Crédito Cidadão de Rondônia ACRECID
Advogado:Karina da Silva Sandres (OAB/RO 4594)
Executado:Gleice Daiane Dias da Silva, Alzira Ferreira dos Santos, Maria Ivone Gomes Cavalcante
DECISÃO:
DECISÃO Indefiro o pedido do exequente de arquivamento provisório do feito, a fim de que possa diligenciar na localização de bens da executada.2. Intimo o credor para, no prazo de 10(dez) dias:a) indicar bens passíveis de penhora;b) postular a realização das consultas pelos sistemas informatizados, Bacenjud, Renajud e Infojud, desde que recolhidas as devidas custas processuais, conforme artigo 17 da Lei n. 3896/2016, se não for beneficiária da gratuidade da justiça;c) apresentar cálculo atualizado da dívida; d) requerer a extinção do feito.3. Não havendo manifestação no lapso temporal concedido ao autor, intime-se a parte exequente, nos termos do art. 485, §1° do CPC.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017. Katyane Viana Lima Meira Juíza de Direito

Proc.: 0018586-79.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Charles Nogara, Danilo Domingos Calgaroto, Getúlio Molina Ferreira, Gildo Benedito Ramos da Rocha, Jorge Ragnini, José Colde dos Passos, Luis Antonio Gonçalves de Oliveira, Nestor Pizzólio, Rudimar Giordani, Victorino Mário Bonet

Advogado:Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Requerido:Banco do Brasil S. A.
Advogado:Sérvio Túlio de Barcelos (OAB/RO 6673), José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB/RO 6676A), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
SENTENÇA:
SENTENÇA As partes manifestaram-se pela concordância dos cálculos apresentados pela contadoria(lfs. 530/534), onde consta excesso de execução a ser restituído ao executado.Posto Isso, JULGO extinto o feito com fundamento no artigo 924, II do Código de Processo Civil. Determino as seguintes providências:1) Expeça-se alvará judicial em favor do executado - Banco do Brasil - referente ao excesso de execução, a fim de possibilitar o levantamento da quantia de R$ 84.828,48 (oitenta e quatro mil oitocentos e vinte e oito reais e quarenta e oito centavos) da conta judicial de n. 2848/040/01623956-9, conforme guia anexa.2) Expeça-se alvará judicial em favor dos exequentes - Charles Nogara, Danilo Domingos Calgaroto, Getulio Molina Ferreira, Gildo Benedito Ramos da Rocha, Jorge Ragnini, José Colde dos Passos, Luis Antônio Gonçalves de Oliveira, Nestor Pizzolio, Rudimar Giordani, Victorino Mario Bionet - a fim de possibilitar o levantamento do saldo remanescente da conta judicial de n. 2848/040/01623956-9, conforme guia anexa.03. Aguarde-se o trânsito em julgado.04. Observadas as formalidades legais, transitada em julgado, arquivem-se.05. Atente-se o cartório quanto ao recolhimento das custas.Publique-se. Registre-se. Intimem-se e arquive-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017. Katyane Viana Lima Meira Juíza de Direito

Proc.: 0011372-66.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Uniron - Faculdade Interamericana de Porto Velho
Advogado:Fernando Augusto Torres dos Santos (OAB/RO 4725)
Executado:Elison Vlaxio Santos
DECISÃO:
DECISÃO Defiro pedido do exequente, determinando a suspensão do processo por 30 (TRINTA) dias, considerando a informação de que há possibilidade de acordo entre as partes.2. Após o lapso temporal concedido, independente de intimação, o autor deverá dar prosseguimento ao feito, no prazo de 10(dez) dias.3. Não havendo manifestação no lapso temporal concedido, intime-se a parte exequente, nos termos do art. 485, III, §1° do CPC.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Katyane Viana Lima Meira Juíza de Direito

Proc.: 0019788-57.2013.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Distribuidora de Alimentos Piarara Ltda
Advogado:Charles Baccan Junior (OAB/RO 2823-A), Helida Genari Baccan (OAB/RO 2838), LEILA MAYARA CÁSSIA MENEZES (OAB/RO 6495)
Requerido:Delmo Gomes dos Santos - ME
DECISÃO:
DECISÃO Indefiro, por ora, o pedido de suspensão da carteira de habilitação, de apreensão dos passaportes e do cancelamento dos cartões de crédito das pessoas jurídicas e físicas.Cumpre esclarecer que a ação foi proposta em face da pessoa jurídica e não há qualquer pedido direcionado a alcançar os bens, razão pela qual não há como deferir medidas coercitivas à pessoa física. O artigo 139, IV, do Código de Processo Civil, faculta ao juiz determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária.Instrumento importante a viabilizar a satisfação da obrigação exequenda e a homenagear o princípio do resultado na execução, a atipicidade dos atos executivos não cuida, como adiantado, de ideia propriamente nova, mas é instituto, de fato, trazido de forma bem mais evidente e elastecida pelo Código atual, alcançando, mesmo, a satisfação de obrigação de pagar quantia certa.No entanto, vislumbra-se que as medidas coercitivas e indutivas especificada nesse instituto, não podem preponderar sobre os direitos fundamentais, devendo este somente ser afastado quando houver, do lado oposto, outro(s) direito(s) fundamental(is), preservando-se, sempre, o núcleo essencial do direito fundamental relativizado.No caso concreto, vislumbra-se que embora o processo tramite desde 2013, sem que o executado tenho ofertado meio para quitar os debito, o exequente, por sua vez, não diligenciou meios suficientes para localização de bens da executada que possam garantir a execução.Ainda não foram realizados pesquisas RENAJUD, INFOJUD, MANDADO de penhora de bens da empresa ou de sua quota societária, ou seja, a lei permite outros meios menos gravosos ao executado para que possa ser compelido a pagar, sem que se utilize de medidas drásticas como cancelamento do cartão de crédito, suspensão da CNH e apreensão do passaporte que ferem princípios fundamentais, como por exemplo, o direito de ir e vir. Há decisões nesse sentido:PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO DESPACHO Habeas Corpus Processo nº 2183713-85.2016.8.26.0000 Relator(a): MARCOS RAMOS Órgão Julgador: 30ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Trata-se de “habeas corpus” impetrado em decorrência de parte da DECISÃO proferida nos autos da execução de título extrajudicial proposta por”Grand Brasil Litoral Veículos e Peças Ltda.” em face de Milton Antonio Salerno, que determinou a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação do executado, bem como a apreensão de seu passaporte, até pagamento do débito exequendo.Aduzem os advogados do paciente, em síntese, que a coação é ilegal e afetará o direito de locomoção, garantido constitucionalmente. Assim, requerem a concessão de liminar para imediata devolução do passaporte e o afastamento da suspensão do direito de dirigir veículos automotores. Em que pese a nova sistemática trazida pelo art. 139, IV, do CPC/2015 deve-se considerar que a base estrutural do ordenamento jurídico é a Constituição Federal, que em seu art. 5º, XV, consagra o direito de ir e vir. Ademais, o art. 8º, do CPC/2015, também preceitua que ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz não atentará apenas para a eficiência do processo, mas também aos fins sociais e às exigências do bem comum, devendo aind resguardar e promover a dignidade da pessoa humana, observando proporcionalidade, a razoabilidade e a legalidade. Por tais motivos, concedo a liminar pleiteada. Comunique-se à autoridade coatora para que providencie as medidas cabíveis e urgentes para o desfazimento do ato por ela praticado, bem como encaminhe a este Tribunal as necessárias informações. Após, os autos devem ser direcionados à douta Procuradoria Geral de Justiça. Int. Após, conclusos. São Paulo, 9 de setembro de 2016. Marcos Ramos RelatorAssim, considerando que as medidas coercitivas são extremas e apenas poderão ser concedidas em situações excepcionais, após esgotados os meios regulares de busca de patrimônio, ou seja, quando demonstrada a má-fé do devedor e a nítida intenção de esquivar-se de suas obrigações, indefiro o pedido de medidas coercitivas requerido pelo exequente.Concedo ao exequente, o prazo de 10(dez) dias para que:a) indicar bens passíveis de penhora;b) postular a realização das consultas pelos sistemas informatizados, Renajud e Infojud, desde que recolhidas as devidas custas processuais, conforme artigo 17 da Lei n. 3896/2016, se não for beneficiária da gratuidade da justiça;c) apresentar cálculo atualizado da dívida; d) requerer a extinção do feito.Não havendo manifestação no lapso temporal concedido ao autor, intime-se a parte exequente, nos termos do art. 485, III, §1° do CPC.Porto Velho-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Katyane Viana Lima Meira Juíza de Direito
Raimundo Neri Santiago

Diretor de Cartório

COMARCA DE JI-PARANÁ

1ª VARA CÍVEL

Juíza de Direito: Drª. Sandra Martins Lopes
Diretora de Cartório: Maria Luzinete Correia da Mata

Proc.: 0011684-93.2015.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Gilson Batista Meneguelli
Advogado:João francisco Pinheiro Oliveira (1512), Rebeca Moreno da Silva (RO 3997)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado:Estela Máris Anselmo Savoldi (OAB/RO 1755), Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017), Ruy Carlos Freire Filho (OAB/RO 1012)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no importe de 34% dovalor de R$-103,91, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0081507-67.2009.8.22.0005
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Daniela Oliveira da Costa, Marcelo Costa de Oliveira, Guilherme Costa de Oliveira
Advogado:Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (RO 301-B), Eurianne de Souza Passos (OAB/RO 3894), Eurianne de S. Passos Barrionuevo Alves (OAB/RO 3894), Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO 301B), Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO 301-B), Eurianne de Souza Passos (OAB/RO 3894)
Executado:Porto Seguro Cia de Seguros Gerais
Advogado:Paulo Vinício Porto de Aquino (OAB/RO 2723), Marcos Antônio Araújo dos Santos (OAB/RO 846), Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017), Estela Máris Anselmo Savoldi (OAB/RO 1755), Ruy Carlos Freire Filho (OAB/RO 1012)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$-92,03, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0025410-47.2009.8.22.0005
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Alex Moreira
Advogado:Lurival Antônio Ercolin (RO 064/B)
Executado:Ester Francisco da Silva, Rafaela Angelo
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, com a providência de acordo com o caso, sob pena de extinção (DESPACHO de fls. 91).

Proc.: 0005546-86.2010.8.22.0005
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Valdecir Batista Tavares
Advogado:Eva Condack Dias P. da Silva (OAB/RO 2273), Eliane Aparecida de Barros (OAB/RO 2064)
Executado:Instituto Nacional de Seguridade Social
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 10 dias, intimada para retirar o Alvará expedido, ou no mesmo prazo comprovar o seu levantamento.

Proc.: 0056723-26.2009.8.22.0005
Ação:Depósito
Requerente:Hsbc Brasil Administradora de Consórcio Ltda
Advogado:Pedro Roberto Romão (OABSP 289551)
Requerido:Alexandre Aparecido Pereira
Advogado:Joao Avelino de Oliveira Junior (RO 740)
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, com a providência de acordo com o caso, face a certidão de fls. 176verso:
"..decorreu o prazo para a parte autora comprovar a distribuição da CP.

Proc.: 0009028-66.2015.8.22.0005
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Credito de Livre Admissão do Vale do Machado
Advogado:Artur Baia Ramos (6721-RO), Neumayer Pereira de Souza (OAB/RO 1537)
Executado:Sheyla Patrícia de Oliveira Martins, Luiz Idelmar Rebelo
Advogado:José da Penha Bezerra de Almeida (OAB/RO 026)
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, com a providência de acordo com o caso, face a certidão de fls. 123verso:
"..decorreu o prazo para manifestação da parte autora quanto a oferta da penhora."

Proc.: 0015932-83.2007.8.22.0005
Ação:Inventário
Requerente:Ozeni dos Santos, Creide Auricelia de Oliveira, Thaís Santos da Silva
Advogado:Marcelle Chagas Furtado (OAB/RO 2246), Ilma Matias de Freitas Araujo (OAB/RO 2084), Julian Cuadal Soares (OAB/RO 2597), Marcelle Chagas Furtado (OAB/RO 2246), Ilma Matias de Freitas (OAB/RO 2084)
Inventariado:Aloisio Manoel da Silva
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fls. 251:
(MANDADO Nº. 2484-2017. ertifico, eu Oficial de justiça, que em cumprimento ao retro MANDADO, dirigi-me ao endereço mencionado e nele estando na data de 01 de fevereiro de 2017, DEIXEI de procede a AVALIAÇÃO do bem indicado no MANDADO, em ace de não localiza-lo na rua a numeração salta de 876 para 888, não encontrei o numero 882, bem como diligenciei se algume conhecia os Requeriente/requeridos,entretanto, não encontrei quem os conhecesse. Motivo pelo uqal, devolvo o presente, para que se processe o que for de direito. O referido e verdade dou fé.

Proc.: 0005559-12.2015.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Rosinaldo Cândido da Silva
Advogado:Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940), Eduardo Martins do Carmo (OAB/RO 1866)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado:Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894), Andréia Alves da Silva Bolson (OAB/RO 4608), Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910)
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0014342-95.2012.8.22.0005
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Deosdete Batista dos Santos
Advogado:Eva Condack Dias Pereira da Silva. (RO 2273), Eliane Aparecida de Barros (OAB/RO 2064)

Executado:Banco do Brasil
Advogado:Louise Rainer Pereira Gionédis (PR 8123), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/PR 54881), Gustavo Nóbrega da Silva (OAB/RO 5235), Daniel Penha de Oliveira (OAB/MG 87318), Sérvio Tulio de Barcelos (OAB/MG 44698), Jose Arnaldo Janssen Nogueira (OAB/RO 6676)
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte requerida(BANCO DO BRASIL S/A), por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0005613-75.2015.8.22.0005
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:K. G. P. da S.
Advogado:Rodrigo Rodrigues (OAB/RO 2902)
Requerido:J. S. L.
Advogado:Defensoria Publica ( )
Laudo Pericial:
Fica a parte, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, se manifestar sobre o DNA, positivo.

Proc.: 0010676-52.2013.8.22.0005
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Irasema Batista de Andrade
Advogado:Regina Lúcia Ribeiro (OAB/RO 4652), Lucilene de Oliveira dos Santos (OAB/RO 6179)
Requerido:Inss - Instituto Nacional de Seguro Social
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 10 dias, intimada para retirar o Alvará expedido, ou no mesmo prazo comprovar o seu levantamento.

Proc.: 0012763-10.2015.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Emerson de Freitas Lina
Advogado:Lincoln Max Bernardo de Aguiar (OAB/SP 290712)
Requerido:Residencial Luis Bernardo Empreendimentos Imobiliários Ltda, Casa e Terra Empreendimentos Ltda
Advogado:Piero Filipi de Carvalho Lima (OAB/RO 6297), Everaldo Braun (RO 6266)
Depósito Judicial / Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), a manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o Depósito Judicial de fl.,efetuado pela parte requerida, no valor de R$-4.770,75.

Proc.: 0002981-47.2013.8.22.0005
Ação:Monitória
Requerente:Banco Itaú Unibanco S.a.
Advogado:Luis Carlos Monteiro Laurenço (OAB/BA 16780), Larissa Andréa Andrade de Melo (15871), Celso David Antunes (OAB/BA 1141-A), Antonio Braz da Silva (OAB/RO 6557), Melanie Galindo Martinho Azzi (RO 3793)
Requerido:Abrantes Fernandes Borges
Carta precatória - Devolvida:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória devolvida, sem cumprimento.

Proc.: 0064556-95.2009.8.22.0005
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Elias dos Santos
Advogado:Luis Fernando Tavanti (OAB / RO 2.333)
Requerido:Inss Instituto Nacional do Seguro Social Jipa
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 10 dias, intimada para retirar os Alvarás expedido, ou no mesmo prazo comprovar o seu levantamento.

Proc.: 0011384-68.2014.8.22.0005
Ação:Imissão na Posse
Requerente:Salvador Baleeiro Santos
Advogado:Renata Alice Pessoa Ribeiro de C. Stutz (RO 1112)
Requerido:I F dos Santos Restaurante, Isael Fonseca dos Santos, Eliude Rosa de Andrade
Advogado:JOBECI GERALDO DOS SANTOS (OAB/RO 541-A), Leila Nicacio (OAB-RO 1408), JOBECI GERALDO DOS SANTOS (OAB/AC 1361), Leila Nicacio (OAB-RO 1408)
Fica a parte requerida intimada para no prazo de 15 dias, manifestar quanto aos embargos de declaração(fls. 79/85) interposto pela parte autora.

Proc.: 0002254-20.2015.8.22.0005
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Lígia Helena Rebolo Oliveira
Advogado:Karina Dallavalle Merten (OAB / RO 6353), Marcia Lacerda Alvares (OAB / RO 6709)
Requerido:Banco Panamericano S.a
Advogado:Giuliano Caio Sant Ana (OAB-RO 4842)
Parte retirada do po:Governo do Estado de Rondonia, Banco Cruzeiro do Sul
Advogado:Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Carla da Prato Campos ( )
Petição / Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fls. 144/: (...desta forma não há que se falar pgamento complementar de valor remanescente...")

Proc.: 0011104-97.2014.8.22.0005
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco do Brasil S/A
Advogado:Luiz Carlos Icety Antunes (OAB/MS 10062), Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4.567), Carolina Gioscia Leal de Melo (RO 2592), Karine Amaral (OAB-RO 3013), Karine Nakad Chuffi (OAB/RO 4386), Rafael Sganzerla Durand (RO 4872 A), Leandro Marcel Garcia (OAB/RO 3003), Rafaela Dias Damião (RO. 7989)
Executado:Sebastião Papa, Alciana Rodrigues Meneses Maltarolo
DESPACHO:
Vistos. Concedo à exequente o prazo de dez dias para recolhimento da taxa prevista no artigo 17 do Regimento de Custas do TJRO (Lei Estadual n. 3.896/2016). Int. Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0012565-70.2015.8.22.0005
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Cooperativa de Serviços Médicos e Hospitalares Coompedh
Advogado:Elaine Cristina Barbosa Santos Franco (OAB/RO 1627)
Requerido:Ricardo Soares do Amaral, Fátima da Silva Soares do Amaral
DESPACHO:
Vistos. Concedo à exequente o prazo de dez dias para recolhimento da taxa prevista no artigo 17 do Regimento de Custas do TJRO (Lei Estadual n. 3.896/2016). Int. Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0004908-77.2015.8.22.0005
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Jipaferro Indústria e Comércio de Ferro e Aço Ltda
Advogado:Geovane Campos Martins (OAB RO 7019), Naiany C. Lima (RO 7048)
Executado:Leonardo Souza dos Santos
DESPACHO:
Vistos. Concedo à exequente o prazo de dez dias para recolhimento da taxa prevista no artigo 17 do Regimento de Custas do TJRO (Lei Estadual n. 3.896/2016). Int. Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0010107-17.2014.8.22.0005
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Bmg Aço Inoxidável Ltda
Advogado:Paulo Roberto Vigna (OAB/SP 173477), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Karine Mezzaroba (OAB / RO 6054)
Executado:Rondônia Inox Ltda Epp
DESPACHO:
Vistos. Concedo à exequente o prazo de dez dias para recolhimento da taxa prevista no artigo 17 do Regimento de Custas do TJRO (Lei Estadual n. 3.896/2016). Int. Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0001670-84.2014.8.22.0005
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado de Rondônia ( )
Executado:Anderson Lopes Falquet Me
Advogado:Lurival Antonio Ercolin (OAB/RO 064 B)
DESPACHO:
Vistos. Defiro o pedido de fls. 35 e 42, determinando expedição de atos necessários para transferência dos valores depositados pelo devedor. Caso sobrevenham novos depósitos, o mesmo deverá ser feito, independentemente de nova ordem.Após, dê-se vista à exequente para se manifestar, no prazo de 15 dias. Em seguida, conclusos.SERVE DE ORDEM. Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0009233-32.2014.8.22.0005
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Distribuidora de Auto Peças Rondobrás Ltda
Advogado:Edson César Calixto (OAB/RO 1873)
Executado:Nilton Gonçalves Niza
DECISÃO:
DECISÃO Vistos. Defiro o pedido de penhora e avaliação do imóvel situado na BR 429, Linha 23, Km 08, lado sul, Gleba Conceição, denominada Fazenda Guaporé, município de São Francisco do Guaporé-RO. Em seguida, intime-se o exequente e sua cônjuge para se manifestarem por embargos, querendo, no prazo de 15 dias. SERVE DE ORDEM.Int.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0006727-54.2012.8.22.0005
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Viviane Silveira Vian, Deolamara Luciano Bonfá
Advogado:Deolamara Luciano Bonfá (OAB/RO 1561)
Executado:Jose Carlos Marques
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos. Diante da quitação da dívida, extingo o processo, na forma do artigo 924, II, do CPC. Sem ônus. Arquivem-se. SENTENÇA registrada e publicada via SAP. Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0014812-58.2014.8.22.0005
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Cooperativa de Crédito dos Empresários de Ji Paraná RO
Advogado:Renata Alice Pessoa Ribeiro de Castro Stutz (OAB/RO 1112)
Requerido:Wojtyla Kmiecik Moreira, João Kmiecik Moreira, João Branco Comercio de Motopeças Ltda Epp
DECISÃO:
Vistos. Verifiquei existência de embargos de terceiro, movidos por Wojtyla Moreira, via PJE, autuado sob o n. 7010193-92.2016.8.22.0005, não tendo o embargante informado sobre a existência dos embargos neste feito. Anoto que os embargos foram recebidos sem efeito suspensivo. Defiro o pedido de penhora de quotas de participação da empresa executada, João Branco Comércio de Motopeças Ltda. EPP, perante a Cooperativa requerente (fls. 125-128), no limite da dívida R$ 8.444,19. Expeça-se o necessário, servindo a presente de MANDADO. Intimem-se.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0071244-78.2006.8.22.0005
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Jhulli Adréina Soares dos Santos, Claudecir Pedroso dos Santos
Advogado:Fábio Leandro Aquino Maia (OAB/RO 1878)
Executado:Laticínio Beira Rio Ltda EPP, Flauzino Nunes de Oliveira, Bradesco Auto/RE Cia de Seguros S.A.
Advogado:Marcos Liba de Almeida (RO 1.047), Marcos Liba de Almeida (RO. 1047), Claudete Solange Ferreira (OAB/RO 972), Marcelo Rodrigues Xavier (OAB/RO 2391), Renato Tadeu Rondina Mandaliti (OAB/SP 115762), Iris Elena da Cunha Gomes da Silva (OAB/RO 5833)
DESPACHO:
Vistos. Indefiro novo encaminhamento do feito à Contadoria, pois os cálculos já foram reformulados consoante DECISÃO de fls. 608-609, havendo saldo devedor, em relação à Seguradora, de R$ 9.232,41. Concedo o prazo de cinco dias para quitação, inclusive das custas, sob pena de sequestro de valores e bens. Sobrevindo depósito de valor, expeça-se alvará em favor da parte credora. Caso não recolhida a verba relativa às custas, inclua-se em dívida ativa o(s) devedor(es), procedendo os atos necessários. Após, arquivem-se.Intimem-se.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0009093-66.2012.8.22.0005
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Reginaldo Ancelmo da Silva
Advogado:Maria Inês Spudaro (3306)
Executado:Ronny Peterson Araújo dos Santos
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos. Intimado na forma do art. 485, §1º, do CPC, o exequente não foi localizado. Ocorre que compete à parte manter seu endereço atualizado nos autos, sob pena de validade da intimação, consoante art. 274, parágrafo único, do CPC, razão pela qual DECRETO A EXTINÇÃO DO PROCESSO, com base no art. 485, III, do CPC. Procedidos os atos decorrentes, arquivem-se. Sem ônus.SENTENÇA registrada e publicada via SAP.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0092662-04.2008.8.22.0005
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Ji-Paraná - RO
Advogado:Sérgio Luiz Calgagnotto (RO 71B)
Executado:Nelson Ricardo Cidin
Advogado:Espólio de Armando Reigota Ferreira (OAB/RO 122A)
DECISÃO:
Vistos. Aguarde-se suspenso até baixa da suspensão dos embargos à arrematação n. 0010830-02.2015.8.22.0005, inicialmente, pelo prazo de 6 meses. Com o decurso do prazo, certifique-se quanto ao andamento daquele feito no TJRO 2º Grau, e, após, conclusos. Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0014354-41.2014.8.22.0005
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Distribuidora de Autopeças Rondobrás Ltda
Advogado:Edson Cesar Calixto Junior (OAB/RO 3897), Edson Cesar Calixto (OAB/RO 1873)

Executado:Edivaldo Jose de Jesus
Advogado:Defensoria Publica ( )
DECISÃO:
Vistos. Aguarde-se suspenso o desfecho dos embargos à execução n. 701072-23.2016.8.22.0005.Int. Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0034800-61.1997.8.22.0005
Ação:Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Micro
Requerente:CREFIJIPA - Factoring Assessoria Financeira Fomento Mercantil Ltda
Advogado:Lurival Antônio Ercolin (OAB/RO 64B)
Requerido:Massa Falida de Rondovel Vila Rondônia Veículos Ltda
Advogado:José da Penha Bezerra de Almeida (OAB/RO 26)
DESPACHO:
Vistos. Prossiga-se consoante ordenado na SENTENÇA de fls. 1.513-1.514, de modo que o saldo remanescente seja transferido ao juízo federal, em relação aos autos de n. 2006.41.01.001411-0, que já constava a penhora antes da SENTENÇA. Noutro viés, quanto à certidão de penhora no rosto dos autos de fl. 1.537 e MANDADO de fls. 1.538, relativo aos autos de n. 2006.41.01.001235-6, 2ª Vara da Subseção Judiciária de Ji-Paraná/RO, sem efeito, pois este processo já foi sentenciado e já ordenada remessa de valores vinculados aos credores prévios à SENTENÇA. SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO ao juízo da 2ª Vara da Subseção Judiciária de Ji-Paraná/RO. Procedidos os atos necessários, arquivem-se.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0240727-04.2009.8.22.0005
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Multilub Comércio de Lubrificantes Ltda - Me
Advogado:Christian Fernandes Rabelo (OAB / RO 333 - B)
Executado:A. Raach Feltz e Cia Ltda Me Beto Motos, Allan Raasch Feltz, Bertuline Feltz
DESPACHO:
DECISÃO Vistos. Diante da ausência de bens penhoráveis do executado, e considerando a disposição do artigo 921, III, §1º, do nCPC, suspendo o curso da execução pelo prazo de 01 (um) ano, período em que se suspende a prescrição. Decorrido o prazo de suspensão, sem manifestação da parte exequente quanto a indicação de bens penhoráveis do executado, arquivem-se os autos, começando a correr o prazo da prescrição intercorrente do §4º, do artigo anterior. Transcorrido o prazo da prescrição intercorrente, as partes devem ser intimadas para manifestarem-se a respeito. Após, conclusos.Visando a otimização do uso de espaço na escrivania, assim como diminuição do acervo físico, não havendo prejuízo às partes, determino ao serviço cartorário que promova o necessário para digitalização e distribuição do feito no PJE, onde deverá tramitar a partir de então, devendo naquele sistema haver cumprimento das medidas determinadas neste feito.Realizada a distribuição, arquivem-se os autos físicos. Processo suspenso até 06/02/2018.Intimem-se. Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0012195-91.2015.8.22.0005
Ação:Monitória
Requerente:Itapoã Comércio de Tecidos e Confecções Ltda
Advogado:Neumayer Pereira de Souza (OAB/RO 1537)
Requerido:Edivaldo do Amaral
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos. Regularmente intimada na forma do art. 485, §1º, do CPC, não houve impulso processual pela parte credora, conforme certificado à fl. 23-verso, razão pela qual extingo o processo, com espeque no art. 485, III, do CPC, autorizando o desentranhamento dos documentos instrutórios em favor da parte exequente, mediante cópia, consoante normas pertinentes.Procedidos os atos decorrentes, arquivem-se. SENTENÇA registrada e publicada via SAP.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0010392-73.2015.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Rigon & Cia Ltda
Advogado:Christian Fernandes Rabelo (OAB / RO 333 - B)
Requerido:Banco Bradesco S. A., Metalurgica Monte Castelo Ltda
Advogado:Leandro Marcel Garcia (OAB/RO 3003), Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB/AM 598-A), Fabrine Dantas Chaves (OAB/RO 2.278), Christian Fernandes Rabelo (OAB / RO 333 - B)
DESPACHO:
Vistos. Atente-se o serviço cartorário para a ordem de fl. 76.Em consulta ao site de pesquisas google e Infojud foi localizado o seguinte endereço: R Sidney Guerra, 239, Linho, Erechim, RS, CEP 99700-000,, sendo que neste ainda não houve tentativa de citação. Assim, para evitar eventual e futura alegação de nulidade, cite-se no endereço acima, sob o rito ordinário, para, querendo, responder(em) no prazo de 15 dias, através de advogado, contados da juntada da carta aos autos. Desde logo, caso a ré não seja localizada no endereço acima, determino sua citação por edital, com prazo de 20 dias.Após, decorrido o prazo, caso não haja manifestação do requerido, nos termos do art. 72, inciso II, parágrafo único, do NCPC, nomeio a Defensoria Pública como curadora especial para, no prazo legal, apresentar manifestação.Em seguida, à autora para impugnação.Após, intimem-se as partes para especificação de provas. Prazo comum: 15 dias.ADVERTÊNCIA: Não sendo apresentada resposta, se presumirão como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora, salvo se o contrário resultar das provas dos autos. Cópia da presente DECISÃO servirá de CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, devendo ser instruída com cópia da inicial e documentos instrutórios, DECISÃO de fls. 21-22 e contestação de fls. 25-41. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0006153-60.2014.8.22.0005
Ação:Alvará Judicial
Requerente:Sheyla Stefany Resende de Queiroz, Ayrton Resendes de Queiróz, Alessandro de Queiros, Altahi Henrique Queiroz, Alarico Ferreira Queiroz, Dinalva Ferreira Queiroz
Advogado:Romildo Alves Pereira (OAB/RO 2705), Solange Mendes Codeço Pereira (OAB/RO 2945)
DESPACHO:
Arquivem-se.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0001538-61.2013.8.22.0005
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Brasil Floresta Industria e Comercio de Madeiras
Advogado:Christian Fernandes Rabelo (OAB / RO 333 - B)
Executado:Claudio Adriano Vargas Witcel, V. W. Comercio de Madeira Ltda Epp
Advogado:André Fabiano Batista Lima (192957-SP)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos. Regularmente intimada na forma do art. 485, §1º, do CPC, não houve impulso processual pela parte credora, conforme certificado à fl. 174-verso e 175-verso, razão pela qual extingo o processo, com espeque no art. 485, III, do CPC, autorizando o desentranhamento dos títulos de crédito em favor da parte exequente, mediante cópia, consoante normas pertinentes. Procedidos os atos decorrentes, arquivem-se. SENTENÇA registrada e publicada via SAP.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0002022-13.2012.8.22.0005
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Publica do Municipio de Ji Parana RO
Advogado:Procurador do Municipio de Ji Paraná ( )
Executado:Verona Veiculos Ltda Me
Advogado:Polyana Lustosa Bezerra (OAB/RO 8210)
DESPACHO:
Vistos. Sirva-se de ofício à Jucer em Ji-Paraná/RO, requisitando que encaminhe a este juízo, no prazo de dez dias, contrato social a

eventuais alterações referentes à empresa Verona Veículos Ltda. ME, CNPJ n. 63.680/0001-17. Sobrevindo o documento, procedida a juntada, vista às partes, pelo prazo de dez dias. Após, conclusos. Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0005487-68.2014.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Distribuidora de Auto Peças Rondobrás Ltda
Advogado:Andréia Alves dos Santos (OAB/RO 4878), Edson Cesar Calixto Junior (OAB/RO 3897)
Executado:Marilda Aparecida de Lima
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos. HOMOLOGO O ACORDO instrumentalizado às fls. 67-68 e, via de consequência, EXTINGO O PROCESSO, com fundamento no artigo 487, III, b , do nCPC, dispensado o prazo recursal por ausência de controvérsia. Consoante acordado, mantém-se a restrição no Renajud, até quitação do débito.Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial de execução, mediante substituição por cópia, consoante normas pertinentes.Sem ônus, e procedidos os atos decorrentes, arquivem-se. SENTENÇA registrada e publicada pelo SAP. Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito
Maria Luzinete Correia da Mata

Diretora de Cartório

2ª VARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0014031-70.2013.8.22.0005
Polo Ativo: BANCO ITAÚ
Advogado do(a) EXEQUENTE: CELSO MARCON - RO0003700
Polo Passivo: OSEIAS DE SOUSA FERREIRA
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 6 de fevereiro de 2017
Helena Nunes Fagundes
Técnica Judiciária

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0005077-98.2014.8.22.0005
Polo Ativo: FUNDO DE APOIO AO EMPREENDIMENTO POPULAR DE ARIQUEMES - FAEPAR
Advogados do(a) EXEQUENTE: VANESSA DOS SANTOS LIMA - RO0005329, VIVIANE MATOS TRICHES - RO0004695
Polo Passivo: ROGERIO PEREIRA DA SILVA e outros
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 6 de fevereiro de 2017
Helena Nunes Fagundes
Técnica Judiciária

Processo nº 0000433-15.2014.8.22.0005
Polo Ativo: LYDIA SHOCKNESS DOS SANTOS e outros
Advogado do(a) REQUERENTE: ELAINE CRISTINA DIAS - RO0005378 Advogado do(a) REQUERENTE: ELAINE CRISTINA DIAS - RO0005378 Advogado do(a) REQUERENTE: ELAINE CRISTINA DIAS - RO0005378 Advogado do(a) REQUERENTE: ELAINE CRISTINA DIAS - RO0005378 Advogado do(a) REQUERENTE: ELAINE CRISTINA DIAS - RO0005378
Polo Passivo: FRANCISCO RAMOS DOS SANTOS FILHO
Advogado do(a) INVENTARIADO: ELAINE CRISTINA DIAS - RO0005378
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 6 de fevereiro de 2017
Helena Nunes Fagundes
Técnica Judiciária

Processo nº 0010651-05.2014.8.22.0005
Polo Ativo: DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS RONDOBRAS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDSON CESAR CALIXTO - RO0001873
Polo Passivo: JOSUE MODENEZ
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 6 de fevereiro de 2017
Helena Nunes Fagundes
Técnica Judiciária

Processo nº 0010651-05.2014.8.22.0005
Polo Ativo: DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS RONDOBRAS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDSON CESAR CALIXTO - RO0001873
Polo Passivo: JOSUE MODENEZ
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 6 de fevereiro de 2017
Helena Nunes Fagundes
Técnica Judiciária

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0013275-27.2014.8.22.0005
Polo Ativo: CONSELHO TUTELAR DA COMARCA DE JI PARANÁ
Polo Passivo: T. R. S. D. S.
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico ainda, que passo a aguardar relatório de acompanhamento a ser enviado pelo Abrigo Municipal.
Ji-Paraná, 6 de fevereiro de 2017
Diméia de Oliveira Lino Rodrigues
Tec. Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0000899-43.2013.8.22.0005
Polo Ativo: MARIANO BATISTA TREVISAN
Advogados do(a) EXEQUENTE: JULIAN CUADAL SOARES - RO0002597, ADRIANA DONDE MENDES - RO0004785
Polo Passivo: SOLO REALIZACAO TERRAPLENAGENS LTDA - ME e outros
Advogado do(a) EXECUTADO: HIRAM CESAR SILVEIRA - RO0000547 Advogado do(a) EXECUTADO: HIRAM CESAR SILVEIRA - RO0000547 Advogado do(a) EXECUTADO: HIRAM CESAR SILVEIRA - RO0000547
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 6 de fevereiro de 2017
MOACIR DA CRUZ SANTOS
Chefe de Secretaria

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0004075-98.2011.8.22.0005
Polo Ativo: QUANTUM IMPORTADORA LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: FRANCISCO GERALDO FILHO - RO0002342, MARIANA NUNES INACIO CARNEIRO - GO0028898, MAURICIO JOEL GATTO - GO0027109
Polo Passivo: JOSÉ WELITON DA CUNHA BESSA e outros
Advogado do(a) EXECUTADO: RENATO GONCALVES DA SILVA - GO0032022
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 6 de fevereiro de 2017
Helena Nunes Fagundes
Técnica Judiciária

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0004075-98.2011.8.22.0005
Polo Ativo: QUANTUM IMPORTADORA LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: FRANCISCO GERALDO FILHO - RO0002342, MARIANA NUNES INACIO CARNEIRO - GO0028898, MAURICIO JOEL GATTO - GO0027109
Polo Passivo: JOSÉ WELITON DA CUNHA BESSA e outros
Advogado do(a) EXECUTADO: RENATO GONCALVES DA SILVA - GO0032022
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 6 de fevereiro de 2017
Helena Nunes Fagundes
Técnica Judiciária

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0003117-44.2013.8.22.0005
Polo Ativo: MARIO LUIZ RAMOS ALFERES
Advogado do(a) EXEQUENTE: SOLANGE APARECIDA DA SILVA - RO0001153
Polo Passivo: JUAREZ MENDES DE OLIVEIRA
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 6 de fevereiro de 2017
Helena Nunes Fagundes
Técnica Judiciária

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0141574-32.2008.8.22.0005
Polo Ativo: JOSÉ GILMAR DE JESUS FILHO e outros
Advogado do(a) EXEQUENTE: ROSICLER CARMINATO - RO0000526 Advogado do(a) EXEQUENTE: ROSICLER CARMINATO - RO0000526 Advogado do(a) EXEQUENTE: ROSICLER CARMINATO - RO0000526

Polo Passivo: JOSE GILMAR DE JESUS
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 6 de fevereiro de 2017
MOACIR DA CRUZ SANTOS
Chefe de Secretaria

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0009564-48.2013.8.22.0005
Polo Ativo: HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO
Advogados do(a) EXEQUENTE: MELANIE GALINDO MARTINHO AZZI - RO0003793, ESTELA MARIS ANSELMO - RO0001755, ROMERO MARANHAO MENDES - PE0021166
Polo Passivo: JOSIMAR RAMOS DA SILVA
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 6 de fevereiro de 2017
Helena Nunes Fagundes
Técnica Judiciária

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0010526-42.2011.8.22.0005
Polo Ativo: YRENO VIEIRA DE MENEZES
Advogado do(a) REQUERENTE: CHRISTIAN FERNANDES RABELO - RO000333B
Polo Passivo: ESPÓLIO DE JAIME VIEIRA DE MENEZES
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 6 de fevereiro de 2017
MOACIR DA CRUZ SANTOS
Chefe de Secretaria

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0003380-76.2013.8.22.0005
Polo Ativo: BANCO DA AMAZONIA SA
Advogado do(a) EXEQUENTE: MICHEL FERNANDES BARROS - RO0001790
Polo Passivo: CARMELA SCHOSEK e outros
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 6 de fevereiro de 2017
Helena Nunes Fagundes
Técnica Judiciária

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0013061-70.2013.8.22.0005
Polo Ativo: BIGSAL - INDUSTRIA E COMERCIO DE SUPLEMENTOS PARA NUTRICAO ANIMAL LTDA.
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIEGO RODRIGO DE OLIVEIRA DOMINGUES - RO0005963
Polo Passivo: RENEU SCHLINDWEIN
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 6 de fevereiro de 2017
Helena Nunes Fagundes
Técnica Judiciária

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0007038-40.2015.8.22.0005
Polo Ativo: RUBIA MOTA SANTOS
Polo Passivo: CRISTIANE MOTA DOS SANTOS e outros
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 6 de fevereiro de 2017
MOACIR DA CRUZ SANTOS
Chefe de Secretaria

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0005305-10.2013.8.22.0005
Polo Ativo: W. L. F. S.
Polo Passivo: JOSE CORDEIRO DOS SANTOS

Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 6 de fevereiro de 2017
Helena Nunes Fagundes
Técnica Judiciária

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0004011-20.2013.8.22.0005
Polo Ativo: MPRO - MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: SANDRA ROSANGELA VIEIRA e outros
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Passo a expedir Alvara em favor do CASE conforme determinado na fls 146.
Ji-Paraná, 6 de fevereiro de 2017
Diméia de Oliveira Lino Rodrigues
Tec. Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0015243-63.2012.8.22.0005
Polo Ativo: MPRO - MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: LOHANA HOLANDA DA SILVA
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que conforme ATA DE AUDIÊNCIA DE FLS 180, O PRAZO É 15 02 2016 PARA PAGAMENTO DA MULTA.
Ji-Paraná, 6 de fevereiro de 2017
Dimeia de Oliveira Lino Rodrigues
Tec. Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0010866-44.2015.8.22.0005
Polo Ativo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA - PJ
Polo Passivo: R. O. D. S.
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 7 de fevereiro de 2017
Chefe de Secretaria

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0004047-91.2015.8.22.0005
Polo Ativo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: J. D. P. M.
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que conforme DESPACHO e MBA expedido na fls 681 dos autos 0004286 66 2013 8 22 0005, estes autos encontram-se suspenso até 06 03 2017.
Ji-Paraná, 7 de fevereiro de 2017
Diméia de Oliveira Lino Rodrigues
Tec. Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0004286-66.2013.8.22.0005
Polo Ativo: MPRO - MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: J. D. P. M.
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que conforme DESPACHO e MBA expedido na fls 681 dos autos 0004286 66 2013 8 22 0005, estes autos encontram-se suspenso até 06 03 2017.
Ji-Paraná, 7 de fevereiro de 2017
Diméia de Oliveira Lino Rodrigues
Tec. Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0007279-48.2014.8.22.0005
Polo Ativo: MPRO - MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: AKISSON PEREIRA VEIGA DE LA FUENTES
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.

Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Torno Concluso para deliberações.
Ji-Paraná, 7 de fevereiro de 2017
Diméia de Oliveira Lino Rodrigues
Tec. Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0016729-49.2013.8.22.0005
Polo Ativo: TERESA APARECIDA HERNANDES BALDO FERREIRA e outros
Polo Passivo: LEANDRO FONSECA ALCANTARA e outros
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que conforme DESPACHO na fls 279, diligenciei via telefone ao Juízo da Infância e Juventude de Campinas, falei com a servidora Juliana Seixas e fui informada que a carta precatoria expedida na fls 274, foi distribuída sob n° 0024133 02 2016 826 0114, e devolvida por meio fisico via correios no dia 31/01/2017, atualmente está em trânsito, passo a aguardar a chegada da referida Carta.
Ji-Paraná, 7 de fevereiro de 2017
Diméia de Oliveira Lino Rodrigues
Tec. Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0004912-85.2013.8.22.0005
Polo Ativo: CONSELHO TUTELAR DA COMARCA DE JI PARANÁ
Polo Passivo: MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA DOS ANJOS
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que conforme determinação na ata de audiência de fls 503, remeto os autos para o Núcleo para providências.
Ji-Paraná, 7 de fevereiro de 2017
Diméia de Oliveira Lino Rodrigues
Tec. Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0015687-28.2014.8.22.0005
Polo Ativo: JUIZADO DA INFANCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE JI - PARANÁ
Polo Passivo: FULANO DE TAL
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que enviei via email o DESPACHO de fls 389, para providencias da diretora do Abrigo quanto ao recebimento do beneficio de Ademar. Abro vistas ao Ministerio Público para Manifestação com relação a prestação de contas.
Ji-Paraná, 7 de fevereiro de 2017
Diméia de Oliveira Lino Rodrigues
Tec. judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0006658-17.2015.8.22.0005
Polo Ativo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: YURI SIDNEI VIEIRA DOS SANTOS
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Renovo expedição de oficio a Caixa Economica de fl. 70/73 do primeiro ID, para proceder a transferencia de valores conforme extrato em anexo.
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 7 de fevereiro de 2017
Chefe de Secretaria

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0005052-51.2015.8.22.0005
Polo Ativo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: P. R. D. S. F. e outros
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
ABRO VISTAS AO MINISTERIO PUBLICO PARA CIÊNCIA DO OFICIO JUNTADO NO ID 7896849
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 7 de fevereiro de 2017
Chefe de Secretaria

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0009778-68.2015.8.22.0005
Polo Ativo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: L. N. C.

Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
ABRO VISTAS AO MINISTERIO PUBLICO PARA MANIFESTAÇÃO TAMBÉM QUANTO AO ID 7896948.
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 7 de fevereiro de 2017
Chefe de Secretaria

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0007620-40.2015.8.22.0005
Polo Ativo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: P. R. D. S. F.
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
ABRO VISTAS AO MINISTERIO PUBLICO PARA MANIFESTAÇÃO QUANTO AO DESPACHO DE FL. 45 DO ID 7784351, ESCLARECENDO QUE O SOLICITADO FOI JUNTADO NO PROCESSO 0005052.51.2015.822.0005 ID. 7896849.
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 7 de fevereiro de 2017
Chefe de Secretaria

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0004236-40.2013.8.22.0005
Polo Ativo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA - PJ
Polo Passivo: ELTON JHONATAS ALVES MENEZES
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
PROCEDO A EXPEDIÇÃO DA CARTA PRECATORIA DETERMINADO NO ID 8014506 FOLHA 42.
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 7 de fevereiro de 2017
Chefe de Secretaria

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0012110-08.2015.8.22.0005
Polo Ativo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA - PJ
Polo Passivo: L. G. D. O. B. C. e outros
Advogado do(a) ADOLESCENTE: PERICLES XAVIER GAMA - RO0002512
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
EXPEÇO O DETERMINADO AS FOLHAS. 38 DO ID 8026909.
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 7 de fevereiro de 2017
Chefe de Secretaria

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível
3º Cartório Cível - Comarca de Ji-Paraná/RO.
Sugestões e/ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos, via internet, pelos seguintes endereços eletrônicos:
Juiz: sassamoto@tjro.jus.br
Diretor de Cartório - Escrivão: jip3civel@tjro.jus.br

Proc.: 0011514-24.2015.8.22.0005
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Publica do Municipio de Ji-parana - RO
Advogado:Procurador do Municipio de Ji Paraná ( )
Executado:J. H. de Araujo
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos, Realizado bloqueio bacenjud, com citação do devedor, deixou de opor Embargos no prazo legal, o que impõe a extinção do feito.Ante o exposto e por tudo mais que dos autos constam, defiro o pedido, via de consequência, julgo extinto o processo, nos termos do art. 924, II, do Código de Processo Civil, com resolução do MÉRITO face a satisfação da obrigação. Sem custas finais.P.R.I. Sirva a presente DECISÃO como Ordem/ofício para transferência do valor depositado perante a Ag. 3259, ID 072016000005358545, para a Conta Corrente nº 1061-0, Agência 1824-4, Operação 006, CAixa Econômica em nome do Município de Ji-Paraná.Após a transferência, informe o Juízo, extinguindo-se a conta.Arquivem-se.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Edson Yukishigue Sassamoto Juiz de Direito

Proc.: 0009444-05.2013.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Joel Moyses de Lima
Advogado:Marcia Rejane Souza Silva (OAB/RJ 169674), Silvino do Nascimento Gualberto (OAB/RJ 153.824)
Requerido:Telefônica Brasil S.A (VIVO S/A)
Advogado:Eduardo Luiz Brock (OAB/SP 91311)
DESPACHO:
DESPACHO Vistos, Considerando a implantação do PJE nesta comarca desde dezembro de 2015, o cumprimento da SENTENÇA deverá ser nele processado, conforme disposto no art. 16 da Resolução n. 013/2014-PR. Assim, a exequente deverá promover a distribuição do pedido de fls. 167/170, perante o PJE, pedido este que deve ser instruído com as cópias necessárias para a devida execução. A Escrivania deverá certificar nos autos do processo físico, o número do cumprimento da SENTENÇA perante o PJE, conforme art. 16, parágrfo único da resolução supramencionada. Recolha-se as custas pendentes neste feito, ou inscreve-se em Dívida Ativa, se for o caso, após, ao arquivo. Int. Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Edson Yukishigue Sassamoto Juiz de Direito

Proc.: 0012387-92.2013.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Elio Rosa
Advogado:Nailson Nando de Oliveira de Santana (OAB/RO 2634), João Batista Felberk de Almeida (OAB/RO 930)
Requerido:Banco Brasil S/A
Advogado:Sérvio Túlio de Barcelos (OAB/MG 44698), Jose Arnaldo Janssen Nogueira (OAB/RO 6676)
DESPACHO:
DESPACHO Indefiro o pedido de expedição de ofício para Caixa Econômica para fins de averiguação de saldo em conta judicial, pois não há nos autos qualquer informação sobre abertura da referida conta. Não há custas pendentes de recolhimento. Retornem os autos ao arquivo. Intime-se.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Edson Yukishigue Sassamoto Juiz de Direito

Proc.: 0000946-80.2014.8.22.0005
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Coopmedh - Cooperativa de Serviços Médicos e Hospitalares
Advogado:Elaine Cristina Barbosa dos Santos Franco (OAB/RO 1627)
Executado:Ivan Sales da Silva
SENTENÇA:
Diante do acordo extrajudicial, julgo extinto o processo, com resolução do MÉRITO, na forma do artigo 924, II do Código de Processo Civil.Face o acordo, dou por dispensado o prazo recursal. DECISÃO transitada em julgado nesta data. Sem custas finais nos termos do art. 6º, parágrafo 7º, da Lei 301/90.Defiro desde já o desentranhamento dos títulos que instruíram a inicial em favor da parte requerida/executada, o qual deverá ser efetuado em cartório, mediante a substituição por cópias.Arquivem-se os autos observadas as formalidades legais.P.R.I.

Proc.: 0001042-95.2014.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Osmar Tomé
Advogado:Jéssica Correa de Souza (OAB/RO 5124)
Requerido:Banco Itaucard S.a
Advogado:José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)
DESPACHO:
DESPACHO Indefiro (fls. 124), posto que tal informação a instituição financeira não dispõe. Não tendo a executada comprovado que o valor lhe pertence, cumpra-se a parte final da deliberação de fls. 122. Após, retornem os autos ao arquivo. Intime-se.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Edson Yukishigue Sassamoto Juiz de Direito

Proc.: 0003829-97.2014.8.22.0005
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Publica do Municipio de Ji Parana RO
Advogado:Procurador do Municipio de Ji Paraná ( )
Executado:Agrocel Madeiras Industria Com. e Exportação Ltda
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos,Satisfeita a execução, julgo extinto o processo, nos termos do art. 924, II, do Código de Processo Civil, com resolução do MÉRITO face a satisfação da obrigação pelo pagamento. Custas já satisfeitas.P.R.I. SIRVA-SE de intimação e comunique-se, mediante vista, para fins de averbação da SENTENÇA no Registro da Dívida Ativa, em cumprimento ao disposto no art. 33 da Lei 6.830/80. Após, arquivem-se os autos observadas às formalidades legais.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Edson Yukishigue Sassamoto Juiz de Direito

Proc.: 0006488-79.2014.8.22.0005
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Unimed Ji-Paraná - Cooperativa de Trabalho Médico
Advogado:Cleber Carmona de Freitas (OAB/RO 3314), João Carlos Veris (OAB/RO 906)
Executado:Sanches & Biazati Clinica de Fisioterapia Ltda - ME, Franco da Rocha Clinica de Fisioterapia Ltda Me, Domingos Franco da Rocha Sanches, Elaine Largura Biazati
SENTENÇA:
Diante do exposto, julgo extinto o processo nos termos do art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil, com resolução do MÉRITO, em face da satisfação da obrigação. Custas satisfeitas. Certificado o trânsito em julgado, expeça-se o alvará necessário em favor da exequente para levantamento do valor bloqueado “on line”, devendo ser deduzido e recolhido o valor das custas. Após, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais.

Proc.: 0009836-08.2014.8.22.0005
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Eurofarma laboratorio Ltda
Advogado:Elza Megumi Iida (OAB/SP 95740), Mário Eduardo Lourenço Matielo (OAB/SP 72905)
Executado:Vetmar Produtos Agropecuários Ltda Epp
SENTENÇA:
Diante do exposto e por tudo mais que dos autos constam, julgo extinto o processo nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil, sem resolução de MÉRITO, face inércia da parte autora.Sem custas finais nos termos do inciso III, do art. 6º, da Lei 301/90, por não ter sido satisfeita a prestação jurisdicional. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito, observadas as formalidades legais.P.R.I.

Proc.: 0012717-55.2014.8.22.0005
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Elielson Martins Nunes
Advogado:Vanessa Saldanha Vieira (OAB/RO 3587)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
SENTENÇA:
Diante do exposto e por tudo mais que dos autos constam, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos o acordo, de fls. 99/100, celebrado pelas partes, via de consequência, tendo a transação efeito de SENTENÇA entre as partes, julgo extinto o processo, com resolução de MÉRITO, nos termos do art. 487, III “b” do Código de Processo Civil.A parte Requerida deverá recolher as custas pendentes, no prazo de 10(dez) dias, pena de inscrição em dívida ativa.Homologo a renúncia do prazo recursal. DECISÃO transitada em julgado nesta data.Efetuado o depósito judicial, conforme termos do acordo, expeça-se alvará em favor da Requerente. Recolhidas as custas, ou providenciada a inscrição em dívida ativa, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.

Proc.: 0013053-59.2014.8.22.0005
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Publica do Municipio de Ji Parana RO
Advogado:Procurador do Municipio de Ji Paraná ( )
Executado:Romave Veículos Ltda
Advogado:Rodrigo Tosta Giroldo (OAB/RO 4503), Talita Batista Ferreira Constantino (OAB/RO 7061), Daniele Rodrigues Schwamback (OAB/RO 7473)

DESPACHO:
Vistos, Tento em vista a informação de suspensão dos autos onde ocorreu a penhora, diga a Fazenda Pública se pretende aguardar ou indicar outros bens a penhora.Prazo de 10(dez) dias.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Edson Yukishigue Sassamoto Juiz de Direito

Proc.: 0010005-97.2011.8.22.0005
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Glawcy Betzel Almeida Soeiro, Rosicler Carminato Guedes de Paiva
Advogado:Rosicler Carminato Guedes de Paiva (RO 526), Elpídio Santos Magalhães (OAB/RO 3419), Rosicler Carminato Guedes de Paiva (RI 526)
Executado:Banco do Brasil S. A.
Advogado:Jose Arnaldo Janssen Nogueira (OAB/RO 6676), Sérvio Túlio de Barcelos (OAB/MG 44698)
DESPACHO:
DESPACHO Indefiro (fls. 188), pois não há depósito pendentes nos autos. As custas foram recolhidas. Retornem os autos ao arquivo. Intime-se.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017. Edson Yukishigue Sassamoto Juiz de Direito

Proc.: 0010484-51.2015.8.22.0005
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ricardo Gonçalves da Luz
Advogado:Irian Medianeira Braga (OAB/RO 3654)
Requerido:INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
SENTENÇA:
Posto isto, nos termos do que dispõe o art. 487, I, do Código de Processo Civil, e com fundamento nas disposições do artigo 42, §1º da Lei 8.213/1991, julgo procedente o pedido formulado por Ricardo Gonçalves da Luz, nesta Ação de Benefício Previdenciário proposta contra Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, via de consequência: Condeno a Ré a incluir o autor dentre os beneficiários da aposentadoria por invalidez, com efeito retroativo a data da cessação do auxílio-doença ocorrida em 24/08/2015, cujos valores deverão ser pagos ao Requerente, corrigidos monetariamente, acrescido de juros de mora, pelo índice oficial de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos da Lei 9.494/97, alterado pela Lei 11.960/2009; Concedo a antecipação da tutela, para que a Requerida, cumpra desde já a determinação constante do item anterior; Ante o ônus da sucumbência, condeno, ainda, a Ré ao pagamento dos honorários periciais fixados às fls. 82, bem como, honorários advocatícios, no importe 10% do valor da causa, atento à sua complexidade e natureza, assim como a dedicação do causídico, conforme dispõe o art. 85, § 2º, I a IV, do Código de Processo Civil.Havendo interposição de recurso, intime-se a parte Apelada para resposta. Não havendo, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça de Rondônia, por exigir a DECISÃO reexame necessário, nos termos da Súmula 490 do STJ. Isento da custas. P. R. I.

Proc.: 0009020-89.2015.8.22.0005
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ozaira Severo Cavalcante Vieira
Advogado:Sharleston Cavalcante de Oliveira (OAB/RO 4535)
Requerido:Saga Amazônia Comércio de Veículos Ltda, Banco Volkswagen S/A
Advogado:Magda Zacarias Matos de Marque (OAB/SP 284219), Ruy Augustus Rocha (OAB / GO 21.476), Rutiane Lemos de Oliveira (OAB / GO 36.080), Andre Luiz da Silva Pereira (OAB / GO 36.921), Manuela Motta Moura da Fonte (OAB/PE 20.397)
DECISÃO:
Vistos, Banco Volkswagen, interpôs Embargos de Declaração às fls. 319/321, alegando em síntese que a DECISÃO de fls. 303/312, teria constado contradição e omissão vez que não considerou documento juntado aos autos como prova de que o valor pago pela Requerente não foi a título de entrada. Postula seja sanada a omissãoDecido. Da análise dos autos vejo que que os embargos de declaração não merece acolhimento. Os embargos de declaração por omissão é instrumento hábil a suprir omissão sobre ponto relevante que deva pronunciar-se o juiz e os embargos de declaração por contradição visa sanar contradição constatada com a própria DECISÃO, situação que não se constada nos autos.A DECISÃO atacada não é omissa e nem contraditória. A questão levantada pelo embargante na verdade, revela inconformismo com a DECISÃO, portanto, passível de serem resolvidas em sede de apelação e não via embargos de declaração. Diante do exposto, deixo de conhecer dos embargos de declaração de fls. 319/323, face a inadequação do recurso interposto. Intime-se. Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Edson Yukishigue Sassamoto Juiz de Direito

Proc.: 0006876-45.2015.8.22.0005
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Creditag Ji Paraná Rc Cooperativa de Crédito
Advogado:Deborah May Dumpierre (OAB/RO 4372)
Requerido:C. R. Lima & Cia Ltda Me
SENTENÇA:
Diante do exposto e por tudo mais que dos autos constam, homologo para surtam seus jurídicos o e legais efeitos o acordo de fls. 82/88, via de conseqüência, tendo a transação efeito de SENTENÇA entre as partes, julgo extinto o processo, com resolução do MÉRITO, na forma do artigo art. 487, III, “b” c/c 924, II, todos do Código de Processo Civil.Registro que a homologação refere-se tão somente a este feito. O acordo em relação aos autos n. 0017349-27.2014.822.0005, que tramita em outra vara, deve ser homologado naqueles autos. Indefiro o pedido de suspensão, sendo certo que na hipótese do não cumprimento do acordo, poderá a parte postular o cumprimento de SENTENÇA, sem ônus, via PJE. Face o acordo, dou por dispensado o prazo recursal. DECISÃO transitada em julgado nesta data. Sem custas finais nos termos do art. 6º, parágrafo 7º, da Lei 301/90.Arquivem-se os autos observadas as formalidades legais.P.R.I.

Proc.: 0008097-34.2013.8.22.0005
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ceni da Silva Cora
Advogado:Miguel Ângelo Folador (OAB/RO 4820)
Requerido:Banco Itaú S.A.
Advogado:Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/RJ 151056S)
DESPACHO:
DESPACHO Indefiro (fls. 134), posto que o boleto pode ser gerado no site do Tribunal de Justiça pelo próprio interessado. Comprove-se o recolhimento, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa. Decorrido o prazo sem a devida comprovação, providencie-se o necessário para inscrição em dívida ativa, após, ao arquivo. Intime-se.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Edson Yukishigue Sassamoto Juiz de Direito

Proc.: 0012080-75.2012.8.22.0005
Ação:Execução de Alimentos
Requerente:C. G. M.
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)

Executado:C. R. M.
Advogado:Syrne Lima Felberk de Almeida (OAB/RO 3186)
SENTENÇA:
Diante do exposto, julgo extinto o processo nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com resolução de MÉRITO, face a satisfação da obrigação alimentar.Sem custas finais em razão do feito tramitar sob pálio da gratuidade judiciária. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos observadas as formalidades legais. Oficie-se ao INSS, solicitando informações sobre a existência de benefício previdenciário em favor do Executado. Caso positivo, que os alimentos sejam descontados do mesmo.P.R.I.

Proc.: 0009443-20.2013.8.22.0005
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Joel Moyses de Lima
Advogado:Marcia Rejane Souza Silva (OAB/RJ 169674)
Requerido:Telefônica Brasil S.A (VIVO S/A)
Advogado:Eduardo Luiz Brock (OAB/SP 91311), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3.434)
DESPACHO:
DESPACHO Vistos, Considerando a implantação do PJE nesta comarca desde dezembro de 2015, o cumprimento da SENTENÇA deverá ser nele processado, conforme disposto no art. 16 da Resolução n. 013/2014-PR. Assim, a exequente deverá promover a distribuição do pedido de fls. 167/170, perante o PJE, pedido este que deve ser instruído com as cópias necessárias para a devida execução. A Escrivania deverá certificar nos autos do processo físico, o número do cumprimento da SENTENÇA perante o PJE, conforme art. 16, parágrfo único da resolução supramencionada. Recolha-se as custas pendentes neste feito, ou inscreve-se em Dívida Ativa, se for o caso, após, ao arquivo. Int. Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Edson Yukishigue Sassamoto Juiz de Direito

Proc.: 0009544-86.2015.8.22.0005
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Lupercio Crevelaro, Silvia Tania Ribeiro Moraes Crevelaro
Advogado:Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO 301B)
Requerido:Renato Euclides Carvalho de Velloso Vianna, Maria Regina Crema Velloso Vianna
Advogado:Zoil Magalhães Neto (RO 1619), Alexandre Camargo (OAB/RO 704), Igor Habib Ramos Fernandes (OAB/RO 5193)
DESPACHO:
DESPACHO Vistos. Diante da manifestação dos Requerentes às fls. 469/470, em que reconhecem as assinaturas nos recibos questionados, inócua será a realização da prova pericial, razão porque, a indefiro. Desta feita, designo audiência de instrução para oitiva das testemunhas arroladas pelos Requeridos, a ser realizada dia 29 de março de 2017, às 9 horas. Os patronos deverão intimar ou informar suas testemunhas sobre o dia e hora acima designados, por carta, via AR, devendo juntar aos autos, com antecedência de pelo menos 3 (três) dias da data da audiência, cópia da correspondência de intimação e do comprovante de recebimento. (art. 455, § 1º do CPC), sendo certo que o não cumprimento desta providência ensejará a dispensa da oitiva das testemunhas arroladas. (art. 455, § 3º, CPC).Poderá ainda o Patrono se comprometer a trazer suas testemunhas independente de intimação, todavia, caso esta não compareça, presumir-se-á dispensa de sua inquirição (art. 455, § 2º, CPC). Em se tratando as testemunhas de servidor público ou militar, oficie-se ao chefe da repartição ou ao comando do corpo em que servir, requisitando a apresentação em audiência. As testemunhas que serão intimadas deverão ser cientificadas de que o não comparecimento, sem motivo justificado, ensejará sua condução e responderá pelas despesas do adiamento (art. 455, §5º, CPC). Depreque-se a oitiva das testemunhas residentes em outras comarcas, informando a data acima designada, devendo o patrono que arrolou a referida testemunha providenciar o recolhimento do preparo, bem como, retirar a CP para a devida distribuição perante o juízo deprecado. Atente-se a Escrivania, que a testemunha Rowilson Teixeira, por se Desembargador, deverá ser ouvido em sua residência ou no local onde exerce sua profissão, em dia e hora a ser designado por ele, devenso ser-lhe encaminhado cópia da defesa oferecida pelos Requeridos, conforme disposto no art. 454, X, §1º do CPC. Int. SIRVA A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO /CARTA PRECATÓRIA PARA OITIVA DAS TESTEMUNHAS ARROLADAS PELOS REQUERIDOS. Ji-Paraná-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Edson Yukishigue Sassamoto Juiz de Direito

Proc.: 0002903-19.2014.8.22.0005
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Ji-Paraná-RO
Advogado:Procurador do Municipio de Ji Paraná ( )
Executado:Laercio de Falco
SENTENÇA:
Vistos.etc,Manifesta-se a exequente informando que o executado efetuou o parcelamento do débito, acostando aos autos o termo de confissão de dívida (fls. 51), para pagamento em 24 meses. Pleiteia a suspensão do feito pelo prazo de 90 dias. Em se tratando de parcelamento pelo prazo de 24 meses, não se justifica a suspensão pelo prazo de 3 meses, sendo razoável presumir-se que o executado cumprirá o acordado.Demais disso, não vislumbro qualquer prejuízo a Fazenda Pública, notadamente porque o prazo prescricional encontra-se suspenso pelo parcelamento, podendo na eventualidade de inadimplemento do contribuinte, inscrever o débito em dívida ativa, com manejo posterior de executivo fiscal. Não é demais lembrar que a reiteração de pedidos de suspensão demandam grande quantidade de atos processuais, em afronta aos princípios da celeridade e economia processual.Diante do exposto e por tudo mais que dos autos constam, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos o acordo celebrado pelas partes as fls.51, via de consequência, tendo a transação efeito de SENTENÇA entre as partes, julgo extinto o processo, com resolução de MÉRITO, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil.Mantenho as restrições sobre os bens do devedor até final quitação do débito, cabendo a Fazenda Pública e/ou devedor postular nos autos, ao final a baixa da restrição.Sem custas finais nos termos do art. 6º, § 7º da Lei 301/90.Certficado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais. P.R.I. Ji-Paraná-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Edson Yukishigue Sassamoto Juiz de Direito
Eliel Batista Sales

Diretor de Cartório

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
Dr. Silvio Viana
Juiz de Direito
Luzia Lopes Castelan
Diretora de Cartório
Lauda n.

Proc.: 0000440-07.2014.8.22.0005
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Pdv Brasil Combustiveis e Lubrificantes Ltda
Advogado:Alexandra Silva Segaspini (OAB/RO 2739)

Requerido:O S Comercio de Lubrificantes Ltda Me, Ortenila Ana Dal Santo.
DESPACHO:
Ante a concessão da liminar nos autos dos embargos de terceiro n. 7011968-45.2016.8.22.0005, suspendo o curso deste cumprimento de SENTENÇA.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0005580-85.2015.8.22.0005
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:W. V. de A.
Advogado:Dario Alves Moreira (RO 2092)
Requerido:M. A. de A.
Advogado:Alexandra Silva Segaspini (OAB/RO 2739)
DESPACHO:
Serve este DESPACHO de alvará judicial para levantamento da quantia.Corrija-se a carta de adjudicação expedida.Após, arquivem-se.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017. Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0010721-85.2015.8.22.0005
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/A
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado:M. S. Comercial de Couros Ltda, Laudemir de Moura Vargas, Emilia da Silva Cardoso Vargas
DESPACHO:
Suspendo o curso do feito por um ano, nos termos do artigo 921, III do Código de Processo Civil.Decorrido o prazo e não havendo manifestação do exequente, arquivem-se os autosJi-Paraná-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0003890-21.2015.8.22.0005
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito dos Empresários de Ji Paraná SICOOB EMPRECRED
Advogado:Renata Alice Pessôa Ribeiro de Castro Stutz (OAB/RO 1112)
Executado:Adão Gomes Gonçalves
Advogado:Carlos Luiz Pacagnan (B 107), Carlos Luiz Pacagnan Júnior (OAB/RO 6718)
DESPACHO:
(folhas 104/108): Manifeste-se a exequente sobre a petição apresentada pelo executado, que deverá promover a juntada da contribuição devida à OAB/RO.Por seu turno, a exequente deverá apresentar o cálculo atualizado do débito.Int.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.Silvio Viana Juiz de Direito
Luzia Lopes Castelan

Diretora de Cartório

5ª VARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) dias
Citação de: JOSE APARECIDO DA SILVA, brasileiro, inscrito no CPF n. 690.799.782-72, atualmente em lugar incerto.
Processo: 7009584-12.2016.8.22.0005
Classe: Monitória
Requerente: Mourão Pneus Ltda Me
Advogado: Geovane Campos Martins OAB RO 7019
Requerido: José Aparecido da Silva
Valor da Causa: R$ 1.324,47
FINALIDADE: Citação do requerido JOSE APARECIDO DA SILVA, para PAGAR, no prazo de 15 (quinze) dias, a importância de R$ 1.324,47 (um mil, trezentos e vinte e quatro reais e quarenta e sete centavos), mais atualização e honorários advocatícios, em espécie, no importe de 5% (cinco por cento), advertindo-o de que poderá no mesmo prazo OPOR EMBARGOS que suspenderão a eficácia do MANDADO inicial até o julgamento em 1º grau. Fica o Requerido, ainda, cientificado de que, cumprindo a determinação, ou seja, efetuando o devido pagamento, ficará isento do pagamento das custas processuais.
ADVERTÊNCIA: Os embargos independem de prévia segurança do Juízo. Na ausência de embargos ou de pagamento constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo e prosseguindo-se na forma de execução.
Sede do Juízo: Fórum Desembargador Hugo Auller - Avenida Ji-Paraná, 615 – Bairro Urupá – Ji-Paraná/Rondônia - CEP: 76.900-261-Fone: (069) 3421-1337 ou 3421-1399 - Ramal 216 - site: www.tjro.jus.br.
Ji-Paraná-RO, 18 de janeiro de 2017.
Ligiane Zigiotto Bender
Juíza de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias
CITAÇÃO DE: ADÃO DE OLIVEIRA DA SILVA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 631.431.512-34, atualmente em lugar incerto.
Processo: 7002273-67.2016.8.22.0005
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Exequente: MOURAO PNEUS LTDA - ME
Procurador: GEOVANE C. MARTINS OAB RO 7019
Executado: ADAO DE OLIVEIRA DA SILVA
Valor da Causa: R$ 14.107,73
FINALIDADE: Citação do(a)(s) executado(a)(s), para que PAGUE no prazo de 03 (três) dias, contados da dilação do prazo do Edital, a importância cobrada do valor da ação, ou seja, R$ 14.107,73 (Quatorze mil, cento e sete reais e setenta e três centavos), mais atualização, em espécie. Ficando ADVERTIDA, que não efetuando o pagamento no prazo assinado acima, ser-lhe-ão PENHORADOS E/OU ARRESTADOS tantos bens quantos bastem para garantia da dívida, CIENTE AINDA que poderá OPOR-SE, querendo, EMBARGOS DO DEVEDOR, INDEPENDENTEMENTE DE PENHORA.
RESUMO DA INICIAL: O executado contratou créditos do exequente, referente às duplicatasnº 005599/02 no valor de R$ 1.652,00 (Um mil, seiscentos e
cinquenta e dois reais); Duplicata nº 005599/03 no valor de R$ 1.652,00 (Um mil, seiscentos e cinquenta e dois reais); Duplicata nº 005599/04 no valor de R$ 1.652,00 (Um mil, seiscentos e cinquenta e dois reais); Duplicata nº 005644/02 no valor de R$ 1.652,00 (Um mil, seiscentos e cinquenta e dois reais); Duplicata nº 005644/03 no valor de R$ 1.652,00 (Um mil, seiscentos e cinquenta e dois reais); Duplicata nº 005644/04 no valor de R$ 1.652,00 (Um mil, seiscentos e cinquenta e dois reais), cujo valor atualizado até 12/3/2016 montava R$ 14.107,73.

ADVERTÊNCIA: Havendo ou não penhora, o prazo para EMBARGAR será de 15 (quinze) dias, contados da dilação do prazo Edital.
Sede do Juízo: Sede do Juízo: Fórum Desembargador Hugo Auller - Av. Ji-Paraná, 615, CEP: 76.900-261 - Fone: (069) 3421-1337 ou 3421-1399 - Ramal 216 - site: www.tjro.jus.br.
Ji-Paraná-RO, 24 de janeiro de 2017.
Ligiane Zigiotto Bender
Juíza de Direito
(assinado digitalmente)
data: 24/1/2017
caracteres: 2152
valor: R$ 39,60

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) dias
Citação de: RONALDO SOARES DA SILVA, brasileiro, do comercio, portador da Carteira Identidade sob nº 03442810994 DETRAN/RO e do CPF 330.838.168-04, atualmente em lugar incerto.
Processo: 7007764-55.2016.8.22.0005
Classe: Monitória
Requerente: Crefijipa Factoring Asses Financeira Fomento Merc Ltda - Me
Advogado: Lurival A. Ercolin-OAB/RO 064-B
Requerido: Ronaldo Soares da Silva
Valor da Causa: R$ 4.910.41
FINALIDADE: Citação do requerido RONALDO SOARES DA SILVA, para PAGAR, no prazo de 15 (quinze) dias, a importância de R$ 4.910,41 (quatro mil, novecentos e dez reais e quarenta e um centavos), mais atualização e honorários advocatícios, em espécie, no importe de 5% (cinco por cento), advertindo-o de que poderá no mesmo prazo OPOR EMBARGOS que suspenderão a eficácia do MANDADO inicial até o julgamento em 1º grau. Fica o Requerido, ainda, cientificado de que, cumprindo a determinação, ou seja, efetuando o devido pagamento, ficará isento do pagamento das custas processuais.
ADVERTÊNCIA: Os embargos independem de prévia segurança do Juízo. Na ausência de embargos ou de pagamento constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo e prosseguindo-se na forma de execução.
Ji-Paraná-RO, 18 de janeiro de 2017.
Ligiane Zigiotto Bender
Juíza de Direito
(assinado digitalmente)
DATA: 18/1/2017
CARACTERES: 1624
TOTAL: 29,88

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias
CITAÇÃO DE: SIDNEY JOSÉ KRAUSE, portador do RG n. 99.887-461.493-5 SSP/RO e inscrito no CPF n. 617.073.252-00, atualmente em lugar incerto.
Processo: 7003957-27.2016.8.22.0005
Classe: Execução de título extrajudicial
Exequente: Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda
Advogado: Edson Cesar Calixto Junior OAB RO 3.897
Executado: Sidney José Krause
Valor da ação: R$ 1.296,53 (atualizado até 26/10/2016)
FINALIDADE: Citação do(a)(s) executado(a)(s), para que PAGUE no prazo de 03 (três) dias, contados da dilação do prazo do Edital, a importância cobrada do valor da ação, ou seja, R$ 1.296,53 (mil, duzentos e noventa e seis reais e cinquenta e três centavos), mais atualização, em espécie. Ficando ADVERTIDA, que não efetuando o pagamento no prazo assinado acima, ser-lhe-ão PENHORADOS E/OU ARRESTADOS tantos bens quantos bastem para garantia da dívida, CIENTE AINDA que poderá OPOR-SE, querendo, EMBARGOS DO DEVEDOR, INDEPENDENTEMENTE DE PENHORA.
RESUMO DA INICIAL: A exequente é credora do executado da importância liquida, certa e exigível de R$ 959,10, representada pelas duplicatas nº 20114611/1, 20262611/1, 20114611/2, 20262611/2, 20114611/3, cujo valor atualizado até 26/10/2016 monta R$ 1.296,53.
ADVERTÊNCIA: Havendo ou não penhora, o prazo para EMBARGAR será de 15 (quinze) dias, contados da dilação do prazo Edital.
Sede do Juízo: Sede do Juízo: Fórum Desembargador Hugo Auller - Av. Ji-Paraná, 615, CEP: 76.900-261 - Fone: (069) 3421-1337 ou 3421-1399 - Ramal 216 - site: www.tjro.jus.br.
Ji-Paraná-RO, 29 de novembro de 2016.
Marcos Alberto Oldakowski
Juiz de Direito
(assinado digitalmente)
rfgb

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Juíz: Valdecir Ramos de Souza
Diretora de Cartório: Evanilda Aparecida Pereira
00031685020168220005
Órgão emitente: Primeira Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná - RO
Data: 7 de fevereiro de 2017.
Juiz: Valdecir Ramos de Souza
Proc.: 0003168-50.2016.8.22.0005
Ação Penal
A: Justiça Pública
R. Claudiney Mendes Gusman e outro.
Adv.: DÉCIO BARBOSDA MACHADO (OAB/RO 5.415)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado acima mencionado para, no prazo legal, manifestar-se acerca da fase do art. 422 do Código de Processo Penal.
Mário Dilso Corilaço
Escrivão Substituto
Sugestões e reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via Internet, nos seguintes endereços eletrônicos:
Cartório: jip1criminal@tjro.gov.br
Juiz: valdecir@tjro.gov.br
Diretora de Cartório: evanilda@tjro.gov.br
Evanilda Aparecida Pereira
Diretora de Cartório

SEGUNDA ENTRÂNCIA

COMARCA DE ARIQUEMES

1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE ARIQUEMES - PROJUDI
Proc: 1000498-02.2014.8.22.0002 Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Delegado de Policia Civil(Autor)
Elias Luiz Moulais(Réu com processo suspenso), Paulo Sergio de Sa Ribeiro(Réu com processo suspenso), José Aparecido Gonçalves de Moraes(Extinta a Punibilidade), José Carlos Corrêa(Extinta a Punibilidade)
Advogado(s): Isabel Moreira dos Santos(OAB 4171 RO), Sandra Islene de Assis(OAB 5256 RO)Sandra Islene de Assis(OAB 5256 RO)
Delegado de Policia Civil(Autor)
Elias Luiz Moulais(Réu com processo suspenso), Paulo Sergio de Sa Ribeiro(Réu com processo suspenso), José Aparecido Gonçalves de Moraes(Extinta a Punibilidade), José Carlos Corrêa(Extinta a Punibilidade)
Advogado(s): Isabel Moreira dos Santos(OAB 4171 RO),Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei))
FINALIDADE:
Notificar e intimar o acusado Paulo Sérgio de Sá Ribeiro, na pessoa de sua advogada acima mencionada, para ciência da DECISÃO proferida no evento 25 dos autos, abaixo transcrita.
DECISÃO:
"Ante as razões expostas e a concordância do Ministério Público, ACOLHO a justificativa apresentada pelo(a) autor(a) do fato e autorizo o prosseguimento do feito.
A fim de propiciar o cumprimento integral das condições impostas por ocasião da SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO, autorizo o prosseguimento conforme as condições impostas por ocasião da Audiência de Instrução.
Intime-se o(a) autor(a) do fato por intermédio de sua advogada para tomar conhecimento do deferimento de seu pedido, bem como, para cumprir adequadamente as obrigações assumidas, pena de revogação do benefício e prosseguimento do feito.
Prossiga-se.
Ariquemes RO; 16 de dezembro de 2016".

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0004525-74.2016.8.22.0002
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia.
Denunciado:Teder Eder Alves Balbino
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 05 DIAS
Vara: 1ª Vara Criminal
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUÍZO OU CONTATE-NOS VIA INTERNET
End. eletrônico: aqs1criminal@tj.ro.gov.br
Juiz: Dr. Alex Balmant
Diretora de Cartório: Aleksandra Aparecida Gaienski
Autos n. 0004525-74.2016.22.0002
Classe: Ação Penal
Réu: Teder Eder Alves Balbino.
Advogados: Dr. WELERSON CLEITO FIGUEIRA OAB/AC 2009, militante nesta Comarca.
FINALIDADE: INTIMAR o advogado acima, do DESPACHO de seguinte teor: "1) Analisados os argumentos defensivos e verificado inexistir motivos para absolvição sumária neste momento, nos termos do artigo 410 Código de Processo Penal, designo audiência de instrução para o dia 16/03/2017, às 09:00 hs. 2) Intimem-se o advogado para regularização processual.3) Indefiro o pedido de proteção policial à testemunha de Defesa, eis que não consta nos autos documentos que comprovem eventuais ameaças. 4) Quanto ao pleito de prisão preventiva, denota-se que eventual delito informado na peça da Defesa (fls. 152/154), não é de competência deste juízo e deverá ser postulado em procedimento próprio. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Ariquemes-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017. Alex Balmant Juiz de Direito".
Ariquemes-RO, 07 de Fevereiro de 2017..
Aleksandra Aparecida Gaienski
Diretora de Cartório
Aleksandra Aparecida Gaienski

Escrivã Judicial

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal
2º Cartório Criminal
Juiza: Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Diretora de Cartório: Caroline da Silva Modesto
E-mail:aqs2criminal@tjro.jus.br

Proc.: 0008288-41.2016.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Denunciado:Ronildo Costa
Advogados: Telson Monteiro de Souza - OAB/RO 1051; Pedro Wanderley dos Santos - OAB/RO1461; Júlio Cley Monteiro Resende OAB/RO 1349
FINALIDADE: Alegações finais
Fica o denunciado, por via de seus procuradores, intimado a apresentar alegações finais por memoriais, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme DESPACHO de fl 216, sob pena de julgamento do feito no estado em que se encontra.

EDITAL DE INTIMAÇÃO:
Proc.: 1000428-77.2017.8.22.0002
Ação:Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Autor:Delegado de Polícia.
Advogado:Delegado de Polícia. (RO 99999)
Requerente: Gabriely Eduarda da Silva Oliveira, residente na Rua Campo Mourçao, n. 2762, Jardim Paraná, nesta Comarca.
Réu: Bruno Borges Ferreira, residente no mesmo endereço acima mencionado. Telefone 3535-4312.
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DECISÃO
Vistos.
GABRIELY EDUARDA DA SILVA OLIVEIRA, qualificada nos autos, requer a
fixação de medidas protetivas ao argumento de que teme por sua integridade física, moral e psicológica, sendo que compareceu perante a autoridade policial de janeiro de 2017, declarando que seu companheiro BRUNO BORGES FERREIRA, lhe agrediu fisicamente com socos e tapas.
Pedido referente ao Boletim de Ocorrência Policial n. 11999/2017.
Não consta no pedido a manifestação da requerente quanto à

representação criminal. Ao final a requerente pretende que lhe seja concedida as medidas protetivas determinando que seu ex-companheiro seja afastado e proibido de qualquer aproximação da requerente pela distância mínima a ser fixada e proibido de manter contato com ela.
Relatei. Decido.
O artigo 33 da Lei 11.340/2006 dispõe: "Enquanto não estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as varas criminais acumularão as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher [...]". A rigor, consoante dispõe o art. 7º da lei n. 11.340/2006, constituem formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; [...]V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.Vale registrar também que, nos crimes cometidos no âmbito familiar, já que comumente ocorrem sem a presença de testemunhas, a palavra da vítima tem especial relevância. Deveras, em crimes de violência doméstica a palavra da vítima deve ser considerada como de maior peso diante do modo e do meio em que se desenvolvem os fatos, em regra, distante de testemunhas. Diante ao exposto, nos termos do art. 18, I; art. 19 e art. 22 todos da Lei n. 11.340/2006, evidenciada, em Juízo de cognição sumária, a prática de violência doméstica e familiar contra indícios de materialidade e autoria e, para salvaguardar a integridade física da ofendida, fixo medidas protetivas, PELO PRAZO DE 06 (SEIS) MESES, nos seguintes termos: 1- Determino que o requerido BRUNO BORGES FERREIRA fique proibido de se aproximar da ofendida no limite mínimo de 200(duzentos) metros de distância, ou aindamanter contato com a mesma por qualquer meio de comunicação; 2- Não poderá o Requerido frequentar lugares que a ofendida tenha que necessariamente frequentar, tais como: trabalho, escola e outros, a fim de que a integridade física e psicológica da mesma seja preservada. Registro que os elementos que instruíram o presente pedido não são suficientes para apreciar os pedidos de restrição e suspensão de visistas aos dependentes menores e fixação de alimentos, eis que não vieram aos autos prova documental de que o casal tenha filhos e que a requerente necessite de alimentos para sobreviver, porquanto, por ora, indefiro tais pedidos. Intime-se o infrator, cientificando-o de que o não cumprimento às medidas acima poderá ensejar a decretação da prisão preventiva, bem como a requisição de força policial para que se cumpra, a qual desde já fica autorizada. Notifique-se a ofendida (art. 21, Lei 11.340/2006). Cumpra-se. Após a efetiva intimação do requerido determino o arquivamento destes autos, entretanto, vindo informação de descumprimento da medida no prazo acima mencionado, voltem os autos conclusos.
Dê-se vistas ao Ministério Público para o que entender pertinente.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO,
DEVENDO O OFICIAL DE JUSTIÇA CUMPRIR O MANDADO NO PRAZO DE RÉU
PRESO (10 DIAS).
Ariquemes-RO, quarta-feira, 25 de janeiro de 2017.
Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes,
Juíza de Direito
Caroline da Silva Modesto
Diretora de Cartório

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Juíza Titular: Drª Márcia Cristina Rodrigues Masioli
Diretora de Cartório: Cintia Vecchi de Carvalho Ferreira
E.mail: aqs1jecivel@tjro.jus.br
Proc: 1002925-40.2012.8.22.0002 Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
André Roberto Vieira Soares(Requerente)
Advogado(s): André Roberto Vieira Soares(OAB 4452 RO)
CLARI ANTONIO FORTUNA(Requerido)
Advogado(s): Douglas Carvalho dos Santos(OAB 4069 RO)
FINALIDADE: Intimar o requerente, na pessoa de seu advogado, a dar andamento no feito, manifestando-se no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender direito, ante a juntada do MANDADO.
Proc: 1001488-90.2014.8.22.0002 Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Raimundo Siqueira Gomes(Requerente)
Débora Dias Gonzales(Requerido)
Advogado(s): Levi Gustavo Alves de Freitas(OAB 4634 RO)
FINALIDADE: Intimar a requerida, na pessoa de seu advogado, da SENTENÇA a seguir transcrita.
SENTENÇA: "DECISÃO em atraso devido ao acúmulo involuntário de trabalho ocasionado especialmente pelo período eleitoral e pelo recesso forense. Trata-se de Cumprimento de SENTENÇA. No curso do processo a parte autora requereu a efetivação de penhora on line. Após a realização da constrição judicial, a requerida insurgiu-se sob o argumento de que a penhora é incorreta ou inválida porque recaiu sobre a conta poupança da parte requerida, em afronta ao art. 833, X do CPC e da Jurisprudência atual. Face à penhora incorreta, a requerida pugnou pela liberação/restituição do valor penhorado em seu favor. A parte autora foi intimada para se manifestar e limitou-se a dizer que não concordava com a impugnação, sem nada comprovar ou alegar. Em sua impugnação, a parte requerida tomou o cuidado de alegar e comprovar que o valor da penhora on line de fato recaiu sobre crédito existente em sua conta poupança de nº 00028010-3, agência 1831, operação 013 junto à Caixa Econômica Federal (evento 107). Com efeito, os documentos juntados demonstram que no dia 28/09/2016, a requerida sofreu um bloqueio on line no importe de R$ 293,05 em sua conta da Caixa Econômica Federal. Por ocasião do bloqueio via BACENJUD (evento 104), não havia informações de que se tratava de uma conta poupança. Por isso, o valor foi devidamente restringido. Por ocasião da impugnação, a requerida comprovou se tratar de conta poupança. Como o artigo 488, X do CPC dispõe que são impenhoráveis: ( ) X a quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos , urge concluir que no caso em tela, o crédito penhorado em conta é impenhorável. Dessa forma, urge seja liberado/restituído o valor em favor da parte que suportou a penhora. Pelo exposto, julgo PROCEDENTE a impugnação apresentada pela requerida e determino a imediata liberação do valor retido a título de penhora BACEN JUD em seu favor, mediante indicação de dados bancários nestes autos a fim de possibilitar a imediata transferência do valor. Como no bojo da impugnação já constam os dados bancários da parte requerida, DETERMINO que o Cartório expeça ofício para imediata transferência do valor para a conta poupança que sofreu a restrição via BACENJUD. Quanto ao prosseguimento do feito, para fins de satisfação do crédito descrito nos autos, com fulcro nos arts. 774, V do CPC, determino a intimação do(a) executado(a) para indicar quais são e onde estão seus bens passíveis de penhora no prazo de 10 (dez) dias, pena de incorrer em multa de até 20% sobre o valor atualizado da dívida, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material, multa esta que se reverterá em proveito do credor, exigível na própria execução. Publique-se. Registre-se. Intimem-se." Ariquemes RO; 9 de Janeiro de 2017. (a) Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais -
Juíza de Direito

Proc: 1001143-27.2014.8.22.0002 Ação:Execução de Título Extrajudicial
CAMARGO & DA COSTA LTDA. - ME(Exequente)
Advogado(s): MÁRCIO JOSÉ SOARES (OAB 64361 PR)
Catiane Pereira Chaves(Executado)
FINALIDADE: Intimar o exequente, na pessoa de seu advogado, a se manifestar nos autos no prazo de 05 (cinco) dias, ante a juntada da Precatória e da proposta de acordo da executada, requerendo o que entender direito.

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
Comarca de Ariquemes/RO
Sugestões ou Reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet-endereço Eletrônico:
e-mail: aqs1civel@tj.ro.gov.br
Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz
Juíza de Direito
Márcia Kanazawa
Escrivã pro tempore

Proc.: 0007766-90.2015.8.22.0002
Ação:Imissão na Posse
Requerente:Caroline Ferraz
Advogado:Levy Carvalho Ferraz. (OAB/RO 1901)
Requerido:Edilsérgio Oliveira de Sousa, Leila Cristina dos Santos
Advogado:Corina Fernandes Pereira. (OAB/RO 2074)
SENTENÇA:
Vistos e examinados.As partes entabularam acordo extrajudicial, conforme noticiado através da petição de fls. 589/591, postulando por sua homologação e consequente extinção do feito, medida que se impõe.O recurso de Agravo de Instrumento de n. 0800119-17.2015.8.22.0000, ainda pendente de julgamento, resta prejudicado com a homologação do presente acordo.Posto isso, HOMOLOGO o acordo entabulado entre as partes, conforme petição de fls. 589/591, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos e, via de conseqüência, declaro extinta a ação, nos termos do artigo art. 487, inciso III, alínea 'b', do Novo Código de Processo Civil. Sem custas, nos termos do art. 8º, inciso III, da Lei Estadual de Custas Forenses n. 3.896/2016. Honorários incabíveis, face a ausência de sucumbência.Ante a preclusão lógica (art. 1.000, NCPC), a presente DECISÃO transita em julgado nesta data. Oficie-se ao 1º DEJUCÍVEL, referente ao recurso de Agravo de Instrumento de n. 0800119-17.2015.8.22.0000, informando acerca da homologação do presente acordo, o que torna prejudicado o julgamento do mesmo.P. R. I. Observadas as formalidades legais, arquivem-se com as baixas devidas.Ariquemes-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0016765-66.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:A. S.
Advogado:Denis Augusto Monteiro Lopes. (OAB/RO 2433), Mario Lacerda Neto (RO 7448)
Requerido:E. R. S. C.
Advogado:Belmiro Rogério Duarte Bermudes Neto (RO 5.890)
SENTENÇA:
Vistos.ALICE SOARES, representada por sua genitora Elisabete Rocha Soares, ajuizou a presente ação de investigação de paternidade post mortem em face de EDUARDA RAFAELA SANTOS COZER, aduzindo ser fruto de um relacionamento entre sua genitora e Eder de Souza Cozer, falecido em 12/11/2006, requerendo o reconhecimento da paternidade em desfavor de sua única sucessora. Postulou pela procedência do pedido.A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 08/13.Citada a requerida na pessoa de sua representante Izaura Santos Vieira (fl. 29), acostando contestação rechaçando a tese inicial, aduzindo ser remota a possivilidade da autora ser filha do de cujus porque nasceu em 10/04/2007, aproximadamente 5 meses após o falecimento dele. Enfatizou ser necessário a realização da pericia de DNA com vistas a comprovar a paternidade alegada. Postulou pela improcedência da ação. Juntou os documentos de fl. 38/40. Réplica à fl. 41/42. Documentos acostados à fl. 44/45.DESPACHO saneador à fl. 50.Audiência de instrução à fl. 58/59 e 63/65.À fl. 79/82 foi realizada a exumação do corpo de Eder de Souza Cozer nos autos n. 0007186-60.2015.8.22.0002 em trâmite na 4ª Vara Cível de Ariquemes para realização do exame de DNA de outro suposto filho do falecido e também da autora desta ação.À fl. 89/95 veio aos autos o laudo pericial conclusivo de que Eder de Souza Cozer é o pai biológico de Alice Soares, filha de Elisabete Rocha Soares.Alegações finais das partes à fl. 97/98.Parecer Ministerial acostado às fls. 99/101, opinando pelo reconhecimento da paternidade imputada ao falecido, pai da requerida, face o resultado do exame de DNA.Após, vieram os autos conclusos.É o relatório. Decido.O feito há que ser julgado no estado em que se encontra, haja vista a realização da prova pericial de DNA.A paternidade não pode ser presumida, devendo restar robustamente demonstrada nos autos. Neste passo, foi realizado exame pericial genético (DNA), que conforme laudo de fls. 89/95, apresentou resultado conclusivo e positivo para a paternidade atribuída ao falecido Eder de Souza Cozer, pai da requerida, apontando-o como genitor da autora, não havendo impugnação das partes quanto ao seu resultado. É cediço que a confiabilidade do meio de prova é também inquestionável, uma vez que o exame de DNA hoje como meio de prova do vínculo de filiação apresenta-se como o mais eficiente, mesmo nas hipóteses de reconstrução do DNA de pessoa falecida. Assim, torna-se despicienda a produção de outras provas, sendo eficiente para a formação do convencimento do juízo a prova pericial produzida nos autos, que ante o resultado positivo apontado, impõe a procedência do pedido de investigação de paternidade.Posto isso e por tudo mais que dos autos consta, julgo procedente o pedido inicial e declaro extinto o feito, com resolução de MÉRITO, nos termos do art. 487, I do CPC, para declarar EDER DE SOUZA COZER pai biológico de ALICE SOARES, que passará a se chamar ALICE SOARES COZER.Sem custas e honorários ante a concessão das benesses da justiça gratuita à parte requerida que defiro neste momento.SERVE O PRESENTE DE MANDADO DE AVERBAÇÃO AO 1º CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DE ARIQUEMES/RO, para que proceda a averbação da paternidade no assento de nascimento de n. 65.256, fls. 206, Livro A-165, da infante ALICE SOARES, que passará a chamar-se ALICE SOARES COZER" devendo constar o nome do pai, EDER DE SOUZA COZER", natural de Ariquemes/RO, e dos avós paternos: Elias Jorge Cozer e Railda de Souza Cozer. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Após o trânsito em julgado e observadas as formalidades legais, arquivem-se. Ariquemes-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0012700-91.2015.8.22.0002
Ação:Monitória
Requerente:O. F. Polo e Cia Ltda. Clínicas Masterplástica Monte Sinai
Advogado:Flávia Lúcia Pacheco Bezerra. (OAB/RO 2093)
Requerido:Jaqueline dos Santos
Advogado:Advogado Não Informado ( )
SENTENÇA:
Vistos e examinados. O. F. POLO E CIA LTDA propôs a presente ação monitória em face de JAQUELINE DOS SANTOS, dizendo-se credora da importância atualizada de R$113,37 representada pelo cheque acostado às fls. 12. Expedido MANDADO monitório, para

que a requerida o cumprisse ou oferecesse embargos, sob pena de constituição, de pleno direito, do título executivo judicial, não se obteve êxito na citação pessoal, sendo a requerida citada pela via editalícia, deixando transcorrer in albis o prazo para defesa, sendo-lhe nomeado curador que apresentou embargos monitórios por negativa geral às fls. 35/36 É o relatório. Decido. O processo deve ser decidido no estado em que se encontra, sendo dispensáveis maiores dilações probatórias, vez que os documentos acostados aos autos são suficientes para o deslinde da questão. No MÉRITO, a defesa limitou-se à impugnação genérica, ineficiente para afastar a obrigação da parte requerida, que restou plenamente demonstrada através do título de crédito acostado às fls. 12, emitido por Jaqueline dos Santos, portanto, hábil para comprovar a obrigação assumida, sendo de rigor a constituição, de pleno direito, do título executivo judicial. Relativamente à atualização da dívida tenho que a correção monetária tem por escopo a reposição das perdas que a moeda sofre ao longo do tempo e considerando que o não pagamento do cheque prescrito na data oportuna de seu vencimento constitui ato ilícito, a correção monetária é devida a partir do vencimento da dívida, quando ocorreu o efetivo prejuízo (súmula 43 STJ). Já os juros moratórios são devidos pelo retardamento injustificado e culposo do devedor e devem incidir a partir da citação, segundo o disposto no art. 405 do Código Civil. Posto isso, JULGO IMPROCEDENTES os presentes embargos monitórios e constituo de pleno direito o título executivo judicial, condenando JAQUELINE DOS SANTOS a pagar à O. F. POLO E CIA LTDA a importância nominal de R$ 56,00 (cinquenta e seis reais), acrescidos de juros legais de 1% ao mês a partir da citação e correção monetária desde o vencimento da obrigação, e, por conseqüência, declaro encerrada a fase de conhecimento, com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso I, do NCPC. Atenta ao princípio da sucumbência condeno a embargante/requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios ao patrono da embargada/autora, que fixo em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º, do Novo Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, intime-se a parte autora para que promova o cumprimento de SENTENÇA via PJE. Ariquemes-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0001375-27.2012.8.22.0002
Ação:Alienação Judicial de Bens
Requerente:Ágatha Alencar Teixeira, Brena Caroline Langner Teixeira dos Santos
Advogado:Corina Fernandes Pereira. (OAB/RO 2074)
Requerido:Trícia Lopes Rocha, Leonardo Emanuel Rocha Teixeira
Advogado:Juliana Maia Ratti (RO 3280), José Assis dos Santos. (OAB/RO 2591), Juliana Maia Ratti (RO 3280)
DESPACHO:
Vistos.1- Ante a necessidade de realização de imagens fotográficas do imóvel objeto de alienação por iniciativa particular, ficam as partes intimadas, na pessoa de seus patronos, de que devem permitir o livre acesso ao interior do imóvel ao representante da Imobiliária Casa Nossa, nomeada pelo juízo para a realização da alienação do bem, que foi agendada para o dia 16/02/2017, às 16:00 horas.2- Sem prejuízo, ficam os autos suspensos até o dia 16/09/2017, conforme DECISÃO de fls. 311.Ariquemes-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0000889-37.2015.8.22.0002
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente:Hugo Silva Fachiano
Advogado:Lindolfo Cardoso Lopes Junior (OAB/RO 4974)
Requerido:Liga dos Camponeses Pobres. Lcp, Veronilson Roseira Cabral
Advogado:Lenir Correia Coelho (OAB/RO 2424)
DESPACHO:
Vistos 1 - Intime-se o Ministério Público acerca da presente ação. 2 - Sem prejuízo, intime-se o Procurador do INCRA para manifestar se há interesse deste órgão no feito, com vistas à análise do pedido de deslocamento da ação para a Justiça Federal. Ariquemes-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0002128-76.2015.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ilda Pereira de Jesus
Advogado:Nicolau Nunes de Mayo Junior (OAB/RO 2629)
Requerido:Banco Bradesco S/a Matriz Sp
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
DESPACHO:
Vistos 1 - À vista da proposta do perito nomeado por este juízo, intime-se o Estado de Rondônia para efetuar o pagamento dos honorários periciais no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), no prazo de 15 dias, sob pena de sequestro, notadamente porque a prova foi requerido pelo Ministério Público e a parte autora é beneficiária da Justiça Gratuita. 2 - Sem prejuízo, intime-se a parte requerida para acostar o original do contrato firmado com a autora, em 5 dias, sob pena de dar causa à não realização da pericia. Ariquemes-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017. Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0002653-58.2015.8.22.0002
Ação:Inventário
Inventariante:Juraci Miranda Pereira
Advogado:Adeusair Ferreira dos Anjos. (OAB/RO 3780)
Inventariado:Gervásio Ramos da Silva. Espólio
DESPACHO:
Vistos.1- Intime-se a inventariante para que apresente, em 15 dias, os seguintes documentos:- certidão de nascimento/casamento do herdeiro Juvelino Ander Pereira da Silva;- certidões negativas de débitos em nome do falecido emitidas perante as Fazendas Nacional, Estadual, Municipal e Receita Federal;- certidões negativas de débitos referentes aos imóveis rurais emitidas perante a Receita Federal;- CCIR dos imóveis rurais;- declaração do ITCD com o respectivo comprovante de pagamento ou isenção, a ser obtida no sítio eletrônico na internet - www.sefin.ro.gov.br - PORTAL DO CONTRIBUINTE - ITCD, segundo a nova redação dada ao art. 19 e 23 da Lei Estadual n. 959/00, alterada pelo Decreto Estadual n. 15.474/10.2- Esclarecer acerca da possibilidade de apresentação de plano de partilha amigável, haja vista a ausência de contestação pelos herdeiros citados. 3- Quanto à suposta herdeira Jéssica Santos Angelo, verifico que não há nos autos efetiva prova de seu parentesco com o de cujus e a consequente demonstração de sua qualidade de herdeira. Considerando, ainda, que nem todos os herdeiros estão representados neste feito, tenho que o reconhecimento da existência de vínculo de filiação/paternidade entre o de cujus e Jéssica neste feito é incabível, por se tratar de matéria de alta complexidade e deve ser objeto de ação própria, com direito a contraditório e instrução probatória.4- Assim, fica a inventariante intimada a no mesmo prazo apresentar últimas declarações com exclusão de Jéssica como herdeira e apresentar eventual plano de partilha. Ariquemes-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0013398-97.2015.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Luizinho de Souza
Advogado:Silvana Ferreira (OAB/RO 6695)
Requerido:Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda, Cometa Center Car Veículos Ltda
Advogado:Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB/MG 63.440), Patricia Jorge da Cunha Viana Dantas (OAB/MT 8014)
DECISÃO:
Vistos 1 - Dou por prejudicada a irresignação da requerida Volkswagen de fl. 327/331 porque este juízo, no DESPACHO

saneador, não determinou sua intimação para pagar honorários periciais. 2 - Rejeito o pleito de fl. 333/335, quanto à manifestação sobre o pagamento dos honorários periciais; a uma porque a prova pericial foi requerida exclusivamente por si; a duas porque não houve recurso do DESPACHO saneador que impôs a obrigação de efetuar o pagamento dos honorários da prova. 3 - Intime-se a requerida Cometa Center Car para efetuar o depósito da diferença dos honorários periciais, no prazo de 5 dias. 4 - Defiro a expedição de alvará de levantamento de 50% dos honorários periciais depositados a favor do perito. 5 - Aguarde-se a juntada do laudo e manifestação das partes. Ariquemes-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito
Márcia Kanazawa
Escrivã

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493,endereço eletrônico: www.tjro.jus.br, e-mail: aqs1civel@tjro.jus.br; aqs1cível@hotmail.com
EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO
MODO PRESENCIAL
Processo n.: 7000020-18.2016.8.22.0002
Assunto: [Cédula de Crédito Bancário]
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ARIQUEMES LTDA - CREDISIS CREDIARI
Advogados do(a) EXEQUENTE: WILLIAM ALVES JACINTHO RODRIGUES - RO3272, VALDOMIRO JACINTHO RODRIGUES - RO2368
EXECUTADO: SIDNEI CLOVIS DO NASCIMENTO
Pelo presente, faz saber a todos os interessados, que será(ão) levado(s) à LEILÃO os bens penhorados na seguinte forma:
BEM(NS): Lote Urbano 12, Quadra 09, Bloco "A", Setor 03, situado na cidade de Ariquemes-RO, com área de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), com os limites e confrontações seguintes: FRENTE: Alameda Rio de Janeiro, com 15,00 m; FUNDOS: Rua de Veículos, com 15,00 m; LATERAL DIREITA: Lote 10, com 30,00 m; LATERAL ESQUERDA: Lote 14, com 30,00 m. O imóvel situa-se no lado par, esquina da Alameda Rio de Janeiro com Estacionamento. Imóvel este, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ariquemes, sob a Matrícula n° 5.175 de 14 de Março de 1988.
Avaliação (31/08/2016): R$ 380.000,00 (Trezentos e oitenta mil reais);
*Avaliação sujeita a atualização até a data da alienação por índice oficial de apuração da correção monetária.
VALOR DA DÍVIDA atualizado em 26/09/2016: R$43.578,47
DEPOSITÁRIO: SIDNEI CLOVIS DO NASCIMENTO - CPF: 203.590.392-00
PRIMEIRO LEILÃO: dia 20 de março de 2017, a partir das 09:00 horas,
SEGUNDO LEILÃO: dia 30 de março de 2017, a partir das 09:00 horas, pelo maior lanço oferecido, exceto o preço vil (inferior a 60% do valor da avaliação), seja no 1º ou 2º leilão.
LOCAL: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto, Avenida Tancredo Neves, nº. 2.606, Ariquemes/RO.
OBS.: Será considerado preço vil, para ambas as datas designadas, o lance inferior a 60% do valor de avaliação do bem (art. 891, parágrafo único, NCPC).
CONDIÇÕES DA ARREMATAÇÃO/FORMAS DE PAGAMENTO: A arrematação será feita pela melhor oferta, mediante pagamento à vista (art. 892 do NCPC/2015) ou em caso de imóveis, o pagamento poderá ser parcelado, mediante apresentação de proposta por escrito, conforme art. 895 do NCPC/2015, sendo que o arrematante deverá pagar 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por hipoteca do próprio bem. As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo.
INTIMAÇÃO: Ficam desde logo intimados os EXECUTADOS e seus respectivos cônjuges se casados forem, das datas acima, se porventura não for encontrado para intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889 do Novo Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no artigo 826 do Novo Código de Processo Civil/2015. E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia.
Eu,_____, CARLOS MICHEL DA CONCEICAO ALBUQUERQUE, Técnico Judiciário subscrevo.
Ariquemes-RO, 23 de janeiro de 2017.
Maria de Fátima Sousa Costa Fernandes
Diretora de Cartório – Assinatura Digital
Caracteres: 3600
Preço por caractere: 0,01547
Total: R$ 55,69
DivLit 7004127-08.2016.8.22.0002

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia – Ariquemes – 1ª Vara Cível
Sede do Juízo: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto – Av. Tancredo Neves, 2606, Cep: 76.872.854, Ariquemes-RO, endereço eletrônico: www.tjro.jus.br, e-mail: aqs1civel@tjro.jus.br, Fone: 3535-2493, 535-2093, Fax: (069) 3535-2493.
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) dias
De: ROSELEINE LAURENTINO DA SILVA, solteira, do lar, nascida na Capital do Estado de São Paulo, aos 29/06/1976, filha de Miguel Laurentino e Valdeci Aparecida Sartori Laurentino., atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citação, nos termos da ação, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 15 dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344, NCPC).
PRAZO PARA CONTESTAR: 15 (quinze) dias.
ADVERTÊNCIA: EM CASO DE REVELIA SER-LHE-Á NOMEADO CURADOR ESPECIAL.
Processo n.: 7004127-08.2016.8.22.0002
Assunto: [Dissolução]
Classe: FAMÍLIA- DIVÓRCIO LITIGIOSO (99)
REQUERENTE: JOSE ROSA DAMASCENO SILVA
REQUERIDO: ROSELEINE LAURENTINO SILVA
Eu,_____, CARLOS MICHEL DA CONCEICAO ALBUQUERQUE, Técnico Judiciário subscrevo e a Diretora de Cartório Substituta da 1ª Vara Cível assina por determinação judicial.
Ariquemes-RO, 17 de janeiro de 2017.
Maria de Fátima S. C. Fernandes
Diretora de Cartório Substituta – Assinatura Digital

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493,endereço eletrônico: www.tjro.jus.br, e-mail: aqs1civel@tjro.jus.br; aqs1cível@hotmail.com
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) dias
De: FRANCINEIRE SARAIVA MENDES - CPF: 661.416.212-87, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAÇÃO DO EXECUTADO, abaixo relacionado, para no prazo de 03 (três) dias, pagar a dívida com os juros e encargos, ou opor embargos em quinze (15) dias, independentemente

de penhora, depósito ou caução. No mesmo prazo (15 dias), se reconhecer o crédito do exequente, o executado poderá requerer, desde que pago 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. A verba honorária fixada em 10% sobre o valor do débito, caso haja pronto pagamento, será reduzida pela metade.
ADVERTÊNCIA: EM CASO DE REVELIA SER-LHE-Á NOMEADO CURADOR ESPECIAL.
Processo n.: 7002855-76.2016.8.22.0002
Assunto: [Duplicata]
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: T. PAGLIARI E PAGLIARI LTDA - EPP
Advogados do(a) EXEQUENTE: LARISSA BISSOLI DA SILVA - RO7208, RODRIGO DALLAGASSA GONTIJO DE OLIVEIRA - RO5724, AMANDA BRAZ GOMES PETERLE - RO5238
EXECUTADO: FRANCINEIRE SARAIVA MENDES
Valor do Débito: R$ 3.138,63
Eu,_____, CARLOS MICHEL DA CONCEICAO ALBUQUERQUE, Técnico Judiciário subscrevo e a Diretora de Cartório Substituta da 1ª Vara Cível assina por determinação judicial.
Ariquemes-RO, 1 de fevereiro de 2017.
Maria de Fátima Sousa Costa Fernandes
Diretora de Cartório Substituta– Assinatura Digital
Caracteres: 1522
Preço por caractere: 0,01547
Total: R$ 23,55

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia – Ariquemes – 1ª Vara Cível
Sede do Juízo: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto – Av. Tancredo Neves, 2606, Cep: 76.872.854, Ariquemes-RO, endereço eletrônico: www.tjro.jus.br, e-mail: aqs1civel@tjro.jus.br, Fone: 3535-2493, 535-2093, Fax: (069) 3535-2493.
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) dias
De: REGINALDO FERREIRA - CPF: 711.252.482-20, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citar a parte ré nos termos da presente ação para que, no prazo de 15 dias, satisfaça a obrigação no prazo supracitado, ficando isento de custas, subsistindo, entretanto, dever de pagar 5% do valor da dívida a título de honorários advocatícios (art. 701, do NCPC). Para o caso de não cumprimento, fixo honorários em 10% (dez por cento) do valor da dívida. Fica o réu ciente, ainda, que no prazo de 15 (quinze) dias úteis, poderá oferecer embargos que suspenderá a eficácia do MANDADO inicial, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, independentemente de qualquer formalidade, “constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial”, convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo (art. 701 § 2 NCPC).
ADVERTÊNCIA: EM CASO DE REVELIA SER-LHE-Á NOMEADO CURADOR ESPECIAL.
Processo n.: 7003549-79.2015.8.22.0002
Assunto: [Cheque]
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: BARBIERI E ALMEIDA LTDA - ME
Advogado do(a) AUTOR: RAFAEL SILVA COIMBRA - RO5311
RÉU: RAQUEL CRISTIANE KELM NOGUEIRA, REGINALDO FERREIRA
Valor do Débito: R$ 10.699,84
Eu,_____, CARLOS MICHEL DA CONCEICAO ALBUQUERQUE, Técnico Judiciário subscrevo e a Diretora de Cartório Substituta da 1ª Vara Cível assina por determinação judicial.
Ariquemes-RO, 24 de janeiro de 2017.
Maria de Fátima Sousa Costa Fernandes
Diretora de Cartório Substituta – Assinatura Digital
Caracteres: 1951
Preço por caractere: 0,01547
Total: R$ 30,18

2ª VARA CÍVEL

Juiza de Direito Drª Elisangela Nogueira
Sugestões e reclamações façam-nas pessoalmente a Diretora de Cartório Vânia de Oliveira ou via internet através do e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0013474-92.2013.8.22.0002
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Antônio Micalsehshen
Advogado:Débora Aparecida Marques (RO 4988)
Requerido:Luís Cláudio Gerhardt Steglich, Gilson Barbosa
Advogado:Luís Cláudio Gerhardt Steglich (RS 59.579), Pedro Pereira de Oliveira (RO 3191)
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso.

Proc.: 0009093-41.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Emec Engenharia e Construção Ltda
Advogado:Corina Fernandes Pereira. (OAB/RO 2074)
Requerido:Terceira Câmara de Mediação Conciliação e Arbitragem S.s Ltda, Organização Contábil e Administração Sulenorte Ltda
Advogado:Edamari de Souza (RO 4616), Eriney Sidemar de Oliveira Lucena (RO 1849)
FINALIDADE:
Fica a parte autora intimada, por via de seu Advogado(a), no prazo de 15 (quinze) dias, a se manifestar sobre o Laudo Pericial Complementar.

Proc.: 0013087-09.2015.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Corina Fernandes Pereira.
Advogado:Corina Fernandes Pereira. (OAB/RO 2074)
Requerido:Telefônica Brasil S.a Filial Pvh
Advogado:Alan Arais Lopes. (RO 1787)
FINALIDADE:
Fica a parte autora, por via de seu(s) advogado(s), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a guia de depósito judicial.

Proc.: 0014034-34.2013.8.22.0002
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Conselho Regional de Farmácia do Estado de Rondônia
Advogado:Silvana Laura de Souza Andrade. (RO 4080)
Executado:Comércio de Medicamentos M. J. Ltda
Advogado:Valdecir Batista (OAB/RO 4271)
FINALIDADE:
Fica a parte executada, por via de seu(s) advogado(s), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre petição de fl. 83 - participação ou não do programa de recuperação de créditos fiscais.

Proc.: 0015145-53.2013.8.22.0002
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Rildo Sobreira de Oliveira Ltda. Sobreira Móveis
Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)
Executado:Neide Mario Souza
FINALIDADE:
Fica a parte autora, por via de seu(s) advogado(s), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre oficio de fl. 56/59, informações portal do CNIS.

Proc.: 0014884-88.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Rildo Sobreira de Oliveira Ltda. Sobreira Móveis
Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)

Executado:Anézio Pereira Dutra
Advogado:Advogado Não Informado ( )
FINALIDADE::
Fica a parte autora, por via de seu(s) advogado(s), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre oficio de fl. 39/41, informação negativa portal do CNIS.

Proc.: 0014886-58.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Lap Top Informática e Tecnologia Ltda - Me
Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)
Executado:Joaquim Neto da Silva
Advogado:Advogado Não Informado ( )
FINALIDADE:
Fica a parte autora, por via de seu(s) advogado(s), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre oficio de fl. 80/84, informação positiva portal do CNIS.

Proc.: 0014876-14.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Rildo Sobreira de Oliveira Ltda. Sobreira Móveis
Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)
Executado:Marta Augusta Rocha
FINALIDADE:
Fica a parte autora, por via de seu(s) advogado(s), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre oficio de fl. 51/54, informação negativa portal do CNIS.

Proc.: 0014302-88.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Luíza Batista
Advogado:Alex Souza de Moraes Sarkis. (OAB/RO 1423), Natália da Rocha Prado (OAB/RO 5715)
Requerido:Banco B.m.g. Matriz São Paulo
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques. (MG 76.696)
FINALIDADE:
Fica a parte autora, por via de seu(s) advogado(s), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre o comprovante de pagamento da dívida, fls. 116/120.

Proc.: 0003832-95.2013.8.22.0002
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Central Motos Comércio de Motos e Peças Ltda
Advogado:Dênio Franco Silva (OAB/RO 4212)
Executado:Simara Camargo Pereira
Advogado:Advogado Não Informado ( ), Vanessa dos Santos Lima (5329)
FINALIDADE:
Fica a parte autora, por via de seu(s) advogado(s), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre proposta de acordo, fls. 100/106.

Proc.: 0004232-46.2012.8.22.0002
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Levi Gustavo Alves de Freitas
Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)
Requerido:Vicente Dias da Silva
Advogado:Advogado Não Informado ( )
FINALIDADE:
Fica a parte autora, por via de seu(s) advogado(s), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre oficio de fl. 86/90, informação positiva do PORTAL do CNIS.

Proc.: 0010412-78.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Arli Antonio Schneider
Advogado:Isabel Moreira dos Santos (RO 4171), Sandra Islene de Assis (OAB/RO 5256)
Litisconsorte Passiv:F. C. Comercio de Medicamentos e Perfumaria Ltda E.p.p., Wania Alves Salvador, Maringá Center Comércio de Turbinas Ltda, Joanides Aparecido Martins, Tokio Marine Seguradora S.a
Advogado:Agda Maria da Cunha (OAB/MT 7233), Denis Augusto Monteiro Lopes. (OAB/RO 2433), Marco Roberto Costa Macedo (OAB 16021)
FINALIDADE:
Fica a parte autora, por via de seu(s) advogado(s), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre oficio do juízo deprecado de fl. 434/436 - diligência negativa.

Proc.: 0005901-32.2015.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:E. C. M. de Souza. Me
Advogado:Belmiro Rogério Duarte Bermudes Neto (RO 5.890)
Executado:Izanete Alves da Silva
FINALIDADE:
Fica a parte autora, por via de seu(s) advogado(s), no prazo de 10 dias, intimada para promover a citação da executada, sob pena de extinção do feito por ausência de pressuposto processual. (DESPACHO fl.39)

Proc.: 0003782-35.2014.8.22.0002
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Rildo Sobreira de Oliveira Ltda. Sobreira Móveis
Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)
Executado:Cosme Conceição Neves
FINALIDADE:
Fica a parte autora, por via de seu(s) advogado(s), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a informação de vínculo empregatício de fls. 55/58.

Proc.: 0003892-68.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Tigrão Comércio de Veículos Ltda
Advogado:Rafael Burg (OAB/RO 4304), Natália da Rocha Prado (OAB/RO 5715)
Executado:Marcionilio Souza Lopes
Advogado:Advogado Não Informado ( )
FINALIDADE:
Fica a parte autora, por via de seu(s) advogado(s), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre oficio de fls. 166/167 - informa saldo atual na conta.

Proc.: 0013226-29.2013.8.22.0002
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Caleb Gonçalves de Oliveira
Advogado:Thiago Gonçalves dos Santos (OAB/RO 5471)
Requerido:Banco Santander S.a Matriz São Paulo
Advogado:Wilson Sales Belchior (OAB/RO 6484)
FINALIDADE:
Fica a parte autora, por via de seu(s) advogado(s), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a comprovação de pagamento, fls. 258/261.

Proc.: 0005985-33.2015.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Joveni de Jesus da Silva
Advogado:Débora Aparecida Marques (RO 4988)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
FINALIDADE:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a trazer aos autos cópia do documento de identidade e CPF, conforme solicitado às fls. 95.

Proc.: 0009605-56.2015.8.22.0001
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente:Claudinei Razini
Advogado:Valdenira Freitas Neves de Souza (OAB/RO 1983)

Requerido:Estado de Rondônia
DECISÃO:
Vistos etc.Trata-se de ação de reinteração de posse c/c perdas e danos proposta por CLAUDINEI RAZINI em face do ESTADO DE RONDÔNIA, na qual, na época os autos foram distribuídos perante o Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho/RO, ocasião em que o magistrado titular, na época, declinou competência em favor do Juízo de Ariquemes/RO, sob fundamento de que o Distrito Judiciário de Alto Paraíso (local onde está situado o imóvel objeto destes autos) está sob a jurisdição desta comarca. Recebido os autos, fora determinada a citação do requerido, o qual apresentou contestação e em preliminar alegou incompetência absoluta do Juízo de Ariquemes/RO.À fl. 51 constou ofício expedido pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental na qual foi informado que o imóvel em litígio está localizado no município de Porto Velho/RO.Importa consignar que analisando os argumentos do requerido para sustentar a incompetência absoluta deste Juízo, verifica-se que foi mencionado que anteriormente o autor já havia proposto ação idêntica a esta (Proc. 000926-35.2013.8.22.0002), cuja ação tramitou por esta vara, sendo na oportunidade declinada a competência para uma das Varas da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho/RO.Desta feita, considerando que o presente feito versa sobre o mesmo pedido, e em razão da notícia da SEDAM de que a localização do imóvel objeto destes autos encontra-se sob a jurisdição de Porto Velho/RO, entendo que é o caso de remessa destes autos àquela comarca.Assim, considerando que o artigo 47 do CPC/2015 determina que no caso de ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro de situação da coisa, a ação deverá necessariamente ser processada na comarca em que está situado o bem imóvel.Sobre o tema o Superior Tribunal de Justiça decidiu:A competência para as ações fundadas em direito real sobre bem imóvel (CPC, art. 95 in fine) é absoluta e, portanto, inderrogável, de modo a incidir o princípio do fórum rei sitae, tornando-se inaplicável o princípio da perpetuatio jurisdictioneis. (REsp 885557/CE, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 11.12.2007, Dje 03.03.2008 LEXSTJ vol. 224, p. 179). Ante o exposto, suscito conflito negativo de competência, nos termos do artigo 66, inciso II, c/c artigo 951, caput, ambos do Código de Processo Civil, e determino a remessa dos autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com as nossas homenagens.Intimem-se.VIAS DESTA SERVIRÃO DE CARTA, MANDADO e OFÍCIO.Ariquemes-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz Substituto

Proc.: 0005621-61.2015.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:O. F. Polo e Cia Ltda. Clínicas Masterplástica Monte Sinai
Advogado:Flávia Lúcia Pacheco Bezerra. (OAB/RO 2093)
Requerido:S.d.i. Industria e Comércio de Madeiras Eireli. Me
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso, face a certidão de fls. 26-v.

Proc.: 0012528-23.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Antônio Hilário Santos Neto
Advogado:Juraci Aparecida Valente da Silva (RO 156-B)
Requerido:Município de Ariquemes
FINALIDADE:
Fica a parte autora, por via de seu(s) advogado(s), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão de fl. 143-v, notícia de falecimento do autor.

Proc.: 0005273-43.2015.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Unidas Sociedade de Educação e Cultura Ltda. Faema e Centro Educacional Fênix
Advogado:Caroline Ferraz (OAB/RO 5438)
Executado:Raimundo Nonato Pereira dos Santos
FINALIDADE:
Fica a parte autora, por via de seu(s) advogado(s), no prazo de 05 dias, intimada a apresentar cálculos e requerer o que de direito.

Proc.: 0002494-18.2015.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Poliana Rodrigues Dutra
Advogado:Thiago Gonçalves dos Santos (OAB/RO 5471)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado de Rondônia ( )
DJ 13 - Lauda 54569
DESPACHO:
Em substituição ao perito nomeado à f. 564, nomeio a Médica Infectologista MAIARA CRISTINA FERREIRA SOARES, matrícula n. 300131493 que poderá ser encontrada no Hospital Cemetron, em Porto Velho/RO, para realizar a perícia indireta nos autos, nos termos da DECISÃO saneadora de fls. 564/565.Intime-se as partes para dizerem, no prazo de 5(cinco) dias, se concordam com o perito nomeado. Em caso positivo ou quedando-se inertes as partes, intime-se a perita, nos termos da DECISÃO saneadora de fls. 564/565.No mais, cumpra-se a DECISÃO saneadora de fls. 564/565.Expeça-se o necessário.SERVE A PRESENTE DE CARTA/MANDADO /OFICIO/CARTA PRECATÓRIA.Ariquemes-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0004991-05.2015.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda
Advogado:Andréia Alves dos Santos. (OAB/RO 4878)
Executado:Barraluz Materias Eletricos e Serviços Ltda
DECISÃO:
Trata-se de Embargos à Execução opostos por BARRALUZ MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS LTDA, em face da DISTRIBUIDORA DE AUTOPEÇAS RONDOBRÁS LTDA, partes qualificadas nos autos, em razão de execução movida por esta última. Os embargos foram opostos por curador especial. Em síntese, sustenta o embargante não comprovação da veracidade das assinaturas constantes nos aceites das duplicatas de fls. 31, 32, 36, 37 e 39 e falta de comprovação da entrega e recebimento das mercadorias das duplicatas de fls. 27, 30, 31, 32, 33, 37 e 38. O embargado apresentou manifestação (fls. 73/76).É o breve relatório, DECIDO.A negativa geral é descabida em sede de embargos, pois o título executivo já emana uma força que não reclama novas provas. Destarte, de forma genérica, impugna o embargante a matéria posta.Os autos de execução encontram-se formalmente em ordem. Os documentos juntados pelo exequente são suficientes para embasar a ação. O embargante assinou as duplicatas, e não alegou vícios que sejam capazes de macular o título.Da análise dos autos, não há que se falar em ausência de prova quanto a entrega das mercadorias haja vista que as duplicadas acostadas aos autos (fls. 26/39) foram devidamente assinadas no campo aceite. Além disso, nota-se que o endereço constantes nos referidos títulos (Avenida Marechal Candido Rondon, n. 2328, Setor 01, Monte Negro/RO) é o mesmo daquele constante no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (fl. 48), presumindo-se, portanto, pela efetiva entrega das mercadorias no endereço indicado.Desta feita, necessário se faz constar que o autor aportou aos autos prova suficiente para demonstrar o direito perseguido ao passo que a requerida não se desincumbiu do ônus probatório que lhe competia no sentido de trazer prova suficiente a demonstrar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, nos termos do que preconiza o artigo 373, inciso II, do CPC.Sobre o tema oportuno citarmos os seguintes julgados:APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO MONITÓRIA - PRESCRIÇÃO INOCORRENTE - ARTIGOS 206, § 3º E 2028 DO CÓDIGO CIVIL - NOTA FISCAL - DOCUMENTO HÁBIL A APARELHAR A MONITÓRIA -ÔNUS DA PROVA DA EMBARGANTE SOBRE

A NÃO ENTREGA DAS MERCADORIAS - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA - APELO IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME. - A regra de distribuição do ônus da prova, prevista no artigo 333 do Código de Processo Civil, deverá ser observada em sede de embargos monitórios, de modo que caberá ao embargante a prova de fato extintivo, modificativo ou impeditivo do direito alegado pelo autor da ação monitória. - Não tendo o embargante se desincumbido do seu ônus de desmerecer a prova escrita do crédito do autor/embargado, devem ser julgados improcedentes os embargos monitórios. (TJ-SE - APELAÇÃO CÍVEL: AC 2007205287 SE. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Julgamento: 18 de junho de 2007. Relator: Des. Roberto Eugenio Da Fonseca Porto). Sem grifos no originalNão há que se falar em falta de fundamentação, visto que o MM Juízo a quo expôs da forma clara a fundamentação da r. SENTENÇA. AUSÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA - Não há que se falar em cerceamento de defesa, seja pela pedido genérico de sua produção, seja pela ausência de impugnação da DECISÃO que não deferiu a produção de prova. APELAÇÃO – EMBARGOS À EXECUÇÃO - DUPLICATAS MERCANTIS – ACEITE PRESUMIDO - Na duplicata a obrigação pode estar comprovada pela assinatura do devedor ou de seu preposto, lançada no canhoto de entrega de mercadorias ou de recebimento do serviço. Neste caso, mesmo sem aceitar o título, o sacado obriga-se pelo valor expresso na duplicata. É o chamado aceite presumido – APLICABILIDADE DA TEORIA DA APARÊNCIA - O embargante, ora apelante, limitou-se a aduzir que a pessoa que recebeu as mercadorias não tinha poderes para tanto, mas em nenhum momento alegou não ter recebido as mercadorias ou informou quem tivesse poderes para tanto. RECURSO DESPROVIDO.TJ-SP - Apelação: APL 00013759420138260288 SP. Órgão Julgador: 22ª Câmara de Direito Privado. Publicação: 08/08/2015. Julgamento: 30 de Julho de 2015. Relator: Roberto Mac Cracken).Sem grifos no originalDiante de tal contexto, considerando que a embargante não trouxe nenhum fato modificativo da presunção de liquidez e exequibilidade do título, este mostra-se hígido para os fins a ele cominados. Com efeito, REJEITO os embargos ora analisados.Intimem-se, devendo a exequente dar prosseguimento ao feito no prazo de cinco dias. Se não houver manifestação, arquive-se.VIAS DESTA SERVIRÃO DE MANDADO / CARTA.Ariquemes-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz Substituto

Proc.: 0009288-89.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Lucio Buenos de Mattos
Advogado:Corina Fernandes Pereira. (OAB/RO 2074)
Requerido:Valent Motors Comércio Varejista de Motos Ltda, Moto Traxx da Amazonia Ltda, Center Norte Moto Peças Ltda Me. Moto Mil
Advogado:Denis Augusto Monteiro Lopes. (OAB/RO 2433), Ozéias Dias de Amorim (RO 4194)
DESPACHO:
Intimem-se os requeridos Valent Motors Comércio Varejista de Motos Ltda e Center Norte Moto Peças Ltda ME (Moto Mil), por seus advogados constituídos nos autos, para comprovarem, no prazo de 5 (cinco) dias, o depósito judicial dos honorários periciais, no valor de suas cotas partes, isto é, R$736,66 (setecentos e trinta e seis reais e sessenta e seis centavos), nos termos da DECISÃO saneadora de fls. 227/228.Com a comprovação dos depósitos nos autos, intime-se o perito nomeado para designar nova data para a realização da perícia.Ariquemes-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0122518-90.2006.8.22.0002
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Ariquemes
Advogado:Márcio Juliano Borges Costa (OAB/RO 2347)
Executado:Ilda da Conceição Salvático
DESPACHO:
Considerando que a matéria em questão (prescrição de dívida de ressarcimento ao erário baseado em título do Tribunal de Contas) encontra-se em julgamento pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal por ter sido reconhecida a repercussão geral no RE 636.886/AL e, considerando a DECISÃO proferida em 29/09/2016 em que determinou a suspensão de todos os processos atinentes a essa matéria até o julgamento pelo Plenário, suspendo o feito pelo prazo de 180 dias, se antes não vier DECISÃO do Supremo Tribunal Federal.Intime-se.SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA/OFICIO. Ariquemes-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0002991-66.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Denise Marcia da Silva Andrade, Nei Amaral de Andrade
Advogado:Wilson Marcelo Minini de Castro (4769), Viviane Andressa Moreira. (RO 5.525), Wilson Marcelo Minini de Castro (4769)
Requerido:Construtora e Empreendedora Vanvera Ltda, Prefeitura do Município de Ariquemes
Advogado:Arlindo Frare Neto (OAB/RO 3811)
DESPACHO:
1. Compulsando aos autos, verifica-se que às fls. 503/540 constou o laudo pericial de demais documentos encartados pelo perito nomeado.2. Intimadas as partes para manifestarem quanto a perícia realizada, a parte autora requereu esclarecimentos quanto os pontos indicados na petição de fls. 543/544.3. Desta feita, visando atender as FINALIDADE s da prova pericial, determino a intimação do perito nomeado para, no prazo de 15 dias, apresentar laudo complementar esclarecendo os questionamentos dos autores.4. Com a juntada deste, intimem-se as partes para, no prazo de 15 dias manifestarem o que entenderem por direito.5. Outrossim, considerando que, por ora, há necessidade da apresentação da complementação do laudo pericial, defiro a expedição de alvará judicial para levantamento da quantia correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos honorários periciais em favor do perito, devendo o restante ser liberado somente após realizados todos os esclarecimentos requisitados pelo juízo.7. Após, retornem os autos conclusos.8. Intimem-se.9. Expeça-se o necessário.VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO / CARTA/ OFÍCIO / ALVARÁ JUDICIAL.Ariquemes-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz Substituto

Proc.: 0000054-83.2014.8.22.0002
Ação:Desapropriação
Requerente:Canaã Geração de Energia Sa Antiga Mega Energia e Investimentos e Participações S.a
Advogado:Richard Campanari (OAB/RO 2889), Erika Camargo Gerhardt (RO 1911), Luiz Felipe da Silva Andrade (OAB/RO 6175)
Requerido:Sebastião Sampaio Cavalcante
DESPACHO:
A autora ao se manifestar pela primeira vez sobre o laudo pericial de fls. 177/211, requereu sua complementação apontando os quesitos que, segundo ela, necessitavam ser esclarecidos (fls. 215/223). Deferido o pedido, o perito judicial apresentou complementação ao laudo esclarecendo todos os pontos questionados pela autora, consoante fls. 225/230.Intimada acerca da complementação do laudo, a autora novamente impugnou à perícia judicial, notadamente quanto ao valor atribuído ao imóvel, objeto da desapropriação. No caso, vê-se que a irresignação da autora somente será sanada por meio de contraprova pericial. Nestas circunstâncias, faculto à parte autora a oportunidade de requerer nova perícia como contraprova, no prazo de 5 (cinco) dias, mas observando o firme posicionamento de que os honorários do novo perito serão custeados exclusivamente pela autora, sem prejuízo do pagamento do profissional que já apresentou seus trabalhos no feito (laudo pericial de fls. 177/211).Se inerte a autora, tornem conclusos para SENTENÇA, observando que neste caso desistiu da nomeação de novo engenheiro, precluindo a possibilidade de futuro requerimento desta natureza.Ariquemes-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017. Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Ficam os advogados abaixo relacionados, no prazo de 03 (dias) dias, intimados a devolverem os processos que se encontram em carga além do prazo, sob pena de busca, apreensão e não permissão de vista fora do cartório até encerramento do processo, podendo incorrer em multa correspondente à metade do salário-mínimo. Tudo conforme o disciplinado no art. 234, $ 2º, do CPC 98 das Diretrizes Gerais Judiciais. Obs.: Caso os processos tenham sido devolvidos, favor desconsiderar a intimação.
Dr DENNIS LIMA BATISTA GURGEL DO AMARAL – OAB/RO 7633
PROCESSOS:
0012225-14.2010.8.22.0002
0011402-69.2012.8.22.0002
0005924-80.2012.8.22.0002
0003757-27.2011.8.22.0002
Dr. FABIANO FERREIRA DA SILVA – OAB/RO 388-B
PROCESSOS:
0007326-94.2015.8.22.0002
Dr. NELSON BARBOSA – OAB/RO 2529
PROCESSOS:
0002331-77.2011.8.22.0002
DR. GILBERTO SILVA BONFIM – OAB/RO 1727
PROCESSOS:
0110293-38.2006.8.22.0002
0014546-85.2011.8.22.0002
0000663-66.2014.8.22.0002
Dr. FABIANO REGES – OAB/RO 4806
PROCESSOS:
0005180-51.2013.8.22.0002
Dr. ALEX SANDRO LONGO PIMENTA-OAB/RO 4075.
PROCESSOS:
0012619-50.2012.8.22.0002
Dr. RODRIGO H. MEZABARBA – OAB/RO 3771
PROCESSOS:
0018210-22.2014.8.22.0002
Dr. THALES M. RODRIGUES – OAB/RO 4995
PROCESSOS:
0014903-31.2012.8.22.0002
0037583-25.2003.8.22.0002
Dr. LEVI GUSTAVO ALVES DE FREITAS – OAB/RO 4634
PROCESSOS:
0007020-28.2015.8.22.0002
0012608-16.2015.8.22.0002
0013902-06.2015.8.22.0002
0008232-84.2015.8.22.0002
0010352-37.2014.8.22.0002
Dr. RAFAEL COIMBRA – OAB/RO 5311
PROCESSOS:
0008455-37.2015.8.22.0002
Dr.ª CORINA FERNANDES PEREIRA – OAB/RO 2074
PROCESSOS:
0000226-06.2006.8.22.0002
Dr. MARCELO ANTÔNIO GERON - OAB/RO 1842
PROCESSOS:
0000494-50.2012.8.22.0002
Dr. JOSÉ ASSIS DOS SANTOS – OAB/RO 2591
PROCESSOS:
0009375-11.2015.8.22.0002
0005397-94.2013.8.22.0002
0008958-97.2011.8.22.0002
Dr. RAFAEL BURG – OAB/RO 4304
PROCESSOS:
0004811-57.2013.8.22.0002
0006123-68.2013.8.22.0002
0004018-84.2014.8.22.0002
0017459-06.2012.8.22.0002
DRª. RAFAELA PAMMY FERNANDES SILVEIRA – AOB/RO 933
PROCESSOS:
0016468-93.2013.8.22.0002
Dr. ELIEL SANTOS GONÇALVES – OAB/RO 6569
PROCESSOS:
0013282-33.2011.8.22.0002
Dr. EDSON LUIZ RIBEIRO BISSOLI – OAB/RO 6464
PROCESSOS:
0001449-76.2015.8.22.0002
Dr. ROMILDO FERNANDES – OAB/RO 4416
PROCESSOS:
0015098-79.2013.8.22.0002
Dr. FABIANO R. FERNANDES – OAB/RO
PROCESSOS:
0009706-61.2013.8.22.0002
Dr. EDAMARI DE SOUZA – OAB/RO
PROCESSOS:
0001988-42.2015.8.22.0002
Drª. EVANETE REVAY – OAB/RO
PROCESSOS:
0010841-40.2015.8.22.0002
Dr. KARINE GUERREIRO DE PAULA RODRIGUES – OAB/RO 3140
PROCESSOS:
0014706-08.2014.8.22.0002
Dr. CLOVES GOMES DE SOUZA - OAB/RO 385-B
PROCESSOS:
0129617-48.2005.8.22.0002
Dr. ALUISIO GONÇALVES S. JR.– OAB/RO 4727.
PROCESSOS:
0018866-76.2014.8.22.0002
Ariquemes - RO, 07 de fevereiro de 2017.
VÂNIA DE OLIVEIRA
Diretora de Cartório
Vânia de Oliveira

Diretora de Cartório

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível

Proc.: 0010643-37.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Município de Ariquemes
Advogado:Michel Eugenio Madella (OAB/RO 3390)
Requerido:Hélia Santana Amorim, Marinez Alves Alt, Daniela Santana Amorim, Helma Santana Amorim., Ernan Santana Amorim
Advogado:Advogado Não Informado ( ), Helma Santana Amorim. (OAB/RO 1631), Eliel Santos Gonçalves (RO 6569)
DESPACHO:
MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, propôs a presente ação de cobrança em face de HÉLIA SANTANA AMORIM e MARINEZ ALVES ALT. Alegam que as Requeridas foram condenadas, em acórdão proferido pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, a ressarcir para ao Autor, respectivamente, os valores de R$ 2.591,16 (Dois mil, quinhentos e noventa e um reais e dezesseis centavos) e R$ 15.653,41 (quinze mil, seiscentos e cinquenta e três reais e quarenta e um centavos). Aduz que, na análise de contas prestadas pela Câmara Municipal deste Município no exercício de 1991, o Tribunal de Contas constatou que as Requeridas teriam recebido, indevidamente, remunerações e verbas de representação, razão pela qual foram condenadas ao ressarcimento ao erário. Juntou documentos com a inicial (fls. 03/52).Na certidão negativa do oficial de justiça acostou-se a informação de que a Marinez Alvez Alt não foi localizada, e que Hélia Santana Amorim faleceu (fls. 55).O Município requereu a habilitação dos herdeiros de Hélia Santana Amorim para figurar no polo passivo (fls. 56), o que foi

deferido (fls. 57). Por conseguinte realizou-se a citação dos herdeiros de Hélia Santana Amorim (fls. 61).Inúmeras diligências foram realizadas na tentativa de citação da ré Marinez Alves Alt, todas infrutíferas, razão pela qual foi realizada sua citação por edital (fls.138). Decorrido o prazo do edital sem manifestação da ré, foi nomeado a Defensoria Pública para figurar na qualidade de Curador Especial da ré Marinez Alvez Alt (fls. 136).Os herdeiros de Hélia Santana Amorim apresentaram contestação alegando, em preliminar a ilegitimidade passiva dos herdeiros, ofensa ao devido processo legal no âmbito do procedimento junto ao Tribunal de Contas, noticiando que não foram as Rés notificadas a respeito das decisões do Tribunal de Contas. Ainda em preliminar, arguiu-se a prescrição da pretensão de ressarcimento ao erário. No MÉRITO contestaram a natureza da dívida, a aplicabilidade da imprescritibilidade da dívida, a intransmissibilidade da pena em razão do óbito da ré, a responsabilidade dos herdeiros nos casos em que o falecido não deixou bens a inventariar, bem como a inexistência do dever de pagar honorários de sucumbência aos procuradores municipais. Por fim, requereram o julgamento improcedente da ação. Com a contestação, juntaram documentos (fls. 62/124).A Defensoria Pública, na qualidade de curador especial da ré Marinez Alves Alt, apresentou contestação alegando em sede de preliminar a prescrição na ação de cobrança e a nulidade da citação por edital. No MÉRITO apresentou negativa geral aos fatos (fls. 140/146).O Autor apresentou réplica (fls. 147/155 e 161)É a síntese necessáriaA ré Hélia Santana Amorim na contestação, em sede de preliminar, arguiu a ilegitimidade passiva dos herdeiros, ofensa ao devido processo legal no âmbito do procedimento junto ao Tribunal de Contas, noticiando que não foram as rés notificadas a respeito das decisões do Tribunal de Contas, bem como a prescrição da pretensão de ressarcimento ao erário.O Código Civil descreve no artigo 1.997 que a herança responde pelo pagamento das dívidas do falecido, e, uma vez já feita a partilha, os herdeiros responderão na proporção da parte que na herança lhe couber. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. COMPANHEIRO DA AUTORA QUE VEIO A ÓBITO POR ATROPELAMENTO. FALECIMENTO DO REQUERIDO E HOMOLOGAÇÃO DA PARTILHA DOS BENS ANTERIORES AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. RESPONSABILIDADE DOS HERDEIROS PELAS DÍVIDAS DO FALECIDO, CADA QUAL NA PROPORÇÃO DO SEU QUINHÃO. ARTIGO 1.997 DO CÓDIGO CIVIL DE 10.1.2002. ILEGITIMIDADE DO ESPÓLIO PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DA AÇÃO. PRELIMINAR ACOLHIDA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ARTIGO 267, INCISO VI, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO ADESIVO. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE É DEVIDA. OBEDIÊNCIA AOS PARÂMETROS DO ARTIGO 20, §§ 3º E 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 1. O espólio é parte ilegítima para figurar no polo passivo da ação se o falecimento do requerido e a homologação da partilha dos bens ocorreram antes do ajuizamento da ação de reparação de danos. Isso porque, após a partilha dos bens, os herdeiros são responsáveis pelas dívidas do falecido, cada qual na proporção do seu quinhão, nos termos do artigo 1.997 do Código Civil de 10.1.2002. 2. Os honorários advocatícios, nas ações em que não há condenação, devem ser arbitrados por equidade, levando-se em consideração, dentre outros fatores, a importância da causa, o trabalho desenvolvido pelo profissional e o tempo de realização dos serviços. (TJ-SC – AC: 93945 SC 2005.009394-5, Relator: Jânio Machado, Data de Julgamento: 24/11/2009, Câmara Especial Temporária de Direito Civil, Data de Publicação: Apelação cível n., de São Miguel do Oeste) Grifo nosso.Para o caso em tela, não há dúvidas quanto ao falecimento da parte ré, ante a certidão de óbito acostada às folhas 95, razão pela qual transfere-se aos herdeiros a obrigação em responder pela dívida contraída pela de cujus, dentro dos limites da herança, sendo legítima sua inclusão no polo da demanda, razão pela qual afasto a preliminar de ilegitimidade passiva.Quanto as demais matérias, não obstante a relevância de todos os argumentos vertidos, tanto pelo autor quanto pelos réus, entendo que se tratam de questões de MÉRITO, não sendo apropriada a análise nesta oportunidade.FIXO COMO PONTO CONTROVERTIDO a eventual nulidade do procedimento administrativo, em razão da ausência de notificação no procedimento administrativo que gerou o título cobrado.Intimem-se as partes para dizerem as provas que pretendem produzir, especificando e justificando sua necessidade, no prazo de 10 dias, observando-se a distribuição do ônus probatório previsto no art. 373 do CPC. Pratique-se o necessário.SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIAAriquemes-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.José de Oliveira Barros Filho Juiz Substituto

Proc.: 0010699-36.2015.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Lindalva da Silva Oliveira
Advogado:Kelly Renata de Jesus Damasceno (OAB/RO 5090)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
SENTENÇA:
.Isto posto e por tudo o mais que consta dos autos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, com fulcro nos artigos 487, inciso I, do Código de Processo Civil, c/c artigo 20 da Lei n. 8.742/93, por não ter sido comprovado a renda mensal per capita inferior a um quatro do salário-mínimo.Sem custas e honorários.P. R. I. C., e, após o trânsito em julgado, arquive-se, com as cautelas devidas. Ariquemes-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.José de Oliveira Barros Filho Juiz Substituto

Proc.: 0007430-91.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria do Socorro Felix de Sousa
Advogado:Nicolau Nunes de Mayo Junior (OAB/RO 2629)
Requerido:Banco Cruzeiro do Sul
Advogado:Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO E O 4.875A E 128.341)
DESPACHO:
Vistos.Certifique-se, a escrivania, sobre a existência de custas processuais finais.Em seguida, arquive-se.Cumpra-seSERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIAAriquemes-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.José de Oliveira Barros Filho Juiz Substituto

Proc.: 0000645-11.2015.8.22.0002
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Procuradoria da Dívida Ativa do Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado de Rondônia ( )
Executado:Emilson Lopes dos Santos
SENTENÇA:
Vistos, etc.Trata-se de execução fiscal, proposta pelo FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, em face de EMILSON LOPES DOS SANTOS ME, ambos qualificados nos autos.Em diligência junto ao BACENJUD foi satisfeita a dívida de forma integral, conforme bloqueio acostado às folhas 40.Desta feita, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, com arrimo no artigo 924, II, do Código de Processo Civil, ante a satisfação da obrigação executada. Sem custas processuais ou honorários advocatícios.Expeça-se o necessário para a liberação dos valores bloqueados, observando os valores referentes às custas processuais e honorários advocatícios, descritos às folhas 45/46.P.R.I. e, oportunamente, arquivem-se.Ariquemes-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017. José de Oliveira Barros Filho Juiz Substituto

Proc.: 0006176-83.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:F. H. Transportes Ltda
Advogado:José Assis dos Santos. (OAB/RO 2591)
Requerido:Banco Santander S.a Matriz São Paulo

Advogado:Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (RO 4.120), Celso Marcon. (OAB /RO 3.700)
DESPACHO:
Vistos.Com a implantação do novo Sistema de Acompanhamento Processual nesta comarca, na data de 21/10/2015, todas as novas demandas deverão ser protocoladas diretamente no PJe (Sistema Processual Judicial eletrônico), nos termos da Resolução 185/2013 do CNJ.Desta feita, proceda a escrivania com o desentranhamento da referida peça, procedendo a entrega ao advogado subscritor, o qual deverá, no prazo de 10 (dez) dias, providenciar o referido protocolo junto ao Sistema Pje.Após, nada mais pendente, arquive-se.SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIAAriquemes-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017. José de Oliveira Barros Filho Juiz de Direito

Proc.: 0004180-45.2015.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Adjudicante:Valdemir Garcia das Neves, Jonas Umbelino Cunha
Advogado:Marcelo Antônio Geron Ghellere. (OAB/RO 1842)
Adjudicado:José Adalberto Vilas Bôas
Advogado:Edamari de Souza (RO 4616)
DESPACHO:
Vistos.Considerando a petição de fl. 78, bem como que cabe ao magistrado tentar a qualquer tempo obter a conciliação entre as partes (CPC, art. 139, V), designo audiência de conciliação para o dia 07 de abril de 2017, às 08h30, a qual se realizará no CEJUSC Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Rua Fortaleza, Setor 03, n.º 2178 (ao lado da Auto Escola Nacional, próximo ao colégio Dinâmico).Intimem-se os procuradores que deverão comparecer a solenidade acompanhados de seus clientes, os quais não serão intimados pessoalmente (RT 471/191), salvo se forem patrocinados pela Defensoria Pública.Após, retornem-me os autos conclusos.SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIAAriquemes-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.José de Oliveira Barros Filho Juiz de Direito

Proc.: 0003509-90.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:M. R. Z.
Advogado:Luiz Eduardo Fogaça. (OAB/RO 876), José Carlos Fogaça. (OAB/RO 2960)
Executado:C. Z.
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
Vistos.Intime-se o exequente acerca do comprovante de pagamento juntado aos autos, devendo informar se houve quitação do débito neste ínterim e, não havendo, apresente o crédito atualizado discriminando meses e valores a que se referem.Prazo de 10 dias. Ariquemes-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.José de Oliveira Barros Filho Juiz de Direito

Proc.: 0010000-45.2015.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sebastião Roberto Teixeira Bastos
Advogado:Márcio Aparecido Miguel (RO 4961), Eunice de Oliveira Santos (RO 4801)
Requerido:Itaú Seguros de Autos e Residência Sa
Advogado:Carlos Antônio Harten Filho (OAB/PE 19.357)
DECISÃO:
Desta forma, conheço dos embargos, na forma do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, NEGANDO-LHES provimento.Intimem-se.Cumpra-se.SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIAAriquemes-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017. José de Oliveira Barros Filho Juiz de Direito
Pauliane Mezabarba

Diretor de Cartório

4ª VARA CÍVEL

COMARCA DE ARIQUEMES
4ª Vara Cível
Juiz de Direito: Edilson Neuhaus
Escrivã Judicial: Ivanilda Maria dos Santos
e-mail: aqs4civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0010793-52.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:CREDIARI Cooperativa de Crédito Rural de Ariquemes Ltda
Advogado:Valdomiro Jacintho Rodrigues (OAB/RO 2368), William Alves Jacintho Rodrigues (OAB/RO 3272)
Executado:Jet Náutica Comércio de Produtos e Equipamentos Náuticos Ltda, Carmelita Mendonça
Advogado:Advogado Não Informado ( ), Juliana Maia Ratti (RO 3280)
Venda Judicial:
Fica a exequente, por via de seu patrono, intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder o recolhimento das custas para publicação do Edital de Venda Judicial no sitio do TJRO, no valor de R$ 151,06 (cento e cinquenta e um reais e seis centavos), assim como providenciar a publicação do mesmo, nos termos do DESPACHO proferido nos autos, sob pena da não realização do ato.
Ivanilda Maria dos Santos
Diretora de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493 Processo nº: 7012058-62.2016.8.22.0002
Classe: FAMÍLIA- EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)
Protocolado em: 14/11/2016 11:04:03
EXEQUENTE: EMANUELLY RODRIGUES DOS SANTOS
EXECUTADO: JEAN FOLHA BRANCA DOS SANTOS
Vistos.
A autora, intimada a dar prosseguimento do feito, nada fez, o que demonstra sua falta de interesse no prosseguimento deste.
Em consequência, com fundamento no artigo 485, III, do Novo Código de Processo Civil, julgo extinto o feito, ante a ausência de interesse processual do autor.
Sem custas e honorários de advogado.
P. R. I. e, certificado o trânsito em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais
Ariquemes, 30 de janeiro de 2017
MUHAMMAD HIJAZI ZAGLOUT
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493,.
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 Dias
4ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes-RO
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet, endereço eletrônico
Juiz de Direito: Dr Edilson Neuhaus
Diretora de Cartório: Ivanilda Maria dos Santos
e-mail: aqs4civel@tjro.jus.br
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A) para no prazo de 05 (cinco) dias, pagar a respectiva dívida acrescida de juros, correção monetária e demais encargos ou no mesmo prazo, ofereça querendo, bens à PENHORA sob pena de lhe ser penhorado ou arrestado, bens suficientes que garantam a dívida.

EXECUTADO: ROBERTO MAGELA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n. 410.668.637-68, estando atualmente em lugar incerto e não sabido.
Processo n.: 7015173-91.2016.8.22.0002.
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116).
Assunto: [Multas e demais Sanções].
Exequente: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO.
Executado: ROBERTO MAGELA.
Valor da dívida: R$ 1.532,30 + acréscimos legais
Número da CDA: 20150205833677 Natureza da Dívida: Dívida tributária.
Obs. Não sendo contestada a ação, lhes será nomeado curador especial.
Ariquemes/RO, 03 de fevereiro de 2017.
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretora de Cartório
(Art. 62 das DGJ)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493,.
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 Dias
4ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes-RO
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet, endereço eletrônico
Juiz de Direito: Dr Edilson Neuhaus
Diretora de Cartório: Ivanilda Maria dos Santos
e-mail: aqs4civel@tjro.jus.br
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A) para no prazo de 05 (cinco) dias, pagar a respectiva dívida acrescida de juros, correção monetária e demais encargos ou no mesmo prazo, ofereça querendo, bens à PENHORA sob pena de lhe ser penhorado ou arrestado, bens suficientes que garantam a dívida.
EXECUTADO: JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA., brasileiro, inscrito no CPF sob o n. 308.149.019-72, estando atualmente em lugar incerto e não sabido.
Processo n.: 7013990-85.2016.8.22.0002.
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116).
Assunto: [Dívida Ativa].
Exequente: MUNICIPIO DE ARIQUEMES.
Executado: JOSE CARLOS DE OLIVEIRA.
Valor da dívida: R$ 856,46 + acréscimos legais
Número da CDA: 0297/2016 Natureza da Dívida: Dívida tributária.
Obs. Não sendo contestada a ação, lhes será nomeado curador especial.
Ariquemes/RO, 03 de fevereiro de 2017.
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretora de Cartório
(Art. 62 das DGJ)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493,.
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 Dias
4ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes-RO
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet, endereço eletrônico
Juiz de Direito: Dr Edilson Neuhaus
Diretora de Cartório: Ivanilda Maria dos Santos
e-mail: aqs4civel@tjro.jus.br
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A) para no prazo de 05 (cinco) dias, pagar a respectiva dívida acrescida de juros, correção monetária e demais encargos ou no mesmo prazo, ofereça querendo, bens à PENHORA sob pena de lhe ser penhorado ou arrestado, bens suficientes que garantam a dívida.
EXECUTADO: LUMINAES - INSTITUTO DE EDUCACÃO SUPERIOR LTDA. - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 08.169.646/0001-09, na pessoa de seu representante legal, estando atualmente em lugar incerto e não sabido.
Processo n.: 7012052-55.2016.8.22.0002.
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116).
Assunto: [Dívida Ativa].
Exequente: MUNICÍPIO DE ARIQUEMES.
Executado: LUMINAES - INSTITUTO DE EDUCACAO SUPERIOR LTDA. - ME.
Valor da dívida: R$ 187,35 + acréscimos legais
Número da CDA: 2793/2015 Natureza da Dívida: Dívida tributária.
Obs. Não sendo contestada a ação, lhes será nomeado curador especial.
Ariquemes/RO, 03 de fevereiro de 2017.
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretora de Cartório
(Art. 62 das DGJ)

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 Dias
4ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes-RO
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet, endereço eletrônico
Juiz de Direito: Dr Edilson Neuhaus
Diretora de Cartório: Ivanilda Maria dos Santos
e-mail: aqs4civel@tjro.jus.br
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A) para no prazo de 05 (cinco) dias, pagar a respectiva dívida acrescida de juros, correção monetária e demais encargos ou no mesmo prazo, ofereça querendo, bens à PENHORA sob pena de lhe ser penhorado ou arrestado, bens suficientes que garantam a dívida.
EXECUTADO: L. S. EDITORA LTDA - ME., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 04.947.112/0001-05, na pessoa de seu representante legal, estando atualmente em lugar incerto e não sabido.
Processo n.: 7014781-54.2016.8.22.0002.
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116).
Assunto: [Dívida Ativa].
Exequente: MUNICIPIO DE ARIQUEMES.
Executado: L. S. EDITORA LTDA - ME.
Valor da dívida: R$ 8.065,45 + acréscimos legais
Número da CDA: 0134/2016 Natureza da Dívida: Dívida tributária.
Obs. Não sendo contestada a ação, lhes será nomeado curador especial.
Ariquemes/RO, 03 de fevereiro de 2017.
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretora de Cartório
(Art. 62 das DGJ)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493,.
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 Dias
4ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes-RO
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet, endereço eletrônico
Juiz de Direito: Dr Edilson Neuhaus
Diretora de Cartório: Ivanilda Maria dos Santos
e-mail: aqs4civel@tjro.jus.br
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A) para no prazo de 05 (cinco) dias, pagar a respectiva dívida acrescida de juros, correção monetária e demais encargos ou no mesmo prazo, ofereça querendo, bens à PENHORA sob pena de lhe ser penhorado ou arrestado, bens suficientes que garantam a dívida.

EXECUTADO: CELSO GLOWASKY MADEIRAS - ME, empresa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 14.131.227/0001-80, na pessoa de seu representante legal, estando atualmente em lugar incerto e não sabido.
Processo n.: 7015155-70.2016.8.22.0002.
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116).
Assunto: [Dívida Ativa].
Exequente: ESTADO DE RONDÔNIA.
Executado: CELSO GLOWASKY MADEIRAS - ME.
Valor da dívida: R$ 264.056,28 + acréscimos legais
Número da CDA: 20160200057668 Natureza da Dívida: Dívida tributária.
Obs. Não sendo contestada a ação, lhes será nomeado curador especial.
Ariquemes/RO, 03 de fevereiro de 2017.
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretora de Cartório
(Art. 62 das DGJ)
PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493,.
PROCESSO: 7012461-31.2016.8.22.0002.AUTOR: JOAO VITOR SALES MAGALHAES.RÉU: AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.
INTIMAÇÃO
De ordem do(a) MM(a) Juiz(a), fica a PARTE REQUERIDA INTIMADA, na pessoa do Dr. Alexandre Miranda Lima, advogado inscrito na OAB/RJ sob o nº. 131.436, com endereço profissional na Praça XV de Novembro, 34, 12º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.010-010 para, no prazo de 10 (dez) dias, especificar as provas que pretende produzir, justificando a sua necessidade, bem como fica o patrono intimado, caso queira, regularizar seu registro junto ao Sistema PJE, a fim de que as intimações sejam feitas diretamente via sistema.
Ariquemes, 07 de fevereiro de 2017
VALMIR CORREIA
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493,.
JUÍZO DE DIREITO DA
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Comarca de Ariquemes/RO
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet, endereço eletrônico
Juiz de Direito: Edilson Neuhaus
Diretora do Cartório: Ivanilda Maria dos Santos
aqs4civel@tjro.jus.br.
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 Dias
4ª Vara Cível
CITAÇÃO DE: D'ELAS MODAS LTDA - ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n.° 15.219.409/0001-70, na pessoa de seu representante legal, estando atualmente em local incerto e não sabido.
FINALIDADE:
CITAÇÃO da parte requerida acima mencionada, para em Juízo, efetuar o pagamento no valor de R$ 7.097,26 (sete mil e noventa e sete reais e vinte e seis centavos), mais acréscimos legais, no prazo de 15 (quinze) dias.
Nesse mesmo prazo a parte ré poderá oferecer embargos, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, independente de qualquer formalidade, bem como, reconhecendo-se o débito, poderá, desde que comprove o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, requerer o parcelamento do restante em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% ao mês.
ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, como sendo verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora, bem como, ser-lhe-á nomeado curador especial.
Processo: 7007833-96.2016.8.22.0002
Classe: MONITÓRIA.
Assunto: Cheque.
Requerente: MODAS BANILA B LTDA.
Advogado(s): IEDA MARIA MARTINELI SIMONASSI, OAB/SP 105937.
Requerido: D'ELAS MODAS LTDA - ME.
Ariquemes-RO, 07 de fevereiro de 2017.
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretora do Cartório
(Artigo 62 da DGJ)
TAXA DE PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL NO DIÁRIO OFICIAL DA JUSTIÇA: R$: 34,35 (trinta e quatro reais e trinta e cinco centavos) - taxa calculada por caractere (R$: 0,01840 - Validade 31/08/2017), conforme estabelece o Art. 22, inciso I, letra "a" e "b", da Instrução Presidencial Nº 001/2012 - PR, publicada no DJE nº 031 de 15/02/2012

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
Comarca de Ariquemes/RO
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet, endereço eletrônico
Juiz de Direito: Edilson Neuhaus
Diretora do Cartório: Ivanilda Maria dos Santos
aqs4civel@tj.ro.gov.br.
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 Dias
Processo: 7009627-55.2016.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum.
Assunto: Indenização Por Dano Moral e Material.
Requerente: DIRCEU OSCAR DE ARRUDA.
Advogado: Levi Gustavo Alves de Freitas, OAB/RO 4634.
Requerido(s): ASSOCIAÇÃO DOS SEM TETOS DE ARIQUEMES – ASTA E OUTROS.
CITAÇÃO DE: 01 - CESAR FERREIRA DO CARMO, brasileiro, casado, vendedor, inscrito no CPF/MF sob nº 616.605.662-15, Cédula de Identidade RG nº 569.612 SSP/RO; 02 - WILMA LIMA BARBOSA, brasileira, casada, funcionária pública, inscrita no CPF/MF 631.935.152-72, Cédula de Identidade RG nº 619.859 SSP/RO; 03 - ASSOCIAÇÃO DOS SEM TETOS DE ARIQUEMES – ASTA, inscrita no CNPJ sob nº 02.718.191/0001-57, na pessoa de seu representante legal e 04 - LUIS HENRIQUE PETTENON, brasileiro, solteiro, autônomo, portador da Cédula de Identidade RG nº 162.597 SSP/RO, inscrito no CPF/MF nº 191.054.522-87, todos estando em local incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAÇÃO DA(S) PARTE(S) REQUERIDA(S), para responder(em), prazo de 15 (quinze) dias, a ação acima identificada.
ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, como sendo verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora, bem como, ser-lhe-ão nomeado curador especial. Para que ninguém possa alegar ignorância, passou-se o presente edital e cópias, sendo que o original será afixado no lugar de costume e as demais publicações de acordo com a Lei.
Ariquemes-RO, 07 de fevereiro de 2017.
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretora do Cartório
(Artigo 62 da DGJ)

COMARCA DE CACOAL

1ª VARA CRIMINAL

Proc.: 0011640-25.2002.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Mario Felisberto, filho de João Felisberto e Carolina Vieira Felisberto.
Advogado:Valdinei Santos Souza Ferres (OAB/RO 3175)
Vítima:Daniele Barbosa Marque
G A B A R I T O
FINALIDADE: Intimar o advogado acima mencionado da audiência de Instrução e Julgamento, a ser realizada no dia 23.02.17 às 08:00 horas, na Sala de Aidiências da 1ª Vara Criminal, sito na Rua dos Pioneiros, 2425, Centro, Cacoal-RO.

Proc.: 1000345-56.2011.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (22 SMG)
Denunciado:Odimar Sacomman Lima
Advogado:Defensoria Publica ( )
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO 05 (CINCO) DIAS)
FINALIDADE: Intimar o réu supra qualificado, da r. DECISÃO, proferida nos autos em epígrafe, da parte final a seguir transcrita: "...POSTO ISTO, julgo improcedente a denúncia formulada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA em face do acusado ODIMAR SACOMAM LIMA, absolvendo o réu de que incurso no art. 129, caput, do Código Penal, com fundamento no art. 386, VI, do CPP. Isento-o do pagamento das custas processuais. Intime-se o réu por edital, com prazo de 5 dias, diante da contumácia. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Proceda-se as baixas necessária. Arquive-se. Cacoal-RO, segunda-feira, 19 de dezembro de 2016. Carlos Roberto Rosa Burck - Juiz de Direito".

Proc.: 0003666-43.2016.8.22.0007
Ação:Cautelar Inominada Criminal
Querelante:Pedro Herculano Freire Júnior
Advogado:Hemerson Gomes Couto (RO 7297)
Querelado:Marcus Felipe Gois Freire, João Victor Gois Freire
Advogado:Ana Claudia Martins (OAB/RO 7993)
DESPACHO:
Vistos. Visando dar ao caso a melhor solução possível, designo audiência para o dia 08/02/2017, às 11: 45 horas. Intimem-se o querelante e querelados. Ciência ao MP e defesa. Cacoal-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0042709-02.2007.8.22.0007
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)
Denunciado:Cássio de Jesus Claros, Jonas de Freitas, Vera Lúcia Nunes de Almeida, Sóstenes Alencar Ferreira
Advogado:Valdinei Santos Souza Ferres (OAB/RO 3175), Rouscelino Passos Borges (OAB/RO 1205), Lílian Mariane Lira (OAB/RO 3579), Marcos Faria Vilela de Carvalho (OAB/RO 084), Roberto Harlei Nobre de Souza (RO 1642), Diogenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831), André Luis Gonçalves (OAB-RO 1991), Abadio Marques de Rezende (OAB/MS 2.894)
DESPACHO:
Vistos. Considerando que o recurso de apelação interposto pelo MP já foi recebido e que as razões e contrarrazões já foram acostadas aos autos, subam ao ETJRO, com as homenagens deste Juízo, para processamento e análise do recurso. Cacoal-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Ane Bruinjé Juíza de Direito

Proc.: 0007781-15.2013.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público
Advogado:Promotor de Justiça do estado de Rondônia
Denunciado:Ademir de Mello, nascido aos 17.04.1957, natural de Candido Mota-MT., filho de Oliverio Mello e Tereza Baptista.
Advogado:Luiz Carlos Ribeiro da Fonseca (RO 920), Eliany Sampaio Maldonado da Fonseca (4018)
G A B A R I T O
FINALIDADE: Intimar o(s) advogado(s) acima mencionado(s) para ciência da expedição da expedição de carta precatória para Comarca de Arapongas-PR., com FINALIDADE de intimar e inquirir a testemunha Thiago Fernando de Melo.

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Escrivão: Francisco Antônio Lima
CWLje@tjro.jus.br
Expediente 02de dezembro de 2015
Juizado Especial Cível, Criminal e faz. Pública
Autos nº 1000368-94.2014.8.22.0007
Promovente: Santos Gomes Neto Santos
Advogado: Dr. Evaldo Inacio Delgado OAB/RO 3742
Promovida: Boasafra Comércio e Representações Ltda
Preposto: Maria Aparecida Pereira de Souza, CPF 203.466.032-34
Adv. Giane Ellen Borgio Barbosa OAB/RO 20247
FINALIDADE: Fica as parte requerida INTIMADA por sua advogada, para que caso queira, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação interposto pela parte requerente.

Proc: 1001070-40.2014.8.22.0007 Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Samuel Vieira da Paixão(Requerente)
Advogado(s): Irvandro Alves da Silva(OAB 5662 RO)
José Júnior Barreiros(Requerido)
Advogado(s): José Junior Barreiros(OAB 1405 RO)
Samuel Vieira da Paixão(Requerente)
Advogado(s): Irvandro Alves da Silva(OAB 5662 RO)
José Júnior Barreiros(Requerido)
Advogado(s): José Junior Barreiros(OAB 1405 RO)
FINALIDADE: Intimação do(a) promovido(a), através de seu(s) advogado(s) do r. DESPACHO proferido nos autos (movimento 68), a seguir transcrito, cuja o conteúdo na íntegra poderá ser visualizado através da internet no sistema Projudi: Vistos: Intime-se (DJ) o requerido para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos documento que comprove a propriedade do bem indicado à penhora, posto que a certidão juntada ao mov. 66 indica como proprietário a empresa Boaventura Empreendimentos Imobiliários LTDA ME."

1ª VARA CÍVEL

Juíza de Direito: Emy Karla Yamamoto Roque
Diretor de Cartório: Jerdson Raiel Ramos
(69) 3441-2297 - cwl1civel@tjro.jus.br
Rua dos Pioneiros 2425 Centro

Proc.: 0008976-64.2015.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valterci Gomes
Advogado:Mayara Glanzel Bidu (RO 4912), Hildeberto Moreira Bidú (OAB/RO 5738)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Intimar a parte autora através de seu advogado para no prazo de 15 (quinze) dias oferecer contrarrazões ao Recurso de Apelação juntado pelo requerido.

Proc.: 0010045-68.2014.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:C. L. F. Comércio de Decoração Ltda
Advogado:Nerli Tereza Fernandes (OAB/RO 4014)
Executado:Pereira Cia Ltda.
RETORNO DA CARTA PRECATORIA
FINALIDADE: Intimação do advogado da parte autora acerca do retorno da carta precatória juntada aos autos (fls.71/76), devendo assim requerer a parte, no prazo de 05 (cinco) dias, o que entender de direito quanto ao prosseguimento do feito.

Proc.: 0006924-32.2014.8.22.0007
Ação:Arrolamento de Bens
Arrolante:A. E. L. de A.
Advogado:Geraldo Eldes de Oliveira (RO 1105)
Arrolado:C. H. L.
FINALIDADE: Intimação das partes, acerca da perícia a ser realizada no requerido Cícero Henrique Lopes, pelo Dr. Edson Akaki, na data de 22/02/17 às 17:15 horas, no Hospital e Maternidada São Paulo, localizado na Av. São Paulo, nº 2539, Bairro Centro, CEP 78976-020, Cacoal/RO. Telefone do hospital: (69) 3441-3354, ramal 206.

Proc.: 0004690-43.2015.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Associação Educacional de Rondônia
Advogado:Lílian Mariane Lira (OAB/RO 3579), Diogenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Executado:Vanessa Rodrigues do Prado Morais
MANIFESTE-SE O AUTOR
FINALIDADE: Intimação da parte autora/requerente para que manifeste-se, no prazo de 5 (cinco) dias úteis quanto ao resultado infrutífero do BACENJUD, requerendo o que entender de direito quanto ao prosseguimento do feito.

Proc.: 0005782-61.2012.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Sinésio Farias Souza
Advogado:Gilvandro Augusto da Silva (OAB/RO 1369), Rosemeire Barbosa Delgado (OAB/RO 332-B)
Requerido:Banco B M G. S. A. Ag. de Belo Horizonte Mg
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques (RO 6235)
FINALIDADE: Intimação do requerido, através de seu advogado, para que apresente procuração recente com poderes para levantar alvará, ou apresente a conta judicial do Banco BMG, a fim de possibilitar a transferência de valores para o Banco requerido.

Proc.: 0002814-53.2015.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marlene Nogueira Leite
Advogado:Joaquim José da Silva Filho (RO 3952), Jefferson Willian Dalla Costa (OAB/RO 6074)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
APRESENTAR CONTRARRAZÕES AUTORA
FINALIDADE: Intimação do advogado da parte autora para, querendo, no prazo de 15 dias, apresentar suas contrarrazões ao recurso de apelação interposto pela parte requerida contra a SENTENÇA prolatada nos autos.

Proc.: 0003925-43.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Comércio de Peças e Acess. Ltda -me (oeste Motos)
Advogado:Kerson Carvalho (OAB/RO 3384)
Requerido:Nogueira & Dias Ltda.
Advogado:Advogado Não Informado ( )
COMPROVAR DISTRIBUIÇÃO (PJE)
FINALIDADE: Intimação do advogado da parte autora para comprovar, em 10 (dez) dias, a distribuição da precatória expedida fl.82 e retirada à fl.83-Vº.

Proc.: 0007313-80.2015.8.22.0007
Ação:Execução Fiscal
Exequente:F. P. do M. de C.
Advogado:Procurador do Municipio de Cacoal ( )
Executado:E. C. de O. e C. L.
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
(NOS TERMOS DOS ARTIGOS 881 E 882 DO NCPC)
Prazo de Publicação: 20 (vinte dias)
A MM. Juíza de Direito desta 1ª Vara Cível da Comarca de Cacoal/RO, torna público que será realizada a venda judicial do bem a seguir descrito e referente ao autos de execução/Cumprimento de SENTENÇA que se menciona.
Processo: 0007313-80.2015.8.22.0007
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Dívida Ativa
Exequente: Fazenda Pública do Município de Cacoal
Advogado: Procuradoria Geral do Município
Executado: Eduardo Cristo de Oliveira e CIA Ltda
Advogado: Não informado
1ª Venda Judicial: 24/03/2017 às 09:00 horas (1ª Praça)
2ª Venda Judicial: 07/04/2017 às 09:00 horas (2ª Praça)
DESCRIÇÃO DO BEM: "Um lote de terras urbano, localizado na Rua Francisco Patrício Rodrigues, n. 3891, sendo lote 0273, quadra 95, Village do Sol II, contendo uma pequena casa de madeira, avaliada a preço de venda em R$ 80.000,00". Existem ônus sobre o bem referente a IPTU, no valor de R$ 112,85, atualizado em 07/2015. O bem encontra-se sobre a guarda do possuidor do imóvel, Cristian de Almeida Oliveira, conforme auto de Penhora às fls. 08/09 dos autos.
AVALIAÇÃO: R$ 80.000,00 (oitenta mil Reais).
LOCAL DE REALIZAÇÃO DO LEILÃO: Sede do Juízo: Fórum Min. José Américo de Almeida, Rua dos Pioneiros, nº 2425 - Centro Cacoal/RO - CEP: 76963-726 _ Fone/Fax: (069) 3441-2297 / E-mail: cwl1civel@tjro.jus.br
OBSERVAÇÃO: Não sendo possível a intimação pessoal do executado, ou na Pessoa de seu representante legal, fica o mesmo intimado por este Edital. Caso houver algum impedimento legal nas datas previstas serão realizadas no primeiro dia útil subsequente.
COMUNICADO/PAGAMENTO: Se o bem não alcançar lanço igual ou superior a avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda, a fim de que o mesmo seja arrematado por quem maior preço oferecer, desde que a oferta não seja inferior a 70% (setenta por cento) do valor de avaliação. O pagamento dar-se-á na forma do art. 892 e seguintes do NCPC.
Advertências:1. Caso haja algum impedimento legal para a realização da venda judicial nas datas previstas, a hasta pública será realizada no primeiro dia útil subsequente. 2. Na hipótese de impossibilidade da realização da venda judicial nas datas aprazadas, por qualquer outro motivo relevante a ser certificado pela escrivania, fica o Cartório autorizado a designar novas datas, atentando-se ao calendário do Juízo, independentemente de nova CONCLUSÃO dos autos. Cacoal/RO, 07 de fevereiro de 2017.
Jerdson Raiel Ramos, Diretor de Cartório.

Proc.: 0000664-36.2014.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Maryvil Comercio de Confecções Ltda Me
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Requerido:Adriana Ribeiro Santos
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Parte retirada do po:Alexandre Ribeiro dos Santos
Advogado:Advogado Não Informado ( )
RESULTADO INFOJUD NEGATIVO
FINALIDADE: Intimação da parte autora/exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se acerca do resultado da consulta ao sistema INFOJUD, a qual restou infrutífera, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção.

Proc.: 0009174-38.2014.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Francisco Eudes Dias Sobrinho
Advogado:Sidnei Sotele (OAB/RO 4192)
Executado:Josenil Anselmo de Menezes
Advogado:Advogado Não Informado ( )
MANIFESTE-SE O AUTOR – DILIGÊNCIA/MANDADO NEGATIVO
FINALIDADE: Intimação do advogado da parte autora/requerente para que manifeste-se, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca do MANDADO devolvido com diligência negativa, indicando o endereço correto e atualizado da parte requerida, OU requerendo o que entender de direito quanto ao prosseguimento do feito.

Proc.: 0009194-92.2015.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Casas 3 Irmãos Eirelli Epp
Advogado:Vilson Kemper Junior (RO 6444)
Executado:Wagner Ferreira Cavalcante
MANIFESTE-SE O AUTOR – MANDADO PENHORA DILIGÊNCIA NEGATIVA – APRESENTAR BENS
FINALIDADE: Intimação do advogado da parte autora/exequente para que manifeste-se, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca do MANDADO devolvido com diligência negativa, indicando bens passíveis de arresto/penhora (bem como o local onde se encontram), requerendo o que entender de direito quanto ao prosseguimento do feito, sob pena de extinção.

Proc.: 0002354-03.2014.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Malaquias & Rodrigues Enxovais Ltda
Advogado:Fernando da Silva Azevedo (OAB/RO 1293)
Executado:Marli Aparecida de Oliveira
Advogado:Advogado Não Informado ( )
PENHORA ON LINE – BACENJUD INFRUTÍFERO
FINALIDADE: Intimação do advogado da parte autora para manifestar-se nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do resultado da consulta ao sistema BACENJUD, a qual restou infrutífera, requerendo o que de direito, sob pena de extinção.

Proc.: 0000181-11.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Rosa de Souza
Advogado:Joozi Amanda Priscila Olsen Notario Guaitolini (OAB-RO 3744)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Intimar a parte autora através de seu advogado para no prazo de 05 (cinco) dias manifestar-se acerca da juntada do andamento da carta precatória em tramite no Juízo de Regente Feijo/SP.

Proc.: 0010155-33.2015.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Embargante:Renato Raposo da Rocha
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
Embargado:Fator Real Factoring
Advogado:Milton Cesar Pozzo da Silva (OAB/RO 4382)
APRESENTAR CONTRARRAZÕES AUTORA
FINALIDADE: Intimação do advogado da parte embargada para, querendo, no prazo de 15 dias, apresentar suas contrarrazões ao recurso de apelação interposto pela parte embargante contra a SENTENÇA prolatada nos autos.

Proc.: 0007965-44.2008.8.22.0007
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Cacoal
Advogado:Dalva Aparecida de Oliveira Silva (OAB/RO 2190), Geórgia Aristides Ferreira (RO 2112)
Executado:Construtora Zumach Ltda
Advogado:Advogado Não Informado ( )
MANIFESTE-SE O AUTOR
FINALIDADE: Intimação do advogado da parte autora/requerente para que manifeste-se, no prazo de 10 (dez) dias, acerca do ofício respostas de fls.95, requerendo o que entender de direito quanto ao prosseguimento do feito.

Proc.: 0000785-30.2015.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Nilzete Zucolotto Sales Balla
Advogado:Gilcimar Buss (OAB/RO 6324)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
APRESENTAR CONTRARRAZÕES AUTORA
FINALIDADE: Intimação do advogado da parte autora para, querendo, no prazo de 15 dias, apresentar suas contrarrazões ao recurso de apelação interposto pela parte requerida contra a SENTENÇA prolatada nos autos.

Proc.: 0006204-70.2011.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cocical Comércio de Cimento Cacoal Ltda
Advogado:Fernando da Silva Azevedo (OAB/RO 1293)
Executado:Alex Sander Aparecido de Castro
Advogado:Advogado Não Informado ( )
RESULTADO INFOJUD - INFRUTÍFERO
FINALIDADE: Intimação da parte autora/exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se acerca do resultado da consulta ao sistema INFOJUD, a qual restou infrutífera, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção.

Proc.: 0001774-36.2015.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Belinello & Veiga Ltda ME
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Requerido:Wilson Ramos de Almeida
RESULTADO BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD - INFRUTÍFEROS
FINALIDADE: Intimação do advogado da parte autora para manifestar-se nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do resultado da consulta aos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD as quais restaram infrutíferas, requerendo o que de direito, sob pena de extinção.

Proc.: 0004125-50.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Chicks Comércio de Confeccções Ltda
Advogado:Katia Carlos Ribeiro (RO 2402)
Executado:Lúcia Vieira Gonçalves
RETORNO DA CARTA PRECATÓRIA
FINALIDADE: Intimação do advogado da parte autora acerca do retorno da carta precatória juntada aos autos (fls.84/96), devendo assim requerer a parte, no prazo de 05 (cinco) dias, o que entender de direito quanto ao prosseguimento do feito.

Proc.: 0013785-34.2014.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Anjos e Rigo Materiais Para Construção
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Requerido:Yavisa Lavanderia Ltda
RESULTADO BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD - INFRUTÍFEROS
FINALIDADE: Intimação do advogado da parte autora para manifestar-se nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do resultado da consulta aos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD as quais restaram infrutíferas, requerendo o que de direito, sob pena de extinção.

Proc.: 0009345-63.2012.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Auto Posto Vip Ltda.
Advogado:Charles Baccan Júnior (OAB/RO 2823), Fabiano Moraes Pimpinati (MT 6623-B), Helida Genari Baccan (RO 2838)

Executado:Domingos da Silva Ribeiro
Advogado:Advogado Não Informado ( )
RESULTADO INFOJUD - FRUTÍFERO
FINALIDADE: Intimação da parte autora/exequente para que, em 10 (dez) dias, compareça ao Cartório deste Juízo para análise do resultado da consulta ao INFOJUD, devendo manifestar-se em até 05 (cinco) dias após a visualização.
Jerdson Raiel Ramos

Diretor de Cartório

2ª VARA CÍVEL

Juiz de Direito: Audarzean Santana da Silva
Escrivão Judicial: José Vanir de Pieri
(69) 3441-3382 - cwl2civel@tjro.jus.br
Rua dos Pioneiros 2425 Centro

Proc.: 0010380-53.2015.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:M. das D. de S. Martins & Cia Ltda Me
Advogado:Lorena Kemper Carneiro (RO 6497), Marlise Kemper (OAB/RO 6865)
Executado:Cleomara Castro da Silva
Certidão dos Correios:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do E.C.T de fls. 57-verso, para fornecer o atual endereço da parte Requerida e/ou outro dado indispensável.

Proc.: 0010851-40.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nilza Gonçalves de Souza Gomes
Advogado:Luis Ferreira Cavalcante (RO 2790)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Alegações finais Partes:
Ficam as partes, por via de seus Advogados, intimadas a apresentarem alegações finais por memorias no prazo sucessivo de 15 dias, tendo em vista a juntada do Laudo Pericial às fls; 85/86,conforme determinação de fls. 44/45.

Proc.: 0005319-85.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Demilson Martins Pires
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Requerido:Banco do Brasil S. A. Ag. de Brasília Df
Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB-SP 261030), Silvério dos Santos Oliveira (OAB/RO 616), Sérvio Tulio de Barcelos (OAB/RO 6673-A), José Arnaldo Janssen Nogueira (RO 6676), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Conta Judicial Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), a manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o Valor Existente na Conta Judicial de fl. 6.553,88.

Proc.: 0009180-79.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:J. B. L. Consultoria Ltda.
Advogado:Claudineia Duarte da Silva (OAB/RO 2248)
Executado:Luciana Marins Borba Farias, Marcelo Marins Borba
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Ofício - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada dos Oficios de fl(s). 89/102 da SEMAD e da Câmara de Deputados

Proc.: 0000736-86.2015.8.22.0007
Ação:Cumprimento Provisório de SENTENÇA
Exequente:Antonio Victor Machado
Advogado:Roseane Maria Vieira Tavares Fontana (OAB/RO 2209)
Executado:Maria Aparecida da Silva Mello Bastos, Jefferson Bastos da Silva
Prosseguimento - Decorrida Suspensão
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, com a providência de acordo com o caso, face o decurso do prazo de suspensão deferido no r. DESPACHO de fl. 241.

Proc.: 0006153-20.2015.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Banco Bradesco Cartões Sa Visa
Advogado:Andre Nieto Moya (OAB / SP 235738)
Requerido:Hotel Gloria Ltda Me
Certidão de Dívida - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar a Certidão de Dívida expedida.

Proc.: 0005379-24.2014.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Elza de Oliveira Silva
Advogado:Luzinete Pagel Galvão (RO 4843), Anderson Fabiano Brasil (RO 5921)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Advogado Não Informado ( )
SENTENÇA:
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE os pedidos iniciais para, confirmando a tutela antecipada de fls. 33/35: 1) CONCEDER o benefício de auxílio-doença desde a cessação administrativa indevida que ocorreu em 12/05/2014 (fls. 18), no valor do salário benefício recebido a época, devidamente reajustado, inclusive o 13º salário, até a recuperação/readaptação da parte autora, que poderá ser verificada administrativa do INSS antes do trânsito em julgado; 2) NEGAR a conversão do benefício de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez pela não constatação de incapacidade permanente; e, 3) CONDENAR o requerido a pagar as parcelas vencidas corrigidas monetariamente, desde quando devidas.No tocante às prestações em atraso deverá incidir sobre o montante, juros moratórios desde a citação válida (Súmula 204/STJ) e correção monetária desde a data do vencimento das prestações (Súmulas 43 e 148 do STJ). O percentual dos juros moratórios será de 12% ao ano até 30/6/2009 (quando entrou em vigor a Lei 11.960/2009) e juros aplicados à caderneta de poupança a partir de 1/7/2009. No programa de cálculo do site www.jfrs.jus.br/jusprev2/ deverá ser colocada a opção “12% a.a até 06/2009, 6% a.a até 06/2012 e juros da poupança (dia 1º) em diante”. A correção monetária deverá observar os índices do Manual de Cálculo da Justiça Federal (Edição 2013), devendo no programa de cálculo do site www.jfrs.jus.br/jusprev2/ ser colocada a opção “Benefícios Previdenciários - Manual de Cálculos da JF (Edição 2013)”.Sem custas em face do réu ser autarquia federal, todavia, devidos os honorários advocatícios que fixo equitativamente em 10% das prestações vencidas, com base na Súmula 111/STJ e artigo 20, § 4º do Código de Processo Civil, em face do trabalho desenvolvido, da dificuldade da matéria e importância da causa.Como o benefício previdenciário em atraso é inferior a 1.000 salários-mínimos (o retroativo é de período inferior a um ano), esta SENTENÇA não está sujeita à remessa necessária (art. 496, §3°, I do CPC/15). Assim, não havendo recurso voluntário, certifique-se o trânsito em julgado e aguarde-se execução por trinta dias. Findo este prazo sem manifestação, arquive-se com as baixas devidas.Publique-se. Registre-se. Intime-se.Cacoal-RO, terça-feira, 31 de janeiro de 2017.Audarzean Santana da Silva Juiz de Direito.
José Vanir de Pieri

Escrivão Judicial

3ª VARA CÍVEL

Proc.: 0002193-56.2015.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:L. B. dos S.
Advogado:Michel Mesquita da Costa (OAB/RO 6656), Daniel de Brito Frota (OAB/RO 6690), Marcio Valerio de Sousa (MG 130293)
Requerido:C. dos S. S.
Advogado:Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518), Fabiola Brizon Zumach (OAB/RO 7030), Andre Rodrigo de Oliveira Souza (RO 7706)
DESPACHO:
Tendo em vista a necessidade de se adequar a pauta de audiências, redesigno a solenidade para o dia 13/2/2017, às 09:00 horas.Partes intimadas por seus advogados, via sistema.Comunique-se ao MP.DJE.Cacoal-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Proc.: 0007513-58.2013.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:José Schawenck, José Carlos Schowenck, Edmar Caetano de Andrade Schowenck, Dejair José Schowenck, Ana Maria Mozer Schowenck, Josiel Schowenck, Elaine Conceição Peixoto Schowenck, Ronaldo Batista Schowenck, Silvane Francisca da Costa Schowenck, Virginia das Graças Schowenck, Nelio Almeida Pires, Zenilda Batista Schowenck Bonfá, Odilon Bonfá
Advogado:Tony Pablo de Castro Chaves (RO 2147)
Requerido:Indústria e Comércio Shalon Ltda, Orlandino Ragnini
Advogado:André Bonifácio Ragnini (OAB/RO 1119)
DESPACHO:
A manifestação da parte autora trazida às fls. 145/153 será analisada juntamente com os Embargos de Terceiro distribuído no sistema PJe - autos 7000315-06.2017. 8.22.0007. Assim, suspendo o presente feito por 03 (três) meses. Cacoal-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Proc.: 0002193-56.2015.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:L. B. dos S.
Advogado:Michel Mesquita da Costa (OAB/RO 6656), Daniel de Brito Frota (OAB/RO 6690), Marcio Valerio de Sousa (MG 130293)
Requerido:C. dos S. S.
Advogado:Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518), Fabiola Brizon Zumach (OAB/RO 7030), Andre Rodrigo de Oliveira Souza (RO 7706)
Menor:C. R. dos S. S.
DESPACHO:
Tendo em vista a necessidade de se adequar a pauta de audiências, redesigno a solenidade para o dia 13/2/2017, às 09:00 horas.Partes intimadas por seus advogados, via sistema.Comunique-se ao MP.DJE.Cacoal-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Proc.: 0000753-64.2011.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Ladir Luiz Niscrak
Advogado:Marli Teresa Munarini (OAB/RO 2297), Ana Paula Morais da Rosa (OAB/RO 1793)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Alvará - Autor:
Fica a parte autora, INTIMADO(A) por seu advogado(a), para retirar o(s) alvará(s) expedido(s) via internet, devendo obrigatoriamente informar este juízo via petição após o levantamento dos valores para o arquivamento dos autos. No caso de existência de saldo remanescente deverá apresentar os valores atualizados requerendo o prosseguimento. Prazo de 5 dias.

Proc.: 0011858-33.2014.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Wanderley dos Anjos Neves
Advogado:Teófilo Antonio da Silva (RO 1415), Fairuz Nabih Daud (OAB/RO 5264)
Executado:Edson Nunes
Alvará - Autor:
Fica a parte autora, INTIMADO(A) por seu advogado(a), para retirar o(s) alvará(s) expedido(s) via internet, devendo obrigatoriamente informar este juízo via petição após o levantamento dos valores para o arquivamento dos autos. No caso de existência de saldo remanescente deverá apresentar os valores atualizados requerendo o prosseguimento. Prazo de 5 dias.

Proc.: 0008479-84.2014.8.22.0007
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:I. S. L.
Advogado:Flávia Repiso Mesquita (OAB/RO 4099), Altemir Roque (OAB/RO 1311), Elizângela Rodrigues Lima (OAB/RO 5451)
Executado:R. A. dos S.
Advogado:Itamar de Azevedo (OAB/RO 1898)
Alvará - Autor:
Fica a parte autora, INTIMADO(A) por seu advogado(a), para retirar o(s) alvará(s) expedido(s) via internet, devendo obrigatoriamente informar este juízo via petição após o levantamento dos valores para o arquivamento dos autos. No caso de existência de saldo remanescente deverá apresentar os valores atualizados requerendo o prosseguimento. Prazo de 5 dias.

Proc.: 0004110-52.2011.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Ronaldo Rezende Aparecido de Andrade
Advogado:José Edilson da Silva (OAB/RO 1554), Maria Gabriela de Assis Souza (OAB/RO 3981)
Requerido:Boaventura Empreendimentos Imobiliários Ltda Me
Advogado:Miguel Antônio Paes de Barros (OAB/RO 301)
Alvará - Autor:
Fica a parte autora, INTIMADO(A) por seu advogado(a), para retirar o(s) alvará(s) expedido(s) via internet, devendo obrigatoriamente informar este juízo via petição após o levantamento dos valores para o arquivamento dos autos. No caso de existência de saldo remanescente deverá apresentar os valores atualizados requerendo o prosseguimento. Prazo de 5 dias.

Proc.: 0005527-98.2015.8.22.0007
Ação:Inventário
Inventariante:Elza Fernandes da Silva, Rosemiro Alves da Silva, Elcio Fernandes
Advogado:Evandro Alves dos Santos (OAB/RO 6095)
Inventariado:José Fernandes
Fica a Parte Autora, intimado(a) por seu Advogado(a), o(s)Formal de Partilha expedido (s) para as devidas providências. Prazo de 5 dias.
Neide Salgado de Melo

Diretora de Cartório

4ª VARA CÍVEL

Proc.: 0002749-63.2012.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Ademar Ottoni
Advogado:Luis Ferreira Cavalcante (RO 2790)
Requerido:Manoel Batista da Silva, Izaias Almeida Dias, Juracy Gonçalves da Silva
Advogado:Advogado Não Informado ( ), Magali Ferreira da Silva (RO 646-A), Advogado Não Informado ( )

DESPACHO:
DESPACHO 1. A pesquisa BACENJUD retornou resultado, com a constrição de parte do crédito executado. Vide resultado anexo.2. Assim, determino a INTIMAÇÃO DO (A) EXECUTADO (A) IZAIAS ALMEIDA DIAS, na pessoa do seu advogado, nos termos do art. 841, §§ 1º e 2º do CPC, para no prazo de 05 (cinco) dias, contados da juntada da intimação ao autos, comprovar que a quantia bloqueada é impenhorável e/ou é excessiva, nos termos do art. 854, § 3º do CPC.3. Transcorrido o prazo sem qualquer manifestação do executado, desde já converto o bloqueio do numerário em penhora, sendo desnecessária a lavratura de termo, nos termos do art. 854, § 5º do CPC.4. Cumpra-se.Cacoal-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0001280-11.2014.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cocical Comércio de Cimento Cacoal Ltda
Advogado:Fernando da Silva Azevedo (OAB/RO 1293)
Executado:Mohame Figueiredo Yunes
Advogado:Advogado Não Informado ( )
SENTENÇA:
Isto posto e por tudo mais que dos autos constam, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA da ação, nos termos do art. 485, inc. VIII, do Novo Código de Processo Civil.Considero a incidência do disposto no art. 1.000 do Novo Código de Processo Civil, assim com o trânsito em julgado da DECISÃO nesta oportunidade, determinando o arquivamento do feito com as baixas de estilo, sem custas.Autorizo o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial para entrega ao exequente medidante cópia nos autos.Inexistem penhoras/restrições passíveis de liberação.Deverá o exequente, promover a baixa de eventual inscrição promovida junta ao cadastro de inadimplentes, em nome do executado.SENTENÇA registrada automaticamente no SAP. Publique-se. Intime-se.

Proc.: 0001590-51.2013.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Associação Educacional de Rondônia
Advogado:Diogenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Requerido:André Fernando de Souza
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
DESPACHO 1. Em razão do insucesso da tentativa de bloqueio on line via sistema BACENJUD, determino a intimação do exequente, para manifestação em termos de prosseguimento, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Publique-se para intimação da parte através de seu advogado.3. Expirado o prazo sem manifestação, intime-se nos termos do art. 485, § 1º do Novo CPC.Cacoal-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0001872-21.2015.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Reinaldo Gonçalves dos Anjos
Advogado:Dieisso dos Santos Fonseca (OAB/RO 5794), Abdiel Afonso Figueira (RO 3092)
Requerido:Móveis Romera Ltda, Sansung Sdi Brasil Ltda
Advogado:Diogo Lopes Vilela Berbel (OAB/PR 41766), Karen Badaro Viero (OAB/SP 270.219), Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB-DF 38829), Brigida Bernardo Reveilleau (OAB/SP 313.034)
SENTENÇA:
Vistos etc, REINALDO GONÇALVES DOS ANJOS, brasileiro, solteiro, estudante, RG 1123449 SSP/RO, CPF 019.285.782-76, residente e domiciliado na Av. Guaporé, 3440, Bairro Jardim Clodoaldo, Cacoal, por intermédio de seus advogados regularmente habilitados ingressou comAÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS contraMOVEIS ROMERA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 75.587.915/0169-03, localizada na Av. Porto Velho, 2188, Centro, Cacoal e SAMSUNG SDI BRASIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 01.390.993/0001-18, com sede localizada na Rua Belo Horizonte, 09, sala 907,907 COND THE PLACE BUSINESS CENTER, Bairro Adriano Polis, Manaus AM.Após normal trâmite processual foi proferida SENTENÇA de condenação da requerido, que transitou em julgado. Às fls. 140 a requerida juntou petição informando que promoveu o pagamento do valor da condenação e juntou comprovante às fls. 141.Ato contínuo o autor requereu a expedição de alvará do valor depositado em seu favor e a extinção do feito.Isto posto e por tudo mais que dos autos constam, julgo com fundamento no art. 924 II do Código de Processo Civil, extinto o processo em face do pagamento integral do débito. Expeçam-se alvará de levantamento do valor depositado em favor do advogado do autor regularmente habilitado, que deverá se comprometer a repassar ao autor os valores que lhe sao devidos..Aplico os efeitos do trânsito em julgado previsto no artigo 1000 do Código de Processo Civil, pelo que expedido o alvará de levantamento os autos devem ser arquivados. Sem custas ou honorários de advogado. Cacoal-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0012694-06.2014.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Leandro Gregianini
Advogado:Hosney Repiso Nogueira (RO 6327), Anderson Fabiano Brasil (RO 5921)
Requerido:Frigoserve Cacoal Ltda
Advogado:Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518)
DESPACHO:
DESPACHO 1. A pesquisa BACENJUD retornou resultado, com a constrição de parte do crédito executado. Vide resultado anexo.2. Já quanto ao RENAJUD, verifico que já foi inserida restrição à fl. 49, não sendo, contudo, o bem localizado para avaliação (fl. 59).3. Assim, determino a intimação do executado, na pessoa do seu advogado ou à sociedade de advogados, se já tiver constituído, nos termos do art. 841, §§ 1º e 2º do CPC, para no prazo de 05 (cinco) dias, contados da juntada da intimação ao autos, comprovar que a quantia bloqueada é impenhorável e/ou é excessiva, nos termos do art. 854, § 3º do CPC.4. Determino, ainda, a expedição de MANDADO /carta precatória para fins de penhora, avaliação do bem restrito via RENAJUD e para intimação do executado, o qual poderá embargo no prazo legal.5. Transcorrido o prazo sem qualquer manifestação do executado, desde já converto o bloqueio do numerário em penhora, sendo desnecessária a lavratura de termo, nos termos do art. 854, § 5º do CPC.6. Cumpra-se.Cacoal-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0001593-35.2015.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Lobianco & Lima Ltda
Advogado:Vilson Kemper Junior (RO 6444)
Executado:Edson Soares
DESPACHO:
DESPACHO 1. Em razão do insucesso da tentativa de bloqueio on line via sistemas BACENJUD e RENAJUD, determino a intimação do exequente, para manifestação em termos de prosseguimento, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Publique-se para intimação da parte através de seu advogado.3. Expirado o prazo sem manifestação, intime-se nos termos do art. 485, § 1º do Novo CPC.Cacoal-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0009195-77.2015.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Casas 3 Irmãos Eirelli Epp
Advogado:Vilson Kemper Junior (RO 6444)
Executado:Sidmar Roberto Barbosa
DESPACHO:
DESPACHO 1. Em razão do insucesso da tentativa de bloqueio on line via sistemas BACENJUD e RENAJUD, determino a intimação

do exequente, para manifestação em termos de prosseguimento, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Publique-se para intimação da parte através de seu advogado.3. Expirado o prazo sem manifestação, intime-se nos termos do art. 485, § 1º do Novo CPC.Cacoal-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0001754-45.2015.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Belinello & Veiga Ltda ME
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Requerido:Wallace dos Anjos Neves Junior
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se o autor a dar prosseguimento ao processo em 05 (cinco) dias, requerendo o que entender conveniente, sob pena de extinção do feito.Cacoal-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Mário José Milani e Silva Juiz de Direito
Anderson Cantão Silva

Diretor de Cartório

COMARCA DE CEREJEIRAS

1º CARTÓRIO

SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO: cjs1vara@tjro.jus.br
JUIZ: Bruno Magalhães Ribeiro dos Santos
Diretor de Cartório: Carlos Vidal de Brito

Proc.: 0000963-29.2013.8.22.0013
Classe: Execução de título extrajudicial
Exequente: Ouro Fino Agronegócio Ltda
Advogado: Edineia Santos Dias – OAB/RO 197.358, Ana Lúcia da Silva Brito – OAB/RO 286.438;
Executado: C. J. SPEROTTO & Cia ltda e outros
Advogado: Não informado
FINALIDADE: Intimação do(s) patrono(s) da(s) parte(s) do r. DESPACHO de fl. 206 e da certidão de fl. 208, respectivamente, abaixo transcritos, e unicamente do(s) patrono(s) da parte exequente para retirar(em) dos autos o Edital de Venda Judicial nº 12/2017, e providenciar sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e em jornal de circulação regional, devendo ser recolhido o valor de R$25,79 (vinte e cinco reais e setenta e nove centavos), comprovando posteriormente nos autos, para que a escrivania providencie a publicação.
DESPACHO: "Designem-se vendas judiciais do bem penhorado. Após, retornem-me conclusos. Pratiquem-se e expeça-se o necessário.Int. Cerejeiras-RO, segunda-feira, 5 de dezembro de 2016. Bruno Magalhães Ribeiro dos Santos
Juiz de Direito".
Certidão: "Certifico que, por determinação judicial, fls. 206, dos autos nº 0000963-29.2013.8.22.0013, designei hasta pública para os dias 17/03/2017 às 10:00 horas e 31/03/2017, às 10:00 horas, respectivamente em primeira e segunda praça. O referido é verdade. Dou fé. Cerejeiras-RO, 11/01/2017. Carlos Vidal de Brito – Diretor de Cartório".

Proc.: 0032485-26.2003.8.22.0013
EDITAL DE VENDA JUDICIAL Nº 009/2017
PARA PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 886/887, DO NCPC.
O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Cerejeiras/RO, torna público que será realizada a venda do(s) bem(ns) a seguir descrito(s) e referente à Execução que se menciona.
Autos: 0032485-26.2003.8.22.0013
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Exequente: Município de Pimenteiras do Oeste-RO
Advogado: Roberto Silva Lessa OAB/RO 2372.
Executado: Valdelito da Rocha Silva e outros
Advogado: Vicente Felizari Filho OAB/RO 1.612; Caetano Vendimiatti Neto OAB/RO 1853.
DESCRIÇÃO DOS BEm(NS): 03 (três) novilhas, de 13 a 24 meses; 01 (um) Touro com mais de 36 meses; 02 (duas) Vacas acompanhadas, com mais de 36 meses; 09 (nove) vacas com mais de 36 meses. Total de 17 (dezessete) cabeças, incluindo os bezerros que acompanham as vacas, avaliadas em R$27.600,00(vinte e sete mil e seiscentos reais) em 16/06/2016.
1ª Venda: dia 10/03/2017, às 10:30 horas
2ª Venda: dia 24/03/2017, às 10:30 horas
OBSERVAÇÃO: Não sendo possível a intimação pessoal do(a) executado(a), fica o(a) mesmo(a) intimado(a) por este meio, bem como sua esposa, se casado for.
Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subseqüente.
COMUNICAÇÃO: Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda a fim de que o mesmo seja arrematado por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
Cerejeiras-RO, 6 de fevereiro de 2017.
CARLOS VIDAL DE BRITO
Diretor de Cartório
Assina por ordem do MM. Juiz de Direito
Portaria 007/98
Carlos Vidal de Brito

Escrivão Judicial

COMARCA DE COLORADO DO OESTE

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
email: colcivel@tjro.jus.br
Fórum: Joel Quaresma de Moura
Juiz de Direito da Vara Cível: Eli da Costa Júnior
Colorado do Oeste-RO
Rua Humaitá, n. 3879

Proc.: 0000718-50.2015.8.22.0012
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/A
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/MT 3.056), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Executado:Cerealista do Agricultor Ltda. Me, Almiro Dias da Silva
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
Defiro o pedido de penhora via Bacenjud.Deixo de imprimir o espelho por economia processual.A penhora online não surtiu os efeitos esperados, ou seus efeitos foram ínfimos. Assim, intime-se o exequente para que impulsione o feito, no prazo de 05 dias, sob pena de arquivamento. Colorado do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Eli da Costa Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0001388-25.2014.8.22.0012
Ação:Monitória
Requerente:M. F. Vargas e Cia Ltda. - ME
Advogado:Claudio Costa Campos (OAB/RO 3508)

Requerido:Rogerio Ferreira Flor Guimarães
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
Defiro o pedido de penhora via Bacenjud.A penhora online não surtiu os efeitos esperados, ou seus efeitos foram ínfimos. Consigno que, por economia, deixo de imprimir o espelho do resultado. Assim, intime-se o exequente para que impulsione o feito, no prazo de 05 dias, sob pena de arquivamento. Colorado do Oeste-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.Eli da Costa Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0000267-98.2010.8.22.0012
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:N. G. Pagangrizo Me
Advogado:Newton Schramm de Souza (OAB/RO 2947), Amanda Iara Tachini de Almeida (OAB/RO 3146), Antônio Eduardo Schramm de Souza (OAB/RO 4001), Francisco Lopes da Silva (OAB/RO 3772), Jose Antonio Corrêa (OAB/RO 5292)
Executado:Nativa Indústria e Comércio de Confecções Ltda, Charles Evaristo Cuba, Maria Gonçalves Neto, Eucineia Sanches do Nascimento Cuba
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
Defiro o bloqueio judicial em aplicação financeira. Após aguardar em gabinete a resposta da consulta, verifico que a penhora online não surtiu os efeitos esperados, ou seus efeitos foram ínfimos. Em atenção ao pedido do exequente realizei consulta de veículos em nome do executado via sistema Renajud, contudo, esta também restou infrutífera.Também realizei pesquisa no sistema Infojud da Receita Federal, não encontrando nenhuma declaração de renda nos últimos 3 (três) anos.Assim, intime-se o exequente para que impulsione o feito, no prazo de 05 dias.Na inércia, arquive-se. Colorado do Oeste-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.Eli da Costa Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0010974-33.2007.8.22.0012
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Advogado:Maria Valentina Monteiro Del Rio ( )
Executado:Humberto Muniz Barbosa
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
Considerando a proximidade das datas para realização dos leilões, redesigno os mesmos para os dias 09 de março de 2017, às 09 horas (1º leilão) e dias 23 de março de 2017, às 09 horas (2º leilão), nos termos já deliberados no DESPACHO retro.Serve o presente de MANDADO e/ou expeça-se o necessário. Colorado do Oeste-RO, quarta-feira, 1 de fevereiro de 2017.Eli da Costa Júnior Juiz de Direito
Marina Meiko Saiki
Diretor de Secretaria
ESTADO DE RONDÔNIA
Poder Judiciário – 1ª Vara cível, Juizado especial cível, Juizado Especial da Fazenda Pública e Juizado da Infância e Juventude de Colorado do Oeste
Fórum Juiz Joel Quaresma de Moura, Rua Humaitá, 3879 - CEP:76.993-000 Fone: (069) 3341-3021/3022 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO - 30 DIAS
AUTOS7002136-64.2016.8.22.0012CLASSEFAMÍLIA-REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS (194)REQUERENTESIMONI ROCHAREQUERIDONome: EDSON FERREIRA DE ANDRADE
Último endereço: Avenida MArechal Rondon, 4023, em frente ao Posto Marechal, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000-Atualmente em lugar incerto e não sabido
FINALIDADE
1) CITAR- a(s) parte(s) requerida(s) acima qualificada(s) dos termos da presente ação contra ela(s) imposta.
2) INTIMÁ-LA- para querendo apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, não o fazendo presumir-se-ão verdadeiros os fatos articulados na inicial.
3) OBSERVAÇÃO
- caso a parte requerida não possua condições financeiras de contratar patrono particular poderá contactar a DEFENSORIA PÚBLICA da localidade onde se encontrar.
4) DESPACHO Cite-se por edital. Transcorrido o prazo na inércia, desde já, nomeio a Defensoria Público Estadual como Curadora Especial do requerido, devendo esta se intimada para patrocinar a defesa. Expeça-se o necessário.
Colorado do Oeste - RO, 1º de fevereiro de 2017
Eli da Costa Júnior
Juiz de Direito

COMARCA DE ESPIGÃO D´OESTE

1º CARTÓRIO

1º Cartório

Proc.: 0003724-48.2013.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Jessini Marie Santos Silva
Advogado:Cleodimar Balbinot (OAB/RO 3663), Kely Cristine Benevides (RO 3.843)
Carta precatória expedida:
Fica a parte ré, por via de seu Advogado(a), ciente da carta precatória expedida nestes autos, para a Comarca de Colorado do Oeste-RO. Sendo que o acompanhamento do seu andamento deverá se der na comarca deprecada.

Proc.: 0000404-87.2013.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Cpa Indústria e Comércio e Transporte de Madeiras Ltda, Caticilene de Amorim, Edmar Pereira Marques, André Alexandre Ulkowski
Advogado:Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa (OAB/RO 4688), Jessini Marie Santos Silva (MF 6117)
Alegações finais Partes:
Fica a parte ré, por via de seus Advogados Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa e Jessini Marie Santos Silva, intimada a apresentar alegações finais por memorias no prazo de 05 dias, conforme determinação judicial.

Proc.: 0000404-82.2016.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Renato de Lima
EDITAL DE CITAÇÃO CRIMINAL
PRAZO: 15 dias
Processo: 0000404-82.2016.822.0008
Classe: Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Assunto: Crimes do Sistema Nacional de Armas.
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu: Renato de Lima, Brasileiro (a), RG 44765775, Distrito do Pacarana, km 85, Distrito do pacarana, 78983000, Espigão D'Oeste - (RO).
Advogado:
CITAÇÃO DE: Renato de Lima,, Brasileiro (a), Não informado, não informado, RG, 44765775RG 44765775,, Distrito do Pacarana, km 85, Distrito do pacarana, 78983000, Espigão D'Oeste - (RO), atualmente em lugar incerto e não sabido.

FINALIDADE: CITAR o denunciado para responder, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, através de advogado, nos termos do art. 396 da Lei 11.719/2008.
OBSERVAÇÃO: Na resposta a acusada poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas pretendidas e arrolar até 5 testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Havendo exceções serão processadas em apartado, nos termos do artigo 95 a 113, CPP.
DENÚNCIA/ACUSAÇÃO: “posso de arma de fogo”
Espigão do Oeste,2 de Fevereiro de 2017.
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
Observação: Assinatura Digital, conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. É possível a conferência da autenticidade do documento acessando o sítio do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: htto://www.tjro.jus.br/adoc, digitando o código constante no rodapé deste documento.

Proc.: 0003814-85.2015.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Emerson da Silva Ezequiel, Adeilson Ribeiro Nascimento
EDITAL DE CITAÇÃO CRIMINAL
PRAZO: 15 dias
Processo: 0003814-85.2015.822.0008
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Assunto: Receptação.
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu: Adeilson Ribeiro Nascimento, Brasileiro, agricultor, CPF 822.520.502-25, RG 1408294, último endereço conhecido: Rua Suruí, 5534, Centro, 78983000, Espigão do Oeste-RO.
Advogado:
CITAÇÃO DE: Adeilson Ribeiro Nascimento,, Brasileiro (a), Não informado, agricultor(a), CPF, 82252050225RG 1408294,, Rua Suruí, 5534, Centro, 78983000, Espigão do Oeste-RO, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR o denunciado para responder, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, através de advogado, nos termos do art. 396 da Lei 11.719/2008.
OBSERVAÇÃO: Na resposta a acusada poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas pretendidas e arrolar até 5 testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Havendo exceções serão processadas em apartado, nos termos do artigo 95 a 113, CPP.
DENÚNCIA/ACUSAÇÃO: “receptação”
Espigão do Oeste,2 de Fevereiro de 2017.
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
Observação: Assinatura Digital, conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. É possível a conferência da autenticidade do documento acessando o sítio do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: htto://www.tjro.jus.br/adoc, digitando o código constante no rodapé deste documento.

Proc.: 0000874-16.2016.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Francisco Oliveira da Silva
Advogado:Marcelo Augusto Oliveira de Carvalho (OAB/RO 338B), Silvio Pinto Caldeira Junior (OAB/RO 3933)
Carta precatória expedida:
Fica a parte ré, por via de seu Advogado(a), ciente das cartas precatórias expedidas nestes autos, para a Comarca de Vilhena-RO e Pimenta Bueno-RO. Sendo que o acompanhamento do seu andamento deverá se der na comarca deprecada.

Proc.: 0001330-63.2016.8.22.0008
Ação:Inquérito Policial (Réu Preso)
Autor:Delegacia de Polícia Civil / EOE
Indiciado:Willderman Rodrigo da Silva Santos
Advogado:Luiz Carlos Ribeiro da Fonseca (RO 920)
DECISÃO:
Tendo em vista que na defesa apresentada pelo denunciado às fls. 53/59 não fora arguida nenhuma questão preliminar, tampouco da análise dos autos verifica-se a existência de qualquer das hipóteses elencadas no artigo 397 e incisos do Código de Processo Penal, nos termos do artigo 56 da Lei 11.343/2006, RECEBO A DENÚNCIA ofertada e desde já designo audiência de instrução, interrogatório e julgamento para o dia 23 de fevereiro de 2017, às 9 horas.Intimem-se as testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, bem como, PROCEDA-SE A CITAÇÃO DO ACUSADO.Cientifiquem-se o Ministério Público e a defesa.Serve como MANDADO de citação e intimação do denunciado, bem como MANDADO de intimação das testemunhas arroladas pelas partes, cujo rol segue anexo. Serve a presente como ofício nº _____/2017 para requisitar ao Comandante da Policia Militar, a liberação dos PMs Cleber da Costa Brito, Miranda, Thiago e Klipel para comparecer na audiência designada, onde servirão como testemunhas.Serve a presente como ofício ao Presídio nº _____/2017 requisitando a liberação e condução do denunciado para audiência, se até a data estiver preso.Serve a presente DECISÃO como CARTA PRECATÓRIA a ser distribuída a uma das Varas Criminais da Comarca de CACOAL/RO, com a FINALIDADE de inquirir as testemunhas de defesa. Prazo Urgente. Réu preso:a) INTIMAR e INQUIRIR as testemunhas de defesa do denunciado, abaixo transcritas, em dia e hora a ser designado por Vossa Excelência. (encaminhar cópia da denúncia, da defesa prévia, procuração do advogado e demais documentos necessários).PESSOAS A SEREM INTIMADAS:1- JOSÉ VALCI DA SILVA NASCIMENTO, brasileiro, casado, autônomo, residente na Rua C, nº 106, Bairro São Marcos, nessa Comarca de Cacoal/RO;2- MARTA HELENA WESTPHAL, brasileira, solteira, do lar, rsidente na Rua C, nº 1006, Bairro São Marcos, nessa Comarca de Cacoal/RO e;3- SANDRA NUNES DA SILVA, brasileira, solteira, autônoma, residente na Rua Pedro II, nº 2220, Bairro Jardim Cloadoaldo, nessa Comarca de Cacoal/RO.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0000509-59.2016.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Macaulay Camargo Pereira, Julio Cezar de Souza Costa
Advogado:Lindomar Castilho Silva Pinto (OABRO 6961), Silvio Pinto Caldeira Junior (OAB/RO 3933)
DESPACHO:
Intime-se o denunciado Julio Cezar de Souza Costa a comprovar se ainda está trabalhando no estabelecimento comercial, bem como a necessidade de deslocar, constantemente, para zona rural, conforme requerido pelo Ministério Público.No mais aguarde-se a audiência designada, às fls. 200.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0000823-05.2016.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Autieres Berger
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
DECISÃO:
Tendo em vista que na defesa apresentada pelo denunciado, às fls. (não numerada) não fora arguida nenhuma questão preliminar, tampouco da análise dos autos verifica-se a existência de qualquer das hipóteses elencadas no artigo 397 e incisos do Código de

Processo Penal, designo audiência de instrução, interrogatório e julgamento para o dia 2 de março de 2017, às 8 horas.Intimem-se as testemunhas arroladas pela acusação (fls. 4) e pela defesa (fls. não numeradas), bem como o acusado.Havendo necessidade de expedição de carta precatória, as partes deverão ser intimadas. Cientifiquem-se o Ministério Público e a defesa.SERVE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DO DENUNCIADO E INTIMAÇÃO DAS TESTEMUNHAS ARROLADAS PELAS PARTES, CUJO ROL SEGUE ANEXO.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 1000261-42.2017.8.22.0008
Ação:Carta Precatória (Criminal)
Autor:Ministério Público Federal
Denunciado:Olivino Mendes de Jesus, Natal Suruí, Miguel Suruí Araújo
Advogado:Thiago da Silva Viana (RO 6227), Gervano Vicent (RO 1456), Claudiomar Bonfá (AOB/RO 2373)
DESPACHO:
Em cumprimento ao ato deprecado, designo interrogatório dos denunciados para o dia 23 de fevereiro de 2017, às 9h20. Comunique-se ao Juízo deprecante.Cientifique-se o Ministério Público e a defesa.Serve o presente como MANDADO de intimação.Serve como ofício _____/2017 ao Juízo Deprecante da Justiça Federal, Subseção de Ji- Paraná/RO, comunicando quando a data da designação da audiência (referente ao processo nº 180-70.2014.4.01.4103, nº da CP: 778/2016.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0001823-74.2015.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Carlos Junior Cardoso dos Santos
DECISÃO:
Tendo em vista que o denunciado Maurício Antonio da Silva, não faz jus ao benefício da suspensão condicional do processo, conforme a certidão de antecednetes criminais de fls. 150/157, e, na defesa apresentada pelo denunciado, às fls. 100/102 não fora arguida nenhuma questão preliminar, tampouco da análise dos autos verifica-se a existência de qualquer das hipóteses elencadas no artigo 397 e incisos do Código de Processo Penal, designo audiência de instrução para o dia 2 de março de 2017, às 8h20. Intimem-se as testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa (fls. 3/5), bem como o acusado.Havendo necessidade de expedição de carta precatória, as partes deverão ser intimadas.Cientifiquem-se o Ministério Público e a defesa.Cumpra-se expedindo-se o necessário.1- Serve a presente como ofício nº _____/2017 para requisitar ao Comandante da Policia Militar, desta Cidade, a liberação do(s) PM(s) SD PM ÉDERSON MIRANDA REIS para comparecerem no Fórum, desta Cidade ocasião em que será(ão) inquirido(s) como testemunha(s), no dia e hora acima designado.2- SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA PRECATÓRIA A SER DISTRIBUÍDA PARA UMA DAS VARA CRIMINAIS DA COMARCA DE PIMENTA BUENO/RO. PRAZO 30 DIAS. COM AS SEGUINTES FINALIDADE S:a) INTIMAR o denunciado MAURÍCIO ANTONIO DA SILVA, brasileiro, solteiro, autônomo, anscido aos 20/11/1969, natural de Icaraíma/PR, filho de Maria Julio dos Santos e Antonio Otavio da Silva, portador do RG 363436 SSP/RO e CPF 350.663.262-00, residente na Rua Mariana, nº 580, nessa Comarca de Pimenta Bueno/RO - Fone 99989-9106, para comparecer, no Fórum de Espigão do Oeste/RO, no dia 2/3/2017, às 8h20 para audiência de instrução e julgamento.b) Proceder o INTERROGATÓRIO do denunciado MAURÍCIO ANTONIO DA SILVA, acima qualificado, em dia e hora a ser designado por Vossa Excelência. (encaminhar cópia da denúncia, depoimentos e demais documentos necessários).c) PROPOR E FISCALIZAR SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO em favor do denunciado CARLOS JUNIOR CARDOSO DOS SANTOS, brasileiro, união estável, autônomo, nascido aos 15/16/1986, em Santa Luzia do Oeste/SC, filho de Maria de Souza Cruz e Dorcindo Cardoso dos Santos, inscrito no CPF 864.103.182-00, residente na Estância Camily de João Cabral, Estrada Marta Regina, Km 1, nessa Comarca de Pimenta Bueno/RO - fone 98410-3781, nas condições ofertadas, às fls. 127, pelo Ministério Público, desta Comarca, em dia e hora a ser designado por Vossa Excelência. (encaminhar cópia da denúncia, depoimentos e demais documentos necessários). Não sendo aceito o benefício pelo denunciado, ou não fazendo jus ao mesmo, proceda-se o interrogatório do réu.d) PROCEDER A OITIVA DA TESTEMUNHA comum às partes FLÁVIA TENÓRIO DE MATOS, brasileira, solteira, auxiliar de fiscalização de trânsito do Detra/RO, matrícula 300093070, filha de Elaine Tenório Maranhão de Araújo e Francisco de Matos Sobrinho, nascida aos 13/06/1988, natural de Pimenta Buneo/RO, residente na Quadra 5, casa 4, Bairro BNH I, nessa Comarca.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0001460-53.2016.8.22.0008
Ação:Inquérito Policial (Réu Preso)
Autor:Delegacia de Polícia Civil / EOE
Indiciado:Denilton Moreira Neves, Diego Sérgio Martins
Advogado:Silvio Pinto Caldeira Junior (OAB/RO 3933), Graziane Maksuelen Musquim (RO 7771), Silvio Pinto Caldeira Junior (OAB/RO 3933)
DECISÃO:
Tendo em vista que na defesa apresentada pelo denunciado às fls. 82/83 não fora arguida nenhuma questão preliminar, tampouco da análise dos autos verifica-se a existência de qualquer das hipóteses elencadas no artigo 397 e incisos do Código de Processo Penal, nos termos do artigo 56 da Lei 11.343/2006, RECEBO A DENÚNCIA ofertada e desde já designo audiência de instrução, interrogatório e julgamento para o dia 22 de fevereiro de 2017, às 10 horas.Intimem-se as testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, bem como, PROCEDA-SE A CITAÇÃO DOS ACUSADOS.Cientifiquem-se o Ministério Público e a defesa. Serve como MANDADO de citação e intimação do denunciado, bem como MANDADO de intimação das testemunhas arroladas pelas partes, cujo rol segue anexo.Serve a presente como ofício nº _____/2017 para requisitar ao Comandante da Policia Militar, a liberação dos PMs Fabio Rodrigues de Freitas, Cleber da Costa Brito para comparecer na audiência, acima designada, onde servirão como testemunhas.Serve a presente como ofício ao Presídio nº _____/_____ requisitando a liberação e condução dos denunciados para audiência, se até a data estiver preso. Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017. Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

2º CARTÓRIO

2º Cartório

Proc.: 0001893-96.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Luzia Niemer
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
SENTENÇA:
SENTENÇA LUZIA NIEMER, por meio de sua curadora, ajuizou ação ordinária de cobrança contra o INSS, objetivando o pagamento das parcelas pretéritas relativamente ao benefício de pensão por morte que lhe fora concedido em decorrência do óbito de seu genitor.Consta na inicial que a requerente, nascida em 31/03/1958, é portadora de doença mental e epilepsia desde o nascimento, o que a impossibilitou de seguir uma vida independentemente. Foi

cuidada pelos pais até os óbitos desdes (a genitora faleceu em 07/06/1988 e o genitor em 03/11/1990), após o que passou a residir com sua irmã. Em 20/10/1998 a requerente apresentou pedido administrativo perante o INSS para recebimento de pensão por morte em razão do óbito do genitor, que era aposentado como segurado especial. O pedido foi concedido pela autarquia previdenciária, sendo que o benefício passou a ser pago a partir do requerimento administrativo. A autora entende que têm direito ao pagamento do benefício desde o óbito do instituidor, já que é absolutamente incapaz.Com a inicial foram apresentados os documentos de fls.13/87.Citado, o INSS apresentou contestação às fls.90/91,verso, argumentando que para a análise do caso é imprescindível a verificação da data do início da incapacidade.Foi realizada perícia médica com o fim de verificar o início da incapacidade da requerente, tendo o laudo sido juntado às fls. 135/141.O INSS requereu esclarecimento ao perito (fl.141,verso) mas o Juízo entendeu que o esclarecimento era desnecessário (fls.170/171). Realizada instrução, na qual foram ouvidas 04 testemunhas arraladas pela parte autora (fls.160/163). As partes foram intimadas para apresentação de alegações finais, tendo a parte autora manifestado-se às fls.166/167,e o INSS apenas oposto ciência à fl.167,verso.Diante de interesse de incapaz, o Ministério Público foi instado a se manifestar, tendo apresentado parecer favorável à procedência do pedido (fls.172/176.É o relatório.Passo a decidir. Busca a autora, em síntese, o recebimento de parcelas pretéritas do benefício de pensão por morte, na qualidade de dependente do Sr. Carlos Frederico Bertholdo Ninmer, falecido em 03/11/1990, entendendo que faz jus ao benefício desde o óbito do instituidor, mas o INSS lhe concedeu o benefício somente a partir do requerimento administrativo.Como se sabe, a pensão por morte é devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aí incluído o filho com a deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz.A qualidade de segurado do instituidor e a condição de dependente da autora são incontroversas, posto que o benefício foi concedido administrativamente pelo INSS. A controvérsia gera em torno do termo inicial do benefício, pois a requerente entender fazer jus às parcelas desde o óbito do instituidor e o INSS implantou o benefício apenas a partir do requerimento administrativo, que se deu em 20/10/1998.Como se sabe, o direito ao benefício de pensão por morte rege-se pela legislação previdenciária vigente na data do falecimento de seu instituidor.Até a Lei nº 9.528/1997, que alterou o art. 74 da Lei 8.213/1991, a pensão por morte era devida desde a data do óbito, independentemente da data do requerimento. O instituidor do benefício faleceu em 03/11/1990 (fl.17). Do quanto contido nos autos extrai-se que o benefício foi concedido à autora enquanto filha incapaz. A incapacidade foi declarada judicialmente em ação de interdição (fls. 25).Os elementos probatórios colhidos indicam que a a patologia que impede a autora de levar uma vida independente a acompanha desde o nascimento.De fato, a perícia realizada demonstrou que a autora apresenta retardo mental desde o nascimento (CID F71), condição que a torna incapaz para o trabalho (fls.138/141). A irresignação do INSS com relação à necessidade de esclarecimento do perito quanto ao fato da ressonância do crânio ter indicado condição normal não prospera. Como já apontado na DECISÃO de fls.170/171, a existência da patologia desde a infância foi atestada pelo perito, que não está adstrito exclusivamente a exames médicos para a constatação de enfermidades. Registra-se ainda que o médico neurologista Leonilto José de Assis, ouvido como testemunha, esclareceu que um exame de ressonância do crânio ostentando normalidade não descarta a possibilidade de retardo mental (fl.163). Além disso, o termo inicial da enfermidade foi apontado de forma uníssona pelas testemunhas, que, a par de conhecerem a autora há muitos anos, declararam que a doença mental sempre a acompanhou. Vejamos:Testemunha Leonido Zumack (fl.160): " […] Eu conheço a Luzia Niemer desde 1988, sendo que desde criança ela apresenta problemas mentais […] até para atravessar a rua tem que ser de mão dada com alguém. Alguma coisa a gente consegue conversar com ela. A ajuda que ela dá é muito pouca. Eu sei que ela já fez vários tratamentos. Quem toa conta da Luiza é a dona Elzira e o seu Umbelino. Antes a Luzia morava com seus pais na mesma linha Eletrônica, só que mais para dentro". Testemunha Sigmar Pittelkom (fl. 161): " […] Desde que eu conheço a Luzia, ela é doente mental, sendo que ela nunca conseguiu trabalhar [...]".Testemunha Samuel Beling (fl.162): " Eu resido desde 1998 naquela região, sendo que a minha propriedade fica a uns 500 metros onde mora a dona Elzira Raasch. Quando eu mudei lá para aquela região, a Luzia ainda morava com seus pais, depois do falecimento deles é que ela veio morar com a dona Elzira e seu Umbelino […] A Luzia não consegue fazer nenhum serviço pois ela é deficiente tipo uma criança[...] Eu posso afirmar que desde que conheço a Luzia ela já tinha o problema". Assim, não há dúvidas de que a desde o nascimento a autora é portadora de deficiência mental que a impede de levar uma vida independente. Restou comprovado, portanto, que a incapacidade da autora é preexistente ao óbito do seu genitor. A pensão por morte é devido ao incapaz desde o óbito, independentemente da data de entrada do requerimento na esfera administrativa, à luz das previsões legais contidas nos arts. 169, inciso I, e 5º, inciso I, ambos do Código Civil de 1916, e do art. 198, inciso I e 207 do Código Civil c/c os arts. 79 e 103, parágrafo único, da Lei de Benefícios.Sem adentrar no MÉRITO do controvertido Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146, de 06 de julho de 2015) que exclui do rol de absolutamente incapazes as pessoas que não tiveram o necessário discernimento para os atos da vida civil, entendo que nova lei não se aplica à autora, já que a ação foi ajuizada ainda quando da vigência da antiga legislação.Assim, a autora faz jus ao recebimento da pensão desde a data do óbito, pois o óbito do instituidor ocorreu antes da vigência atual do art. 74 da Lei 8.213/91, e por ser absolutamente incapaz (nos termos da legislação civil anterior), a autora não sofre os efeitos da prescrição e da decadência. DISPOSITIVO Diante do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido proposto por LUZIA NIEMER, representada por sua curadora, em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS, para condenar a autarquia previdenciária a retroagir a data inicial do benefício de pensão por morte à autora, desde o óbito do instituidor, ocorrido em 03/11/1990, e consequentemente pagar as prestações vencidas entre o óbito e a implantação administrativa, que ocoreu em 20/10/1998(fl.85). Resolvo o feito, com análise de MÉRITO, nos termos do art. 487, I do CPC.A correção monetária incidirá a contar do vencimento de cada prestação e os juros a contar da citação, considerando os índices estabelecidos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, observada quanto aos juros a lei 11.960, de 2009, a partir da sua vigência. A sucumbência da autarquia é patente, razão pela qual devem ser fixados honorários em favor do advogado da autora, que arbitro em 10% das parcelas pretéritas, salientando que inexistem parcelas vincendas. Conforme o inciso I do art. 4º da Lei 9.289/96, o INSS é isento de custas quando a ação é processada perante a Justiça Federal, e, in casu, também perante a Estadual, não porém do reembolso à parte vencedora se for o caso (Súmula nº 1 do TRF - 1ª Região, art. 4º, I e parágrafo único, da Lei nº 9.289/96).SENTENÇA não sujeita ao reexame necessário, considerando que a condenação não ultrapassa o montante fixado no art. 496, §3º, I do CPC.Em caso de recurso deverá o cartório intimar a parte contrária para apresentar suas contrarrazões, independentemente de nova CONCLUSÃO e transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, remeter os autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Caso haja pedido de cumprimento de SENTENÇA, a parte interessada deverá requerê-lo diretamente no PJe, instruindo o seu pedido com os documentos necessários. Publicação e registro automáticos. Intimem-se as partes.Cumpra-se. Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0001998-68.2015.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rosalina Ferreira de Araújo
Advogado:Andre Bonifacio Ragnini (RO 1119), Juliana Carvalho da Silva (OAB/RO 5511)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Lucas Vendrusculo (RO 2666), Alvaro Luiz da Costa Fernandes ( )
DESPACHO:
O SAP aponta a existência de petição protocolada em outra Comarca em 03/02/2017. Aguarde-se a vinda da petição ou intime-se a parte interessada para que forneça cópia da petição.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0002106-34.2014.8.22.0008
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Sp Comércio de Alimentos Ltda
Advogado:Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4428), Marco Cesar Kobayashi (OAB/RO 4351)
Executado:Vagner Almeida Gomes
DESPACHO:
Procedo a juntada de cópia do MANDADO 163076/2016.Verifico que o MANDADO de intimação foi expedido erroneammente, posto que, constou como partes o Município de Espigão do Oeste e Paulo Cezar Mecias.Assim, expeça-se novo MANDADO de intimação do executado, conforme determinado às fls. 41.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0000929-06.2012.8.22.0008
Ação:Inventário
Requerente:Francielle Balestrim da Silva Fernandes, Dinamara da Silva Fernandes
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( ), Noel Nunes de Andrade (OAB/RO 1586), Éder Timóteo P. Bastos (RO 2930), Joelma Antonia Ribeiro de Castro (RO 623-E), Jonatas da Silva Alves (RO 6.882), Priscila Moraes Borges (RO 6.263)
Inventariado:Espólio de Valdisor Ferandes
DESPACHO:
Expeça-se alvará para levantamento do valor de fl. 106 para pagamento de metade da dívida de fl. 72, conforme deferido às fls. 99.Havendo remanescente, deverá ser depositado judicialmente. Intime-se a inventariante para que traga aos autos a prestação de contas, no prazo de 30 dias.Intime-se ainda, para trazer aos autos certidão negativa municipal em nome do falecido, bem como certidão negativa de débitos dos imóveis inventariados.Após, dê-se vista ao MP.Expeça-se o necessário.I.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0003705-71.2015.8.22.0008
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu:Hugo de Souza Viana
Advogado:Humberto Alencar Dickel de Souza (RO 1678), Lirvani Favero Storch (OAB/RO 7733)
DESPACHO:
Diante do ofício de fl. 62, designo audiência justificação para o dia 02 de março de 2017, às 08h30min. Intime-se o reeducando para comparecer à audiência acompanhado de advogado, sob pena de ser-lhe nomeado defensor dativo.Expeça-se o necessário. Ciência ao Ministério Público. I.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0002135-50.2015.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Eugênio de Oliveira Me Auto Peças Central
Advogado:Danilo Eugênio Guimarães de Oliveira (OAB/DF 40951), Francisco Valter dos Santos (OAB/RO 3583)
Requerido:Alexandro Angelo Paulosi
DESPACHO:
Defiro o desentranhamento dos documentos de fls. 11/13 pelo requerido.Renove-se a intimação do requerido. Inerte, Após, arquivem-se os autos, ante o cumprimento voluntário da obrigação.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0002637-91.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Wilson Viana
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Condenado:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DECISÃO:
Trata-se de ação proposta por WILSON VIANA em face de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS.O requerido foi citado, porém, deixou de apresentar contestação. Durante a instrução colheram-se os depoimentos de duas testemunhas (fl. 54-CD).Alegações finais do autor às fls. 62 e do requerido às fls. 64/67. Houve SENTENÇA, a qual julgou procedente o pedido inicial (fls. 68/70).O INSS apresentou recurso de Apelação (fls. 71/74), requerendo a extinção do processo sem resolução de MÉRITO, por carência de ação, ante a manifesta ausência de interesse processual.O requerente apresentou contrarrazões do recurso (fls. 76/81).Pois bem.O TRF 1ª região se manifestou nos autos, reconhecendo a necessidade da comprovação do requerimento administrativo junto ao INSS. O Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 631240, reconheceu a necessidade de prévio requerimento administrativo para o manejo das ações previdenciárias, tendo atribuído repercussão geral à matéria. Graças à isso, o plenário aprovou as regras de transição a serem observadas nos processos que já estão em trâmite.As regras estabelecidas preveem três situações, a saber: Em primeiro lugar, ficou definido que, para aquelas ações ajuizadas em juizados itinerantes, a ausência do pedido administrativo não implicará a extinção do feito. Isso se dá porque os juizados se direcionam, basicamente, para onde não há agência do INSS. Em segundo lugar, nos casos em que o INSS já apresentou contestação de MÉRITO no curso do processo judicial fica mantido seu trâmite. Isso porque a contestação caracteriza o interesse em agir do INSS, uma vez que há resistência ao pedido.Em terceiro lugar, ficou definido que as demais ações judiciais deverão ficar sobrestadas. Nesses casos, o requerente do benefício deve ser intimado pelo juízo para dar entrada no pedido junto ao INSS, no prazo de 30 dias, sob pena de extinção do processo. Uma vez comprovada a postulação administrativa, a autarquia também será intimada a se manifestar, no prazo de 90 dias. Uma vez acolhido administrativamente o pedido, ou nos casos em que ele não puder ser analisado por motivo atribuível ao próprio requerente, a ação é extinta. Do contrário, fica caracterizado o interesse em agir, devendo ter seguimento o pedido judicial da parte. A data do início da aquisição do benefício, salientou o ministro Roberto Barroso, é computada do início do processo judicial.Desta forma, de acordo com a fundamentação supra, suspendo o feito por 30 (trinta) dias, prazo no qual o autor deverá pleitear administrativamente pelo benefício requerido, comprovando o seu requerimento nos autos.Findo o prazo, caso o requerente não se manifeste, tornem conclusos para extinção. Caso haja a comprovação da postulação administrativa, intime-se o INSS para que se manifeste acerca do deferimento ou não do pedido, no prazo de 90 dias. Findo este prazo, com ou sem manifestação do INSS, tornem conclusos. Intime-se o requerente, por meio de sua procuradora, bem como o INSS.I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0004498-15.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Agnaldo Nunes da Silva
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/MS 6611)
DESPACHO:
Defiro o pedido de fl. 93. Solicite-se ao perito o agendamento de data e local para a realização da prova. Após, intime-se pessoalmente a parte autora para comparecer na data e local designados pelo perito.Expeça-se o necessário.I.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0004208-63.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Neuza Patricio do Nascimento
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403), Claudia Binow Reiser (RO 7396)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DESPACHO:
Trata-se de ação previdenciária para restabelecimento de auxílio-doença ou concessão de aposentadoria.Às fls. 111, o perito nomeado informou ser necessário reavaliar a autora para obtenção de dados complementares da paciente para a entrega do laudo pericial. O laudo foi juntado aos autos (fls. 112/132).Assim, intime-se o perito para esclarecer se foi realizada a reavaliação da paciente e caso não tenha sido realizada, se a CONCLUSÃO do laudo seria diferente.Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a perícia ortopédica de fls. 85/86 (Dr. Antônio Mauro de Rossi).Com as informações, intimem-se as partes.I.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0001186-60.2014.8.22.0008
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Ademar Estrelow de Oliveira
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
DESPACHO:
Diante da certidão de fl. 124,verso, designo audiência justificação para o dia 02 de março de 2017, às 09h30min. Intime-se o reeducando para comparecer à audiência acompanhado de advogado, sob pena de ser-lhe nomeado defensor dativo.Expeça-se o necessário.Ciência ao Ministério Público. I.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0001605-80.2014.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:V. B.
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Requerido:I. N. do S. S. -. I.
DESPACHO:
Trata-se de ação para manutenção de auxílio-doença e/ou aposentadoria por invalidez.O pedido de tutela de urgência foi deferido (fl. 49).Citado, o INSS apresentou contestação (fls. 52/54), acompanhada de documentos. O autor pugnou pela realização de perícia médica e designação de audiência de instrução e julgamento (fl.61).Vieram aos autos perícia médica às fls. 80/82 e complemento às fls. 88.Manifestação das partes (fls. 83/84, 85, 89 e 90,verso).O feito está em ordem.Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 26 de abril de 2017, às 09 horas.Intimem-se as partes sobre a apresentação do rol, e, caso ainda não apresentado adequadamente, terão o prazo de 05 dias para fazê-lo, a contar da intimação. Compete ao(à) advogado(a) do autor(a) e ao(à) procurador(a) do INSS, informar e intimar cada testemunha por si arrolada (observadas as regras do artigo 455 do N.CPC).I. C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017. Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0002066-18.2015.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cleiton Felberg Senhorinha
Advogado:Jessini Marie Santos Silva (MF 6117), Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa (OAB/RO 4688)
Requerido:Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia
DESPACHO:
Expeça-se ofício à chefe da CIRETRAN para juntar a esses autos Laudo Pericial, conforme determinado às fls.160/163.Diante da inércia dos patronos, intime-se o autor, pessoalmente, para juntar aos autos Laudo de Vistoria de sua motocicleta. Com a juntada, intimem-se as partes para que tomem ciência e especifiquem se pretendem produzir mais alguma prova.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo:30 dias
DE: APARECIDO DONIZETE DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF n° 294.468.802-20, natural de Nhandeara/SP, filho de João Marques da Silva e Onofra Carlos de Souza Silva, atualmente em endereço incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR o requerido acima qualificado para que, em 15 (quinze) dias a contar da presente Citação, querendo conteste o pedido na inicial, sob pena de serem tidos como verdadeiros todos os fatos narrados na inicial.
Processo: 7002301-26.2016.8.22.0008
Classe: Divórcio Litigioso
Assunto: Dissolução
Reqte: DARCI ANTONIA GONCALVES SILVA
Reqdo: APARECIDO DONIZETE DA SILVA
Sede do Juízo: Fórum de Espigão do Oeste, Rua Vale Formoso, 1.954 - CEP 76974-000 - Fone: (069) 3481-2279
Ane Bruinjé
Juíza Substituta

Autos nº 7000351-79.2016.8.22.0008
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 dias
FINALIDADE: CITAÇÃO da Requerida DIANA SAMPAIO FERREIRA SOARES, brasileira, casada, natural de Cacoal/RO, nascida em 26/04/1992, filha de Jovino Alves Ferreira e Terezinha dos Santos Sampaio, atualmente em lugar incerto e não sabido, - para contestar, querendo, a ação infra identificada, - cuja inicial está disponível em inteiro teor no Cartório desta 2ª Vara Genérica do Fórum de Espigão do Oeste, RO, - no prazo de 15 (quinze) dias, após o decurso do prazo deste Edital. Não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pelo Requerido, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor. Espigão do Oeste/RO, 12 de julho de 2016.
Ane Bruinjé, Juíza de Direito substituta
Sede do Juízo: Fórum da Comarca de Espigão do Oeste, Rua Vale Formoso, 1954, Vista Alegre, Espigão do Oeste, RO, 76974000 - Fones: (69)3481.2921(Fax); 3481-2279, 2ª Vara Genérica: Ramal 207, end. eletrônico eoe2vara@tjro.jus.br (vss)

COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0005465-34.2015.8.22.0015
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Condenado:Wesley Mateus da Silva Pereira
Advogado:Nivaldo Ribera de Oliveira (OAB-RO 3527)
DESPACHO:Recebo o recurso, por ser próprio e tempestivo. Venham as razões e contrarrazões.Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as homenagens do Juízo. Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.
Leonardo Meira Couto
Juiz de Direito

Proc.: 0004338-32.2013.8.22.0015
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciado:Wagner Alvares de Souza
Advogado:Fausto Schumaer Ale (RO 4165)
DESPACHO: Considerando a juntada do documento de fls. 243, redesigno o dia 17/05/2017, às 08 horas para audiência de instrução, onde serão ouvidas as testemunhas de defesa Jhonatam e Felisberto (fls. 161), bem como realizado o interrogatório do acusado.Promova-se o necessário.Guajará -Mirim-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.
Leonardo Meira Couto
Juiz de Direito
Francisca Mejia de Oliveira
Escrivã Judicial Titular

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Juizado Especial Cível
Juiz(a) de Direito: Karina Miguel Sobral
E-mail: karinasobral@tjro.jus.br
Diretor(a) de Cartório: Rita de Cássia de Brito Morais
E-mail: gum1civel@tjro.jus.br
Proc: 1001260-76.2014.8.22.0015 Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Edmilson Morais da Silva(Requerente)
Advogado(s): SAMAEL FREITAS GUEDES(OAB 2596 RO)
JOSE FERNANDES VALENTE(Requerido)
Edmilson Morais da Silva(Requerente)
Advogado(s): SAMAEL FREITAS GUEDES(OAB 2596 RO)
JOSE FERNANDES VALENTE(Requerido)
SENTENÇA
Trata-se de ação de cobrança, na qual as partes pugnam pela homologação do acordo entabulado em audiência.
Recebo o pedido de homologação de acordo e, considerando que as partes são capazes, o objeto é lícito e a matéria versa sobre direitos disponíveis (autorizado por lei), com fundamento no art. 840, do Código Civil, HOMOLOGO por SENTENÇA o acordo celebrado pelas partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.
Por conseguinte, declaro extinta a obrigação, bem como o feito, nos termos do art. 487, inciso III, alínea b , do CPC, determinando o arquivamento dos autos.
Fica ressalvado que, consoante informado às partes, por não haver nos autos comprovação da propriedade do bem, a presente homologação não trata de propriedade, sendo exclusivamente a respeito de exercício de posse.
Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput).
Dê-se baixa e arquivem-se os autos.
P.R.I.
Guajará-Mirim, data infra
Juíza Karina Miguel Sobral
Digite o Texto aqui ou clique em Trasportar...

Proc: 1000927-61.2013.8.22.0015 Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Leonardo Enéias Beltrão Silva(Requerente)
Advogado(s): SAMAEL FREITAS GUEDES(OAB 2596 RO)
JAIME LUIS CANDIAGO(Requerido)
Advogado(s): GREGORY AGUIAR MELO (OAB 4096 SE)
Leonardo Enéias Beltrão Silva(Requerente)
Advogado(s): SAMAEL FREITAS GUEDES(OAB 2596 RO)
JAIME LUIS CANDIAGO(Requerido)
Advogado(s): GREGORY AGUIAR MELO (OAB 4096 SE)
Fica nesta data intimada a parte requerente a se manifestar sobre a proposta de acordo apresentada pela parte requerida, no prazo de 05 (cinco) dias.

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Juiz de Direito Paulo José do Nascimento Fabrício
paulojnfabricio@tjro.jus.br
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br
telefones: 3541- 7187

Proc.: 0004568-74.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Karla Pinto Mesquita Importação e Exportação Me
Advogado:Aurison da Silva Florentino (OAB/RO 308B)
Requerido:Fortele Distribuidora de Cosméticos Ltda
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - Prazo: 30 dias
DE: FORTELE DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS LTDA, Registrado sob o CNPJ 10997045000136, através de seu representante legal.
FINALIDADE: CITAR a requerida FORTELE DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS LTDA, Registrado sob o CNPJ 10997045000136 para contestar a presente ação, no prazo 15 (quinze) dias, contados da dilação do prazo do Edital, sob pena de revelia e de serem considerados como verdadeiros os fatos descritos pelo autor.
Processo: 0004568-74.2013.822.0015
Classe: Procedimento Ordinário (Cível)
Parte Autora: Karla Pinto Mesquita Importação e Exportação Me
Advogado: Aurison da Silva Florentino OAB-308B
Requerido: Fortele Distribuidora de cosméticos Ltda
DESPACHO: Tendo em vista o Ofício Circular n. 009/2012/GAB/PR, datado de 5 de março de 2012, onde consta recomendação para que antes de determinar a citação por edital, os magistrados tentem confirmar o endereço ou encontrar o paradeiro dos réus por meios de convênios disponibilizados pelo Poder Judiciário, pesquisei de ofício junto ao sistema INFOJUD possível endereço atualizado da parte executada, todavia, como se vê do extrato anexo, o endereço é o mesmo constante na inicial.A diligência, portanto, foi negativa, conforme espelho anexo. Assim, cite-se a requerida por edital, pelo prazo de 30 (trinta) dias.Expeça-se o necessário.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 21 de outubro de 2016.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito
Sede do Juízo: Fórum Nelson Hungria, Av. 15 de Novembro c / Campos Sales, 1981, Serraria, Guajará-Mirim-RO, 76850000 - Fax: (69)3541-2013 - Fone: (69) 3541-7187, e-mail: gum2civel@tjro.jus.br
Guajará -Mirim, 31 de Outubro de 2016.
Paulo José do Nascimento Fabrício - Juiz de Direito - assinatura digital

Proc.: 0004640-61.2013.8.22.0015
Ação:Inventário
Requerente:Maria Leonora da Silva Lopes, Lucimar dos Santos Ramos, Francisca Cândida da Silva Alves, Maria de Lourdes Brito da Silva, Cecília Brito dos Santos, Isamar da Silva Florentino, Harrison da Silva Florentino, Aurison da Silva Florentino, Auriene da Silva Florentino Vieira, Aurineth da Silva Florentino Lemos, João da Silva Florentino
Advogado:Cherislene Pereira de Souza (RO 1015)
Requerido:Adair Florentino da Silva
DESPACHO: Nos termos do artigo 619, caput, do Código de Processo Civil, manifestem-se os interessados, querendo, acerca

do pedido de alienação dos bens indicados pelo inventariante às fls. 514/515, bem como acerca da proposta juntada às fls. 516, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de seu silêncio ser interpretado como anuência à venda dos respectivos bens.Decorrido o prazo, certifique-se e façam conclusos os autos.Intime-se.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.Paulo José do Nascimento Fabrício - Juiz de Direito.

Proc.: 0005334-59.2015.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Banco Bradesco Financiamentos S.a
Advogado:Rosângela da Rosa Correa (OAB/RO 5.398)
Requerido:M Mund Com e Rep. Imp.e Exportação
Advogado:Celso Alves Pinho (OAB/MT 12709)
DECISÃO:
DECISÃO Trata-se de execução de título extrajudicial ajuizada por Banco Bradesco Financiamento em face de M Mund Com e Rep. Imp e Exportação.Após a realização do bloqueio on line via sistema Bacenjud, a parte executada fora intimada, nos termos do §2º do artigo 854 do CPC para que no prazo de 05 (cinco) dias comprovasse que os valores tornados indisponíveis eram impenhoráveis.Logo em seguida, a parte executada apresentou exceção de pré-executividade, alegando em síntese, que o contrato objeto da presente demanda era objeto de discussão nos autos de nº. 7001395-49.2015.8.22.0015, eis que teria sido firmado por terceiro sem o seu conhecimento. Sustenta que o contrato em discussão foge de sua realidade, eis que os valores obtidos com o seu trabalho são suficientes apenas para cobrir seus gastos diários, razão pela qual, a aquisição do veículo indicado na inicial não condiz com sua proporção financeira. Afirma que o veículo se encontra na posse de terceiro no Estado de Goiás. Requer, ainda, a denunciação da lide em desfavor desse terceiro. Por fim, alega ser comerciante e seu sustento e de sua família é todo retirado das vendas de suas mercadorias.Intimada a se manifestar, a excepta quedou-se inerte, conforme certidão de fls. 100. Decido.Os argumento utilizados pela parte excipiente não merece acolhimento, a toda evidência.Ao consultar o andamento processual dos autos virtuais de nº. 7001395-49.2015.8.22.0015, verifico que ao contrário do alegado, o pleito da parte fora julgado improcedente, conforme SENTENÇA lá proferida desde o dia 11/07/2016, com o trânsito em julgado devidamente certificado no dia 16/08/2016.Não bastasse, observo que pretende o executado, por vias transversas, rediscutir matéria já alcançada pela coisa julgada nos autos da ação anulatória de débito supramencionada, visto que os fatos aqui alegados já foram objeto de discussão naquela demanda, cujo pedido fora inclusive julgado improcedente por este juízo.Cabe ressaltar que, nos termos do DESPACHO de fls. 77, incumbia ao executado apenas comprovar que os valores tornados indisponíveis eram impenhoráveis, o que conforme se denota dos autos, deixou de ser atendido a contento pela parte. Ao contrário disso, limitou-se o executado apenas em afirmar que os valores bloqueados eram imprescindíveis para o sustento próprio, de sua família e dos negócios da empresa sem apresentar, contudo, qualquer documento comprovando o alegado. Assim, devem ser rejeitadas as alegações da parte no tocante à impenhorabilidade dos valores, pelas razões acima delineadas. Do mesmo modo, deve ser rejeitado o pedido de denunciação da lide, ante a incompatibilidade da medida com o rito da execução. Diante do exposto, REJEITO a exceção de pré-executividade e como consequência, converto em penhora os valores anteriormente tornados indisponíveis, o que independerá da lavratura de auto (§5º artigo 854) e, como consequência, determino a transferência do montante para conta vinculada ao juízo da execução, conforme demonstrado em espelho anexo.Em seguida, intime-se o devedor para, querendo, ofereça embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da intimação da parte desta DECISÃO, cujas matérias deverão ser limitadas às hipóteses previstas no artigo 917 do CPC.Decorrido o prazo, certifique-se e façam conclusos os autos. Intime-se.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017. Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito
Daniely Lucas Aragão Dantas
Diretora de Cartório Exercício

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Av. XV de Novembro, 1981, Fórum Nelson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone:(69) 35412389
Processo nº 0005844-72.2015.8.22.0015
Polo Ativo: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Advogado do(a) EXEQUENTE: VALDECIR DA SILVA MACIEL - RO0000390
Polo Passivo: RAIMUNDO FELIX DE OLIVEIRA
CertidãoCertifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG. Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes. O referido é verdade. Dou fé.
rcm
Guajará-Mirim, 6 de fevereiro de 2017
Daniely Lucas Aragão Dantas
Diretora de Cartório

COMARCA DE JARU

1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Proc: 1000191-74.2016.8.22.0003 Ação:Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular (Juizado Criminal)
N. L. J. (Querelante)
Advogado(s): Piero Filipi de Carvalho Lima(OAB 6297 RO)
P. L. D. N. (Adjudicado)
N. L. J. (Querelante)
Advogado(s): Piero Filipi de Carvalho Lima(OAB 6297 RO)
P. L. D. N. (Adjudicado)
M. P. d. E. de R. (Custos Legis (Fiscal da Lei))
Vistos.
Designo audiência de Instrução e Julgamento para o dia 30/03/2017 às 09h30min.
Int.
Jaru, 19 de dezembro de 2016.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

Proc: 1000116-69.2015.8.22.0003 Ação:Procedimento do Juizado Especial Criminal - Sumaríssimo
Delegacia de Polícia de Jaru(Autor)
Roberto Passarelli(Autor do fato)
Advogado(s): Rooger Taylor Silva Rodriques(OAB 4791 RO)
GABARITO nº 05/2016
Juiz de Direito: Luís Marcelo Batista da Silva

Proc.: 1000116-69.2015.8.22.0003
Classe: Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Promovente: Delegacia de Polícia Civil de Jaru/RO
Promovido: Roberto Passarelli
Advogado(s): Rooger Taylor Silva Rodrigues (OAB/RO 4791)
FINALIDADE: Intimar o advogado acima citado para se manifestar nos autos em razão do parecer ministerial de mov. 61 e certidão expedida no mov. 59.
Ozir de Oliveira Alves
Diretor de Cartório Substituto

Proc: 1000187-71.2015.8.22.0003 Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Delegacia de Polícia de Jaru(Autor)
Cleiton Uelinton Rodrigues Teixeira(Infrator)

Advogado(s): Everton Campos de Queiroz(OAB 2982 RO)
Delegacia de Polícia de Jaru(Autor)
Cleiton Uelinton Rodrigues Teixeira(Infrator)
Advogado(s): Everton Campos de Queiroz(OAB 2982 RO)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei))
"Vistos. Cleiton Uelinton Rodrigues Teixeira foi denunciado como incurso nos artigos 311 e 309, ambos do Código de Trânsito Brasileiro (mov. 33). A certidão juntada no mov. 48 atesta a morte do infrator em 12 de novembro de 2016 na cidade de Jaru/RO.assim, Julgo Extinta a Punibilidade do infrator CLEITON UELINTON RODRIGUES TEIXEIRA, na forma do artigo 107, inciso I, do Código Penal, em razão do seu falecimento. Arquive-se oportunamente com as cautelas de praxe..R.I., 17 e janeiro de 2017. Adip Chaim Elias Homsi Neto. Juiz Substituto.

Proc: 1000165-76.2016.8.22.0003 Ação:Petição (Juizado Criminal)
F. G. R. D. R. (Autor)
Advogado(s): Sidney da Silva Pereira(OAB 8209 RO)
S. D. O. L. (Réu)
F. G. R. D. R. (Autor)
Advogado(s): Sidney da Silva Pereira(OAB 8209 RO)
S. D. O. L. (Réu)
M. P. d. E. de R. (Custos Legis (Fiscal da Lei))
Vistos,Trata-se de ação penal de iniciativa privada em que a querelante FABIANA GORETE RIBEIRO DA ROCHA representa a querelada SIMONE DE OLIVEIRA LEAL, por ter esta, em tese, infringido os artigos 139 e 140 do Código
Penal (movimento 1). Apesar da audiência preliminar designada para o dia 01/02/2017
(movimento 17), a querelante, através de seu advogado (movimento 10),
peticionou nos autos informando desistir da ação penal privada e pugnando pelo
arquivamento do feito (movimento 27). O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento de que é possível a desistência unilateral da queixa, antes do recebimento dela, independentemente da realização da audiência de conciliação [INQ n. 566-QO, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, DJ de 25.10.2002]. Nesse mesmo sentido (STF Inquérito n° 2.272-1-DF Rel. Min. Eros Grau DECISÃO de 14.11.05 DJU 24.11.05, pág. 5).
Ante o exposto, à vista da manifestação inequívoca da querelante em não prosseguir com o feito, renunciando o seu direito de queixa em razão do fato, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de SIMONE DE OLIVEIRA LEAL, ex vi do disposto no artigo 107, inciso V, do Código Penal c/c artigo 74, parágrafo único, da Lei 9.099/95, determinando via de consequência, o ARQUIVAMENTO do presente Termo Circunstanciado/QUEIXA-CRIME.
Feitas as comunicações de praxe, arquivem-se os autos. P.R.I. Jaru/RO, 30 de janeiro de 2017. Luís Marcelo Batista da Silva. Juiz de Direito.

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0000593-75.2016.8.22.0003
GABARITO nº 15/2017
Juiz de Direito: Luís Marcelo Batista da Silva
Proc.: 0000593-75.2016.8.22.0003
Classe: Execução da Pena
Autor: Ministério Público
Réu: Ana Beatriz dos Santos Lírio
Advogado(s): Sebastião de Castro Filho (OAB/RO 3646)
FINALIDADE: Intimar o(s) advogado(s) acima citado(s) para, no prazo de 3(três) dias, manifestar(em)-se nos autos acerca do Cálculo de Liquidação de Penas elaborado em 20/01/2017.
Gilson da Silva Barbosa
Diretor de Cartório

Proc.: 0001737-84.2016.8.22.0003
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 15 dias
Autos nº: 0001737-84.2016.8.22.0003
De: JUAREZ LEÃO ROCHA JUNIOR, brasileiro, maior, funcionário público, CPF 831.229.902-53, RG 822.397 SSP/RO, residente e domiciliado na Rua Marcos freire, 488, bairro Jardim Aeroporto II, em frente a Mercearia Modesto, ao lado da Igreja Presbiteriana do Brasil, na Cidade de Ouro Preto do Oeste/RO, encontrando-se atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do infrator acima qualificado da r. DECISÃO proferida por este Juízo, cuja parte dispositiva é a seguir transcrita: "[...] A dicção do artigo 22, incisos II e III, alíneas "a", "b" e "c", da Lei n. 11.340/06, autoriza este juízo, como medida cautelar, determinar o afastamento do lar e a não aproximação do agressor. No caso presente, vê-se perfeitamente que há evidências de que o requerido está vitimizando a requerente, havendo indícios da prática do crime de ameaça além de violência psicológica. […] O poder público, ciente dos fatos relatados, não pode permanecer inerte, impõe-se, então, o acolhimento do pedido de medida protetiva de urgência. Assim, determino que o requerido JUAREZ LEÃO ROCHA JUNIOR: 1) se abstenha de procurar a requerente Janaína bezerra Goes em qualquer lugar e sob qualquer pretexto, não podendo dela se aproximar a menos de 200 (duzentos) metros de distância; 2) fica proibido de se aproximar dos familiares da requerente ou importuná-los de qualquer forma, até mesmo por telefone. Intime-se o infrator e a vítima. Após, arquivem-se os autos, ressalvando que em caso de descumprimento, demonstrado através de reclamação da vítima, o feito será desarquivado para as providências devidas, podendo chegar ao decreto da prisão preventiva. Esta medida será válida até que seja declarada extinta a punibilidade do agente ou venha a ser absolvido ou arquivado o inquérito policial. [...] Jaru – RO, 30 de dezembro de 2016. Luís Marcelo Batista da Silva, Juiz de Direito."
Sede do Juízo: Fórum Min. Victor Nunes Leal – Rua Raimundo Cantanhede, 1080, Setor 02, Jaru-RO – CEP: 78940-000 / Fone (PABX): (069) 3521-2393, e-mail: jaw1criminal@tjro.gov.br.
Jaru, 6 de fevereiro de 2017.
Gilson da Silva Barbosa
Diretor de Cartório

Proc.: 0000550-41.2016.8.22.0003
GABARITO nº 16/2017
Juiz de Direito: Luís Marcelo Batista da Silva
Proc.: 0000550-41.2016.8.22.0003
Classe: Execução da Pena
Autor: Ministério Público
Réu: Sirlene Amaral Eler
Advogado(s): Sebastião de Castro Filho (OAB/RO 3646)
FINALIDADE: Intimar o(s) advogado(s) acima citado(s) para, no prazo de 3(três) dias, manifestar(em)-se nos autos acerca do Cálculo de Liquidação de Penas elaborado em 01/02/2017.
Gilson da Silva Barbosa
Diretor de Cartório
Gilson da Silva Barbosa
Diretor de Cartório

EDITAL PARA CADASTRAMENTO DE ENTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS COM DESTINAÇÃO SOCIAL
PRAZO 30 (TRINTA) DIAS
O DOUTOR LUÍS MARCELO BATISTA DA SILVA, JUIZ DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL E DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DA COMARCA DE JARU-RO, no uso de

suas atribuições legais e na forma da lei, FAZ SABER a quem se interessar que de 6 de fevereiro de 2017 a 30 de agosto de 2017, na Primeira Vara Criminal de Jaru-RO, localizada no Fórum Ministro Victor Nunes Leal, na rua Raimundo Cantanhede, n. 1080, Setor 02, nesta cidade, estará aberto o período para cadastramento de entidades públicas ou privadas com destinação social, interessadas em ser beneficiadas com o financiamento de projetos com recursos originados de prestações pecuniárias provenientes de processo criminal, nos termos e condições a seguir.

1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1 O presente edital tem por objetivo a chamada pública para cadastramento perante a Primeira Vara Criminal da Comarca de Jaru-RO, de entidades públicas ou privadas com destinação social interessadas em receber recursos provenientes de prestação pecuniárias originárias de processos criminais em trâmite na mencionada Vara.

1.2 O procedimento e a DECISÃO relativos ao cadastramento das entidades públicas ou privadas a que se reporta este edital, a apresentação de projetos a serem desenvolvidos com verbas provenientes de prestação pecuniárias, seu exame, sua aprovação, seu acompanhamento, a liberação de recursos e a prestação de contas observarão as normas contidas na Resolução n. 154 de 13 de junho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça e no Provimento n. 019/2014-CG, de 08 de novembro de 2014, da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Rondônia.

2. DO CADASTRO

2.1 As entidades públicas ou privadas com destinação social poderão apresentar projetos para serem financiados com recursos provenientes de prestação pecuniária de processos criminais desde que estejam cadastradas perante a Primeira Vara Criminal da Comarca de Jaru-RO.

2.2 O cadastro da entidade interessada somente será feito após o deferimento de inscrição por ela requerida, mediante apresentação do formulado contido no ANEXO I deste edital.

2.3 No ato de inscrição a entidade interessada deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, mediante fotocópia autenticada ou, por cópia simples acompanhada do original, cuja autenticidade será conferida por servidor que receber a inscrição da entidade:

I - ato constitutivo;

II - cópia de documentos (CPF, RG e comprovante de endereço) dos dirigentes responsáveis pela entidade, mediante apresentação de ato no qual tenha sido deliberado atribuição;

III - cópia de documentos (CPF, RG e comprovante de endereço) da pessoa responsável pela elaboração e execução do projeto, caso não coincida com o dirigente da entidade;

IV - comprovação de que atende à FINALIDADE social, ou de que executa atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, que atendam às áreas vitais de relevante cunho social;

V - cópia do estatuto, comprovante de endereço da entidade, número da conta corrente da entidade.

2.4 Deferido o cadastro a entidade ficará habilitada a apresentar projetos no ano de 2017.

2.5 Somente serão habilitadas entidades com sede nas localidades abrangidas pela Comarca de Jaru-RO (Jaru, Governador Jorge Teixeira, Theobroma, e seus respectivos distritos).

2.4 As entidades que foram cadastradas perante a Primeira Vara Criminal de Jaru-RO no ano de 2016 poderão requerer o recadastramento nos autos já distribuídos para essa FINALIDADE, procedendo-se à atualização da documentação exigida no item 2.3.

3. DA APRESENTAÇÃO E DO FINANCIAMENTO DE PROJETOS SOCIAIS

3.1 Da Apresentação do Projeto

3.1.1 As entidades cadastradas nos termos deste edital, poderão apresentar projetos para serem financiados por recursos oriundos de prestações pecuniárias provenientes de processo criminal que tenha tramitado na Primeira Vara Criminal ou no Juizado Especial Criminal de Jaru-RO.

3.1.2 O projeto deverá conter, no mínimo:

I - identificação da instituição;

II - objetivo;

III - justificativa;

IV - custo;

V - no mínimo três cotações de cada pedido, assinadas e carimbadas pelo fornecedor.

VI - cronograma de execução;

VII - assinatura do responsável pela instituição;

VIII - identificação do responsável pela execução;

IX - termo de responsabilidade pela aplicação do recurso em conformidade com o projeto.

3.1.3 Os projetos deverão ser apresentados em prazo razoável de modo a permitir a prestação de contas no ano de 2017.

3.2 Do Financiamento dos Projetos

3.2.1 Os numerários provenientes das prestações pecuniárias que não forem destinados às vítimas e aos seus dependentes, servirão para financiar projetos apresentados pelas entidades públicas ou privadas com FINALIDADE social, previamente cadastradas nos termos deste edital, priorizando-se o repasse desses valores aos beneficiários que:

I - atuem diretamente na execução penal, na assistência à ressocialização de apenados, e na assistência às vítimas de crimes e para prevenção da criminalidade, incluídos os conselhos da comunidade;

II - prestem serviços de maior relevância social;

III - apresentem projetos com viabilidade de implementação segundo a utilidade e a necessidade, obedecendo-se aos critérios estabelecidos nas políticas públicas específicas.

3.2.2 Não serão destinados recursos às entidades públicas e privadas com destinação social que:

I - promovam o custeio do Poder Judiciário;

II - realizem a promoção pessoal de magistrados ou integrantes das entidades beneficiadas e, no caso destas, para pagamento de quaisquer espécies de remuneração aos seus membros;

III - tenham fins político-partidários;

IV - não estejam regularmente constituídas, obstando a responsabilização caso haja desvio de FINALIDADE.

3.2.3 É vedada a destinação de todo o recurso arrecadado a uma única entidade, ou a um grupo de entidades, devendo haver preferencialmente uma distribuição equânime dos valores, de acordo com o número de entidades cadastradas com projeto aprovado, considerando a abrangência e a relevância social de cada projeto.

3.2.4 Deferido o financiamento do projeto social apresentado por entidade pública ou privada com destinação social, o repasse dos numerários ficará condicionado à assinatura de Termo de Responsabilidade de Aplicação dos Recursos, a ser firmado pelo representante da instituição pública ou privada beneficiária.

3.2.5 A transferência de recursos ocorrerá mediante expedição de alvará judicial que, preferencialmente, deverá ser expedido até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à aprovação do projeto.

3.2.6 O manejo e a destinação dos recursos provenientes da prestação pecuniária caracterizam-se como sendo públicos, de modo que a sua aplicação deve ser norteada pelos princípios da Administração Pública, previstos, dentre outros DISPOSITIVO s, no art. 37, caput, da Constituição Federal.

3.2.7 As instituições públicas ou privadas com destinação social que receberem recursos provenientes da prestação pecuniária de que tratam este edital, deverão apresentar prestação de contas da aplicação dos recursos recebidos perante a Primeira Vara Criminal de Jaru-RO, da forma mais completa possível, com a apresentação de planilhas, balanços, notas fiscais, notas técnicas, relatórios, fotografias e outras provas que se justifiquem pela natureza do projeto desenvolvido, sob pena de responsabilidade, ficando assegurada a publicidade e a transparência na destinação dos recursos.

3.2.8 A alocação de recursos às entidades selecionadas fica condicionada ao montante disponível na conta judicial no dia 31 de dezembro de 2016, no valor de R$ 733.369,84 (setecentos e trinta e três mil, trezentos e sessenta e nove reais e oitenta e quatro centavos).
3.2.9 Os projetos financiados devem ser finalizados no ano de 2017, inclusive no que diz respeito à prestação de contas nos termos do item 4 deste edital.
3.2.10 Os projetos apresentados no ano de 2016 que não tiverem sido concluídos, poderão ser aproveitados para efeitos deste edital, desde que a instituição esteja regularmente cadastrada e manifeste o desejo de aproveitamento do projeto.
4 DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
4.1 Finalizado o projeto a entidade beneficiada deverá prestar contas da verba recebida, no prazo de 30 dias, enviando à Primeira Vara Criminal de Jaru-RO relatório que deverá conter:
I - prestação de contas com planilhas dos valores gastos, conforme anexos II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX;
II - notas fiscais, ou cupons fiscais, em ordem cronológica, de todos os produtos e serviços custodiados com os recursos destinados pelo Poder Judiciário;
III - nos casos excepcionais, em que for necessária a utilização de recibo, é obrigatório o nome completo, CPF, endereço, telefone (caso tenha) da pessoa que o emitir e a descrição do produto/serviço;
IV - declaração assinada pelo representante da Instituição e pelo executor do Projeto que ateste a efetiva utilização do recurso e autenticidade dos documentos (modelo anexo III).
4.2 A entidade que deixar de entregar o relatório no prazo determinado ficará impedida de apresentar novo projeto pelo prazo de 6 (seis) meses. Caso o projeto seja apresentado sem alguma das especificações contidas no item anterior, será a entidade notificada a sanar a irregularidade em 5 (cinco) dias. Não sendo sanada a irregularidade, também ficará impedida de apresentar novo projeto por igual prazo.
4.3 A prestação de contas individualizada será submetida à homologação judicial, após o prévio parecer do serviço social do Juízo, se existente, do contador judicial e do Ministério Público.
4.4 As prestações de contas serão remetidas em lotes ao Tribunal de Justiça anualmente, pelo Juízo da Primeira Vara Criminal de Jaru-RO, que manterá cópia física ou eletrônica do projeto com a prestação de contas por um período mínimo de 5 (cinco) anos.
4.5 Havendo sobra de recursos, deverá ser devolvida ao juízo para alocar em outro projeto, sendo vedada atualização ou alteração do projeto de forma que o descaracterize. O valor devolvido deve ser depositado na conta única da Primeira Vara Criminal de Jaru-RO.
5. DO PRAZO DE CADASTRAMENTO
5.1 O prazo para cadastramento das instituições públicas e privadas com destinação social de que trata o presente edital ficará aberto no período de 6 de fevereiro de 2017 a 30 de agosto de 2017, quando os interessados deverão comparecer perante a Primeira Vara Criminal de Jaru-RO, no Fórum Min. Victor Nunes Legal, localizado na Rua Raimundo Cantanhede, n. 1080, Setor 02, de segunda a sexta-feira, no horário das 07h às 13h, ou das 16h às 18h, munidos da documentação exigida no item 2 deste edital.
6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
6.1 Para que chegue ao conhecimento de todos, o presente edital será publicado na forma da lei, afixado no átrio do Fórum e divulgado pelos veículos de comunicação social.
Jaru/RO, 2 de fevereiro de 2016
LUÍS MARCELO BATISTA DA SILVA
Juiz de Direito

ANEXO I

FORMULÁRIO DE CADASTRO DE ENTIDADE
NOME DA ENTIDADE:_____
_____
CNPJ_____CONTA CORRENTE n.: _____
AGÊNCIA n.:_____CÓDIGO N.:_____BANCO_____
E-MAIL:_____TELEFONE:_____
COM SEDE NA_____
NOME DO DIRIGENTE:_____
E-MAIL:_____TELEFONE:_____
CPF N.:_____ RG N.: _____
RESIDENTE NA_____
NOME DO EXECUTOR DO PROJETO:_____
E-MAIL:_____TELEFONE:_____
CPF N.:_____ RG N.: _____
RESIDENTE NA_____
Devem seguir em anexo:
I. Cópia do Ato constitutivo;
II. Cópia de documentos (CPF, RG e comprovante de endereço) dos dirigentes responsáveis pela entidade, mediante apresentação de ato no qual tenha sido deliberado atribuição;
III. Cópia de documentos (CPF, RG e comprovante de endereço) da pessoa responsável pela elaboração e execução do projeto, caso não coincida com o dirigente da entidade;
IV. Comprovação de que entidade realize atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde;
V. Cópia do estatuto, comprovante de endereço da entidade, número da conta corrente da entidade.
OBSERVAÇÃO: Anualmente, devem, o cadastro e a relação das entidades beneficiadas, ser
renovados e atualizados, anexando-se os documentos iniciais, caso necessário, e das eventuais atualizações.
Jaru, ____ de _____ de _____.

_____
Dirigente responsável pela entidade

ANEXO II
PRESTAÇÃO DE CONTAS
(Modelo Exemplificativo)
Nome da Entidade:_____, CNPJ n.:_____
com sede na _____, Telefone: _____
Nome do Projeto:_____
Nome do Executor do Projeto:_____

Descrição do Documento	Data	Entrada (R$)	Saída (R$)
Alvará Judicial n. XXX	01/01/2014	1.000,00	000,00
Nota Fiscal n. YYY	05/01/2014	000,00	500,00
Cupom Fiscal n. ZZZ	08/01/2014	000,00	100,00
Recibo	10/01/2014	000,00	350,00
Depósito de Devolução de Valores	11/01/2014	000,00	50,00
Saldo Final		1.000,00	1.000,00

Obs.:
1. O saldo de entrada deve ser igual ao saldo de saída.
2. Caso haja sobra de recursos, a quantia deverá ser depositada na conta única da Primeira Vara Criminal de Jaru/RO, e o comprovante de depósito deve ser anexado à prestação de contas.
Jaru, ____ de _____ de _____.
.....
Representante da Entidade Executor do Projeto

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSO PÚBLICO
_____(nome do dirigente),
CPF nº_____, representante da Entidade _____
_____ e _____
_____, CPF nº _____, executor do Projeto, _____
_____,
declaramos que os recursos repassados pelo Juízo da Primeira Vara Criminal da Comarca de Jaru-RO foram empregados no projeto apresentado por esta instituição e aprovado pelo judiciário e todos os documentos em anexo à prestação de contas e esta declaração são autênticos, e que é de responsabilidade desta instituição a prestação de contas e a utilização do recurso.
O projeto foi executado nos termos do Provimento nº 19/2014-CG, de 8 de novembro de 2014, que versa sobre a destinação dos recursos públicos para fins sociais.
Jaru, ____ de _____ de _____.

_____ _____
Representante da Entidade Executor do Projeto

ANEXO IV

RELAÇÃO DE BENS (adquiridos, produzidos ou construídos com recursos de penas pecuniárias)					
Instituição:				Convênio n.º	
Doc. n.º	Data	Especificação	Quant.	Valor Unitário	Total
Total Geral					
Local e data:					
Instituição – Assinatura Responsável pela Execução – Assinatura					

ANEXO V

EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESA			
Instituição:		Convênio n.º:	
Receita (valores recebidos, inclusive a contrapartida e os rendimentos – discriminar)		Despesas (despesas realizadas – conforme relação de pagamentos)	
Discriminação	Valor	Discriminação	Valor
Total:		Total:	
Local e data:			
Instituição – Assinatura Responsável pela Execução – Assinatura			

ANEXO VI

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS EFETUADOS								
INSTITUIÇÃO:				Convênio n.º:		Origem dos Recursos:		
Fornecedor (Razão Social)	CGC/CPF	CHEQUE	DOCUMENTO FISCAL/Nº	Data de Emissão	Data de Efet. Pag.	Valor Bruto	Imposto Incidente	Valor Líquido
Local e data:								
Instituição – Assinatura Responsável pela Execução – Assinatura								

ANEXO VII

	RELAÇÃO DE BENS **(adquiridos, produzidos ou construídos com recursos de penas pecuniárias)**	

Instituição:				**Convênio n.º**	
Doc. n.º	**Data**	**Especificação**	**Quant.**	**Valor Unitário**	**Total**
Total Geral					
Local e data:					
Instituição – Assinatura			**Responsável pela Execução - Assinatura**		

Este diário foi assinado digitalmente consoante a Lei 11.419/06. O documento eletrônico pode ser encontrado no sítio do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, endereço: http://www.tjro.jus.br/novodiario/

ANEXO VIII

EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESA

Instituição:	**Convênio n.º**

Receita (valores recebidos, inclusive a contrapartida e os rendimentos - discriminar)		**Despesas** (despesas realizadas – conforme relação de pagamentos)
Discriminação	**Valor**	**Discriminação**
Total:		**Total:**

Local e data:

Instituição – Assinatura **Responsável pela Execução - Assinatura**

ANEXO IX

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS EFETUADOS

INSTITUIÇÃO:			Convênio n.º:			Origem dos Recursos:		
Fornecedor (Razão Social)	CGC/CPF	CHEQUE	DOCUMENTO FISCAL/Nº	Data de Emissão	Data de Efet. Pag.	Valor Bruto	Imposto Incidente	Valor Líquido
Local e data:								
Representante da Instituição – Assinatura					Responsável pela Execução - Assinatura			

Este diário foi assinado digitalmente consoante a Lei 11.419/06. O documento eletrônico pode ser encontrado no sítio do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, endereço: http://www.tjro.jus.br/novodiario/

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
1ª Vara Cível da Comarca de Jaru/RO

Gabarito
Proc.: 0003226-30.2014.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Hsbc- Bank Brasil S.a. Banco Múltiplo
Advogado:Mauricio Coimbra Guilherme Ferreira (MG 91.811), Adriany Alves de Freitas (OAB/CE 21.147), Alexandre Renno Meireles Rodrigues (OAB/PI 106.949), Aline Mendes Corrêa da Silva (172.980-E OAB/RJ), Ana Paula Cunha Campelo Costa (OAB/RJ 171.467), Anderson Almeida Machado (OAB/RU 112.328), Andre Pereira Gonçalves (OAB/RJ 129.622), Bruno dos Santos Lima (OAB/RJ 166.482), Cândida Ricardo de Paula (RJ 128.104), Carine Pereira Conde (OAB/RJ 177.743), Cátia Joselle da Silva (OAB/RJ 152.278), Daniel Gargaglione (142.171), Edison Lacerda Freire Neto (OAB/RJ 132.406), Estefânia de Oliveira Gonçalves (OAB/RJ 167.705), Fabiano Coimbra Barbosa (RJ 117.806), Genessy Gouvea Matos (OAB/RJ 37.378), Genaro Bova Junior (OAB/RJ 148.397), Gilberto de Freitas Magalhães Junior (OAB/RJ 138.409), Guilherme Staroske Campos (MF 176.269), Jerson dos Santos (202.264 OAB/SP), Janaína Elisa Beneli (OAB/DF 23.224), Janina de Morais Faria (OAB/RJ 159.166), Karina de Oliveira Rodrigues (RJ 143.633), Karla Fernanda Dias de Araujo (162.209), Leonardo Coimbra Nunes (MG 91.871), Luiz Gonzaga Soares Perez Júnior (RJ 107.967), Leonardo Vianna Gaeta (109.627 OAB/RJ), Marina Gonçalves Magalhães (OAB/MG 122.692), Mateus Correa Proença (OAB/MG 130.158), Michele Martins de Freitas Magalhães (RJ 135.976), Nilza Pontes dos Santos (300.146 OAB/SP), Patrícia Alves Moreira Marques (PA 13249), Rafael Iorubani Alves Clemente (OAB/RJ 158.032), Regina Lúcia Campos (RJ 67.020), Renata Cristina Coelho Martins (RJ 115.116), Rodolpho Ramos Pereira Júnior (RJ 117.812), Samantha de Castro Nunes (OAB/RJ 101.097), Sergio Santos Herdina (RJ 157.125), Silvana Campanelli da Silva Barbosa (OAB/RJ 157.900), Stephanie Campos Barcelos (OAB/RJ 180.944), Suzana Rodrigues Vianna (RJ 49.985), Thatiane de Oliveira Leite (OAB/RJ 168.994), Vanessa Santos Lamarao (OAB/PA 11.831), Vinicius Mattos dos Santos (OAB/RJ 121.048), Yasmin Caroline Bazoni (OAB/RJ 178.587), Aloysio de Andrade Neto (185.301-E OAB/RJ), Anderson Barbosa Ramos (OAB/RJ 199.255-E), Bruno Luiz Gonçalves Vilela (RJ 127333-E), Carlos Alberto de Almeida Novais (RJ 119.796), Daniel de Almeida Soares (RJ 166608-E), Davi Oliveira Falção (OAB/MG 35.254-E), Dayane de Lima Santos (OAB/E 35479-E), Fabiano Carvalho de Oliveira (175.420-E OAB), Fabiano Ferreira dos Santos (OAB-RJ 148.535-E), Fabio Pereira de Souza (RJ 163.553-E), Gabriel Rocha Souza (RJ 154.886-E), Graziela Barbosa Mendes Monteiro (OAB/MG 35920-E), Gustavo Henrique Reis Cidaco (OAB/RJ 183.060-E), Jhonathan dos Santos Vidal (180.466-E OAB/RJ), José Fernando Rodrigues Gonçalves (OAB/PA 5957-E), Luiz Carlos Ferrari Gonçalves Filho (RJ 152.191-E), Marcelo Rodrigues Costa (OAB/PA 6835 E), Munique Valeria de Souza (167.639-E OAB/RJ), Rafael Flores Vianna (OAB/RJ 201.2412 E), Ricardo Rodrigues Pereira (OAB/RJ 193769-E), Rodrigo Assumpção Carneiro (22421-E OAB/MG), Rodrigo Fernandes da Cruz (OAB/MG 34.514-E), Thiago Pinheiro Vaze (RJ 152.546-E), Thiago Siqueira da Silva (186.388-E OAB/RJ), Victor Hugo Maio Osório (OAB/RJ 166.308-E), Vinicius Alves Siqueira (154.107-E OAB/RJ)
Executado:Juzemar Antonio Medice
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 111111111111111111)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos, etc;A parte autora foi intimada via seu advogado e não se manifestou.É entendimento predominante no âmbito do ordenamento jurídico a possibilidade de extinção do processo de execução se a parte autora, pessoalmente intimada a manifestar-se, deixa de adotar as diligências necessárias ao andamento do feito, sendo plenamente cabível a aplicação da sanção prevista no art. 485, III, do CPC, já que a causa resta abonada por mais de 30 (trinta) dias.A demandante foi intimada pessoalmente, via carta-AR, mas permaneceu inerte.Nesse sentido é o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, quando decidiu a apelação de n. 0008003-38.2012.8.22.0000 (Des. Alexandre Miguel, prolatada em 31/10/2012 e publicada em 01/11/2012).E também as demais jurisprudências::EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. INÉRCIA DA PARTE.ABANDONO DO PROCESSO. CONFIGURAÇÃO. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. PENDÊNCIA DE RECURSO ESPECIAL. INDIFERENÇA.A extinção da execução de forma anormal, sem a implementação de sua satisfação, em virtude da inércia das partes, é perfeitamente regular se efetivada após a devida intimação pessoal da parte e do seu advogado mediante publicação em diário oficial. Em se tratando de execução não embargada, é permissível ao juiz, de ofício, reconhecer o abandono da causa por inércia da parte, sendo desnecessário neste caso requerimento da parte contrária. ão gera causa processual para a suspensão de execução o fato de estar a lide principal pendente de julgamento de recurso especial. (101.003.2005.002601-4 Apelação Cível. 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Relator: Desembargador Marcos Alaor D. Grangeia. Data: 11 de junho de 2008).(grifei)RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. PROCESSO DE EXECUÇÃO. TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXTINÇÃO POR ABANDONO. ARTIGO 267, INCISO III, 1º, DO CPC. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO CREDOR. SÚMULA 7/STJ. EXECUÇÃO NÃO EMBARGADA. SÚMULA 240/STJ. INAPLICABILIDADE. 1. Extingue-se o processo, sem resolução de MÉRITO, quando o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias e quedar-se silente após ser intimado, pessoalmente, a fim de dar prosseguimento ao feito em 48 (quarenta e oito) horas. 2. Hipótese em que o Tribunal de origem afirmou expressamente que a exeqüente foi intimada de acordo com o art. 267, III, 1º, do CPC. Rever essa questão ensejaria o reexame de matéria fática (Súmula 7/STJ). 3. A Súmula 240 não se refere à execução não embargada. Precedentes do STJ. (AgRg no Resp 936372/PB. Min. HERMAN BENJAMIN, 2ª Turma, julgado em 19/12/2008) (grifei). PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ARRENDAMENTO MERCANTIL. ABANDONO DA CAUSA. CITAÇÃO DOS RÉUS NÃO CONFIGURADA. REEXAME DOCUMENTAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7-STJ. SÚMULA N. 240-STJ. HIPÓTESE DIVERSA. CPC, ART. 267, III, § 1O. INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR EFETUADA. EXTINÇÃO. I. Se a relação processual litigiosa não se instaurou, porque o Tribunal estadual, no concernente ao exame de documento extrajudicial, considerou o mesmo inaproveitável para firmar a ocorrência de citação dos réus, descabida é a invocação da Súmula n. 240 do STJ, bem como da revelia, eis que o pressuposto básico a tanto a integração dos réus ao processo está ausente. II. Intimada pessoalmente a parte a promover os atos necessários ao andamento do processo, nos termos do art. 267, III, parágrafo 1o, do CPC, a extinção da lide é conseqüência da sua omissão, aqui verificada. III. Recurso especial não conhecido. (REsp 440.813/ES, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 22/04/2003, DJ 25/08/2003, p. 314).Ante o exposto, DECLARO EXTINTO O FEITO, nos termos do art. 485, inciso III, do Código de Processo Civil, a fim de que surtam os jurídicos e legais efeitos daí decorrentes.Condeno a autora ao pagamento das custas processuais, nos termos da Lei n. 3.896/2016.Caso requerida a renúncia ao prazo recursal, desde já defiro.P.R.I. Cumpra-se. Arquivem-se.Jaru, data do registo.Jaru-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0000647-75.2015.8.22.0003
Ação:Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante:Marineusa Costa Soares
Advogado:Irineu Ribeiro da Silva (RO 133)

Embargado:Nenzinho Mariano Bueno, Amauri Bueno, Edenilson Bueno, Francisco César Trindade Rego
Advogado:Rosilene Pereira de Lana (RO 6437), Francisco César Trindade Rego (OAB/RO 75A)
DESPACHO 1- Consoante a certidão lavrada pela Escrivania, às fls. 78, determino que os embargados comprovem o protocolo do agravo que alegaram terem interposto perante o TJ/RO, uma vez que o Cartório não localizou via sistema do TJ/RO. Prazo de 05 (cinco) dias úteis.2- Na hipótese de não haver manifestação da parte, consoante a certidão lavrada pelo Sr. Diretor de Cartório, que tem fé pública, entende-se que a parte não protocolou o recurso como alegado, devendo, então, ser certificado o trânsito em julgado, uma vez que o apelo foi declarado deserto na DECISÃO exarada às fls. 66. 3- Em seguida, juntar cópia da SENTENÇA nos autos principais e arquivar este caderno processual.Cumpra-se.Jaru-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito
Fábio da Silva Amaral

Diretor de Cartório

2ª VARA CÍVEL

Processo nº: 0002461-93.2013.8.22.0003
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Autor: Eziel Madeira Rodrigues
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Certidão DE MIGRAÇÃO DE SISTEMA
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Jaru/RO, Terça-feira, 07 de Fevereiro de 2017.
FABIANE PALMIRA BARBOZA
Diretora de Cartório

EDITAL DE CITAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIÁRIO DE JUSTIÇA
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 dias
O Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Jaru/RO, torna público a citação da parte a seguir descrita referente a Ação presente ação.
Processo nº: 7003025-45.2016.8.22.0003
Classe: FAMÍLIA- DIVÓRCIO LITIGIOSO (99)
REQUERENTE: S. A. da S.
REQUERIDO: J.A. de O.
Responsável pelas Despesas e Custas: JUSTIÇA GRATUITA
FINALIDADE: Proceder a CITAÇÃO da parte requerida, JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, atualmente em lugar incerto e não sabido, para os termos da presente ação, bem como para querendo contestar, no PRAZO DE 15 DIAS, ficando ciente que não sendo contestada a ação se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos alegados pelo autor.
OBSERVAÇÃO: O prazo fluirá da data da publicação única ou, havendo mais de uma, da primeira (Art. 257, III, CPC).
ADVERTÊNCIA: Será nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, IV, CPC).
Jaru/RO,06 de Fevereiro de 2017.
Fabiane Palmira Barboza
Diretora de Cartório
Assina Digitalmente
Sede do Juízo: Fórum Min. Victor Nunes Leal
Rua Raimundo Cantanhede, 1080, Setor 02, CEP: 78940-000, Jaru / RO - Fone (PABX): 3521-2393.
Sugestões e reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Corregedoria: cgj@tj.gov.br
Cartório: jaw2civel@tjro.jus.br

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE

2ª VARA CÍVEL

Belª Jozilda da Silva Bezerra
Diretora de Cartório
E-mail: opo2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0004954-89.2003.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Odair José da Silva
Advogado:Odair José da Silva (RO 6662)
Requerido:Telemar - BA
Advogado:Advogado Não Informado (444444444)
DESPACHO:
Vistos.Trata-se de ação de cumprimento de SENTENÇA em que ante a inércia do executado realizou-se penhora online, conforme pleiteado pelo exequente à fl. 122, a qual restou frutífera (fl. 130v) no valor de R$ 8.015,44 (oito mil e quinze reais e quarenta e quatro centavos).Posteriormente, restou comprovado nos autos que o exequente promoveu o levantamento dos valores, conforme alvará judicial (fl. 132) e histórico bancário de fl. 151.No entanto, há nos autos informação de valores realizado mediante TED eletrônico no dia 13/04/2012, data em que a presente ação encontrava-se arquivada ante a quitação do débito.Desta feita, oficie-se a Instituição Financeira, para que em 10 dias informe aos autos quem foi o responsável (dados pessoais) pela realização do TED eletrônico a esta conta judicial.Intimem-se.Expeça-se o necessário. Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017. João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0002596-05.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Pedro dos Santos
Advogado:Naira da Rocha Freitas (OAB/RO 5202)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
DESPACHO:
Vistos.Defiro a prova oral pleiteada.Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 04 de abril de 2017 às 10 horas.O rol de testemunhas deverá ser apresentado no prazo de 15 dias, consoante artigo 357 §4º do CPC.De acordo com a nova sistemática do código de processo civil, cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo, nos termos do art. 455, CPC.Intimem-se às partes e advogados. Expeça-se o necessário para a realização da solenidade.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0003452-66.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Dhaiane Piedade da Silva
Advogado:Marco Antonio de Oliveira Lopes (RO 1706)
Requerido:Deivid José Vieira, Wilson Fernandes de Almeida, Pedro Alves da Cruz
Advogado:Advogado Não Informado (444444444), Eduardo Custódio Diniz (OAB/RO 3332)

DESPACHO:
Vistos.Intimem-se as partes, para em 15 dias manifestarem-se quanto a certidão do Sr. Oficial de Justiça de fl. 119, devendo, na mesma oportunidade requerer o que entender de direito.Intime-se. Pratique-se o necessário.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0053754-12.2007.8.22.0004
Ação:Separação Litigiosa
Requerente:G. L. de L. C.
Advogado:Ariane Maria Guarido Xavier (OAB/RO 3367), Ricardo Oliveira Junqueira (OAB/RO 4477)
Requerido:R. O. C.
Advogado:Janio Marcelo de Aguiar (RO 2362)
DESPACHO:
Vistos.Ante o pedido de fl. 238, item “a”, determinou-se o bloqueio dos semoventes existentes em nome do requerido, o qual restou frutífero.No entanto, verifico na resposta apresentada pela ULSAV (fls. 286/288) que existem apenas 03 (três) semoventes na ficha cadastral do requerido. Desta feita, intime-se a autora, para em 15 dias dizer se possui interesse nos semoventes restritos, sob pena de liberação, devendo na mesma oportunidade manifestar-se quanto ao pedido de item “b” (fl. 238).No que pertine ao item “c” (fl. 239), caso o exequente possua interesse na realização da diligência, deverá no prazo de 15 dias comprovar o pagamento das custas, nos termos do art. 3.896/2016.Intime-se.Pratique-se o necessário.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0001403-86.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Diego Balbino Coco
Advogado:Juliano Pinto Ribeiro ( )
Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a.
Advogado:Jess José Gonçalves (RO 1739), Alvaro Luiz da Costa Fernandes (AC 3592)
DECISÃO:
Vistos.Revogo DESPACHO retro, tendo em vista que o causídico não tem procuração com poderes especiais para ser deferido o pedido de levantamento dos valores e serem transferidos para sua conta pessoal.Ademais, o autor possui endereço certo, desta feita, intime-se por MANDADO o autor para comparecer em cartório e fazer o levantamento do alvará em seu nome, prazo: 20 dias, sob pena de arquivamento.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0002160-80.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Elia Rejany do Carmo Santana
Advogado:Katiuscia da Fonseca Batista (MS 14649), Thiago Mafia Miranda (OAB/RO 4970), Eliana Lemos de Oliveira (RO 4423)
Requerido:Banco Panamericano S/a
Advogado:Advogado Não Informado (444444444)
DESPACHO:
Vistos.Considerando que por diversas vezes a Instituição Financeira realizou a tentativa de transferência dos valores em favor do requerido, não obtendo êxito, intime-o, para no prazo de 10 dias informar os dados necessários para a transferência dos valores.o prazo sem manifestação e considerando que os processos não podem ser arquivados, inutilizados ou incinerados até o levantamento dos valores depositados em contas judiciais ou outra destinação legal, determino a transferência do valor depositado nestes autos, para a conta Centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia.Após o levantamento/transferência do valor, deverá ser encerrada a conta judicial.Cumpridas as determinações supra, nada mais havendo, arquive-se.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0003076-17.2012.8.22.0004
Ação:Monitória
Exequente:Fundação Pio Xii - Hospital do Câncer de Barretos
Advogado:Elaine Cristina Vilela Borges Melo (OAB/SP 201.921), Ricardo Oliveira Junqueira (OAB/RO 4477)
Executado:Rodrigo Jesuíno Santos Oliveira
Advogado:Advogado Não Informado (444444444)
DESPACHO:
Vistos.Defiro o desarquivamento dos autos, isento de custas, uma vez que foi concedida a gratuidade da justiça a parte que pleiteia o desarquivamento.Intime-se para que promova o necessário, no prazo de 15 dias.Não sendo retirado os autos em cartório no prazo fixado, retorne com os autos ao arquivo, independente de outra intimação.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0001284-91.2013.8.22.0004
Ação:Usucapião
Requerente:Neivaldo Fraga Portes
Advogado:Dilcenir Camilo de Melo. (OAB/RO 2343)
Requerido:Manoel Nobre de Olvieira
Advogado:Pedro Felizardo de Alencar (OAB/RO 2394)
DESPACHO:
Vistos.Intime-se a União para manifestação nos termos da petição de fl. 181/183.Após, tornem os autos conclusos para as deliberações pertinentes.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0002006-91.2014.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ourocredi - Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região Central de Rondônia Sicoob
Advogado:Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460)
Requerido:M. R. de Souza Me
Advogado:Advogado Não Informado (444444444)
DESPACHO:
Vistos.Intime-se o exequente para promover o recolhimento do valor da diligência (BACENJUD), conforme determinado no art. 17 da Lei 3.896/2016 (Lei de custas do TJ/RO).Não sendo realizado o pagamento, arquive-se.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0004248-23.2014.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rosa Maria Saldino Borges
Advogado:Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460), Éder Miguel Caram (OAB/SP 296.412)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/a - Ceron Eletrobrás Distribuição Rondonia
Advogado:Daniel Penha de Oliveira (RO. 3.434), Marcelo Rodrigues Xavier (OAB/RO 2391), Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714)
DESPACHO:
Vistos.Considerando que o requerido não cumpriu com a determinação de fl. 176, no sentido de realizar o pagamento dos honorários periciais, procedo com o sequestro dos valores. Aguarde-se o prazo de 10 dias e após tornem conclusos.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0000235-15.2013.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:G 3 Serviços Ltda M E
Advogado:Iria Kellen Brun de Aguiar (OAB/RO 5097)
Requerido:Banco Bradesco S/a - Osasco/sp
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/MT 3056)
Fica a parte REQUERIDA, intimada do desarquivamento do feito, à seu pedido, devendo manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias.
Belª Jozilda da Silva Bezerra
Diretora de Cartório

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ouro Preto do Oeste - 2ª Vara Cível
Rua Café Filho, 127, Praça Três Poderes, Ouro Preto do Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34613813
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias
DE: JOÃO CABRAL DE SOUZA, brasileiro, separado judicialmente, atualmente em lugar incerto e incógnito.
FINALIDADE: Citação de João Cabral de Souza, para no prazo de 15 (quinze) dias, responder a ação abaixo identificada, ficando desde já advertido que não sendo contestada a ação, presumir-se-á que o requerido aceita como verdadeiros os fatos articulados pelo autor em sua petição inicial.
Processo: 7006674-15.2016.822.0004
Vara: 2ª Vara Cível
Classe: Família - Conversão de Separação Judicial em Divórcio
Requerente: Maria José de Souza
Advogado: Nubia Lafaiete da Silva Kern OAB/RO 1625 - JUSTIÇA GRATUITA
Requerido: João Cabral de Souza
DESPACHO: [...] Vistos. Recebo a emenda a inicial. Concedo os benefícios da justiça gratuita. Cite-se o requerido por edital. Decorrido o prazo de citação sem manifestação, nomeio a Defensoria Pública para atuar como curador de Revel. Intime-se. Pratique-se o necessário.OPO. 17/01/17 (as) João Valério Silva Neto - Juiz de Direito."
Ouro Preto do Oeste, 7 de Fevereiro de 2017.
Belª Jozilda da Silva Bezerra
Diretora de Cartório
Assina por determinação do Juiz

COMARCA DE PIMENTA BUENO

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
CARTÓRIO DA 1ª VARA CRIMINAL
Fórum Ministro Hermes Lima
Rua Cassemiro de Abreu, 237-Centro
CEP 76970-000-Pimenta Bueno-RO
E-mail: pbw1criminal@tjro.jus.br

Proc.: 0001000-63.2016.8.22.0009
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:M. P. do E. de R.
Advogado: Cristhianne P. cREMONESE, OAB/RO 2470
Denunciado:A. K. L. P. K. J.
Advogado:Cristhianne Paula Cremonese de Freitas (OAB/RO 2470)
FINALIDADE: Intimação da advogada para tomar ciência de que foi designado o dia 13/02/2017, às 09:00 hs, para audiência de instrução/julgamento do processo acima citado.

Proc.: 0001953-61.2015.8.22.0009
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Siloé Soares Araújo de Arquirusal (OAB/4361)
Denunciado:Geraldo Magela Sobrinho
FINALIDADE: INTIMAR o advogado acima qualicado para tomar ciência do r.DESPACHO:"Por não verificar presente nenhuma das circunstâncias que possam ensejar a absolvição sumária do réu (art. 397 do CPP), uma vez que suas alegações dependem de dilação probatória, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 15/02/2017, às 08:30 horas.Encontrando-se preso o réu, requisite-se a sua apresentação, servindo a presente de ofício à SEJUS. Dê-se ciência da data designada para audiência. Estando solto, serve a presente como MANDADO de intimação. Se necessário, expeça-se carta precatória para intimação/interrogatório. Serve a presente também como MANDADO de intimação das testemunhas e eventual vítima arroladas, em conjunto com cópia das folhas do rol ou termo em separado. Havendo testemunha qualificada como servidor público, requisite-se ao Chefe da Repartição seu comparecimento, conforme dispõe o art. 455, §4°, III do NCPC c/c art. 3° do CPP, servindo a presente de ofício, sem necessidade de intimação pessoal. Caso necessário, depreque-se a oitiva de eventual testemunha arrolada pelas partes. Indico que as testemunhas deverão portar documento de identificação, consignando que o não comparecimento espontâneo implicará em crime de desobediência e condução coercitiva. Intime-se o Ministério Público e a defesa. Cumpra-se. Pimenta Bueno-RO, terça-feira, 18 de outubro de 2016.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito
Lucineide Souza de Meireles Alves

Diretora de Cartório

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
CARTÓRIO DA 1ª VARA CÍVEL
Rua Cassemiro de Abreu, 237
CEP. 76.970-000-Pimenta Bueno-RO
Fones: (69) 3451-2968/2819-Ramal 216
End. eletrônico: pbwcivel@tjro.jus.br

Proc.: 0004671-02.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marmoraria Caetano Ltda Me
Advogado:Sebastião Cândido Neto (RO 1826), Victor Alexsandro do Nascimento Custódio (OAB/RO 5.155)
Requerido:Aquino & Alves Metalurgica Ltda Me Metalurgica Romaneli, Minas Rocha Mineração & Extração de Granito Ltda, José Augusto Rocha
SENTENÇA:
Diante do exposto e das provas contidas nos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos postos na inicial e, 1 – DECLARO a rescisão do contrato de compra e venda de máquina de corte para mármore e granito com seis motores completa modelo MR2000, contrato este ajustado pela autora junto aos réus, devendo estes devolver a importância de R$7.000,00 (sete mil reais), com juros a iniciar da citação (fls. 115) e correção monetária desde o desembolso da quantia (fls. 15); 2 – REJEITO o pedido de indenização suplementar (art. 419/CC).Condeno os réus ao pagamento dos honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor total da condenação, nos termos do art. 85, §2º c.c art. 86 § único, ambos do CPC.DECLARO EXTINTO o feito com resolução do MÉRITO, conforme artigo 487, inciso I, do mesmo Codex. Decorrido o prazo recursal, aguarde-se em cartório no prazo de dez (10) dias e, não havendo requerimentos, dê-se baixa e arquive-se.P.R.I.C.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Luis Delfino Cesar Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0002302-98.2014.8.22.0009
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Jaime Maximino Bagattoli
Advogado:Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562), Agenor Martins (OAB/RO 654A)
Requerido:Cizemar da Guia Oliveira Crivelli, Mayza Cristina Wecchy e Silva Eireli Me
Advogado:Caio Raphael Ramalho Veche e Silva (OAB/RO 6390)

DESPACHO:
DECISÃO Nesta data libero a restrição realizada no veículo GM/S10 2.8 S pelo sistema RENAJUD (fls. 60), ante a DECISÃO proferida nos autos nº. 7004218-77.2016 (fls. 117).Cumpra-se a DECISÃO de fls. 120.Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.
Luis Delfino Cesar Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0006644-27.2015.8.22.0007
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Conselho Reg. Farmácia dos Estados de RO. e Acre
Advogado:Procurador Federal ( )
Executado:Município de Primavera de Rondônia - Prefeitura Municipal de Primavera de Rondônia
Advogado:Procurador Municipal (11111)
DESPACHO:
Vistos, etc.Compulsando os autos verifico às fls. 96 que a SENTENÇA determinou a liberação da importância em favor da parte credora.Às fls. 104 foi expedido o alvará em favor do Conselho Regional de Farmácia dos Estados de Rondônia e Acre - CRF/RO-AC.Deste modo, indefiro o pedido de fls. 105, eis que já emitido alvará de liberação.Pimenta Bueno-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Luis Delfino Cesar Júnior Juiz de Direito
Sandra Regina Corso Baptista da Silva

Diretor de Cartório

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
CARTÓRIO DA 2ª VARA CÍVEL
Rua Cassemiro de Abreu, 237
CEP. 76.970-000-Pimenta Bueno-RO
Fones: (69) 3451-2968/2819-Ramal 226
End. eletrônico: pbw2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0003726-44.2015.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:I. E. P.
Advogado:Defensoria Pública de Pimenta Bueno Ro ( )
Requerido:F. F. J.
EDITAL DE INTIMAÇÃO
(Prazo: 30 dias)
DE: FERNANDO FRITZ JARDIM, brasileiro, serviços gerais, demais qualificações ignoradas, atualmente em lugar incerto e não sabido.
Processo: 0003726-44.2015.822.0009
Classe: Investigação de Paternidade
Requerente: I.E.P, representada por Elisangela de Souza Pancier
Requerido: Fernando Fritz Jardim
FINALIDADE: INTIMAR o requerido acima qualificado, dos termos da r. SENTENÇA proferida às fls. 33/35, bem como para cumprimento espontâneo da obrigação de pagar a pensão alimentícia (estipulada no percentual de 40,9% (quarenta vírgula nove por cento do salário mínimo vigente) sob pena de prisão civil, devendo a pensão ser depositada mensalmente, até o dia 10 de cada mês, a começar em dezembro de 2016, na conta bancária da genitora da autora, qual seja, CONTA POUPANÇA AGÊNCIA 2783, OPERAÇÃO 013, CONTA 013716-8, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – ELISANGELA SOUZA PANCIER, CPF 008.593.092-07.
SENTENÇA: I) SENTENÇA publicada em audiência, saem os presentes intimados; II) Considerando que o requerido é revel, o prazo para o trânsito em julgado da SENTENÇA deverá correr no cartório; III) INTIME-SE o requerido no endereço constante nos autos para cumprimento espontâneo da obrigação de pagar a pensão alimentícia sob pena de prisão civil, devendo a pensão ser depositada mensalmente, até o dia 10 de cada mês, a começar em dezembro de 2016, na conta bancária da genitora da autora, acima indicada; IV) OFICIE-SE ao Cartório de Registro Civil da Comarca de Jí-Paraná para que envie, em 10 dias, a 2ª via da certidão de nascimento do requerido Fernando Fritz Jardim: V) Após o trânsito em julgado, certifique-se nos autos e, com a resposta do Cartório de Jí-Paraná expeça-se MANDADO para registro no assento de nascimento da menor, devendo ser incluído o nome dos avós paternos e incluido o nome patronímico no nome da menor; VI) Após tudo cumprido, dê-se vista dos autos à Defensoria Pública para providências no tocante à cobrança das custas e honorários; VII) O valor mensal da pensão alimentícia deverá ser calculada observando a conversão do valor de R$ 1.200,00 em salário mínimo, tudo para fins de correção anual". Nada mais havendo, encerrou-se a presente ata, que depois de lida e achada conforme, foi devidamente assinada. Pimenta Bueno-RO, 03 de novembro de 2016.Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito. Pimenta Bueno-RO, 20 de janeiro de 2017.
(Assinado Digitalmente)
Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida
Juíza de Direito

Proc.: 0008307-49.2008.8.22.0009
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:M. P. da S.
Advogado:Rubens Demarchi (RO 2127)
Requerido:I. N. do S. S. -. I. I. M. da S.
EDITAL DE INTIMAÇÃO
(Prazo: 20 dias)
DE: IRACEMA MARIA DA SILVA, demais qualificações ignoradas, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Intimar a REQUERIDA acima qualificada, para tomar conhecimento do pedido de habilitação e, querendo, apresentar manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.
Vara: 2ª Vara Cível
Processo: 0008307-49.2008.8.22.0009
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Maria Petronilia da Silva
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Pimenta Bueno-RO, 20 de janeiro de 2017.
(Assinado Digitalmente)
Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida
Juíza de Direito

Proc.: 0013745-22.2009.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Sul Rondoniense Sicoob Credip
Advogado:Noel Nunes de Andrade (RO 1.586), Kátia Simone Nobre (OAB/RO 3490), Eder Timótio Pereira Bastos (OAB//RO 2930)
Executado:Laticínios Alvorada Mult-lac Ltda, Eliane Oliveira Araujo Pardim, Marli Oliveira Nascimento Arantes, Eduardo Pardim, Deolindo José Arantes Neto
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para manifestar-se acerca do Oficio de fls. 233/235.

Proc.: 0002283-92.2014.8.22.0009
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
A Juíza de Direito da 2ª Vara Cível torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito, penhorado por termo as fls. 111 dos Autos abaixo caracterizados.
Processo nº: 0002283-92.2014.8.22.0009
Classe:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Leila Sirlandi Magalhães da Costa
Advogado:Milton Ricardo Ferreto - OAB/RO 571-A
Executado:Fábio Júnior Trindade Machado
Advogado: César Augusto Vieira – OAB/RO 3229

Valor da Dívida: R$ 17.220,75 (atualizado em 17/08/2016)
Descrição dos bens: 01 (um) Motocicleta Marca Honda, Modelo NXR 150 Bros ES, Ano/Modelos 2011/2012, Placa OHO-8120, Chassi 9C2KD0550CR513779, RENAVAM 00396694942, no valor de R$ 6.935,00 (seis mil, novecentos e trinta e cinco reais).
Data da 1ª venda: 06/03/2017, às 09h
Data da 2ª venda: 16/03/2017, às 09h
OBSERVAÇÕES: a) Não sendo possível a intimação pessoal do executado(a), fica o(a) mesmo(a) intimado(a) por este meio. b) Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
COMUNICAÇÃO: Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
Pimenta Bueno-RO, 30 janeiro de 2017.
(Assinado Digitalmente)
Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida
Juíza de Direito

Proc.: 0000023-76.2013.8.22.0009
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
A Juíza de Direito da 2ª Vara Cível torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito, penhorado as fls. 95/96 e registrado as fls. 110, dos Autos abaixo caracterizados.
Processo nº: 0000023-76.2013.8.22.0009
Classe:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco do Brasil Sa
Executado:Marcos Eduardo de Oliveira Gomes
Valor da Dívida: R$ 40.461,06 (atualizado em 31/05/2014)
Descrição do bem: 01 (um) Lote de terra rural de nº 21-A (vinte e um "A"), da Gleba de nº 04, no Projeto Fundiário Corumbiara, no Setor Urucumacuã, com área de 46.00 (quarenta e seis hectares), localizado e compreendido entre os polígonos: Norte: com o lote de nº 21 remanescente da gleba nº 04, no Setor Urucumacuã; Sul: com o lote de nº 20, separado pela linha 60 da Gleba Corumbiara, no Setor de nº 06; Leste: com o lote de nº 21 remanescente da Gleba de nº 04, Setor Urucumacuã e Gleba de nº 05, Setor Urucumacuã; Oeste: lote de nº 18 da Gleba de nº 04, no Setor Urucumacuã; registrado com a matrícula nº 5.070, do Livro 2 de Registro Geral, Ficha nº 2, do CRI, avaliado em R$ 15.000,00 (quinze mil reais) o hectare, totalizando R$ 690.000,00 (seiscentos e noventa mil reais).
Data da 1ª venda: 06/03/2017, às 09h
Data da 2ª venda: 16/03/2017, às 09h
OBSERVAÇÕES: a) Não sendo possível a intimação pessoal do executado(a), fica o(a) mesmo(a) intimado(a) por este meio. b) Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
COMUNICAÇÃO: Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
Pimenta Bueno-RO, 30 janeiro de 2017.
(Assinado Digitalmente)
Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida
Juíza de Direito

Proc.: 0002375-36.2015.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Rodante Comércio de Locações Ltda
Advogado:Diogenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831), Lílian Mariane Lira (OAB/RO 3579)
Executado:J.d.r. Construtora Ltda Epp
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para manifestar-se acerca da carta precatória devolvida.

Proc.: 0000763-63.2015.8.22.0009
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Pimenta Bueno -RO
Advogado:Marcos Antonio Pancier (OAB/RO 3810)
Executado:Construtora J. F. Barbosa & Silva Ltda - Epp
EDITAL DE INTIMAÇÃO
(Prazo: 20 dias)
DE: CONSTRUTORA J. F. BARBOSA & SILVA LTDA ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 10.692.423/0001-73, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Intimação do executado acima qualificado, para tomar conhecimento de que foi por este Juízo penhorado a importância de R$ 7.182,78 (sete mil, cento e oitenta e dois reais e setenta e oito centavos) e depositados em conta judicial vinculado a este Juízo, bem como para querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, opor embargos.
OBSERVAÇÃO: O prazo para manifestação será contado a partir do término do prazo deste edital.
Processo: 0000763-63.2015.822.0009
Classe: Execução Fiscal
Valor da Causa: R$ 19.487,21 (atualizado em 26/10/2016)
Exequente: Fazenda Pública do Município de Pimenta Bueno-RO
Executado: Construtora J. F. Barbosa & Silva Ltda – EPP
Pimenta Bueno-RO, 30 de janeiro de 2017.
(Assinado Digitalmente)
Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida
Juíza de Direito

Proc.: 0001943-17.2015.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Yoná Thais Biazatte Rodrigues
Advogado:Henrique Scarcelli Saverino (OAB/RO 2714)
Executado:Antônio Augusto Guimarães
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, intimada sobre a certidão de fl. 17v: "Certifico e dou fé que decorreu o prazo de suspensão lançado no Sistema de Automação Processual - SAP, determinado às fls. 17". Fica ainda a parte exequente intimada, para dar andamento ao feito, no prazo de 10 dias, requerendo o que entender de direito.

Proc.: 0002345-69.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ciça Barbosa da Silva, Kauan Lucas Barbosa da Silva, Mateus Henrique Barbosa da Silva
Advogado:Fabiana Ribeiro Gonçalves (OAB/RO 2800), Wilson Nogueira Júnior (OAB/RO 2917), Fabiana Ribeiro Gonçalves (OAB/RO 2800), Wilson Nogueira Júnior (OAB/RO 2917), Fabiana Ribeiro Gonçalves (OAB/RO 2800), Wilson Nogueira Júnior (OAB/RO 2917)
Requerido:João Cecilio da Silva
Advogado:Alexsandro Klingelfus (RO 2395), Crisdaine Micaeli Silva Favalessa (RO 5360)
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 (quinze) dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 3.141,32 (Três mil, cento e quarenta e um reais e trinta e dois centavos), sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa.

COMARCA DE ROLIM DE MOURA

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Juízo da 2ª Vara Cível e Juizado da
infância e Juventude da Comarca de Rolim de Moura - RO
E-mail: rmm2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0005747-24.2014.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Auto Posto Fortaleza Ltda
Advogado:Sílvio Vieira Lopes (OAB/RO 72B)

Executado:Tbm Terraplanagem Borges & Mecânica Ltda
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
O veículo FIAT/ESTRADA FIRE FLEX, PLACAS: NBD0948, ANO/MODELO: 2010/2011, foi adjudicado neste feito pelo valor da dívida (fls. 100, 101, 108 e 108-v), já removido pelo credor.Verifico que o Juízo da 1ª Vara Cível desta comarca inseriu restrição de transferência no referido veículo (fl. 89-v).Assim, sirva esta de ofício solicitando ao Juízo da 1.ª Vara Cível a baixa da restrição de transferência determinada nos autos 0029529-07.2007.822.0010, no veículo FIAT/ESTRADA FIRE FLEX, PLACAS: NBD0948, ANO/MODELO: 2010/2011.Com a informação da retirada da informação, ARQUIVE-SE.Expeça-se o necessário.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0004231-32.2015.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Sociedade Rolimourense de Educação e Cultura Ltda
Advogado:Fábio José Reato (OAB/RO 2061), Danilo Constance Martins Durigon (OAB RO 5114), Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243)
Executado:Adriana Rodrigues da Silva
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Trata-se de execução proposta por SOCIEDADE ROLIMOURENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA - FAROL em face de ADRIANA RODRIGUES DA SILVA.Informação de acordo (fls. 61-62). Decido:HOMOLOGO o acordo de fls. 61-62 e extingo o processo com base no art. 487, inciso III, do Novo Código de Processo Civil. Sem custas finais, desde que seja cumprido o acordo em sua totalidade, voluntariamente, sem necessidade de execução. Não há notícias de valores bloqueadosA restrição quanto ao veículo foi mantida apenas para transferência (fl. 65).Publique-se. Registre-se.SOLICITE-SE devolução da Carta Precatória de fl. 56, independente de cumprimento.Intimem-se todos apenas pelo Diário da Justiça, por evidente economia (art. 270 do NCPC e art. 50, das DGJ).Oportunamente, o exequente deverá informar o cumprimento do acordo, para retirada da restrição quanto ao veículo.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson C. Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0001510-44.2014.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Boasafra Comércio e Representações Ltda
Advogado:Giane Ellen Borgio Barbosa (RO. 2027)
Requerido:Associação Comercial e Industrial de Rolim de Moura
Advogado:Maycon Douglas Machado (OAB/RO 2509)
DESPACHO:
Custas irrisórias, cujo valor não paga o AR para intimação. Pretensão satisfeita.Ao arquivo.Int., apenas via DJE.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0001483-61.2014.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Miguel Nicolau Nogueira
Advogado:Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243), Cristóvam Coelho Carneiro (OAB/RO 115), Fábio José Reato (OAB/RO 2061), Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214), Adailton Pereira de Araújo (RO 2562), Danilo Constance Martins Durigon (OAB RO 5114)
Requerido:Banco Bradescard Sa
Advogado:Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4.370), Saionara Mari (OAB/MT 5225), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/MT 3056)
DESPACHO:
Fls. 207-208: CREDITE-SE o remanescente dos IDs de fl. 187, inclusive acréscimos e correções, diretamente em favor do Autor na conta de fl. 208 - Banco do Brasil. OFICIE-SE.Deverão ser encerradas todas contas judiciais vinculadas a estes autos. Cumpridos, arquive-se.Intimem-se, na pessoa dos Procuradores via DJe (art. 270 do CPC e art. 50 das DGJ).Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0000952-38.2015.8.22.0010
Ação:Usucapião
Requerente:Edemilson Oliveira, Eliane Oliveira do Nascimento
Advogado:Márcia Passaglia (OAB/RO 1695), Daniele Demicio de Araújo (RO 6302), Márcia Passaglia (OAB/RO 1695), Daniele Demicio de Araújo (RO 6302)
Requerido:Takao Hamano
Advogado:Não Informado ( )
SENTENÇA:
SENTENÇA EDEMILSON OLIVEIRA e ELIANA OLIVEIRA DO NASCIMENTO ingressaram com pedido de usucapião contra TAKAO HAMANO.Aduzem, em síntese, que os requeridos são proprietários do imóvel descrito como Lote 7, Gleba 15, Projeto de Colonização Gy-Paraná, com área de 94,6435 ha (matrícula 164/CRI/Rolim de Moura).Os autores alegam que, em setembro de 2009, adquiriram parte do imóvel acima (2,42ha), da pessoa de Luiz Vitor dos Santos, que por sua vez teria adquirido a referida fração imobiliária dos requeridos. Aduzem que edificaram e construíram no imóvel, sendo sua posse de boa-fé.Ao todo, os possuidores teriam a posse do imóvel há cerca de vinte e três anos, justificando a usucapião que ora pretendem reconhecer. Nenhum dos confinantes não se opôs, mesmo citados (fls. 97 a 101-102).As Fazendas Municipal (fls. 103 e 107), Estadual (fl. 111) e Nacional/União (fls. 89 a 92), já manifestaram não ter interesse na lide.Instado a se manifestar, o Ministério Público informou não ter interesse no feito (fls. 108-109).É o relatório. A DECISÃO.O feito comporta julgamento antecipado, uma vez que, nos termos do art. 355, inc. I, do CPC, embora a questão de MÉRITO envolva temas de direito e de fato, não se vislumbra a necessidade de produção de prova oral em audiência, mormente diante da prova documental anexada aos autos. A jurisprudência:AGRAVO DE INSTRUMENTO. BEM IMÓVEL. AÇÃO DE USUCAPIÃO. É viável o julgamento antecipado da lide em ação de usucapião sempre que for desnecessária a dilação probatória. Caso em que, de todos os confinantes/requeridos, apenas um apresentou contestação, manifestando concordância com a ação. Ausente controvérsia alguma quanto ao exercício da posse, seu caráter e lapso temporal, viabilizado está o julgamento antecipado da lide, como determinado pelo juízo monocrático.(TJRS, Ag. Inst. n. 70.014.094.064, 20ª Câmara Cível, Relator Luiz Roberto Imperatore de Assis Brasil, j. 18/01/2006, DJ 13/2/2006).Diz o Código Civil sobre o assunto:CC, art. 1.238. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por SENTENÇA, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.Parágrafo único. O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo.CC, art. 1.239. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.CC, art. 1.241. Poderá o possuidor requerer ao juiz seja declarada adquirida, mediante usucapião, a propriedade imóvel.Parágrafo único. A declaração obtida na forma deste artigo constituirá título hábil para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.CC, art. 1.242. Adquire também a propriedade do imóvel aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por dez anos.Parágrafo único. Será de cinco anos o prazo previsto neste artigo se o imóvel houver

sido adquirido, onerosamente, com base no registro constante do respectivo cartório, cancelada posteriormente, desde que os possuidores nele tiverem estabelecido a sua moradia, ou realizado investimentos de interesse social e econômico.O caso em exame está tipificado no art. 1.239 do Código Civil.Na hipótese, nem o réu, tampouco os confinantes resistiram à pretensão dos Autores, pois ninguém apresentou resposta.Além disso, os documentos e demais provas coligidas dão conta de que os requerentes (e possuidores anteriores) possuem o imóvel identificado há mais de 10 anos.Como são diversos contratos de venda de posse, a rigor estaríamos diante do instituto da acessão de posses , para configurar o lapso temporal a fim de ser reconhecido o domínio quanto à fração do imóvel cuja matrícula se encontra às fls. 27-28.Os Autores compraram a posse do imóvel da pessoa de LUIZ VITOR DOS SANTOS e sua esposa em 2009 (fls. 26 e 26-v). A cadeia possessória se configura da seguinte forma:ANTONIO DA SILVA PEREIRA vendeu o imóvel ao Sr. BENEDITO RIBEIRO DE ARAÚJO (fl. 20);BENEDITO RIBEIRO DE ARAÚJO vendeu o imóvel ao Sr. JOÃO ALEXANDRE DA SILVA (fl. 21);JOÃO ALEXANDRE DA SILVA vendeu o imóvel ao Sr. GENARO OLIVEIRA BARBOSA (fl. 22);GENARO OLIVEIRA BARBOSA vendeu o imóvel ao Sr. LAZINHO APARECIDO BARBOSA (fl. 23);LAZINHO APARECIDO BARBOSA vendeu o imóvel ao Sr. JOSÉ RAIMUNDO NOMINATO (fl. 24);JOSÉ RAIMUNDO NOMINATO vendeu esta parte do imóvel ao Sr. LUIZ VITOR DOS SANTOS (fl. 25) que por sua vez, o vendeu aos autores (fls. 26 e 26-v).Ou seja, somadas todas as posses acima (a partir de ANTONIO DA SILVA PEREIRA), os autores e posseiros anteriores estão no imóvel há quase vinte e cinco, pois o contrato de fls. 20 e 20-v é datado de 1992.Os autores estão morando no imóvel (fl. 29).O imóvel já faz parte da declaração de IRPF dos autores (fls. 33 e 38). De igual modo está sendo recolhido o ITR (fls. 53, 57, 58, 62, 64, 68, 72 e 73), fato que demonstra a boa-fé dos autores.Já foi apresentado memorial descritivo (fls. 79 a 82).Logo, considerando que o conjunto probatório carreado aos autos encontram-se em harmonia com os fatos alegados, justa é a procedência do pedido formulado na peça exordial.DISPOSITIVO:ISSO POSTO, nos termos do art. 1.239 do Código Civil, ACOLHO a pretensão deduzida na petição inicial e, como consequência, reconheço e declaro em favor dos autores EDEMILSON OLIVEIRA e ELIANA OLIVEIRA DO NASCIMENTO a usucapião referente à parte ideal do imóvel (2,42ha) a ser desmembrado do imóvel Lote 7, Gleba 15, Projeto de Colonização Gy-Paraná, com área total de 94,6435 ha (matrícula 164/CRI/Rolim de Moura fl. 27), tendo por base o memorial descritivo de fls. 78 a 81.Sem condenação em honorários, pois não houve resistência.Descabida a incidência do Imposto de Transmissão de Bens Inter Vivos ITBI, dado que a causa de aquisição da propriedade é originária.Transitada em julgado esta DECISÃO, cumpra-se o disposto no art. 167, I, item 28 da LRP, oficiando ao CRI local.As custas/emolumentos para eventual desmembramento, registro e inscrição da SENTENÇA no Cartório, bem como emissão das certidões correrão por conta dos interessados. Consigne-se que o serviço notarial é exercido por delegação estatal, em caráter privado (art. 236 da Constituição Federal), bem como as partes estão assistidas por Advogado particular.Aliados aos fatores acima, esta DECISÃO é tomada tendo em vista o OFICIO CIRCULAR n.º 72/2012-DECOR/CG, determinando maior rigor na cobrança de custas e emolumentos, tanto no foro judicial como extrajudicial.Por isso, advirto aos interessados as eventuais custas, taxas e emolumentos para cumprimento das diligências, registro e demais atos, são de responsabilidade parte interessada. Conste isso do ofício, enviando cópia da SENTENÇA.Extingo esta fase do processo com resolução de MÉRITO, na forma do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.Publique-se. Registre-se. Intimem-se, na pessoa dos Procuradores (art. 270 do CPC e art. 50, das DGJ) e demais interessados por edital - publicação no DJe prazo de 30 dias - pois não houve resistência.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson C. Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0005330-71.2014.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Antônio Joel Degam
Advogado:Luciano da Silveira Vieira (RO 1643.), Sonia Ercilia Thomazini Lopes Balau (OAB/RO 3850)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Luciano Brunholi Xavier (OAB/RO 550A)
DESPACHO:
1) Feito sentenciado.Não houve pagamento das custas.NÃO se inscreve em Dívida Ativa Estadual, por seu irrisório valor, se comparado aos custos que este processo já deu ao Estado. Excepcionalmente, deixo de determinar a inscrição na dívida ativa e não há se falar em penhora de bens.Ademais, a inscrição das custas na dívida ativa se afigurará inócua, notadamente pelo seu pequeno valor e por ser muito onerosa para o Estado promover sua execução, pois apenas uma diligência de citação já custa boa parte do valor das custas que se pretende cobrar, o que é insensato cobrar, devendo priorizar os feitos com valores maiores. Por fim, considero as recentes decisões administrativas da Procuradoria deste Estado, em que valores ínfimos não são inscritos na Dívida Ativa Estadual.2) Execução dos honorários tramitaráno PJE (fl. 486-v).3) Portanto, ARQUIVE-SE de imediato por ser mais produtivo.4) Intimem-se, apenas pelo Diário da Justiça.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson C. Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0005849-12.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia DETRAN/RO
Advogado:Procurador do Detran ( )
Executado:Eder Júnior Santos de Oliveira
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Trata-se de Execução Fiscal proposta pelo DETRAN RO em face de EDER JUNIOR SANTOS DE OLIVEIRA.Intimados das restrições on line, não houve embargos, pelo julgo extinta a execução fiscal promovida pelo DETRAN RO em face de EDER JUNIOR SANTOS DE OLIVEIRA, com fundamento no art. 924, inc. II do NCPC.OFICIE-SE:- Do ID de fl. 21 CREDITE-SE R$ 87,79 em favor da conta de fl. 20 (honorários);- Dos ID´s de fls. 21 e 21-verso, creditem-se na conta de fl. 20, em favor do exequente, devendo todas contas serem encerradas.TORNO sem efeito a penhora de fl. 8.Intimem-se, todos via DJe.Não há notícias de outros bens ou valores bloqueados.Cumpridos, arquivem-se, de imediato.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Jeferson C. Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0002256-09.2014.8.22.0010
Ação:Homologação de Transação Extrajudicial (Cível)
Requerente:Djane Araújo de Oliveira Alencar, Deonízio Damasio da Silva
Advogado:Defensor Público ( )
DESPACHO:
Defensoria Pública e Ministério Público já foram intimados (fls. 48-v, 49-v e 52-v).Pela manifestação da certidão de fl. 52, a pretensão material foi atendida, restando prejudicada a manifestação de fl. 53.Portanto, ARQUIVE-SE.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0006629-83.2014.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Valdemir de Souza da Silva
Advogado:Não Informado ( )
SENTENÇA:
HOMOLOGO o pedido de DESISTÊNCIA DE fl. 19 e EXTINGO este processo com fulcro no art. 485, VIII do NCPC e art. 26 da

LEF.Apesar de ser homologada a desistência, tenho de tecer algumas considerações sobre a atual situação do cadastro imobiliário e setor tributário municipal.1.ª) Em dezenas, centenas de vezes o município de Rolim de Moura ajuíza Execução Fiscal sem ter a qualificação exata do contribuinte ou pelo menos seu CPF/CNPJ, ou ainda, de imóveis cadastrados em duplicidade no Setor de Receita.Advirto ao Município que ajuizar Execução Fiscal sem apresentar, no mínimo, a qualificação das partes ofende ao art. 282, inciso II, do CPC, bem como revela o "desleixo" do setor de cadastro imobiliário e tributário municipal, que promove alterações na situação de contribuintes (e imóveis) sem ao menos ter ciência do CPF ou CNPJ destes.Aliás, a falta de CPF e/ou CNPJ dos executados impede a regular constituição do crédito tributário, pois não individualiza o devedor.2.ª) Em reiteradas oportunidades (p. ex autos 00034270620118220010,00056668020118220010,6485920118220010,00041477020118220010,00040541020118220010,00059829320118220010, 00065951620118220010, 00063518720118220010, 00062288920118220010, 00065553420118220010, 00063544220118220010, 00062418820118220010, 2505020118220010, 00062452820118220010, 00062444320118220010, 00065570420118220010, 00065978320118220010, 00063301420118220010, 00063950920118220010, 00063344620148220010, 00054290720158220010, 00054204520158220010, 00070212320148220010, 00044473220118220010, 00069468120148220010, 00069744920148220010, 7003326-68.2016.822.0010, 7005321-08.20156.822.0010, dentre INÚMEROS outros (isso apenas na Segunda Vara Cível e que tive o trabalho de catalogar em poucas oportunidades) o Município de Rolim de Moura ajuíza execução fiscal e logo após ter verificado a ocorrência de erros na localização do imóvel, cadastros em duplicidade, ou em sua individualização junto ao cadastro imobiliário municipal ou falhas na constituição do crédito tributário ou na qualificação do contribuinte, pede desistência do feito, injustificadamente, ocasionando transtornos cartorários, gastos com Oficial de Justiça, publicações, em prejuízo dos demais jurisdicionados.A desorganização é tamanha que nos autos 00070212320148220010 o Município de Rolim de Moura ajuizou Execução Fiscal cobrando IPTU de imóveis que NÃO EXISTEM este Município vide fl. 21 dos r. autos! Isso não é fato isolado, pois O MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA CHEGOU AJUIZOU EXECUÇÃO FISCAL CONTRA UMA ESCOLA MUNICÍPIO! Também fora ajuizada Execução Fiscal contra imóvel que não existe no cadastro imobiliário municipal autos 00066298320148220010Portanto, o Município deverá ter maior cuidado na constituição do crédito tributário e ajuizamento de Execução Fiscal, pena de responder por litigância de má-fé.P. R. Intime-se o Município, preferencialmente em cartório, para evitar novos prejuízos.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0003444-42.2011.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Executado:José Dias de Araújo
Advogado:Não Informado ( )
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 65), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Caso necessário, autorizo desde já o levantamento das restrições existentes (RENAJUD e BACENJUD). Custas e honorários quitados.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0003441-53.2012.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Genaldo Martins Almeida
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 30), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Caso necessário, autorizo desde já o levantamento das restrições existentes (RENAJUD e BACENJUD). Custas e honorários quitados.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0002347-65.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Leomar Wentz
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 24), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Caso necessário, autorizo desde já o levantamento das restrições existentes (RENAJUD e BACENJUD).Custas e honorários quitados.Torno insubsistente o auto de penhora de fl. 28.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0003921-26.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Uilson Pereira Otoni
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 24), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Caso necessário, autorizo desde já o levantamento das restrições existentes (RENAJUD e BACENJUD). Custas e honorários quitados.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0002532-06.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Joao Euripedis Teodoro de Farias
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 23), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Caso necessário, autorizo desde já o levantamento das restrições existentes (RENAJUD e BACENJUD). Custas e honorários quitados.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0003682-22.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)

Executado:Geni Américo Ferreira
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 21), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Caso necessário, autorizo desde já o levantamento das restrições existentes (RENAJUD e BACENJUD).Custas e honorários quitados.Torno insubsistente o auto de penhora de fl. 9.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0007020-38.2014.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Excepto:Joaquim Amado, Manoel Frez Neto
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 29), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Custas e honorários quitados.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0004036-47.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:João Alves Pereira
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 18), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Caso necessário, autorizo desde já o levantamento das restrições existentes (RENAJUD e BACENJUD).Custas e honorários quitados.Torno insubsistente o auto de penhora de fl. 10.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0003357-47.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Osmar Aparecido Gomes
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 23), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Caso necessário, autorizo desde já o levantamento das restrições existentes (RENAJUD e BACENJUD). Custas e honorários quitados.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0006509-40.2014.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Executado:Joao Euripedis Teodoro de Farias
Advogado:Não Informado ( )
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 20), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Custas e honorários quitados.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0003641-55.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Valter Luiz Rossoni Júnior, Johny Patrick Genuino da Silva
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 30), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Caso necessário, autorizo desde já o levantamento das restrições existentes (RENAJUD e BACENJUD).Custas e honorários quitados.Torno insubsistente o auto de penhora de fl. 10.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0006423-69.2014.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Edmundo Palmeira de Albuquerque
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 31), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Caso necessário, autorizo desde já o levantamento das restrições existentes (RENAJUD e BACENJUD). Custas e honorários quitados.Torno insubsistente os autos de penhoras de fl. 10 e 18.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0004079-18.2014.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Silveira & Bonfim Representações Ltda Me
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 32), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Caso necessário, autorizo desde já o levantamento das restrições existentes (RENAJUD e BACENJUD). Custas e honorários quitados.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0005400-54.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Edinalva das Dores de Oliveira, Neide Patrício de Menezes

Advogado:Não Informado ( )
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 18), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Custas e honorários quitados.Torno insubsistente o auto de penhora de fl. 9.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0004075-44.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:José Severino Vitor
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 21), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Caso necessário, autorizo desde já o levantamento das restrições existentes (RENAJUD e BACENJUD).Custas e honorários quitados.Torno insubsistente o auto de penhora de fl. 18.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0006897-40.2014.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Zenildes Pereira Lima
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 21), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Custas e honorários quitados.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0006780-49.2014.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Sebastião Martins de Fontes
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 14), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Custas e honorários quitados.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0003857-16.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Inácio Hissashi Kusano
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 19), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Custas e honorários quitados.Torno insubsistente o auto de penhora de fl. 9.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0005710-60.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Alécio Carlos Martins
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 18), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Custas e honorários quitados.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0006812-54.2014.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Marta Maria Dias
Advogado:Não Informado ( )
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 22), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Custas e honorários quitados.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0003478-75.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Jamir Francisco dos Santos
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 19), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Custas e honorários quitados.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0002527-81.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Adavir Jorge Vill
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 24), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Caso necessário, autorizo desde já o levantamento das restrições existentes (RENAJUD e BACENJUD).Custas e honorários quitados.Torno insubsistente o auto de arresto de fl. 8.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0005310-46.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Jatobá Empreendimentos Imobiliários Ltda, Vanilda Aparecida Moreira Oliveira
Advogado:Não Informado ( )
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 20), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Custas e honorários quitados.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0002249-80.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Município (OAB/RO 0000)
Executado:Elizabete Sena
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 20), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Custas e honorários quitados.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0002006-39.2015.8.22.0010
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Domingos Batista de Oliveira
Advogado:Leonardo Fabri Souza (RO 6217)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (RO 5369)
SENTENÇA:
Conforme informações de fls. 89 e 90 houve pagamento, pelo que EXTINGO o feito com base no art. 924, II do CPC. Para tanto, DETERMINO:1) LIBERE-SE 10% (dez%) do ID de fl. 89 em favor do Patrono, por ser honorários. 2) Após LIBERE-SE o remanescente do ID de fl. 89 diretamente em favor do autor, devendo ser encerradas todas contas judiciais vinculadas a este feito.OBS: o ID de fl. 88-v NÃO é deste processo e sim de um processo que tramita na 1.ª Vara Cível e já foi levantado (dados do SAP). ATENTEM-SE.INDEFIRO o pedido de expedição de ambos alvarás em nome do Advogado, porque não podem ser confundidos o direito da parte ao recebimento de sua verba com o recebimento dos honorários, que são do advogado. Cada qual deve ter direito ao recebimento do que tem direito.Caso o Causídico pretenda reserva de honorários, junte o r. contrato, com firma reconhecida.Observe-se reiterados precedentes do TJRO reconhecendo que pode haver dois alvarás.Origem: 00024452120138220010 Relator: Desembargador Isaias Fonseca MoraesDECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. Ementa: Agravo interno. Agravo de Instrumento. Contrato. Expedição de alvarás distintos. Ilegalidade não configurada. Improvimento.Não existe óbice para a expedição de alvará de levantamento dos valores relativos a honorários contratuais e sucumbenciais em separado, um nome patrono e outro do autor da demanda, com seus valores correspondentes.A medida resguarda os exatos valores devidos a cada um, evitando eventuais controvérsias.Agravo não provido. DJe n. 104, de 5/6/2014, p. 55E recentíssimas decisões do TJRO nos autos 0004542-87.2014.8.22.0000, DJe 19/5/2014, pp. 12-13; Dje n. 104, de 5/6/2014, p. 55 e 0004223-22.2014.8.22.0000, Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES Dje n. 104, de 6/6/2014, p. 64.E entendimento do TJRO nos autos 0006022-71.2012.822.0000 respaldado pela Recomendação do CNJ, conforme item 1.14, da Portaria 26/2013, de 10/6/2013, recomendando expedição de alvarás separados para parte e patrono, ainda que o Patrono tenha poderes para receber e dar quitação.Nos autos 2597-69.2010.8.22.1111 já foi decidido pela E. CGJ que a expedição do alvará em nome da parte é ato jurisdicional e não administrativo.Ultrapassado o prazo para eventual recurso ou havendo desistência, expeçam-se e entreguem-se os alvarás.Comprovado o levantamento dos alvarás, arquive-se, com fundamento no art. 924, inciso II do CPC.Custas já recolhidas.P.R. Intimem-se, na pessoa dos Procuradores, apenas via DJe (art. 270 do CPC e art. 50 das DGJ).Rolim de Moura-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0003403-36.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Eduardo Thales Melo Constantino
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 28), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Caso necessário, autorizo desde já o levantamento das restrições existentes (RENAJUD e BACENJUD).Custas e honorários quitados.Torno insubsistente o auto de arresto de fl. 09.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0003721-19.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Dejonas Teixeira da Silva
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 23), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Custas e honorários quitados.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0003476-08.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Ernesto Beserra Neto
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 29), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Custas e honorários quitados.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0006554-49.2011.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Cohab - Companhia de Habitação Popular de Rondônia, Juvenal Araújo dos Santos
Advogado:Advogado Não Informado (000)

SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 38), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Custas e honorários quitados.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0005727-96.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Gleison do Carmo Rubim, Lidia Klitzke Rubim
Advogado:Não Informado ( )
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 20), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Custas e honorários quitados.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0002552-94.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Rolim Frio Comercio de Peças e Serviços
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 27), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Caso necessário, autorizo desde já o levantamento das restrições existentes (RENAJUD e BACENJUD). Custas e honorários quitados.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0006996-10.2014.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Executado:José Domingos de Ávila, Ronivaldo Rodrigues Barbosa
Advogado:Não Informado ( )
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 31), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Custas e honorários quitados. Torno insubsistente o auto de arresto de fl. 10.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente. Rolim de Moura, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0005647-35.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:José Ary Alves Teixeira, Adonis Alves Pereira
Advogado:Não Informado ( )
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 20), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil.Custas e honorários quitados.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0003381-75.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Cassilda de Jesus da Silva, Marlene dos Santos de Mello
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 18), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Custas e honorários quitados.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0006729-38.2014.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Executado:Aguinaldo de Souza Santana
Advogado:Não Informado ( )
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 23), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Custas e honorários quitados.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0003625-04.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Anderson Longo Rodrigues Me
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 26), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Caso necessário, autorizo desde já o levantamento das restrições existentes (RENAJUD e BACENJUD).Custas e honorários quitados.Torno insubsistente o auto de arresto de fl. 09.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0005323-45.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Executado:Jatobá Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 21), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Custas e honorários quitados.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0006209-78.2014.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Helena Arruda dos Santos
Advogado:Advogado Não Informado (000)

SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 30), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Caso necessário, autorizo desde já o levantamento das restrições existentes (RENAJUD e BACENJUD). Custas e honorários quitados.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0003869-30.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Luciene Samara de Souza
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
Noticiada a quitação integral do débito executado nestes autos (fl. 19), EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inc. II, do Novo Código de Processo Civil. Custas e honorários quitados. Torno insubsistente o auto de penhora de fl. 10.P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Arquivem-se, imediatamente. Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0004232-17.2015.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Sociedade Rolimourense de Educação e Cultura Ltda
Advogado:Fábio José Reato (OAB/RO 2061), Danilo Constance Martins Durigon (OAB RO 5114), Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243)
Executado:Luci Cardoso Teodoro
Advogado:Ana Caroline Cardoso de Azevedo (RO 6963)
DECISÃO:
1) Feito tramita sem resultados úteis.2) Até agora, o executado nada fez para saldar seus débitos. Nem mesmo embargou a execução.3) Tentadas pesquisas junto ao BACENJUD e RENAJUD, não foram localizados dinheiro nem veículo em nome do Executado.4) O que era de responsabilidade do Juízo (buscas ao BACENJUD e RENAJUD) já foi feito.5) O Exequente comprovou ter feito esforços para localizar bens (fls. 61/68).6) Como não foram localizados bens penhoráveis e como a execução tramita sem resultados úteis, mesmo com pesquisas aos sistemas BACENJUD e RENAJUD e pelas diligências do Exequente (fls. 54-55), DEFIRO, em parte, o pedido de fls. 61 a 66, sob responsabilidade exclusiva do Exequente.7) Quanto ao eventual argumento de que não pode haver penhora por ser salários, desde já os rejeito.Considere-se o tempo que este processo se prolonga (há bem mais de ano), não sendo encontrados bens penhoráveis.Aliás, mesmo que os valores penhorados fossem parte dos vencimentos do Executado, deve ser dito que a alegada impenhorabilidade não é absoluta. Pergunto: para que servem os vencimentos e subsídios senão para o pagamento das obrigações A vingar a ideia da impenhorabilidade absoluta, simplesmente as pessoas contrairiam débitos e não os saldariam, sendo que nada poderia ser penhorado. Mesmo se acatasse a tese da impenhorabilidade ainda assim é forçoso admitir que parte dos vencimentos e subsídios pode ser penhorada para o adimplemento das obrigações, sendo este mais um argumento para rejeitar o argumento do Executado. Concordo que a totalidade dos vencimentos não pode ser penhorada para não provocar situação de miséria, mas parte razoável pode ser penhorada sim, para o cumprimento das obrigações. No mesmo sentido entendimento do E. TJRO:Agravo de Instrumento nrº 0003864-48.2009.8.22.0000Relator: Des. Kiyochi Mori Vistos.Trata-se de agravo de instrumento interposto por Capital Distribuidora de Papéis Ltda. contra a DECISÃO prolatada pelo juiz da 7ª Vara Cível desta Capital, nos autos da ação monitória que move contra Leôncio Queiroz Vieira, que indeferiu o pedido de expedição de ofício à 17ª Brigada de Infantaria de Selva, para bloqueio de 20% dos vencimentos do ora agravado, até satisfação integral do débito. Diz que a DECISÃO agravada fomenta o calote, obstando-lhe o recebimento de seu crédito.Afirma que a porcentagem supra não compromete o sustento pessoal e familiar do agravado e, portanto, não ofende o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.Destaca que o agravado já demonstrou que não pretende honrar espontaneamente a sua obrigação, pois, devidamente intimado, não embargou, não ofereceu bens à penhora, restando infrutífera a penhora on line.Pede a reforma da DECISÃO agravada, determinando-se a penhora mensal de 20% dos vencimentos do agravado, até a satisfação total do crédito.Examinados, decido.É certo que esta Corte tem admitido, em alguns casos, a penhora de verba salarial do devedor.Contudo, no presente caso, não há como se averiguar se a medida trará ou não prejuízo ao sustento do agravado ou de sua família, considerando-se que não há como se aferir qual o rendimento líquido deste, fator essencial para que seja possível evitar o comprometimento do mínimo necessário para sua subsistência.Trago à baila recente precedente, que bem ilustra a necessidade de se avaliar os valores percebidos pelo devedor e o impacto que a penhora poderia causar:Execução. Penhora. Salário. Servidor.É possível a penhora de salário de servidor público desde que em percentual condizente com o princípio da dignidade da pessoa humana, devendo o julgador, em cada caso, avaliar os valores que recebe o servidor e o impacto que o percentual fixado poderá causar em seus rendimentos. (Agravo de Instrumento nº. 10000120000025705, Rel. Juiz Glodner Luiz Pauletto, J. 25/02/2009)Outrossim, não cuidou o agravante de demonstrar que diligenciou no sentido de encontrar bens a serem penhorados, devendo-se tomar a penhora de parte do salário como medida excepcional.À luz do exposto, nego seguimento ao presente agravo de instrumento, fazendo-o monocraticamente, com fundamento no art. 139, IV, do Regimento Interno desta Corte e art. 557, caput, do CPC.Publique-se. Comunique-se ao juiz da causa.Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos.Desembargador Kiyochi Mori Relator (Diário da Justiça n.º 224, de 03/12/2009, p. 17).Assim, ACOLHO, em parte, o pedido de fls. 61 a 66 (sob responsabilidade exclusiva do exequente) e DETERMINO a penhora/sequestro de 20% (vinte%) dos vencimentos do Executado junto ao órgão empregador de fl. 67.O limite para desconto é R$ 4.208,08 fl. 61 (já incluídos os honorários).O empregador deverá depositar em favor deste Juízo até o dia 10 do mês subseqüente ao vencido, sendo que o valor de 20% a ser penhorado e depositado deverá incluir salários, subsídios, horas extras, gratificações, comissões, férias, 13.º salário e 1/3 de indenização sobre as férias. Do percentual acima, afastam-se apenas os descontos obrigatórios, dentre eles INSS e/ou Previdência Social e Imposto de Renda (IR), bem como diárias eventualmente recebidas.Oficie-se ao órgão empregador de fl. 67 para cumprimento integral da ordem e comprovação nos autos.O empregador também deverá enviar os 3 últimos contracheques do executado a este Juízo.8) O Exeqüente poderá indicar outros bens do Executado para penhora, caso insista no prosseguimento do feito.9) Oportunamente, o Exequente deverá apresentar planilha de cálculo atualizada, incluindo o valor principal, honorários e custas, bem como deduzindo eventuais valores levantados.10) Sendo apresentado recurso ou outro expediente, desde já mantenho a DECISÃO por seus fundamentos.11) Intimem-se, na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos (art. 270 do CPC e art. 50 das DGJ), via DJe.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0004251-23.2015.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Benevides Materiais Para Construção Ltda
Advogado:Alan Oliveira Bruschi (RO 6350)
Executado:Uédilei Moisés Veiga

Advogado:Não Informado ( )
DESPACHO:
1) EXPEÇA-SE CERTIDÃO DE DÍVIDA PARA FINS DE PROTESTO e inclusão no SPC e SERASA, constando como devedor o Executado e o valor da dívida a ser informado pelo Exequente.Conste da certidão de dívida que se a FINALIDADE for realizar protesto extrajudicial a parte interessada deverá arcar com as custas/emolumentos diretamente no Cartório de Protestos, na forma determinada pela Corregedoria Geral da Justiça no OFICIO n.º 072/2007/DICSEN/DECOR/CG, de 12/02/2007 e Ofício Circ. n° 004/09-DICSEN/DECORICG, de 08 de junho de 2009, abaixo transcrito, cujas observações deverão constar da certidão: Em atenção aos Autos acima mencionado, bem como a necessidade de padronizar os procedimentos atinentes ao cumprimento de ordens judiciais pelas Serventias Extrajudiciais, informo a V. Exa que os MANDADO s de ordem judicial destinados aos serviços extrajudiciais, tais como o cancelamento do protesto, a tabeliã deverá cumprir após o pagamento dos emolumentos pela parte, conforme disposto no 9 o do art. 26 da Lei n. 9.492/97 e subitem 51.3, da Seção X, do Capítulo 111, das Diretrizes Gerais dos Serviços Notariais e de Registro. Também deverá ser cumprida a norma do Provimento 013/2014-CG, publicado no 8/9/2014, pp. 6-7.3) Deverá o Exequente indicar outros bens dos Executados para penhora, caso insista no prosseguimento do feito, com resultados úteis.Conforme já decidido pelo E. TJRO, a responsabilidade do Juízo é complementar às diligências da parte e não meramente substitutiva. Neste sentido, entendimento do E. TJRO nos Agravos de Instrumento nrº 0002590-78.2011.8.22.0000, Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, publicado no Diário da Justiça de 28/03/2011, pp. 12-13, nrº 0001880-92.2010.8.22.0000, Relator: Juiz Glodner Luiz Pauletto, publicado no Diário da Justiça n.º 032, de 19/02/2010, p. 10.Portanto, manifeste-se em termos de seguimento e quanto ao resultado negativo de tentativa de penhora on line, indicando bens penhoráveis para prosseguimento útil da execução, pena de extinção por falta de interesse.4) Intimem-se, na pessoa dos Procuradores (art. 270 do CPC e art. 50 das DGJ). Aguarde-se.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0005090-82.2014.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Antônio Rodrigues da Silva
Advogado:Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214), Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243), Cristóvam Coelho Carneiro (OAB/RO 115), Fábio José Reato (OAB/RO 2061), Danilo Constance Martins Durigon (OAB RO 5114)
Executado:Valdemir Ferreira Amaral
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
1) Tentadas diversas diligências para localização e citação do Requerido (inclusive Carta Precatória), este não foi localizado.2) Buscas negativas. Informações idem.3) DEFIRO o pedido de citação por edital (fl. 63).4) CITE-SE e INTIME-SE o Requerido por EDITAL, nos termos de fl. 43 e 43-v.O Autor deverá comprovar a publicação dos editais e o que mais for necessário.Aguarde-se eventual defesa.5) Transcorrido o prazo sem defesa, desde já NOMEIO um dos membros da Defensoria Pública para promover a defesa do Requerido, como Curadora Especial. Dê-se vistas, oportunamente.6) Vindo manifestação da Defensoria Pública, ao Autor para manifestação e outras provas, caso queira. Intime-se, oportunamente.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0003874-91.2011.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura
Executado:Associação dos Advogados de Rolim de Moura
Advogado:Arthur Paulo de Lima (OAB/RO 1669)
Fica o advogado Dr. Arthur Paulo de Lima (OAB/RO 1669), intimado para no prazo de 03 dias, devolver os autos que se encontram com prazo de carga vencida, nos termos do art. 234, § 2º e seguintes do NCPC.

Proc.: 0000724-63.2015.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Neuza Solina Andreli
Advogado:Rejane Maria de Melo Godinho (OAB/RO 1042), Edmar Felix de Melo Godinho (RO 3351), Dilma de Melo Godinho (OAB/RO 6059)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss
Fica o advogado DrA. Rejane Maria de Melo Godinho (OAB/RO 1042), intimado para no prazo de 03 dias, devolver os autos que se encontram com prazo de carga vencida, nos termos do art. 234, § 2º e seguintes do NCPC.

Proc.: 0003596-51.2015.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Sociedade Rolimourense de Educação e Cultura Ltda
Advogado:Fábio José Reato (OAB/RO 2061), Airton Pereira de Araújo (RO 243)
Executado:Lídia Neves Dias
Advogado:Advogado Não Informado
FINALIDADE: Fica o advogado Dr Danilo Constance Martins Durigon (OAB RO 5114), intimado para no prazo de 03 dias, devolver os autos que se encontram com prazo de carga vencida, nos termos do art. art. 234, § 2º NCPC.

Proc.: 0004237-39.2015.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Sociedade Rolimourense de Educação e Cultura Ltda
Advogado:Fábio José Reato (OAB/RO 2061), Danilo Constance Martins Durigon (OAB RO 5114), Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243)
Executado:Lucimar José Coutinho
Advogado:Advogado Não Informado
FINALIDADE: Fica o advogado Dr Fábio José Reato (OAB/RO 2061), intimado para no prazo de 03 dias, devolver os autos que se encontram com prazo de carga vencida, nos termos do art. art. 234, § 2º NCPC.

Proc.: 0005503-61.2015.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Darci Rodrigues, Vera Lúcia Leoncio
Advogado:Carlos Oliveira Spadoni (RO 607-A), Léliton Luciano Lopes da Costa (RO 2237), Carlos Oliveira Spadoni (RO 607-A), Léliton Luciano Lopes da Costa (RO 2237)
Requerido:João Detes Dantas
Advogado:Paulo Cesar de Camargo (OAB-RO 4345)
FINALIDADE: Fica o advogado Carlos Oliveira Spadoni (RO 607-A), intimado para no prazo de 03 dias, devolver os autos que se encontram com prazo de carga vencida, nos termos do art. art. 234, § 2º NCPC.

Proc.: 0003874-91.2011.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Associação dos Advogados de Rolim de Moura
Advogado:Arthur Paulo de Lima (OAB/RO 1669)
FINALIDADE: Fica o advogado Dr. Arthur Paulo de Lima (OAB/RO 1669), intimado para no prazo de 03 dias, devolver os autos que se encontram com prazo de carga vencida, nos termos do art. art. 234, § 2º NCPC.

Proc.: 0003090-12.2014.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Associação dos Advogados de Rolim de Moura
Advogado:Advogado Não Informado
FINALIDADE: Fica o advogado Dr. Arthur Paulo de Lima (OAB/RO 1669), intimado para no prazo de 03 dias, devolver os autos que se encontram com prazo de carga vencida, nos termos do art. art. 234, § 2º NCPC.

Proc.: 0038059-44.2000.8.22.0010
Ação:Inventário
Inventariante:Antônio Nascimento Costa
Advogado:Rejane Maria de Melo Godinho (OAB/RO 1042)
Inventariado:Espólio de João Francisco Costa
Advogado:Advogado não informado
FINALIDADE: Fica o advogado Dra. Rejane Maria de Melo Godinho (OAB/RO 1042), intimado para no prazo de 03 dias, devolver os autos que se encontram com prazo de carga vencida, nos termos do art. art. 234, § 2º NCPC.
Heloisa Gonçalves Dias

Diretora de Cartório

COMARCA DE VILHENA

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Sugestões ou reclamações façam-nas pressoalmente a Juíza, ou contate-nos via internet. Endereço eletrônico: vha1criminal@tjro.jus.br
Juíz Substituto: Fabrízio Amorim de Menezes
Diretor de Cartório: Emerson Batista Salvador

GABARITO DE INTIMAÇÃO
Proc.: 0003497-35.2016.8.22.0014
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:BRUNO OLIVEIRA ALVES, RYAD JOSÉ MARQUES DE SOUZA
Advogado:Rafael Mendes da Silva (OAB/RO 8403)
FINALIDADE: INTIMAR o Advogado supra da DECISÃO de fl. 180, a seguir transcrito: “Vieram conclusos os autos em face de pedido de revogação da prisão preventiva (fls. 171/178) e requerimento do Ministério Público (fls. 179).Pois bem, no que refere ao pedido de revogação da prisão preventiva, pleito idêntico foi analisado na DECISÃO de fls. 156/157 e de lá para cá nada se alterou, razão pela qual, para evitar desnecessária tautologia faço referência àquelas razões para mais uma vez indeferir o pedido de revogação das prisões preventivas de Ryad José Marques de Souza e Bruno Oliveira Alves. Ademais, convém consignar que a instrução já findou e, em breve, será prolatado SENTENÇA com a resolução deste processo.Por outro lado, considerando que ainda não veio aos autos o laudo de exame toxicológico definitivo oficie-se requisitando-o da Autoridade Policial, a qual deverá encaminhá-lo, no prazo máximo de cinco dias, sob pena das penalidades cabíveis. Intimem-se.Vilhena-RO”, terça-feira, 31 de janeiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes - Juiz de Direito

GABARITO DE INTIMAÇÃO
Proc.: 0004262-45.2012.8.22.0014
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:ROSELENE TEREZINHA DE OLIVEIRA DA SILVEIRA
Advogado:Fernando Milani e Silva (OAB/RO 186/RO)
FINALIDADE: INTIMAR o Advogado supra da expedição de Carta Precatória (fl. 199) para Comarca de Cerejeiras/RO, com a finalidadde de proceder o interrogatório da acusada Roselene Terezinha de Oliveira da Silveira em dia e hora a ser designado pelo Juízo deprecado. As partes deverão acompanhar o andamento da carta precatória independemente de intimação.

GABARITO DE INTIMAÇÃO
Proc.: 0001727-07.2016.8.22.0014
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:JEFERSON MARCON
Advogado:Lídio Luis Chaves Barbosa (OAB/RO 513-A)
FINALIDADE: INTIMAR o Advogado supra da expedição de Carta Precatória (fl. 107) para Comarca de Porto Velho/RO, com a FINALIDADE de proceder a INQUIRIÇÃO das testemunhas arroladas pelo Ministério Público, sendo elas José Maria Nogueira Borges Fillho e Tarciso Simões Gonçalves em dia e hora a ser designado pelo Juízo deprecado. As partes deverão acompanhar o andamento da carta precatória independentemente de intimação.

GABARITO DE INTIMAÇÃO
Proc.: 0003950-30.2016.8.22.0014
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: RODRIGO ANDRADE DA COSTA, THIAGO COSTA DE OLIVIERA
Advogado: Lairce Martins de Souza (OAB/RO 3041)
FINALIDADE: INTIMAR o Advogado supra para que se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de preclusão sobre a não localização das testemunhas Willian Rodrigues Soares e Wesley Rodrigues Soares, conforme exarado pela Srª Oficiala de Justiça exarada a fl. 138v.

GABARITO DE INTIMAÇÃO
Proc.: 0001930-66.2016.8.22.0014
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado (Pronunciado): VALDINETE DE SOUZA SOARES, WESLEN SOARES DE JESUS.
Advogado:Marcio de Paula Holanda (OAB/RO 6357)
FINALIDADE: INTIMAR o Advogado supra da r. SENTENÇA DE PRONÚNCIA, prolatada às fls. 328/331, a seguir transcrito: “Vistos. VALDINETE SOUZA SOARES e WESLEN SOARES DE JESUS, já qualificados nos autos, foram denunciados pelo Ministério Público como incursos no artigo 121, § 2º, I (promessa de recompensa e vingança) e IV (recurso que dificultou a Defesa da vítima), do Código Penal e no artigo 244-B da Lei 8.069/90, na forma dos artigos 29 e 69, ambos do Código Penal.Sustenta a denúncia que no dia 10/05/2016, por volta das 11h55min, na Av. 1808, nº 4885, Bairro Bela Vista, nesta Cidade, o inimputável “C.A.A.R.”, de 16 anos de idade, a mando de Valdinete Souza Soares e Weslen Soares de Jesus, matou a vítima Jeová Duarte Teixeira, mediante disparos de arma de fogo. Descreve que o crime foi praticado mediante motivo torpe, visto que, agindo motivado por sentimento de vingança em razão do inconformismo relacionado às circunstâncias da construção de uma calçada em terreno vizinho à sua propriedade, Valdinete e seu filho Weslen contrataram, mediante promessa de recompensa, R$ 2.000,00, o inimputável “C.A.A.R.” para dar cabo à vida de Jeová, o que de fato se consumou. Narra que o homicídio foi perpetrado mediante recurso que dificultou a defesa da vítima, posto que os imputados dissimularam seu intento homicida, fazendo-a acreditar que o inimputável cortaria os seus cabelos, para então distraí-la e de surpresa desferir-lhe os tiros fatais. Por fim, relata que, ao praticar o crime com menor de idade, os denunciados acabaram por corromper e/ou facilitar a corrupção de “C.A.A.R.”, de 16 anos

de idade.A acusada foi presa por força de prisão preventiva na data 08/06/2016 (fls. 39/44). A denúncia foi recebida em 23/06/2016 (fls. 94).Citada (fls. 117), a ré apresentou resposta à acusação (fls. 122/152) e, tendo sido acolhido o pedido de instauração de incidente de insanidade mental (fls. 157/159) prosseguiu-se em relação ao acusado Weslen e efetuou-se também a antecipação probatória para Valdinete, sendo que por ocasião da audiência de instrução foram ouvidas quatro testemunhas e um menor na qualidade de informante (mídias de fls. 206 e 223), bem como foi interrogado o réu Weslen (mídia de fls. 213).Apresentas alegações finais (fls. 227/248) o corréu Weslen foi pronunciado na data de 13/10/2016 (fls. 249/252) Concluído o incidente de insanidade mental foi constatada a imputabilidade da ré Valdinete, tendo sido juntado aos autos os laudos e a DECISÃO proferida no incidente (fls. 263/272). Então, deu-se prosseguimento com a oitiva de seis testemunhas relacionadas pela defesa de defesa e interrogatório da ré (mídia de fls. 302). Por memoriais o Ministério Público requereu a pronúncia de Valdinete como incusa no artigo 121, § 2º, I (promessa de recompensa e vingança) e IV (dissimulação e surpresa), do Código Penal e no artigo 244-B da Lei 8.069/90, na forma dos artigos 29 e 69, ambos do Código Penal. (fls. 227/231).Por sua vez, a Defesa de Valdinete requereu a impronúncia alegando não haver provas de que seja coautora do crime. Sustentou que a ré não possui condições financeiras e que tem saúde mental perturbada, o que a impediria de contratar a execução do crime (fls. 310/327). É o breve relatório. Passo a decidir.Inicialmente cumpre ressaltar que, nos termos do art. 413 do CPP, “O juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação”. E, a teor do § 1º: “A fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o DISPOSITIVO legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena.”Importante consignar também que, nesta fase, vigora a regra do in dubio pro societate, ou seja, havendo possibilidade de atribuir ao acusado o crime contra a vida deve ser admitida a acusação preservando a competência Constitucional de julgamento pelo Tribunal de Juri.Pois bem, compulsando os autos observa-se que os requisitos do art. 413 do CPP estão presentes, haja vista que a materialidade do crime de homicídio está registrada no laudo de exame tanatoscópico (fls. 19/20) e laudo de exame pericial em local de morte violenta (fls. 62/67), os quais atestam a morte da vítima Jeová Duarte Teixeira.Também está patente a presença dos indícios de autoria, ainda que negada pela ré Valdinete. Quanto interrogada, em Juízo, a ré sustentou que é inocente e aduziu que lhe atribuíram a autoria do crime porque possuía desavenças com a vítima (mídia de fls. 302). Ocorre que para ser reconhecida tal tese, negativa de autoria, há de se ter provas extremes de dúvidas, o que não é o caso dos autos.No caso, o menor “C.A.A.R.” confirmou, em Juízo, que residia com o Weslen e que ele o contratou para dar cabo à vida de Jeová. Relatou que o réu lhe prometeu a quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais) para cometer o homicídio, lhe forneceu a arma e ainda, acompanhou-lhe até próximo à casa da vítima. Disse também que o réu lhe contou que Jeová ameaçava a mãe dele e que ela ajudaria a pagar o valor mencionado. Descreveu que nestas circunstâncias se aproximou da vítima, disse que pretendia cortar o cabelo e, quando ela se virou para pegar os instrumentos de trabalho lhe desferiu os tiros (mídia de fls. 213).Além disto, os indícios da autoria vieram reforçados nos depoimentos das várias testemunhas ouvidas, as quais afirmaram que, há anos, Valdinete e a vítima possuíam desentendimentos relativos a problemas de vizinhança, o que era de conhecimento de toda a família dela. Assim, diante das provas mencionadas, não há até o presente momento qualquer fato que possibilite dar rumo diverso a este processo que não seja a pronúncia, podendo as teses aventadas serem exploradas em plenário. Sobre as alegações da Defesa, importante consignar que embora a ré sofra de transtorno depressivo recorrente e seja portadora de epilepsia, isto não a incapacita de entender o caráter criminoso do fato ou de se determinar de acordo com esse entendimento, o que foi atestado por laudo médico.As parcas condições financeiras também não tem o condão de excluir o crime, tanto que o menor afirmou que apenas recebeu R$ 500,00 (quinhentos reais) da quantia contratada para a execução do homicídio.Da mesma forma, as qualificadoras do motivo torpe e do recurso que dificultou a defesa da vítima deverão ser levadas à apreciação dos Senhores Jurados, uma vez que ao longo da instrução não se formaram provas suficiente para repeli-la.Assim como, igualmente será submetido à apreciação do Júri o crime conexo, qual seja, a corrupção de menor. Diante o exposto, PRONUNCIO VALDINETE DE SOUZA SOARES, qualificada nos autos, dando-a como incursa no artigo 121, § 2º, I (promessa de recompensa e vingança) e IV (dissimulação e surpresa), do Código Penal e no artigo 244-B da Lei 8.069/90, na forma dos artigos 29 e 69, ambos do Código Penal, devendo ser levada oportunamente a julgamento perante o E. Tribunal do Júri desta Comarca pelo homicídio de Jeová Duarte Teixeira.Nos termos do art. 413, § 3º do Código de Processo Penal, mantenho a prisão do acusado, pois permanecem incólumes os requisitos que a ensejaram, os quais deixo de aqui reproduzir para evitar tautologia.Com o trânsito em julgado da presente, proceda na forma prevista no artigo 421 e seguintes do Código de Processo Penal, com a preparação dos atos para julgamento em Plenário.P.R.I. Vilhena-RO, terça-feira, 31 de janeiro de 2017[a] Fabrízio Amorim de Menezes - Juiz de Direito

GABARITO DE INTIMAÇÃO
Proc.: 0000359-60.2016.8.22.0014
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: William Rodrigues de Paula
Advogado:Lairce Martins de Souza (OAB/RO 3041)
FINALIDADE: INTIMAR o Advogado supra para que se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de preclusão sobre a não localização da testemunhas Natacha Fernanda Araújo Ferreira e Ataíde de Souza Moreira, conforme certidão exarada pelo Srª Oficial de Justiça exarada a fl. 251v., da Comarca de Pontes e Lacerda/MT. O réu Willian Rodrigues de Paula também não foi localizado conforme narra a mesma certidão.
Emerson Batista Salvador

Diretor de Cartório

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
Juiz: Adriano Lima Toldo
Escrivã Substituta: Lorival Dariu Tavares
vha2criminal@tj.ro.gov.br

Proc.: 0003286-96.2016.8.22.0014
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Carla Thais dos Santos Vicente, Ivanildo Paulo de Souza
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999), Marcio de Paula Holanda (OAB/RO 6357)
SENTENÇA:
Vistos.Carla Thais dos Santos Vicente e Ivanildo Paulo de Souza, ambos qualificados nos autos, foram denunciados pelo Ministério Público do Estado de Rondônia como incursos nas sanções do art. 157, § 3º, parte final (1º, fato) e artigo 211 (2º fato), ambos do

Código Penal, na forma do artigo 69 do mesmo codex pelos fatos assim narrados na denúncia:1º FatoConsta do incluso inquérito policial que no dia 09.10.2016, pela manhã, na Avenida 634, n. 6547, Parque São Paulo, nesta cidade e comarca de Vilhena/RO, os denunciados Ivanildo Paulo de Souza e Carla Thais dos Santos Vicente, com unidade de desígnos e previamente ajustados, mediante emprego de violência exercida com instrumento pérfuro-cortante da qual resultou a morte da vítima Caio de Melo Xavier, subtraíram para si camisas, um par de sapatos, um perfume, um aparelho celular marca LG e o veículo automotor Toyota /Corolla, cor branca, placa OHO 1976, consoante auto de apresentação de fls. 11 e 73, laudo de exame pericial em local de morte violenta de fls. 33/61, laudo de exame tanatoscópico de fls. 64/65 e certidão de óbito de fl. 66.Segundo apurado, CARLA THAIS, utilizando uma faca, aplicou 22 (vinte e dois) golpes na região toráxica da vítima, que se encontrava sobre a cama de um quarto da casa, enquanto IVANILDO PAULO lhe dava suporte à prática delitiva.Após a morte da vítima, IVANILDO subtraiu para si camisas, um par de sapatos e um perfume, sendo que CARLA subtraiu um aparelho celular e o veículo automotor Toyota/Corolla, todos pertencentes à Caio de Melo Xavier, bens que foram apreendidos em poder dos imputados.2º FatoEm razão do primeiro fato, constatou-se que os denunciados Ivanildo Paulo de Souza e Carla Thais dos Santos Vicente, em comum acordo de vontades, ocultaram o cadáver de Caio de Melo Xavier, consoante laudo de exame pericial em local de morte violenta de fls. 33/61, laudo de exame tanatoscópico de fls. 64/65 e certidão de óbito de fl. 66.Restou apurado que os denunciados colocaram o corpo da vítima dentro do porta-malas do carro Toyota/Corolla e levaram-no até uma mata no entroncamento entre a BR 364 e BR 435, conhecida como trevo de Colorado, sentido Porto Velho/RO.Em seguida, na tentativa de ocultar o corpo e dificultar seu reconhecimento, atearam fogo no cadáver da vítima, deixando-o no meio da referida mata, em local ermo. A denúncia foi recebida em 26.10.2016 (fl. 97), vindo acompanhada do Inquérito Policial nº 916/2016.Os réus foram citados (fls. 106/107) e apresentaram respostas à acusação (fls. 108/110 e 111/129). Durante a audiência de instrução foram ouvidas sete testemunhas, bem como procedido o interrogatório dos réus (fls. 144/146, 156/158 e 164/165).Em alegações finais, o Ministério Público pugnou pela condenação dos réus, nos exatos termos da denúncia (fls. 166/173). A Defesa da ré Carla Thais dos Santos Vicente requereu a desclassificação do crime de latrocínio para o crime de homicídio, entendendo estar provada a ausência de dolo de subtração. Já a Defesa do réu Ivanildo Paulo de Souza requereu a absolvição quanto o crime de latrocínio e, subsidiariamente, em caso de uma condenação, que seja desclassificada a conduta para o crime previsto no artigo 155, § 2º do Código Penal, requerendo ainda a aplicação da atenuante da confissão em relação o crime tipificado no artigo 211 do Código Penal (fls. 186/194).Vieram para os autos os antecedentes dos acusados (fls.195/198).É breve relatório. Passo à decidir.Da materialidadeA materialidade dos delitos se encontra devidamente comprovada pelo registro e boletim de ocorrência policial (fls. 09/12 e 13/14), auto de apresentação e apreensão (fls. 16 e 78), auto de reconhecimento de cadáver (fls. 36), laudo de exame pericial em local de morte violenta (fls. 38/66), laudo de exame tanatoscópico (fls. 69/70), certidão de óbito (fls. 71), termo de restituição (fls. 84) e laudo de avaliação merceológica direta (fls. 131/132).Da autoriaQuanto à autoria, passo a análise separadamente em relação aos dois crimes imputados aos réus. DO ART. 157, § 3º DO CP.Ao ser interrogada em juízo, a ré Carla Thais dos Santos Vicente confessou parcialmente a prática delitiva. Afirmou que estava na casa da vítima, a convite desta, para usar drogas. Afirmou que em certo momento pediu para ir embora, mas a vítima pediu mais drogas e continuaram usando. Alegou que por volta de cinco horas da manhã, a vítima, que já esava no quarto enquanto ela estava na sala, pediu mais drogas e ela levou até o quarto, azo em que a vítima disse que queria manter relações sexuais, tentando agarrá-la a força. Narrou que foi até a cozinha e a vítima foi em sua direção para novamente agarrá-la, momento em que pegou uma garrafa de vinho e jogou em sua cabeça. Na sequência, num momento de raiva, pegou a faca e passou a esfaqueá-lo. Em seguida, ligou para Ivanildo ir buscá-la. Afirmou que Ivanildo, ao ver o sangue no chão, perguntou o que tinha acontecido, tendo então lhe contado e este disse que deveriam sumir com o cadáver. Então, levaram o corpo numa área rural, atearam fogo e voltaram para a residência para limpar o local, azo em que Ivanildo furtou as camisetas que estavam no varal e o perfume da vítima que estava no banheiro. Disse ter subtraído o aparelho celular para não deixar provas, mas em nenhum momento teve intenção de subtrair o carro, deixando na casa de Robson (testemunha Robson de Freitas) com a intenção de se livrar do veículo. Já o acusado Ivanildo Paulo de Souza negou que tenha praticado o primeiro fato, porém confirmou que participou do segundo fato. Alegou que estava na casa de sua irmã e por volta de seis horas da manhã recebeu uma ligação da ré Carla pedindo uma carona. Ao chegar no local indicado pela ré, indagou o que tinha acontecido, tendo a ré Carla dito que a vítima tentou estuprá-la, motivo pelo qual acabou desferindo golpes de faca contra a vítima. Narrou que ajudou a pegar e colocar o corpo da vítima no porta-malas do veículo desta e saíram em direção a Porto Velho, parando numa área rural. Então, retiraram a vítima e a colocaram sobre um colchão, em seguida jogaram o litro de uísque por cima do corpo e atearam fogo. Em seguida voltaram para a casa da vítima e limparam o local. Afirmou ainda que quando estava retornando para a casa de sua avó, a ré Carla ligou novamente pedindo para que ele retornasse à casa da vítima para ajudá-la a retirar o carro da garagem. Ainda afirmou que pegou as camisetas da vítima e o perfume em troca da ajuda que deu a ré Carla.A testemunha policial militar Wachington Fagner Alfredo afirmou que estava em diligência no bairro Cristo Rei e ao abordarem a testemunha Robson de Freitas avistaram um veículo Corolla estacionado em sua residência, azo que perguntou se era de sua propriedade, este narrou que era de sua amiga Carla que havia deixado na noite de domingo. Ao efetuar a pesquisa da placa do veículo, obteve informação de que havia alguns colegas de trabalho a procura do dono do veículo que estava desaparecido. Através da testemunha Robson, foi até a residência da ré Carla, mas esta não se encontrava no momento, azo dirigiu-se até a residência da vítima Caio e lá chegando avistaram manchas de sangue em toda a casa. A testemunha Robson falou que a ré Carla havia dito que ganhou o carro de seu namorado. Ao retornarem na casa da ré Carla, encontraram com esta a chave do veículo e da casa da vítima. Ao ser indagada sobre a vítima, afirmou que na noite de sábado tinha ido para a casa de Caio, afirmando que a mesma tinha dito que ligou para Ivanildo ir até a residência da vítima para buscá-la e que quando Ivanildo chegou ela estava tomando banho, afirmando ainda que ao sair do banho viu a vítima caída ao solo, azo que decidiram enrolar o corpo em um colchão e colocar o corpo no veículo, seguindo com destino a estrada de Colorado do Oeste. A ré Carla ainda narrou-lhe que colocaram o corpo da vítima num mato, jogaram uísque e atearam fogo, voltando para a casa desta para limpar o local. Em conversa com o réu Ivanildo, este afirmou que recebeu uma ligação da ré para ir ao encontro dela, azo em que viu o corpo na casa da vítima. Narrou ainda que os acusados tiveram versões diferentes, tentando incriminar um ao outro.No mesmo sentido foi o depoimento do policial militar Cleiton José Barbosa Torres. Afirmou ao proceder a busca pela placa do veículo que estava na casa de Robson, descobriram que era de um funcionário do Tribunal de Contas que havia desaparecido. Após um tempo tiveram informações que havia marcas de sangue na casa da vítima Caio. Por indicação de Robson, conseguiram localizar a ré Carla, tendo esta dito que seria Ivanildo o autor dos golpes que matou a vítima. Já Ivanildo afirmou ter recebido uma ligação da ré, indo até o local onde esta se encontrava, deparando-se com a vítima já morta.A testemunha Robson de Freitas narrou que no dia dos fatos, por volta de 15h00min, a ré Carla foi até sua casa no veículo da vítima, dizendo que havia recebido de presente, e o convidou para ir na Chácara do Raimundo, juntamente com seus primos André e Bruno. Narrou

que quando chegaram na chácara o carro apresentou defeito, retornando para sua casa por volta de 20h00min. Afirmou que aproximadamente três horas da manhã a ré foi até sua casa com um taxista para tentar ligar o carro que novamente não funcionou, motivo pelo qual o carro permaneceu no mesmo local.A testemunha Juliano Roberto Nardino disse que recebeu uma ligação da ré Carla pedindo para fazer uma entrega de cigarros. Nada esclareceu acerca dos fatos.A testemunha Ivaney Pereira Sanches também nada esclareceu sobre os fatos propriamente, mas afirmou que era costumeiro a ré Carla ir até sua casa acompanhada da vítima para que ele conseguisse drogas para ela, afirmando que no dia dos fatos ela lhe procurou duas vezes para que adquirisse drogas, sendo que no dia seguinte ela apareceu em sua casa com o veículo da vítima, dizendo que havia ganho de presente. A testemunha afirmou ainda que cerca de vinte dias antes do ocorrido, a ré Carla havia lhe proposto a prática de um roubo, dizendo que ela chamaria a pessoa e ele pegaria a motocicleta, sendo que ele deveria arrumar uma arma de fogo, mas não concordou.Como se vê dos depoimentos colhidos, resta claro que a ré Carla foi quem desferiu os golpes de faca, causando a morte da vítima. No tocante a intenção da ré, está claro nos autos que praticou o homicídio visando a subtração dos bens da vítima, notadamente o veículo e o aparelho celular.Não faz sentido a alegação da ré de que não tinha a intenção de subtrair o veículo, posto que bastaria então deixá-lo na casa, já que havia chamado Ivanildo para buscá-la e este estava numa motocicleta, ou seja, poderia ir embora com Ivanildo de carona na motocicleta. Mais ainda, se sua intenção não era subtrair o veículo, não havia motivos para esconder o veículo na casa de um terceiro, no caso a testemunha Robson, levando a chave consigo (tanto que foi abordada na posse da chave do veículo) e, ainda, ter comparecido na casa de Robson, na madrugada (por volta de três horas da manhã), para tentar funcionar o veículo e levá-lo de lá, evidenciando sua intenção de subtração.A corroborar a intenção da ré, a assertiva da testemunha Ivaney de que, dias antes, a ré havia lhe proposto a prática de roubo de uma motocicleta, indicando sua propensão a crimes desta natureza.Além da subtração do veículo, a ré Carla ainda subtraiu o aparelho celular da vítima, o que efetivamente confessou.A alegação da ré Carla de que a vítima tentou lhe estuprar não encontra nenhum respaldo nas provas carreadas e até mesmo pelas condições físicas da vítima, deficiente físico, consoante se vê às fls. 162. Além disso, a perícia em local de crime determinou que a vítima foi golpeada e morta sobre sua cama, no quarto, contrariando a alegação da ré de que a vítima lhe seguiu até a cozinha, onde teria tentado lhe agarrar a força pela segunda vez, o que teria então motivado os golpes, primeiro com uma garrafa de vinho e com o ventilador e em seguida com a faca. Portanto, não há dúvida de que a ré Carla efetivamente praticou o crime capitulado no art. 157, § 3º do CP, não havendo que se falar em desclassificação da conduta para o crime de homicídio.No tocante a participação do réu Ivanildo no crime em questão, ao contrário, não vislumbro provas suficientes a atestar que efetivamente aderiu à vontade da ré Carla. Restou comprovado nos autos que o réu Ivanildo somente chegou na casa da vítima após ser chamado pela ré Carla e quando a vítima já estava morta há algum tempo.Relatou o réu Ivanildo, no que foi corroborado pela ré Carla, que quando chegou na casa, o corpo da vítima já estava na lavanderia, na parte externa da casa, sendo que a ré Carla havia retirado o corpo de dentro do quarto e o levado para fora, ou seja, já fazia algum tempo que a vítima estava morta.É fato que, até chegar na casa da vítima, o réu Ivanildo sequer tinha conhecimento da morte da vítimaA ré Carla afirmou que Ivanildo lhe ajudou a colocar o corpo da vítima no veículo e levá-lo numa área rural, onde atearam fogo para tentar sumir com vestígios e provas, relatando que quando retornaram para a casa da vítima, onde Ivanildo havia deixado a sua motocicleta, este pegou algumas camisetas no varal e um perfume, indo embora na motocicleta. O réu Ivanildo, da mesma forma, aduziu que somente ajudou a ré Carla a ocultar o cadáver da vítima, sendo que ao retornar na casa para pegar sua motocicleta acabou subtraindo as camisetas e o perfume.Destarte, diferentemente da ré Carla, o réu Ivanildo não participou da morte da vítima, tendo efetivamente praticado o furto das camisetas e do perfume já num segundo momento, não havendo que se imputar a ele o crime de latrocínio, mas sim o de furto.Quanto a alegação da Defesa, pugnando pelo reconhecimento do furto privilegiado, considerando as circunstâncias do fato e o valor dos objetos furtados, não é o caso. Note-se que o conceito de pequeno valor leva-se em conta a situação econômica da vítima no momento da subtração. A considerar que não havia objetos de valor expressivo na residência, a exceção do veículo, não há como se entender de pequeno valor os objetos subtraídos pelo réu Ivanildo.DO ART. 211 DO CP.No tocante o crime do art. 211 do CP, como se viu acima, os réus confessaram a prática do delito, admitindo que ambos retiraram o cadáver da casa, levaram até um local ermo e lá atearam fogo, na tentativa de dificultar o reconhecimento e tentar destruir as provas do crime.Deste modo, a condenação de ambos por tal delito é medida que se impõe.DISPOSITIVO Diante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia, para CONDENAR O RÉU IVANILDO PAULO DE SOUZA, também qualificado, pela prática dos crimes capitulados nos artigos 155, caput e 211, ambos do Código Penal, bem como para CONDENAR A RÉ CARLA THAÍS DOS SANTOS VICENTE, qualificada nos autos, pela prática dos crimes capitulados nos artigos 157, § 3º, parte final e 211, ambos do Código Penal.Passo à dosimetria das penas.Do réu Ivanildo Paulo de Souza.Analisando as circunstâncias judiciais do artigo 59 a culpabilidade do réu se apresenta evidenciada, pois tinha potencial conhecimento da ilicitude do ato e era perfeitamente exigível conduta diversa; o condenado não registra antecedentes; não há elementos acerca da conduta social e personalidade; os motivos e circunstâncias dos crimes são normais aos tipos; as consequências dos crimes são graves sendo, todavia, também relativas ao tipo penal; o comportamento da vítima em nada contribuiu para os crimes. Assim sendo, fixo as penas bases nos mínimos legais, em 1 (um) ano de reclusão e pagamento de 10 (dez) dias-multa para crime do art. 155 do CP, e em em 1 (um) ano de reclusão e pagamento de 10 (dez) dias-multa para o crime do art. 211 do CP.Em que pese a menoridade e confissão do réu, as penas já foram fixadas nos mínimos legais.Não há outras atenuantes e nem agravantes, nem causas especiais de diminuição ou aumento de pena, razão pela qual torno as penas definitivas como fixadas na primeira fase.Nos termos do art. 69 do CP, resta o réu Ivanildo condenado a pena total de 2 (dois) anos de reclusão e pagamento de 20 (vinte) dias-multa, no valor de 1/30 do salário mínimo por dia-multa.O regime de cumprimento da pena para o réu Ivanildo será o aberto, nos termos do artigo 33, § 2º, alínea “c”, do Código Penal. Nos termos do art. 44 do CP, substituo a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direitos, quais sejam, a prestação de serviços à comunidade, na base de 6 horas semanais, pelo tempo da condenação, e a prestação pecuniária no valor de dois salários mínimos, sendo as demais condições definidas no juízo da execução.Concedo ao réu Ivanildo o direito de apelar em liberdade, eis que não se vislumbram mais presentes os requisitos da segregação cautelar.Da ré Carla Thais dos Santos Vicente. Analisando as circunstâncias judiciais do artigo 59 a culpabilidade da ré se apresenta evidenciada, pois tinha potencial conhecimento da ilicitude do ato e era perfeitamente exigível conduta diversa; a condenada não registra antecedentes; não há elementos acerca da conduta social e personalidade; os motivos dos crimes é a busca pelo lucro fácil em detrimento do patrimônio e vida alheias; as circunstâncias dos crimes são ardilosas, aproveitando a ré Carla da sua amizade e intimidade com a vítima para praticar o latrocínio dentro da casa desta; as consequências do crime são gravíssimas, especialmente para familiares da vítima, como se vê da manifestação do genitor da vítima nos autos; o comportamento da vítima em nada contribuiu para os crimes. Assim sendo, fixo as penas bases pouco acima dos mínimos legais, em 23 (vinte e três) anos de reclusão e pagamento de 12 (doze) dias-multa pela prática do crime

previsto no art. 157, § 3º, parte final do CP, e em 1 (um) ano e 3 (três) meses de reclusão e pagamento de 12 (doze) dias-multa pela prática do crime previsto no artigo 211 do CP.Na segunda fase não há agravantes. Não obstante, a ré era menor de 21 anos de idade na época dos fatos e confessou a prática de um dos crimes (ocultação de cadáver).Assim, em relação o crime de latrocínio, ante a menoridade, atenuo a pena em 6 (seis) meses de reclusão e 1 (um) dias-multa. Já em relação o crime de ocultação de cadáver, ante a menoridade e confissão, atenuo a pena em 3 (três) meses de reclusão e 2 (dois) dias-multa.Não há outras atenuantes ou agravantes, nem causas de diminuição ou aumento de pena, tornando as penas definitivas em 22 (vinte e dois) anos e 6 (seis) meses de reclusão e pagamento de 11 (onze) dias-multa para o crime do art. 157, § 3º, parte final do CP, e em 1 (um) ano de reclusão e pagamento de 10 (dez) dias-multa para o crime do art. 211 do CP.Nos termos do art. 69 do CP, resta a ré Carla condenada a pena total de 23 (vinte e três) anos e 6 (seis) meses de reclusão e pagamento de 21 (vinte e um) dias-multa, no valor de 1/30 do salário mínimo por dia.O regime de cumprimento da pena da ré Carla será o fechado, nos termos do artigo 33, § 2º, alínea "a", do Código Penal.Não é possível a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos e nem a suspensão condicional da pena.Não concedo à ré Carla o direito de apelar em liberdade, eis que respondeu o processo presa, remanescendo presentes os requisitos da segregação cautelar, notadamente agora com a condenação, sendo necessária a manutenção da prisão como forma de garantir a aplicação da lei penal. DISPOSIÇÕES COMUNSDispenso os réus do pagamento das custas processuais, ante a impossibilidade financeira demonstrada nos autos.No tocante os bens apreendidos e relacionados às fls. 133, restitua-se ao genitor da vítima, se tiver interesse; caso não tenha, destino-os ao Lar dos Idosos local para doação a seus internos.Quanto os demais objetos apreendidos às fls. 16, inutilize-se a faca e restitua-se os aparelhos celulares mediante comprovação da propriedade. Quanto a bermuda e camiseta, se estiverem em condições de uso, destino-os ao Lar dos Idosos; caso contrário, inutilize-se.Com o trânsito em julgado, lance-se o nome dos réus no rol dos culpados, expeça-se as guias de execução respectivas, intime-se os réus para pagar as multas em 10 dias, sob pena de inscrição em dívida ativa e efetuem-se as comunicações necessárias.SERVE A PRESENTE DE ALVARÁ DE SOLTURA EM FAVOR DO RÉU IVANILDO PAULO DE SOUZA, filho de Valdir Rodrigues de Souza e Silvania da Silva de Paulo, nascido aos 17/10/1996, natural de Vilhena/RO, para que seja colocado em liberdade desde que não esteja preso por outro motivo, mediante o compromisso de manter o endereço atualizado nos autos e comparecer aos atos processuais, sob pena de prisão, salientando-se tratar de liberdade provisória.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após, não havendo pendências, arquive-se. Vilhena-RO, 06 de fevereiro de 2017.Adriano Lima Toldo Juiz de Direito

Proc.: 1000281-15.2017.8.22.0014
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Anderson de Souza Dias, Josiel da Costa Rodrigues
Advogado:Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3047)
DESPACHO:
Vistos. URGENTE - RÉU ANDERSON PRESO.Na resposta apresentada, não vislumbro hipótese de absolvição sumária, razão pela qual designo audiência de instrução e julgamento para o dia 10/02/2017, às 10h30min.SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO À POLÍCIA MILITAR para apresentação das testemunhas PM GIOVANI MARTINS DE ANDRADE CARDOSO e PM WERNON CAVALCANTE JOVINO.SERVE TAMBÉM DE MANDADO DE INTIMAÇÃO DO RÉU JOSIEL DA COSTA RODRIGUES (residente na Rua das Bromelias, n. 1365, Parque Cidade Jardim II, nesta) com a advertência de que o não comparecimento implicará na revelia. SERVE AINDA DE OFÍCIO À DIREÇÃO DA UNIDADE PRISIONAL (CASA DE DETENÇÃO), para apresentação do réu Anderson de Souza Dias na data supra, bem como à POLÍCIA MILITAR para a escolta respectiva.Ciência ao MP e à Defesa. Cumpra-se, o MANDADO no PLANTÃO FORENSE.Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Adriano Lima Toldo Juiz de Direito

Proc.: 0000528-47.2016.8.22.0014
Ação:Execução Provisória
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Maciel Fernandes Cláudio
Advogado:Paula Haubert Manteli (OAB/RO 5276)
DECISÃO:
Vistos.Trata-se de pedido formulado pela Defesa de Maciel Fernandes Cláudio, no sentido de que este juízo adira ao posicionamento adotado pelo STF por ocasião do julgamento do processo de HC nº 118533, vindo parecer ministerial contrário. Passo a decidir.De início, registro que, como trazido no bojo do próprio pedido, o que ocorreu com o posicionamento do STF no julgamento do caso paradígma, nada mais foi do que uma orientação daquela corte, em DECISÃO não unânime, que não empresta efeito vinculante ou cascata para os demais órgãos e membros do Poder Judiciário.Outrossim, digno de registro e elogio a preocupação e o cunho social da fundamentação daqueles que votaram favoráveis ao novo entendimento.Contudo, não é de hoje que o Poder Judiciário avoca para si responsabilidades e políticas públicas que deveriam ser priorizadas pelos Poderes Executivo e Legislativo, sendo certo que, em matéria de política criminal, nossa sociedade já está abarrotada de medidas dessa natureza, onde, no entender deste magistrado, estimula-se mais a prática criminosa, gerando o descrédito do próprio Poder Judiciário e dos órgãos da cadeia de Segurança Pública, como MP, PC, PM, PRF, DPF, etc; os quais, nitidamente, são obrigados a "passar a mão na cabeça" dos agentes criminosos, na tentativa de se solucionar, dentre outros flagelos sociais, o problema da população carcerária no país.Ademais, especificamente quanto a figura privilegiada, na ação penal que originou a guia de execução houve discussão expressa a respeito, inclusive em sede recursal, negando a incidência, cuja SENTENÇA transitou em julgado.Firme nesse entendimento, não comungo do novo posicionamento firmado pela MAIORIA do STF, e reconheço que o cálculo de pena elaborado encontra-se em ordem com a natureza hedionda do crime, motivo pelo qual INDEFIRO o pedido de fl. 64/65 quanto a tal matéria. Quanto as remições, já foram computadas no último cálculo. No mais, prossiga-se na execução.Ciência à Defesa constituída. Cumpra-se.Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Adriano Lima Toldo Juiz de Direito

Proc.: 0007410-59.2015.8.22.0014
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça do Estado de Rondônia (Não informado)
Condenado:Dirlei Cardoso Rosa
Advogado:Paula Haubert Manteli (OAB/RO 5276)
SENTENÇA:
Vistos.Conforme certidão da Escrivania o apenado já cumpriu o tempo de pena exigido para obtenção de indulto.Verifico dos autos que o apenado atende os requisitos legais previstos, pois, além de cumprir o requisito temporal, não sofreu penalidade disciplinar nos doze meses anteriores à publicação do Decreto Presidencial.Isso posto, com fulcro no art. 3º, I do Decreto Presidencial n. 8.940/2016, de 22 de dezembro de 2016, concedo o INDULTO e JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE de Dirlei Cardoso Rosa qualificado nos autos, em relação a pena em execução nestes autos.Recolha-se eventual MANDADO de prisão em aberto, servindo a presente como CONTRAMANDADO, procedendo ainda a baixa junto ao banco de MANDADO s de prisão do CNJ, se for o caso.P.R.I. Arquive-se.Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Adriano Lima Toldo Juiz de Direito

Proc.: 0001942-80.2016.8.22.0014
Ação:Execução Provisória
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça do Estado de Rondônia (Não informado)
Condenado:Wederson Brano Alves
Advogado:Marcio de Paula Holanda (OAB/RO 6357)
DECISÃO:
Vistos.O apenado deve se adequar as condições do regime de cumprimento de sua pena, e não o contrário.Não é possível o trabalho noturno em horário posterior ao determinado para recolhimento em sua residência.Desta forma, não há possibilidade de deferimento.Ciência à Defesa.Cumpra-se.Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Adriano Lima Toldo Juiz de Direito
Lorival Dariu Tavares

Escrivão

1ª VARA CÍVEL

Sugestões ou reclamações façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico: vha1civel@tjro.jus.br
Juiz de Direito: Andresson Cavalcante Fecury
Diretor de Cartório: Edeonilson Souza Moraes

Proc.: 0001508-28.2015.8.22.0014
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:M. P.
Advogado:Renato Avelino de Oliveira Neto - OAB/RO 3.249
Requerido:R. A. de L. P.
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681)
FINALIDADE: Intimação para no prazo de 05 (cinco) dias manifestar-se quanto a proposta de honorários formulada pelo perito nomeado, Sr. Guido Hermann (fls. 185/187), no montante de R$ 14.568,75.

Proc.: 0008958-27.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marcos Antonio Pavelegini
Requerido:A. M. C. Madeiras Ltda. Epp
Advogado:Estevan Soletti (OAB/RO 3702), Gilson Ely Chaves de Matos (OAB-RO 1733)
FINALIDADE: Intimação para no prazo de 15 (quinze) dias responder, querendo, o recurso de apelação interposto (fls. 150/162).

Proc.: 0011266-65.2014.8.22.0014
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Requerente:Ministério Público do Estado de Rondônia, Município de Chupinguaia - RO
Advogado:Promotor de Justiça do Estado de Rondônia (Não informado)
Requerido:Reginaldo Ruttmann, Ivete Cândido Toledo, Joceli José Ribeiro, Odair Vieira Duarte, Sindoval Gonçalves, Moisés Cazuza de Andrade, Isaias Moreira da Silva, Roberto Mendonça da Silva, Fuck Distribuidora de Auto Peças Ltda, Carlos Luiz Fuck, Trator Campo Ltda - Epp, Adalberto Francisco Compagnoni, Juliano Compagnoni, Rodolfo Compagnoni, Roberto Ângelo Gonçalves
Advogado:Marcos Rogério Schmidt (OAB/RO 4032)
FINALIDADE: Intimação para no prazo de 10 (dez) dias assinar petição datada de 25.11.2016 (fls. 763/764).

Proc.: 0002712-78.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jovis Herculano dos Santos
Advogado:Denns Deivy de Souza Garate (OAB/RO 4396), Raquel Lisboa Louback Vieira (OAB/RO 4493), Rosanne Paulino da Silva Zonta (OAB/RO 4044)
Requerido:Banco Bradesco Financiamentos Sa
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/MT 3056)
SENTENÇA:
Vistos etc...HOMOLOGO por SENTENÇA o acordo realizado entre as partes às fls. 266/267 e 269, para que dele surtam seus legais e jurídicos efeitos.Em consequência, com fundamento no art. 487, III, b, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a presente ação revisional de contrato promovida por JOVIS HERCULANO DOS SANTOS contra BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.Expeça-se o álvara judicial em favor do executado, no valor acordado entre as partes.Autorizo o desentranhamento de documentos, devendo o ato ser realizado pela escrivania, nos termos do art. 100, § 2º das DGJ's, mediante apresentação de fotocópia pela parte interessada dos documentos a serem desentranhados. Tendo em vista que o feito foi extinto pela vontade das partes, tenho que ocorreu a desistência tácita do prazo recursal. Assim, decorridas 48 horas para desentranhamento dos títulos, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.Sem custas, nos termos do art. 8º, III, da Lei 3.896/2016.Publique-se. SENTENÇA registrada automaticamente. Intimem-se e cumpra-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0008581-85.2014.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:R & S Comércio e Transportes de Materiais Para Construção Ltda
Advogado:André Coelho Junqueira (OAB/RO 6485), Maria Carolina de Freitas Rosa Fuzaro (6125)
Requerido:Márcio José de Souza
DESPACHO:
Vistos.INDEFIRO o pedido de suspensão por 180 dias, considerando já transcorreu prazo suficiente para que a parte autora promovesse as buscas necessárias para localização do réu.Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, promover a citação do réu, sob pena de extinção e arquivamento do processo.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direitolf

Proc.: 0005283-90.2011.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Gilberto Garcia dos Anjos
Advogado:Victor Rafael Pedrollo Guerrero (OAB/PR 44175), Francyelle Cristiane Dal Pra (OAB/RO 4777)
Requerido:OI S/A
Advogado:Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635), Letícia de Freitas Azevedo (OAB/RO 118E), Marcelo Ferreira de Paulo (OAB/SP 250483)
DESPACHO:
Vistos.Considerando a informação da parte autora nas fls. 194, determino o arquivamento dos autos.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0004274-93.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Posto de Molas Noma Ltda Me
Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046)
Requerido:Valdir Eduardo Gomes
SENTENÇA:
Vistos etc...Considerando a satisfação do débito pelo pagamento, já que o valor foi transferido para conta judicial remunerada, conforme Alvará Judicial levantado às fls. 137, JULGO EXTINTO o cumprimento de SENTENÇA promovido por POSTO DE MOLAS NOMA LTDA contra VALDIR EDUARDO GOMES, nos termos do art. 924, II, do CPC.Transitada em julgado, arquivem-se.Procedimento isento de custas.Publique-se. Registrada automaticamente. Intimem-se e cumpra-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0000239-56.2012.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Recapadora de Pneus Rodamais Ltda
Advogado:Lyssia Santos Hernandes (OAB/RO 3042)
Executado:I. R. Costa TRR
DESPACHO:
Vistos...Considerando o art. 485, §1º, intime-se o exequente pessoalmente para impulsionar o feito, no prazo de 05 dias, sob pena de suspensão e arquivamento do processo. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0002858-90.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Rondonina Implementos Rodoviários Ltda
Advogado:Lyssia Santos Hernandes (OAB/RO 3042)
Requerido:Ciriaco Vronski
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos etc...Às fls. 101, foi expedido carta de intimação à parte interessada para impulsionar o feito, sendo que houve devolução de correspondência (fls. 101-v) com a informação "Mudou-se".O art. 274, do CPC prescreve que:"Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria.Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço."Portanto, presumida a intimação e decorrido o prazo estabelecido sem a devida movimentação, caracterizado está o desinteresse no prosseguimento do feito. Em consequência, nos termos do artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o cumprimento de SENTENÇA promovido por RONDONINA IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA contra CIRIACO VRONSKI.Sem custas.Autorizo o desentranhamento de documentos, devendo o ato ser realizado pela escrivania, nos termos do art. 100, §2º, das DGJ's, mediante apresentação de fotocópia pelo interessado dos documentos a serem desentranhados. Transitada em julgado e, com as cautelas de praxe, arquivem-se os autos.Publique-se. SENTENÇA registrada automaticamente. Intimem-se e cumpra-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0054344-22.2008.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Auto Posto Catarinense Ltda.
Advogado:Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562), Agenor Martins (OAB/RO 654A)
Executado:Transportadora Contak Ltda, Silvia de Souza Silva, Pedro Aparecido da Silva
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos etc...HOMOLOGO por SENTENÇA o acordo realizado entre as partes às fls. 143/145, para que dele surtam seus legais e jurídicos efeitos.Em consequência, com fundamento no art. 487, III, b, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a presente execução de título extrajudicial promovida por AUTO POSTO CATARINENSE LTDA contra TRANSPORTADORA CONTAK LTDA E OUTROS.Autorizo o desentranhamento de documentos, devendo o ato ser realizado pela escrivania, nos termos do art. 100, § 2º das DGJ's, mediante apresentação de fotocópia pela parte interessada dos documentos a serem desentranhados. HOMOLOGO a desistência do prazo recursal às fls. 145.Assim, decorridas 48 horas para desentranhamento dos títulos, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.Sem custas, nos termos do art. 8º, III, da Lei 3.896/2016.Publique-se. SENTENÇA egistrada automaticamente. Intimem-se e cumpra-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0010105-83.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/a
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado:Fábio Rodrigues dos Santos - ME, Fabio Rodrigues dos Santos
DESPACHO:
Vistos.Defiro parcialmente o pedido de fls. 56.Com fundamento no art. 513 do CPC, DETERMINO a suspensão do processo pelo prazo de 1 ano, durante o qual não correrá a prescrição, nos termos do art. 921, §§ 1º e 2º, do CPC.Decorrido o prazo de 01 ano sem que o exequente localize e informe nos autos bens penhoráveis, começará a correr o prazo de prescrição intercorrente (CPC, art. 921, § 4º).Na referida hipótese, desde já determino o arquivamento dos autos, os quais poderão ser desarquivados a qualquer tempo, desde que encontrados bens penhoráveis (CPC, art. 921, § 3º). Ocorrendo a prescrição intercorrente, o que será certificado pela serventia, intimem-se as partes para se manifestarem no prazo de 15 dias (CPC, art. 921, § 5º).Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0003177-24.2012.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Jaime Júnio Alves
Advogado:Roniéder Trajano Soares Silva (OAB/RO 3694)
Executado:Wal Mart Brasil Ltda Hipercard, Hipercard Banco Multiplo S A
Advogado:Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Junior (OAB/RO 4407)
SENTENÇA:
Vistos e etc...Em razão a satisfação do débito pelo pagamento, conforme depósito em conta judicial remunerada, JULGO EXTINTO o cumprimento de SENTENÇA promovido por JAIME JÚNIOR ALVES contra WALMART BRASIL LTDA HIPERCARD E OUTROS, nos termos do art. 924, II, do CPC.Expeça-se o alvará judicial em favor do exequente, no valor remanescente da quantia bloqueada em fls. 203 a 206.Considerando que o réu foi intimado para levantar o alvará mas permanceu inerte e que se trata de pequena monta, determino que os valores depositados às fls. 229, sejam transferidos para conta do FUJU (conta n. 01529904-5, operação 040, agência 2848, banco Caixa Econômica Federal).No mais, intime-se o exequente para, no prazo de 05 dias, recolher as custas finais, sob pena de inscrição em dívida ativa.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0066701-97.2009.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Tend Tudo - Acessórios e Estofamentos Para Caminhões Ltda Me
Advogado:André Coelho Junqueira (OAB/RO 6485), Maria Carolina de Freitas Rosa Fuzaro (6125), Joni Frank Ueda (OAB/RO 5687)
Requerido:Junior Leandro Queiroz dos Santos
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos etc...HOMOLOGO por SENTENÇA o acordo realizado entre as partes às fls. 135/136, para que dele surtam seus legais e jurídicos efeitos.Em consequência, com fundamento no art. 487, III, b, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o presente cumprimento de SENTENÇA promovido por TEND TUDO - ACESSÓRIOS E ESTOFAMENTOS PARA CAMINHÕES LTDA ME contra JUNIOR LEANDRO QUEIROZ DOS SANTOS. Autorizo o desentranhamento de documentos, devendo o ato ser

realizado pela escrivania, nos termos do art. 100, § 2º das DGJ's, mediante apresentação de fotocópia pela parte interessada dos documentos a serem desentranhados.Transferi o valor bloqueado via BACENJUD para conta judicial vinculada aos autos, conforme comprovante anexo. Expeça-se alvará em favor do exequente, para o levantamento do valor penhorado nos autos (fls. 129).Em caso de inadimplemento, caberá ao exequente promover o cumprimento da presente SENTENÇA. Tendo em vista que o feito foi extinto pela vontade das partes, tenho que ocorreu a desistência tácita do prazo recursal. Assim, decorridas 48 horas para desentranhamento dos títulos, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.Sem custas, nos termos dao art. 8º, III, da Lei 3.896/2016.Publique-se. Registrada automaticamente. Intimem-se e cumpra-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0000914-14.2015.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Charlene Pneus Ltda
Advogado:Fernando César Volpini (OAB/RO 610), Greicis André Biazussi (OAB-RO 1542)
Requerido:Marcio Cleidson Vieira
DESPACHO:
Vistos.Considerando a data da petição, intime-se o exequente para, no prazo de 10 dias, comprovar a distribuição da carta precatóriaVilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017. Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0000862-18.2015.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Recauchutadora de Pneus Rover Ltda
Advogado:Fernando César Volpini (OAB/RO 610), Greicis André Biazussi (OAB-RO 1542)
Requerido:W. C. Viana e Cia Ltra Me
DESPACHO:
Vistos.DEFIRO o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 90 dias, com fundamento no art. 921, III, do CPC.Decorrido o prazo, intime-se o exequente para impulsionar o feito, sob pena de extinçã e arquivamento.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direitolf

Proc.: 0010267-78.2015.8.22.0014
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Cristiane Ferreira, Ana Clara Ferreira Beste, Pedro Ferreira Bester
Advogado:Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3047), Hulgo Moura Martins (OAB/RO 4042), Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3047), Hulgo Moura Martins (OAB/RO 4042)
Requerido:Florisval Roncari
Advogado:Catiane Felix Cardoso de Souza (OAB/MT 14131)
DESPACHO:
Vistos.Recebo a ação, pois os fatos aqui narrados são conexos com os da ação n. 0007884-30.2015.8.22.0014.No mais, defiro a denunciação da lide apresentada pelo réu na peça de contestação com relação à Seguradora Mafre, nos termos do art. 125, II, do CPC.Por outro lado, indefiro a denunciação da lide ao Estado de Rondônia, ante o comprometimento da razoável duração do processo garantido no art. 4º, do CPC, eis que resultaria em manifesto prejuízo aos princípios informadores do processo civil consistentes na celeridade e na economia processual, o que causaria enormes prejuízos a prestação jurisdicional com relação à lide principal.Ademais, de acordo com o art. 125, § 1º, do CPC, o interessado poderá exercer o seu direito regressivamente por ação autônoma.No mais, cite-se a denunciada Seguradora Mafre para, no prazo de 15 dias úteis, apresentar defesa com especificação de provas, arrolando testemunhas e indicando o tipo de perícia que tenha interesse em ser realizada nos autos, constando no MANDADO as advertências legais (CPC, art. 344).Transcorrido o prazo, manifeste-se o denunciante/réu, no prazo de 15 dias úteis, indicando desde logo as provas a serem produzidas com relação a denunciação.Após, retornem os autos conclusos para deliberação. Pratique-se o necessário.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de DireitoPa

Proc.: 0002036-62.2015.8.22.0014
Ação:Exibição
Requerente:D. D. Wiebbelling de Oliveira Me
Advogado:Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022)
Requerido:Banco Pan S. A
Advogado:Nelson Paschoalotto (OAB-SP 108.911), Roberta Beatriz do Nascimento (OAB/SP 192649)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos etc...HOMOLOGO por SENTENÇA o acordo realizado entre as partes às fls. 92/94, para que dele surtam seus legais e jurídicos efeitos.Em consequência, com fundamento no art. 487, III, b, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a presente ação cautelar de exibição de documentos c/c cédula de crédito bancário promovida por D. D. WIEBBELLING DE OLIVEIRA ME contra BANCO PANAMERICANO S/A.Autorizo o desentranhamento de documentos, devendo o ato ser realizado pela escrivania, nos termos do art. 100, § 2º das DGJ's, mediante apresentação de fotocópia pela parte interessada dos documentos a serem desentranhados.HOMOLOGO a desistência do prazo recursal às fls. 94.Assim, decorridas 48 horas para desentranhamento dos títulos, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.Sem custas, nos termos do art. 8º, III, da Lei 3.896/2016.Publique-se. Registrada automaticamente. Intimem-se e cumpra-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017. Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0008755-94.2014.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Luis Adriano Fermow
Advogado:Castro Lima de Souza (OAB/RO 3048)
Requerido:Embrasystem Tecnologia Em Sistemas Importação e Exportação, Kp Administração e Prjetos Industria Ltda
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
DESPACHO VistosHOMOLOGO a desistência da ação com relação ao réu KP ADMINISTRAÇÃO E PROJETOS INDUSTRIAIS LTDA, manifestada pelo autor às fls. 95.Exclua-se o nome do referido réu da autuação dos autos.Intime-se o réu Embrasystem Tecnologia em Sistemas Importação e Exportação para, no prazo de 15 dias, apresentar defesa, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pelo autor e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 344, do CPC, que assim dispõe: Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. Nos termos do art. 274, parágrafo único do CPC: Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Se o réu alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, ou qualquer das matérias elencadas no art. 337 do CPC, dê-se vista à parte autora para, no prazo de 15 dias, apresentar impugnação (CPC, art. 350 e 351).Decorrido o prazo da réplica, intimem-se as partes para, no prazo de 15 dias, especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade de sua produção.Intime-se.Sirva este DESPACHO como carta/MANDADO /carta precatória para os devidos fins.Pratique-se o necessário.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017. Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de DireitoPa

Proc.: 0007708-22.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/ A - Basa
Advogado:Gilberto Silva Bonfim (RO 1727)

Executado:Rosemiro Santana Alves Me, Rosemiro Santana Alves
DESPACHO:
Vistos.Retire-se de pauta a venda judicial designada nos autos. Aguarde-se em cartório o prazo de 30 dias.Transcorrido o prazo, intime-se a parte exequente para impulsionar o feito, sob pena de extinção e arquivamento do processo.Intimem-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de DireitoPa

Proc.: 0005653-06.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Pato Branco Comércio de Pneus e Acessórios Ltda.
Advogado:Sandro Signor (OAB/RO 2810), Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Adão de Jesus Oliveira
Advogado:Valdete Tabalipa (OAB/RO 2140)
DESPACHO:
Vistos.O executado logrou comprovar documentalmente nos autos (fls. 118) que a verba bloqueada é impenhorável, conforme art. 833, IV, do CPC, eis que recaiu sobre o seu salário.Assim, neste ato procedi com o desbloqueio judicial de valores, conforme documento anexo.Intime-se o exequente para, no prazo de 15 dias, indicar bens à penhora, sob pena de extinção e arquivamento do processo.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017. Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de DireitoPa

Proc.: 0002712-78.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jovis Herculano dos Santos
Advogado:Denns Deivy de Souza Garate (OAB/RO 4396), Raquel Lisboa Louback Vieira (OAB/RO 4493), Rosanne Paulino da Silva Zonta (OAB/RO 4044)
Requerido:Banco Bradesco Financiamentos Sa
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/MT 3056)
DESPACHO:
Vistos.Em tempo, Expeça-se Alvará Judicial de Transferência em favor do Banco réu e dos seus advogados, conforme valores acordados entre as partes.Havendo saldo remanescente, expeça-se Alvará Judicial em favor da parte autora.Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0001778-91.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Luciana Mendes
Advogado:Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022), Mateus Pavão (RO 6218), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Lojas Renner S. A.
Advogado:Júlio Cesar Goulart Lanes (OAB/RS 46648)
DESPACHO:
DESPACHO Vistos.Expeça-se alvará judicial do valor depositado na conta n. 1825/40/01508345-1, com saldo atual de R$ 4.162,10, em favor da parte autora, e solicite a transferência do valor depositado na conta n. 1825/04001512822-6 para conta informada pelo réu às fls. 190 de sua titularidade.Após, arquivem-se definitivamente os autos, observando-se as cautelas de praxe.Pratique-se o necessário.Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de DireitoPa

Proc.: 0011400-92.2014.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:J. M. Ramos Fernandes & Cia Ltda
Advogado: Michele Machado Lopes (OAB/RO 6304)
Requerido:Francisco Calazans da Cruz
FINALIDADE: Intimação - Certidão dos Correios:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do E.C.T de fls. 038v, para fornecer o atual endereço da parte Requerida e/ou outro dado indispensável.

Proc.: 0006604-92.2013.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Truckauto Comércio de Autopeças Ltda
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724)
Requerido:Kleber Geraldo Saraiva
FINALIDADE: Fica Intimada a parte Exequente, bem como seu(sua) advogado(a), para recolhimento do débito relativo à custas
processuais nos autos mencionados, no montante de R$ 88,59 – cálculo datado de Fevereiro/2017, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em
dívida ativa.

Proc.: 0011555-32.2013.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Inês Meurer, Josiane Fátima da Fonseca
Executado:José Candido Gonçalves Espindula Junior
Advogado:Rubens Devet Gênero (OAB/RO 3543)
FINALIDADE: Fica Intimada a parte Requerida, bem como seu(sua) advogado(a), para recolhimento do débito relativo à custas
processuais nos autos mencionados, no montante de R$ 1.197,57 (Indenização), e R$ 55,58 (Cumprimento de SENTENÇA) – cálculos datado de Fevereiro/2017, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em
dívida ativa.

Proc.: 0034556-22.2008.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:R & S Comércio e Transportes de Materiais Para Construção Ltda
Advogado:André Coelho Junqueira (OAB/RO 6485)
Requerido:José Felisberto de Souza
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos etc...Considerando a satisfação do débito pelo pagamento, conforme informação da parte exequente às fls. 114, JULGO EXTINTO o cumprimento de SENTENÇA promovido por R & S COMÉRCIO E TRANSPORTES DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA contra JOSÉ FELISBERTO DE SOUZA, nos termos do art. 924, II, do CPC.Custas pelo executado, o qual deverá ser intimado para, no prazo de 5 dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa. Autorizo o desentranhamento de documentos, devendo o ato ser realizado pela escrivania, nos termos do art. 100, § 2º, das DGJ's, mediante apresentação de fotocópia pelo interessado dos documentos a serem desentranhados.Tendo em vista que o feito foi extinto pelo total cumprimento da obrigação, tenho que ocorreu a desistência tácita do prazo recursal. Assim, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.Publique-se. SENTENÇA registrada automaticamente. Intimem-se e cumpra-se.Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0008481-38.2011.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Osmar Ramos Prieto
Advogado:Valdir Antoniazzi (OAB/RO 231A)
Requerido:Bv Financeira S/a Crédito Financiamento e Investimento
Advogado:Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcanti (RO 4120), Celso Marcon (OAB/RO 3700), Fernando Augusto de Faria Corbo (OAB/BA 25560)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos etc...HOMOLOGO por SENTENÇA o acordo realizado entre as partes às fls. 233/236, para que dele surtam seus legais e jurídicos efeitos.Em consequência, com fundamento no art. 487, III, b, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a

presente ação de obrigação de fazer c/c indenização promovida por OSMAR RAMOS PRIETO contra BV FINANCEIRA S.A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO.Expeça-se alvará judicial em favor do autor para levantamento do valor depositado às fls. 241.Autorizo o desentranhamento de documentos, devendo o ato ser realizado pela escrivania, nos termos do art. 100, § 2º das DGJ's, mediante apresentação de fotocópia pela parte interessada dos documentos a serem desentranhados.Tendo em vista que o feito foi extinto pela vontade das partes, tenho que ocorreu a desistência tácita do prazo recursal. Assim, decorridas 48 horas para desentranhamento dos títulos, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.Sem custas, nos termos do art. 8º, III, da Lei 3.896/2016.Publique-se. Registrada automaticamente. Intimem-se e cumpra-se.Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017. Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0010122-22.2015.8.22.0014
Ação:Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança (C
Requerente:Imobiliária Fortaleza Ltda
Advogado:Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562), José da Cruz Del Pino (OAB/RO 6277)
Requerido:Correia e Locatelli Ltda Epp, Paola Priscila Locatelli
Advogado:Felipe Wendt ( ), Eber Coloni Meira da Silva. (RO 4046)
DESPACHO:
Vistos.Intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade de sua produção.Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0001895-43.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Organizações Gota D Agua Ltda
Advogado:Camila Domingos (OAB/RO 5567), Danielle Kristina Domingos Cordeiro (OAB/RO 5588)
Executado:Braasil Acessoria Financeira Ltda Me
DESPACHO:
Vistos.Procedi pesquisa pelos Sistemas Bacenjud e Renajud em nome da parte executada, as quais restaram infrutíferas, conforme documentos anexos.Indefiro o pedido de expedição de ofício à Junta Comercial, pois tal diligências incumbe à parte interessada, bem como podem ser adquiridas por meio do site da receita federal.Intime-se o exequente para, no prazo de 15 dias, indicar bens passíveis de penhora e impulsionar o feito, sob pena de suspensão do processo (CPC, art. 921, III).Pratique-se o necessário.Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0012103-57.2013.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Posto de Molas Noma Ltda Me
Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046), Marcio Henrique da Silva Mezzomo (OAB/RO 5836)
Executado:L. F. C. Bucco Transportes Me, Lenir Fatima Covatti Bucco
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Vistos.Procedi pesquisa pelo Sistema Bacenjud em nome da parte executada, a qual restou infrutífera, conforme documento anexo. Intime-se o exequente para, no prazo de 15 dias, indicar bens passíveis de penhora e impulsionar o feito, sob pena de suspensão. Intimem-se.Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0058448-62.2005.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Sifra Fomento Comercial S/A
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), José Luis Dias da Silva (SP 1199.848)
Executado:Frigorífico Porto Ltda, Roberto Demário Caldas
Advogado:Luiz Antônio Xavier de Souza Rocha (OAB/RO 4064), Márcio Mello Casado (OAB/SP 138047)
DESPACHO:
DESPACHO Vistos.Informo às partes que as cooperativas de crédito passaram a integrar o sistema Bacenjud.Procedi pesquisa pelos Sistemas Bacenjud e Renajud em nome da parte executada. Não foram localizados ativos em contas da parte executada, conforme detalhamento da ordem judicial em anexo.Por outro lado, foi localizado pelo Sistema Renajud veículos cadastrado em nome do executado, os quais já possuem restrição, de modo que deixo de lançar nova constrição sobre eles.No mais, intime-se o exequente para, no prazo de 15 dias, indicar bens passíveis de penhora e impulsionar o feito, sob pena de suspensão do processo (CPC, art. 921, III).Pratique-se o necessário.Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de DireitoPa

Proc.: 0005018-25.2010.8.22.0014
Ação:Incidente de Falsidade (Cível)
Requerente:Ivo Machado Pires, Vanusa Pulqueire da Silva
Advogado:Luiz Antônio Xavier de Souza Rocha (OAB/RO 4064), Camila Xavier Rocha (OAB/RO 2975), Stael Xavier Rocha (RO 7138), Viviane Mizue Dias Previato (OAB/RO 3259), Vivian Bacaro Nunes Soares (OAB/RO 2386), Evander Dias (OAB/RO 2530), Camila Xavier Rocha (OAB/RO 2975), Luiz Antônio Xavier de Souza Rocha (OAB/RO 4064)
Requerido:Ministério Público do Estado de Rondônia, Alexandrina Dias dos Santos
DESPACHO:
Vistos. Considerando que os autos principais são de competência da Justiça Federal, encaminhem-se estes autos àquela Justiça Especializada, com as baixas de estilo.Pratique-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0008646-85.2011.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Gustavo José Sartor
Advogado:Mário César Torres Mendes (OAB/RO 2305), Watson Mueller (OAB/RO 2835), Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3047), Rafael Brambila (OAB/RO 4853), Adriana Regina Pagnoncelli Golin (OAB/RO 3021)
Requerido:Facchini S.a.
Advogado:Estevan Soletti (OAB/RO 3702), Gilson Ely Chaves de Matos (OAB-RO 1733)
DECISÃO:
DECISÃOVistosO autor interpôs embargos de declaração aduzindo que a SENTENÇA está contraditória e omissa com as provas carreadas aos autos. Assim, pugnou pela reforma do decisum.Os embargos de declaração são manifestamente improcedentes, pois pretende, na verdade, a reforma/reconsideração da SENTENÇA. As questões suscitadas pelo embargante quanto as impressões colhidas pelo julgador ao analisar as provas do processo, não torna a SENTENÇA contraditória ou omissa (art. 371, CPC/2016, art. 131 CPC/1973).No caso, o julgador apreciou as provas constantes dos autos e indicou as razões de seu convencimento. Não estando o autor satisfeito com a SENTENÇA, deverá se utilizar do recurso adequado (apelação) para reformá-la.Ante o exposto, e por não conter na SENTENÇA nenhuma das hipóteses elencadas no art. 1.022, do CPC, REJEITO os embargos de declaração apresentados pelo autor.Intimem-se.Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de DireitoPa

Proc.: 0003966-23.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/ A - Basa
Advogado:Daniele Gurgel do Amaral (RO 1221), Gilberto Silva Bonfim (RO 1727), Marcelo Longo de Oliveira (OAB-RO 1096), Monamares Gomes Grossi (OAB-RO 903)

Executado:Carlos Silva Augusto & Cia Ltda Me, Carlos Silva Augusto, José Augusto Filho
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999), Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375)
DESPACHO:
DESPACHO Vistos.Considerando as informações trazidas às fls. 121, substituo o perito anteriormente nomeado pelo engenheiro civil LEANDRO FERREIRA - podendo ser localizada na Av. Liberdade, n. 3304, Centro, Vilhena/RO, e contatado pelos números de telefone 8496-9223 ou 3322-3977, para realizar a avaliação do imóvel penhorado.O laudo deverá ser entregue nos autos no prazo de 20 dias, constados a partir da data designada para realização do ato (CPC, art. 465).Intime-se o perito nomeado para, no prazo de 5 dias, dizer se aceita o encargo e apresentar nos autos: a) currículo, com comprovação de especialização; b) valor dos honorários; c) contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais.Com a informação intime-se o executado para efetuar o depósito judicial do valor dos honorários.Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de DireitoPa

Proc.: 0002458-08.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul da Amazônia Ltda Sicoob Credisul
Advogado:Agenor Martins (OAB/RO 654A), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
Executado:Luiz Carlos Rodrigues da Silva, Valgelina de Souza Freitas Silva
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Vistos.Procedi pesquisa pelo Sistema Bacenjud, em nome da parte executada, a qual restou infrutífera, conforme documento anexo. Intime-se o exequente para, no prazo de 15 dias, indicar bens passíveis de penhora e impulsionar o feito, sob pena de suspensão do processo (CPC, art. 921, III).Pratique-se o necessário.Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0002655-60.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Rical - Rack Indústria e Comércio de Arroz Ltda
Advogado:Solange Neves Fuza (RO 3545), Sandro Ricardo Salonski Martins (OAB/RO 1084), Eliane Gonçalves Facinni Lemos (OAB-RO 1.135), Renato Avelino de Oliveira Neto (RO 3249), Silvane Secagno (PR 46733)
Executado:Waldir Magrinelli, Maria Elenice Moreira Magrinelli
Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (SSP-RO 3046), Josemário Secco (OAB/RO 724), Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551), Josemário Secco (OAB/RO 724), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046)
DESPACHO:
DESPACHO Vistos.Em que pese os argumentos expendidos pelo exequente quanto a eventual manobra procrastinatória do executado, verifico que, de fato, decorreram dois anos entre a avaliação do bem e as hastas públicas determinadas nos autos, de modo que o tempo realmente pode ter afetado o valor do imóvel (para mais ou para menos), não podendo o Poder Judiciário promover o enriquecimento ilícito de quem quer que seja.A ser assim, determino nova avaliação judicial do imóvel penhorado, por meio de perito judicial às custas do executado. Nomeio como perito avaliador o Sr. Edenir Luiz Colatto, que poderá ser localizado na Rua Roni de Castro Pereira, n. 4174, Sala 1, Bairro Jardim América, nesta cidade.O laudo deverá ser entregue nos autos no prazo de 20 dias, contados a partir da data designada para realização do ato.Intime-se o perito nomeado para, no prazo de 5 dias, dizer se aceita o encargo e apresentar nos autos: a) currículo, com comprovação de especialização e número do CRECI; b) valor dos honorários advocatícios; c) contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais.Com a informação manifestem-se às partes no prazo de 5 dias, devendo o executado efetuar o depósito judicial do valor dos honorários para o início dos trabalhos.Intimem-se. Expeça-se o necessário.Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de DireitoPa

Proc.: 0010951-71.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Fuck Distribuidora de Auto Peças Ltda
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681)
Executado:Map Terraplenagem e Transportes Ltda
Advogado:Carla Falcão Rodrigues (OAB/RO 616)
DESPACHO:
DESPACHO Vistos.Mantenho a penhora efetivada às fls. 64 dos autos.Intime-se o exequente para promover a averbação da penhora no registro imobiliário.Intime-se a parte executada e o terceiro comprador do bem para, querendo, no prazo de 15 dias, manifestarem-se quanto ao pedido de fraude à execução, com relação a alienação do imóvel denominado Lote 12, Quadra 21, do Setor 19, com matrícula no CRI n. 15.240, que se encontra penhorado neste processo.Oficie-se ao Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes, nos autos de n. 0016251-50.2013.8.22.0002, informando sobre a penhora em segundo grau do referido imóvel, bem como solicitando informações quanto eventual venda judicial.Expeça-se o necessário.Sirva este DESPACHO como MANDADO /carta/carta precatória a ser cumprido no seguinte endereço:Terceiro: KENTO ENGENHARIA LTDA EPP, CNPJ n. 09.430.098/0001-91, situado na Av. das Nações n. 1380, Centro, Cerejeiras/RO.Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de DireitoPa

Proc.: 0002443-68.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Marlete Santos Paes
Advogado:Claudinei Marcon Junior (OAB/RO 5510), José Antonio Correa (OAB/RO 5292), Valdete Tabalipa (OAB/RO 2140)
Executado:Ibtihaj Egert Nafal Antonio
Advogado:Marcio de Paula Holanda (OAB/RO 6357)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos etc...HOMOLOGO por SENTENÇA o acordo realizado entre as partes às fls. 53/55, para que dele surtam seus legais e jurídicos efeitos.Em consequência, com fundamento no art. 487, III, b, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a execução de título extrajudicial promovida por MARLETE SANTOS PAES contra IBTIHAJ EGERT NAFAL ANTONIOProcedi a remoção do bloqueio via RENAJUD realizado às fls. 37, conforme comprovante anexo.Desentranhe-se a consulta de fls. 50/51 pois se refere a pessoa estranha aos autos, juntando-a nos autos correspondentes. Em anexo segue a consulta referida às fls. 49, que igualmente restou infrutífera.Autorizo o desentranhamento de documentos, devendo o ato ser realizado pela escrivania, nos termos do art. 100, § 2º das DGJ's, mediante apresentação de fotocópia pela parte interessada dos documentos a serem desentranhados.Tendo em vista que o feito foi extinto pela vontade das partes, tenho que ocorreu a desistência tácita do prazo recursal. Assim, decorridas 48 horas para desentranhamento dos títulos, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.Sem custas, nos termos do art. 8º, III, da Lei 3.896/2016.Publique-se. SENTENÇA registrada automaticamente. Intimem-se e cumpra-se.Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito
Edeonilson Souza Moraes
Diretor de Cartório

Processo nº: 7007025-55.2016.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: C. SUCKEL & CIA. LTDA - EPP
EXECUTADO: PAULO DE LIMA COELHO
Nome: PAULO DE LIMA COELHO
Endereço: desconhecido
Advogados do(a) EXEQUENTE: ALBERT SUCKEL - RO4718, RAYANNA DE SOUZA LOUZADA NEVES - RO5349, GIULIANO DOURADO DA SILVA - RO5684
Certifico que encaminhei ao DJE o Edital de Citação do Executado.
de Citação - Prazo de 30 (trinta) dias.
Autos n. 0000104-68.2017.8.22.0014
Ação: Família Inventário
Requerente: Antônio Rodrigues da Silva
Adv. Dr. José Mário Warta OAB 7006
Requerido(a): Espólio de Adélia Amaral da Silva
FINALIDADE: Citação de terceiros interessados, cônjuge ou o companheiro, os herdeiros e os legatários, para tomarem conhecimento desta ação e no prazo de 15 dias requererem o que de direito.
Vilhena-RO, 06 de fevereiro de 2017.

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS
Prazo: 30 (trinta) dias
Autos: 7007778-12.2016.8.22.0014
Classe: Usucapião
Requerente: Domingo de Vitto Compoi e outros
Advogado: Armando Krefta, OAB/RO 321-B
Requerido: Estrucom – Serviços e Industria de Estruturas e Coberturas Metálicas LTDA
FINALIDADE: Citação de terceiros interessados para, no prazo de 15 (quinze) dias, contestarem a ação em epígrafe, sendo que, caso não o faça, serão presumidos como verdadeiros os fatos alegados pelo(a) autor(a) (art. 285 do CPC).
Sede do Juízo: Fórum Des. Leal Fagundes, Av. Luiz Mazieiro, n. 4432, Jardim América - CEP:78.995-000 - (Fax) Fone: (069) 3321-2340 e 3321-3184.
Vilhena-RO, 7 de fevereiro de 2016.

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS
Prazo: 30 (trinta) dias
Autos: 7007860-43.2016.8.22.0014
Classe: Usucapião
Requerente: Alice Maria de Souza
Advogado: Cezar Benedito Volpi, OAB/RO 533
Requerido: Ervino Suckel
FINALIDADE: Citação de terceiros interessados para, no prazo de 15 (quinze) dias, contestarem a ação em epígrafe, sendo que, caso não o faça, serão presumidos como verdadeiros os fatos alegados pelo(a) autor(a) (art. 285 do CPC).
Sede do Juízo: Fórum Des. Leal Fagundes, Av. Luiz Mazieiro, n. 4432, Jardim América - CEP:78.995-000 - (Fax) Fone: (069) 3321-2340 e 3321-3184.
Vilhena-RO, 7 de fevereiro de 2016.

2ª VARA CÍVEL

Proc.: 0005867-55.2014.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Lima & Lima Materiais Para Construção Ltda Me
Advogado:Camila Domingos (OAB/RO 5567), Danielle Kristina Domingos Cordeiro (OAB/RO 5588)
Executado:Jane Graziella Gerlach Pereira
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl:Eu, Marlon Antônio Pastro, Oficial de Justiça, certifico que em cumprimento ao r. MANDADO, diligenciei ao endereço constante neste, contudo, DEIXEI DE PENHORAR bens da executada JANE GRAZIELLA GERLACH PEREIRA, haja vista, que não o(a) localizei. No endereço, os atual moradores declararam não conhecer a executada. Ante ao exposto, devolvo o presente MANDADO em cartório para os devidos fins.

Proc.: 0013383-29.2014.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:S. de S.
Advogado:Danieli Maldi Alves (OAB/RO 7558)
Requerido:A. da C.
DESPACHO:
Intime-se o autor a indicar no feito a data do início e término da união estável, no prazo de cinco dias. Com a juntada da petição, vista a requerida para querendo manifestar-se no mesmo prazo. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 7 de novembro de 2016.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0000323-86.2014.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Márcio Aurelio Pereira
Advogado:Luiz Antonio Gatto Junior (RO 4683)
Requerido:Ari Menegari - ME
Advogado:Eduarda da Silva Almeida (OAB-RO 1.581)
Fica a parte Auora, por via de seu Advogado, intimada parapagas as custas finais no valor de R$ 68,04 (sessenta e oito reais e quatro centavos), no prazo de 15 dias, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0008399-65.2015.8.22.0014
Ação:Inventário
Inventariante:Guiomar Rodrigues Pereira, José Marcos Pereira, Edimar Alves Pereira, Paulo Cesar Pereira
Advogado:Fabiana Oliveira Costa (RO 3445), Ruth Balcon Scalcon (OAB/RO 3454), Carina Batista Hurtado (OAB/RO 3870), Fabiana Oliveira Costa (RO 3445), Ruth Balcon Scalcon (OAB/RO 3454), Carina Batista Hurtado (OAB/RO 3870), Ruth Balcon Scalcon (OAB/RO 3454), Carina Batista Hurtado (OAB/RO 3870)
Inventariado:Onofre Pereira
Advogado:Carina Batista Hurtado (OAB/RO 3870), Ruth Balcon Scalcon (OAB/RO 3454)
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 15(quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$2.543,71 (dois mil quinhentos e quarenta e três reais e setenta e um centavos), sob pena de protesto e inscrição na Dívida Ativa. Tendo em vista o trânsito em julgada da SENTENÇA, a expedição do formal de partilha está condicionada ao recolhimento das referidas custas.

Proc.: 0005807-82.2014.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Belotti Comércio de Madeiras e Materiais Para Construções Ltda
Advogado:Adriana Janes da Silva Mendes (OAB/RO 3166), Lorene Maria Lotti (OAB/RO 3909)
Executado:V. F. Mackowiak
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória devolvida.

Proc.: 0008263-39.2013.8.22.0014
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Vilhena
Advogado:Procurador Municipal (NBO 020)

Executado:Valdecir Pagnoncelli, Ivone Abrão de Freitas Pereira, João Batista de Freitas Pereira
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.), Carla Falcão Rodrigues (OAB/RO 616)
Fica a parte requerida, por sua Advogada, intimada para informar se pretende o parcelamento judicial do débito executado, conforme petição de folha 54/55 e DESPACHO de folha 56.

Proc.: 0011243-22.2014.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:A M S Correa & Cia Ltda Epp
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999), Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375), Rafael Maziero (RO 5811), Eduardo Campagnolo Hartmann (OAB/RO 6198)
Executado:Ronaldo Campos Crispim
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
Prosseguimento - Decorrida Suspl
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, com a providência de acordo com o caso, face o decurso do prazo de suspensão deferido no r. DESPACHO de fl.57.

Proc.: 0011791-52.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Município de Vilhena
Advogado:Bartolomeu Alves da Silva (OAB 2046)
Executado:Juliano Antonio Martins de Souza, Ari Aldo da Silva, Alfredo Guancino Júnior
Advogado:Rubens Devet Gênero (OAB/RO 3543), Cezar Benedito Volpi (OAB/RO 533)
DESPACHO:
As pesquisas junto ao sistema BACENUD, INFOJUD E RENAJUD, restaram infrutíferas. Com fundamento no art. 513 do CPC, DETERMINO a suspensão do processo pelo prazo de 1 ano, durante o qual não correrá a prescrição, nos termos do art. 921, §§ 1º e 2º, do CPC. Decorrido o prazo de 01 ano sem que o exequente localize e informe nos autos bens penhoráveis, começará a correr o prazo de prescrição intercorrente (CPC, art. 921, §4º). Na referida hipótese, desde já determino o arquivamento dos autos, os quais poderão ser desarquivados a qualquer tempo, desde que encontrados bens penhoráveis (CPC, art. 921, §3º). Ocorrendo a prescrição intercorrente, o que será certificado pela serventia, intimem-se as partes para se manifestarem no prazo de 15 dias (CPC, art. 921, §5º). Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0025813-57.2007.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Boasafra Comércio e Representações Ltda
Advogado:Herisson Moreschi Richter (OAB/RO 3045), Wilson Luiz Negri (OAB/RO 3757)
Executado:Geraldo Pereira da Silva, Cleusa Felix da Silva
DESPACHO:
Nos termos do art. 17 da Lei 3.896/16, intime-se o exequente a proceder ao recolhimento do valor da diligência pretendida. Intimem-se Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017. Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0121780-66.2006.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Recauchutadora de Pneus Rover Ltda
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681), Sergio Antônio Bergamin Junior (RO 4728)
Executado:Roberto Rodrigues, Célia Puhl
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.), Vanda Salete Colombari (RO 418), Carlos Henrique Colombari (RO 7907)
DESPACHO:
Intime-se a patrona da executada Célia Puhl para que no prazo de 05 (cinco) dias junte aos autos intrumento de procuração. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0104311-07.2006.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Auto Posto Planalto Ltda
Advogado:Vivian Bacaro Nunes Soares (OAB/RO 2386), Evander Dias (OAB/RO 2530), Viviane Dias Previato (RO 3259), Gilson Ely Chaves de Matos (OAB-RO 1733), Estevan Soletti (OAB/RO 3702)
Executado:Oswaldo Guimarães
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Auto Posto Planalto interpôs embargos de declaração em face a DECISÃO de fls.260.Nos termos do art. 1.023, § 2º do novo Código de Processo Civil o embargado deverá ser intimado para querendo, manifestar-se no prazo de cinco dias, sobre os embargos interpostos. Intimem-se. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0088634-34.2006.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Dirceu Luiz Maria
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Marilia Teresinha Cavasin, Vladimir José Maleski
Advogado:Luiz Antônio Rocha (OAB/RO 4064), Stael Xavier Rocha (RO 7138), Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Intime-se a parte exequente para querendo manifestar-se quanto à impugnação à penhora apresentada nestes autos, no prazo legal. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0020534-32.2003.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Invest Factoring Fomento Mercantil Ltda
Advogado:Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562), José da Cruz Del Pino (OAB/RO 6277)
Executado:Samuel Barbosa
Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046), Marcio Henrique da Silva Mezzomo (OAB/RO 5836)
DESPACHO:
Considerando que o ETJRO não proferiu DECISÃO no agravo de instrumento, renovo a suspensão deste feito até DECISÃO final. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0007434-24.2014.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Muller & Cia Ltda. Me
Advogado:Robson Martinowski Costa (OAB/RO 5281)
Executado:Três Madeiras e Abrasivos Ltda Me, Júlio Cézar Lebkuchen
Advogado:Sandra Vitório Dias Córdova (OAB/RO 369B)
DESPACHO:
Intime-se a parte exequente para manifestar-se em 05 (cinco) dias quanto à tela do RENAJUD, em que consta a existência de penhora sobre o veículo por ela indicado. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0004998-92.2014.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Diságua Distribuidora de Abrasivos Guarujá Ltda
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Marcello Ferreira Alonso
DESPACHO:
Com fundamento no art. 513 do CPC, DETERMINO a suspensão do processo pelo prazo de 1 ano, durante o qual não correrá a

prescrição, nos termos do art. 921, §§ 1º e 2º, do CPC.Decorrido o prazo de 01 ano sem que o exequente localize e informe nos autos bens penhoráveis, começará a correr o prazo de prescrição intercorrente (CPC, art. 921, §4º).Na referida hipótese, desde já determino o arquivamento dos autos, os quais poderão ser desarquivados a qualquer tempo, desde que encontrados bens penhoráveis (CPC, art. 921, §3º).Ocorrendo a prescrição intercorrente, o que será certificado pela serventia, intimem-se as partes para se manifestarem no prazo de 15 dias (CPC, art. 921, §5º). Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0004921-83.2014.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pato Branco Alimentos Ltda Filial
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Ednaldo de Souza Cananeia, Dionismar Pereira dos Santos
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
DETERMINO a suspensão do processo pelo prazo de 1 ano, durante o qual não correrá a prescrição, nos termos do art. 921, §§ 1º e 2º, do CPC. Decorrido o prazo de 01 ano sem que o exequente localize e informe nos autos bens penhoráveis, começará a correr o prazo de prescrição intercorrente (CPC, art. 921, §4º). Na referida hipótese, desde já determino o arquivamento dos autos, os quais poderão ser desarquivados a qualquer tempo, desde que encontrados bens penhoráveis (CPC, art. 921, §3º). Ocorrendo a prescrição intercorrente, o que será certificado pela serventia, intimem-se as partes para se manifestarem no prazo de 15 dias (CPC, art. 921, §5º). Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0004620-39.2014.8.22.0014
Ação:Inventário
Requerente:Tenório Leal Carvalho Souza, Francinete Carvalho Costa
Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (SSP-RO 3046), Marcio Henrique da Silva Mezzomo (OAB/RO 5836), Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (SSP-RO 3046), Marcio Henrique da Silva Mezzomo (OAB/RO 5836), Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134)
Inventariado:Arnaldo Carvalho de Souza
DESPACHO:
Apense-se este feito aos autos n. 0007499-82.2015.8.22.0014. Após, voltem conclusos. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0000074-53.2014.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito do Centro Sul Rondoniense Sicoob Credip
Advogado:Eder Timotio Pereira Bastos (OAB/RO 1586), Amanda Aparecida Paula de Carvalho (5701), Noel Nunes de Andrade (RO 1586/RO)
Executado:Nanci de Fátima de Araújo Caramello
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999), Defensoria Pública de Vilhena ( )
DESPACHO:
Oficie-se ao órgão empregador da executada o saldo remanescente da dívida, para prosseguimento dos descontos em sua folha de pagamento. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0004544-15.2014.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Iraci Sikorski
Advogado:Carla Falcão Rodrigues (OAB/RO 616), Michele Machado Lopes (OAB/RO 6304)
Requerido:Sérgio Sikorski, EulÁlia Tereza Zorate
Advogado:Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3047), Hulgo Moura Martins (OAB/RO 4042), Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3047), Hulgo Moura Martins (OAB/RO 4042)
DESPACHO:
Os embargos de declaração já foram decididos. Certifique a Escrivania o trânsito em julgado da SENTENÇA e após, cumpra-se a parte dispositiva. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0001783-11.2014.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:A. S. Saraiva Me
Advogado:Daiane Fonseca Lacerda (OAB/RO 5755)
Executado:Jonatan Sabané
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Nos termos do art. 17 da Lei 3.896/16, intime-se o exequente a proceder ao recolhimento do valor da diligência pretendida. Intimem-se Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017. Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0000732-62.2014.8.22.0014
Ação:Ação Civil Pública
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça do Estado de Rondônia (Não informado)
Requerido:Flávio L. Alves Construtora Eirelli Epp, Flávio Leite Alves, Município de Vilhena
Advogado:Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022), Valdinei Luiz Bertolin (OAB/RO 6883), Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022), Procuradoria Geral do Município de Vilhena RO (000.)
DESPACHO:
Mantenho o DESPACHO de fls. 821, que deciciu pela manutenção dos documentos juntados com as alegações finais. Ciência ao Ministério Público. Após, venham conclusos para SENTENÇA. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0013400-02.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/a
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Ildo de Assis Macedo (OAB/MT 3541), Saionara Mari (OAB/MT 5225), Gerson da Silva Oliveira (OAB/MT 8.350), Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Executado:Martinelli Indústria e Comércio de Ferragens Ltda - Epp, Eliane D Estefani Martinelli
DESPACHO:
DETERMINO a suspensão do processo pelo prazo de 1 ano, durante o qual não correrá a prescrição, nos termos do art. 921, §§ 1º e 2º, do CPC.Decorrido o prazo de 01 ano sem que o exequente localize e informe nos autos bens penhoráveis, começará a correr o prazo de prescrição intercorrente (CPC, art. 921, §4º).Na referida hipótese, desde já determino o arquivamento dos autos, os quais poderão ser desarquivados a qualquer tempo, desde que encontrados bens penhoráveis (CPC, art. 921, §3º). Ocorrendo a prescrição intercorrente, o que será certificado pela serventia, intimem-se as partes para se manifestarem no prazo de 15 dias (CPC, art. 921, §5º). Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0009864-80.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Danval Sistema de Monitoramento Ltda - Epp
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)

Executado:Alcízio Esteves dos Reis
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Nos termos do artigo 17 da Lei 3.896/2016, determino a intimação da parte exequente para que no prazo de 05 (cinco) dias comprove o pagamento da diligência para viabilizar a consulta junto ao IDARON. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0008592-51.2013.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Brqualy Administradora de Consorcios Ltda
Advogado:Thiago Tagliaferro Lopes (OAB/SP 208972)
Executado:Maraja Transportes Ltda Me
Advogado:José Eudes Alves Pereira (OAB/RO 2897)
DESPACHO:
Procedi à transferência dos valores penhorados. Expeça-se alvará. Quando da retirada do alvará, intime-se a parte exequente a manifestar-se quanto à eventual saldo remanescente em 05 (cinco) dias. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0003958-12.2013.8.22.0014
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Adriano Aparecido Pena
Advogado:Albert Suckel (OAB/RO 4718), Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3047)
Embargado:Banco Bradesco S/a
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
DESPACHO:
Intimem-se as partes para que no prazo de 05 (cinco) dias digam se pretendem a produção de outras provas. Em caso de inércia, que apresentem alegações finais no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0002814-03.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco do Brasil S/a
Advogado:Gustavo Amato Pissini (A- OAB/MT 13842), Paula Haubert Manteli (OAB/RO 5276), Sérvio Túlio de Barcelos (OAB/RO 6673), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), José Arnaldo Janssen Nogueira (A OAB/RO 6676)
Executado:Adalberto Antônio Vizioli, Maria Izabel Rodrigues dos Santos Vizioli
SENTENÇA:
Trata-se o presente feito de Execução de Título Extrajudicial ajuizada por Banco do Brasil S/A em face de Adalberto Antônio Vizioli e outro. Durante o trâmite regular do feito a parte autora apesar de intimada por duas vezes a dar andamento ao feito quedou-se inerte. Diante disso, vieram os autos conclusos para DECISÃO.Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, III, do Código de Processo Civil.CONDENO o autor ao pagamento de custas e despesas judiciais em 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado da SENTENÇA, sob pena de inscrição em dívida ativa fiscal estadual. Em caso de inércia, proceda-se à inscrição. O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em dívida ativa. Com o trânsito em julgado da presente DECISÃO, arquivem-se os autos.Intimem-se. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0001850-10.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul da Amazônia Ltda Sicoob Credisul
Advogado:Agenor Martins (OAB/RO 654A), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
Executado:Distribuidora So Gas Ltda Epp, Tânia Sanches Batista, Inaldo Batista
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Indefiro o pedido de expedição de ofício para a CAGED pois ainda que seja constatado que o executado tenha vínculo empregatício, nos termos do art. 833, inciso IV do NCPC o salário é impenhorável neste tipo de feito, que tornaria a providência inócua e acarretaria dispêndio desnecessário de gasto público. Intime-se a parte exequente a dar andamento ao feito em 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento provisório nos termos do art. 921, §§ 1º e 2º, do CPC.Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0008664-72.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Zerfeso Marangoni, Rosane Klosinski Baioto Marangoni
Advogado:Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3047), Mário César Torres Mendes (OAB/RO 2305), Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3047)
Requerido:Jocelito Foleto, Gelson Ivan Foleto, Neuza Detofol Foleto
Advogado:Neuza Detofol Foleto (OAB/RO 4313), João Batista Nichele (OAB/MT 7740B), Leonardo Giovani Nichele (OAB/MT 7705), João Batista Nichele (OAB/MT 7740B), Leonardo Giovani Nichele (OAB/MT 7705)
DESPACHO:
Aguarde-se eventual resposta ao ofício encaminhado à Procuradoria da União Federal. Em caso de inércia, proceda-se contato telefônico com àquele órgão, solicitando informações acerca do ofício n. 358/2016. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0009422-85.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Rondinox Haus Bier Ind. Com. de Microcervejarias Ltda Me
Advogado:Ruth Balcon Scalcon (OAB/RO 3454), Aleteia Michel Rossi (OAB/RO 3396)
Executado:Micro Cervejaria Gastronômica Bier Haus Ltda - Epp, Everaldo Carlos Cortezini
Advogado:Daniel Prudencio da Silva (OAB/RO 3720)
SENTENÇA:
Trata-se o presente feito de Cumprimento de SENTENÇA ajuizado por RONDINOX HAUS BIER IND. COM. DE MICROCERVEJARIAS LTDA em face de Micro Cervejaria Gastronômica Bier Haus Ltda - Epp e outros. Durante o trâmite regular do feito ocorreu a adjudiciação de bens suficientes ao pagamento integral do débito. POSTO ISTO, e pelo que nos autos consta, JULGO EXTINTO o processo, com fundamento no artigo 924, II do Código de Processo Civil.Fica a parte autora notificada para o recohlimento da importância de R$ 995,33, atualizado até a data de 25/01/2017, a título de custas do processo em eígrafe, no prazo de 15 (quinze) dias. O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na dívida ativaCONDENO o executado ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais que fixo em 10% do valor atribuído à causa. Liberem-se eventuais constrições. Após observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos.Intimem-se. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0008924-86.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/a
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Ildo de Assis Macedo (OAB/MT 3541), Gerson da Silva Oliveira (OAB/MT 8.350), Nara Lima Carvalho (RO 5416), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Alcir Luiz de Lima (OAB/RO 6770), Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)

Executado:Antônio Ramalho de Oliveira, Zila M B Barcella Me, Zila Maria Borges Barcella
DESPACHO:
DETERMINO a suspensão do processo pelo prazo de 1 ano, durante o qual não correrá a prescrição, nos termos do art. 921, §§ 1º e 2º, do CPC.Decorrido o prazo de 01 ano sem que o exequente localize e informe nos autos bens penhoráveis, começará a correr o prazo de prescrição intercorrente (CPC, art. 921, §4º).Na referida hipótese, desde já determino o arquivamento dos autos, os quais poderão ser desarquivados a qualquer tempo, desde que encontrados bens penhoráveis (CPC, art. 921, §3º).Ocorrendo a prescrição intercorrente, o que será certificado pela serventia, intimem-se as partes para se manifestarem no prazo de 15 dias (CPC, art. 921, §5º). Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0004454-12.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:P B Transportadora Ltda
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022)
Executado:Construtora Stroll Ltda, Sidiclei Sandeski Geschonke, Jaime Gonçalves Menezes
Advogado:Defensoria Pública de Vilhena ( ), Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Defiro a expedição de ofício ao IDARON - Unidade Vilhena, para que informe acerca de eventuais bens passíveis de penhora em nome dos executados Construtora Stroll Ltda, Sidiclei Sandeski Geschonke e Jaime Gonçalves Menezes, portadores do CPF e CNPJ n. 174.850.478-92, 07.896.345/0001-14 e 569.263.672-72. SERVE O PRESENTE DE OFÍCIO. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0004008-09.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul da Amazônia Ltda Sicoob Credisul
Advogado:Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562), Agenor Martins (OAB/RO 654A)
Executado:Corrêa & Corrêa Ltda, Sandra Regina Silva, Dayane Mesquita Valadão
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Defiro o apensamento deste feito aos autos relacionados às fls. 277/278. Após, venham conclusos para análise do pedido de adjudicação do bem penhorado. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0007827-85.2010.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Ronnie Gordon Bardales
Advogado:Glória Chris Gordon (OAB/RO 3399), Fábio Charles da Silva (RO 4898), Roniéder Trajano Soares Silva (OAB/RO 3694), Ezequielma da Silva Vieira (RO 5048)
Executado:Terezinha Teixeira Souza - Me, Terezinha Teixeira Souza
Advogado:Mário César Torres Mendes (OAB/RO 2305), Adriana Regina Pagnoncelli Golin (OAB/RO 3021), Fabiana Oliveira Costa (RO 3445)
DESPACHO:
A exequente peticionou requerendo a inclusão da empresa Cerqueira & Souza Ltda no pólo passivo da lide.Considerando o disposto no artigo 134 do CPC, o incidente de desconsideração da personalidade jurídica deve ser autuado em apartado aos autos principais, posto que arguido durante a instrução processual e não com a inicial. Intimem-se. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0000134-50.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Pato Branco Alimentos Ltda.
Advogado:Josemario Secco (RO 724), Sandro Signor (OAB/RO 2810), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Ferreira e Pedraza Ltda Me, Mateus Gongara Pedraza, Valdirene de FÁtima Ferreira
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Defiro a expedição de ofício ao IDARON - Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastorial do Estado de Rondônia, para que no prazo de 05 (cinco) dias informe a este Juízo eventuais semoventes cadastrados em nome dos executados Mateus Gongara Pedraza e Valdirene de Fatima Ferreira, portadores do CPF n. 624.909.902-68 e 052.168.692-04. SERVE O PRESENTE DE OFÍCIO. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0083724-56.2009.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:P B Transportadora Ltda
Advogado:Josemario Secco (RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Enídio Pires dos Santos
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Defiro a expedição de ofício ao IDARON - Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastorial do Estado de Rondônia, para que no prazo de 05 (cinco) dias informe a este Juízo eventuais semoventes cadastrados em nome do executado Enídio Pires dos Santos, portador do CPF n. 869.768.189-87. SERVE O PRESENTE DE OFÍCIO. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017. Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0002450-07.2008.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Pato Branco Alimentos Ltda.
Advogado:Sandro Signor (OAB/RO 2810), Josemario Secco (RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Requerido:Janete de Freitas
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Defiro a expedição de ofício ao IDARON - Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastorial do Estado de Rondônia, para que no prazo de 05 (cinco) dias informe a este Juízo eventuais semoventes cadastrados em nome da executada Janete de Freitas, portador do CPF n. 349.541.632-34. SERVE O PRESENTE DE OFÍCIO. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0112104-60.2007.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Recauchutadora de Pneus Rover Ltda
Advogado:Greicis André Biazussi (OAB/RO 1542), Elias Malek Hanna (OAB-RO 356-B), Odair Flauzino de Moraes (OAB/RO 115A), Fernando César Volpini (OAB/RO 610)
Requerido:Neide Vieira dos Santos
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Suspendo o feito até 15.11.2017. Decorrido o prazo, intime-se a parte exequente a manifestar-se quanto ao cumprimento do acordo em 05 (cinco) dias. Em caso de inércia, o acordo será homologado. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0013262-98.2014.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena Sicredi Univales Mt

Advogado:Fernando César Volpini (OAB/RO 610), Greicis André Biazussi (OAB/RO 1542), Marta Inês Filippi Chiella (OAB/RO 5101)
Executado:Mariane Keilla Goehl, Maria de Lourdes Filler Goehl
Advogado:Anderson Ballin (OAB/RO 5568), Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
SENTENÇA:
Trata-se o presente feito de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada por Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena Sicredi Unívales MT em face de Mariane Keila e Goehl e outros. Durante o trâmite regular do feito, as partes convencionaram acordo e requerem sua homologação para que surtam os efeitos legais. Ante o exposto, homologo o acordo de fls. 97/99, para que dele surtam seus legais e jurídicos efeitos, extinguindo o processo, nos termos do art. 924, inciso III do C.P.C. HOMOLOGO a desistência do prazo recursal. Sem custas. Defiro o desentranhamento dos títulos que instruíram a inicial, mediante cópia nos autos. Intimem-se. Após, arquivem-se. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0000991-23.2015.8.22.0014
Ação:Inventário
Requerente:Beloni de Castilhos, Huth da Silva Castilho, Ivalina de Castilhos Machado, Zelinda de Castilho de Andrade, Maria Tereza de Castilhos, Antônio Inival de Castilhos, João Francisco de Castilho, Leoni de Castilhos, Maurecila de Castilhos, Lenir de Castilhos, Antonio de Castilhos, José Joel de Castilhos, Alvirene de Castilho, Marli de Castilho da Silva, Marilene de Castilho Silva, João Paulo de Castilhos, Marlene de Castilho Shuastz, Derly de Castilho
Advogado:Daniel Prudencio da Silva (OAB/RO 3720), Débora Mailho (OAB/RO 6259), Daniel Prudencio da Silva (OAB/RO 3720), Agenor Martins (OAB/RO 654A), Daniel Prudencio da Silva (OAB/RO 3720), Agenor Martins (OAB/RO 654A)
Inventariado:Pedro Osni de Castilhos
DESPACHO:
Encaminhe-se os autos a contadora judicial para cálculo das custas. Após, voltem conclusos. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0003932-43.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Diságua Distribuidora de Abrasivos Guarujá Ltda
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724)
Requerido:Edvaldo de Oliveira Lopes
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
DETERMINO a suspensão do processo pelo prazo de 1 ano, durante o qual não correrá a prescrição, nos termos do art. 921, §§ 1º e 2º, do CPC.Decorrido o prazo de 01 ano sem que o exequente localize e informe nos autos bens penhoráveis, começará a correr o prazo de prescrição intercorrente (CPC, art. 921, §4º).Na referida hipótese, desde já determino o arquivamento dos autos, os quais poderão ser desarquivados a qualquer tempo, desde que encontrados bens penhoráveis (CPC, art. 921, §3º). Ocorrendo a prescrição intercorrente, o que será certificado pela serventia, intimem-se as partes para se manifestarem no prazo de 15 dias (CPC, art. 921, §5º). Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0004040-72.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Rogério Brambila
Advogado:José Eudes Alves Pereira (OAB/RO 2897)
Executado:Anderson França Geremias
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
SENTENÇA:
Trata-se o presente feito de Execução de Título Extrajudicial ajuizada por Rogério Brambila em face de Anderson França Geremias. Durante o trâmite regular do feito, o autor requereu a desistência da presente ação. Diante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do Artigo 485, inciso VIII do Código de Processo Civil, tendo em vista a desistência do autor da ação.Sem custas.Com o trânsito em julgado da presente DECISÃO, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.Intimem-se. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0007742-26.2015.8.22.0014
Ação:Protesto
Requerente:Marco Túlio de Freitas Teodoro
Advogado:Astrid Senn (SSP/RO 1448)
Requerido:Nextel Telecomunicações Ltda
Advogado:Fábio Rivelli (OAB/RO 6640)
DESPACHO:
Defiro o desentranhamento da petição de fls. 114/115. Intime-se o embargado para querendo manifestar-se quanto aos embargos de declaração no prazo de 05 (cinco) dias. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0008034-11.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Portal Comercio de Frios Ltda Me
Advogado:Anderson Ballin (OAB/RO 5568), Josemário Secco (OAB/RO 724)
Executado:Ideal Comércio de Alimentos Ltda Me
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Nos termos do artigo 17 da Lei 3.896/2016, determino a intimação da parte exequente para que no prazo de 05 (cinco) dias comprove o pagamento da diligência para viabilizar a consulta junto ao IDARON. Expeça-se o necessárioVilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0008114-72.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Welington Ramos da Silva
Advogado:Gustavo Jose Seibert Fernandes da Silva (OAB/RO 6825), Deivide Stefani Caçula Arcoverde (OAB/RO 8396)
Executado:Geiziane Souza dos Santos
DESPACHO:
Indefiro a expedição de carta precatória para penhora de bens da executada, posto que conforme constou da certidão do Oficial de Justiça de fls. 35 a executada reside de favores em companhia de seus genitores. Indique a exequente em 05 (cinco) dias bens passíveis de penhora. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0020385-60.2008.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Litisconsorte Ativo:Ministério Público do Estado de Rondônia, Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Ministério Público do Estado de Rondônia (DNI DNI), Procurador do Estado (NBO 020)
Requerido:Raquel Silva Santos
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Suspendo o feito pelo prazo de seis meses. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0106751-05.2008.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Invest Factoring Fomento Mercantil Ltda
Advogado:Evander Dias (RO 2530), Lyssia Santos Hernandes (OAB/RO 3042), Agenor Martins (OAB/RO 654A), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)

Executado:Rogério Alves da Silva- Me, Rogério Alves da Silva
DESPACHO:
Defiro o requerido às fls. 182.Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0000480-98.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:P B Transportadora Ltda
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Sandro Signor (OAB/RO 2810), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Requerido:José Fernando Prates
DESPACHO:
Indefiro o pedido de expedição de ofício para a CAGED pois ainda que seja constatado que o executado tenha vínculo empregatício, nos termos do art. 833, inciso IV do NCPC o salário é impenhorável neste tipo de feito, que tornaria a providência inócua e acarretaria dispêndio desnecessário de gasto público. Intime-se a parte exequente a dar andamento ao feito em 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento provisório nos termos do art. 921, §§ 1º e 2º, do CPC. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0001295-95.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Pato Branco Alimentos Ltda.
Advogado:Sandro Signor (OAB/RO 2810), Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022), Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568), Mateus Pavão (RO 6218)
Executado:Maria Alves de Matos
Advogado:Defensoria Pública de Vilhena ( )
DESPACHO:
O endereço constante da tela do sistema INFOJUD é a mesmo constante da inicial. Diga o exequente quanto ao andamento do feito, no prazo de cinco dias. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0003955-62.2010.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:P B Transportadora Ltda
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Maria Edwiges Botelho Costa
DESPACHO:
O endereço constante da tela do sistema INFOJUD é o mesmo inidicado na inicial. Manifeste-se o exequente quanto ao andamento do feito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017. Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0004590-43.2010.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:P B Transportadora Ltda
Advogado:Sandro Signor (OAB/RO 2810), Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Luiz Carlos da Silva, Cleber Luis Damasceno
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Procedi à transferência dos valores penhorados. Quando da retirada do alvará, intime-se a parte exequente a manifestar-se quanto à eventual saldo remanescente em 05 (cinco) dias. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017. Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0004665-82.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Magazine Minozzo Ltda - EPP, Alex Andre Smaniotto
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681), Sergio Antônio Bergamin Junior (RO 4728), Mariana Kuipers Soares (OAB/RO 5478), Alex Andre Smaniotto (RO 2681)
Requerido:Justina Ribeiro da Silva
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
O endereço constante da tela do sistema INFOJUD é a mesmo constante da inicial. Diga o exequente quanto ao andamento do feito, no prazo de cinco dias. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0005225-87.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/ A - Basa
Advogado:Monamares Gomes Grossi (OAB-RO 903), Alessandra Cristiane Ribeiro (RO 2204), Daniele Gurgel do Amaral (RO 1221), Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708), Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790), Washington Ferreira Mendonça (1946)
Executado:Espólio de Antonio Fernando de Sá Chaves
Advogado:Não Informado ( )
DESPACHO:
Intime-se o exequente a dar andamento ao feito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário.. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0012021-94.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Fuck Distribuidora de Auto Peças Ltda
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681), Sergio Antônio Bergamin Junior (RO 4728)
Executado:E. M. dos Santos de Freitas Me, Edinalva Maria dos Santos de Freitas
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Seguem anexas telas contendo o endereço dos executados. Diga o exequente em 05 (cinco) dias quanto ao prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0000546-10.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pato Branco Alimentos Ltda.
Advogado:Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022), Josemário Secco (OAB/RO 724)
Executado:EspÓlio de Luzia Ribeiro SebastiÃo
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
SENTENÇA:
Trata-se o presente feito de Execução de Título Extrajudicial ajuizada por PATO BRANCO ALIMENTOS LTDA em face de ESPÓLIO DE LUZIA RIBEIRO SEBASTIÃO. Durante o trâmite regular do feito a parte autora apesar de intimada A dar andamento ao feito quedou-se inerte. Diante disso, vieram os autos conclusos para DECISÃO. Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, III, do Código de Processo Civil.Sem custas. Com o trânsito em julgado da presente DECISÃO, arquivem-se os autos.Intimem-se. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0001525-69.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pato Branco Alimentos Ltda.
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Mirela Souza
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Nos termos do art. 17 da Lei 3.896/16, intime-se o exequente a proceder ao recolhimento do valor da diligência pretendida. Intimem-se Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0001950-96.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Hugo Divino Ferreira
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681), Sergio Antônio Bergamin Junior (RO 4728)
Executado:Hamilton Tadeu Ribeiro dos Santos
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Nesta data procedi à impressão das declarações de renda via infojud. Intime-se a parte a consultar a declaração em Cartório, sem extração de cópias, garantindo-se o sigilo dos dados. As cópias das declarações deverão ser arquivadas em pasta própria, para consulta do causídico. Após a consulta deverá a Escrivania inutilizá-la.A Escrivania em hipótese alguma deverá autorizar a extração das cópias. O ACESSO À INFORMAÇÃO DE INFOJUD SERÁ CONCEDIDO APENAS AOS ADVOGADOS DAS PARTES. Requeira o Credor o que de direito em 05 (cinco) dias. Expeça-se o necessário.Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0004739-68.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Fuck Distribuidora de Auto Peças Ltda
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681), Andréa Leporacci Soares Figueiredo (OAB/RO 1536), Mariana Kuipers Soares (OAB/RO 5478)
Requerido:Daice Candido
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
A consulta do sistema INFOJUD restou infrutífera conforme tela anexa. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0006985-37.2012.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Pemaza S/a, Josemário Secco
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568), Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Renata Botelho da Costa
Advogado:Robson Martinowski Costa (OAB/RO 5281)
DESPACHO:
Intime-se o executado a manifestar-se quanto os termos da petição de fls. 155 no prazo de cinco dias. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0009925-72.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:MARMOVIL MÁRMORARIA VILHENA LTDA
Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046), Marcio Henrique da Silva Mezzomo (OAB/RO 5836)
Executado:Maximus Construtora Ltda
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
SENTENÇA:
Cuida-se de ação de execução ajuizada por Marmovil Marmoraria Ltda em face de Maximus Construtora Ltda-ME. Durante o trâmite regular do feito, o autor requereu a extinção do feito.Diante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do Artigo 485, Inciso VIII, do novo Código de Processo Civil, tendo em vista a desistência do autor da ação.Sem custas.SENTENÇA registrada automaticamente. Com o trânsito em julgado da presente DECISÃO, arquivem-se os autos. Intime-se. Cumpra-se. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017. Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0010185-52.2012.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Espólio de João Fontes Fabre
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Reixander Vieira Amaro
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Nos termos do art. 17 da Lei 3.896/16, intime-se o exequente a proceder ao recolhimento do valor da diligência pretendida. Intimem-se Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0011320-02.2012.8.22.0014
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia Detran
Advogado:Wilson Luiz Negri (OAB/RO 3757)
Executado:Márcio Hurtado
DESPACHO:
Certifique a Escrivania a tempestividade da impugnação à penhora. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0002450-31.2013.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Banco da Amazônia S.A, Marcelo Longo de Oliveira
Advogado:Marcelo Longo de Oliveira (OAB-RO 1096), Daniele Gurgel do Amaral (RO 1221), Gilberto Silva Bonfim (RO 1727), Monamares Gomes Grossi (OAB-RO 903), Marcelo Longo de Oliveira (OAB-RO 1096)
Executado:Daniel Ramos Garcia, Maria Divina Franco
Advogado:Belmiro Gonçalves de Castro (RO 2193)
DESPACHO:
Aguarde-se DECISÃO do ETJRO quanto ao agravo interno. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0004930-79.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Gilmar Duarte Araújo
Advogado:Camila Domingos (OAB/RO 5567), Danielle Kristina Domingos Cordeiro (OAB/RO 5588)
Requerido:Francisco Fernandes do Nascimento
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
A parte requerida é beneficiária da gratuidade judiciária. Na SENTENÇA o requerido foi condenado ao pagamento de custas processuais. No entanto, não contou que a determinação de suspensão da exigibilidade das mesmas até que se comprove a alteração da condição financeira do requerido. Como a parte vencida é beneficiária da justiça gratuita, não ficará isenta do pagamento dos ônus sucumbenciais, mas sim, tem direito à suspensão da obrigação enquanto perdurar a situação de hipossuficiência, pelo prazo de cinco anos, ficando o qual se consumará a prescrição, conforme estabelece o art. 12 “d” da Lei n. 1.060/50. Arquivem-se os autos. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0006182-20.2013.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Pato Branco Alimentos Ltda Filial
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Eli Barbosa
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Intime-se a parte exequente a dar andamento ao feito em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0023665-73.2011.8.22.0001
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Requerente:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Joao Francisco Afonso ( )

Requerido:Geoserv- Serviços de Geotecnia e Consultoria Ltda, Altamiro Garcia de Almeida, Wilson Luiz da Costa, Newton Hideo Nakayama, Guiso Construções e Terraplenagens Ltda, Pedro André de Souza
Advogado:Andrey Cavalcante (OAB/RO 303-B), Paulo Barroso Serpa ( ), Adriane Vaz da Costa (GO 41818), Urano Freire de Morais (OAB/RO 240B), Geovanni da Silva Nunes (OAB 2421), Paulo Barroso Serpa ( ), Andrey Cavalcante (OAB/RO 303-B), Adriane Vaz da Costa (GO 41818), José de Almeida Júnior (OAB/RO 1370), Carlos Eduardo Rocha Almeida (OAB/RO 3593), José de Almeida Júnior (OAB/RO 1370), Carlos Eduardo Rocha Almeida (OAB/RO 3593)
DESPACHO:
Defiro o requerido às fls. 774-775.Aguarde-se audiência. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017. Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0004681-94.2014.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pato Branco Alimentos Ltda Filial
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Francisco Adevair da Silva
DESPACHO:
Indefiro o pedido de expedição de ofício para a CAGED pois ainda que seja constatado que o executado tenha vínculo empregatício, nos termos do art. 833, inciso IV do NCPC o salário é impenhorável neste tipo de feito, que tornaria a providência inócua e acarretaria dispêndio desnecessário de gasto público. Intime-se a parte exequente a dar andamento ao feito em 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento provisório nos termos do art. 921, §§ 1º e 2º, do CPC. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0004931-30.2014.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Diságua Distribuidora de Abrasivos Guarujá Ltda
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:P. J. Indústria e Comércio de Produtos de Vilhena Ltda
DESPACHO:
Nos termos do art. 17 da Lei 3.896/16, intime-se o exequente a proceder ao recolhimento do valor da diligência pretendida. Intimem-se Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0004991-03.2014.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Diságua Distribuidora de Abrasivos Guarujá Ltda
Advogado:Anderson Ballin (OAB/RO 5568), Josemário Secco (OAB/RO 724)
Executado:L & S Fornecimento de Alimentação Profissional Ltda Epp
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Nos termos do art. 17 da Lei 3.896/16, intime-se o exequente a proceder ao recolhimento do valor da diligência pretendida. Intimem-se Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0005359-12.2014.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Elvira de Nadai, Julia Beatris Parra, Renato Coutinho dos Santos Junior, Salah Mahmoud Ali, Adão Keller
Advogado:Charles Marcio Zimmermann (OAB/RO 2733), Ana Carolina Simões Campos Sallé (OAB/RO 5608), Cláudia Maria Soares (OAB/RO 4527), Charles Marcio Zimmermann (OAB/RO 2733), Ana Carolina Simões Campos Sallé (OAB/RO 5608), Charles Marcio Zimmermann (OAB/RO 2733), Ana Carolina Simões Campos Sallé (OAB/RO 5608), Charles Marcio Zimmermann (OAB/RO 2733), Ana Carolina Simões Campos Sallé (OAB/RO 5608)
Requerido:Banco do Brasil S/A
Advogado:Louise Rainer Pereira Gionédis (PR 8123), Maria Heloísa Bisca Bernardi (RO 5758), Sérvio Túlio de Barcelos (OAB/RO 6673), José Arnaldo Janssen Nogueira (A OAB/RO 6676), Renan Thiago Pasqualotto Silva (OAB/RO 6017)
DESPACHO:
Conforme consta da petição de fls. 365 a requerente Julia Beatriz Parra ainda não procedeu o levantamento do alvará.Manifeste-se o requerente, no prazo de cinco dias. Intime-se. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0006205-29.2014.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Diságua Distribuidora de Abrasivos Guarujá Ltda
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Vagner Schimidt
Advogado:Antônio de Alencar Souza (OAB/RO 1.904), José Eudes Alves Pereira (OAB/RO 2897), Carla Regina Schons (OAB/RO 3900)
DESPACHO:
Defiro a expedição de ofício ao IDARON para que informe ao juízo a existência de semoventes em nome do executado Vagner Schimidt, CPF 938.088.522-91.Serve a presente de ofício. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0000849-56.2014.8.22.0013
Ação:Arresto
Arrestante:Central Agricola Ltda Epp
Advogado:Sandro Ricardo Salonski Martins (OAB/RO 1084), Renato Avelino de Oliveira Neto (RO 3249), Silvane Secagno (PR 46733), Eliane Gonçalves Facinni Lemos (OAB-RO 1.135)
Arrestado:Osvaldo Serafim de Matias, Ner Fagundes da Silva, Maria Abadia da Silva
Advogado:Marianne A. e Vieira de Freitas Pereira.. (RO 3046), Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Marcio Henrique da Silva Mezzomo (OAB/RO 5836), Josemario Secco (RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568), Josemario Secco (RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
DESPACHO:
Intime-se o arrestante a dar andamento ao feito, no prazo de cinco dias. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0007841-30.2014.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edvaldo Martins dos Santos
Advogado:Maria Gonçalves de Souza Colombo (OAB/RO 3371), José Luiz Paulúcio (OAB/RO 3457), Eustáquio Machado (OAB/RO 3657), Cristiano Alves de Oliveira Valim (OAB/RO 5813)
Requerido:Banco Bradesco S/a
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
DESPACHO:
'Expeça-se alvará em favor do exequente dos valores depoistados pela parte requerida. Após, observadas as formalidades legais, nada mais havendo, arquivem-se os autos. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0011782-85.2014.8.22.0014
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Serviço Autônomo de Águas e Esgotos de Vilhena SAAE
Advogado:Procurador Municipal (NBO 020)
Executado:Supermercado Brambila Ltda

Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Diga o exequente quanto ao andamento do feito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. Intimem-se. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0012753-70.2014.8.22.0014
Ação:Inventário
Requerente:Marilete Maria Burgin, Fábio Henrique da Cunha, FabrÍcio Burgin da Cunha, Fernando Augusto da Cunha, Rosi Meire da Cunha, Claudia Regina da Cunha, Vitalino Teodoro da Cunha Júnior
Advogado:Lairce Martins de Souza (OAB/RO 3041), Newton Schramm de Souza (OAB/RO 2947), Antônio Eduardo Schramm de Souza (OAB/RO 4001), Amanda Iara Tachini de Almeida (OAB/RO 3146), Vera Lúcia Paixão (OAB-RO 206/RO), João Pedro Tosatti Montenegro (OAB/RO 7194), Newton Schramm de Souza (OAB/RO 2947), Antônio Eduardo Schramm de Souza (OAB/RO 4001), Amanda Iara Tachini de Almeida (OAB/RO 3146), Vera Lúcia Paixão (OAB-RO 206/RO), João Pedro Tosatti Montenegro (OAB/RO 7194), Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3047), Débora Mailho (OAB/RO 6259)
Inventariado:Vitalino Teodoro da Cunha
Advogado:Débora Mailho (OAB/RO 6259), Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3047)
DESPACHO:
Intimem-se os demais herdeiros a se manifestarem quanto à petição de fls. 422-427, no prazo de cinco dias. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0013226-56.2014.8.22.0014
Ação:Inventário
Requerente:Joana Siqueira Barbosa, Rodnei Pereira Santo, Heverton Pereira Santo, Cleber Pereira Santo, Bruno Pereira Santo, Patrick Siqueira Santo, Diógenes Siqueira Santo
Advogado:Klinger Nogueira da Rocha (RO 3724), Agenor Roberto Catoci Barbosa (OAB-RO 318/A), Klinger Nogueira da Rocha (RO 3724), Agenor Roberto Catoci Barbosa (OAB-RO 318/A), Klinger Nogueira da Rocha (RO 3724), Agenor Roberto Catoci Barbosa (OAB-RO 318/A), Klinger Nogueira da Rocha (OAB/RO 3724), Agenor Roberto Catoci Barbosa (OAB-RO 318/A), Klinger Nogueira da Rocha (OAB/RO 3724), Agenor Roberto Catoci Barbosa (OAB-RO 318/A), Klinger Nogueira da Rocha (OAB/RO 3724)
Inventariado:Espólio de Walter Augusto do EspÍrito Santo
DESPACHO:
Intime-se Rodnei Pereira Santo a assinar o termo de inventariante. Um dos patronos do inventariante renunciou aos poderes a ele outorgados. No entanto, seus interesses serão representados pelo outro advogado constituído. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0013265-53.2014.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena Sicredi Univales Mt
Advogado:Greicis André Biazussi (OAB/RO 1542), Fernando César Volpini (OAB/RO 610), Marta Inês Filippi Chiella (OAB/RO 5101)
Executado:L. C. Fernandes Transportes Me, Luiz Carlos Fernandes
Advogado:Marcio Henrique da Silva Mezzomo (OAB/RO 5836)
DESPACHO:
Diga o exequente quanto ao andamento do feito, no prazo de cinco dias. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0020736-62.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco do Brasil S/a
Advogado:Rafael Sganzerla Durand (OAB/SP 211648), Michele Marques Rosato (OAB/RO 3645)
Executado:Uni Pneus Serviços de Recapagem Ltda ME, Valdeni Souza Silva, Geane Souza Paula
DESPACHO:
Defiro o sobrestamento do feito por 45 (quarenta e cinco) dias. Decorrido o prazo, intime-se a parte exequente a manifestar-se quanto ao prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017. Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0001165-71.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Maria Aparecida Almeida Jacob
Advogado:Danielle Rosas Garcez Bonifácio de Melo Dias (OAB/RO 2353), Roberto Berttoni Cidade (OAB/SP 213787)
Executado:Autovema Veículos Ltda
Advogado:José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1748)
DESPACHO:
Aguarde-se cumprimento do acordo. Intimem-se. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0003649-59.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Magazine Minozzo Ltda - EPP
Advogado:Kerson Nascimento de Carvalho (OAB/RO 3384), Marlon Vinicius Gonçalves Facio (OAB/RO 5557)
Executado:Paulo Kithaulu
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
DETERMINO a suspensão do processo pelo prazo de 1 ano, durante o qual não correrá a prescrição, nos termos do art. 921, §§ 1º e 2º, do CPC. Decorrido o prazo de 01 ano sem que o exequente localize e informe nos autos bens penhoráveis, começará a correr o prazo de prescrição intercorrente (CPC, art. 921, §4º). Na referida hipótese, desde já determino o arquivamento dos autos, os quais poderão ser desarquivados a qualquer tempo, desde que encontrados bens penhoráveis (CPC, art. 921, §3º). Ocorrendo a prescrição intercorrente, o que será certificado pela serventia, intimem-se as partes para se manifestarem no prazo de 15 dias (CPC, art. 921, §5º). Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0005504-73.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Diságua Distribuidora de Abrasivos Guarujá Ltda
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Anderson Marcon
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Segue anexa tela contendo o endereço do executado. Diga o exequente em 05 (cinco) dias quanto ao prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0010554-80.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pato Branco Alimentos Ltda.
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Eliete A. Brito Me, Eliete Arriate de Brito
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Segue anexa tela contendo o endereço dos executados. Diga o exequente em 05 (cinco) dias quanto ao prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0000312-23.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Transjamantão Transportes Rodoviários Ltda Me
Advogado:Anderson Ballin (OAB/RO 5568), Josemário Secco (OAB/RO 724)
Executado:J. G. Santana Me
Advogado:Defensoria Pública de Vilhena ( )
DESPACHO:
Aguarde-se DECISÃO quanto ao incidente de desconsideração da personalidade jurídica, distribuído sob n. 7000683-91.2017.8.22.0014. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017. Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0002442-83.2015.8.22.0014
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente:Transportadora Planalto Ltda
Advogado:Maria José Ferreira Miguel Farias (OAB/RO 5695), Emerson Luiz Mattos Pereira (OAB/SP 257627), André Coelho Junqueira (OAB/RO 6485), Joni Frank Ueda (OAB/RO 5687), Maria Carolina de Freitas Rosa Fuzaro (6125)
Requerido:Magrão Auto Peças Diesel
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Defiro o sobrestamento do feito por 90 (noventa) dias. Decorrido o prazo, intime-se a parte autora a dar andamento ao feito em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0003730-66.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Pato Branco Alimentos Ltda Filial
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724)
Requerido:Lúcia Boiko, Claudemir de Camargo
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Proceda-se tentativa de citação dos requeridos no endereço constante na tela anexa. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0004604-51.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/a
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Executado:M. V. Duarte Me
DESPACHO:
Nos termos do art. 17 da Lei 3.896/16, intime-se o exequente a proceder ao recolhimento do valor da diligência pretendida. Intimem-se Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0004605-36.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/a
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Executado:M. V. Duarte Me
DESPACHO:
Nos termos do art. 17 da Lei 3.896/16, intime-se o exequente a proceder ao recolhimento do valor da diligência pretendida. Intimem-se Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito
Maria José Madeira Gavazzoni

Escrivã Judicial

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível
Comarca de Vilhena
3ª vara cível
Cartório da 3ª vara Cível
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
JUIZ: Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral
vinicius@tj.ro.gov.br
ESCRIVÃ: Genair Goretti de Morais
vha3civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0050060-05.2007.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Espolio de Francisco Assis Cruz, Gilson Ely Chaves de Matos, Estevan Soletti
Executado:Formulaink Indústria de Suprimentos para Informática Ltda ME, Antônio Ferreira Guedes, Maria Aparecida de Moraes do Nascimento
Advogado:Fernando César Volpini (OAB/RO 610), Fábia Moraes do Nascimento (OAB/SP 155440), Anna Maria Cormes Buccelli (OAB/SP 258430)
Parte retirada do po:Conesul Informática Ltda - Me, Francisco Assis Cruz
Advogado:Estevan Soletti (OAB/RO 3702), Gilson Ely Chaves de Matos (RO 1733), Estevan Soletti (OAB/MT 10063)
Certidão da Escrivania:
Intimar a parte autora, por via seu advogado para no prazo de 05 (cinco) dias, retirar o edital de citação e comprovar o recolhimento de despesas e ou custas processuais

Proc.: 0007842-78.2015.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:J. M. Ramos Fernandes & Cia Ltda
Advogado:Carla Falcão Rodrigues (OAB/RO 616), Michele Machado Lopes (OAB/RO 6304)
Requerido:Leonarda Monteiro Bonatto
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
Certidão da Escrivania:
Intimar a parte autora, por via seu adogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, retirar o edital e comprovar o recolhimento de despesas e ou custas processuais.

Proc.: 0004831-17.2010.8.22.0014
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:T. M. O. dos S. R. O. dos S.
Advogado:Odair Flauzino de Moraes (OAB/RO 115A), Elias Malek Hanna (OAB-RO 356-B), Fernando César Volpini (OAB/RO 610), Greicis André Biazussi (OAB/RO 1542), Priscila Sagrado Uchida (RO 5255), Sérgio Abrahão Elias (OAB/RO 1223), Mirella Cavalcanti (OAB/RO 364B), Greicis André Biazussi (OAB/RO 1542), Fernando César Volpini (OAB/RO 610), Elias Malek Hanna (OAB-RO 356-B), Odair Flauzino de Moraes (OAB/RO 115A), Sérgio Abrahão Elias (OAB/RO 1223), Priscila Sagrado Uchida (RO 5255)
Executado:J. dos S.
Certidão da Escrivania:
7. Intimar a parte autora, via seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, retirar o edital e comprovar o recolhimento de despesas e ou custas processuais.

Proc.: 0006565-61.2014.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul da Amazônia Ltda Sicoob Credisul
Advogado:Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562), Agenor Martins (OAB/RO 654A), José da Cruz Del Pino (OAB/RO 6277)

Executado:Keyla Teixeira de Gois
Certidão da Escrivania:
7. Intimar a parte autora, via seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, retirar o edital e comprovar o recolhimento de despesas e ou custas processuais.

Proc.: 0009527-96.2010.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:João Severiano de Souza Neto
Advogado:Antônio de Alencar Souza (OAB/RO 1.904), José Eudes Alves Pereira (OAB/RO 2897), Carla Regina Schons (OAB/RO 3900)
Requerido:Banco do Brasil S/A
Advogado:Sérvio Túlio de Barcelos (OAB/RO 6673)
Certidão da Escrivania:
19. Intimar a parte requerida, por via seu advogado, para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se no processo cujo desarquivamento foi deferido. Decorrido o prazo sem manifestação, arquive-se.

Proc.: 0008803-19.2015.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Pato Branco Alimentos Ltda Filial
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Requerido:Luzia Aparecida de Oliveira Pacheco
Certidão da Escrivania:
Fica a parte autora, via seu advogado, intimada para efetuar o pagemento das custas processuais finais no valor de R$ 20,26 (vinte reais e vinte e seis centavos) atualizado até a data de 27/09/2016, no prazo de 15 dias, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa.

Proc.: 0007718-95.2015.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Charlene Pneus Ltda
Advogado:Greicis André Biazussi (OAB/RO 1542), Fernando César Volpini (OAB/RO 610)
Requerido:José Franculino Capitó
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
.....Após, vista ao autor.Vilhena-RO, quinta-feira, 4 de agosto de 2016.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0003452-65.2015.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Alexandre Martendal
Advogado:Andréa Leporacci Soares Figueiredo (OAB/RO 1536), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562), José da Cruz Del Pino (OAB/RO 6277)
Requerido:Rma Agropecuária Ltda
DESPACHO:
.....Após, vista ao autor.Vilhena-RO, quarta-feira, 24 de agosto de 2016.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0012201-13.2011.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:André Nichio Alves
Advogado:Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
Certidão da Escrivania:
12. Intimar a parte AUTORA para se manifestar, em 5 (cinco) dias, acerca da petição juntada.

Proc.: 0005217-71.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Fuck Distribuidora de Auto Peças Ltda
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681)
Executado:A C Costa e Cia Ltda Me
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
Edital - Publicar:
3ª Vara Cível
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 20 dias
Processo:0005217-71.2015.8.22.0014
Classe:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:FUCK DISTRIBUIDORA AUTO PEÇAS LTDA
Executado:A. C. COSTA E CIA LTDA ME
Valor da Ação:R$ 2.075,77 (em 28/05/2015)
FINALIDADE: CITAÇÃO de A. C. COSTA E CIA LTDA ME, CNPJ 13.273.562/0001-50, na pessoa de seu representante legal, atualmente em local incerto e não sabido, para no prazo de 03 (três) dias, pagar a importância devida, sob pena de, não o fazendo, serem-lhe penhorados tantos de seus bens quantos bastem para garantir a execução. Cientifique-se que o prazo para opor embargos é de 15 (quinze) dias. Honorários fixados em 10% (dez por cento) do valor da causa.Sede do Juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim AméricaCEP: 76980-000 - Vilhena/RO - Fone (69) 321-2340, 321-3184 e 321-3182.Vilhena-RO, 19 de janeiro de 2017.(documento assinado digitalmente)Genair Goretti de MoraisEscrivã Judicial

Proc.: 0009688-33.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul da Amazônia Ltda Sicoob Credisul
Advogado:José da Cruz Del Pino (OAB/RO 6277), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
Executado:Laudeci Salvador dos Santos, Nilton Cesar Castaman, Sônia Cássia Leite Coelho
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0008807-95.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Correa Center Motos Ltda
Advogado:Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375)
Executado:Fernando Arildo da Rocha
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0008806-13.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Correa Center Motos Ltda
Advogado:Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375)
Requerido:Fernando Arildo da Rocha
Carta precatória - retirar:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0003860-32.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Vicente Leão Comércio de Combustível Ltda
Advogado:Lyssia Santos Hernandes (OAB/RO 3042), Fernando César Volpini (OAB/RO 610)
Requerido:Maria de Nazare Brasil Amaral
Carta precatória - retirar:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0073710-81.2007.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Angélica Domingues de Oliveira
Advogado:Leandro Marcio Pedot (OAB/RO 2022), Josemario Secco (RO 724)

Executado:HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo
Advogado:Roberto Ângelo Gonçalves (OAB/RO 1025), Joaquim Fábio Mielli Camargo (OAB/MT 2680), Renato Spadoto Righetti (OAB/RO 1198), Antonio Braz da Silva (OAB/PE 12450)
Certidão da escrivania:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0003713-98.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Felipe Comércio de Confecções e Calçados Ltda
Advogado:Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375), Eduardo Campagnolo Hartmann (OAB/RO 6198)
Requerido:Banco Bradesco S/a, Rogério Feitosoa de Souza
Advogado:Mariane Macarevich (OAB/RS 30264), Rosângela da Rosa Corrêa (OAB/RS 30820), Gilvan Rocha Filho (OAB/RO 2650)
DESPACHO:
Para depoimento pessoal dos requeridos Rogério e Banco Bradesco por representante que detenha conhecimento dos fatos e, para oitiva da única testemunha arrolada pelo autor Dalila (fl. 153) designo audiência de instrução e julgamento para o dia 21/03/2017, às 10 horas.Em audiência manifestar-me-ei sobre a realização da perícia.Intimem-se partes, advogados e testemunha. Vilhena-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0004993-41.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Pato Branco Alimentos Ltda Filial
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Requerido:Solange Aparecida Cobra
Advogado:Não Informado ( )
SENTENÇA:
Pato Branco Alimentos Ltda. propôs execução de título extrajudicial em face de Solange Aparecida Cobra.Houve penhora de dinheiro via Bacenjud em conta de titularidade do devedor em valores suficientes para satisfação da execução (fl. 96). Devidamente intimada a executada não se opôs à penhora. Incabível por óbvio o leilão do bem penhorado. Expeça-se alvará em benefício do exequente.Ante a Satisfação da Obrigação julgo Extinta a Execução com fundamento no artigo 924, II do CPC/2015.Custas pela executada. Publicação e registros automáticos. Intimem-se, inclusive a executada para pagamento das custas. Não comprovado o recolhimento, inscreva-se em dívida ativa e arquivem-se os autos.Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0006990-25.2013.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Pato Branco Alimentos Ltda Filial
Advogado:Anderson Ballin (OAB/RO 5568), Josemário Secco (OAB/RO 724)
Executado:Ederson Luiz Rodrigues Martins
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
SENTENÇA:
Pato Branco Alimentos Ltda. propôs procedimento de cumprimento de SENTENÇA em face de Ederson Luiz Rodrigues Martins.Houve penhora de dinheiro via Bacenjud em conta de titularidade do devedor em valores suficientes para satisfação da execução (fl. 58). Devidamente intimada a executada quedou-se inerte. Incabível por óbvio o leilão do bem penhorado. Expeça-se alvará em benefício do exequente.Ante a Satisfação da Obrigação julgo Extinta a Execução com fundamento no artigo 924, II do CPC/2015.Custas pela executada. Publicação e registros automáticos. Intimem-se, inclusive a executada para pagamento das custas. Não comprovado o recolhimento, inscreva-se em dívida ativa e arquivem-se os autos. Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0008081-82.2015.8.22.0014
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 20 dias
Processo:0008081-82.2015.8.22.0014
Classe:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:GIRAPÉ ESTILO LTDA EPP
Advogado:Rayanna Louzada Neves - OAB/RO 5349
Executado:GISELE LAUEFFER DOS SANTOS
Valor da Ação:R$ 792,56 (em 22/08/2015)
FINALIDADE: CITAÇÃO de GISELE LAUEFFER DOS SANTOS CPF 009.615.352-02, atualmente em local incerto e não sabido, para no prazo de 03 (três) dias, pagar a importância devida, sob pena de, não o fazendo, serem-lhe penhorados tantos de seus bens quantos bastem para garantir a execução. Cientifique-se que o prazo para opor embargos é de 15 (quinze) dias. Honorários fixados em 10% (dez por cento) do valor da causa.
Sede do Juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América
CEP: 76980-000 - Vilhena/RO - Fone (69) 321-2340, 321-3184 e 321-3182.
Vilhena-RO, 29 de agosto de 2016.
(documento assinado digitalmente)
Genair Goretti de Morais
Escrivã Judicial
Genair Goretti de Morais
Escrivã Judicial

PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIAVilhena - 3ª Vara CívelAv. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 DIAS
Processo: 7004856-95.2016.8.22.0014
Polo Ativo: FERNANDA ALVES FANECO
Polo Passivo: JOSÉ MARQUES FERREIRA e outros
Valor da Causa: R$ 69.178,50
FINALIDADE: CITAÇÃO do requerido VILMAR DA SILVA FERREIRA, brasileiro, maior, atualmente em local incerto e não sabido, para tomar conhecimento da presente ação e, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, desde que o faça por intermédio de advogado.
ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor.
Vilhena/RO, 25 de janeiro de 2017
GENAIR GORETTI DE MORAIS
Escrivã Judicial

PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIAVilhena - 3ª Vara CívelAv. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL PARA PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 886 do CPC.
O Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Vilhena/RO, torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito e referente à Execução que se menciona.
Processo: 7007184-95.2016.8.22.0014
Classe: FAMÍLIA- EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)
Polo Ativo: EXEQUENTE: CINTIA THAIS RODRIGUES SOARES
Polo Passivo: EXECUTADO: PABLO HENRIQUE PENHA SILVA
Valor da Causa: R$ 560,75
DESCRIÇÃO DO BEM:
01 (uma) geladeira, marca Consul, degelo seco, cor branca, modelo CRA30FBANA10, Série JA3508494, em bom estado de conservação, avaliado em R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).
LOCALIZAÇÃO DO BEM (art. 886, III, CPC):
- Endereço: Av. Tancredo Neves, n. 1923, Chupinguaia/RO.

INFORMAÇÃO: Nos autos não constam provas de existência ônus e/ou recursos pendentes sobre o bem penhorado.
1º LEILÃO: 06/03/2017, às 09 horas.
2º LEILÃO: 17/06/2017, às 09 horas.
OBSERVAÇÃO 1: O leilão será realizado de modo presencial no átrio do Fórum desta Comarca.
OBSERVAÇÃO 2: Se o executado for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio edital de leilão (art. 889, parágrafo único, CPC).
COMUNICAÇÃO: Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda a fim de que o mesmo seja arrematado por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
Vilhena/RO, 6 de fevereiro de 2017
Genair Goretti de Morais
Escrivã Judicial

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(Prazo: 20 dias)
Processo: 7002176-74.2015.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: POP MODAS COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI - EPP
EXECUTADO: JEFERSON DA SILVA OLIVEIRA CARVALHO
Valor da Causa: R$ 726,40
FINALIDADE: INTIMAÇÃO de JEFERSON DA SILVA OLIVEIRA CARVALHO, brasileiro, inscrito no CPF sob n. 844.735.502-06, atualmente em local incerto e não sabido, para pagar o débito em 15 dias, ficando advertido que não procedendo ao pagamento voluntário o débito será acrescido de honorários advocatícios de 10% e também de multa de 10% (CPC/2015, art. 523).
ADVERTÊNCIA: Não efetuado pagamento voluntário será desde logo seguido os atos de expropriação. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente nos próprios autos sua impugnação (art.525).
19 de dezembro de 2016
Genair Goretti de Morais
Escrivã Judicial

PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIAVilhena - 3ª Vara CívelAv. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 DIAS
Processo: 7001544-14.2016.8.22.0014
Polo Ativo: MPRO - MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: INCORPORADORA ORLEANS LTDA - EPP e outros (4)
Valor da Causa: R$ 300.000,00
FINALIDADE: CITAÇÃO de WILSON DE OLIVEIRA MAGALHAES, CPF: 657.666.602-00, atualmente em local incerto e não sabido, para tomar conhecimento da presente ação e, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, desde que o faça por intermédio de advogado.
ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor.
Vilhena/RO, 2 de fevereiro de 2017
GENAIR GORETTI DE MORAIS
Escrivã Judicial

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
NOTIFICAÇÃO
Processo nº 7008084-78.2016.8.22.0014
3ª Vara Cível de Vilhena
Autor: R & S COM E TRANSPORTES DE MATERIAIS P/ CONSTRUCAO LTDA
Réu: AMIZAEL ROBSON DA SILVA FELIX
Fica a parte Requerida notificada para o recolhimento da importância de R$ 518,29 (atualizada até a data de 07/02/2017), a título de custas do processo em epígrafe, no prazo de 15 (quinze) dias.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na dívida ativa.
Assinatura Digital
HERBERT YURI FIGUEIREDO REZENDE
Técnico Judiciário

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
E-mail:vha4civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0085973-77.2009.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Joice Mara Possamai
Advogado:Fabiane Borges Faria (OAB/RO 3594), Sérgio Abrahão Elias (OAB/RO 1223), Priscila Sagrado Uchida (RO 5255)
Denunciado:Ronnie Gordon Bardales, Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A
Advogado:Glória Chris Gordon (OAB/RO 3399), Francisco Lopes da Silva (OAB/RO 3772), Jaime Augusto Freire de Carvalho Marques (OAB BA 9446)
DESPACHO:
Indefiro os pedidos de fls. 6548657 e mantenho DECISÃO de fl. 643.Diante da manifestação da exequente, por ora, mantenho a restrição no sistema Renajud do veículo VW/Voyage 1.0m, placa NDO -8380, tendo em vista que o executado não apresentou bens para garantia da execução, bem como não ficou comprovado que o veículo pertence a terceiro.Intime-se novamente o executado, por meio de sua advogada, para indicar bens passíveis de penhora, no prazo de cinco dias, sob pena de ato atentatório, conforme DESPACHO de fl. 643.Designo o dia 17/02/2017, às 11h para audiência de tentativa de conciliação, na Sala do CEJUSC.Ficam as partes intimadas da audiência, por meio de seus advogados. Intimem-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 23 de janeiro de 2017. Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0008116-42.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Welington Ramos da Silva
Advogado:Aleteia Michel Rossi (OAB/RO 3396), Ruth Balcon Scalcon (OAB/RO 3454), Gustavo Jose Seibert Fernandes da Silva (OAB/RO 6825), Deivide Stefani Caçula Arcoverde (OAB - PROV 8396)
Executado:Ilma Celestino dos Santos
DESPACHO:
Indefiro o pedido de fl.30, tendo em vista que a suspensão requerida não está elencada em nenhum dos casos do artigo 313 do CPC/2015.Prazo de 10 dias.Vilhena-RO, segunda-feira, 23 de janeiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0003123-58.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Charlene Pneus Ltda
Advogado:Kathiane Antonia de Oliveira Gois Menezes (OAB/RO 4834), Greicis André Biazussi (OAB-RO 1542)
Executado:Madeireira Vitória Regia Ltda Me
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Suspendo os autos até DECISÃO do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.Vilhena-RO, segunda-feira, 23 de janeiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0007752-46.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:E. G. Rangel Me
Advogado:Carla Falcão Rodrigues (OAB/RO 616A), Michele Machado Lopes (OAB/RO 6304)
Executado:Hélia Gonçalves
Advogado:Josângela Mayara Ferreira Rodrigues (OAB-RO 5909), Carina Batista Hurtado (OAB/RO 3870), Fabiana Oliveira Costa (RO 3445)
DESPACHO:
Considerando a certidão de fl. 204, que informa que a Advogada da parte exequente levou o processo em carga e não o devolveu dentro do prazo legal, fica a mesma vedada de retirar os autos em carga.Intime-se a parte exequente para informar quais são as medidas expropriatórias que pretende, no prazo de 05 dias. Vilhena-RO, segunda-feira, 23 de janeiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0001224-93.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Nexus Informática Ltda Me
Advogado:Lyssia Santos Hernandes (OAB/RO 3042)
Executado:Marli Tesch
DESPACHO:
Considerando o art. 17 do Regimento de Custas, Lei n. 3.896/2016, que determina o pagamento de diligência para buscas de endereços, bloqueio de bens, quebra de sigilo fiscal, telemático e assemelhados, ainda que por meio eletrônico, intime-se a parte autora para comprovar o pagamento da diligência, no valor de R$15,00 (quinze reais) para cada uma delas.Prazo de 05 dias. Vilhena-RO, segunda-feira, 23 de janeiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0002012-05.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/a
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado:Marcos Alessandro Souza Santiago
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Em consulta ao sistema RenaJud, não foi encontrado veículo cadastrado em nome do executado.Defiro a quebra do sigilo fiscal. Procedi a consulta por meio do sistema INFOJUD, que deverão ser arquivadas em pasta própria, para manuseio somente dos advogados das partes e no cartório, vedada a extração de cópias, devendo ser certificado nos autos o comparecimento de qualquer das partes para verificar os documentos.Os documentos ficarão disponíveis por dez dias. Decorrido o prazo deverão ser inutilizados. Intime-se.Vilhena-RO, terça-feira, 24 de janeiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0009967-53.2014.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Maurilio Baltazar Rocha
Advogado:Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375), Rafael Maziero (RO 5811), Eduardo Campagnolo Hartmann (OAB/RO 6198)
Executado:Clemilson Dermani
DESPACHO:
Nos termos do artigo 17, da Lei 3896/16 (Regimento de Custas), para realização de bloqueio de bens, a parte autora deverá comprovar o pagamento das diligências.Prazo de dez dias.Vilhena-RO, quarta-feira, 25 de janeiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0008309-57.2015.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cleiton Domingues Lopes
Advogado:Débora Mailho (OAB/RO 6259), Rosângela Cipriano dos Santos (RO 4364)
Requerido:Cvc Brasil Operadora e Agência de Viagens S.a, VRG Linhas Aéreas S.A
Advogado:Gustavo Viseu (OAB/SP 117417), Osvaldo Pereira Ribeiro (OAB/RO 5869), Marcio Vinícius Costa Pereira (OAB/RJ 84367)
DESPACHO:
Expeça-se alvará em favor da parte autora dos valores depositados nos autos.Após, sem requerimentos arquivem-se os autos.Vilhena-RO, quarta-feira, 25 de janeiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0008070-87.2014.8.22.0014
Ação:Ação Civil Pública
Requerente:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça do Estado de Rondônia (Não informado)
Requerido:Construtora Morena Sul Ltda, Moacir Silva, Waldete Zafanelli do Amaral Silva, Município de Vilhena
Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551), Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (SSP-RO 3046), Marcio Henrique da Silva Mezzomo (OAB/RO 5836), Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Intime-se o Sr. Perito para, no prazo de 15 dias, complementar o laudo pericial, respondendo aos quesitos 17, 18 e 19, apresentados pelo Ministério Público à fl. 334.Oficie-se ao Escritório Regional da SEDAM em Vilhena-RO, requisitando a realização de vistoria no loteamento Novo Horizonte e elaboração de relatório respondendo só quesitos apresentados pelas partes, conforme requerido no parecer ministerial de fls. 372 e 373. Laudo no prazo de 30 dias. Vilhena-RO, quarta-feira, 25 de janeiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0009994-07.2012.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Sheila Arrigo
Advogado:Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375)
Executado:Farmácia América Ltda EPP
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765), Carlos Alberto Vieira da Rocha (RO 4741)
DECISÃO:
Nos termos do artigo 134, §3º do NCPC, suspendo o processo até DECISÃO do incidente.Vilhena-RO, quarta-feira, 25 de janeiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0003060-33.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/a
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado:Tsa Transportes e Logistica Eireli, Orlandina Borchardt
Advogado:Gilson Ely Chaves de Matos (OAB-RO 1733), Estevan Soletti (OAB/RO 3702), Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Procedi a transferência do valor penhorado, conforme extrato anexo.O valor R$14,03 foi desbloqueado, nesta data, tendo em vista que não é suficiente nem para pagamento das custas processuais (artigo 836 do CPC).Expeça-se alvará em favor da parte exequente do valor transferido.Após, intime-se a parte exequente para comprovar o valor levantado e requerer o que de direito, apresentando o valor do débito atualizado e discriminando o crédito remanescente, sob pena de ser considerada renúncia tácita e satisfação da execução, no prazo de cinco dias.Vilhena-RO, quarta-feira, 25 de janeiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0013504-91.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cerâmica Santo Augusto Ltda
Advogado:Kerson Nascimento de Carvalho (OAB/RO 3384), Bruna de Lima Pereira (OAB/RO 6298)

Executado:O da Silva Vaz Me
DECISÃO:
Suspendo o processo por 01 (um) ano (artigo 921, inciso III, CPC/2015).Decorrido o prazo de um ano sem que sejam localizados bens penhoráveis, remetam-se os autos para arquivo provisório. Os autos serão desarquivados para prosseguimento da execução se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis.Nos termos do artigo 921, § 4º do CPC, sem manifestação do exequente pelo prazo de um ano, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente. Vilhena-RO, quarta-feira, 25 de janeiro de 2017. Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0013489-25.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rafael Valentin Raduan Miguel
Advogado:Felipe Parro Jaquier (OAB/RO 5977)
Requerido:Banco do Brasil S/A
Advogado:Louise Rainer Pereira Gionédis (PR 8123)
DESPACHO:
Expeça-se alvará em favor do Banco do Brasil S/A dos valores depositados nos autos.Após, sem requerimentos retornem-se os autos para o arquivo.Vilhena-RO, quarta-feira, 25 de janeiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0000670-56.2013.8.22.0014
Ação:Inventário
Requerente:Rosiani da Mota Garcia, Wesley Victor Garcia Silva, Allam Garcia Silva, Wildson Garcia Silva, Gislêne Cristina da Silva, Edmilson Pereira da Silva Junior
Advogado:Tulio Magnus de Mello Leonardo (OAB/RO 5284), Lairce Martins de Souza (OAB/RO 3041), Osvaldo Pereira Ribeiro (OAB/RO 5869), Elivania Fernandes de Lima (OAB/RO 5433), Pamela Daiana Abdalla Costa Ghisi (RO 5916), Tulio Magnus de Mello Leonardo (OAB/RO 5284), Priscila de Souza Ribeiro (OAB/RO 6067), Mário Vitor Venâncio Machado (OAB/RO 7463), Priscila de Souza Ribeiro (OAB/RO 6067)
Inventariado:Edimilson Pereira da Silva
DESPACHO:
Oficie-se ao Banco Bradesco, agência 1389-7, solicitando que informe quantas parcelas foram pagas e qual o valor restante para quitação do empréstimo efetuado na conta da inventariante nº 0563890-9, conforme requerido à fl. 550. Vilhena-RO, quarta-feira, 25 de janeiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0008930-93.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Amanda Iara Tachini de Almeida
Advogado:Amanda Iara Tachini de Almeida (OAB/RO 3146)
Executado:Maria Augustinha Varela Mansano
DESPACHO:
Considerando o art. 17 do Regimento de Custas, Lei n. 3.896/2016, que determina o pagamento de diligência para buscas de endereços, bloqueio de bens, quebra de sigilo fiscal, telemático e assemelhados, ainda que por meio eletrônico, intime-se a parte autora para comprovar o pagamento da diligência, no valor de R$15,00 (quinze reais) para cada uma delas.Prazo de cinco dias. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0010367-72.2011.8.22.0014
Ação:Inventário
Requerente:João Raimundo da Silva, Odete Alves Moreira da Silva, Pedro Raimundo da Silva, Geni Rodrigues da Silva, José Raimundo da Silva Filho, Maria Vieira Hipolito Neta da Silva, Cesar Raimundo da Silva, Samuel Raimundo da Silva, Adriana Soares da Silva, Marta Elena da Silva, Maria Helena da Silva, Luis Felipe Silva Perreira, Ana Maria da Silva, Mariana Raimunda da Silva, Davi Raimundo da Silva, Maria Conceição Pereira
Advogado:Carmem Roberta Pietrobon (RO 3266), Carmem Roberto Pietrobon (RO 3266), Alexandre de Melo (OAB/SP 201860)
Requerido:José Raimundo da Silva
DESPACHO:
Proceda-se a transferência dos valores existentes para a herdeira Maria Conceição Pereira, como determinado à fl. 375.Expeça-se formal de partilha.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0005311-92.2010.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Carlos Luiz Fuck
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681)
Executado:José Caputi
DESPACHO:
Nos termos do artigo 17, da Lei 3896/16 (Regimento de Custas), para realização de quebra de sigilo fiscal, a parte autora deverá comprovar o pagamento da diligência.Prazo de dez dias.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0005007-93.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Fuck Distribuidora de Auto Peças Ltda
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681)
Executado:Rondopet Indústria Comércio e Transportes Ltda., Gilciane Cordeiro Vieira, Nacilvio Godart
DESPACHO:
Nos termos do artigo 17, da Lei 3896/16 (Regimento de Custas), para realização de quebra de sigilo fiscal, a parte autora deverá comprovar o pagamento da diligência.Prazo de dez dias.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0006576-95.2011.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Livraria e Papelaria Aquarela Ltda
Advogado:Antônio de Alencar Souza (OAB/RO 1.904), José Eudes Alves Pereira (OAB/RO 2897), Carla Regina Schons (OAB/RO 3900)
Requerido:Banco do Brasil S/A
Advogado:Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911), Gustavo Amato Pissini (OAB/SP 261030), Rafael Sganzerla Durand (OAB/SP 211648)
DECISÃO:
Suspendo o processo por 120 (cento e vinte) dias (artigo 313, § 4º, CPC/2015). Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se o autor, na pessoa de seu procurador, para impulsionar o feito, em cinco dias. Não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para dar prosseguimento ao feito, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0075338-42.2006.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Espólio de Gleuza Rosi Rudek
Advogado:Lenoir Rubens Marcon (OAB-RO 146), Flora Maria Ribas Araújo (OAB/RO 2642)
Requerido:Miriam de Freitas, Roseli de Freitas, João Carlos de Freitas
Advogado:Odair Flauzino de Moraes (RO 53359), Elias Malek Hama ( ), Fernando César Volpini (RO 610-A), Greicis André Biazussi (OAB/RO 1542), Priscila Sagrado Uchida (RO 5255), Odair Flauzino de Moraes (RO 53359), Elias Malek Hama ( ), Fernando César Volpini (RO 610-A), Greicis André Biazussi (OAB/RO 1542), Priscila Sagrado Uchida (RO 5255), Flora Maria Ribas Araújo (OAB/RO 2642), Roberto Albuquerque Junior (OAB/RO 5590), Odair Flauzino de Moraes (RO 53359), Elias Malek Hama ( ), Fernando César Volpini (RO 610-A), Greicis André Biazussi (OAB/RO 1542), Priscila Sagrado Uchida (RO 5255)

DESPACHO:
Expeça-se novo alvará em favor da parte exequente, dos valores depositados nos autos, em nome da patrona indicada à fl. 715.Após, intime-se a parte exequente para comprovar o valor levantado e requerer o que de direito, no prazo de cinco.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0005485-67.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena Sicredi Univales Mt
Advogado:Rodolfo Corrêa da Costa (OAB/MT 861), Pedro Francisco Soares (OAB/MT 12999), Janaína Braga de Almeida (MT 13701)
Requerido:Sebastião Alexandre dos Santos
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Nos termos do artigo 17, da Lei 3896/16 (Regimento de Custas), para realização de bloqueio de bens, a parte autora deverá comprovar o pagamento da diligência.Prazo de dez dias.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0008770-05.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:D. D. de A. C. L.
Advogado:Amanda Iara Tachini de Almeida (OAB/RO 3146), Newton Schramm de Souza (OAB/RO 2947), Antônio Eduardo Schramm de Souza (OAB/RO 4001)
Executado:P. & A. L. E. C. A. J. G. A.
DESPACHO:
Considerando o art. 17 do Regimento de Custas, Lei n. 3.896/2016, que determina o pagamento de diligência para buscas de endereços, bloqueio de bens, quebra de sigilo fiscal, telemático e assemelhados, ainda que por meio eletrônico, intime-se a parte autora para comprovar o pagamento da diligência, no valor de R$15,00 (quinze reais) para cada uma delas.Prazo de cinco dias. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0008002-79.2010.8.22.0014
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Dhenifer Kawani Gonçalves Fetsch
Advogado:Raquel Lisboa Louback Vieira (OAB/RO 4493), Josângela Mayara Ferreira Rodrigues (OAB-RO 5909)
Denunciado:Jorge Luis da Silva, Transportes Futura Ltda, Bradesco Autore Companhia de Seguros
Advogado:Inês Brandi Pietrobon (OAB/RO 540A), Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681), Renato Tadeu Rondina Mandaliti. (OAB/SP 115.762)
DECISÃO:
Bradesco Auto RE Companhia de Seguros interpôs embargos de declaração, alegando que houve omissão na DECISÃO de fl. 514, por não ter determinado a intimação do Ministério Público. Recebo os embargos de declaração, porém não os acolho.Não houve determinação de intimação do Ministério Público, uma vez que às fls. 424/432 o Parquet apresentou manifestação informando que não tem interesse nos autos e não irá intervir no processo. Intimem-se. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017. Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0042770-02.2008.8.22.0014
Ação:Arrolamento de Bens
Requerente:Rogger Douglas Morais Oliveira, Rusllan Fellipe Moraes Oliveira
Advogado:Antônio de Alencar Souza (OAB/RO 1.904), José Eudes Alves Pereira (OAB/RO 2897), Regiane Alves Martins Lopes (OAB/RO 3103), Carla Regina Schons (OAB/RO 3900), Antônio de Alencar Souza (OAB/RO 1.904), José Eudes Alves Pereira (OAB/RO 2897), Regiane Alves Martins Lopes (OAB/RO 3103)
Arrolado:Maria Aparecida de Moraes
DESPACHO:
Concedo o prazo de 120 dias para a parte autora apresentar os comprovantes de pagamento do ITCD.Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se o autor, na pessoa de seu procurador, para impulsionar o feito, em cinco dias. Não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para dar prosseguimento ao feito, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0074938-91.2007.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Construtora e Metalúrgica Vanzim Ltda
Advogado:Antônio de Alencar Souza (OAB/RO 1.904), José Eudes Alves Pereira (OAB/RO 2897), Regiane Alves Martins Lopes (OAB/RO 3103)
Executado:Capital Auto Posto Ltda.
DESPACHO:
Aguarde-se o prazo de 10 dias para a parte exequente informar o andamento da carta precatória.Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se a parte exequente, na pessoa de seu procurador, para impulsionar o feito, em cinco dias. Não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte exequente para dar prosseguimento ao feito, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0123029-86.2005.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Recauchutadora de Pneus Rover Ltda
Advogado:Greicis André Biazussi (OAB/RO 1542), Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681)
Executado:Adenilso Aparecido da Silva
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Nos termos do artigo 17, da Lei 3896/16 (Regimento de Custas), para realização de busca de endereço, a parte autora deverá comprovar o pagamento da diligência.Prazo de dez dias.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0000554-26.2008.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Aparecido Augusto Almeida da Silva
Advogado:Helena Dalle Mole (OAB/RO 2.841-OAB/RO)
Requerido:Sandra Aparecida Carvalho da Silva, Valdir Botega
DESPACHO:
Considerando o art. 17 do Regimento de Custas, Lei n. 3.896/2016, que determina o pagamento de diligência para buscas de endereços, bloqueio de bens, quebra de sigilo fiscal, telemático e assemelhados, ainda que por meio eletrônico, intime-se a parte autora para comprovar o pagamento da diligência, no valor de R$15,00 (quinze reais).Prazo de cinco dias.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0003722-60.2013.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Schmitt & Cia Ltda
Advogado:Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046), Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551), Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Marcio Henrique da Silva Mezzomo (OAB/RO 5836)
Executado:Carlos Roberto de Jesus Said
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
SENTENÇA:
Schmitt & Cia Ltda ingressou com ação de execução de cumprimento de SENTENÇA contra Carlos Roberto de Jesus Said, ambos

qualificados nos autos.Tendo em vista o pedido desistência da ação de fls. 106 e 107, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, VIII, do CPC.As custas da fase de conhecimento ainda são devidas.Defiro a expedição de certidão de crédito.SENTENÇA registrada automaticamente no SAP.Transitada em julgado a presente DECISÃO, arquivem-se os autos.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0003338-97.2013.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Schmitt & Cia Ltda
Advogado:Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046), Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134)
Executado:Manoel Carlos Rodrigues de Souza
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Esclareça a parte autora se pretende a liberação do valor penhorado nos autos.No prazo de cinco dias. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0003240-15.2013.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Associação Comercial e Industrial de Vilhena - ACIV
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Allan Cohen Torres Poleto Me
DESPACHO:
Considerando o art. 17 do Regimento de Custas, Lei n. 3.896/2016, que determina o pagamento de diligência para buscas de endereços, bloqueio de bens, quebra de sigilo fiscal, telemático e assemelhados, ainda que por meio eletrônico, intime-se a parte autora para comprovar o pagamento da diligência, no valor de R$15,00 (quinze reais) para cada uma delas.Prazo de cinco dias. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0000809-08.2013.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Banco da Amazônia S/ A - Basa
Advogado:Monamares Gomes Grossi (OAB-RO 903), Gilberto Silva Bonfim (RO 1727), Lauro Lúcio Lacerda (OAB/RO 3919)
Executado:Arthur Frozoni, Carolina Torres Frozoni
Advogado:Márcio Mello Casado (OAB/SP 138047), Joaquim Ernesto Palhares (OAB/SP 129815)
DESPACHO:
Suspendo o processo por 30 (trinta) dias.Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se o autor, na pessoa de seu procurador, para impulsionar o feito, em cinco dias. Não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para dar prosseguimento ao feito, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0010412-42.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Raimundo Oliveira Lima
Advogado:Denns Deivy de Souza Garate (OAB/RO 4396), Murilo Augusto de Souza (OAB/RO 18904), Cláudia Maria Soares (OAB/RO 4527)
Requerido:Inss Instituto Nacional do Seguro Social
DESPACHO:
Intime-se o autor para informar se já foi submetido à cirurgia da qual necessita, no prazo de cinco dias.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0011208-67.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Dhiony Costa e Silva
Advogado:Valdete Tabalipa (OAB/RO 2140), José Antonio Correa (OAB/RO 5292), Claudinei Marcon Junior (OAB/RO 5510)
Requerido:E. S. de Almeida Livros Me
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DECISÃO:
Suspendo o processo por 06 (seis) meses (artigo 313, § 4º, CPC/2015). Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se o autor, na pessoa de seu procurador, para impulsionar o feito, em cinco dias. Não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para dar prosseguimento ao feito, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0005386-29.2013.8.22.0014
Ação:Inventário
Requerente:Walter Eurípedes de Aguiar, Daniela Faria de Aguiar Gottardi, Fabrício Faria de Aguiar, Vanessa Maria Faria de Aguiar
Advogado:Valdir Antoniazzi (OAB-RO 231-A)
Inventariado:Maria de Fatima de Faria Aguiar
DESPACHO:
Concedo o prazo de 15 dias para o inventariante juntar as Certidões Negativas de tributos em nome do Espólio (Municipal, Estadual e Federal).Intime-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0011881-89.2013.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Fuck Distribuidora de Auto Peças Ltda, Alex André Smaniotto
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681), Mariana Kuipers Soares (OAB/RO 5478), Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681)
Executado:Carlos Luiz Pinto, José Carlos Pinto
Advogado:Defensoria Pública de Vilhena ( )
DESPACHO:
Nos termos do artigo 17, da Lei 3896/16 (Regimento de Custas), para realização de bloqueio de bens, a parte autora deverá comprovar o pagamento da diligência.Prazo de dez dias.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0009993-85.2013.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Francisco Aparecido da Silva
Advogado:Rubens Devet Gênero (OAB/RO 3543), Rafael Cunha Raful (OAB/RO 4896), José Marcelo Cardoso de Oliveira (OAB/RO 3598)
Executado:Jaime Gonçalves Menezes
DESPACHO:
Nos termos do artigo 17, da Lei 3896/16 (Regimento de Custas), para realização de bloqueio de bens, a parte autora deverá comprovar o pagamento da diligência.Prazo de dez dias.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0007570-55.2013.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Irmãos Saldanha Indústria e Comércio de Alumínio Ltda
Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046), Marcio Henrique da Silva Mezzomo (OAB/RO 5836)
Executado:Rosimar da Silva Domingos Me
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)

DESPACHO:
A executada foi citada por edital e na fl. 88 não consta endereço da mesma.Assim, para realização de penhora deverá informar o endereço atual da executada.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0006972-04.2013.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Diságua Distribuidora de Abrasivos Guarujá Ltda
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568), Mateus Pavão (RO 6218)
Executado:Ribeiro e Silva Esquadrias Ltda., Itacir Pires Ribeiro, Laudelino Nunes da Silva
DESPACHO:
Requeira a parte exequente, no prazo de cinco dias.Intime-se. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0085759-86.2009.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Auto Posto Jamantão Ltda
Advogado:Amanda Iara Tachini de Almeida (OAB/RO 3146), Antônio Eduardo Schramm de Souza (OAB/RO 4001), Newton Schramm de Souza (OAB/RO 2947)
Executado:Fema Material de Construção Ltda, José Matheus da Silva Filho, Monica Menegazzo
Carta precatória - Devolvida:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória devolvida de fls. 280/281.

Proc.: 0007952-82.2012.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Mauro Paulo Galera Mari
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado:Hanna & Biazussi Advocacia
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a manifestar-se sobre a certidão da Escrivania, onde informa que o prazo deferido às fls. 363, já transcorreu.

Proc.: 0005362-69.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Vicente Leão Comércio de Combustível Ltda
Advogado:Alcir Luiz de Lima (OAB/RO 6770)
Executado:Wilton Alves de Mello
DESPACHO: Em consulta ao programa Renajud, não foi encontrado veículo cadastrado em nome do executado. Requeira a parte autora o que de direito em dez dias.Vilhena-RO, sexta-feira, 23 de setembro de 2016.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0007519-49.2010.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Vicente Leão Comércio de Combustível Ltda
Advogado:Alcir Luiz de Lima (OAB/RO 6770)
Executado:Tárcio Moreira de Oliveira
DESPACHO: O executado não apresenta declaração de imposto de renda, conforme extrato anexo. Requeira a parte autora o que de direito no prazo de 10 (dez) dias.Vilhena-RO, quinta-feira, 22 de setembro de 2016.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0007518-64.2010.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Vicente Leão Comércio de Combustível Ltda
Advogado:Alcir Luiz de Lima (OAB/RO 6770)
Executado:Deusdete Antônio Caires
Prosseguimento - Decorrida Suspl
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, com a providência de acordo com o caso, face o decurso do prazo de suspensão deferido no r. DESPACHO de fl. 92.

Proc.: 0005378-57.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Vicente Leão Comércio de Combustível Ltda
Advogado:Alcir Luiz de Lima (OAB/RO 6770)
Executado:Avicionir Carrador
DESPACHO: Diga a parte autora sobre o endereço localizado. Requeira a parte autora o que de direito em dez dias.Vilhena-RO, quinta-feira, 28 de janeiro de 2016.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0005378-57.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Vicente Leão Comércio de Combustível Ltda
Advogado:Alcir Luiz de Lima (OAB/RO 6770)
Executado:Avicionir Carrador
AR Negativo:
Manifeste a parte Autora em 05 dias, sobre a juntada de AR NEGATIVO.

Proc.: 0005306-02.2012.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Eder Rodrigues Me
Advogado:Alcir Luiz de Lima (OAB/RO 6770)
Executado:Cht Transportes Ltda Epp
Prosseguimento - Decorrida Susp
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, com a providência de acordo com o caso, face o decurso do prazo de suspensão deferido no r. DESPACHO de fl. 62.

Proc.: 0009815-05.2014.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Friron - Comércio Distribuição e Representação de Frios Rondonia Ltda
Requerido:Liandrio Silva Pedraca, CPF 597.418.052-68
Custas Finais:
FINALIDADE: Fica Intimada a parte Executada acima descrita, para recolhimento do débito relativo à custas processuais nos autos mencionados, no montante de R$ 17,77 – cálculo datado de janeiro/2017, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena Protesto, conforme Provimento Conjunto nº 005/2016-PR-CG e de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em dívida ativa.

Proc.: 0008968-71.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Banco do Brasil S/a
Advogado: Tatiana F. da Silveira OAB/RO 4733
Requerido:Adalberto Antônio Vizioli
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0010083-93.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/ A - Basa
Advogado: Daniele Gurgel do Amaral (RO 1221), Gilberto Silva Bonfim (RO 1727), Marcelo Longo de Oliveira (OAB-RO 1096), Monamares Gomes Grossi (OAB-RO 903)
Executado:Octacilio Plinio Ebert, Milton Thiem, Eurides Schmid
Leilão termo negativo:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre o(s) termo(s) negativos de leilão de fl.(s). 161.

Proc.: 0009384-73.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Mariano Distribuidora de Lubrificantes Ltda
Advogado:Yara Aparecida Corrêa Reali (A- OAB/MT 7587), Samuel de Campos Widal Filho (OAB/MT 7197), Andreya Monti Osorio Bustamante (M 12605)
Executado:Auto Posto Milênio Ltda
Documento - Retirar:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar ofício para que seja procedido Registro da Penhora na Matrícula do Imóvel.

Proc.: 0007060-71.2015.8.22.0014
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Vilma dos Passos
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
DESPACHO: Intime-se a parte requerida para comprovar o pagamento das custas.Após, arquivem-se.Vilhena-RO, sexta-feira, 13 de janeiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0011496-49.2010.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Associação Comercial e Industrial de Vilhena - ACIV
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724)
Executado:P. J. Indústria e Comércio de Produtos de Vilhena Ltda
Certidão do Oficial de Justiça:I
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fls. 282.

Proc.: 0012020-12.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Fuck Distribuidora de Auto Peças Ltda
Advogado: Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681)
Executado:Roberto Carlos Miranda
Carta precatória - retirar:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0008600-28.2013.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:A M S Correa & Cia Ltda Epp
Advogado:Marilza Serra (RO 3436)
Executado:Maria Nunes Vieira Coelho
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fls. 48.

Proc.: 0001731-20.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Fuck Distribuidora de Auto Peças Ltda
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681), Mariana Kuipers Soares (OAB/RO 5478)
Executado:João Luiz de Araújo Neto
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fls. 177.

Proc.: 0005151-33.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:C A Celso Comercio de Produtos Agropecuários Epp
Advogado:Marcelo Longas Guedes de Paiva (OAB/RO 211B), Carina Batista Hurtado (OAB/RO 3870), Fabiana Oliveira Costa (RO 3445), Josângela Mayara Ferreira Rodrigues (OAB-RO 5909), Vivian Bacaro Nunes Soares (OAB/RO 2386)
Executado:Silvano Martim de Bortoli
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, dando andamento ao feito.

Proc.: 0043555-61.2008.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Geovana Aparecida Maciel Pereira
Requerido:Unimed Vilhena - Cooperativa de Trabalho Médico
Advogado:Luiz Antonio Gatto Junior (RO 4683)
DESPACHO:
Intime-se a parte requerida para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 15 dias (art. 1.010, § 1º).Após, remetam-se os autos para o Tribunal de Justiça de Rondônia, com as homenagens deste juízo. Vilhena-RO, segunda-feira, 19 de dezembro de 2016. Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0012183-84.2014.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Juliana Maria Vicente, Washington Luiz Jaremko
Advogado:Santiago Cardoso Almodovar (OAB/RO 5912), Kleber Wagner Barros de Oliveira (OAB/RO 6127), Santiago Cardoso Almodovar (OAB/RO 5912)
Executado:Aparecida da Silva Inácia Me
Documento - Retirar:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar Certidão de dívida judicial.

Proc.: 0001132-47.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Maria de Lourdes Alves Lima
Requerido:Venezia Comércio de Caminhões Ltda
Advogado:José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529)
Custas Finais:
FINALIDADE: Fica Intimada a parte Executada acima descrita, para recolhimento do débito relativo à custas processuais nos autos mencionados, no montante de R$ 841,93 – cálculo datado de janeiro/2017, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena Protesto, conforme Provimento Conjunto nº 005/2016-PR-CG e de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em dívida ativa.

Proc.: 0006888-03.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marciel Neiva Rosa
Advogado:Ruth Balcon Scalcon (OAB/RO 3454), Carina Batista Hurtado (OAB/RO 3870), Fabiana Oliveira Costa (RO 3445)
Requerido:Inss Instituto Nacional do Seguro Social
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, face recebimento dos autos da Procuradoria Seccional de Ji-Paraná-RO.

Proc.: 0005062-39.2013.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Diságua Distribuidora de Abrasivos Guarujá Ltda
Requerido:Nildo Luiz, CPF 602.991.426-04
Custas Finais:
FINALIDADE: Fica Intimada a parte Executada acima descrita, para recolhimento do débito relativo à custas processuais nos autos mencionados, no montante de R$ 36,01 – cálculo datado de janeiro/2017, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena Protesto, conforme Provimento Conjunto nº 005/2016-PR-CG e de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em dívida ativa.

Proc.: 0011947-74.2010.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Fuck Distribuidora de Auto Peças Ltda
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681)
Executado:Barbiero e Takahashi Ltda Me
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a manifestar-se sobre a certidão da Escrivania de fls. 87, onde informa que decorreu o prazo legal, sem que se verificasse manifestação da parte Requerida ao ato judicial efetivado.

Proc.: 0010514-93.2014.8.22.0014
Ação:Demarcação / Divisão
Requerente:João Pedro Carlesso Agostini, Vera Lúcia Miranda Lima Agostini
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568), Josemário Secco (OAB/RO 724)
Requerido:Eliane de Camargo
Advogado:Agenor Martins (OAB/RO 654A), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
Laudo Pericial:
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), no prazo de 05 dias, se manifestarem sobre o Laudo Pericial de fls. 233.

Proc.: 0008770-34.2012.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Portal S/a, Indústria e Comércio de Produtos Vegetais
Advogado:Daniel Gonzaga Schafer de Oliveira (OAB/RO 7176)
Executado:Lauro Teixeira Júnior
Ofício - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada do Oficio de fl(s). 168, recebido do INSS.

Proc.: 0012580-80.2013.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Sitmar Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais de Ariqueres
Advogado:Cynthia Patrícia Chagas Muniz Dias (RO 1147), Ivanete Revay (OAB/RO 1061)
Executado:M. L. Nascimento Me
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0011297-27.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Lourival dos Santos Barbosa
Executado:Banco do Brasil S/A
Advogado: Daniel Penha de Oliveira OAB/RO 3434
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0000319-49.2014.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Vanzin Indústria Comércio de Ferro e Aço Ltda
Advogado:Marcio Henrique da Silva Mezzomo (OAB/RO 5836), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046), Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551), Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134)
Executado:J. M. de Medeiros Me
DESPACHO:
Nos termos do artigo 17, da Lei 3896/16 (Regimento de Custas), para realização de bloqueio de bens, a parte autora deverá comprovar o pagamento da diligência.Prazo de dez dias.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0001365-73.2014.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Antonio Carlos Cippola Filho
Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046), Marcio Henrique da Silva Mezzomo (OAB/RO 5836)
Requerido:D & L Serviços de Intermediação de Negócios e Soluções Web Ltda
DESPACHO:
Considerando a recomendação do CNJ que determina que antes de proceder a citação por edital, busque nos sistemas Infojud e Siel a localização da parte, intime-se a parte autora para comprovar o pagamento da diligência de busca de endereço, nos termos do artigo 17, da Lei 3.896/16.Prazo de dez dias.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0002655-89.2015.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Posto de Molas Noma Ltda Me
Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046), Marcio Henrique da Silva Mezzomo (OAB/RO 5836)
Executado:Transportadora Novo Futuro Ltda
Advogado:Ronize Antonio Barbosa (B/OAB/MT 13764)
DESPACHO:
Diga a parte autora em cinco dias.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0003950-64.2015.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Nadir Pietro Biasi
Advogado:Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3047), Hulgo Moura Martins (OAB/RO 4042)
Requerido:Antonio Soares da Silva Filho
Advogado:Roniéder Trajano Soares Silva (OAB/RO 3694)
DESPACHO:
Intime-se a parte requerida para manifestar-se a respeito da petição de fl. 89, no prazo de cinco dias.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0005336-32.2015.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:F.c. Serviços Mecânicos Ltda
Advogado:Claudinei Marcon Junior (OAB/RO 5510), Valdete Tabalipa (OAB/RO 2140), José Antonio Correa (OAB/RO 5292)
Requerido:Artur Bernardo Chassot Rangel, Everaldo Aparecido dos Santos Bonfim, Márcia Beatris Capelário
Advogado:Amanda Iara Tachini de Almeida (OAB/RO 3146), Newton Schramm de Souza (OAB/RO 2947), Antônio Eduardo Schramm de Souza (OAB/RO 4001), José Eudes Alves Pereira (RO 2897), José Eudes Alves Pereira.. (RO 2897)
DECISÃO:
Aguarde-se o trânsito em julgado da ação declaratória de rescisão contratual c/c perdas e danos, lucros cessantes, danos materiais e morais, de n. 0006087-87.2013.8.22.0014.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0006008-40.2015.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Adjudicante:Maria Odilia de Oliveira
Advogado:Carla Falcão Rodrigues (OAB/RO 616), Michele Machado Lopes (OAB/RO 6304)
Adjudicado:Moisés Alexandre Stein Nunes, Marta Beatriz Martins Nunes, Eunice Miller

DESPACHO:
Concedo o prazo de 15 dias para a parte requerente assinar o auto de adjudicação.Intime-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0006375-64.2015.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Organização Gota D água Ltda.
Advogado:Camila Domingos (OAB/RO 5567), Danielle Kristina Domingos Cordeiro (OAB/RO 5588), Diandria Aparecida Fantucci Araújo Pereira (OAB/RO 5910)
Requerido:Esequias dos Anjos Sousa
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Suspendo o processo por 01 (um) ano (artigo 921, inciso III, CPC/2015). Decorrido o prazo de um ano sem que sejam localizados bens penhoráveis, remetam-se os autos para o arquivo provisório. Os autos serão desarquivados para prosseguimento da execução se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis. Nos termos do artigo 921, § 4º do NCPC, sem manifestação do exequente pelo prazo de um ano, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0007070-18.2015.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Estilo da Moda Ltda Epp
Advogado:Albert Suckel (OAB/RO 4718), Giuliano Dourado da Silva (OAB/RO 5684), Rayanna Souza Louzada Neves (OAB/RO 5349)
Requerido:Cláudia Mara Heguedus
SENTENÇA:
Estilo da Moda Ltda EPP propôs ação monitória em desfavor de Claudia Mara Heguedus objetivando o recebimento de crédito que não foi adimplido pela parte requerida. Juntou documentos.A parte requerida foi citada por edital e quedou-se revel. Nomeada curadora houve apresentação de peça informando que não apresentou embargos ante a inexistência de fundamentos legais para tanto.Assim não remanescem oportunidades de produção de provas porquanto as necessárias foram oferecidas com a inicial. Decido.Considerando que não houve pagamento, entrega da coisa ou oferecimento de embargos, com fundamento no art. 487, I do CPC/2015, julgo procedente a ação monitória e, por consequência, com fulcro no art. 701, §2º do mesmo código, CONSTITUO DE PLENO DIREITO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL.Condeno a parte requerida ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência dessa ação monitória, estes últimos fixados em 10% sobre o valor atual do débito.Decorrido o prazo recursal, a parte autora deverá proceder a distribuição dos autos no PJe, conforme Portaria n. 022/2015-PR, que regulamenta a Lei n. 11419/2006, Resolução n. 185/2013 - CNJ e Resolução n. 013/2014-PR do TJRO, em seu artigo 16.Procedidas baixas, anotações e comunicações necessárias, arquivem-se os autos.SENTENÇA registrada automaticamente no SAP.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017. Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0008309-57.2015.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cleiton Domingues Lopes
Advogado:Débora Mailho (OAB/RO 6259), Rosângela Cipriano dos Santos (RO 4364)
Requerido:Cvc Brasil Operadora e Agência de Viagens S.a, VRG Linhas Aéreas S.A
Advogado:Gustavo Viseu (OAB/SP 117417), Osvaldo Pereira Ribeiro (OAB/RO 5869), Marcio Vinícius Costa Pereira (OAB/RJ 84367)
DESPACHO:
A parte autora deverá apresentar manifestação nos autos de cumprimento de SENTENÇA.Cumpre-se lembrar ainda que, o executado efetuou o pagamento voluntário dentro do prazo legal.Sem requerimentos, arquivem-se os autos.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0009093-34.2015.8.22.0014
Ação:Arrolamento de Bens
Requerente:M. da C. F. A.
Advogado:Camila Domingos (OAB/RO 5567), Danielle Kristina Domingos Cordeiro (OAB/RO 5588), Diandria Aparecida Fantucci Araújo Pereira (OAB/RO 5910)
Requerido:J. I. A.
Advogado:Wilson Nogueira Junior (OAB/RO 2917), Silvio Carlos Cerqueira (OAB/RO 6787)
DESPACHO:
Já existe restrição de transferência no veículo nos autos em apenso. Aguarde-se DECISÃO nos autos principais.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0010136-06.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul da Amazônia Ltda Sicoob Credisul
Advogado:José da Cruz Del Pino (OAB/RO 6277), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
Executado:Adão Lopes de Souza
DESPACHO:
Considerando o art. 17 do Regimento de Custas, Lei n. 3.896/2016, que determina o pagamento de diligência para buscas de endereços, bloqueio de bens, quebra de sigilo fiscal, telemático e assemelhados, ainda que por meio eletrônico, intime-se a parte autora para comprovar o pagamento da diligência, no valor de R$15,00 (quinze reais).Prazo de cinco dias.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0003461-61.2014.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Claudete Ferranti Bergamin Me
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681)
Executado:José Ortiz Neto
DESPACHO:
Suspendo o processo por 06 (seis) meses.Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se o autor, na pessoa de seu procurador, para impulsionar o feito, em cinco dias. Não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para dar prosseguimento ao feito, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0010738-31.2014.8.22.0014
Ação:Usucapião
Requerente:Tiago Fedronio dos Anjos, Rosely dos Santos Tomé
Advogado:Elias Gomes Jardina (OAB-RO 6180)
Requerido:Gabriel Luiz Perdoncini, Vanda da Silva Perdoncini, Agro Indústria de Sementes Tropical S/A.
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Requeira a parte autora o quê de direito, no prazo de 10 dias.intime-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0013174-60.2014.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Estilo da Moda Ltda Epp
Advogado:Giuliano Dourado da Silva (OAB/RO 5684), Rayanna Souza Louzada Neves (OAB/RO 5349), Albert Suckel (OAB/RO 4718)

Requerido:Fausto Tiago Machado Freitas
SENTENÇA:
Estilo da Moda Ltda EPP propôs ação monitória em desfavor de Fausto Tiago Machado Freitas objetivando o recebimento de crédito que não foi adimplido pela parte requerida. Juntou documentos.A parte requerida foi citada por edital e quedou-se revel. Nomeada curadora houve apresentação de peça informando que não apresentou embargos ante a inexistência de fundamentos legais para tanto.Assim não remanescem oportunidades de produção de provas porquanto as necessárias foram oferecidas com a inicial. Decido.Considerando que não houve pagamento, entrega da coisa ou oferecimento de embargos, com fundamento no art. 487, I do CPC/2015, julgo procedente a ação monitória e, por consequência, com fulcro no art. 701, §2º do mesmo código, CONSTITUO DE PLENO DIREITO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL.Condeno o réu ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência dessa ação monitória, estes últimos fixados em 10% sobre o valor atual do débito.Decorrido o prazo recursal, a parte autora deverá proceder a distribuição dos autos no PJe, conforme Portaria n. 022/2015-PR, que regulamenta a Lei n. 11419/2006, Resolução n. 185/2013 - CNJ e Resolução n. 013/2014-PR do TJRO, em seu artigo 16.Procedidas baixas, anotações e comunicações necessárias, arquivem-se os autos.SENTENÇA registrada automaticamente no SAP.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0013288-96.2014.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Fuck Distribuidora de Auto Peças Ltda
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681)
Executado:Angelica dos Santos Souza
DESPACHO:
Considerando o art. 17 do Regimento de Custas, Lei n. 3.896/2016, que determina o pagamento de diligência para buscas de endereços, bloqueio de bens, quebra de sigilo fiscal, telemático e assemelhados, ainda que por meio eletrônico, intime-se a parte autora para comprovar o pagamento da diligência, no valor de R$15,00 (quinze reais) para cada uma delas.Prazo de cinco dias. Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0010637-57.2015.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Gomes & Amaral Ltda - Me
Advogado:Edna Aparecida Campoio (OAB/RO 3132)
Requerido:Arlindo Vieira Nunes
SENTENÇA:
Gomes & Amaral Ltda propôs ação monitória em desfavor de Arlindo Vieira Nunes objetivando o recebimento de crédito que não foi adimplido pelo requerido. Juntou documentos.O requerido foi citado por edital e quedou-se revel. Nomeada curadora houve apresentação de peça de resistência intitulada contestação por negativa geral (fl. 35). Ainda que a defesa no procedimento monitório seja intitulada de embargos, prejuízo algum decorre do fato da resistência ter sido nominada como contestação pela curadora.Nada obstante embora à curadora seja permitido a defesa por negativa geral, do conteúdo da peça não se extraem alegações que tornem os fatos efetivamente controvertidos. Assim não remanescem oportunidades de produção de provas porquanto as necessárias foram oferecidas com a inicial. Decido.Considerando que não houve pagamento, entrega da coisa ou oferecimento de embargos, com fundamento no art. 487, I do CPC/2015, julgo procedente a ação monitória e, por consequência, com fulcro no art. 701, §2º do mesmo código, CONSTITUO DE PLENO DIREITO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. Condeno o réu ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência dessa ação monitória, estes últimos fixados em 10% sobre o valor atual do débito.Decorrido o prazo recursal, a parte autora deverá proceder a distribuição dos autos no PJe, conforme Portaria n. 022/2015-PR, que regulamenta a Lei n. 11419/2006, Resolução n. 185/2013 - CNJ e Resolução n. 013/2014-PR do TJRO, em seu artigo 16.SENTENÇA registrada automaticamente no SAP.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0010864-47.2015.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Diságua Distribuidora de Abrasivos Guarujá Ltda
Advogado:Anderson Ballin (OAB/RO 5568), Josemário Secco (OAB/RO 724), Idione Teresinha Pizzato (OAB/RO 5372)
Requerido:Acarini & Cia Ltda.
SENTENÇA:
Diságua Distribuidora de Abrasivos Guarujá Ltda propôs ação monitória em desfavor de Acarini & Cia Ltda ME objetivando o recebimento de crédito que não foi adimplido pela parte requerida. Juntou documentos.A parte requerida foi citada por edital e quedou-se revel. Nomeada curadora houve apresentação de peça informando que não apresentou embargos ante a inexistência de fundamentos legais para tanto.Assim não remanescem oportunidades de produção de provas porquanto as necessárias foram oferecidas com a inicial.Decido.Considerando que não houve pagamento, entrega da coisa ou oferecimento de embargos, com fundamento no art. 487, I do CPC/2015, julgo procedente a ação monitória e, por consequência, com fulcro no art. 701, §2º do mesmo código, CONSTITUO DE PLENO DIREITO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL.Condeno a parte requerida ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência dessa ação monitória, estes últimos fixados em 10% sobre o valor atual do débito.Decorrido o prazo recursal, a parte autora deverá proceder a distribuição dos autos no PJe, conforme Portaria n. 022/2015-PR, que regulamenta a Lei n. 11419/2006, Resolução n. 185/2013 - CNJ e Resolução n. 013/2014-PR do TJRO, em seu artigo 16.Procedidas baixas, anotações e comunicações necessárias, arquivem-se os autos.SENTENÇA registrada automaticamente no SAP.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0011313-05.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Griffs Modas Ltda - ME
Advogado:Ronieder Trajano Soares Silva (OAB/RO 3694)
Executado:Valdir de Matos Rodrigues
DESPACHO:
Suspendo o processo por 01 (um) ano (artigo 921, inciso III, CPC/2015). Decorrido o prazo de um ano sem que sejam localizados bens penhoráveis, remetam-se os autos para o arquivo provisório. Os autos serão desarquivados para prosseguimento da execução se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis. Nos termos do artigo 921, § 4º do NCPC, sem manifestação do exequente pelo prazo de um ano, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente.Vilhena-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0009739-44.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:V. G. da S. J. H. G. da S.
Advogado:Tatiane Guedes Cavallo Baptista (OAB/RO 6835)
Executado:D. da C. S.
DESPACHO:
Conforme extrato anexo, não foram encontrados valores.Em consulta ao sistema Renajud, não foi localizado veículo em nome do executado.Requeira a parte autora o que de direito, no prazo de dez dias.Vilhena-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito
Harry Roberto Schirmer

Diretor de Cartório

PRIMEIRA ENTRÂNCIA

COMARCA DE ALTA FLORESTA D´ OESTE

1ª VARA CÍVEL

Proc.: 0000186-95.2014.8.22.0017
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Banco do Brasil S/a
Advogado:Rafael Sganzerla Durand (OAB/RO 7872-A)
Requerido:Bomfim & Bomfim Ltda - Me
Advogado:Advogado Não Informado
Custas Judiciais Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, comprovar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 15,00 (quinze reais) nos termos do art. 17 da Lei 3898/2016, código 1007.

Proc.: 0002917-69.2011.8.22.0017
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Valdir Floriano de Souza
Advogado:Rejane Maria de Melo Godinho (RO 1042)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss
Laudo Pericial:
Fica a parte autora, por via de seus Advogado, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0000551-52.2014.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Aelton Silva
Advogado:Josana Guaitolini Alves (OAB/RO 5682)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss
Laudo Pericial:
Fica a parte autora, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, se manifestar sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0001159-16.2015.8.22.0017
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena Sicredi Univales MT
Advogado:Janaína Braga de Almeida Guarienti (OAB/RO 6940), Higor da Silva Dantas (OAB/MT 19755)
Executado:Aline Silva Sartoro
Advogado:Álvaro Marcelo Bueno (OAB/RO 6843), Bruno Roque (OAB/RO 5905), Adriana Janes da Silva (OAB/RO 3166), Juliana Ratayczyk Nakonierczjy (OAB RO 8372)
Fica a parte Exequente intimada, por via de seu Advogado(a), para no prazo de 05 dias, se manifestar acerca da proposta de acordo apresentada pela parte Executada.

Proc.: 0001883-93.2010.8.22.0017
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Maria de Fátima Soares de Souza
Advogado:Roberto Araújo Júnior (OAB/RO 4084)
Requerido:França Advogados Associados Sc
Advogado:Pedro Alexandre Assis Moreira (OAB/RO 3675), Patricia de Oliveira França Curi (OAB/RO 2364)
Penhora online - Réu:
Fica a parte Executada, por via de seus Advogados, no prazo de 15 dias, intimada do bloqueio realizado pelo BACEN, para, querendo, interpor impugnação conforme DECISÃO de fl(s). 244 e verso.

Proc.: 0002484-60.2014.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Vera Lúcia Beliski Prates
Advogado:Carlos Oliveira Spadoni (RO 607 A)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, intimada para fazer juntada da DECISÃO administrativa e dizer quanto ao interesse de prosseguir com o processo, nos termos do DESPACHO fls. 113.

Proc.: 0001022-73.2011.8.22.0017
Ação:Monitória
Requerente:Valdivino Dias de Oliveira
Advogado:Aleander Mariano Silva Santos (RO 2295)
Requerido:Leomar Rodrigues de Souza
Advogado:Roberto Araújo Júnior (OAB/RO 4084)
Fica a parte Requerente, por via de seu Advogado(a), intimada para impulsionar o processo em 15 (quinze) dias, sob pena de abandono e consequente extinção, com condenação ao pagamento de custas e honorários, nos termos do artigo 485, III, § 2º CPC, nos termos do DESPACHO fls. 116.

Proc.: 0001473-93.2014.8.22.0017
Ação:Procedimento Sumário
Apelada:Andinéia da Silva Buri
Advogado:Aleander Mariano Silva Santos (OAB/RO 2295), Helainy Fuzari Santos (OAB/RO 1548)
Apelante:Egídio Eidans Farias
Advogado:Marcio Antonio Pereira (RO 1615)
Custas Finais:
Fica a parte Apelada, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para comprovar o pagamento das custas finais no valor de R$ 182,08, conforme cálculo fls. 85.

Proc.: 0001599-46.2014.8.22.0017
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Agropecuária PB Ltda
Advogado:Paulo Cesar de Oliveira (OAB/SP 119197), Ellen Corso Henrique de Oliveira (OAB/RO 782), Denir Borges Tomio (OAB/RO 3983)
Executado:R. Schmidt Me
Advogado:Advogado Não Informado
Custas Finais:
Fica a parte Exequente, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 137,04, conforme cálculo fls. 51.

Proc.: 0020846-23.2008.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Salete Tereza Reginato, Alaline Reginato, Odilon Vitor Ohnezorge Reginato
Advogado:Aleander Mariano Silva Santos (RO 2295) e Helainy Fuzari (OAB/RO 1548)
Requerido:Valdecyr Ferreira, Federico Marcos Ribeiro, Claudison dos Santos
Advogado:Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243), Defensoria Pública, Danilo Constance Martins Durigon (OAB/RO 5114)
Custas Iniciais e Finais:
Ficam as partes, por via de seus Advogados, no prazo de 05 dias, intimadas para comprovar o pagamento das custas iniciais e finais no valor de R$ 34.758,51, devendo cada polo pagar o valor correspondente a R$ 17.379,26.

Proc.: 0001457-76.2013.8.22.0017
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)
Requerido:K. R. Vioto Terras & Bento Me, Adriane Pereira Bento, Vitório Cristiano Brustolin Neto
Advogado:Daniel dos Anjos Fernandes Junior (RO 3.214), Airton Pereira de Araujo (RO 243), Cristovam Coelho Carneiro (OAB/RO 115), Airton Pereira de Araujo (RO 243), Cristovam Coelho Carneiro (OAB/RO 115), Daniel dos Anjos Fernandes Junior (RO 3.214), Thiago Fuzari Borges (OAB/RO 5091)

Recurso de Apelação Réu:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado a fls. 395-409.

Proc.: 0002618-87.2014.8.22.0017
Ação:Usucapião
Requerente:Gislane Lislie Kill
Advogado:Bruno Roque (OAB/RO 5905)
Requerido:Espólio de Sebastião Tavares de Souza
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( ), Luiz Carlos Rettmann (OAB/RO 5647)
DESPACHO:
Considerando a necessidade de adequação da pauta de audiências deste juízo, vejo por bem redesignar a audiência, nestes autos, para o dia 22/02/2017 às 11h30min.O ato será realizado na sala de audiência do prédio deste Fórum de Alta Floresta D'Oeste/RO, situado no endereço descrito no cabeçalho.No mais, cumpra-se a DECISÃO de fls. 238.Alta Floresta DOeste-RO, terça-feira, 31 de janeiro de 2017.Alencar das Neves Brilhante Juiz de Direito.
Mirilandes Corrêa da Paz

Escrivão/Diretor da Vara Cível

COMARCA DE ALVORADA D´OESTE

1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública

Proc.: 0002228-38.2014.8.22.0011
Ação:Execução Contra a Fazenda Pública(Juizado Faz.Pública)
Requerente:Anderson Leme Oliveira
Advogado:Silvia Leticia Cunha e Silva Caldas (RO 2661.)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado de Rondônia
Fica a parte Autora, por seu advogado, no prazo de 05 dias, devidamente intimada para se manifestar do depósito judicial de fl(s) 97.

Proc.: 0002229-23.2014.8.22.0011
Ação:Execução Contra a Fazenda Pública(Juizado Faz.Pública)
Requerente:Débora Cristina Cruz Santos Dinato
Advogado:Silvia Leticia Cunha e Silva Caldas (RO 2661.)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado de Rondônia ( )
Fica a parte Autora, por meio de seu advogado, no prazo de 05 dias, intimada para se manifestar sobre depósito judicial acostado aos autos, fl(s) 92.

1ª VARA CRIMINAL

Proc.: 0002274-95.2012.8.22.0011
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciados: Fabricio Campos da Silva, Fernando Santana Freitas, Renato de Souza Benevides, Alessandro dos Santos Oliveira, Rogerio Caetano Pereira, Edimar Dias dos Santos, Andréia Alves de Sá, Jorge Luiz Ferreira da Silva, Marilza Borges Gonçalves, Wesley Aparecido de Azevedo
Advogado:Alexandre Anderson Hoffmann. (RO 3709)
FINALIDADE: Intimar o Advogado supra, do inteiro teor do r. DESPACHO a seguir transcrito:
DESPACHO: Vistos.O juiz que estiver respondendo por esta Comarca será convocado para participar do II FOJUR Fórum Permanente dos Juizados Especiais do Estado de Rondônia, a ser realizado no período de 01 a 03/12/2016, na cidade de Porto Velho/RO, conforme Ofício Circular nº 001/2016/FOJUR e C.I Circular nº 001/2016/ NUPEMEC/SIJESP.Deste modo, ante a necessidade de reorganizar a pauta, redesigno a audiência do dia 01/12/2016 para o dia 08/03/2017, às 11h.Ainda, considerando que o Ministério Público insistiu na oitiva da testemunha Gabriel Acorsi Soares, determino nova expedição de Carta Precatória à Comarca de Ji-Paraná/RO, visando a inquirição da referida testemunha.Intimem-se as partes quanto à redesignação.Pratique-se o necessário. Alvorada do Oeste-RO, quinta-feira, 22 de setembro de 2016. Simone de Melo Juíza de Direito
Geude de Oliveira Lima

Diretor de Cartório

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

1º Cartório Cível (Juizado Infância e Juventude)

Proc.: 0000178-05.2015.8.22.0011
Ação:Adoção
Requerente:J. I. D. R. I.
Advogado:Defensor Público
Requerido:A. R. de S. R. R. P.
Advogado: Diego Castro Alves Toledo (OAB/RO 7923)
Menor:C. de S. P. V. de S. P.
Advogado: Não Informado
Fica o Drº Diego Castro Alves Toledo (OAB/RO 7923) devidamente intimado para se manifestar sobre a nomeação para atuar como advogado dativo da parte requerida nos autos acima.

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

Proc.: 0001377-96.2014.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Lusmario da Silva Gomes
Advogado:Pedro Riola dos Santos Júnior. (AC 2195)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do TRF1.

Proc.: 0002520-57.2013.8.22.0011
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Interessado (Parte A:Lucas Ramos da Silva, Cassiana Romão da Silva, Luan Romão da Silva, Celio Romão da Silva
Advogado:Rose Anne Barreto (OAB/RO 3976)
Requerido:Hospital João Paulo I I
Advogado: Não Informado
SENTENÇA - Trata-se de ação de exibição de documentos proposta por LUCAS RAMOS DA SILVA, CASSIANA ROMÃO DA SILVA, LUAN ROMÃO DA SILVA, representados por seu genitor e também requerente, CÉLIO ROMÃO DA SILVA contra HOSPITAL JOÃO PAULO II, almejando a exibição do prontuário médico, fichas clínicas, ficha de atendimento, cópia da declaração de óbito e eventuais exames arquivados em nome de Márcia Ramos da

Silva, falecida em 15/10/2013, respectivamente mãe e esposa dos requerentes.O réu foi citado e juntou uma série de documentos aos autos, conforme se verifica às fls. 27/68, 74/128, 137/169.O representante legal do réu foi intimado pessoalmente para juntar aos autos cópia da declaração de óbito da de cujus, tendo informado que esse documento foi emitido pelo Instituto Médico Legal, devendo ser solicitado a tal órgão (fl. 178). Este Juízo, então, oficiou ao órgão, que encaminhou o mencionado documento aos autos, tendo este sido juntado à fl. 196.Intimados via DJ para se manifestarem acerca do documento, os requerentes quedaram-se inertes. Intimados pessoalmente, nos termos do artigo 485, III, §1º, do NCPC, os autores novamente deixaram de se manifestar.É o breve relatório. Fundamento e decido.Os requerentes pleitearam pela exibição dos documentos relativos à internação hospitalar de sua genitora/esposa nas dependências do réu, anteriormente ao seu falecimento. Logo que citado o réu atendeu ao chamado judicial, apenas não tendo juntado a declaração de óbito aos autos porquanto, conforme se verificou posteriormente, tal documento foi expedido pelo Instituto Médico Legal.A parte autora, mesmo devidamente intimada, não se manifestou após a juntada da declaração de óbito, pelo que se presume que o objetivo da lide foi efetivamente alcançado, especialmente porque, ao que consta dos autos, o único documento pendente de juntada era a declaração de óbito.A juntada espontânea dos documentos pelo réu, sem a apresentação de qualquer tipo de insurgência, comporta no reconhecimento do pedido formulado pela parte autora.Ao teor do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do art. 487, III, “a”, do Novo Código de Processo Civil, a fim de que surta os jurídicos e legais efeitos daí decorrentes.Sem custas processuais. Indevida a condenação do requerido ao pagamento de honorários advocatícios, eis que não apresentou resistência à lide. Neste sentido confiram-se os seguintes julgados: AgRg no Resp 934260/RS e Apelação N. 00163618620128220000/TJRO. P.R.I. Oportunamente, arquivem-se. Alvorada do Oeste-RO, quinta-feira, 24 de novembro de 2016. Simone de Melo - Juíza de Direito

Proc.: 0000551-70.2014.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Manoel Ferreira
Advogado:Marcos Antonio Oda Filho (OAB/RO 4760)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do TRF1.

Proc.: 0000867-88.2011.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edson Ferreira Soares
Advogado:Marcos Antonio Oda Filho (OAB/RO 4760)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do TRF1.

Proc.: 0002620-12.2013.8.22.0011
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Janete Birck
Advogado:Thadeu Fernando Barbosa Oliveira (OAB/SP 208932), Marcelo Nogueira Franco (RO 1037)
Executado:Sérgio dos Santos
Advogado:Robislete de Jesus Barros (OAB/RO 2943)
Ficam as partes, por via de seus(uas) Advogados(as), no prazo de 10 dias, devidamente intimadas a se manifestarem sobre os cálculos apresentados às fl(s) 151/162.

Proc.: 0002018-89.2011.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Gilmar Mendes de Freitas
Advogado:Felipe Wendt (OAB/RO 4590)
Requerido:Município de Alvorada do Oeste
Advogado:Procurador do Município de Alvorada do Oeste (o)
Vistos. Em que pese a DECISÃO ter sido lançada de forma equivocada, verifico que o equívoco foi sanado às fls. 134/135. Intimem-se e nada sendo requerido em 05 dias, arquivem-se. Alvorada do Oeste-RO, terça-feira, 13 de dezembro de 2016. Miria do Nascimento de Souza - Juíza de Direito.

Proc.: 0017357-40.2001.8.22.0011
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Centrais Elétricas de Rondônia- S/A Ceron
Advogado:Douglacir Antônio Evaristo Sant’Ana (OAB/RO 287), Ana Caroline Romano Castelo Branco (OAB/RO 5991), Daniel Penha de Oliveira (RO. 3.434), Marcelo Rodrigues Xavier (OAB/RO 2391)
Requerido:Auresito de Amorim Patez
Advogado:Sheila Mariana de Castilho (OAB/RO 7451)
Certifico que em cumprimento ao r. DESPACHO de fls. 309 designei audiência de conciliação para o dia 27/03/2017 às 09horas, que se realizará na sala de audiência do CEJUSC, no Fórum Jurista José Júlio Guimarães Lima, localizado na Rua Vinícius de Moraes n° 4308, bairro Três Poderes, nesta cidade e Comarca de Alvorada do Oeste/RO. Advirto, que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (§8° do art. 334 do NCPC). Advirto, que audiência de conciliação apenas não se realizará acaso ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual (inc. I do §4° do art. 334 do NCPC). Alvorada do Oeste – RO, 06 de fevereiro de 2017. IVACIR DALACOSTA Chefe do CEJUSC

Proc.: 0000689-42.2011.8.22.0011
Ação:Inventário
Inventariante:Nascimento Ferreira Lopes
Advogado:João Miguel Araujo dos Santos (OAB/ES 559)
Espólio:Eulino Pereira da Costa
Advogado:Não Informado
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 868,54 (oitocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0000963-64.2015.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Luzineti Sergia de Freitas
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (OAB/RO 4511)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 868,54 (oitocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0001165-17.2010.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Fernando da Silva Padilha
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (OAB/RO 4511)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
Parte retirada do po:Andreia Ribeiro da Silva Camilo
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (OAB/RO 4511)
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do TRF1.

Proc.: 0000164-60.2011.8.22.0011
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Procuradoria da Fazenda Nacional Pfn Ro
Advogado:Procurador da Fazenda Nacional Pfn Ro (OAB 00000)

Executado:Laerte Gomes Me
Advogado:José de Arimatéia Alves (OAB/MG 63.936 e 1.693/RO)
EDITAL DE VENDA JUDICIAL E INTIMAÇÃO
A Juiza de Direito da 1ª Vara da cível do Tribunal de Justiça de Alvorada Doeste/RO, Dra. SIMONE MELO, FAZ SABER a todos quantos virem o presente EDITAL, ou dele tiverem conhecimento, que levará à venda na modalidade leilão ELETRÔNICO na data e local e sob as condições adiante descritas:
Processo: 0001800-90.2013.8.22.0011
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Cezario & Reginato Ltda ME
Executado: Cleide Alves Parari da Silva
PRIMEIRA VENDA: 01/03/2017 AS 11:30 hrs Lances pela melhor oferta, desde que seja igual ou superior ao valor de avaliação.
SEGUNDA VENDA: 13/03/2017 AS 11:30 hrs Lances pela melhor oferta, a qual não poderá ser inferior a 70% do valor de avaliação do bem.
LEILÃO ELETRONICO: PELO SITE: www.rondonialeiloes.com.br (Aberto com cinco dias de antecedência para recebimento de lances, e fechando no mesmo dia e hora do presencial)
DESCRIÇÃO DOS BENS
Uma motocicleta Honda CG/Titan 125, placa NDP 4198, ano/modelo 2009/2010 em bom estado de conservação.
LOCALIZAÇÃO: Rua Joaquim Torine, 3981, Josino Brito, Cacoal/RO
AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 3.800,00 (Três mil e oitocentos reais)
ONUS: Nada consta
Modalidade Eletrônica: Quem pretender arrematar os ditos bens, deverão ofertar lances pela internet, através do site www.rondonialeiloes.com.br, devendo para tanto os interessados efetuarem o cadastramento prévio, no prazo máximo de 24 horas antes do leilão, confirmarem o lance e recolher a quantia respectiva, para lavratura do termo próprio, ficando ciente de que os arrematantes deverão depositar a disposição do juízo o valor da arrematação, via depósito judicial no prazo de 24hs, seguindo as demais regras da forma de pagamento (Vista/Parcelado) escolhida para cada arrematação.
ADVERTENCIAS:
Nos termos do disposto no art. 880, parágrafo 10 do Código de Processo Civil, a comissão de corretagem é de 6% (sete por cento) do valor da arrematação, em caso de pagamento da dívida pelo devedor antes do leilão, a leiloeira deverá ser ressarcida das despesas comprovadamente efetuadas com a publicação de editais e tudo mais que tenha sido necessário para providenciar a realização do leilão.
01)Conforme art. 130CTN o bem será entregue ao arrematante desembaraçado, livre de tributos cujo fato imponível tenha ocorrido em data anterior à alienação judicial; no caso de veículos, o arrematante também não será considerado responsável pelo pagamento das multas de trânsito aplicadas até a data da arrematação
02)Todas as pessoas jurídicas regularmente constituídas e as pessoas naturais capazes podem participar do leilão, exceto o juiz do feito, o membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, o Diretor de Secretaria e os demais servidores e auxiliares da justiça desta localidade, o leiloeiro, o depositário, o avaliador e o oficial de justiça, além daqueles que forem responsáveis pela administração dos bens leiloados, conforme determina o artigo 890 do Código de Processo Civil de 2015.
03)Salvo nas hipóteses do artigo 903, §§ 1º e 5º, do Código de Processo Civil de 2015, não serão aceitas desistências dos arrematantes, reclamações posteriores sobre os bens ou alegações de desconhecimento das cláusulas deste edital, para se eximirem das obrigações assumidas, observada, ainda, a sanção criminal prevista no artigo 358 do Código Penal ("Artigo 358 - Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem: Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência.").
04)VISTORIA DO BEM. A localização dos bens para visitação é a declarada neste edital. Antes dos dias marcados para o leilão, os interessados terão o direito de visitação dos bens nos locais em que se encontram. Se a parte ré ou o depositário impedirem a vistoria, o interessado deve entrar em contato com o escritório do leiloeiro oficial nomeado ou peticionar a este juízo.
INTIMAÇÕES: Ficam desde logo intimados os executados Cleide Alves Parari da Silva, se por ventura não forem encontrados para intimação pessoal, bem como para efeitos do art 889, Inciso I do NOVO CPC e do direito de remição art 826.
Conforme art. 887 esta edital será publicado eletronicamente no site www.rondonialeiloes.com.br
DÚVIDAS E INFORMAÇÕES SOBRE AS REGRAS DO LEILÃO E PARCELAMENTO:
FONE: 69-8133-1688 /69-3421-1869 E-MAIL: CONTATO@RONDONIALEILOES.COM.BR
SIMONE DE MELO
Juiz de Direito

Proc.: 0001800-90.2013.8.22.0011
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cezario & Reginato Ltda Me
Advogado:Camila Batista Felici (OAB/RO 4844)
Executado:Cleide Alves Parari da Silva
Advogado:Não Informado
EDITAL DE VENDA JUDICIAL E INTIMAÇÃO
A Juiza de Direito da 1ª Vara da cível do Tribunal de Justiça de Alvorada Doeste/RO, Dra. SIMONE MELO, FAZ SABER a todos quantos virem o presente EDITAL, ou dele tiverem conhecimento, que levará à venda na modalidade leilão ELETRÔNICO na data e local e sob as condições adiante descritas:
Processo: 0001800-90.2013.8.22.0011
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Cezario & Reginato Ltda ME
Executado: Cleide Alves Parari da Silva
PRIMEIRA VENDA: 01/03/2017 AS 11:30 hrs Lances pela melhor oferta, desde que seja igual ou superior ao valor de avaliação.
SEGUNDA VENDA: 13/03/2017 AS 11:30 hrs Lances pela melhor oferta, a qual não poderá ser inferior a 70% do valor de avaliação do bem.
LEILÃO ELETRONICO: PELO SITE: www.rondonialeiloes.com.br (Aberto com cinco dias de antecedência para recebimento de lances, e fechando no mesmo dia e hora do presencial)
DESCRIÇÃO DOS BENS
Uma motocicleta Honda CG/Titan 125, placa NDP 4198, ano/modelo 2009/2010 em bom estado de conservação.
LOCALIZAÇÃO: Rua Joaquim Torine, 3981, Josino Brito, Cacoal/RO
AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 3.800,00 (Três mil e oitocentos reais)
ONUS: Nada consta
Modalidade Eletrônica: Quem pretender arrematar os ditos bens, deverão ofertar lances pela internet, através do site www.rondonialeiloes.com.br, devendo para tanto os interessados efetuarem o cadastramento prévio, no prazo máximo de 24 horas antes do leilão, confirmarem o lance e recolher a quantia respectiva, para lavratura do termo próprio, ficando ciente de que os arrematantes deverão depositar a disposição do juízo o valor da arrematação, via depósito judicial no prazo de 24hs, seguindo as demais regras da forma de pagamento (Vista/Parcelado) escolhida para cada arrematação.
ADVERTENCIAS:
Nos termos do disposto no art. 880, parágrafo 10 do Código de Processo Civil, a comissão de corretagem é de 6% (sete por cento) do valor da arrematação, em caso de pagamento da dívida pelo devedor antes do leilão, a leiloeira deverá ser ressarcida das despesas comprovadamente efetuadas com a publicação de editais e tudo mais que tenha sido necessário para providenciar a realização do leilão.

01)Conforme art. 130CTN o bem será entregue ao arrematante desembaraçado, livre de tributos cujo fato imponível tenha ocorrido em data anterior à alienação judicial; no caso de veículos, o arrematante também não será considerado responsável pelo pagamento das multas de trânsito aplicadas até a data da arrematação
02)Todas as pessoas jurídicas regularmente constituídas e as pessoas naturais capazes podem participar do leilão, exceto o juiz do feito, o membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, o Diretor de Secretaria e os demais servidores e auxiliares da justiça desta localidade, o leiloeiro, o depositário, o avaliador e o oficial de justiça, além daqueles que forem responsáveis pela administração dos bens leiloados, conforme determina o artigo 890 do Código de Processo Civil de 2015.
03)Salvo nas hipóteses do artigo 903, §§ 1º e 5º, do Código de Processo Civil de 2015, não serão aceitas desistências dos arrematantes, reclamações posteriores sobre os bens ou alegações de desconhecimento das cláusulas deste edital, para se eximirem das obrigações assumidas, observada, ainda, a sanção criminal prevista no artigo 358 do Código Penal ("Artigo 358 - Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem: Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência.").
04)VISTORIA DO BEM. A localização dos bens para visitação é a declarada neste edital. Antes dos dias marcados para o leilão, os interessados terão o direito de visitação dos bens nos locais em que se encontram. Se a parte ré ou o depositário impedirem a vistoria, o interessado deve entrar em contato com o escritório do leiloeiro oficial nomeado ou peticionar a este juízo.
INTIMAÇÕES: Ficam desde logo intimados os executados Cleide Alves Parari da Silva, se por ventura não forem encontrados para intimação pessoal, bem como para efeitos do art 889, Inciso I do NOVO CPC e do direito de remição art 826.
Conforme art. 887 esta edital será publicado eletronicamente no site www.rondonialeiloes.com.br
DÚVIDAS E INFORMAÇÕES SOBRE AS REGRAS DO LEILÃO E PARCELAMENTO:
FONE: 69-8133-1688 /69-3421-1869 E-MAIL: CONTATO@RONDONIALEILOES.COM.BR
SIMONE DE MELO
Juiz de Direito

Proc.: 0002568-79.2014.8.22.0011
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Municipio de Urupá
Advogado:Procurador do Munícipio do Urupá ( )
Executado:Fabio Junior Azevedo Santana
Advogado: Não Informado
EDITAL DE VENDA JUDICIAL E INTIMAÇÃO
A Juiza de Direito da 1ª Vara da cível do Tribunal de Justiça de Alvorada Doeste/RO, Dra. SIMONE MELO, FAZ SABER a todos quantos virem o presente EDITAL, ou dele tiverem conhecimento, que levará à venda na modalidade leilão ELETRÔNICO na data e local e sob as condições adiante descritas:
Processo: 0002568-79.2014.8.22.0011
Classe: Execução Fiscal
Exequente: Município de Urupá
Executado: Fabio Junior Azevedo Santana
PRIMEIRA VENDA: 01/03/2017 AS 11:30 hrs Lances pela melhor oferta, desde que seja igual ou superior ao valor de avaliação.
SEGUNDA VENDA: 13/03/2017 AS 11:30 hrs Lances pela melhor oferta, a qual não poderá ser inferior a 70% do valor de avaliação do bem.
LEILÃO ELETRONICO: PELO SITE: www.rondonialeiloes.com.br (Aberto com cinco dias de antecedência para recebimento de lances, e fechando no mesmo dia e hora do presencial)
DESCRIÇÃO DOS BENS
Uma motocicleta Honda C100 Biz, cor azul, placa NCB 5136, ano/modelo 2003/2003, RENAVAM 807216763, chassis 9C2HA07203BRO13949, em mal estado de conservação.
LOCALIZAÇÃO: Rua XV de novembro, 1497, Urupá/RO, com o depositário Fábio Junior de Azevedo Santana.
AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 1.500,00 (Mil e quinhentos reais)
ONUS: Nada consta
Modalidade Eletrônica: Quem pretender arrematar os ditos bens, deverão ofertar lances pela internet, através do site www.rondonialeiloes.com.br, devendo para tanto os interessados efetuarem o cadastramento prévio, no prazo máximo de 24 horas antes do leilão, confirmarem o lance e recolher a quantia respectiva, para lavratura do termo próprio, ficando ciente de que os arrematantes deverão depositar a disposição do juízo o valor da arrematação, via depósito judicial no prazo de 24hs, seguindo as demais regras da forma de pagamento (Vista/Parcelado) escolhida para cada arrematação.
ADVERTENCIAS:
Nos termos do disposto no art. 880, parágrafo 10 do Código de Processo Civil, a comissão de corretagem é de 6% (sete por cento) do valor da arrematação, em caso de pagamento da dívida pelo devedor antes do leilão, a leiloeira deverá ser ressarcida das despesas comprovadamente efetuadas com a publicação de editais e tudo mais que tenha sido necessário para providenciar a realização do leilão.
01)Conforme art. 130CTN o bem será entregue ao arrematante desembaraçado, livre de tributos cujo fato imponível tenha ocorrido em data anterior à alienação judicial; no caso de veículos, o arrematante também não será considerado responsável pelo pagamento das multas de trânsito aplicadas até a data da arrematação
02)Todas as pessoas jurídicas regularmente constituídas e as pessoas naturais capazes podem participar do leilão, exceto o juiz do feito, o membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, o Diretor de Secretaria e os demais servidores e auxiliares da justiça desta localidade, o leiloeiro, o depositário, o avaliador e o oficial de justiça, além daqueles que forem responsáveis pela administração dos bens leiloados, conforme determina o artigo 890 do Código de Processo Civil de 2015.
03)Salvo nas hipóteses do artigo 903, §§ 1º e 5º, do Código de Processo Civil de 2015, não serão aceitas desistências dos arrematantes, reclamações posteriores sobre os bens ou alegações de desconhecimento das cláusulas deste edital, para se eximirem das obrigações assumidas, observada, ainda, a sanção criminal prevista no artigo 358 do Código Penal ("Artigo 358 - Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem: Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência.").
04)VISTORIA DO BEM. A localização dos bens para visitação é a declarada neste edital. Antes dos dias marcados para o leilão, os interessados terão o direito de visitação dos bens nos locais em que se encontram. Se a parte ré ou o depositário impedirem a vistoria, o interessado deve entrar em contato com o escritório do leiloeiro oficial nomeado ou peticionar a este juízo.
INTIMAÇÕES: Ficam desde logo intimados os executados Fabio Junior Azevedo Santana, se por ventura não forem encontrados para intimação pessoal, bem como para efeitos do art 889, Inciso I do NOVO CPC e do direito de remição art 826.
Conforme art. 887 esta edital será publicado eletronicamente no site www.rondonialeiloes.com.br
DÚVIDAS E INFORMAÇÕES SOBRE AS REGRAS DO LEILÃO E PARCELAMENTO:
FONE: 69-8133-1688 /69-3421-1869 E-MAIL: CONTATO@RONDONIALEILOES.COM.BR
SIMONE DE MELO
Juiza de Direito

Proc.: 0017352-71.2008.8.22.0011
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia de Rondônia - CREA/RO
Advogado:Mariuza Krause (OAB/RO 4410), Andrey Cavalcante de Carvalho (OAB/RO 303B)
Executado:Karla Marcelly Taborda Costa
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
Edital - Publicar:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL E INTIMAÇÃO
A Juiza de Direito da 1ª Vara da cível do Tribunal de Justiça de Alvorada Doeste/RO, Dra. SIMONE MELO, FAZ SABER a todos quantos virem o presente EDITAL, ou dele tiverem conhecimento, que levará à venda na modalidade leilão ELETRÔNICO na data e local e sob as condições adiante descritas:
Processo: 00017352-71.2008.8.22.0011
Classe: Execução Fiscal
Exequente: Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Rondônia – CREA/RO
Executado: Karla Marcelly Taborda Costa
PRIMEIRA VENDA: 01/03/2017 AS 11:30 hrs Lances pela melhor oferta, desde que seja igual ou superior ao valor de avaliação.
SEGUNDA VENDA: 13/03/2017 AS 11:30 hrs Lances pela melhor oferta, a qual não poderá ser inferior a 70% do valor de avaliação do bem.
LEILÃO ELETRONICO: PELO SITE: www.rondonialeiloes.com.br (Aberto com cinco dias de antecedência para recebimento de lances, e fechando no mesmo dia e hora do presencial)
DESCRIÇÃO DOS BENS
Um aparelho de ar condicionado, marca Electrolux, modelo condensador SE24S, modelo evaporador SI24S, potência 24.000 btus, em perfeito estado de conservação e funcionamento, avaliado em R$ 1.800,00.
Um aparelho de ar condicionado, marca Comeco, modelo KOS30FC62, potência 28.000 btus, em perfeito estado de conservação e funcionamento, avaliado em R$ 1.800,00.
LOCALIZAÇÃO: Rua Guimarães Rosa, 5257. Depositária: Karla Marcelly Taborda Costa
AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais)
ONUS: Nada consta
Modalidade Eletrônica: Quem pretender arrematar os ditos bens, deverão ofertar lances pela internet, através do site www.rondonialeiloes.com.br, devendo para tanto os interessados efetuarem o cadastramento prévio, no prazo máximo de 24 horas antes do leilão, confirmarem o lance e recolher a quantia respectiva, para lavratura do termo próprio, ficando ciente de que os arrematantes deverão depositar a disposição do juízo o valor da arrematação, via depósito judicial no prazo de 24hs, seguindo as demais regras da forma de pagamento (Vista/Parcelado) escolhida para cada arrematação.
ADVERTENCIAS:
Nos termos do disposto no art. 880, parágrafo 10 do Código de Processo Civil, a comissão de corretagem é de 6% (sete por cento) do valor da arrematação, em caso de pagamento da dívida pelo devedor antes do leilão, a leiloeira deverá ser ressarcida das despesas comprovadamente efetuadas com a publicação de editais e tudo mais que tenha sido necessário para providenciar a realização do leilão.
01)Conforme art. 130CTN o bem será entregue ao arrematante desembaraçado, livre de tributos cujo fato imponível tenha ocorrido em data anterior à alienação judicial; no caso de veículos, o arrematante também não será considerado responsável pelo pagamento das multas de trânsito aplicadas até a data da arrematação
02)Todas as pessoas jurídicas regularmente constituídas e as pessoas naturais capazes podem participar do leilão, exceto o juiz do feito, o membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, o Diretor de Secretaria e os demais servidores e auxiliares da justiça desta localidade, o leiloeiro, o depositário, o avaliador e o oficial de justiça, além daqueles que forem responsáveis pela administração dos bens leiloados, conforme determina o artigo 890 do Código de Processo Civil de 2015.
03)Salvo nas hipóteses do artigo 903, §§ 1º e 5º, do Código de Processo Civil de 2015, não serão aceitas desistências dos arrematantes, reclamações posteriores sobre os bens ou alegações de desconhecimento das cláusulas deste edital, para se eximirem das obrigações assumidas, observada, ainda, a sanção criminal prevista no artigo 358 do Código Penal (“Artigo 358 - Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem: Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência.”).
04)VISTORIA DO BEM. A localização dos bens para visitação é a declarada neste edital. Antes dos dias marcados para o leilão, os interessados terão o direito de visitação dos bens nos locais em que se encontram. Se a parte ré ou o depositário impedirem a vistoria, o interessado deve entrar em contato com o escritório do leiloeiro oficial nomeado ou peticionar a este juízo.
INTIMAÇÕES: Ficam desde logo intimados os executados Karla Marcelly Taborda Costa, se por ventura não forem encontrados para intimação pessoal, bem como para efeitos do art 889, Inciso I do NOVO CPC e do direito de remição art 826.
Conforme art. 887 esta edital será publicado eletronicamente no site www.rondonialeiloes.com.br
DÚVIDAS E INFORMAÇÕES SOBRE AS REGRAS DO LEILÃO E PARCELAMENTO:
FONE: 69-8133-1688 /69-3421-1869 E-MAIL: CONTATO@RONDONIALEILOES.COM.BR
SIMONE DE MELO
Juiza de Direito

Proc.: 0001960-18.2013.8.22.0011
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama
Advogado: Procurador do Ibama
Executado: Cezar Costa
Advogado: Não Informado

EDITAL DE VENDA JUDICIAL E INTIMAÇÃO
A Juiza de Direito da 1ª Vara da cível do Tribunal de Justiça de Alvorada Doeste/RO, Dra. SIMONE MELO, FAZ SABER a todos quantos virem o presente EDITAL, ou dele tiverem conhecimento, que levará à venda na modalidade leilão ELETRÔNICO na data e local e sob as condições adiante descritas:
Processo: 0001960-18.2013.8.22.0011
Classe: Execução Fiscal
Exequente: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA
Executado: Cezar Costa
PRIMEIRA VENDA: 1º/03/2017 AS 11:30 hrs Lances pela melhor oferta, desde que seja igual ou superior ao valor de avaliação.
SEGUNDA VENDA: 13/03/2017 AS 11:30 hrs Lances pela melhor oferta, a qual não poderá ser inferior a 70% do valor de avaliação do bem.
LEILÃO ELETRONICO: PELO SITE: www.rondonialeiloes.com.br (Aberto com cinco dias de antecedência para recebimento de lances, e fechando no mesmo dia e hora do presencial)
DESCRIÇÃO DOS BENS
Imóvel Rural, lote 09, gleba 12ª, localizado na linha 52, setor Ricardo Franco, gleba Novo Destino, Projeto Fundiário Jaru Ouro Preto, denominado Sítio São Paulo, no Município de Alvorada d’Oeste, com área de 99.790ha, contendo pastagens em 20 alqueires, um curral em madeira e todo cercado em arame liso.

LOCALIZAÇÃO: Imóvel localizado na linha 52, km 05, servido Ricardo Franco, gleba Novo Destino, Projeto Fundiário Jaru Ouro Preto, denominado Sítio São Paulo, no Município de Alvorada d'Oeste.
Depositário fiel: Sandro Duarte Lopes, linha 52, fazenda Lagoa Azul.
AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais)
ONUS: Nada consta
Modalidade Eletrônica: Quem pretender arrematar os ditos bens, deverão ofertar lances pela internet, através do site www.rondonialeiloes.com.br, devendo para tanto os interessados efetuarem o cadastramento prévio, no prazo máximo de 24 horas antes do leilão, confirmarem o lance e recolher a quantia respectiva, para lavratura do termo próprio, ficando ciente de que os arrematantes deverão depositar a disposição do juízo o valor da arrematação, via depósito judicial no prazo de 24hs, seguindo as demais regras da forma de pagamento (Vista/Parcelado) escolhida para cada arrematação.
ADVERTENCIAS:
Nos termos do disposto no art. 880, parágrafo 10 do Código de Processo Civil, a comissão de corretagem é de 7% (sete por cento) do valor da arrematação, em caso de pagamento da dívida pelo devedor antes do leilão, a leiloeira deverá ser ressarcida das despesas comprovadamente efetuadas com a publicação de editais e tudo mais que tenha sido necessário para providenciar a realização do leilão.
01)Conforme art. 130CTN o bem será entregue ao arrematante desembaraçado, livre de tributos cujo fato imponível tenha ocorrido em data anterior à alienação judicial; no caso de veículos, o arrematante também não será considerado responsável pelo pagamento das multas de trânsito aplicadas até a data da arrematação
02)Todas as pessoas jurídicas regularmente constituídas e as pessoas naturais capazes podem participar do leilão, exceto o juiz do feito, o membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, o Diretor de Secretaria e os demais servidores e auxiliares da justiça desta localidade, o leiloeiro, o depositário, o avaliador e o oficial de justiça, além daqueles que forem responsáveis pela administração dos bens leiloados, conforme determina o artigo 890 do Código de Processo Civil de 2015.
03)Salvo nas hipóteses do artigo 903, §§ 1º e 5º, do Código de Processo Civil de 2015, não serão aceitas desistências dos arrematantes, reclamações posteriores sobre os bens ou alegações de desconhecimento das cláusulas deste edital, para se eximirem das obrigações assumidas, observada, ainda, a sanção criminal prevista no artigo 358 do Código Penal ("Artigo 358 - Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem: Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência.").
04)VISTORIA DO BEM. A localização dos bens para visitação é a declarada neste edital. Antes dos dias marcados para o leilão, os interessados terão o direito de visitação dos bens nos locais em que se encontram. Se a parte ré ou o depositário impedirem a vistoria, o interessado deve entrar em contato com o escritório do leiloeiro oficial nomeado ou peticionar a este juízo.
INTIMAÇÕES: Ficam desde logo intimados os executados Cezar Costa, se por ventura não forem encontrados para intimação pessoal, bem como para efeitos do art 889, Inciso I do NOVO CPC e do direito de remição art 826.
Conforme art. 887 esta edital será publicado eletronicamente no site www.rondonialeiloes.com.br
DÚVIDAS E INFORMAÇÕES SOBRE AS REGRAS DO LEILÃO E PARCELAMENTO:
FONE: 69-8133-1688 /69-3421-1869 E-MAIL: CONTATO@RONDONIALEILOES.COM.BR
SIMONE DE MELO
Juiza de Direito

Proc.: 0001020-19.2014.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Geraldo de Souza Guedes
Advogado:Felipe Wendt (OAB/RO 4590)
Requerido:Banco da Amazônia SA-Basa
Advogado:Washington Ferreira Mendonça (OAB/RO 1946)
Vistos. Ante ao pagamento da quantia à fl.135, expeça-se o competente alvará judicial em favor da parte autora para levantamento do respectivo valor, que faculto ser em nome de seu patrono, desde que detenha poderes para tanto. Em seguida, nada sendo requerido, arquivem-se. Pratique-se o necessário. Alvorada do Oeste-RO, terça-feira, 8 de novembro de 2016. Simone de Melo - Juíza de Direito.

Proc.: 0002186-86.2014.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Andreia de Oliveira Martins
Advogado:Marcos Antonio Oda Filho (OAB/RO 4760)
Requerido:Wanderley de Jesus, Bigsal Industria e Comércio de Suplementos para Nutrição Animal Ltda, Itaú Seguros S/A
Advogado:Yuri Robert Rabelo Antunes (4584), Carlos Antônio Harten Filho (OAB/PE 19357)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 133: "As partes foram devidamente intimadas quanto a SENTENÇA retro, qual reconheceu a ilegitimidade de Itaú Seguros S/A para figurar no polo passivo, e o prazo para manifestação transcorreu in albis. Ante o exposto, CERTIFICO que a SENTENÇA de fls 131/132 transitou em julgado. O referido é verdade. Dou fé ".

Proc.: 0002619-27.2013.8.22.0011
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Maiara Cristina Birck de Souza
Advogado:Thadeu Fernando Barbosa Oliveira (OAB/RO 3245)
Executado:Sérgio dos Santos
Advogado:Robislete de Jesus Barros (OAB/RO 2943)
Vistos.Desentranhe a petição de fls. 99/122 e entregue à causídica para distribuição competente, eis que se processa em autos apartados, consoante redação do art. 676 do NCPC. Do mesmo modo, considerando que a petição de fls. 123/125, refere-se aos embargos de terceiro, deixo de conhecê-la. No mais, renove-se a intimação da exequente para manifestação quanto a exceção de pré-executividade, no prazo de 10 dias.Após, conclusos. Alvorada do Oeste-RO, terça-feira, 4 de outubro de 2016. Simone de Melo - Juíza de Direito.

Proc.: 0000933-63.2014.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Gumercino Nunes
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (OAB/RO 4511)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do TRF1.

Proc.: 0001477-51.2014.8.22.0011
Ação: Busca e Apreensão (Cível)
Requerente: Banco Bradesco S/A
Advogado:Maria Lucilia Gomes (OAB/SP 84206), Thiago de Siqueira Batista Macedo (OAB/RO 6842)
Requerido: M. R. R. Ramirez Me
Advogado: Não Informado
Vistos. Conforme detalhamento adiante, procedi restrição de circulação no veículo em nome da executada junto ao RENAJUD. Deste modo, intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que entender pertinente para o correto andamento do feito.Expeça-se o necessário. Alvorada do Oeste-RO, quarta-feira, 30 de novembro de 2016. Simone de Melo - Juíza de Direito.

Proc.: 0002410-58.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Município de Alvorada do Oeste
Advogado:Procurador do Município de Alvorada do Oeste
Requerido:Carmelo Bejarano Roca
Advogado:Nivea Magalhaes Silva (RO 1613)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória devolvida.

Proc.: 0001694-31.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Silvia Andreia Barbosa Carneiro
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (OAB/RO 4511)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do TRF1.

Proc.: 0002142-38.2012.8.22.0011
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Admilson Marques de Almeida
Advogado:Rhuan Alves de Azevedo (OAB/RO 5125)
Requerido:Serviço Autônomo de Água e Esgoto Saae
Advogado:Rose Anne Barreto (OAB/RO 3976)
Fica a parte Autora no prazo de058 dias, intimada a promover o regular andamento do feito.

Proc.: 0001283-51.2014.8.22.0011
Ação:Monitória
Requerente:Gilson Pereira de Figueiredo
Advogado:Antonio Ramon Viana Coutinho (OAB/RO 3518)
Requerido:Cooperativa Mista de Produção e Serviços de Terra Boa - Comproseb
Advogado:Rhuan Alves de Azevedo (OAB/RO 5125)
Vistos.Nos termos do artigo 1.023, § 2º, do NCPC, intime-se o embargado para que querendo, se manifeste sobre os embargos, no prazo de 05 dias.Findo o prazo, com ou sem manifestação, tornem conclusos. Alvorada do Oeste-RO, terça-feira, 6 de dezembro de 2016. Miria do Nascimento de Souza - Juíza de Direito.

Proc.: 0000508-02.2015.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Dalarriva Rodrigues de Amorim
Advogado:Camila Batista Felici (OAB/RO 4844)
Requerido:Valter Lopes de Oliveira, Claudia de Souza Barbosa, Nilton de Lima Paz, Moacir Romualda Ramos, Mariana Romualda Ramos
Advogado:Admir Teixeira (22 SMG/RO), Luiz Carlos Rettmann ( ), Pedro Paixão dos Santos (22 SMG/RO), Eunice Aparecida Cardoso (OAB/RO 1884)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória devolvida.

Proc.: 0002299-74.2013.8.22.0011
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Alvorada do Oeste
Advogado:Procurador do Município de Alvorada do Oeste
Executado:Emerson Mendes de Souza
Advogado: Não Informado
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 05 dias
Autos: 0002299-74.2013.8.22.0011
Ação: Execução Fiscal
Requerente: Município de Alvorada D'Oeste/Ro
Requerido: Emerson Mendes de Souza
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do requerido EMERSON MENDES DE SOUZA, Pessoa física, Inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº 711.052.392-68, atualmente em local incerto e não sabido; dos termos da presente ação, que lhe move o MUNICÍPIO DE ALVORADA D'OESTE/RO, para apresentar impugnação à aprennsão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 854, § 3º, do NCPC, desde que o faça por intermédio de advogado.
Sede do Juízo: Fórum José Júlio Guimarães Lima, Rua Vinícius de Morais, 4308, Alvorada D'Oeste – RO.
Alvorada D'Oeste, 07.02.2017.

COMARCA DE BURITIS

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Proc: 1001241-52.2014.8.22.0021 Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Neuza Pedra Vieira(Autor)
Advogado(s): Michelle Souza Pires Stegmann(OAB 4110 RO)
Bradesco Financiamento(Réu)
Advogado(s): Mauro Paulo Galera Mari(OAB 4937 RO)
Intimar a parte autora através do seu advogado para pagar as custas processuais de acordo com o movimento 67, no prazo de 05 (cinco) dias sob pena de inscrição na dívida ativa.

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000 - Fone:( )
Processo nº 0000670-98.2014.8.22.0021
AUTOR: IDA DE SOUZA FISCHER
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A
CERTIDÃO
Certifico para os devidos fins que estes autos foram migrados para o sistema PJe, conforme RESOLUÇÃO N. 037/2016-PR - TJRO - publicado no DJ 235 de 16/12/2016.
Buritis,06 fevereiro de 2017.
Antônia Izaleth Siqueira Chaves

Processo nº 0000317-24.2015.8.22.0021
AUTOR: OSVALDO DIVINO FERREIRA
RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Certidão
Certifico para os devidos fins que estes autos foram migrados para o sistema PJe, conforme RESOLUÇÃO N. 037/2016-PR - TJRO - publicado no DJ 235 de 16/12/2016.
Buritis, 01 fevereiro de 2017.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000 - Fone:( )
Processo nº 0002552-32.2013.8.22.0021
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: ROSELI BARRETO, JAIR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA, STYLUS COUNTRY CONFECÇÕES LTDA.
Certidão
Certifico para os devidos fins que estes autos foram migrados para o sistema PJe, conforme RESOLUÇÃO N. 037/2016-PR - TJRO - publicado no DJ 235 de 16/12/2016.
Buritis, 01 fevereiro de 2017.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000 - Fone:( )
Processo nº 0002548-24.2015.8.22.0021
EXEQUENTE: PRISCILLA DA SILVA TELES
EXECUTADO: GUSTAVO TELES DE SOUZA
Certidão
Certifico para os devidos fins que estes autos foram migrados para o sistema PJe, conforme RESOLUÇÃO N. 037/2016-PR - TJRO - publicado no DJ 235 de 16/12/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000 - Fone:( )
Processo nº 0003514-84.2015.8.22.0021
AUTOR: CLAUDINEI PALMIERI
RÉU: MATHEUS DA SILVA PALMIERI, EMANOEL ANTONIO PALMIERI NETO
Certidão
Certifico para os devidos fins que estes autos foram migrados para o sistema PJe, conforme RESOLUÇÃO N. 037/2016-PR - TJRO - publicado no DJ 235 de 16/12/2016.
Buritis, 01 fevereiro de 2017.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000 - Fone:( )
Processo nº 0003654-55.2014.8.22.0021
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: C. H. DE JESEUS & CIA LTDA
Certidão
Certifico para os devidos fins que estes autos foram migrados para o sistema PJe, conforme RESOLUÇÃO N. 037/2016-PR - TJRO - publicado no DJ 235 de 16/12/2016.
Buritis, 01 fevereiro de 2017.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000 - Fone:( )
Processo nº 0001597-30.2015.8.22.0021
AUTOR: RONALDO FRANCO SOARES
RÉU: TECNOAR FERRAMENTAS LTDA - ME
Certidão
Certifico para os devidos fins que estes autos foram migrados para o sistema PJe, conforme RESOLUÇÃO N. 037/2016-PR - TJRO - publicado no DJ 235 de 16/12/2016.
Buritis,03 fevereiro de 2017.

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório

Proc.: 0000505-80.2016.8.22.0021
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciado:Elenita Servano de Souza
Advogado:Cesar Eduardo Manduca Pacios (RO 520)
FINALIDADE: Intimar o advogado acima mencionado da designação de audiência nesta Comarca: Vistos etc.Designo audiência para proposta de sursis para o dia 20/03/2017 ás 09h30m, neste juízo. Encaminhe-se os autos à CEJUSC para realização da audiência. SERVE A PRESENTE COMO MANDADO /OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.Ré: ELENITA SERVANO DE SOUZA, brasileiro, união estável, nascido aos 08/08/1979, natural de Miranda/MS, filha de Adão Servano de Souza e Julia Ferreira de Souza, residente e domiciliada na Rua São Francisco do Guaporé, s/n, setor 06, Buritis/RO.Buritis-RO, quarta-feira, 1 de fevereiro de 2017.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito.

COMARCA DE COSTA MARQUES

1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Proc: 1000462-15.2014.8.22.0016 Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Gracilene Leigue Sória(Vítima do fato)
Paulo Daniel Maleli(Representado)
Gracilene Leigue Sória(Vítima do fato)
Paulo Daniel Maleli(Representado)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis)
SENTENÇA. Trata-se de termo circunstanciado de ocorrência em desfavor de PAULO DANIEL MALELI versando sobre a prática, em tese, do crime previsto no art. 129, caput, do Código Penal. O fato ocorreu em 02/12/2014. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Decido. Analisando detidamente os autos, verifico que a prescrição da pretensão punitiva propriamente dita ou prescrição em abstrato já ocorreu no vertente caso. Pois bem, tratando-se de prescrição, convém ressaltar que esta é matéria de ordem pública que pode ser reconhecida de ofício a qualquer tempo e grau de jurisdição. Para a análise do caso concreto, há que se observar, inicialmente, que a infração penal prevista no art. 129, caput, do Código Penal tem pena privativa de liberdade máxima abstratamente cominada de 01 (um) ano, prescrevendo a pretensão punitiva do Estado no prazo de 04 (quatro) anos, consoante os termos do artigo 109, inciso V, do Código Penal. Ocorre que PAULO DANIEL MALELI (nascido em 15/05/1995 mov: 1) possuía 19 (dezenove) anos na data do fato e, em decorrência de sua idade (menor de vinte e um anos), o cômputo do prazo prescricional do presente caso deverá ser analisado em conjunto com a norma prevista no artigo 115 do Código Penal. Com isso, a prescrição da infração imputada ao acusado é reduzida pela metade, ou seja, ao invés de 04 (quatro) anos ocorrerá em 02 (dois) anos. Assim, conforme disposto no art. 111, inciso I, do Código Penal, inicia-se o curso do prazo prescricional na data do cometimento do fato tido por delituoso, o qual ocorreu em 02/12/2014. Ocorre que já se passaram mais de 02 (dois) anos sem que tenha incidido causa de interrupção (art. 117 do Código Penal) ou de suspensão da prescrição (art. 116 do Código Penal) da prescrição. Deste modo, o jus puniendi do Estado, que se materializa por meio da Ação Penal, através da qual visa punir todo aquele que, por ação ou omissão, pratica um ilícito penal restou exaurido em 01/12/2016, pois o Estado não o exerceu de forma satisfatória e célere. Sua desídia e inércia são punidas com a perda do direito de punir, afinal o direito não socorre aquele que dorme (nem mesmo o Estado). Com isso, o delito em análise está prescrito, devendo ser declarada a extinção da punibilidade com fundamento no art. 107, inciso IV (1ª hipótese) e no art. 109, inciso V c/c artigo 115, todos do Código Penal. Ao dissertar sobre tal causa extintiva da punibilidade, o ilustre doutrinador JULIO FABBRINI MIRABETE ensina que: Prescrição é a perda do direito de punir do Estado pelo decurso do tempo. O desaparecimento do interesse estatal na repressão do crime, em razão do tempo decorrido,

justifica o instituto, perdendo a sanção penal sua FINALIDADE quando o infrator não reincide e se readapta à vida social. Ocorrido o crime, nasce para o Estado a pretensão de punir o autor do fato criminoso, que deve ser exercida dentro de determinado lapso temporal, que varia de acordo com a figura criminosa e segundo o critério do máximo cominado em abstrato da pena privativa de liberdade. Escoado esse prazo, que é submetido as interrupções ou suspensões previstas em lei, ocorre a prescrição da pretensão punitiva, chamada impropriamente de prescrição da ação penal. Nessa hipótese, que ocorre sempre antes do trânsito em julgado da SENTENÇA condenatória, são totalmente apagados todos os seus efeitos, ainda que haja SENTENÇA condenatória proferida. (Mirabete, Julio Fabbrini. Código Penal Interpretado. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2005) (Grifei). A jurisprudência reforça a tese de aplicação da prescrição da pretensão punitiva propriamente dita ou prescrição em abstrato ao caso dos presentes autos, in verbis: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. DIRIGIR SEM HABILITAÇÃO (ARTIGO 309, DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO). REJEIÇÃO DA DENÚNCIA. INCONFORMISMO MINISTERIAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA PELO MÁXIMO DA PENA COMINADA EM ABSTRATO. LAPSO PRESCRICIONAL REDUZIDO PELA METADE-MENOR DE VINTE E UM ANOS DE IDADE À ÉPOCA DOS FATOS. ANÁLISE DE OFÍCIO. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. RECURSO PREJUDICADO. A prescrição é matéria de ordem pública que, inclusive, deve ser declarada de ofício, prejudicial de todas as demais questões propostas no recurso. É de ser declarada extinta a punibilidade do ora recorrido pela prescrição da pretensão punitiva pela pena em abstrato, com fundamento nos artigos 107, inciso IV, 1ª hipótese, 109, inciso V e 115, todos do Código Penal, já que transcorridos mais de 02(dois) anos desde a data dos fatos, não havendo nenhuma interrupção do lapso prescricional. Recurso prejudicado. (TJMT; RSE 36250/2012; Vera; Primeira Câmara Criminal; Rel. Des. Paulo da Cunha; Julg. 11/09/2012; DJMT 18/09/2012; Pág. 33). (Grifei). APELAÇAO. CRIME DE TRÂNSITO. ARTIGO 309 DO CTB. RÉU MENOR DE 21 ANOS DE IDADE. PRESCRIÇÃO. Inarredável, na hipótese, como decorrência do não exercício da pretensão punitiva por parte do estado, o reconhecimento da prescrição como causa extintiva da punibilidade. Condenado à pena de multa, regula-se a prescrição pelos artigos 107, IV, e 114, II, ambos do Código Penal, sendo de dois anos o prazo para que reste implementada, limite este que, em se tratando de réu menor de 21 anos, deve ser reduzido por metade (artigo 115 do Código Penal), resultando, portanto, em um ano. Prejudicado, como decorrência do reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição, o exame do MÉRITO do recurso, nos termos da Súmula nº. 241, do extinto TFR. Julgada extinta a punibilidade do réu. (TJRS; Proc. 39226-02.2012.8.21.9000; Augusto Pestana; Turma Recursal Criminal; Relª Desª Madgeli Frantz Machado; Julg. 17/09/2012; DJERS 19/09/2012). (Grifei). Diante do exposto, DECLARO extinta a punibilidade estatal em face do suposto autor do fato, quanto a infração penal prevista no art. 129, caput, do Código Penal, com fulcro no artigo 107, inciso IV (1ª hipótese) e no artigo 109, inciso V, c/c artigo 115, todos do Código Penal, ante a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva propriamente dita ou prescrição em abstrato. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, comuniquem-se aos Institutos de Identificação Nacional e Estadual e ao Cartório Distribuidor. Após, observando-se as formalidades legais, arquivem-se com a devida baixa no Cartório Distribuidor. Cientifique-se o Ministério Público. Cumpra-se. Costa Marques/RO, 10 de janeiro de 2017. FÁBIO BATISTA DA SILVA Juiz Substituto.

Proc: 1000070-41.2015.8.22.0016 Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Ministerio Publico do Estado de Rondonia(Autor)
Leo Tito Wildner(Autor do fato)
Ministerio Publico do Estado de Rondonia(Autor)
Leo Tito Wildner(Autor do fato)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis)
SENTENÇA. Vistos, etc., Trata-se de termo circunstanciado de ocorrência em desfavor de LEO TITO WILDNER versando sobre a prática, em tese, do crime previsto no art. 44, da Lei 9.605/98. Em audiência (mov: 5), o Ministério Público ofertou uma proposta de transação penal que fora aceita pelo suposto autor do fato. Houve a homologação da proposta de transação penal por meio de SENTENÇA (mov: 6). Os comprovantes de pagamentos foram acostados aos autos (mov: 9/11) e houve a certificação do cumprimento da transação penal (mov: 12). O Parquet manifestou-se pela declaração de extinção da punibilidade do infrator. Após, vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Analisando detidamente os autos, verifico que o suposto autor do fato aceitou proposta de transação, posteriormente homologada em Juízo e a cumpriu integralmente. Sendo assim, a declaração da extinção da punibilidade é a medida de rigor. Nesse sentido, colaciono jurisprudência: TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA. CRIME AMBIENTAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO. Aceita e cumprida a proposta de transação penal pelo autor do fato, resta a este tribunal declarar extinta a punibilidade e, de consequência, determinar o arquivamento dos autos, nos termos do artigo 84, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95, combinado com o 3º da Lei nº 8.038/1990. Extinção da punibilidade declarada. (TJGO; TCO 0427107-45.2011.8.09.0000; Alto Paraiso de Goias; Segunda Câmara Criminal; Relª Desª Carmecy Rosa Maria A. de Oliveira; DJGO 07/08/2013; Pág. 647) (Grifei). LEI 8.038/90. AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. PREFEITOS. CRIMES DE AMEAÇA E LESÃO CORPORAL. Diante do cumprimento da transação penal pelo representado, requereu o Ministério Público a extinção da punibilidade do Prefeito com posterior baixa e arquivamento do presente feito. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. ARQUIVAMENTO DEFERIDO. (Representação Criminal Nº 70064560188, Quarta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ivan Leomar Bruxel, Julgado em 13/05/2016) (Grifei). Diante do exposto, DECLARO extinta a punibilidade estatal em face do suposto autor do fato, quanto ao crime apurado nos autos, ante o cumprimento da transação penal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, comuniquem-se aos Institutos de Identificação Nacional e Estadual e ao Cartório Distribuidor. Após, observando-se as formalidades legais, arquivem-se com a devida baixa no Cartório Distribuidor. Cientifique-se o Ministério Público. Cumpra-se. Costa Marques/RO, 10 de janeiro de 2017. FÁBIO BATISTA DA SILVA Juiz Substituto.

Proc: 1000018-11.2016.8.22.0016 Ação:Carta Precatória (Juizado Criminal)
Delegacia de Policia Civil de São Francisco do Guaporé(Autor)
Jhon Maicon Borchardt(Autor do fato), Wender Jhon da Silva(Autor do fato)
Delegacia de Policia Civil (Autor)
Jhon Maicon Borchardt, Wender Jhon da Silva(Autor do fato)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis)
SENTENÇA. Vistos... Relatório dispensado na forma do artigo 81, § 3º da lei 9.099/95. No curso do procedimento, o infrator Wender Jhon da Silva foi beneficiado com a transação penal, na modalidade de prestação de serviços à comunidade, sendo que cumpriu integralmente as condições que lhes foram impostas, conforme certidão (mov. n. 28). O Ministério Público opinou pela extinção da punibilidade (mov. n. 30). É a síntese necessária. No caso vertente, observa-se que o infrator Wender Jhon da Silva cumpriu integralmente as condições da transação penal, razão pela qual faz jus à extinção de sua punibilidade. Destarte, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do infrator Wender Jhon da Silva, relativamente aos fatos descritos no presente procedimento, extinguindo o feito. Considerando que o infrator Jhon Maicon Borchardt deixou de cumprir a transação penal, conforme certidão de (mov. 28), proceda-se sua INTIMAÇÃO, a fim de que justifique o descumprimento no prazo de 10 dias. Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Costa Marques, 21 de janeiro de 2017. Fábio batista da Silva Juiz Substituto

Proc: 1000313-19.2014.8.22.0016 Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Estado de Rondônia(Vítima do fato)
Elton Oliveira Dias(Autor do fato)
Estado de Rondônia(Vítima do fato)
Elton Oliveira Dias(Autor do fato)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis)
SENTENÇA. Vistos, etc., O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL ofereceu denúncia em desfavor de ELTON OLIVEIRA DIAS dando-o como incurso nas sanções da infração penal prevista no art. 34, do Decreto Lei n. 3.688/41 (mov. 43). O fato ocorreu em 02 de agosto de 2014. A denúncia foi recebida em 29/08/2016 (mov. 71). Vieram os autos conclusos. É o relatório. Decido. Analisando detidamente os autos, verifico que a prescrição da pretensão punitiva propriamente dita ou prescrição em abstrato já ocorreu no vertente caso. Pois bem, tratando-se de prescrição, convém ressaltar que esta é matéria de ordem pública que pode ser reconhecida de ofício a qualquer tempo e grau de jurisdição. Para a análise do caso concreto, há que se observar, inicialmente, que a infração penal prevista no art. 34, do Decreto Lei n. 3.688/41 tem pena de prisão simples, de 15 (quinze) dias a 03 (três) meses, prescrevendo a pretensão punitiva do Estado no prazo de 03 (três) anos, consoante os termos do artigo 109, inciso VI, do Código Penal. Ocorre que ELTON OLIVEIRA DIAS (nascido em 02/03/1995 mov: 1) possuía 19 (dezenove) anos na data do fato e, em decorrência de sua idade (menor de vinte e um anos), o cômputo do prazo prescricional do presente caso deverá ser analisado em conjunto com a norma prevista no artigo 115 do Código Penal. Com isso, a prescrição da infração imputada ao acusado é reduzida pela metade, ou seja, ao invés de 03 (três) anos ocorrerá em 18 (dezoito) meses. Assim, conforme disposto no art. 111, inciso I, do Código Penal, inicia-se o curso do prazo prescricional na data do cometimento do fato tido por delituoso, o qual ocorreu em 02/08/2014. Ocorre que já se passaram mais de 02 (dois) anos entre a data do fato e o recebimento da denúncia (causa de interrupção prevista no art. 117 do Código Penal) e não houve qualquer causa de suspensão da prescrição (art. 116 do Código Penal). Deste modo, o jus puniendi do Estado, que se materializa por meio da Ação Penal, através da qual visa punir todo aquele que, por ação ou omissão, pratica um ilícito penal restou exaurido em 01/02/2016 (data anterior ao recebimento da denúncia), pois o Estado não o exerceu de forma satisfatória e célere. Sua desídia e inércia são punidas com a perda do direito de punir, afinal o direito não socorre aquele que dorme (nem mesmo o Estado). Com isso, o delito em análise está prescrito, devendo ser declarada a extinção da punibilidade com fundamento no art. 107, inciso IV (1ª hipótese) e no art. 109, inciso VI c/c artigo 115, todos do Código Penal. Ao dissertar sobre tal causa extintiva da punibilidade, o ilustre doutrinador JULIO FABBRINI MIRABETE ensina que: Prescrição é a perda do direito de punir do Estado pelo decurso do tempo. O desaparecimento do interesse estatal na repressão do crime, em razão do tempo decorrido, justifica o instituto, perdendo a sanção penal sua FINALIDADE quando o infrator não reincide e se readapta à vida social. Ocorrido o crime, nasce para o Estado a pretensão de punir o autor do fato criminoso, que deve ser exercida dentro de determinado lapso temporal, que varia de acordo com a figura criminosa e segundo o critério do máximo cominado em abstrato da pena privativa de liberdade. Escoado esse prazo, que é submetido as interrupções ou suspensões previstas em lei, ocorre a prescrição da pretensão punitiva, chamada impropriamente de prescrição da ação penal. Nessa hipótese, que ocorre sempre antes do trânsito em julgado da SENTENÇA condenatória, são totalmente apagados todos os seus efeitos, ainda que haja SENTENÇA condenatória proferida. (Mirabete, Julio Fabbrini. Código Penal Interpretado. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2005) (Grifei). A jurisprudência reforça a tese de aplicação da prescrição da pretensão punitiva propriamente dita ou prescrição em abstrato ao caso dos presentes autos, in verbis: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. DIRIGIR SEM HABILITAÇÃO (ARTIGO 309, DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO). REJEIÇÃO DA DENÚNCIA. INCONFORMISMO MINISTERIAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA PELO MÁXIMO DA PENA COMINADA EM ABSTRATO. LAPSO PRESCRICIONAL REDUZIDO PELA METADE-MENOR DE VINTE E UM ANOS DE IDADE À ÉPOCA DOS FATOS. ANÁLISE DE OFÍCIO. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. RECURSO PREJUDICADO. A prescrição é matéria de ordem pública que, inclusive, deve ser declarada de ofício, prejudicial de todas as demais questões propostas no recurso. É de ser declarada extinta a punibilidade do ora recorrido pela prescrição da pretensão punitiva pela pena em abstrato, com fundamento nos artigos 107, inciso IV, 1ª hipótese, 109, inciso V e 115, todos do Código Penal, já que transcorridos mais de 02(dois) anos desde a data dos fatos, não havendo nenhuma interrupção do lapso prescricional. Recurso prejudicado. (TJMT; RSE 36250/2012; Vera; Primeira Câmara Criminal; Rel. Des. Paulo da Cunha; Julg. 11/09/2012; DJMT 18/09/2012; Pág. 33). (Grifei). APELAÇAO. CRIME DE TRÂNSITO. ARTIGO 309 DO CTB. RÉU MENOR DE 21 ANOS DE IDADE. PRESCRIÇÃO. Inarredável, na hipótese, como decorrência do não exercício da pretensão punitiva por parte do estado, o reconhecimento da prescrição como causa extintiva da punibilidade. Condenado à pena de multa, regula-se a prescrição pelos artigos 107, IV, e 114, II, ambos do Código Penal, sendo de dois anos o prazo para que reste implementada, limite este que, em se tratando de réu menor de 21 anos, deve ser reduzido por metade (artigo 115 do Código Penal), resultando, portanto, em um ano. Prejudicado, como decorrência do reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição, o exame do MÉRITO do recurso, nos termos da Súmula nº. 241, do extinto TFR. Julgada extinta a punibilidade do réu. (TJRS; Proc. 39226-02.2012.8.21.9000; Augusto Pestana; Turma Recursal Criminal; Relª Desª Madgeli Frantz Machado; Julg. 17/09/2012; DJERS 19/09/2012). (Grifei). Diante do exposto, DECLARO extinta a punibilidade estatal em face do suposto autor do fato, quanto a infração penal capitulada na exordial acusatória, com fulcro no artigo 107, inciso IV (1ª hipótese) e no artigo 109, inciso VI, c/c artigo 115, todos do Código Penal, ante a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva propriamente dita ou prescrição em abstrato. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, comuniquem-se aos Institutos de Identificação Nacional e Estadual e ao Cartório Distribuidor. Após, observando-se as formalidades legais, arquivem-se com a devida baixa no Cartório Distribuidor. Ciência ao Ministério Público. Cumpra-se. Costa Marques/RO, 11 de janeiro de 2017. FÁBIO BATISTA DA SILVA Juiz Substituto.

Proc: 1000109-77.2011.8.22.0016 Ação:Crimes Ambientais (Juizado Criminal)
Ministerio Publico do Estado de Rondonia(Autor)
Nuno Rogerio Calazan(Autor do fato)
Ministerio Publico do Estado de Rondonia(Autor)
Nuno Rogerio Calazan(Autor do fato)
Domingos Sávio Leal Nina(Testemunhante)
SENTENÇA. Vistos... Relatório dispensado na forma do artigo 81, § 3º da lei 9.099/95. No curso do procedimento, o infrator foi beneficiado com a suspensão condicional do processo, sendo que cumpriu integralmente as condições que lhes foram impostas, conforme certidão (mov. n. 141). O Ministério Público opinou pela extinção da punibilidade (mov. n. 143). É a síntese necessária. No caso vertente, observa-se que o infrator cumpriu integralmente as condições da suspensão condicional do processo, razão pela qual faz jus à extinção de sua punibilidade. Destarte, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do infrator Nuno Rogério Calazan, relativamente aos fatos descritos no presente procedimento, extinguindo o feito. Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Costa Marques, data da assinatura digital. Fábio batista da Silva Juiz Substituto.

Proc: 1000003-76.2015.8.22.0016 Ação:Procedimento Investigatório do MP (Peças de Informação) (Juizado Criminal)
Estado de Rondônia(Interessado (Parte Ativa))
Davi Barboza Barros(Autor do fato)
Estado de Rondônia(Interessado (Parte Ativa))
Davi Barboza Barros(Autor do fato)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis)
SENTENÇA. Vistos... Relatório dispensado na forma do artigo 81, § 3º da lei 9.099/95. No curso do procedimento, o infrator foi beneficiado com a transação penal, na modalidade de prestação pecuniária, sendo que cumpriu integralmente as condições que lhe fora imposta, conforme certidão (mov. n. 54). O Ministério Público opinou pela extinção da punibilidade (mov. n. 58). É a síntese necessária. No caso vertente observa-se que o infrator cumpriu integralmente as condições da transação penal, razão pela qual faz jus a extinção de sua punibilidade. Destarte, DECLARO EXTINTA a punibilidade do infrator DAVI BARBOZA BARROS, relativamente aos fatos descritos no presente procedimento, extinguindo o feito. Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Costa Marques/RO, 10 de novembro de 2016. Fábio Batista da Silva Juiz Substituto.

Proc: 1000036-32.2016.8.22.0016 Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Meio Ambiente(Vítima do fato)
Manoel Messias Pereira dos Santos(Autor do fato)
Meio Ambiente(Vítima do fato)
Manoel Messias Pereira dos Santos(Autor do fato)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis)
SENTENÇA. Vistos... Relatório dispensado na forma do artigo 81, § 3º da lei 9.099/95. No curso do procedimento, o infrator foi beneficiado com a transação penal, na modalidade de prestação pecuniária, sendo que cumpriu integralmente as condições que lhes foram impostas, conforme certidão (mov. n. 19). O Ministério Público opinou pela extinção da punibilidade (mov. n. 21). É a síntese necessária. No caso vertente, observa-se que o infrator cumpriu integralmente as condições da transação penal, razão pela qual faz jus à extinção de sua punibilidade. Destarte, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do infrator Manoel Messias Pereira Santos, relativamente aos fatos descritos no presente procedimento, extinguindo o feito. Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Costa Marques, data da assinatura digital. Fábio batista da Silva Juiz Substituto.

1ª VARA CÍVEL

1ª Vara Cível da Comarca de Costa Marques/RO
(e-mail: cmr1civel@tjro.jus.br)
Juiz de Direito: Fábio Batista da Silva

Proc.: 0026490-13.2009.8.22.0016
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Cleuza de Lima
Advogado:José Neves Bandeira (RO 182)
Executado:Maria das Graças da Silva
Advogado:Sebastião Quaresma Júnior Cm (RO 1372)
DESPACHO:
DESPACHO Promovida a remoção das restrições incluídas no sistema RENAJUD, conforme determinado às fls. 186.Cumpra-se as demais determinações inclusas na referida DECISÃO.Costa Marques-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Fábio Batista da Silva Juiz de Direito
Odair Paulo Fernandes

Diretor de Cartório

COMARCA DE MACHADINHO D´OESTE

1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Juiz de Direito: Dr. Hedy Carlos Soares
Diretora de Cartório: Rosângela Maria de Oliveira Costa
E-Mail: mdo1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0000764-52.2014.8.22.0019
Ação: Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Faz. Pública)
Requerente: Paulo Cesar da Fonseca Júnior
Advogado: Carine Maria Barella Ramos (OAB/RO 6279)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado
Intimação - Autor:
Fica a Parte Autora, por intermédio de sua Advogada, intimada para, no prazo de 05 dias, manifestar-se acerca da Petição de fls. 309-317, requerendo o que entender de direito.

Proc.: 0001254-74.2014.8.22.0019
Ação: Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Faz. Pública)
Requerente: Elieth Alves Silva
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar (OAB/RO 2.394)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Procurador do Estado
Intimação - Autor:
Fica a Parte Autora, por intermédio de seus advogados, intimada para, no prazo de 05 dias, manifestar-se acerca dos documentos de fls. 137-142, requerendo o que entender o que de direito.
Rosângela Maria de Oliveira

Diretora de Cartório

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
1ª Vara Criminal
Machadinho do Oeste
Juiz de Direito: Hedy Carlos Soares
Diretor de Cartório: Peterson Vendrameto, e-mail: mdo1criminal@tjro.jus.br

Proc.: 0000781-20.2016.8.22.0019
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
SócioEducando:Leonel da Silva Sgorlon, Julia Cristine Jesus de Souza
Advogado:Euflávio Dionísio de Lima (OAB 436)
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Trata-se de pedido de visita íntima, formulado por Julia Cristine Jesus de Souza, onde narra ser companheira de Leonel da Silva Sgorlon, atualmente recolhido na cadeia local, cumprindo pena no regime fechado, motivo pelo qual, requer autorização para visitá-lo (fls. 181-186). Juntou documentos às fls. 187-194.Instado a se manifestar, o Ministério Público manifestou-se pelo deferimento do presente pedido, entendendo que existe a comprovação efetiva da união estável, alegada entre os requerentes conforme parecer de fls. 208-210.É o relatório. Decido.Pois bem. O artigo 41, X, da Lei de Execuções Penais, assegura ao preso o direito de receber visitas do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados.A visita íntima ainda não está regulamentada e tem

sido permitida em caráter experimental, sendo que a visita íntima do marido, mulher, companheiro ou companheira, deverá estar sempre condicionada ao comportamento do preso, à segurança do presídio e às condições da unidade prisional sem perder de vista a preservação da saúde das pessoas envolvidas e a defesa da família. Trata-se de uma questão delicada a ser encarada com muita responsabilidade, em benefício da própria população carcerária. A visita da família é um direito incontestável, que deve ser incentivado, como elemento de grande influência na manutenção dos laços afetivos e na ressocialização do preso.Analisando os autos, verifico que dentre os vários documentos acostados, se encontra a declaração de união estável entre a requerente e o apenado (fls. 192), bem como, a Certidão de fls. 232, a qual informa que o casal possui uma filha, comprovando assim, o vínculo entre eles.Desta forma, considerando o que dos autos consta e, ainda, o parecer favorável do Ministério Público, DEFIRO, o pedido acostado às fls. 184-186, para o fim de que a requerente Julia Cristine Jesus de Souza realize visitas íntimas ao seu companheiro, Leonel da Silva Sgorlon, atualmente cumprindo pena na Cadeia local.Ciência ao Minsitério Público.Intimem-se as partes.Expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO /OFÍCIO. Machadinho do Oeste-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0000437-10.2014.8.22.0019
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu:Vanessa Teodorio
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia (000 202020)
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Considerando o teor da Certidão acostada às fls. 101-verso, a qual informa que foi dado fiel cumprimento no MANDADO de prisão emitido nestes autos, bem como, o fato de que o regime de condenação da ré Vanessa Teodorio é o aberto, REVOGO o MANDADO de prisão expedido anteriormente (fls. 89), devendo a mesma ser colocada imediatamente em liberdade se por outro motivo não estiver presa.Outrossim, considerando que a ré se encontra recolhida no presídio da Comarca de Porto Velho/RO, remeta-sa a Guia de Execução Penal para a respectiva Comarca, posto que lá está residindo, onde deverá dar início ao cumprimento de sua pena no regime ABERTO.O Sr. Oficial de Justiça deverá, no ato de cumprimento do Alvará de Soltura, obter o endereço atualizado da liberanda possibilitando sua futura intimação para audiência admonitória.Expeça-se o necessário com urgência. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ DE SOLTURA/ CARTA PRECATÓRIA.Machadinho do Oeste-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 1000001-29.2017.8.22.0019
Ação:Inquérito Policial (Réu Preso)
Autor:Delegacia de Polícia Civil de Machadinho do Oeste
Flagranteado:Raisson Cabral do Nascimento
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Presentes os pressupostos imprescindíveis para o exercício da ação penal, RECEBO A DENÚNCIA, para todos os efeitos legais e, conseqüentemente, determino:Cite(m)-se o(s) acusado(s) para, no prazo de 10 (dez) dias, responder(em) à acusação por escrito. Na resposta inicial, o(s) acusado(s) poderá(ão) argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecendo documentos e justificações, a fim de especificar as provas que pretende(m) produzir e, arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário;Intime-se, ainda, que transcorrido o prazo assinalado acima sem apresentação da resposta, fica desde já, nomeada a Defensoria Pública, para oferecê-la em igual prazo;Em concordância com os princípios da celeridade processual, da economicidade, da eficiência e da razoabilidade, a análise da resposta apresentada (art. 397, do CPP), será exercida na audiência de instrução e julgamento que ora designo para o dia 13.06.2017 às 08h00, sem prejuízo de eventual análise preliminar, caso seja necessária. Na ocasião, além da referida análise, proceder-se-á a tomada de declarações do ofendido, a inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, bem como os esclarecimentos dos peritos, as acareações e o reconhecimento de pessoas e coisas, e o interrogatório do acusado (art. 400, do CPP), além das apresentações das alegações finais orais e a prolação da SENTENÇA.Intimem-se o réu para a audiência, no mesmo ato de citação.Intimem-se as testemunhas de acusação e defesa, em MANDADO s diversos.Caso os réus nomeiem advogado no ato da citação, intime-o.Intime-se o Ministério Público e a Defensoria Pública, se for o caso.Providencie-se a autuação dos autos, mudando a classe processual para o tipo de ação penal correspondente ao delito, alocando as tarjas respectivas (art. 170, DGJ). No mais, verifico que o denunciado foi preso em flagrante em delito no dia 09 de janeiro de 2017, sendo-lhe concedida à liberdade provisória mediante o pagamento de fiança, esta no importe de R$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), sendo que permanece custodiado por não ter efetuado o pagamento da respectiva fiança. Pois bem. Analisando os autos, vislumbro que já se passaram quase 30 (trinta) dias, sem que o flagranteado tenha efetuado o pagamento do valor afiançado.Desta feita, tenho que já não estão presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar, quais sejam, aqueles mencionados no art. 311 do CPP. Outrossim, o segregado é primário e não registra antecedentes criminais (fls. 38). Por fim, verifica-se ainda, que o requerente é pessoa pobre na forma da lei e por motivo de pobreza, foi impossível efetuar o pagamento da fiança arbitrada, sendo este o único motivo pelo qual ainda permanece preso, o que ressoa desproporcional, além de ferir o princípio da dignidade da pessoa humana.Diante do exposto, CONCEDO a RAISSON CABRAL DO NASCIMENTO, devidamente qualificado nos autos, a LIBERDADE PROVISÓRIA, sem fiança, verificando-se as limitações financeiras do flagranteado, vinculada às seguintes condições: informar qualquer alteração de seu endereço ao Juízo; comparecer em Juízo todas as vezes que for determinado; não se ausentar da comarca, por mais de 08 (oito) dias, sem autorização judicial.O descumprimento de algumas das condições impostas nesta DECISÃO importará na imediata revogação da liberdade provisória. Sendo assim, coloque-se o flagranteado, devidamente qualificado nos autos, em liberdade, sem a obrigação do recolhimento de fiança, todavia, sobre as mesmas condições e medidas já impostas.Ciência ao Ministério Público.SIRVA COMO ALVARÁ DE SOLTURA/TERMO DE COMPROMISSO e ofício à Delegacia e à Casa de Detenção, devendo o indiciado ser colocado em liberdade, se por outro motivo não estiver preso.Machadinho do Oeste-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 1000277-60.2017.8.22.0019
Ação:Carta Precatória (Criminal)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu:Mauro Oliveira Rosa
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Cumpra-se na forma deprecada.Designo audiência para o dia 20.04.2017 às 09h45, para a realização do ato deprecado (interrogação do réu).Oficie-se ao Juízo Deprecante informando a audiência acima designada.Após, observada as formalidades legais, devolva-se à Comarca de origem com as nossas homenagens. Caso a pessoa a ser intimada/citada residir em outra comarca, que não seja a de origem, remeta-se a presente em caráter itinerante, oficiando-se ao Juízo deprecante.SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/OFÍCIO. Machadinho do Oeste-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Peterson Vendrameto

Diretor de Cartório

1ª VARA CÍVEL

1ª Vara Cível
Juiz de Direito: Dr. Hedy Carlos Soares
Diretora de Cartório: Rosângela Maria de Oliveira Costa
E-Mail: mdo1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0000660-65.2011.8.22.0019
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Luiz Romão da Silva
Advogado:Renato Santos Cordeiro (RO 3779)
Executado:Emmanuel Christino dos Santos Júnior, Simone Durski dos Santos
Advogado:Edilson Stutz (RO 309-B)
DECISÃO:
SENTENÇA Vistos,Trata-se de Embargos de Declaração oposto por Emmanuel Christino dos Santos Junior e Simone Durski dos Santos, em relação à DECISÃO de fls. 651, afirmando que a mesma apresenta omissão, pois deixou de analisar os outros argumentos constantes na Impugnação ao Cumprimento de SENTENÇA, quais sejam o valor para cálculo dos 20% está equivocado e que a obrigação já estaria cumprida. Requer que seja acolhido os embargos, para que seja suprimida a omissão, e, por fim seja analisada a impugnação em todo seu teor (fls. 652-659).A parte Embargada, às fls. 660-661, opondo-se as alegações dos Executados, ora Embargantes.É o relatório. Decido.Constata-se inicialmente que o recurso em comento é próprio e tempestivo, sendo a parte Recorrente legítima para interpô-lo em razão da omissão apontada. Destarte, a irresignação deve ser conhecida. Analisando detidamente os autos e a DECISÃO em comento, verifico que, de fato, há omissão uma vez que, conforme as alegações dos Embargantes, não foi analisada a Impugnação a Execução em todo seu teor.Ante o exposto, com fulcro nos artigos 494, II e 1.024, ambos do CPC, ACOLHO os Embargos de Declaração para suprir omissão apontada e REVOGO DECISÃO de fls. 651 de forma integral, prolatando-a novamente, em análise a Impugnação ao Cumprimento de SENTENÇA apresentada às fls. 611-618, nos seguintes termos: SENTENÇA Vistos,Trata-se de Impugnação ao Cumprimento de SENTENÇA oposta por EMMANUEL CHRISTINO DOS SANTOS JUNIOR e SIMONE DURSKI DOS SANTOS em face de LUIZ ROMÃO DA SILVA, em apertada síntese, alegação de excesso de execução, aduzindo SENTENÇA transitada em julgado exarada às fls. 502, homologou acordo realizado entre as partes, em momento algum determinou aos Requeridos a cominação de penalidade e pecúnia consistente, que na DECISÃO judicial inexiste qualquer condenação ou imposição aos Requeridos de promoverem o pagamento da importância de R$ 827.887,55 (oitocentos e vinte e sete mil, oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos), referente ao débito tributário. Que o Requerente pretende o recebimento de multa no valor de R$ 165.577,51 (cento e sessenta e cinco reais e quinhentos e setenta e sete reais e cinquenta e um centavos). Que na DECISÃO judicial de fls. 502, fora estabelecido multa no importe de 20% (vinte por cento) a ser aplicada sobre o valor do acordo, ou seja, o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), sendo este valor a título de danos morais. Tanto que o advogado particular constituído, ingressou com ação de execução de titulo judicial, petição de fls. 567-569, cobrando a multa no importe de 20% sobre o valor do acordo formalizado em audiência. Aduzem ainda que cumpriram corretamente o acordo entabulado entre as a partes. Requerendo o recebimento da Impugnação em todos os seus termos, para o fim de julgar improcedente a ação de cumprimento de SENTENÇA, bem como a condenação do Requerente ao pagamento das custas processuais e honorários (fls. 611-618).A parte Impugnada/Exequente, se manifestou refutando as alegações dos Impugnantes, argumentando que não cumpriram as obrigações assumidas nas datas pré-determinadas, que não houve comprovação nos autos de que o nome do exequente havia devidamente sido retirado do quadro societário da empresa em tempo hábil, razão essa que autorizou o pedido ora guerreado. Que o pedido de excesso merece ser desconsiderado, requerendo a improcedência da impugnação apresentada e o prosseguimento do feito.É o breve relato necessário. Decido.O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, pois o caso em apreço trata-se de matéria exclusivamente de direito e fatos provados por documentos, não havendo necessidade de produção de outras provas, razão pela qual passo ao julgamento antecipado da lide na forma do art. 139, inciso II e art. 355, inciso I, ambos do CPC.Assim, por verificar a presença dos pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido do processo, eis que próprio e tempestivo, além de reunidas às condições da ação, conheço da Impugnação à Execução e passo ao exame de MÉRITO.O feito é de singela solução e conduz à procedência da Impugnação à Execução, pois razão assiste ao Impugnante, eis que por tudo que consta dos autos, principalmente na SENTENÇA proferida, às fls. 502, que homologou o acordo firmado entre as partes em audiência, no qual a parte Requerida se responsabilizou pelo pagamento de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) a título de danos morais, em favor do Requerente, bem como assumir a responsabilidade pelos créditos tributários que estão em nome do autor na Receita Estadual e Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, comprovar nos autos que o nome do autor e de seu filho não figuram mais nos órgão estatais, sendo fixa fixado multa de 20% (vinte por cento) em caso de descumprimento. Pois bem. As partes divergem em relação a que valor deverá ser calculado a multa fixada em audiência, a multa pelo descumprimento da obrigação assumida há de ser sobre o que ficou acordado em audiência, no presente caso R$ 30.000,00 (trinta mil reais), quantia estabelecida entre as partes para ser paga em favor do Requerente a título de ressarcimento por danos morais, não sendo mencionado nenhum outro valor, assim qualquer multa ou cobrança há ser sobre este montante. Além do mais seria desproporcional e incoerente fixar sobre qualquer outro valor que tenha sido informado nos autos e não constante na SENTENÇA.No que se refere ao cumprimento das demais obrigações assumidas pela parte Requerida, esta deixou de comprovar o cumprimento no prazo estabelecido em audiência e homologado por SENTENÇA (fls. 502), conforme verifica-se às fls. 506-521, 531-532, 545-547, 548-550, vindo a comprovar o cumprimento parcial com a retirada do nome do autor e de seu filho dos órgãos estatais somente em fevereiro de 2013, conforme consta às fls. 557-559, e ainda não cumprindo o item 2 da SENTENÇA permanecendo a dívida ativa em nome do autor, conforme documentos de fls. 573-574 e 602 datados respectivamente de 28.08.2013, 25.09.2013 e 10.02.2015, razão pela qual é devida a multa fixada pelo descumprimento (fls. 502), sendo esta sobre a quantia do débito estabelecido naquela ocasião. Ante ao exposto, com fulcro no art. 487, inciso I, do CPC, JULGO, por SENTENÇA com resolução do MÉRITO, PARCIALMENTE PROCEDENTE a Impugnação à Execução ofertada por EMMANUEL CHRISTINO DOS SANTOS JUNIOR e SIMONE DURSKI DOS SANTOS, em consequência, DETERMINO o prosseguimento da presente execução calculando a multa de 20% (vinte por cento), por descumprimento do acordo firmado nos autos, sobre o valor estabelecido como devido pela para Requerida/Impugnante, qual seja R$ 30.000,00 (trinta mil reais) (fls. 502).Sem custas e sem honorários advocatícios, por se tratar de incidência processual. Certificado o trânsito em julgado, intime-se a parte Exequente, através da Defensoria Pública, para no prazo de 10 (dez) dias, junte nos autos novos cálculos para prosseguimento da execução, sob pena de extinção e arquivamento dos autos por abandono.Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, intime-se a Executada, através de seu advogado, via DJE, para que no mesmo prazo de 10 (dez) dias, se manifestar requerendo o que entender ser de direito.Cumpridas todas as determinações retro, torne os autos conclusos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Registre-se a retificação da DECISÃO. Intimem-se as partes.SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO.Machadinho do Oeste-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0006445-76.2009.8.22.0019
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Olinda Rodrigues da Silva
Advogado:Halmerio Joaquim Carneiro Brito Bandeira de Melo (OAB/RO 770)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Expedido Precatório referente ao crédito principal (fls. 167-168) e Requisição de Pequeno Valor, em relação aos honorários advocatícios (fls. 169-170), a importância devida quanto aos honorários sucumbenciais fora depositada em conta judicial, conforme ofício de fls. 171.Às fls. 173, o patrono da parte Exequente manifesta-se, requerendo a expedição do respectivo alvará.Analisando detidamente os autos, verifico que não nos autos comprovante de pagamento do crédito principal.Ante ao exposto, expeça-se alvará para levantamento dos honorários sucumbenciais, referente ao valor comprovado às fls. 171. Após a expedição do alvará intime-se o advogado, pelas vias legais, para retirá-lo em 05 (cinco) dias.Intimado e deixando transcorrer o prazo sem a retirada dos respectivos alvarás, proceda a transferência para Conta Judicial Centralizadora nº 01529904-5 de titularidade do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Operação 040, Agência 2848, Caixa Econômica Federal, processo administrativo nº 0075911-48.2010.8.22.1111, para possível levantamento posterior pelo interessado, conforme disposto pelo Provimento 016/2010 CG.Aguarde-se a juntada do comprovante de pagamento do crédito principal, juntado o comprovante, torne-os autos conclusos para extinção.Cumpra-se, expedindo o necessário.SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO. Machadinho do Oeste-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017. Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0002078-33.2014.8.22.0019
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:Antônio Raimundo Paiva
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia (000 202020)
Requerido:Eletrobrás Distribuição Rondonia
Advogado:Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714)
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Vieram os autos conclusos pra SENTENÇA, analisando detidamente os autos, verifico que às fls. 49 foi deferida a realização da perícia pleiteada às fls. 46-47, que até a presente data não foi realizada. Sendo ainda que na demanda há interesse Público. O Código de Processo Civil estabelece em seus art. 178, inciso I e 279 que nas ações que envolva interesse público ou social é obrigatória à intervenção do Ministério Público, não havendo sua intervenção é nulo o processo, razão pela qual chamo o feito à ordem e CONVERTO O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA e por consequência determino que:- Intime-se a parte Requerida, através da advogada constituída nos autos (fls. 23 e 37), para no prazo de 15 (quinze) dias, indique perito.- Intime-se o Ministério Público, com vistas dos autos, para no prazo legal manifestar-se requerendo o que entender ser de direito.- Após, intime-se a parte Autora, via Defensoria Pública, com vistas dos autos, para no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se requerendo o que entender ser de direito, sob pena de extinção e arquivamento dos autos, por abandono.Com o retorno dos autos, torne-os conclusos.SIRVA A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO. Machadinho do Oeste-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017. Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0001812-85.2010.8.22.0019
Ação:Ação Civil Pública
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)
Requerido:Ernandes Santos Amorim
Advogado:Nelson Canedo Motta (RO 2721), Otávio Cesar Saraiva Leão Viana (RO 4489), Corina Fernandes Pereira (RO 2074)
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Em obediência ao art. 10, do CPC, intime-se a parte Requerida, através de seu advogado, via DJE, para no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à petição de fls. 296-297, devendo no mesmo prazo requerer o que entender ser de direito. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, torne-os autos conclusos.Expeça-se o necessário.SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO.Machadinho do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0027944-19.2009.8.22.0019
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:Valdevi Rodrigues da Fonseca
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
Requerido:Banco do Brasil S/a
Advogado:Rafael Sganzerla Durand (RO 4872-A)
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Conforme consultas de andamento processual realizada junto ao site do STF (em anexo), ainda não houve o julgamento do RE 626307 nem do RE 591797, razão pela qual determino a suspensão do feito por 360 (trezentos e sessenta) dias ou até DECISÃO do Supremo.Intimem-se.Machadinho do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0001471-25.2011.8.22.0019
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor:M. P. do E. de R.
Requerido:F. F. da S. S.
DESPACHO:
DESPACHO Vistos,Encaminhe-se os autos à Defensoria Pública para que apresente as derradeiras argumentações.Após, conclusos para SENTENÇA.Machadinho do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0001734-57.2011.8.22.0019
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Helena Rodrigues dos Santos
Advogado:Luiz Henrique de Lima Vergilio. (OAB/RO 3885)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos,Trata-se de Ação Previdenciária em fase de cumprimento de SENTENÇA, ajuizada por HELENA RODRIGUES DOS SANTOS em face do INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.Expedidas as requisições de pequeno valor, uma referente ao crédito principal e outra aos honorários advocatícios (fls. 127-130), as importâncias devidas foram depositadas em contas judiciais, conforme ofícios de fls. 131 e 132.Às fls. 134-135, a parte Exequente juntou petição requerendo a expedição de alvará para levantamento das quantias exequendas, indicando conta bancária do representante legal, juntando às fls. 137-140 cópia do Termo de Ajustamento de Conduta entre o Ministério Público e os advogados atuantes nesta comarca.Desse modo, verifico que o montante objeto de execução encontra-se devidamente pago, razão pela qual, a extinção do feito pelo total adimplemento da obrigação é medida que se impõe, conforme dispõe o art. 924, inciso II, do CPC.Ante ao exposto, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, considerando a satisfação do crédito por meio do pagamento noticiado nos autos, com fulcro no art. 924, II c/c art. 925, ambos do Código de Processo Civil.Expeça-se alvará para levantamento dos valores, conforme depósitos constantes nos autos, ficando consignado que do valor de fls. 131 deverá ser reservado em favor do advogado o percentual de 35% (trinta e cinco por cento), conforme requerido e previsto no TAC e, quanto ao remanescente, deverá ser expedido alvará em favor da parte Autora, intimando-a pessoalmente para comparecer em cartório e retirá-lo, em 05 (cinco) dias.Intimada e deixando transcorrer o prazo sem a retirada do respectivo alvará, proceda a transferência

para Conta Judicial Centralizadora nº 01529904-5 de titularidade do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Operação 040, Agência 2848, Caixa Econômica Federal, processo administrativo nº 0075911-48.2010.8.22.1111, para possível levantamento posterior pelo interessado, conforme disposto pelo Provimento 016/2010 CG.Quanto aos valores pertencentes ao patrono, Oficie-se o banco do Brasil para que proceda a transferência integral dos valores dos honorários reservados e do valor comprovado às fls. 132, com os juros e correções sem qualquer ônus, para a conta bancária de titularidade da Sociedade Vergílio & Ferreira Sociedade de Advogados, informada às fls. 135, devendo o banco no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data do recebimento do ofício, juntar nos autos o respectivo comprovante, sob pena de responder por desobediência.Após, o trânsito em julgado, juntado o comprovante de transferência dos valores e não havendo mais pendências, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo.Cumpra-se, expedindo o necessário.Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes.Machadinho do Oeste-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0045855-78.2008.8.22.0019
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B)
Executado:C. E. de Almeida Eletrodomésticos Me
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos,Trata-se de Ação de Execução Fiscal proposta pela FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA em desfavor de C. E. DE ALMEIDA ELETRODOMÉSTICOS ME, visando ao pagamento da Certidão de Dívida Ativa acostada aos autos, referente a débito de ICMS (fls. 03).A Exequente, às fls. 84-85, peticionou requerendo pugnando pela remissão da CDA de nº 20080200006786, aduzindo que o valor principal do crédito na época do fato gerador são inferiores a R$ 10.000,00 (dez mil reais) e Executada encontra-se inabilitada desde 16.06.2011, requerendo vistas dos autos após analise do pedido de remissão, juntando documento às fls. 86.O Código Tributário Nacional em seu art. 156, inciso IV, dispõe que entre as causas de extinção do crédito tributário está a remissão. Sendo exatamente o caso dos autos, uma vez que a Exequente, às fls. 84-85, apresenta petição informando que remiu os créditos tributários destes autos. Com efeito, estabelece o art. 924, inciso III, do Estatuto Processual Civil, que "Extingue-se a execução quando o executado obtiver, por qualquer outro meio, a extinção total da dívida".ANTE O EXPOSTO, com fulcro nos artigos 316, 487, III, 'c' e art. 924, III, todos do CPC c/c art. 156, IV do CTN, JULGO EXTINTO o processo com resolução do MÉRITO, considerando a satisfação do crédito por meio da Remissão do Crédito Tributário noticiada nos autos às fls. 84-85.Sem custas, nos termos do art. 3º, da Lei Estadual nº 301/90.Libere-se eventual penhora existente nos autos.Intime-se a Fazenda Pública, com vistas dos autos.Após retorno dos autos, em nada sendo requerido no prazo de 05 (cinco) dias, e havendo o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes.Machadinho do Oeste-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0026974-53.2008.8.22.0019
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Executado:Empresa de Transporte e Turismo Asa Branca Ltda
Advogado:Roberta Sigoli ( )
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos,Trata-se de Ação de Execução Fiscal, ajuizada pela FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA em face da EMPRESA DE TRANSPORTE E TURISMO ASA BRANCA LTDA, objetivando o pagamento do valor que consta na Certidão de Dívida Ativa acostada aos autos, referente a débito de ICMS (fls. 03).A parte Executada foi citada (fls. 114v), sendo realizada de bens, às fls. 115, 121, 127.Às fls. 218, a parte Executada informa o pagamento do débito cobrado nos autos, bem como das custas processuais, juntando comprovantes às fls. 219-220.A parte Exequente, às fls. 221, manifesta-se informando que houve o pagamento integral da dívida exequenda, bem como das custas processuais e honorários advocatícios, requerendo a extinção do feito, nos termos do art. 924, II do CPC, bem como a juntada do SITAFE para efetivar a extinção do crédito tributário.Desse modo, verifico que o débito objeto da execução encontra-se devidamente satisfeito, razão pela qual, a extinção do feito pelo total adimplemento da obrigação é medida que se impõe, conforme dispõe o art. 924, inciso II, do CPC.Ante ao exposto, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO DE EXECUÇÃO, considerando a satisfação do crédito por meio do pagamento noticiado e comprovado nos autos, com fulcro no art. 924, II c/c art. 925, ambos do Código de Processo Civil.Proceda-se a liberação dos bens penhorados nos autos, expedindo-se o necessário.Após o trânsito em julgado, procedidas às liberações das penhoras e não havendo mais pendências, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo.Desde já autorizo o desenterramento de documentos originais juntados nos autos, desde que substituídos por cópias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes.Machadinho do Oeste-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0000756-41.2015.8.22.0019
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Madeoeste Industrial Madeireira Ltda
Advogado:Carine Maria Barella Ramos (RO 6279)
Requerido:Oi Móvel S.a
Advogado:Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501), Marcos Toshiro Ishida (OAB/RO 4.273)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos,Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Rescisão de Contrato com pedido de Antecipação de Tutela, proposta por MADEOESTE INSDUSTRIAL MADEIREIRA LTDA EPP, em desfavor da OI MÓVEL S/A, alegando a requerente, em síntese, que em abril de 2012 aderiu a um plano empresarial de telefonia móvel disponibilizado pela ré denominado Profissional Equipe Flat, com franquia mensal de R$ 500,00 (quinhentos reais), mais 500mb de internet Velox 3G, tendo sido disponibilizado a empresa requerente quatro números de celular para utilização, sendo eles: (69) 9965-1662, 9996-4627, 9952-0916 e 9986-7296; destacando, porém, que não recebeu os aparelhos celulares ou qualquer outra vantagem e que a internet nunca funcionou porque na região não tem serviço 3G. Aduz que a partir do meio do ano de 2013 as contas telefônicas passaram a vir com valores exorbitantes ocasião em resolveu encerrar o contrato com a Requerida. Ao realizar ligação visando o cancelamento, acabou contratando outro plano no valor de R$ 20,00 (vinte reais) para cada linha, mais assinatura no valor de R$ 100,00 (cem reais), totalizando R$ 200,00 (duzentos reais). Não sabia que na verdade se tratava de um plano controle, não conseguindo cancelar o contrato e ainda foi impedida porque teria que pagar multa pela quebrado do contrato (fidelidade). Assim, acabou parcelando o débito de novecentos e poucos reais que estava em aberto, ficando usando apenas a linha (69) 9965-1662, até terminar o parcelamento. Pretende que a Requerida seja compelida a suspender as cobranças dos valores discutidos nos autos; que não inclua o nome/CNPJ da Requerente nos órgãos de proteção ao crédito; que restabeleça o serviço telefônico da linha (69) 9965-1662; que permita que a autora faça migração do numero para outra operadora de telefonia móvel. No MÉRITO, requer a procedência da ação, declarando inexistência dos débitos referente à multa de fidelidade, bem como o cancelamento do plano e a condenação da Requerida indenização por danos morais. Juntou documentos às fls. 14-54.DECISÃO concedendo a antecipação de tutela (fls. 58-59).Devidamente citada (fls. 63v), a Requerida apresenta contestação às fls. 76-87, alegando, em síntese, que não assiste razão à parte Autora em, suas alegações, pois esta contratou o Plano Oi Empresa Controle para terminais móveis (69)

9965-1662, (69) 9952-0916, (69) 9986-7296 e (69) 9996-4627. Sendo o plano ativado em 26.04.2012, com data de expiração em 23.012.2014, que todos estes terminais eram agrupados em um único plano, contudo, o terminal (69) 9965-1662, em específico em 23.07.2014, o autor solicitou o cancelamento do intragrupo, que tal terminal encontra-se inativo. Quanto aos terminais (69) 8433-3206, (69) 8479-0148, (69) 8433-3207 e (69) 8479-0704, não devem prosperar, ainda que alegue desconhecimento, esses terminais foram adquiridos e disponibilizados ao Autor em 05.10.2012, havendo o cancelamento em 03.01.2015. Que constam histórico de pagamento de faturas, o que evidencia a inconstância dos fatos aduzidos pelo autor, requerendo que a ação seja julgada improcedente em todos os seus termos. Juntando documentos, às fls. 90-247.Réplica às fls. 248-253 com documentos de fls. 254-258.Audiência infrutífera (fls. 264).Alegações finais apresentadas pela parte Autora às fls. 266-270 e pela parte Requerida remissivas à contestação (fls. 273).É o relatório necessário. Decido.Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder". (STJ - 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).O caso em apreço trata-se de matéria exclusivamente de direito e fatos já provados por documentos, não havendo necessidade de produção de outras provas, razão pela qual passo ao julgamento antecipado da lide na forma do art. 139, inciso II e art. 355, inciso I, ambos do CPC.Por verificar a presença dos pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido do processo, além de reunidas às condições da ação, passo ao exame de MÉRITO.Versa a demanda sobre ação de ação declaratória de inexistência de débito c/c rescisão de contrato com pedido de antecipação de tutela, onde a empresa Requerente alega que em abril de 2012 aderiu plano empresarial de telefonia móvel, denominado Profissional Equipe Flat, que o plano contratado nunca funcionou direito e a partir do meio do ano de 2013 as faturas telefônicas passaram a vir com valores exorbitantes, que tentou canelar o referido plano e como não conseguiu acabou aceitando mudar para outro plano para cada linha já existente, que depois descobriu que se tratava do Plano Oi Controle, que não solicitou novas linhas, desconhecendo os números dos terminais (69) 8433-3206, (69) 8479-0148, (69) 8433-3207 e (69) 8479-0704, que em dezembro de 2014 ligou para cancelar as tinha contratadas, pois já havia decorrido o prazo de fidelidade, mas não obteve êxito sendo informada a existência de débito mais multa pela quebra do contrato de fidelidade, pleiteando que seja declarado inexistentes os valores referente à multa de fidelidade as duas faturar com vencimento em 20.02.2015, o cancelamento do contrato OI Controle referente aos números acima relacionados, bem como a reparação pelos danos morais.O feito é de singela solução e conduz à procedência parcial dos pedidos iniciais. Isso porque, tendo em vista que a parte demandante vem a juízo e questiona a existência de relação jurídica, não reconhecendo a celebração de contrato para aquisição de linhas/terminais telefônicos que originou a dívida questionada nos autos, caberia à parte demandada a prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, conforme determina o art. 373, II, do Código de Processo Civil.Em que pese à parte Requerida alegar em contestação que a Requerente contratou os serviços quanto aos terminais (69) 8433-3206, (69) 8479-0148, (69) 8433-3207 e (69) 8479-0704, deixa de fazer prova de tal alegação, vez que não junta comprovantes/contrato referente à solicitação de liberação destes terminais, limitando-se a juntar telas de ativação. Sendo que a Requerente reconhece apenas que acabou contratar o Plano Oi controle para as tinhas telefônicas já faziam parte plano contratado em abril de 2012, qual seja Profissional Equipe Flat. Desta feita, considerando que a Requerida não se desincumbiu da prova apresentada pela parte autora, devendo suportar o ônus de sua desídia, a saber, a não comprovação da contratação alegada.Em consequência, com a não comprovação da relação jurídica, deve ser declarado inexistente os débitos oriundos de tais linhas telefônicos. Nesse sentido, o E. Tribunal de Justiça já se manifestou que:Na inexistência de provas de que a parte solicitou os serviços de instalação de linha telefônica, deve ser declarado inexistente o débito referente ao título cadastrado no órgão restritivo ao crédito. (Apelação nº 100.001.2007.001971-0, Relator: Desembargador Miguel Monico Neto, Dje: 3/6/2009).No que se refere a multa de fidelidade por quebra de contrato, não há que ser considerada como devida, pois conforme consta dos autos a Requerente celebrou contrato de prestação de serviços com a Requerida em abril de 2012, sendo que em dezembro de 2014 quando requereu o cancelamento já havia decorrido o prazo de fidelidade e a Requerida não contestou a data em que foi firmado o contrato, bem como não juntou documento que compre que na data em que foi requerido o cancelado do plano contratado ainda não havia decorrido o prazo de fidelidade, o que causaria a quebra de contrato e o consequente direito de cobrança da referida multa, conforme contrato juntado às fls. 21-25.Já em relação aos danos morais pleiteados, em que pese haver a possibilidade da pessoa jurídica sofrer danos morais, conforme previsto na Súmula 227 do STJ, para que haja o dano moral tem que estar configurada a ofensa a honra objetiva, a mera cobrança indevida e bloqueio da linha, sem inscrição nos órgãos de proteção ao crédito não configura dano moral. Neste sentido também é o entendimento jurisprudencial:Ementa: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA - COBRANÇA INDEVIDA - DANO MORAL - PESSOA JURÍDICA. A simples cobrança indevida não é capaz de prejudicar a atividade empresarial da autora e causar-lhe dano moral, pois não atinge a reputação da empresa perante o mercado e esta não sofre abalo psíquico e emocional. DECISÃO: DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO (AC 10439150012961001 MG, Órgão Julgador: Câmaras Cíveis / 14ª CÂMARA CÍVEL, Publicação: 30/03/2016, Julgamento: 17 de Março de 2016, Relator: Marco Aurelio Ferenzini) Ementa: APELAÇAO - FALHA NA PRESTAÇAO DO SERVIÇO - DANO MORAL - PESSOA JURÍDICA - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO PREJUÍZO HAVIDO - INDENIZAÇÃO AFASTADA. Ainda que possam ser vítima de dano moral (súmula 227 do STJ), as pessoas jurídicas devem demonstrar, de maneira cabal, qual foi o prejuízo que efetivamente lhe foi causado pelo agente, sob pena de ver o seu pleito indenizatório negado. DECISÃO: DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO (AC 10003140003751001 MG, Órgão Julgador: Câmaras Cíveis / 13ª CÂMARA CÍVEL, Relator: Rogério Medeiros, Julgamento: 3 de Setembro de 2015, Publicação: 14/09/2015).ANTE O EXPOSTO, com fulcro no art. 487, I, do CPC, JULGO, por SENTENÇA com resolução do MÉRITO, PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos iniciais e, em consequência DECLARO como inexistente os débitos de R$ 1.547,38 (um mil quinhentos e quarenta e sete reais e trinta e oito centavos), referente à multa de fidelidade, bem como o valor de R$ 283,98 (duzentos e oitenta e três reais e noventa e oito centavos) e R$ 108,74 (cento e oito reais e setenta e quatro centavos), ambas com vencimentos no dia 20.02.2015 (fls. 42, 45).DECLARO inexistente a relação jurídica em relação às linhas telefônicas (69) 8433-3206, (69) 8479-0148, (69) 8433-3207 e (69) 8479-0704 e consequentemente eventuais débitos que estejam em aberto em relação a este número, determino o cancelamento do plano Oi Controle referente e estes números. CONFIRMO a liminar deferida em sede de antecipação de tutela (fls. 58-59), tornando-a definitiva. Invocando o princípio da causalidade, CONDENO a parte Requerida no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios sucumbenciais, estes arbitrados em 15% sobre o valor da causa, nos termos dos artigos 85, § 2º e 86, parágrafo único, ambos do CPC.Certificado o trânsito em julgado desta, em nada sendo requerido em cinco dias, pagas as custas, ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, ao arquivo com as anotações necessárias.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Machadinho do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0001812-85.2010.8.22.0019
Ação:Ação Civil Pública
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)
Requerido:Ernandes Santos Amorim
Advogado:Nelson Canedo Motta (RO 2721), Otávio Cesar Saraiva Leão Viana (RO 4489), Corina Fernandes Pereira (RO 2074)
DECISÃO: DECISÃO Vistos,Em obediência ao art. 10, do CPC, intime-se a parte Requerida, através de seu advogado, via DJE, para no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à petição de fls. 296-297, devendo no mesmo prazo requerer o que entender ser de direito.Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, torne-os autos conclusos.Expeça-se o necessário.SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO.Machadinho do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0000543-74.2011.8.22.0019
Ação:Ação Civil Pública
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia, Estado de Rondônia
Advogado:Evanir Antônio de Borba (RO 776)
Requerido:Francisco Fabrício da Silva Santos, Joadir Luiz de Lima, Diony Dutra Silva Alencar, Wesley Willian Firmiano Silva, Artêmio de Lima Faustino
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Considerando o pleito vertido nos autos SEI nº 9210084-40.2016.8.22.1111, o qual concedeu cinco dias de folgas compensatórias ao Juiz Hedy Carlos Soares, titular da Vara Única da Comarca de Machadinho do Oeste, referente ao primeiro semestre de 2016, fixando o período de 24.04.2017 a 28.04.2017, para fruição do beneficio, nos termos do art. 1º da Resolução n. 019/2014-PR, disponibilizada no D.J.E. Nº. 171 de 12 de setembro de 2014, necessário se faz a redesignação da solenidade agenda às fls. 289-v ante a impossibilidade de comparecimento de Juiz Substituto, assim, designo o dia 31.05.2017 às 09h00, para audiência nestes autos.Intimem-se as partes.Cumpra-se o necessário para a próxima audiência.SIRVA ESTA DECISÃO COMO MANDADO /OFÍCIO.Machadinho do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0000084-72.2011.8.22.0019
Ação:Ação Civil Pública
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Requerido:Adriano Gomes da Silva, Wilson de Araújo, Miguel Ribeiro de Morais, Ismail Antônio Isidoro, José Francisco de Souza, Adair Souza Ferreira, Arnaldo Ribeiro Souza, Attilio Marques, Izabel Aparecida Ferreira, Graceis Delfino de Oliveira
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Considerando o pleito vertido nos autos SEI nº 9210084-40.2016.8.22.1111, o qual concedeu cinco dias de folgas compensatórias ao Juiz Hedy Carlos Soares, titular da Vara Única da Comarca de Machadinho do Oeste, referente ao primeiro semestre de 2016, fixando o período de 24.04.2017 a 28.04.2017, para fruição do beneficio, nos termos do art. 1º da Resolução n. 019/2014-PR, disponibilizada no D.J.E. Nº. 171 de 12 de setembro de 2014, necessário se faz a redesignação da solenidade anteriormente agendada ante a impossibilidade de comparecimento de Juiz Substituto, assim, designo o dia 31.05.2017 às 10h30, para audiência nestes autos.Intimem-se as partes.Cumpra-se o necessário para a próxima audiência.SIRVA ESTA DECISÃO COMO MANDADO /OFÍCIO.Machadinho do Oeste-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0001264-26.2011.8.22.0019
Ação:Usucapião
Requerente:Clacir Tessaro, Dilma Martins Pereira Tessaro
Advogado:Halmério Joaquim Carneiro Brito Bandeira de Melo (OAB/RO 770)
Interessado (Parte P:José Milton Dallari, Valdecir Ferreira Martins, Clemilda Oliveira da Silva, Francisco Campos da Silva, Marcos Ferreira da Silva, Quesia de Oliveira Venâncio, Silvio José da Silva, Antônio Américo de Sá Peixoto e Castanheira Silva, Fábio de Oliveira Côrtes, Janilde Aparecida Demattê Soares
Advogado:Wisley Machado dos Santos de Almeida (RO 1217)
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Considerando o pleito vertido nos autos SEI nº 9210084-40.2016.8.22.1111, o qual concedeu cinco dias de folgas compensatórias ao Juiz Hedy Carlos Soares, titular da Vara Única da Comarca de Machadinho do Oeste, referente ao primeiro semestre de 2016, fixando o período de 24.04.2017 a 28.04.2017, para fruição do beneficio, nos termos do art. 1º da Resolução n. 019/2014-PR, disponibilizada no D.J.E. Nº. 171 de 12 de setembro de 2014, necessário se faz a redesignação da solenidade agenda às fls. 214 ante a impossibilidade de comparecimento de Juiz Substituto, assim, designo o dia 14.06.2017 às 10h15, para audiência nestes autos.Intimem-se as partes.Cumpra-se o necessário para a próxima audiência.SIRVA ESTA DECISÃO COMO MANDADO /OFÍCIO.Machadinho do Oeste-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0000801-16.2013.8.22.0019
Ação:Usucapião
Autor:Benedito Sacramento Guimarães
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( ), Robson Antônio dos Santos Machado (RO 7353)
Requerido:Silvia Turbai Carvalho
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Considerando o pleito vertido nos autos SEI nº 9210084-40.2016.8.22.1111, o qual concedeu cinco dias de folgas compensatórias ao Juiz Hedy Carlos Soares, titular da Vara Única da Comarca de Machadinho do Oeste, referente ao primeiro semestre de 2016, fixando o período de 24.04.2017 a 28.04.2017, para fruição do beneficio, nos termos do art. 1º da Resolução n. 019/2014-PR, disponibilizada no D.J.E. Nº. 171 de 12 de setembro de 2014, necessário se faz a redesignação da solenidade agenda às fls. 105 ante a impossibilidade de comparecimento de Juiz Substituto, assim, designo o dia 14.06.2017 às 09h30, para audiência nestes autos.Intimem-se as partes.Cumpra-se o necessário para a próxima audiência.SIRVA ESTA DECISÃO COMO MANDADO /OFÍCIO.Machadinho do Oeste-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0002935-79.2014.8.22.0019
Ação:Ação Civil Pública
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Requerido:Edivanea Almeida Veloso
Advogado:Halmério Joaquim Carneiro Brito Bandeira de Melo (RO 770)
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Considerando o pleito vertido nos autos SEI nº 9210084-40.2016.8.22.1111, o qual concedeu cinco dias de folgas compensatórias ao Juiz Hedy Carlos Soares, titular da Vara Única da Comarca de Machadinho do Oeste, referente ao primeiro semestre de 2016, fixando o período de 24.04.2017 a 28.04.2017, para fruição do beneficio, nos termos do art. 1º da Resolução n. 019/2014-PR, disponibilizada no D.J.E. Nº. 171 de 12 de setembro de 2014, necessário se faz a redesignação da solenidade agenda às fls. 228, ante a impossibilidade de comparecimento de Juiz Substituto, assim, designo o dia 31.05.2017 às 09h45, para audiência nestes autos.Intimem-se as partes.Cumpra-se o necessário para a próxima audiência.SIRVA ESTA DECISÃO COMO MANDADO /OFÍCIO.Machadinho do Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0000569-67.2014.8.22.0019
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ronildo de Morais Costa, Andréia Marques Viriato Costa
Advogado:Halmério Joaquim Carneiro Brito Bandeira de Melo (RO 770)

Requerido:Banco da Amazonia S/a - Basa
Advogado:Washington Ferreira Mendonça. (OAB/RO 1946), Ramiro de Souza Pinheiro. (RO 2037), Michel Fernandes Barros. (RO 1790)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos, Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Obrigação de Fazer e Pedido de Indenização por Danos Morais proposta por RONILDO DE MORAIS COSTA e ANDRÉIA MARQUES VIRIATO COSTA em face do BANCO DO AMAZÔNIA S.A. BASA, ambos devidamente qualificados nos autos, alegando que no dia 07 de março de 2014, os autores tentaram financiar um imóvel residencial junto a Caixa Econômica Federal na cidade Porto Velho/RO, sendo surpreendidos com a informação de que não poderiam obter o referido financiamento, pois o nome do autor Ronildo tinha siso inserido no SPC e SERASA pela instituição Ré, por conta do não pagamento de parcelas decorrentes de avais prestados em cédulas rurais pignoratícias emitidas por Salomão Alves da Silva. Os autores reconhecem que realmente foram avalistas de Salomão na Cédula Rural Pignoratícia de nº 043-05-1600/2, mas reconhecem como suas as assinaturas lançadas no termo aditivo de retificação e ratificação da referida cédula. Que ao dirigirem-se a Instituição Requerida foram informados que as dívidas inscritas nos órgãos de proteção ao crédito decorrem de avais realizados nas cédulas rurais de nº 043-06.0721/0 e 043-05-1599/5, bem como foram informados de outra dívida de aval prestada na cédula rural pignoratícia de nº 043-06.0722/9, em favor de Salomão, embora ainda não inscrita. Aduzem ainda que as assinaturas lançadas nos títulos de números 043-06-0721/0, 043-06.0722/9, 043-05-1599/5 e no termo aditivo de nº 043-05-1600/2, são falsas, situação que implica na inexistência da obrigação creditícia e tampouco justifica a inscrição do nome do autor no rol de maus pagadores. Requerendo a antecipação dos efeitos da tutela, para o cancelamento da inscrição no SPC e SERASA, no MÉRITO a procedência da ação para declarar inexistente o débito no total de R$ 67.405,66 (sessenta e sete mil, quatrocentos e cinco reais e sessenta e seis centavos), referentes às cédulas rurais pignoratícias de nº 043-06-0721/0, 043-06.0722/9 e 043-05-1599/5, os benefícios da justiça gratuita, bem como a condenação da parte Requerida em danos morais, custas processuais e honorários advocatícios. Juntando documentos às fls. 07-27.Determinada a emenda a inicial, às fls. 30. Deferida a antecipação da tutela, às fls. 34-35.A demanda, devidamente citada (fls. 35v), apresentou contestação (fls. 36-43), alegando, em síntese, a inexistência de nulidade do aval, que as alegações dos Requerentes não merecem guarida, tendo em vista que os documentos comprovam a relação jurídica, vez que eles firmaram as notas de credito rural e os respectivos aditivos. Que não há qualquer conduta ilícita praticada pela instituição Requerida, inexistindo o dever de reparação, requerendo a total improcedência da ação. Juntou documento, às fls. 44-77. A autora presentou impugnação, requerendo a produção de prova pericial, às fls. 78. Deferida a produção de prova pericial grafotécnica, as fls. 79. Às fls. 119-136, foi juntado o laudo pericial de exame grafotécnico.A parte autora se manifestou ás fls. 166, requerendo o julgamento do feito.A parte Requerida, devidamente intimada a manifestar-se quanto ao laudo, deixou transcorrer in albis o prazo, conforme certidões de fls. 166v.É o breve relatório necessário. Decido. Destaca-se inicialmente que o feito em tela versa sobre matéria de fato e de direito que, para seu desfecho, não precisa da produção de provas em audiência, vez que a prova pericial realizada autoriza seu pronto julgamento. Assim, por verificar a presença dos pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido do processo, além de reunidas às condições da ação, passo ao exame de MÉRITO.Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Obrigação de Fazer e Pedido de Indenização por Danos Morais, onde a parte autora alega que as assinaturas lançadas nos títulos de números 043-06-0721/0, 043-06.0722/9, 043-05-1599/5 e no termo aditivo de nº 043-05-1600/2, são falsas, requerendo procedência da ação para declarar inexistente o débito no total de R$ 67.405,66 (sessenta e sete mil, quatrocentos e cinco reais e sessenta e seis centavos), referentes às cédulas rurais pignoratícias de nº 043-06-0721/0, 043-06.0722/9 e 043-05-1599/5, vez que não reconhecem com suas as assinaturas ali aferidas.O feito é de singela solução e conduz à improcedência do pedido inicial, eis que, em pese as alegações dos Autores de que as assinaturas constantes nas referidas Cédulas de Rurais Pignoratícias relacionadas nos autos, são falsas, não as reconhecendo como suas, a perícia grafotécnica realizada nas referidas cédulas originais (fls. 157-165) é conclusiva de que as assinaturas foram realizadas de punho dos Requerentes, conforme se verifica às fls. 120-136.O entendimento jurisprudencial pacificado a respeito do caso dos presentes autos é no sentido de que concluindo a prova técnica pela veracidade da assinatura aposta, não há que se falar em falsidade, e consequentemente, a improcedência do pedido declaratório de inexistência do débito. Senão vejamos:INCIDENTE DE FALSIDADE - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ALEGAÇÃO DE ASSINATURA FALSA - PERÍCIA TÉCNICA - VERACIDADE DA ASSINATURA - CONTRATO VÁLIDO ARTIGO 395 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - RECURSO DESPROVIDO. - Concluindo a prova técnica pela veracidade da assinatura aposta no contrato, não há que se falar em falsidade. - O artigo 395 DO CPC determina que a SENTENÇA, que resolver o incidente, declarará a falsidade ou autenticidade do documento. DECISÃO: NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. (AC 10145100235582001 MG, Órgão Julgador: Câmaras Cíveis / 15ª CÂMARA CÍVEL, Relator: Edison Feital Leite, Julgamento: 25 de Setembro de 2014, Publicação: 03/10/2014) DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO JURÍDICO AUTORES QUE ALEGAM TEREM SIDO SURPREENDIDOS COM A EXISTÊNCIA DE EMPRESAS CONSTITUÍDAS EM SEUS NOMES PERÍCIA GRAFOTÉCNICA QUE CONCLUIU PELA AUTENTICIDADE DAS ASSINATURAS APOSTAS NO CONTRATO SOCIAL ANTE AO EXPRESSIVO NÚMERO DE CONVERGÊNCIAS GRÁFICAS OBSERVADAS ELEMENTOS DOS AUTOS QUE NÃO SÃO APTOS A COMPROVAR AS ALEGAÇÕES DOS AUTORES NO SENTIDO DE QUE AS ASSINATURAS NÃO PROVIERAM DE SEUS PRÓPRIOS PUNHOS INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO ÔNUS DO AUTOR (CPC, ART. 333, I) FATOS CONSTITUTIVOS NÃO DEMONSTRADOS SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (APL 9220708902007826 SP 9220708-90.2007.8.26.0000, Órgão Julgador: 2ª Câmara de Direito Privado, Relator: Neves Amorim, Julgamento: 31 de Janeiro de 2012, Publicação: 02/02/2012)Assim, como não há que se falar em nulidade do aval aposto na nota de crédito rural, tal deve prosperar visto que, conforme tem se manifestado o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, a interpretação do art. 60 do Decreto-Lei n.º 167/67 deve ser feita de forma sistemática, considerando-se assim que o § 3.º do mencionado DISPOSITIVO refere-se aos títulos mencionados expressamente no parágrafo anterior (Nota Promissória Rural e Duplicata Rural).Sobre o tema, observe-se:RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE AVAL EMITIDO POR PESSOA FÍSICA. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL PIGNORATÍCIA. INTERPRETAÇÃO DO ART. 60, § 3º, DO DECRETO-LEI Nº 167/67 NA REDAÇÃO CONFERIDA PELA LEI Nº 6.754/79. RATIO LEGIS. FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO. 1. As mudanças no Decreto-lei nº 167/67 não tiveram como alvo as cédulas de crédito rural. Por isso elas nem sequer foram mencionadas nas proposições que culminaram com a aprovação da Lei nº 6.754/79, que alterou o Decreto-lei referido. 2. A interpretação sistemática do art. 60 do Decreto-lei nº 167/67 permite inferir que o significado da expressão “também são nulas outras garantias, reais ou pessoais”, disposta no seu § 3º, refere-se diretamente ao § 2º, ou seja, não se dirige às cédulas de crédito rural, mas apenas às notas e duplicatas rurais. 3. Vedar a possibilidade de oferecimento de crédito rural direto mediante a constituição de garantia de natureza pessoal (aval) significa obstruir o acesso a ele pelo pequeno produtor ou só o permitir em linhas de crédito menos vantajosas. 4. Recurso especial provido. (STJ - REsp: 1483853 MS 2014/0127949-2, Relator: Ministro MOURA RIBEIRO, Data de Julgamento: 04/11/2014, T3 - TERCEIRA

TURMA, Data de Publicação: DJe 18/11/2014)Portanto, improcedente se revela a pretensão dos Autores, vez que não restou comprovado a falsificação das assinaturas, não há que se falar portanto, em dano moral alegado.ANTE O EXPOSTO, com fulcro no art. 487, I, do CPC, JULGO, por SENTENÇA com resolução do MÉRITO, IMPROCEDENTE o pedido formulado na inicial e, em consequência, com fundamento no art. Art. 433, do CPC, declaro como autênticas as assinaturas apostas nas Cédulas Rurais Pignoratícias de números 043-06-0721/0, 043-06.0722/9, 043-05-1599/5 e no termo aditivo de nº 043-05-1600/2.CONDENO os Requerentes no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios sucumbenciais, os quais fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa, nos termos do artigo 85, § 2º, do CPC.Após o transito em julgado, devidamente certificado, em nada sendo requerido em cinco dias, pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se com as anotações necessárias.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Machadinho do Oeste-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0002725-62.2013.8.22.0019
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Autor: Marlene Modesto Custódio Machado
Advogado: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Requerido: Eletrobrás Distribuição Rondonia
Advogado: Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,O bloqueio on line restou integralmente frutífero, conforme detalhamento juntado aos autos, sendo determinada a transferência da importância bloqueada para conta judicial. Considerando que a constrição independe da nomeação de depositário fiel, CONVERTO o bloqueio em PENHORA. Intime-se a executada para que ofereça impugnação, em 15 dias, caso queira (Art. 475-J, § 1º, CPC). Caso não haja oposição de impugnação, expeça-se alvará em favor da parte autora intimando-a para retirar o referido alvará, bem como para requerer o que de direito no prazo de 48 (quarenta e oito horas), sob pena de extinção do feito pelo total adimplemento da obrigação.Machadinho do Oeste-RO, segunda-feira, 28 de novembro de 2016.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
(Prazo: 30 dias)
DE: MIGUEL ALVES DA COSTA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 351.119.252-87, atualmente em lugar incerto e não sabido.
Processo: 0003074-48.2015.8.22.0002
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco da Amazônia S/A
Advogado: Gilberto Silva Bonfim (OAB/RO 1727)
Executado: José Alves de Almeida, Miguel Alves da Costa e Associação de Pequenos Produtores Rurais Boa Esperança
Valor da Causa: R$ 14.362,43
FINALIDADE: Citação do Executado acima mencionado para tomar conhecimento da presente ação e para, no prazo de 03(três) dias, efetuar o pagamento da dívida exequenda. Fixado honorários em 10% (dez por cento), em caso de pronto pagamento a verba honorária será reduzida pela metade, sob pena de penhora e avaliação; bem como intimá-lo do prazo de 15 (quinze dias) para, querendo, opor embargos, esclarecendo que no mesmo prazo, poderá mediante depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários advocatícios, requerer o parcelamento do restante do débito em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção e juros.
PRAZO PARA RESPOSTA: 03 dias, a contar da dilação do prazo do edital
Machadinho do Oeste, 31 de Outubro de 2016.
Rosângela Maria de Oliveira Costa
Diretora de Cartório

EDITAL DE CITAÇÃO
(Prazo: 30 dias)
DE: OLIVEIRA DE PAULA FREIRE, brasileiro, solteiro, agropecuarista, inscrito no CPF sob o nº 300.214.052-04, atualmente em lugar incerto e não sabido.
Processo: 0003545-47.2014.8.22.0019
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco da Amazônia S/A - BASA
Advogado: Gilberto Silva Bonfim (OAB/RO 1727)
Executado: Geverson de Paula Freire, Deyse Karina Belino Freire; e Oliveira de Paula Freire
Valor da Causa: R$ 10.233,21
FINALIDADE: Citação do Executado acima mencionado para tomar conhecimento da presente ação e para, no prazo de 03(três) dias, efetuar o pagamento da dívida exequenda. Fixado honorários em 10% (dez por cento), em caso de pronto pagamento a verba honorária será reduzida pela metade, sob pena de penhora e avaliação; bem como intimá-lo do prazo de 15 (quinze dias) para, querendo, opor embargos, esclarecendo que no mesmo prazo, poderá mediante depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários advocatícios, requerer o parcelamento do restante do débito em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção e juros.
PRAZO PARA RESPOSTA: 15 dias, a contar da dilação do prazo do edital
Machadinho do Oeste, 11 de Novembro de 2016.
Rosângela Maria de Oliveira Costa
Diretora de Cartório

Proc.: 0002064-88.2010.8.22.0019
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Autor:Edimar de Oliveira Félix
Advogado:Lurival Antonio Ercolin (OAB/RO 064-B.)
Requerido:Afonso Pereira de Araújo, Silvia Cristina Felici
Advogado:Geraldo Pereira de Araújo (OAB/RO 1483), Ronaldo de Oliveira Couto (OAB/RO 2761)
Edital - retirar:
Fica a Parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar Edital de Venda expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação.

Proc.: 0001295-80.2010.8.22.0019
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Diene Queiroz Vilas Boas
Advogado: Valdeni Orneles de Almeida Paranhos (OAB/RO 4108)
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado: Procurador do Inss
Alvará - Autor:
Fica o Advogado da Parte Autora, no prazo de 05 dias, intimado para retirar o Alvará expedido, sendo que, caso o faça via internet, deverá, no mesmo prazo, comunicar a este juízo.

Proc.: 0026974-53.2008.8.22.0019
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Executado: Empresa de Transporte e Turismo Asa Branca Ltda
Advogado: Roberta Sigoli (OAB/RO 6936)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos, Trata-se de Ação de Execução Fiscal, ajuizada pela FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA em face da EMPRESA DE TRANSPORTE E TURISMO ASA BRANCA LTDA, objetivando o pagamento do valor que consta na Certidão de Dívida Ativa acostada aos autos, referente a débito de ICMS (fls. 03).A parte Executada foi citada (fls. 114v), sendo realizada de bens, às fls. 115, 121, 127. Às fls. 218, a parte Executada informa o pagamento do débito cobrado nos autos, bem como das custas processuais, juntando comprovantes às fls. 219-220.A parte Exequente, às fls. 221, manifesta-se informando que houve o pagamento integral da

dívida exequenda, bem como das custas processuais e honorários advocatícios, requerendo a extinção do feito, nos termos do art. 924, II do CPC, bem como a juntada do SITAFE para efetivar a extinção do crédito tributário.Desse modo, verifico que o débito objeto da execução encontra-se devidamente satisfeito, razão pela qual, a extinção do feito pelo total adimplemento da obrigação é medida que se impõe, conforme dispõe o art. 924, inciso II, do CPC. Ante ao exposto, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO DE EXECUÇÃO, considerando a satisfação do crédito por meio do pagamento noticiado e comprovado nos autos, com fulcro no art. 924, II c/c art. 925, ambos do Código de Processo Civil. Proceda-se a liberação dos bens penhorados nos autos, expedindo-se o necessário. Após o trânsito em julgado, procedidas às liberações das penhoras e não havendo mais pendências, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Desde já autorizo o desenterramento de documentos originais juntados nos autos, desde que substituídos por cópias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes. Machadinho do Oeste-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0001734-57.2011.8.22.0019
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Helena Rodrigues dos Santos
Advogado: Luiz Henrique de Lima Vergilio (OAB/RO 3885)
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado: Procurador do Inss
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos,Trata-se de Ação Previdenciária em fase de cumprimento de SENTENÇA, ajuizada por HELENA RODRIGUES DOS SANTOS em face do INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.Expedidas as requisições de pequeno valor, uma referente ao crédito principal e outra aos honorários advocatícios (fls. 127-130), as importâncias devidas foram depositadas em contas judiciais, conforme ofícios de fls. 131 e 132.Às fls. 134-135, a parte Exequente juntou petição requerendo a expedição de alvará para levantamento das quantias exequendas, indicando conta bancária do representante legal, juntando às fls. 137-140 cópia do Termo de Ajustamento de Conduta entre o Ministério Público e os advogados atuantes nesta comarca.Desse modo, verifico que o montante objeto de execução encontra-se devidamente pago, razão pela qual, a extinção do feito pelo total adimplemento da obrigação é medida que se impõe, conforme dispõe o art. 924, inciso II, do CPC.Ante ao exposto, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, considerando a satisfação do crédito por meio do pagamento noticiado nos autos, com fulcro no art. 924, II c/c art. 925, ambos do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará para levantamento dos valores, conforme depósitos constantes nos autos, ficando consignado que do valor de fls. 131 deverá ser reservado em favor do advogado o percentual de 35% (trinta e cinco por cento), conforme requerido e previsto no TAC e, quanto ao remanescente, deverá ser expedido alvará em favor da parte Autora, intimando-a pessoalmente para comparecer em cartório e retirá-lo, em 05 (cinco) dias.Intimada e deixando transcorrer o prazo sem a retirada do respectivo alvará, proceda a transferência para Conta Judicial Centralizadora nº 01529904-5 de titularidade do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Operação 040, Agência 2848, Caixa Econômica Federal, processo administrativo nº 0075911-48.2010.8.22.1111, para possível levantamento posterior pelo interessado, conforme disposto pelo Provimento 016/2010 CG.Quanto aos valores pertencentes ao patrono, Oficie-se o banco do Brasil para que proceda a transferência integral dos valores dos honorários reservados e do valor comprovado às fls. 132, com os juros e correções sem qualquer ônus, para a conta bancária de titularidade da Sociedade Vergílio & Ferreira Sociedade de Advogados, informada às fls. 135, devendo o banco no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data do recebimento do ofício, juntar nos autos o respectivo comprovante, sob pena de responder por desobediência.Após, o trânsito em julgado, juntado o comprovante de transferência dos valores e não havendo mais pendências, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo.Cumpra-se, expedindo o necessário.Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes.Machadinho do Oeste-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0001264-26.2011.8.22.0019
Ação: Usucapião
Requerente: Clacir Tessaro, Dilma Martins Pereira Tessaro
Advogado: Halmério Joaquim Carneiro Brito Bandeira de Melo (OAB/RO 770)
Interessado (Parte P:José Milton Dallari, Valdecir Ferreira Martins, Clemilda Oliveira da Silva, Francisco Campos da Silva, Marcos Ferreira da Silva, Quesia de Oliveira Venâncio, Silvio José da Silva, Antônio Américo de Sá Peixoto e Castanheira Silva, Fábio de Oliveira Côrtes, Janilde Aparecida Demattê Soares
Advogado:Wisley Machado dos Santos de Almeida (OAB/RO 1217)
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Considerando o pleito vertido nos autos SEI nº 9210084-40.2016.8.22.1111, o qual concedeu cinco dias de folgas compensatórias ao Juiz Hedy Carlos Soares, titular da Vara Única da Comarca de Machadinho do Oeste, referente ao primeiro semestre de 2016, fixando o período de 24.04.2017 a 28.04.2017, para fruição do beneficio, nos termos do art. 1º da Resolução n. 019/2014-PR, disponibilizada no D.J.E. Nº. 171 de 12 de setembro de 2014, necessário se faz a redesignação da solenidade agenda às fls. 214 ante a impossibilidade de comparecimento de Juiz Substituto, assim, designo o dia 14.06.2017 às 10h15, para audiência nestes autos.Intimem-se as partes. Cumpra-se o necessário para a próxima audiência. SIRVA ESTA DECISÃO COMO MANDADO /OFÍCIO. Machadinho do Oeste-RO, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0010415-21.2008.8.22.0019
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Bernadete de Souza Galvão
Advogado: Fernando Martins Gonçalves (OAB/RO 834), Pedro Riola dos Santos Junior (OAB/RO 2640)
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado: Procurador do Inss
Intimação - Autor:
Fica a Parte Autora, por intermédio de seus Advogados, intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito.

Proc.: 0001324-28.2013.8.22.0019
Ação: Depósito
Autor: Bv Financeira S. A. Crédito Financiamento e Investimento
Advogado: Fernando Luz Pereira (OAB/SP 147020), Moisés Batista de Souza (OAB/SP 149.225)
Requerido: James Ferreira Dean
Intimação - Autor:
Fica a Parte Autora, por intermédio de seus Advogados, intimada para, no prazo de 05 dias, manifestar-se acerca da Petição de fls. 59-60, requerendo o que entender de direito.

Proc.: 0000144-11.2012.8.22.0019
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Autor: Cometa Center Car Veículos Ltda
Advogado: Patricia Jorge da Cunha Viana Dantas (OAB/MT 8014)
Requerido: Ana Paula Alves Sedrim
Intimação - Autor:
Fica a Parte Autora, por intermédio de sua Advogada, intimada para, no prazo de 05 dias, requerer o que entender de direito, eis que transcorreu o prazo da suspensão.

Proc.: 0002244-70.2011.8.22.0019
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Paulo da Silva
Advogado: Robervelte Braga Francisco (OAB/MT 8834)

Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Recurso de Apelação - Autor:
Fica a Parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

Proc.: 0001435-75.2014.8.22.0019
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Dejanira Sampaio Froés
Advogado: Pedro Riola dos Santos Júnior (OAB/RO 2640)
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Laudo Pericial:
Fica a Parte Autora intimada, por via de seus Advogados, para no prazo de 10 dias se manifestar sobre o Laudo Pericial

Proc.: 0002194-39.2014.8.22.0019
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Nivalda Pereira dos Santos
Advogado: Pedro Riola dos Santos Júnior (OAB/AC 2195), Fernando Martins Gonçalves (OAB/RO 834)
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Laudo Pericial:
Fica a Parte Autora intimada, por via de seus Advogados, para no prazo de 10 dias se manifestar sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0001925-97.2014.8.22.0019
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Fundo de Apoio Ao Empreendimento Popular de Ariquemes Faepar Banco do Povo
Advogado: Viviane Matos Triches (OAB/RO 4695), Vanessa dos Santos Lima (OAB/RO 5329)
Executado:Phablo Félix de Sá
Intimação - Autor:
Fica a Parte Autora, no prazo de 15 dias, intimada para se manifestar acerca dos Embargos à Penhora/Execução apresentado pela parte requerida às fls. 69-73.

Proc.: 0002725-33.2011.8.22.0019
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Autor: José de Morais
Advogado:Luiz Henrique de Lima Vergilio (OAB/RO 3885)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss
Recurso de Apelação Autor:
Fica a Parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado às fls. 183-193.
Rosângela Maria de Oliveira Costa

Diretora de Cartório

COMARCA DE PRESIDENTE MÉDICI

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0000576-30.2016.8.22.0006
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministerio Publico Estadual
Denunciado:José Ribeiro da Silva Filho, Gerlinda Prochnow
Advogado:Edna Ferreira Pasmo (RO 8269), Leise Prochnow Mourão (RO 8445)
FINALIDADE: INTIMAR os advogados supramencionados da DECISÃO a seguir transcrita:

"DECISÃO: DECISÃO 1) Trata-se de ação penal movida pelo Ministério Público Estadual em desfavor de José Ribeiro da Silva Filho e Gerlinda Prochnow, acusados da prática dos delitos de aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura (art. 359-G do CP) e falsidade ideológica (art. 299 do CP), respectivamente. Notificada, a indiciada Gerlinda Prochnow apresentou defesa preliminar, alegando, entre outras matérias afetas ao MÉRITO da causa, a inépcia da inicial. Argumenta não foi apresentado na peça acusatória indícios da configuração de dolo e que seria necessária a incidência de vantagem ou benefício para configuração da tipicidade penal. Afirma que não houve qualquer intuito de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato jurídico relevante, nem mesmo intenção de beneficiar-se com fraude. Inicialmente cabe destacar que o tipo penal previsto no art. 299 do CP (Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante) inexige para subsunção conduta-norma, vantagem, benefício ou intenção de beneficiar-se com a fraude.Diferentemente do que se vislumbra em outros tipos penais, nos quais se exigem uma FINALIDADE específica (especial fim de agir) consistente em auferir vantagem pecuniária, favores espúrios, entre outros, o tipo penal de nomen juris falsidade ideológica perfectibiliza-se com a mera omissão ou acréscimo indevido de informações em documento público ou particular. A FINALIDADE é inerente ao dolo, qual seja, prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato jurídico, não sendo necessário que o autor do delito aufira vantagem (pecuniária ou não) em seu favor ou de terceiro. No caso em epígrafe, o Parquet narra que a autora teria inserido declaração falsa em documento que instruiu prestação de contas do exercício de 2012, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, qual seja, a realização de contratações e de nomeações e a concessão de aumento nas remunerações de servidores ocupantes de cargos públicos junto à Administração Pública Municipal nos 180 dias anteriores ao final do mandato do Gestor Público da Época. Assim, não há falar na existência de inépcia na denúncia que narra conduta que, se comprovada, possivelmente se amoldaria ao tipo penal em testilha. A análise do dolo, por sua vez, fica prejudicada, já que depende de dilação probatória, embora deva ser reconhecido que existem nos autos indícios mínimos para a deflagração da ação penal, até porque fato correlato, relativo à contratação irregular de servidores justamente a informação contida no documento público que segundo o Ministério Público seria discrepante da verdade também está em apuração no feito em epígrafe, sendo imputada ao gestor público José Ribeiro da Silva Filho. Neste cotejo, verifica-se que o Ministério Público logrou descrever a conduta que entende criminosa, com todas as suas circunstância, e os documentos carreados ao feito, precedidos de diligências investigativas, evidenciam a justa causa necessária à continuidade da persecução penal.Quanto à defesa apresentada pelo requerido José Ribeiro da Silva Filho, inexiste qualquer matéria preliminar a vergastar a peça vestibular, razão pela qual o prosseguimento do feito é medida que se impõe ao caso Posto isso, rejeito a preliminar de inépcia da exordial acusatória e, à míngua de qualquer vício, Recebo a denúncia oferecida contra a acusada Gerlinda Prochnow. 2) Concernente à defesa de José Ribeiro da Silva Filho, não se vislumbra, no caso em exame, a existência manifesta de causa excludente da ilicitude dos fatos, da culpabilidade dos agentes ou de extinção da punibilidade. Além disso, os fatos da forma narrada na denúncia constituem crime. Logo, não há falar em absolvição sumária dos acusados.Por sua vez, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 07/06/2017 às 09h00min. Cite-se e intime-se a acusada Gerlinda Prochnow, intime-se o réu José Ribeiro da Silva Filho e as testemunhas arroladas pelas partes (fls. 07v. e 352). Eventuais testemunhas

residentes em outras Comarcas deverão ouvidas por meio de cartas precatórias.Dê-se ciência ao Ministério Público. Cumpra-se. Intime-se. Expeça-se o necessário.Presidente Médici-RO, sexta-feira, 27 de janeiro de 2017.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito."
Presidente Médici, 7 de fevereiro de 2017.
Jacqueline Borges Beccaria Müller
Técnico Judiciário – Cad. 206.332-8
(Assinado Digitalmente)

1ª VARA CÍVEL

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
Do(a) requerido(a), Rita Leão Nascimento, brasileira, casada, portador(a) do RG n. 322.996 SSP/RO e do CPF n. 036.040.122-87, com último endereço conhecido na Av. Ji-Paraná n. 1808, Centro, Presidente Médici/RO, residente e domiciliado(a) atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citação do(a) requerido(a) acima qualificado(a), para ficar ciente da ação abaixo mencionada e para contestá-la no prazo de 15 (quinze) dias, via advogado, contados a partir do vencimento deste edital, ficando advertido(a) de que não havendo contestação presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial. Observação: Não tendo o(a) requerido(a) condições de constituir advogado, deverá procurar, em querendo, a Defensoria Pública desta Comarca, localizada na Rua Castelo Branco, 2569, para o patrocínio de sua defesa. Poderá ainda, em querendo, entrar em contato com o Núcleo mais próximo da Defensoria Pública. E, para constar passou o presente em 04 (quatro) vias de igual forma e teor, sendo que o original será afixado no local de costume e as demais publicadas de acordo com a lei.
Processo nº: 7000011-44.2016.8.22.0006
Classe: FAMÍLIA- DIVÓRCIO LITIGIOSO (99)
Assunto: [Dissolução]
Parte Ativa: MAURILHO WENZEL
Advogado do(a) REQUERENTE: VALTER CARNEIRO - RO2466
Parte Passiva: Rita Leão Wenzel
Valor da Causa: R$ 1.000,00
Sede do Juízo: Fórum Pontes de Miranda, Rua Castelo Branco, 2667 - Presidente Médici-RO – CEP 76.916-000 - Fone/Fax (0XX) 69 471-2714 - Ramal 3 - E-mail:pme1civel@tjro.jus.br
Presidente Médici/RO, 23 de janeiro de 2017.
ELISANGELA FROTA ARAUJO REIS
Juíza de Direito
(assinado digitalmente)

Proc.: 0019196-42.2006.8.22.0006
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Fernando Santos Carneiro
Advogado:Valter Carneiro (RO 2466.)
Executado:Jose Guedes Petereit Graciano
Advogado:Advogado Não Informado (000), Alexandre Barneze (OAB/RO 2660)
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a parte exequente, via DJE, para manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias, quanto a indicação de bens penhoráveis do executadoSem manifestação da parte exequente, arquivem-se os autos, começando a correr o prazo da prescrição intercorrente do artigo 921, § 4° do CPC..Presidente Médici-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2017.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0014000-67.2001.8.22.0006
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Ministerio Publico Estadual
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Executado:Antonio Geraldo da Silva, Edson dos Reis Vieira, Roberto Lourenço da Silva, Marcos Adriano da Silva, Luzeni Daniel da Silva, Jonatas Geraldo da Silva, Antonio Janary Barros da Cunha, Daniel Messias Guedes, Ailton Lemos da Silva, Maria Salete Pasinato de Souza
Advogado:Alexandre Barneze (RO 2660.), Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
Revogo a determinação de expedição de alvará em favor da leiloeira, haja vista que o comprovante de fl. 3531 indica que a quantia já fora destinada a conta de titularidade daquela.Cumpra-se as demais determinações.Presidente Médici-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000803-25.2013.8.22.0006
Ação:Inventário
Requerente:Estevão Trindade de Souza, Jose Carlos Batista dos Santos, Romario Trindade Mendes, Thomaz Jefferson Neves, Raqual Gil Oliveira Souza
Advogado:Luciano da Silveira Vieira (RO 1643.)
DESPACHO:
Verifico que ainda não foram juntados aos autos documentos pessoais dos herdeiros.Assim, previamente ao cumprimento da DECISÃO de fl.86, intime-se o inventariante para fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias.Cumpra-se. Presidente Médici-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001240-95.2015.8.22.0006
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Agropecuaria Central Comercio e Rep. de Produtos Veterinarios Ltda Me
Advogado:Antonio Fraccaro. (RO. 1941.)
Requerido:Helio Bizerra Costa, Leni Soares Vieira Costa
Advogado:Valter Carneiro (RO 2466.)
DECISÃO:
DECISÃO (fls.84-93) Cuida-se de impugnação ao cumprimento provisório de SENTENÇA, interposto por HÉLIO BIZERRA COSTA e LENI SOARES VIEIRA COSTA, em face de AGROPECUÁRIA CENTRAL COMÉRCIO E REP. DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA ME, ambos qualificados. Preliminarmente, alegam os executados, que o exequente ajuizou nova ação de cumprimento provisório de SENTENÇA, sendo que há outro processo em curso, (autos de execução n. 0000836-83.2011.8.22.0006), motivo pela qual verificou-se a ocorrência da litispendência, pugnando assim pela extinção do presente feito. No MÉRITO, sustentam os executados, que apresentaram recurso de Agravo em Recurso Extraordinário, junto ao STF, e por terem grande chance de ter provimento no referido recurso, pedem que seja exigida caução ao exequente, para prosseguimento da execução. Pugnam pelo afastamento da multa do art. 523, parágrafo 1º do CPC, sob argumento de que a dívida já está garantida por meio da penhora, não havendo que se falar na aplicabilidade da referida multa. Por fim, requer a reavaliação do imóvel penhora (fl.22), vez que a última avaliação ocorreu em 21/07/2011.Instado a manifestar-se, o exequente apresentou réplica à impugnação às fls.95-98, arguindo em síntese que a preliminar não deve der acolhida, pois o presente feito trata-se de incidente de cumprimento provisório. No MÉRITO, redarguiu as teses dos executados, pugnando pela rejeição da impugnação, e consequentemente, o prosseguimento da fase do cumprimento de SENTENÇA. É o necessário relatório. DECIDO. Inicialmente, rejeito a preliminar arguida, porquanto o presente feito não se trata de caso de litispedência, pois nos termos do art. 520 do CPC, o cumprimento provisório da SENTENÇA impugnada será realizado da mesma forma que a definitiva, sendo que, inclusive a DECISÃO do agravo de instrumento (fls.110-115), determinou o prosseguimento do presente feito, já que os autos da execução (n. 0000836-83.2011.8.22.0006), encontram-se pendentes de análise recursal. Com relação à alegação de que se encontra pendente para

julgamento, agravo de instrumento em recurso extraordinário, o art. 521, inciso III do CPC, dispõe que a interposição de tal recurso, dispensa a caução, o que não possui o condão de obstaculizar o prosseguimento do presente incidente.Ademais, a hipótese que retrata o caso em tela, pende de julgamento, não tendo como saber se realmente o recurso que tramita no STF será provido ou não. Outrossim, a DECISÃO proferida pelo E. TJ/RO (fls.110-115) dispensou prestação de caução. Nessa linha, reportando-me à DECISÃO monocrática proferida pelo juízo ad quem, não identifico hipótese de risco de grave dano, de difícil ou incerta reparação, o que poderá ser analisado posteriormente por este juízo, caso necessário. Coaduando com o exposto, segue jurisprudência do nosso Tribunal de Justiça:AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CAUÇÃO. DISPENSA. HIPÓTESE DO ARTIGO 475-O, § 2º, II, DO CPC.Admite-se a dispensa de caução apenas nas hipóteses previstas no § 2º do artigo 475-O do CPC, quais sejam: "I. quando, nos casos de crédito de natureza alimentar ou decorrente de ato ilícito, até o limite de sessenta vezes o valor do salário mínimo, o exequente demonstrar situação de necessidade; II. nos casos de execução provisória em que penda agravo de instrumento junto ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça (art. 544), salvo quando da dispensa possa manifestamente resultar risco de grave dano, de difícil ou incerta reparação." (Agravo, Processo nº 0003074-54.2015.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) Des. Kiyochi Mori, Data de julgamento 29/04/2015) Quanto ao pedido dos executados, referente o afastamento da multa do art.523, parágrafo 1º do CPC, igualmente tal alegação não merece prosperar, pois o art. 520 do CPC é expresso em dispor que o cumprimento provisório de SENTENÇA será realizado da mesma forma que o definitivo, razão pela qual, mantenho a multa arbitrada. Assim sendo, REJEITO a impugnação ao cumprimento de SENTENÇA, apresentada pelo executado.Com o trânsito em julgado desta DECISÃO, intime-se a parte exequente para atualizar o débito e requerer o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se.Presidente Médici-RO, segunda-feira, 11 de julho de 2016.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000255-29.2015.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Antônio de Paula Freitas Junior
Advogado:Jose Sebastião da Silva (RO 1474.)
Requerido:Laboratorio L Z Matuszak
Advogado:Luciano da Silveira Vieira (RO 1643.)
DECISÃO:
DECISÃO Vistos em saneador.Trata-se de ação de reparação por danos morais e materiais ajuizada por ANTÔNIO DE PAULA FREITAS JÚNIOR em face do LABORATÓRIO L Z MATUSZAK ME, sob argumento de que foi exposto ao ridículo, tendo sua imagem e honra violada pelo requerido.Não tendo sido apresentada ao juízo, para homologação, delimitação consensual das questões de fato e de direito a que alude o art. 357, parágrafo 2º do CPC, e considerando que a presente causa não apresenta complexidade em matéria de fato ou de direito, deixo de designar audiência de saneamento em cooperação e passo ao saneamento e organização do feito em gabinete (CPC, art. 357, do CPC).01. Em síntese, relata o autor que no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhes confere, na condição de Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Rondônia, certa vez levou a conhecimento dos poderes públicos que fossem apurados atos ilícitos praticados pelos representantes do requerido, que na condição de agentes públicos estariam supostamente se beneficiando do Hospital Unidade Mista para canalização e captação de clientes para o laboratório.Devido tal denúncia, o requerido, através de seus representantes legais, ajuizaram ação penal privada (queixa-crime), que em sede de recurso foi determinado pelo E. TJ/RO, o trancamento e arquivamento da ação penal, bem como o reconhecimento do instituto da decadência. Em razão do ajuizamento da referida ação penal privada (autos n. 0001110-08.2013.8.22.0006 e 0001056-76.2014.8.22.0006), aduz o autor que o requerido violou sua intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, o que lhe trouxe abalos psíquicos, em razão de ter sido denegrido perante a sociedade. (fls.64-78) Citado, o requerido arguiu as seguintes preliminares: análise incidental da questão, ilegitimidade passiva, inépcia da inicial/cerceamento de defesa e necessidade da formação de litisconsórcio passivo necessário/facultativo. Apresentada reconvenção às fls.79-84.Impugnação à contestação e reconvenção às fls. 94-114.Intimadas as partes para especificarem as provas que pretendem produzir (fls. 199/202). Às fls. 205-226, a parte autora manifestou-se pugnando pela produção da prova documental constante nos autos, bem como a remessa do presente feito à Justiça do Trabalho, em razão da alegação do requerido, de que o mandato sindical exercido pelo autor é falso. Às fls. 364-365, o requerido especificou as provas que pretende produzir, aduzindo intempestividade da contestação à reconvenção apresentada pelo autor, pugnando ainda, pelo desentranhamento dos documentos de fls. 94-198.Pela derradeira vez, o autor manifestou-se às fls. 370-375, pugnando pela remessa dos autos ao juízo trabalhista, em razão de ter sido questionado pelo requerido, a legalidade da eleição que conduziu o autor Antônio de Paula Freitas Júnior, ao cargo de dirigente sindical, pugna ainda pela inclusão do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Rondônia no polo passivo da demanda. É o necessário relatório. DECIDO. 02. Da alegação do autor quanto a incompetência do juízo estadual para processar e julgar o feito – pedido de declinação da competência para o juízo trabalhista.Por questão de ordem processual, inicialmente cumpre analisar o pedido do autor, quanto a alegada incompetência deste juízo. Aduz o autor, que em razão do questionamento do requerido, quanto a legalidade da eleição que o conduziu para o cargo de presidente do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Rondônia - SINFAR/RO, pugna que seja declinada a competência para o juízo trabalhista. Pois bem. Em que pese as argumentações trazidas pelo autor, não merece prosperar seu pedido neste ponto, pois conforme contido nos pedidos iniciais, os pontos controvertidos da lide consistem em analisar a procedência ou não, dos pedidos de indenização por danos morais e materiais, em razão do ajuizamento das ações de queixa-crime propostas pelo requerido, por suposta calúnia, difamação e incidente de falsidade, motivo este que o autor alega que, em decorrência do ajuizamento daquelas demandas, tal ato violou sua honra objetiva. Inicialmente, pontuo que, se as partes pretendem dirimir controvérsias acerca da legalidade da eleição sindical, esta não é a via adequada, devendo buscarem ajuizar ação própria para tal FINALIDADE, e não tumultuarem o processo com matérias descabidas, pois o presente feito não se amolda em nenhuma das possibilidades previstas no artigo 114, inciso III da Carta Magna, que pudesse ensejar o declino da competência, até mesmo porque a presente lide não trata de interesse sindical. Destaco que, ao contrário do alegado pelo autor (fl.219), o juízo é uma instituição, e a ausência momentânea de magistrado titular a época na comarca, não retira a existência do juízo natural da causa. Posto isso, rejeito o pedido para declinar a competência do presente feito ao juízo trabalhista. Por consequência, rejeito o pedido de inclusão do SINFAR/RO - Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Rondônia, no polo passivo da demanda. 03. Passo a análise das preliminares arguidas em sede de contestação. 3.1. Da alegação de questão prejudicial incidenter tantum.Argumenta o requerido que deve ser analisada questão prejudicial, acerca da legitimidade e legalidade do autor atuar na condição jurídica que alega ter, de presidente do SINFAR/RO. Relata que o autor falsificou documentos, forjou nomes e assinaturas, assembléias, etc, sendo a presente questão, prejudicial para que seja declarada a validade jurídica do autor em atuar na condição de presidente do SINFAR/RO. Pois bem. Do cotejo dos autos, conforme supramencionado acerca dos pontos controvertidos na presente demanda, verifico que a preliminar arguida não merece prosperar, pois a questão arguida, acerca da legalidade ou não da eleição do autor como presidente do SINFAR/RO, não é pressuposto para julgamento do MÉRITO da demanda, não caracterizando assim, matéria prejudicial ao julgamento desta

demanda, até mesmo porque, o MÉRITO consiste em analisar a procedência ou não dos pedidos de indenização por danos morais e materiais.Repito, se ocorreu fraude, falsificação de documentos, dentre outras alegações, deve a parte ajuizar ação própria, que aliás, na época foi apurada pelo Ministério Público. Além dos mais, há muito transitou em julgado o feito que tramitou no juízo criminal, o qual pretendia ser analisado a questão prejudicial arguida, tratando-se o caso de evidente preclusão consumativa, tendo inclusivo sido reconhecida a decadência nas ações de queixa-crime ajuizadas, conforme documentos de fls.53-54. Lado outro, nos termos do artigo 503, parágrafo 1º do CPC, a questão prejudicial arguida sequer necessita de solução nesta demanda, dada sua irrelevância para a solução da lide. Assim, rejeito a preliminar arguida pelo requerido. Quanto as diligências requeridas no item 01 de fls.66-67, por ora, não vislumbro a utilidade e pertinência de tais provas para a solução da presente lide. Contudo, em atenção ao princípio da não surpresa, estampado no artigo 9º do CPC, conjugado ao disposto no artigo 10º do CPC, intime-se a parte requerida para no prazo de 10 (dez) dias, querendo, justificar a utilidade e pertinência de tais provas, nos termos supra, devendo ser analisado o contexto fático-probatório, bem como a fundamentação exposta na presente DECISÃO.3.2 Da alegação de ilegitimidade passiva.Alega ilegitimidade passiva, em razão da ausência de nexo de causalidade e carência de ação, sob argumento de que os jornais e sítios eletrônicos que divulgaram a notícia acerca da eleição do presidente do SINFAR/RO, teve como fonte o Ministério Público do Trabalho, e não em razão das ações de queixa-crime, ajuizadas a época pelo requerido. Nada obstante a alegação do requerido, esta não afasta sua legitimidade passiva, pois com a devida prudência, tal preliminar deve ser rejeitada, pois filio-me a teoria da asserção (REsp 1052680/RS), a qual prevê que, quando do recebimento da petição inicial, fora apreciada as condições da ação abstratamente.Desta forma, partindo da anunciada teoria da asserção, há pressuposto de veracidade, ainda que em caráter provisório, acerca de sua legitimidade, o qual inclusive foi parte querelante nas ações de queixa-crime, o qual alega o autor, que em razão do ajuizamento daquelas demandas, sofreu danos morais e materiais. Releva notar que, por ocasião da instrução probatória será apurado concretamente o que fora alegado pela parte autora na petição inicial.Assim, rejeito a preliminar arguida de ilegitimidade passiva.3.3 Da alegação de inépcia da inicial e cerceamento de defesa.Sem maiores digressões, REJEITO a preliminar arguida, pois da narração dos fatos e pedido é perfeitamente possível compreender a pretensão inicial, sem prejuízo à defesa apresentada, devendo os patronos atentarem-se a lógica de raciocínio e fundamentações a serem explanadas, até mesmo para facilitar a pretensão real da demanda, e não trazerem ao feito, matérias estranhas à lide, ou tenta rediscutir fato já decidido em outro juízo. 3.4 Da alegação de necessidade de formação do litisconsórcio passivo necessário/facultativo.Alega o requerido, que em razão de ter constado neste feito como parte no polo passivo, o Laboratório LZ Matuszak e as pessoas físicas de Maria Zuleide da Silva Matuszak e Lauro Matuszak, isto seria motivo apto a caracterizar o litisconsórcio passivo necessário, pugnando assim pela inclusão dos requeridos Lauro e Maria Zuleide no polo passivo da demanda. Pois bem. Da análise dos documentos de fls. 48-49, verifico que não consta as pessoas físicas mencionadas, como querelantes naqueles feitos que tramitaram no juízo criminal, não havendo que se falar em litisconsórcio passivo necessário. Outrossim, corretamente agiu a parte autora ao ajuizar a presente demanda em desfavor da parte requerida, a qual encontra-se devidamente representada por sócia proprietária legal, sendo que o requerido foi quem figurou como querelante naqueles autos. Oportuno esclarecer que o litisconsórcio necessário ocorre quando há uma obrigatoriedade de formação do litisconsórcio, seja por expressa determinação legal, seja em virturde da natureza indivisível da relação de direito material da qual participam os litisconsortes, sendo que, o caso dos autos não se amolda em nenhuma das hipóteses. Assim, rejeito a preliminar arguida, mantendo incólume as partes contidas no polo ativo e passivo da presente demanda. 04. Acerca do pedido contido no item “e” dos pedidos da contestação (fl.77), a própria parte requerida pode diligenciar junto ao Ministério Público, para que conceda cópias do referido inquérito civil, ressalvado que esteja tramitando em segredo de justiça, o que deverá ser comprovado neste juízo mediante declaração pelo servidor competente daquele órgão. Ressalvo ainda que, em caso de necessidade de ser determinada a diligência por este juízo, deverá a parte requerida apresentar a utilidade e pertinência da apresentação de tal documento, haja vista que as provas contidas nos autos, bem como as demais que serão oportunamente colacionadas, por certo contribuirão à solução do presente feito. Igualmente, por ora, não vislumbro a necessidade do deferimento de prova emprestada relativo aos processos que tramitaram no juízo criminal sob n. 0001121-08.2013.8.22.006 e 0001056-76.2014.8.22.0006. Contudo, em atenção ao princípio da não surpresa, estampado no artigo 9º do CPC, conjugado ao disposto no artigo 10º do CPC, intime-se a parte requerida para no prazo de 10 (dez) dias, querendo, justificar a utilidade e pertinência de tal prova, nos termos supra, devendo ser analisado o contexto fático-probatório, bem como a fundamentação exposta na presente DECISÃO.05.Concernente ao petitório de fls. 90-91, não vislumbro óbice a juntada dos documentos de fls. 87-88, a teor do disposto no artigo 435 do CPC, sendo facultado às partes juntarem documentos novos até o decorrer da instrução, razão pela qual, rejeito as argumentações expostas. 06. Com relação ao petitório de fls. 94-114, e documentos de fls. 115-198, nesse ponto, necessário chamar o feito à ordem, pois deve ser desentranhado os referidos documentos, porquanto, trata-se de petição requerida por parte manifestamente ilegítima, sendo que, o Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Rondônia, não é parte integrante da lide. Portanto, proceda-se a escrivania o desentranhamento dos referidos documentos, devendo certificar nos autos. 07. Quanto ao pedido de decretação da revelia do reconvindo (fls.364-365), razão assiste ao requerido, pois conforme certidão de fl. 93, o autor foi intimado para manifestar-se quanto a reconvenção apresentada às fls. 79-84, não tendo se manifestado, pois conforme decidido no item 06, foi determinado o desentranhamento dos documentos de fls. 94-198. Assim, decreto a revelia do autor, em relação à petição de reconvenção, presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo reconvinte, nos termos do artigo 344 do CPC. 08. Em razão das diversas matérias analisadas, os quais eram necessárias para saneamento do feito, deixo para analisar o pedido de produção da prova testemunhal, bem como demais diligências que se fizerem necessárias, após a vinda aos autos das determinações supra, bem como do trânsito em julgado da presente DECISÃO. Saliento que, as partes deverão abster-se de juntarem aos autos documentos e alegações que não forem efetivamente contribuir para a solução da lide, pois da análise dos autos, verifico que há inclusive documentos repetidos, o que gera volume e desperdício de tempo para análise, desnecessários. Analisadas as preliminares, verifico que as partes são legítimas e estão adequadamente representadas nos autos, inexistindo, por ora, outras questões processuais a serem abordadas.09.Fixo como pontos controvertidos da lide: a) a procedência ou não dos pedidos de indenização por danos morais e materiais, formulados pela parte autora, bem como pelos mesmos pedidos formulados na reconvenção.10. O atual Código de Processo Civil adotou inteiramente a distribuição dinâmica do ônus da prova. Diante do disposto nos art. 357, III, do CPC, distribuo o ônus da prova conforme previsto no artigo 373, incisos I e II, cabendo à parte autora comprovar a existência do fato constitutivo de seu direito e aos requeridos comprovarem a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Com relação aos meios de prova relevantes para o julgamento da lide são a documental e testemunhal, pelo que, nos termos do artigo 357, II, do CPC, admito a produção dessas provas. A prova documental já foi produzida, sendo facultado às partes juntarem documentos novos, desde que pertinentes, até o decorrer da instrução.Esclareça-se às partes que elas têm o direito de pedir esclarecimentos ao Juízo ou solicitar ajustes na presente DECISÃO, por meio de simples petição sem

caráter recursal, no prazo comum de 05 (cinco) dias, após o qual esta DECISÃO tornar-se-á estável, nos termos do art. 357, parágrafo 1º do CPC.Declaro o feito saneado e organizado. Solicitados esclarecimentos ou ajustes na presente DECISÃO saneadora, tornem-se os autos conclusos para as deliberações pertinentes.Transcorrido o prazo de 05 (cinco) dias sem qualquer manifestação das partes, certifique a escrivania a estabilidade da presente DECISÃO e dê-se cumprimento às determinações nela trazidas.Intime-se. Pratique-se o necessário.Presidente Médici-RO, sexta-feira, 5 de agosto de 2016.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000077-80.2015.8.22.0006
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:J. S. da S. A. S. V. da S. de A.
Advogado:Jose Juarez Barbosa dos Santos (PB 8487.)
Executado:L. S. de A.
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o pleito de fl.39.Expeça-se o necessário. Presidente Médici-RO, terça-feira, 12 de julho de 2016.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0002365-69.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Banco do Brasil S A
Advogado:Sérvio Túlio de Barcelos (OAB/RO 6.673), Daniel Penha de Oliveira (RO. 3.434)
Requerido:Jesimar Gomes da Silva, Adão Gomes da Silva
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o pleito de fls. 98-99, oficie-se nos termos requerido, expendido-se o necessário. Intime-se. Presidente Médici-RO, quinta-feira, 14 de julho de 2016.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0002102-37.2013.8.22.0006
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Publica do Municipio de Presidente Medici R O
Advogado:Procurador do Municipio de Presidente Medici R O (000.)
Executado:Marcos de Almeida Genelhu
DESPACHO:
DESPACHO Conforme DESPACHO de fl.35 e certidão de fl.43, foi procedida a restrição no veículo ali indicado. Assim, manifeste-se a exequente em termos de prosseguimento, sob pena de suspensão do feito, nos termos do art.40 da Lei 6.830/80.Expeça-se alvará judicial em favor da parte exequente, referente o valor bloqueado às fls. 20-21.Intime-se. Presidente Médici-RO, quinta-feira, 14 de julho de 2016.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0009780-79.2008.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Aristides Cabral da Silva
Advogado:Joaquim José da Silva Filho (RO 3952)
Requerido:Instituto Nacional de Seguridade Social
DESPACHO:
DESPACHO A respeitável DECISÃO de fls. 205-206 é expressa no sentido de “reformar o acórdão recorrido”, no qual houve a concessão do benefício à autora. Essa, por sua vez, apresentou às fls. 217-220 o indeferimento do requerimento administrativo, o que caracteriza seu interesse de agir, bem como ratificou os atos e provas já produzidos, requerendo seu aproveitamento.Assim, intime-se o requerido para igualmente manifestar-se, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a ratificação dos atos e provas produzidos, o qual inclusive já contestou a demanda, conforme se infere às fls.24/27.Cumpra-se. Presidente Médici-RO, segunda-feira, 1 de agosto de 2016.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001356-38.2014.8.22.0006
Ação:Execução Fiscal
Exequente:União
Advogado:Procurador Federal (. 00)
Executado:Sebastião Lacerda de Amorim
DESPACHO:
DESPACHO (fl.78) Defiro o pedido retro. Expeça-se o necessário. Oficie-se a instituição financeira. Após, comprovada a diligência, intime-se a exequente para requerer o que de direito. Presidente Médici-RO, terça-feira, 26 de julho de 2016.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000785-67.2014.8.22.0006
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Jirauto Automóveis Ltda
Advogado:Vanilda Estevao da Silva Rodrigues Contreiras (RO. 240.), Marcia Anita de Sousa Sulbach (RO 6315)
Executado:Andre Cezar de Lima
DESPACHO:
DECISÃO Considerando que o executado foi devidamente intimado para indicar bens passíveis de penhora, tendo transcorrido inerte o prazo para indicação (fls.78-79), fixo a multa no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito executado, conforme disposto no art. 774, parágrafo único do CPC.Intime-se a parte exequente para apresentar demonstrativo de débito atualizado, com a incidência da multa, bem como para manifestar-se em termos de prosseguimento do feito no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se. Presidente Médici-RO, terça-feira, 26 de julho de 2016.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001988-98.2013.8.22.0006
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Fundo de Apoio Ao Empreendimento Popular de Ariquemes Faepar
Advogado:Viviane Matos Triches (RO 4695), Vanessa dos Santos Lima (RO 5329)
Executado:Aparecido Francisco da Cruz Me, Aparecido Francisco Cruz, Sonia Maria Fogaça
SENTENÇA:
SENTENÇA Trata-se de execução de título extrajudicial ajuizada por FUNDO DE APOIO AO EMPREENDIMENTO POPULAR DE ARIQUEMES - FAEPAR em face de APARECIDO FRANCISCO DA CRUZ ME; APARECIDO FRANCISCO CRUZ e SÔNIA MARIA FOGAÇA.Às fls. 113-115 sobreveio aos autos acordo firmado entre a parte exequente e o segundo executado.Quanto ao primeiro e terceiro executado, a exequsente manifestou-se à fl. 122 pela desistência da ação.Desnecessária a intimação do primeiro e terceiro executado, para os fins do §4°, do artigo 485 do CPC, porquanto, inexiste defesa apresentada pelas partes nos autos.É o breve relatório. DECIDO. Ante o exposto, HOMOLOGO O ACORDO entabulado entre a exequente e o executado APARECIDO FRANCISCO DA CRUZ, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, DECRETANDO A RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com espeque no art. 487, inciso III, alínea “b”, dispensado o prazo recursal, resolvida a controvérsia.No que pertine aos executados APARECIDO FRANCISCO DA CRUZ ME e SÔNIA MARIA FOGAÇA, tendo a parte exequente manifestado o interesse na desistência do feito (fl. 122), acolho o pedido e JULGO EXTINTO O FEITO com fundamento no artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil.Da análise dos autos, verifico que não foi procedida restrição através do sistema RENAJUD sob o veículo VW/GOL 1.0, ano 2006/2007, placa JXQ -1027, cujo bem foi oferecido como garantia do contrato entabulado entre as partes, à época. Libero eventual penhora perfectibilizada sob o referido bem.Sem custas e honorários.SENTENÇA transita em julgado nesta data, por força do art. 1.000, parágrafo único do CPC. P.R.I.Pratique-se o necessário. Oportunamente, arquivem-se.Presidente Médici-RO, sexta-feira, 25 de novembro de 2016.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0002005-08.2011.8.22.0006
Ação:Execução Fiscal
Exequente:União
Advogado:Procurador Federal (. 00)
Executado:Terezinha Nardis Carneiro

DESPACHO:
DESPACHO Defiro os pedidos de fl. 155.Pratique-se o necessário. Presidente Médici-RO, quinta-feira, 18 de agosto de 2016.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000708-58.2014.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Raquel de Souza Martins
Advogado:Joaquim José da Silva Filho. (OAB/RO 3952)
Requerido:Instituto Nacional de Seguridade Social
Advogado:Procurador do Inss (000.)
DESPACHO:
DESPACHO Indefiro o pedido de fl. 82, visto que conforme determinado na SENTENÇA (fls. 76-79), já fora expedido ofício ao requerido para que proceda a implantação do benefício (fl.80). Intime-se.Presidente Médici-RO, sexta-feira, 27 de janeiro de 2017. Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000765-42.2015.8.22.0006
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:K. V. M. C.
Advogado:Laiza dos Anjos Camilo (RO 6921)
Executado:M. G. C.
SENTENÇA:
SENTENÇA KAROLINE VITÓRIA MOREIRA CORREIA, representada por sua genitora Elisângela Moreira Campos Correia, ingressou com a presente ação de execução de alimentos, em face de MARCELO GIMENES CORREIA.Conforme certidão do oficial de justiça (fl. 54), fora efetuada a intimação pessoal da requerente, na pessoa de sua genitora, para que, conforme MANDADO de intimação, desse efetividade no andamento do feito no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento.Fora certificado à fl. 77 que a exequente devidamente intimada deixou transcorrer inerte o prazo. O executada não se insurgiu quanto ao pleito, não tendo oferecido embargos à execução,razão pela qual não há necessidade de cumprimento do disposto no § 6°, do art. 485 do CPC.Ciência ao Ministério Público.Certificado o trânsito em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. P. R. I. Presidente Médici-RO, segunda-feira, 8 de agosto de 2016.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001279-92.2015.8.22.0006
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Marsio Henrique Pimenta
Advogado:Estefania Souza Marinho (RO 7025)
Executado:e N Carvalheiro & Cia Ltda
DECISÃO:
DECISÃO 1. Tentada a penhora online por intermédio do convênio Bacenjud, esta restou infrutífera, conforme detalhamento anexo. 2. Quanto a insurgência da parte exequente, quanto a avaliação dos bens penhorados (fl.18), seu pedido não merece acolhimento, pois a avaliação feita por oficial de justiça goza de fé pública, sendo que, em nenhum momento o exequente demonstrou qualquer erro da avaliadora que pudesse ensejar dúvidas quanto ao valor atribuído ao bem. Ademais, não se vislumbra a presença de nenhuma das situações descritas no art. 873 do CPC, as quais, em tese, justificariam uma nova avaliação dos bens, razão pela qual, indefiro o pedido contido no item “b” (fl.25)..3. Defiro o item “d” (fl.25). Oficie-se o IDARON, para informar ao juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, a quantidade de reses existente em nome do executado (E.N CARVALHEIRO & CIA LTDA - CNPJ n. 09.591.432/0001-99), registrando a indisponibilidade destes até ulterior deliberação judicial. SIRVA DE OFÍCIO N. _____. 4. Indefiro o item “e” (fl.25), pois cabe a parte exequente diligenciar junto ao cartório de imóveis, em busca de bens em nome do executado, passíveis de penhora. Vindo aos autos informação quanto ao cumprimento da diligência, dê-se vistas ao exequente para requerer o que entender de direito, em busca de recebimento do seu crédito.Intime-se.Pratique-se o necessário. Presidente Médici-RO, segunda-feira, 5 de setembro de 2016.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000472-72.2015.8.22.0006
Ação:Inventário
Requerente:Josefa Ferreira da Silva, Rosineide Ferreira da Silva, Juliana Ferreira da Silva, Ana Beatriz Batista da Silva
Advogado:Defensor Publico da Comarca de Presidente Médiciro (RO. 000.)
DECISÃO:
DECISÃO Chamo o feito à ordem.Em que pese a DECISÃO de fl.66, tenha nomeado a Defensoria Pública para atuar como curadora especial da menor Ana Beatriz da Silva, da análise dos autos verifica-se que a Defensoria Pública já representa a parte autora (avó da menor), razão pela qual, faz-se necessária a nomeação de curador especial, devendo a menor ser regularmente citada. Neste sentido já se manifestou a jurisprudência:PROCESSUAL CIVIL - MENOR ABSOLUTAMENTE INCAPAZ - NOMEAÇÃO DE CURADOR ESPECIAL - ART. 9º, I, DO CPC - AUSÊNCIA DE CITAÇÃO - ANULAÇÃO DA SENTENÇA. I - Ao menor incapaz cujos interesses colidirem com os do seu representante legal, como no caso do pai que pretende ratear com o filho menor a pensão por morte deixada pela mãe deste e suposta companheira daquele, deve ser nomeado curador especial, a teor do art. 9º, I, do CPC. II - Se o menor não foi regularmente citado através do curador nomeado, impõe-se a anulação da SENTENÇA. (TRF2 2003.51.01.015077-7, Data de DECISÃO: 28/09/2005; Data de disponibilização: 06/04/2006, Relator: Sérgio Schwaitzer). Assim, nos termos do art. 72, I, do CPC, nomeio para atuar como curadora especial a Dra. ELAINE VIEIRA DOS SANTOS DEMUNER OAB/RO 7.311, devendo esta ser devidamente citada, inclusive para manifestar-se quanto a avaliação do imóvel, bem como, o que entender de direito. Intime-se e pratique-se o necessário. Presidente Médici-RO, sexta-feira, 12 de agosto de 2016.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0013968-62.2001.8.22.0006
Ação:Execução Fiscal
Requerente:Instituto Nacional de Seguridade Social
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Requerido:Domingas Marina dos Santos
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
DESPACHO Ante a interposição do agravo de instrumento, conforme petição de fls. 88-94, mantenho a DECISÃO agravada pelos seus próprios fundamentos. O processo segue o seu rito normalmente, salvo de houver determinação da instância superior para suspender o curso do feito.Assim, manifeste-se o exequente, em termos de prosseguimento do feito, no prazo de 10 (dez) dias. Presidente Médici-RO, sexta-feira, 27 de janeiro de 2017.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0002037-42.2013.8.22.0006
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Publica do Municipio de Presidente Medici R O
Advogado:Procurador do Municipio de Presidente Medici R O (000.)
Executado:Carlos Andre da Silva Morong
Advogado:Carlos Andre da Silva Morong (RO 2478.)
SENTENÇA:
SENTENÇA Trata-se de execução fiscal ajuizada pela Fazenda Pública do Município de Presidente Médici em face de Carlos André da Silva Morong.O executado peticionou à fl. 113 requerendo a liberação dos objetos penhorados e extinção do feito.À fl. 115 sobreveio pedido de extinção formulado pela exequente, em razão da quitação do débito.É o necessário relatório. DECIDO. Considerando a quitação do débito, a extinção do feito é medida que se impõe. Desta feita, JULGO EXTINTA a presente execução fiscal, com fundamento no artigo 924, inciso II, do CPC. Neste ato, libero a penhora efetivada sobre os bens descritos à fl. 23. Ao contador judicial para atualização do valor das custas processuais a serem pagas.Se apuradas eventuais custas processuais a serem pagas, intime-se o executado para no prazo de 5 (cinco) dias, comprovar

o pagamento. Não sendo pago no referido prazo, proceda-se ao protesto e inscrição em dívida ativa se necessário.Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P. R. I. Presidente Médici-RO, segunda-feira, 19 de dezembro de 2016.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015144-32.2008.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Josilene Fernandes da Silva Kruger, Mileny Gabrielly Fernandes Kruger, Diemilly Caroliny Fernandes Kruger
Advogado:Dheime Matos (RO 3658), Fabrine Dantas Chaves Daltoé (OAB/RO 2.278), Dheime Matos (RO 3658), Fabrine Dantas Chaves Daltoé (OAB/RO 2.278), Dheime Matos (RO 3658), Fabrine Dantas Chaves Daltoé (OAB/RO 2.278)
Requerido:Instituto Nacional de Seguridade Social
DESPACHO:
DESPACHO Aguarde-se o resultado do agravo interposto. Presidente Médici-RO, sexta-feira, 21 de outubro de 2016. Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000444-12.2012.8.22.0006
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Diva Dias Barbosa
Advogado:Joaquim José da Silva Filho (RO 3952)
Executado:Instituto Nacional de Seguridade Social
Advogado:Procurador do Inss (000.)
DESPACHO:
DESPACHO Em razão dos princípios da efetividade e economia processual, intime-se requerido, pela derradeira vez, para se manifestar, no prazo de 20 (vinte) dias, quanto a ratificação dos atos e provas já produzidos.Caso haja desinteresse na ratificação dos atos e provas já produzidas, manifeste-se o executado, no mesmo prazo, se pretende produzir outras provas, justificando a conveniência e necessidade, ou caso não haja provas de seu interesse a serem produzidas, requeira o julgamento do feito no estado em que se encontra.Pratique-se o necessário.Presidente Médici-RO, quarta-feira, 14 de setembro de 2016.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0002704-28.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Odete dos Santos Silva
Advogado:Sonia Ercilia Thomazini Lopes Balau (RO 3850.)
Requerido:Bradesco Vida e Previdência, Bradesco Administradora de Consórcios Ltda
Advogado:Renato Tadeu Rondina Mandaliti. (OAB/SP 115.762), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
DESPACHO:
DESPACHO Ante a petição de fls. 188-189, defiro o pedido de transferência dos valores depositados nos autos (fls. 164-170) para a conta bancária indicada pelo requerido à fl. 188-v. Comprovada a transferência, voltem os autos ao arquivo.Intime-se.Presidente Médici-RO, segunda-feira, 9 de janeiro de 2017.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000557-58.2015.8.22.0006
Ação:Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci
Requerente:Jose Gonzaga Barbosa
Advogado:Sonia Ercilia Thomazini Lopes Balau (RO 3850.)
DECISÃO:
DECISÃO (fl. 67) Diante da nomeação da causídica SONIA ERCILIA THOMAZINI LOPES BALAU (OAB/RO 3850), como advogada dativa da parte autora, o qual praticou os atos processuais desde a sua fase inicial até a fase recursal, arbitro honorários em seu favor, no importe de R$ 1.000,00 (um mil reais).Consigno que relativamente a verba honorária arbitrada, poderá o advogado pleitear seu recebimento em ação própria.SIRVA DE CERTIDÃO.No mais, arquivem-se os autos. Presidente Médici-RO, quinta-feira, 18 de agosto de 2016.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001304-08.2015.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nicodemos Crethon, Marcilene Gonçalves Ferreira Crethon
Advogado:Deomagno Felipe Meira (OAB/RO 2513)
Requerido:Paulo Serafim, Tereza Serafim
Advogado:Carlos Andre da Silva Morong (RO 2478.)
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o pedido de fl.133.Expeça-se o necessário. Junte-se a petição que consta na contracapa dos autos. Presidente Médici-RO, segunda-feira, 26 de setembro de 2016.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000431-08.2015.8.22.0006
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:L. E. M. P.
Executado:A. N. P.
SENTENÇA:
SENTENÇA Trata-se de ação de execução de alimentos proposta por LETÍCIA EDUARDA MORAIS PEREIRA, representado por sua genitora Lucineide Alves de Morais, em face de ADÃO NILTON PEREIRA.Tendo a parte autora manifestado o interesse na desistência do feito (fl. 39), com parecer favorável do parquet, (fl. 40) e não sendo necessário o consentimento do executado no presente caso, pois não se insurgiu quanto ao pleito, acolho o pedido e JULGO EXTINTO O FEITO com fundamento no artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil.Sem custas e honorários.P. R. I. C e, ante o pedido de extinção do feito pela parte autora, antecipo o trânsito em julgado nesta data, com fundamento no art.1.000 do CPC.Arquivem-se. Presidente Médici-RO, segunda-feira, 19 de dezembro de 2016.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000921-30.2015.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jesimar Gomes da Silva
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Requerido:Centauro Vida e Previdência S. A.
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (AC 3592)
DECISÃO:
DECISÃO O feito encontra-se paralisado por negligência da parte autora, motivo pelo qual fora intimada no termos do art. 485, § 1º do CPC.Contudo, a carta de intimação foi devolvida com o aposto desconhecido Em casos como o dos autos, para caracterização do abandono da causa se mostra necessário a intimação pessoal da parte autora, entretanto, quando impossibilitada, se pode efetuar a intimação via edital. É o entendimento jurisprudencial:APELAÇÃO CÍVEL - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS - ABANDONO DA CAUSA - AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO - IMPOSSIBILIDADE - INTIMAÇÃO PESSOAL INFRUTÍFERA - NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO POR EDITAL - SENTENÇA CASSADA - RECURSO PROVIDO. - A extinção do processo depende de prévia intimação pessoal da parte para se manifestar sobre o suposto abandono previsto no inciso III do art. 267 do CPC, quando, somente a partir de seu silêncio, poderá haver a extinção do feito. - Caso seja infrutífera a tentativa de realização da intimação pessoal, deverá a intimação ser feita por edital. - Recurso provido, para que seja cassada a SENTENÇA. (TJ-MG - AC: 10313120241770001 MG, Relator: Hilda Teixeira da Costa, Data de Julgamento: 03/06/2014, Câmaras Cíveis / 2ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 11/06/2014)APELAÇÃO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ABANDONO DO PROCESSO. EXTINÇÃO. ART. 267, III, DO CPC. INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA E DOS PROCURADORES. DESCUMPRIMENTO. MUDANÇA DE ENDEREÇO. EDITAL. NECESSIDADE. SENTENÇA ANULADA. A extinção por abandono da causa requer a prévia intimação, tanto dos procuradores, como da parte autora. Não tendo o procurador da parte autora sido intimado para dar andamento ao feito, não há como extinguir o feito com base no art. 267, III, do CPC, devendo

ser anulada a SENTENÇA recorrida. Constatada a ocorrência de mudança de endereço, a intimação da parte deverá ocorrer via edital. (TJ-MG - AC: 10079084497365001 MG, Relator: Moacyr Lobato, Data de Julgamento: 05/03/2013, Câmaras Cíveis Isoladas / 9ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 11/03/2013).Posto isso, intime-se por edital a parte autora nos termos do art. 485, § 1º do CPC.Decorrido o prazo,caso não sobrevenha manifestação, intime-se a parte requerida, para os fins do §6º do artigo 485 do CPC, devendo manifestar-se em 10 (dez) dias.No que tange ao pedido da requerida de julgamento de improcedência da ação, em razão da ausência da parte autora na data designada para perícia médica, consigno que, faz-se necessário a intimação pessoal do periciando da data, horário e local designados para realização da perícia, não bastando a intimação por intermédio do advogado constituído nos autos. Desta feita, considerando que restou impossibilitada a intimação pessoal da requerente da data designada para realização da perícia médica, conforme certidão do oficial de justiça à fl. 80, não há possibilidade de julgamento de MÉRITO da presente ação. Intime-se.Junte-se a petição que consta na contracapa dos autos. Presidente Médici-RO, segunda-feira, 26 de setembro de 2016. Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001198-80.2014.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Fabio Eduardo dos Santos Cordeiro
Advogado:Elisangela de Oliveira Teixeira (RO 1043.)
Requerido:Luiz Carlos de Oliveira
Advogado:Jose Isidorio dos Santos (RO 4495.), Robismar Pereira dos Santos (RO 5502)
DECISÃO:
DECISÃO Às fls.149-151, peticiona a parte autora, por intermédio de sua advogada constituída nos autos, apresentando embargos de declaração, aduzindo, em síntese, contradição, referente à SENTENÇA prolatada às fls. 140-146, sob argumento de que a SENTENÇA proferida não é compatível com o que dispõe o artigo 85 §2º do CPC, alegando para tanto que os honorários de sucumbência deverão ser fixados entre o mínimo de 10% e o máximo de 20% sobre o valor atualizado da causa, de acordo o estabelecido no referido DISPOSITIVO. Pois bem. Passo à análise do embargos. É cediço que os embargos de declaração são oponíveis contra qualquer DECISÃO judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento e corrigir erro material (art. 1.022, do CPC).Assiste razão à embargante, ao sustentar a tese de que este Juízo foi contraditório. Isso porque, o artigo 85 §8º do CPC dispõe que: "Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º".Assim, em análise a inicial observo que a presente demanda não se trata de valor inestimável ou irrisório, tampouco o valor da causa é baixo (R$ 15.600,00), razão pela qual deverá ser fixado os honorários advocatícios de acordo com o disposto no artigo 85 §2º do CPC, entre 10% e o máximo de 20% sobre o valor atualizado da causa. Posto isso, conheço dos embargos de declaração e dou-lhes PROVIMENTO para modificar parte do DISPOSITIVO sentencial, que passará a ter a seguinte redação:[...]" Condeno o réu/reconvinte em custas e honorários advocatícios que fixo 10% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do artigo 85 §2º do CPC, e ainda considerando que o autor decaiu de parte mínima do pedido." [...] No mais, mantém-se a SENTENÇA como foi lançada. Intime-se. Presidente Médici-RO, sexta-feira, 25 de novembro de 2016.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000486-90.2014.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rodrigo Marcelo Maroso
Advogado:Valtair de Aguiar (RO 5490)
Requerido:Alecio Dantas Gonçalves
Advogado:Elisangela de Oliveira Teixeira (RO 1043.)
DECISÃO:
DECISÃO Às fls.83-85, peticiona o requerido, por intermédio de sua advogada constituída nos autos, apresentando embargos de declaração, aduzindo, em síntese, contradição, referente à SENTENÇA prolatada às fls. 77-80, sob argumento de que a SENTENÇA proferida não é compatível com o que dispõe o artigo 85 §2º do CPC, alegando para tanto que os honorários de sucumbência deverão ser fixados entre o mínimo de 10% e o máximo de 20% sobre o valor atualizado da causa, de acordo o estabelecido no referido DISPOSITIVO. Pois bem. Passo à análise do embargos. É cediço que os embargos de declaração são oponíveis contra qualquer DECISÃO judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento e corrigir erro material (art. 1.022, do CPC).Assiste razão à embargante, ao sustentar a tese de que este Juízo foi contraditório. Isso porque, o artigo 85 §8º do CPC dispõe que: "Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º".Assim, em análise a inicial observo que a presente demanda não se trata de valor inestimável ou irrisório, tampouco o valor da causa é baixo (R$ 21.170,00), razão pela qual deverá ser fixado os honorários advocatícios de acordo com o disposto no artigo 85 §2º do CPC, entre 10% e o máximo de 20% sobre o valor atualizado da causa. Posto isso, conheço dos embargos de declaração e dou-lhes PROVIMENTO para modificar parte do DISPOSITIVO sentencial, que passará a ter a seguinte redação:[...]" Condeno o autor ao pagamento das custas e honorários advocatícios, os quais fixo no percentual de 10% sobre o valor atualizado da causa, em favor da patrona do requerido, nos termos do artigo 85 §2º do CPC, considerando o número de atos praticados e a natureza da demanda e o trabalho profissional realizado." [...] No mais, mantém-se a SENTENÇA como foi lançada. Intime-se. Presidente Médici-RO, terça-feira, 22 de novembro de 2016.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001443-91.2014.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edmar da Silva Gomes
Advogado:Elisangela de Oliveira Teixeira (RO 1043.)
Requerido:Daniel Pedro de Andrade
Advogado:Alexandre Barneze (OAB/RO 2660)
DESPACHO:
DESPACHO (fls. 75) Defiro o desarquivamento dos autos, a fim de que a parte requerente, no prazo de 05 (cinco) dias, promova a extração das cópias necessárias.Após, voltem os autos ao arquivo. Presidente Médici-RO, sexta-feira, 21 de outubro de 2016. Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001510-56.2014.8.22.0006
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado (000.)
Executado:E. V de Carvalho & Cia Ltda M E
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o pedido retro.Segundo informações do Conselho Nacional de Justiça, aproximadamente 50% dos processos em curso no Judiciário brasileiro são execuções fiscais, apresentando alta taxa de congestionamento (91%).De acordo com o Relatório Justiça em Números de 2014, a estimativa é de que esse cenário tende a se agravar.Ciente desta situação, o Estado de Rondônia em parceria com o Tribunal de Justiça, idealizou o Programa de Regularização Fiscal de Rondônia - REFIS/RO, com base na Lei Estadual nº 3.835 de 27 de Junho de 2016. O intuito do programa é a efetivação de acordos de parcelamento das dívidas tributárias referentes à ICMS, IPVA e ITCD, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2014. A iniciativa trará inúmeros benefícios aos contribuintes, como a redução das

multas, juros e possibilidade de pagamento parcelado em até 120 vezes ou redução de 95% de juros e multa, a depender do caso concreto.Para renegociação, poderá a parte se dirigir a quaisquer das Procuradorias do Estado de Rondônia (sendo a sede mais próxima, localizada na cidade de Ji-Paraná (Avenida Marechal Rondon, n. 743, Centro, ao lados dos Correios - telefone (69) 3421-5194) ou acessar o site https://www.sefin.ro.gov.br/conteudo.jsp idCategoria=573 para imprimir o boleto para pagamento.Intime-se. Presidente Médici-RO, segunda-feira, 7 de novembro de 2016. Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000349-45.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jurandi Severino da Silva
Advogado:Flademir Raimundo de Carvalho Avelino (OAB/RO 2245), Hudson da Costa Pereira (OAB/RO 6.084)
Requerido:Instituto Nacional de Seguridade Social
Advogado:Procurador do Inss (000.)
DESPACHO:
DESPACHO Ante o teor da certidão de fl. 152, arquivem-se os autos.Presidente Médici-RO, sexta-feira, 11 de novembro de 2016. Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000779-26.2015.8.22.0006
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:N. N. V. R.
Advogado:Defensor Publico da Comarca de Presidente Médiciro (RO. 000.)
Requerido:J. R.
DESPACHO:
DESPACHO INTIMEM-SE as partes para que no prazo sucessivo de 20 (vinte) dias, especifiquem as provas, justificando a conveniência e necessidade, ou caso não haja provas de interesse das partes a serem produzidas, requeiram o julgamento do feito no estado em que se encontra.Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, voltem conclusos para a fase do saneamento e organização do processo, ou se for o caso, prolação da SENTENÇA.Presidente Médici-RO, segunda-feira, 19 de dezembro de 2016.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001392-46.2015.8.22.0006
Ação:Inventário
Requerente:Elzi Pereira Bastos Silva, Silvania Pereira da Silva, Elcimar Bastos da Silva
Advogado:Antenor Lacerda Lemos (RO 196-B.)
SENTENÇA:
SENTENÇA Trata-se de inventário dos bens deixados por Jurandi Geraldo da Silva, ele falecido em 25/06/2015, deixando herdeiros e sem testamento conhecido. Todas as formalidades legais foram cumpridas e não há discordâncias e impugnações ao plano de partilha apresentado pelo inventariante. Assim, com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, e o faço para HOMOLOGAR, por SENTENÇA, a partilha dos bens deixados por JURANDI GERALDO DA SILVA, atribuindo aos herdeiros os respectivos quinhões dos bens que compõem o acervo do espólio, na forma e condições apresentadas no esboço de partilha (fl.78) e na petição inicial, ressalvados erros, omissões, interesses de terceiros e das Fazendas Públicas.Recolhidas as custas processuais finais, expeça-se o necessário e, após, arquivem-se com as respectivas baixas.P.R.IPresidente Médici-RO, segunda-feira, 26 de setembro de 2016.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000486-61.2012.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edina Queiroz da Cruz
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (RO 4511), Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis (SP 220181), Marcos Silva Nascimento (SP 78939)
Requerido:Instituto Nacional de Seguridade Social
Advogado:Procurador do Inss (000.)
DESPACHO:
DESPACHO Ante a certidão retro (fl. 150), informando que a requerente ingressou com o cumprimento de SENTENÇA via PJE, arquivem-se os autos.Intime-se.Presidente Médici-RO, segunda-feira, 19 de dezembro de 2016.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001772-06.2014.8.22.0006
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Magno Rocha Dourado
Advogado:Hudson da Costa Pereira (OAB/RO 6.084), Gilson Mariano Noelves (RO 6464)
Executado:Antonio Donizete Bambolim
DESPACHO:
DESPACHO Intimado o exequente para manifestar-se quanto ao auto de penhora e avalição (fl. 58) dos bens de propriedade do executado, permaneceu silente, requerendo a realização de penhora na boca do caixa Considerando que já fora realizada diligência em busca de bens do executado, tendo sido positiva, culminando na penhora de bens avaliados em valor que garantem o débito executado, e à luz do princípio da menor onerosidade ao executado, postergo a análise do pedido de penhora na boca do caixa , devendo, por oportuno, manifestar-se o exequente quanto aos bens penhorados, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.Intime-se.Presidente Médici-RO, terça-feira, 24 de janeiro de 2017.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0002695-66.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Gilberto Carlos da Silva
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (RO 4511), Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis (SP 220181), Marcos Silva Nascimento (SP 78939)
Requerido:Instituto Nacional de Seguridade Social
Advogado:Procurador do Inss (000.)
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o pedido retro (fl. 127-128)Concedo o prazo de 30 (trinta) dias, a fim de que o requerente promova a regularização do polo ativo do presente feito.Intime-se.Presidente Médici-RO, segunda-feira, 19 de dezembro de 2016.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000567-05.2015.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Francisco de Assis Nogueira
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (SP 229900)
Requerido:Instituto Nacional de Seguridade Social
Advogado:Procurador do Inss (000.)
DESPACHO:
DESPACHO Considerando que a realização da perícia nesta cidade pode apresentar-se dispensiosa ao perito nomeado e diante da dificuldade que vem sendo enfrentada por esse juízo na nomeação de peritos, bem como que a requerente informou a possibilidade de se deslocar a comarca de Ji-Paraná, determino que a perícia seja realizada naquela comarca. Desta feita, cumpra-se a escrivania as diligências determinadas na DECISÃO de fls. 125-126, consignando que em razão da requerente ter que se deslocar para outra cidade, que seja intimada com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da data designada para realização da perícia.Intime-se.Junte-se a petição que consta na contracapa dos autos.Presidente Médici-RO, quarta-feira, 23 de novembro de 2016.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0002303-29.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Abel Afonso
Advogado:Luciano da Silveira Vieira (RO 1643.), Sonia Ercilia Thomazini Lopes Balau (RO 3850.)

Requerido:Banco do Brasil S A
Advogado:Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8.123)
DECISÃO:
DECISÃO Expeça-se alvará judicial referente o respectivo valor depositado (fl.186), em favor da parte exequente ou de seu patrono (se com poderes para tanto). Outrossim, quanto ao saldo remanescente, e demais pedidos contidos às fls.189-193, a parte pleiteia o início da fase do cumprimento de SENTENÇA. Assim, considerando a implantação do PJe nesta comarca, deve ser observado o procedimento previsto no art. 16 da Resolução n. 013/2014-PR, migrando o processo do sistema físico para o virtual.Posto isso, promova o requerente o necessário para implementação do procedimento de cumprimento de SENTENÇA no PJe.Considerando que o requerido não aportou nestes autos, comprovante de pagamento referente as custas processuais, apesar de devidamente intimado (fl.184), proceda-se ao protesto e se necessário à inscrição em dívida ativa. Não há mais nada a ser perseguido nos presentes autos, dessa forma procedidos os atos de praxe, arquivem-seIntime-se. Presidente Médici-RO, sexta-feira, 12 de agosto de 2016.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001011-77.2011.8.22.0006
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Jose Aparecido da Cruz Santos, Daiane Aparecida da Silva Santos, Rodrigo Aparecido da Silva Santos, Jaqueline Gomes Santos, Camila Aparecida da Silva Santos, Antonio Aparecido da Silva Santos, Jeferson Aparecido da Silva Santos
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (RO 4511), Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis (SP 220181), Marcos Silva Nascimento (SP 78939), Lilian Santiago Teixeira Nascimento (RO 4511), Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis (SP 220181), Lilian Santiago Teixeira Nascimento (RO 4511), Marcos Silva Nascimento (SP 78939), Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis (SP 220181), Lilian Santiago Teixeira Nascimento (RO 4511), Marcos Silva Nascimento (SP 78939), Lilian Santiago Teixeira Nascimento (RO 4511), Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis (SP 220181), Lilian Santiago Teixeira Nascimento (RO 4511), Marcos Silva Nascimento (SP 78939), Lilian Santiago Teixeira Nascimento (RO 4511), Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis (SP 220181)
Requerido:Instituto Nacional de Seguridade Social
DESPACHO:
DESPACHO A requerente apresentou às fls. 202-203 o indeferimento do requerimento administrativo, o que caracteriza seu interesse de agir, bem como ratificou os atos e provas já produzidos às fls. 195-196.Desta feita, considerando que a respeitável DECISÃO de fls.174-175 é expressa no sentido de “reformar o acórdão recorrido”, no qual houve a concessão do benefício à autora intime-se o requerido para igualmente manifestar-se, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a ratificação dos atos e provas produzidos, o qual inclusive já contestou a demanda, conforme se infere às fls. 41-47.Presidente Médici-RO, sexta-feira, 16 de setembro de 2016. Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0013516-47.2004.8.22.0006
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Hanna Caroline Martins de Oliveira, Leonardo Martins de Oliveira
Advogado:Elisangela de Oliveira Teixeira (RO 1043.), Luiz Carlos Barbosa Miranda (RO 2435.), Elisangela de Oliveira Teixeira (RO 1043.), Luiz Carlos Barbosa Miranda (RO 2435.)
Executado:Pedro Dadalto
Advogado:Imperatriz de Castro Paula (RO 2214)
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o pedido retro (fls. 629-630). Expeça-se o necessário, conforme requerido.Presidente Médici-RO, terça-feira, 29 de novembro de 2016.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000643-29.2015.8.22.0006
Ação:Carta Precatória (Cível)
Exequente:Fazenda Nacional
Advogado:Procurador da Fazenda Nacional (000.)
Executado:Assessoria Contabil Callegari Ltda
DESPACHO:
DESPACHO Peticiona a exequente requerendo a reavaliação dos bens penhorados e realização de novo leilão.Considerando o prazo decorrido desde a avaliação dos bens, necessária se faz a reavaliação como assim requer a exequente. Desta feita, expeça-se MANDADO de avaliação dos bens descritos do auto de penhora à fl. 7.Do auto de avaliação, intime-se o executado, na pessoa de seu advogado, ou, na falta deste, pessoalmente, por MANDADO ou correio, para oferecer impugnação no prazo legal.Transcorrido in albis o prazo para oferecer impugnação, designe-se hasta pública dos bens penhorados, observando-se a portaria do juízo 007/2016. Nomeio como leiloeira, a Sra. Evanilde Aquino Pimentel, da empresa Rondônia Leilões, inscrita na JUCER 015/2009.Pratique-se o necessárioPresidente Médici-RO, sexta-feira, 26 de agosto de 2016.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

COMARCA DE SANTA LUZIA D´OESTE

1ª VARA CRIMINAL

Proc.: 0001311-66.2012.8.22.0018
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Gilvan Sebastião de Moura
Advogado: Dr. Belmiro Gonçalves de Castro
FINALIDADE: Intimar o advogado acima supramencionado da audiência designada para o dia 22/02/2017 às 08:30 horas, para a oitiva da testemunha Carlos Adroel Antunes Ferreira.
Santa Luzia D’Oeste/RO, 07 de Fevereiro de 2017.

1ª VARA CÍVEL

Proc.: 0001969-64.2010.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Aderço Teixeira Mendes
Advogado:Sônia Maria Antônia de Almeida Negri (RO 2029)
Requerido:Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
DECISÃO:
Ante o pleito deduzido à fls.207, reitere-se o Ofício encaminhado à AADJ/INSS às fls. 184/185, devendo a parte requerida, no prazo de 10 dias, esclarecer as razões da não implantação do benefício em favor do autor.Destaco que o cumprimento da medida deverá ser feito no prazo de 10 dias após o recebimento deste, devendo informar o Juízo neste ínterim, sob pena de pagamento de multa diária que fixo em R$ 100,00 (cem reais), limitando-se a R$ 3.000,00 (três mil reais), conforme disposto no art. 294 e 297, do NCPC.SIRVA A PRESENTE DE OFÍCIO À AADJ/INSS. Ofício nº____/____.Santa Luzia D’Oeste-RO, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017.Artur Augusto Leite Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0001652-58.2013.8.22.0018
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Conselho Regional de Farmácia dos Estados de Rondônia e Acre

Advogado:Silvana Laura de Souza Andrade. (RO 4080), João Paulo Messias Maciel (OAB 5130)
Requerido:Barboza & Bueno Ltda Me, Denilson Miranda Barbosa, Jandir Bueno Candido
Å !a9r!F6 2Æ00016525820138220018

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 dias
DO EXECUTADO: 1 - Barbosa & Bueno LTDA-ME, CNPJ 10.760.678/0001-26;
2 - Jandir Bueno Candido, CPF 690.794.802-82;
3 - Denilson Miranda Barbosa, CPF 479.279.922-87.
FINALIDADE: Citação dos Executados, acima qualificados, para PAGAR, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da dilação do prazo deste Edital, a dívida a seguir identificada, com juros, correção e encargos legais, ou no mesmo prazo nomear bens à penhora, suficientes para GARANTIR a Execução proposta pelo exeqüente, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastarem para cumprimento integral da obrigação.
Vara: 1ª Vara Cível
Processo: 0001652-58.2013.822.0018
Classe: Execução Fiscal
Procedimento: Execução Fiscal
Exeqüente: Conselho Regional de Farmácia dos Estados de Rondônia e Acre
Executado: Barbosa & Bueno LTDA-ME, Jandir Bueno Candido, Denilson Miranda Barbosa
Valor da Dívida: R$ 1.878,33 (atualizados até 30/05/2012)
Data e Número da Inscrição no RDA: 594/2012
Sede do Juízo: Fórum Juiz Sebastião de Souza Moura, Rua Dom Pedro I, 2404, esquina c/ Tancredo Neves, Centro, Santa Luzia D'Oeste-RO, 76950000 - Fax: (69)3434-2425 - Fone: (69)3434-2439 - Ramal:
Santa Luzia D'Oeste, 2 de Fevereiro de 2017.

Proc.: 0000657-74.2015.8.22.0018
Ação:Interdição
Interditante:A. M.
Advogado:Jantel Rodrigues Namorato (OAB/RO 6430), Daniel de Pádua Cardoso de Freitas (OAB/RO 5.824), Paulo Cesar da Silva (RO 4.502)
Interditado:W. M.
FINALIDADE: fica a parte autora intimada, por intermédio de seus advogados, para, no prazo de 5 (cinco) dias, comparecer em cartório para assinar termo de curatela provisório.
Antônio de Souza
Escrivão Cível

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

1ª VARA CÍVEL

Juiz: Kelma Vilela de Oliveira
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO: smg1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0001684-80.2015.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Hilda Silva dos Santos
Advogado:Ligia Verônica Marmitt Guedes (OAB-RO 4195)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss
FINALIDADE:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para tomar conhecimento da implantação do benefício às fls. 82, bem como do Transito em Julgado da SENTENÇA, devendo caso queira, providenciar o Cumprimento de SENTENÇA no sistema do PJE, sob pena de arquivamento.

Proc.: 0001924-69.2015.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Evanilda Kelher Castilho
Advogado:Joaquim José da Silva Filho (OAB/RO 3952)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss
FINALIDADE:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para tomar conhecimento da implantação do benefício às fls. 94, bem como do Transito em Julgado da SENTENÇA, devendo caso queira, providenciar o Cumprimento de SENTENÇA no sistema do PJE, sob pena de arquivamento deste feito.

Proc.: 0000874-08.2015.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ilza de Souza
Advogado:Teófilo Antonio da Silva (OAB/RO 1415), Fairuz Nabih Daud (OAB/RO 5264)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss
FINALIDADE:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para tomar conhecimento da implantação do benefício às fls. 120, bem como do Transito em Julgado da SENTENÇA, devendo caso queira, providenciar o Cumprimento de SENTENÇA no sistema do PJE, sob pena de arquivamento.

Proc.: 0002624-16.2013.8.22.0022
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Machado
Advogado:Joilma Gleice Schiavi Gomes (OAB/RO 3117)
Executado:Gisele Silva Santos, Neusa de Oliveira Raia
Advogado:Advogado Não Informado, Valnir Gonçalves de Azevedo (OAB/RO 6031)
FINALIDADE:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar quanto a petição do executado de fls. 175/182, requerendo assim o que entender de direito.

Proc.: 0000054-86.2015.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Severino Lopes Medina Neto
Advogado:Emerson Baggio (OAB-RO 4272)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB-RO 5369)
FINALIDADE:
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), no prazo de 05 (cinco) dias, intimados a se manifestarem sobre o Laudo Complementar às fls. 90/91.

Proc.: 0002324-54.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Universal Locadora & Lan Hause Ltda Me
Advogado:Vilma Barreto da Silva Munarin (OAB/RO 4138)
Requerido:Unicasa Indústria de Móveis Sa
Advogado:Jose Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)
Carta Precatória - Devolvida:
Ficam as partes, por via de seus Advogados, no prazo de 10 (dez) dias, intimados a se manifestarem quanto a devolução da Carta Precatória de Citação da denunciada Cenarium Móveis, a qual foi devolvida com diligência negativa.
Dilcinea Silvério Silva
Diretora de Cartório

SERVENTIAS DE REGISTROS CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCLAMAS

COMARCA DE PORTO VELHO

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 045911 - Livro nº D-118 - Folha nº 119
Faço saber que pretendem se casar: KEILISSON DUARTE VIEIRA, solteiro, brasileiro, auxiliar de serviços gerais, nascido em Porto Velho-RO, em 5 de Julho de 1991, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Valdenor Carvalho Vieira - autônomo - nascido em 07/03/1960 - naturalidade: Manicoré - Amazonas e Lucicléia Duarte Reateque - autônoma - naturalidade: Manicoré - Amazonas -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e GEISSA DE OLIVEIRA DA SILVA, solteira, brasileira, estudante, nascida em Porto Velho-RO, em 3 de Maio de 1999, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Atonio Raimundo Costa de Oliveira - auxiliar de serviços gerais - nascido em 15/04/1969 - naturalidade: Lábrea - Amazonas e Francisca Raimunda da Silva - autônoma - nascida em 17/03/1978 - naturalidade: Lábrea - Amazonas -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 6 de Fevereiro de 2017
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 045912 - Livro nº D-118 - Folha nº 120
Faço saber que pretendem se casar: HUELITON MONTEIRO DO NASCIMENTO, solteiro, brasileiro, auxiliar de farmácia, nascido em Porto Velho-RO, em 8 de Novembro de 1985, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de José dos Santos Monteiro - chefe de cozinha - naturalidade: Porto Velho - Rondônia e Valdinéia Almeida do Nascimento - autônoma - naturalidade: Porto Velho - Rondônia -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e LÍLIAN MARQUES DOS REIS, solteira, brasileira, autônoma, nascida em Marabá-PA, em 10 de Agosto de 1985, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Antônio Carlos dos Reis - naturalidade: não informada e Maria Lígia Marques dos Reis - autônoma - naturalidade: - Maranhão -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 6 de Fevereiro de 2017
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 045913 - Livro nº D-118 - Folha nº 121
Faço saber que pretendem se casar: ANTONIO HÉLIO SOUSA LIMA, solteiro, brasileiro, agricultor, nascido em Dom Pedro-MA, em 21 de Outubro de 1991, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Antonio Elias Lima Moura - agricultor - naturalidade: - Piauí e Dilsa Sousa Lima - agricultora - naturalidade: Dom Pedro - Maranhão -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e SILVANI HENRIQUE DE SOUZA, solteira, brasileira, artesã, nascida em Pimenta Bueno-RO, em 5 de Junho de 1981, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Luiz Carlos de Souza - motorista - naturalidade: Nova Venécia - Espírito Santo e Siloni Henrique de Souza - funcionária pública estadual - naturalidade: Nova Venécia - Espírito Santo -; pretendendo passar a assinar: SILVANI HENRIQUE DE SOUZA LIMA; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 6 de Fevereiro de 2017
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 045914 - Livro nº D-118 - Folha nº 122
Faço saber que pretendem se casar: MELQUISEDEQUE CHAGAS DE ANDRADE, solteiro, brasileiro, motorista, nascido em Porto Velho-RO, em 4 de Agosto de 1970, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Adil Pereira de Andrade - naturalidade: Manaus - Amazonas e Telma Chagas de Andrade - naturalidade: Porto Velho - Rondônia -; pretendendo passar a assinar: MELQUISEDEQUE CHAGAS DE ANDRADE CARVALHO; e JOELMA DE CARVALHO, solteira, brasileira, auxiliar de limpeza, nascida em Humaitá-AM, em 25 de Novembro de 1980, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, - naturalidade: filha de Maria de Lourdes de Carvalho - naturalidade: Humaitá - Amazonas -; pretendendo passar a assinar: JOELMA DE CARVALHO ANDRADE; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 6 de Fevereiro de 2017
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 045915 - Livro nº D-118 - Folha nº 123
Faço saber que pretendem se casar: GIL HENRIQUES, solteiro, brasileiro, policial rodoviário federal, nascido em Sobral-CE, em 21 de Fevereiro de 1989, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Silvio Jorge do Rosário Henriques - professor - naturalidade: Rio de Janeiro - Rio de Janeiro e Antonia Eliana Lopes Henriques - bancária - naturalidade: Santa Quitéria - Ceará -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e PRISCILA DOS SANTOS GONÇALVES, solteira, brasileira, estudante, nascida em Barra do Piraí-RJ, em 4 de Abril de 1989, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Josimar Gonçalves - aposentado - naturalidade: - Rio de Janeiro e Celia Regina dos Santos Gonçalves - aposentada - naturalidade: - Rio de Janeiro -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 6 de Fevereiro de 2017
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

2º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

2o OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
HELENA SOARES OLIVEIRA CARVAJAL
OFICIALA DO REGISTRO CIVIL
E D I T A L D E P R O C L A M A S
LIVRO: 45-D FOLHA: 80 TERMO: 8891
Faz saber que pretendem casar-se, sob o regime da COMUNHÃO PARCIAL DE BENS os noivos: IVANILDO RODRIGUES DE OLIVEIRA e ELISÂNGELA FERNANDES DOS SANTOS, ele, brasileiro, solteiro, com a profissão de pedreiro, natural de Porto Velho-RO, nascido em 03 de março de 1975, residente na Rua Tarsila do Amaral, 8333, Teixeirão, Porto Velho/RO, filho de FRANCISCO DE OLIVEIRA (FALECIDO HÁ 21 ANOS), de e ROSA RODRIGUES DANTAS, residente e domiciliada na cidade de Porto Velho-RO, Ela, brasileira, solteira, com a profissão de do lar, natural de Porto Velho-RO, nascida em 09 de abril de 1980, residente na Rua Tarsila do Amaral, 8333, Teixeirão, Porto Velho/RO, filha de MARIA IVANILDE FERNANDES DOS SANTOS, residente e domiciliada na cidade de Porto Velho-RO. E que após o casamento pretendemos chamar-se: IVANILDO RODRIGUES DE OLIVEIRA (SEM ALTERAÇÃO) e ELISÂNGELA FERNANDES DOS SANTOS (SEM ALTERAÇÃO), sob o REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Apresentaram os Documentos Exigidos pelo Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado no prazo legal, em cartório.
Porto Velho, 06 de fevereiro de 2017.
RHAISSA SOUSA BUZATTO DE OLIVEIRA
Escrevente Autorizada

2o OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
HELENA SOARES OLIVEIRA CARVAJAL
OFICIALA DO REGISTRO CIVIL
E D I T A L D E P R O C L A M A S
LIVRO: 45-D FOLHA: 81 TERMO: 8892
Faz saber que pretendem casar-se, sob o regime da COMUNHÃO PARCIAL DE BENS os noivos: ANTONIO LOPES DO NASCIMENTO e ANGELA DE SOUSA BARBOSA, ele, brasileiro, divorciado, com a profissão de mototaxista, natural de Porto Velho-RO, nascido em 29 de maio de 1985, residente na Rua Anita Malfati, 8773, Escola de Polícia, Porto Velho/RO, filho de BENEDITO FILOMENO DO NASCIMENTO e MARIA DOS SANTOS NASCIMENTO, ambos residentes e domiciliados na cidade de Porto Velho-RO, Ela, brasileira, solteira, com a profissão de manicure, natural de Humberto de Campos-MA, nascida em 04 de maio de 1983, residente na Rua Anita Malfati, 8773, Escola de Polícia, Porto Velho/RO, filha de OSMARINA DE SOUSA BARBOSA, residente e domiciliada na cidade de Humberto de Campos-MA. E que após o casamento pretendemos chamar-se: ANTONIO LOPES DO NASCIMENTO (SEM ALTERAÇÃO) e ANGELA DE SOUSA BARBOSA LOPES, sob o REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Apresentaram os Documentos Exigidos pelo Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado no prazo legal, em cartório.
Porto Velho, 06 de fevereiro de 2017.
RHAISSA SOUSA BUZATTO DE OLIVEIRA
Escrevente Autorizada

2o OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
HELENA SOARES OLIVEIRA CARVAJAL
OFICIALA DO REGISTRO CIVIL
E D I T A L D E P R O C L A M A S
LIVRO: 45-D FOLHA: 82 TERMO: 8893
Faz saber que pretendem casar-se, sob o regime da COMUNHÃO PARCIAL DE BENS os noivos: TALVÂNIO LIMA CAVALCANTE e ANDRESSA CAIMI SOUZA ROCHA, ele, brasileiro, solteiro, com a profissão de técnico em eletrotécnica, natural de Banabuiú-CE, nascido em 05 de janeiro de 1990, residente na Rua Osvaldo Calistro, 6481, Apto 07, Cuniã, Porto Velho/RO, filho de ANTONIA LIMA CAVALCANTE, residente e domiciliada na cidade de Morada Nova-CE, Ela, brasileira, solteira, com a profissão de técnica em segurança do trabalho, natural de Porto Velho-RO, nascida em 26 de março de 1993, residente na Rua Osvaldo Calistro, 6481, Apto 07, Cuniã, Porto Velho/RO, filha de FLÁVIO DOS SANTOS ROCHA, residente e domiciliado na cidade de Manaus-AM e OZENILDA FERREIRA DE SOUZA, residente e domiciliada na cidade de Porto Velho-RO. E que após o casamento pretendemos chamar-se: TALVÂNIO LIMA CAVALCANTE (SEM ALTERAÇÃO) e ANDRESSA CAIMI SOUZA ROCHA CAVALCANTE, sob o REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Apresentaram os Documentos Exigidos pelo Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado no prazo legal, em cartório.
Porto Velho, 06 de fevereiro de 2017.
RHAISSA SOUSA BUZATTO DE OLIVEIRA
Escrevente Autorizada

2o OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
HELENA SOARES OLIVEIRA CARVAJAL
OFICIALA DO REGISTRO CIVIL
E D I T A L D E P R O C L A M A S
LIVRO: 45-D FOLHA: 83 TERMO: 8894
Faz saber que pretendem casar-se, sob o regime da COMUNHÃO PARCIAL DE BENS os noivos: HORCADES HUGUES UCHÔA

SENA JÚNIOR e NATÁLIA SAAB MARTINS DA SILVA, ele, brasileiro, solteiro, com a profissão de servidor público estadual, natural de Cruzeiro do Sul-AC, nascido em 06 de março de 1986, residente na Avenida Guaporé, 5994, Rio Madeira, Porto Velho/RO, filho de HORCADES HUGUES UCHÔA SENA, e CLAUDIA CARVALHO SENA, ambos residentes e domiciliados na cidade de Rio Branco-AC, Ela, brasileira, divorciada, com a profissão de servidora pública federal, natural de Rio Branco-AC, nascida em 04 de abril de 1985, residente na Avenida Guaporé, 5994, Rio Madeira, Porto Velho/RO, filha de ODEMIR MARTINS DA SILVA (FALECIDO HÁ 08 ANOS), e MARY LEIDE SAAB MARTINS, residente e domiciliada na cidade de Rio Branco-AC. E que após o casamento pretendemos chamar-se: HORCADES HUGUES UCHÔA SENA JÚNIOR (SEM ALTERAÇÃO) e NATÁLIA SAAB MARTINS DA SILVA (SEM ALTERAÇÃO), sob o REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Apresentaram os Documentos Exigidos pelo Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado no prazo legal, em cartório.
Porto Velho, 06 de fevereiro de 2017.
RHAISSA SOUSA BUZATTO DE OLIVEIRA
Escrevente Autorizada

2o OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
HELENA SOARES OLIVEIRA CARVAJAL
OFICIALA DO REGISTRO CIVIL
E D I T A L D E P R O C L A M A S
LIVRO: 45-D FOLHA: 84 TERMO: 8895
Faz saber que pretendem casar-se, sob o regime da COMUNHÃO PARCIAL DE BENS os noivos: EDILSON DA FONSECA NASCIMENTO e YAMARA LUZIA DA SILVA, ele, brasileiro, solteiro, com a profissão de soldador, natural de Grajaú-MA, nascido em 15 de janeiro de 1967, residente na Rua Ana Sobral, 6955, Lagoinha, Porto Velho/RO, filho de JOÃO DE MELO NASCIMENTO (FALECIDO HÁ 25 ANOS), e MARIA JOSE DA FONSECA NASCIMENTO (FALECIDO HÁ 25 ANOS), Ela, brasileira, solteira, com a profissão de funcionária pública, natural de Porto Velho-RO, nascida em 13 de dezembro de 1973, residente na Rua Ana Sobral, 6955, Lagoinha, Porto Velho/RO, filha de GERALDO BARBOZA DA SILVA, e SEBASTIANA RODRIGUES DA SILVA,ambos residentes e domiciliados na cidade de Porto Velho-RO. E que após o casamento pretendemos chamar-se: EDILSON DA FONSECA NASCIMENTO (SEM ALTERAÇÃO) e YAMARA LUZIA DA SILVA (SEM ALTERAÇÃO), sob o REGIME DA COMUNHÃO PAR CIAL DE BENS. Apresentaram os Documentos Exigidos pelo Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado no prazo legal, em cartório.
Porto Velho, 06 de fevereiro de 2017.
RHAISSA SOUSA BUZATTO DE OLIVEIRA
Escrevente Autorizada

3º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

LIVRO ·D-040 FOLHA ·058 TERMO ·011000
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·11.000
·095703 01 55 2017 6 00040 058 0011000 70
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·JAKSON NASCIMENTO BARBOSA, de nacionalidade ·brasileiro, de profissão ·Técnico em Emergência, de estado civil ·solteiro, natural ·de Padre Pedro Peixoto, em Plácido de Castro-AC, onde nasceu no dia ·22 de dezembro de 1988, residente e domiciliado ·na Rua Anari, 6699, Jardim Eldorado, em Porto Velho-RO, filho de ·ANTONIO ARAÚJO BARBOSA e de ALZIRENE MOURA DO NASCIMENTO; e ·VANESSA DA SILVA PEREIRA de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·técnica em enfermagem, de estado civil ·divorciada, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·04 de junho de 1986, residente e domiciliada ·na Rua Anari, 6699, Jardim Eldorado, em Porto Velho-RO, filha de ·AILTON ALVES PEREIRA e de ODENILCE APARECIDA DA SILVA PEREIRA.
O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da ·Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente ·continuou a adotar o nome de ·JAKSON NASCIMENTO BARBOSA e a contraente ·continuou a adotar o nome de ·VANESSA DA SILVA PEREIRA
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
·Porto Velho-·RO, ·03 de fevereiro de 2017.
José Gentil da Silva
Tabelião

LIVRO ·D-040 FOLHA ·059 TERMO ·011001
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·11.001
·095703 01 55 2017 6 00040 059 0011001 79
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·JAIRO MARQUES LOPES, de nacionalidade ·brasileiro, de profissão ·Designer Gráfico, de estado civil ·solteiro, natural ·de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia ·08 de agosto de 1992, residente e domiciliado ·na Rua Pirapitinga, 1937, Casa 16, Lagoa, em Porto Velho-RO, filho de ·ROBSON DE SOUZA LOPES e de MARIA MADALENA MARQUES LOPES; e ·IASMIN DE MAGALHÃES OLIVEIRA de nacionalidade ·brasileiro, de profissão ·arquiteta, de estado civil ·solteira, natural ·de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia ·24 de fevereiro de 1993, residente e domiciliada ·na Rua Marineide, 6154, Cuniã, em Porto Velho-RO, filha de ·MÁRCIO ÁLBER OLIVEIRA e de SIMÔNY ANDRÉA SOUZA DE MAGALHÃES OLIVEIRA.
O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da ·Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente ·continuou a adotar o nome de ·JAIRO MARQUES LOPES e a contraente ·passou a adotar o nome de ·IASMIN DE MAGALHÃES OLIVEIRA LOPES
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
·Porto Velho-·RO, ·03 de fevereiro de 2017.
José Gentil da Silva
Tabelião

LIVRO ·D-040 FOLHA ·060 TERMO ·011002
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·11.002
·095703 01 55 2017 6 00040 060 0011002 19
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·CARLOS ROBERTO WENSING FERREIRA, de nacionalidade ·brasileiro, de profissão ·técnico em assuntos educacionais, de estado civil ·solteiro, natural ·de Ouro Preto do Oeste-RO, onde nasceu no dia ·14 de março de 1982, residente e domiciliado ·na Rua Mestre Gabriel, 5270, Flodoaldo Pontes Pinto, em Porto Velho-RO, CEP: 76.820-606, filho de ·JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA FERREIRA e de DOROTÉIA WENSING FERREIRA; e ·ROSA MARIA FERREIRA DA SILVA de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·pedagoga, de estado civil ·solteira, natural ·de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia ·30 de agosto de 1974, residente e domiciliada ·na Rua Mestre Gabriel, 5270, Flodoaldo Pontes Pinto, em Porto Velho-RO, CEP: 76.820-606, filha de ·JOÃO ROMUALDO e de MARIA FERREIRA MAIA.

O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da ·Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente ·continuou a adotar o nome de ·CARLOS ROBERTO WENSING FERREIRA e a contraente ·continuou a adotar o nome de ·ROSA MARIA FERREIRA DA SILVA
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
·Porto Velho-·RO, ·03 de fevereiro de 2017.
José Gentil da Silva
Tabelião

LIVRO ·D-040 FOLHA ·060 TERMO ·011002
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·11.002
·095703 01 55 2017 6 00040 060 0011002 19
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·CARLOS ROBERTO WENSING FERREIRA, de nacionalidade ·brasileiro, de profissão ·técnico em assuntos educacionais, de estado civil ·solteiro, natural ·de Ouro Preto do Oeste-RO, onde nasceu no dia ·14 de março de 1982, residente e domiciliado ·na Rua Mestre Gabriel, 5270, Flodoaldo Pontes Pinto, em Porto Velho-RO, CEP: 76.820-606, filho de ·JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA FERREIRA e de DOROTÉIA WENSING FERREIRA; e ·ROSA MARIA FERREIRA DA SILVA de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·pedagoga, de estado civil ·solteira, natural ·de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia ·30 de agosto de 1974, residente e domiciliada ·na Rua Mestre Gabriel, 5270, Flodoaldo Pontes Pinto, em Porto Velho-RO, CEP: 76.820-606, filha de ·JOÃO ROMUALDO e de MARIA FERREIRA MAIA.
O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da ·Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente ·continuou a adotar o nome de ·CARLOS ROBERTO WENSING FERREIRA e a contraente ·continuou a adotar o nome de ·ROSA MARIA FERREIRA DA SILVA
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
·Porto Velho-·RO, ·03 de fevereiro de 2017.
José Gentil da Silva
Tabelião

LIVRO ·D-040 FOLHA ·059 TERMO ·011001
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·11.001
·095703 01 55 2017 6 00040 059 0011001 79
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·JAIRO MARQUES LOPES, de nacionalidade ·brasileiro, de profissão ·Designer Gráfico, de estado civil ·solteiro, natural ·de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia ·08 de agosto de 1992, residente e domiciliado ·na Rua Pirapitinga, 1937, Casa 16, Lagoa, em Porto Velho-RO, filho de ·ROBSON DE SOUZA LOPES e de MARIA MADALENA MARQUES LOPES; e ·IASMIN DE MAGALHÃES OLIVEIRA de nacionalidade ·brasileiro, de profissão ·arquiteta, de estado civil ·solteira, natural ·de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia ·24 de fevereiro de 1993, residente e domiciliada ·na Rua Marineide, 6154, Cuniã, em Porto Velho-RO, filha de ·MÁRCIO ÁLBER OLIVEIRA e de SIMÔNY ANDRÉA SOUZA DE MAGALHÃES OLIVEIRA.
O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da ·Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente ·continuou a adotar o nome de ·JAIRO MARQUES LOPES e a contraente ·passou a adotar o nome de ·IASMIN DE MAGALHÃES OLIVEIRA LOPES
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
·Porto Velho-·RO, ·03 de fevereiro de 2017.
José Gentil da Silva
Tabelião

LIVRO ·D-040 FOLHA ·058 TERMO ·011000
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·11.000
·095703 01 55 2017 6 00040 058 0011000 70
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·JAKSON NASCIMENTO BARBOSA, de nacionalidade ·brasileiro, de profissão ·Técnico em Emergência, de estado civil ·solteiro, natural ·de Padre Pedro Peixoto, em Plácido de Castro-AC, onde nasceu no dia ·22 de dezembro de 1988, residente e domiciliado ·na Rua Anari, 6699, Jardim Eldorado, em Porto Velho-RO, filho de ·ANTONIO ARAÚJO BARBOSA e de ALZIRENE MOURA DO NASCIMENTO; e ·VANESSA DA SILVA PEREIRA de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·técnica em enfermagem, de estado civil ·divorciada, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·04 de junho de 1986, residente e domiciliada ·na Rua Anari, 6699, Jardim Eldorado, em Porto Velho-RO, filha de ·AILTON ALVES PEREIRA e de ODENILCE APARECIDA DA SILVA PEREIRA.
O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da ·Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente ·continuou a adotar o nome de ·JAKSON NASCIMENTO BARBOSA e a contraente ·continuou a adotar o nome de ·VANESSA DA SILVA PEREIRA
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
·Porto Velho-·RO, ·03 de fevereiro de 2017.
· José Gentil da Silva
Tabelião

4º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE PORTO VELHO
4º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
Oficiala Titular – Ivani Cardoso Cândido de Oliveira
Rua Dom Pedro II, 1039, Centro, CEP: 78900-010
Fone/ Fax: (69) 3224-6442 e 3224-6462
EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 10768
Livro nº D-54 Fls. nº 178
Faço saber que pretendem se casar EDSON CARLOS SOUSA DA SILVA e AMANDA SABRINA SILVA PINTO que apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, nº do Código Civil brasileiro. O regime de bens a ser adotado é o de . Ele é natural de Imperatriz, Estado do Maranhão, nascido em 17 de maio de 1973, de estado civil solteiro, de profissão carpinteiro, residente e domiciliado na Rua Angico nº 3001, bairro Eletronorte, nesta cidade, filho de LOURIVAL PEREIRA DA SILVA e ALBERTINA SOUSA DA SILVA, que passará a chamar-se EDSON CARLOS SOUSA DA SILVA. Ela é natural de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, nascida em 01 de abril de 1996, de estado civil solteira, de profissão estudante, residente e domiciliada na Rua Angico nº 3001, bairro Eletronorte, nesta cidade, filha de LUCIMAR LUIZ PINTO e ROSANA APARECIDA MACHADO DA SILVA, que passará a chamar-se AMANDA SABRINA SILVA PINTO SOUSA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviado cópias para ser publicada pelo Diário Oficial. Oficial R$ 76,05; FUJU: R$ 15,21; FUNDEP: R$ 5,70; FUNDIMPER: R$ 5,70; FUMORPGE: R$ 5,70; Selo: R$ 1,02; Total R$ 109,38. Porto Velho - RO, 03 de fevereiro de 2017.
Valmara Rodrigues Reis
Escrevente Autorizada

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 10769
Livro nº D-54 Fls. nº 179
Faço saber que pretendem se casar PARANHOS COSTA DO NASCIMENTO e GILLIR DAIANE PINHEIRO DE MENEZES que apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, nº I, III, IV e V do Código Civil brasileiro. O regime de bens a ser adotado é o de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Ele é natural de Porto Velho, Estado de Rondônia, nascido em 01 de janeiro de 1982, de estado civil divorciado, de profissão personal treanning, residente e domiciliado na Rua Samuel de Freitas, 4970, Bairro Cidade do Lobo, nesta cidade, filho de JOSÉ MARIA MIRANDA DO NASCIMENTO e IZAUDINA ROSA COSTA DO NASCIMENTO, residentes e domiciliados em Porto Velho-RO, que passará a chamar-se PARANHOS COSTA DO NASCIMENTO. Ela é natural de Porto Velho, Estado de Rondônia, nascida em 26 de maio de 1990, de estado civil solteira, de profissão microempreendedora, residente e domiciliada na Rua Rio Brilhante, 3790, Bairro Cidade Nova, nesta cidade, filha de JOÃO GOMES DE MENEZES e LUCIA DE FÁTIMA PINHEIRO DA SILVA, residentes e domiciliados em Porto Velho-RO, na , que passará a chamar-se GILLIR DAIANE PINHEIRO DE MENEZES NASCIMENTO. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviado cópias para ser publicada pelo Diário Oficial. Oficial R$ 76,05; FUJU: R$ 15,21; FUNDEP: R$ 5,70; FUNDIMPER: R$ 5,70; FUMORPGE: R$ 5,70; Selo: R$ 1,02; Total R$ 109,38. Porto Velho - RO, 03 de fevereiro de 2017.
Sabrina Matilsa Pardo Furlan do Nascimento
Escrevente Autorizada

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 10770
Livro nº D-54 Fls. nº 180
Faço saber que pretendem se casar EDSON HENRIQUE MATIAS e TATIANE ALMEIDA FERREIRA que apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, nº I, III e IV do Código Civil brasileiro. O regime de bens a ser adotado é o de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Ele é natural de Porto Velho, Estado de Rondônia, nascido em 10 de junho de 1984, de estado civil solteiro, de profissão técnico em refrigeração, residente e domiciliado na Rua Gavião Real nº 9284, bairro Socialista, nesta cidade, filho de *** e MARIA APARECIDA MATIAS, que passará a chamar-se EDSON HENRIQUE MATIAS. Ela é natural de Porto Velho, Estado de Rondônia, nascida em 22 de novembro de 1991, de estado civil solteira, de profissão autônoma, residente e domiciliada na Rua Gavião Real nº 9284, bairro Socialista, nesta cidade, filha de *** e ALDACÍ ALMEIDA FERREIRA, que passará a chamar-se TATIANE ALMEIDA FERREIRA MATIAS. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviado cópias para ser publicada pelo Diário Oficial. Oficial R$ 76,05; FUJU: R$ 15,21; FUNDEP: R$ 5,70; FUNDIMPER: R$ 5,70; FUMORPGE: R$ 5,70; Selo: R$ 1,02; Total R$ 109,38. Porto Velho - RO, 03 de fevereiro de 2017.
Valmara Rodrigues Reis
Escrevente Autorizada

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 10771
Livro nº D-54 Fls. nº 181
Faço saber que pretendem se casar EDILSON DA SILVA e EDNA FERREIRA DE MORAES que apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, nº I, III, IV e V do Código Civil brasileiro. O regime de bens a ser adotado é o de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Ele é natural de Quatro Marcos, Município de Alto Paraná, Estado do Paraná, nascido em 02 de agosto de 1963, de estado civil solteiro, de profissão açougueiro, residente e domiciliado na Rua Jurupoca nº 246, bairro Lagoa, nesta cidade, filho de JOSÉ FRANCISCO DA SILVA e APARECIDA LOURENÇO DA SILVA, que passará a chamar-se EDILSON DA SILVA. Ela é natural de Rio Branco, Estado do Acre, nascida em 16 de julho de 1976, de estado civil divorciada, de profissão serviços gerais, residente e domiciliada na Rua Jurupoca nº 246, bairro Lagoa, nesta cidade, filha de HUMBERTO LIMA DE MORAES e FRANCISCA FERREIRA DE MORAES, que passará a chamar-se EDNA FERREIRA DE MORAES. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviado cópias para ser publicada pelo Diário Oficial. Oficial R$ 76,05; FUJU: R$ 15,21; FUNDEP: R$ 5,70; FUNDIMPER: R$ 5,70; FUMORPGE: R$ 5,70; Selo: R$ 1,02; Total R$ 109,38. Porto Velho - RO, 03 de fevereiro de 2017.
Valmara Rodrigues Reis
Escrevente Autorizada

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 10772
Livro nº D-54 Fls. nº 182
Faço saber que pretendem se casar JOSÉ LUCIANO DE LIMA e MARILENE GONÇALVES DA CHAGA que apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, nº I, III e IV do Código Civil brasileiro. O regime de bens a ser adotado é o de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Ele é natural de Calçado, Estado do Pernambuco, nascido em 17 de julho de 1983, de estado civil solteiro, de profissão autônomo, residente e domiciliado na Rua Abil, 1014, bairro Cohab, nesta cidade, filho de JOSÉ FRANCISCO DE LIMA e JOSEFA DO NASCIMENTO LIMA, que passará a chamar-se JOSÉ LUCIANO DE LIMA. Ela é natural de Porto Velho, Estado de Rondônia, nascida em 03 de novembro de 1989, de estado civil solteira, de profissão auxiliar de serviço gerais, residente e domiciliada na Rua Abil, 1014, bairro Cohab, nesta cidade, filha de BENEDITO MACIEL DA CHAGA e MARIA MARLENE GONÇALVES DE AGUIAR, que passará a chamar-se MARILENE GONÇALVES DA CHAGA LIMA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviado cópias para ser publicada pelo Diário Oficial. Oficial R$ 76,05; FUJU: R$ 15,21; FUNDEP: R$ 5,70; FUNDIMPER: R$ 5,70; FUMORPGE: R$ 5,70; Selo: R$ 1,02; Total R$ 109,38. Porto Velho - RO, 06 de fevereiro de 2017.
Valmara Rodrigues Reis
Escrevente Autorizada

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 10773
Livro nº D-54 Fls. nº 183
Faço saber que pretendem se casar BRENO MACURAPE KARITIANA e ROSÂNGELA DYPYNINGÃ KARITIANA que apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, nº I, III e IV do Código Civil brasileiro. O regime de bens a ser adotado é o de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Ele é natural de Porto Velho, Estado de Rondônia, nascido em 04 de fevereiro de 1994, de estado civil solteiro, de profissão agricultor, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa nº 1407, bairro Arigolândia, nesta cidade, filho de SEBASTIÃO KARITIANA e MARIA LUZIA MACURAPE, que passará a chamar-se BRENO MACURAPE KARITIANA. Ela é natural de Porto Velho, Estado de Rondônia, nascida em 12 de setembro de 1997, de estado civil solteira, de profissão do lar, residente e domiciliada na Rua Rui Barbosa nº 1407, bairro Arigolândia, nesta cidade, filha de JOSÉ PEREIRA KARITIANA e RAIMUNDA KARITIANA, que passará a chamar-se ROSÂNGELA DYPYNINGÃ KARITIANA MACURAPE. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviado cópias para ser publicada pelo Diário Oficial. Isento de Emolumentos e Custas. Porto Velho - RO, 06 de fevereiro de 2017.
Valmara Rodrigues Reis
Escrevente Autorizada

JACI-PARANÁ

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE JACI PARANÁ – Dirlei Horn – Oficial do Registro Civil - Rua Mauricio Rodrigues, nº 1985, Bairro Nova Esperança - Cx. Postal – 584 – E-mail: civilenotas_jaci@tjro.jus.br – Fone: 69-3236-6096- Distrito de Jaci Paraná-Porto Velho-RO LIVRO ·D-006 FOLHA ·246 TERMO ·001569 Matricula nº ·096198 01 55 2017 6 00006 246 0001569 65 EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·1.569 Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·JACSON VIANA TEIXEIRA, de nacionalidade ·brasileiro, de profissão ·motorista, de estado civil ·solteiro, natural ·de Cacoal-RO, onde nasceu no dia ·14 de março de 1985, residente e domiciliado ·na Br 364, Km 150, lado esquerdo, Linha F, Distrito de Jaci Paraná, em Porto Velho-RO, filho de ·VANDERLEI TIEXEIRA VIANA e de ZILDA ANDRADE TEIXEIRA; e ·MARINALVA DE OLIVEIRA SOUZA de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·estudante, de estado civil ·solteira, natural ·de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia ·21 de novembro de 1999, residente e domiciliada ·na Br 364, Km 142, Ramal Cical, Zona Rural, Distrito de Jaci Paraná, em Porto Velho-RO, filha de ·RAIMUNDO NONATO ALVES DE SOUZA e de MARIA TAVARES DE OLIVEIRA SOUZA, sendo que o regime adotado será o de ·Comunhão Parcial de Bens·O contraente ·continuou a adotar o nome de ·JACSON VIANA TEIXEIRA. A contraente ·continuou a adotar o nome de ·MARINALVA DE OLIVEIRA SOUZA.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e tambem será publicado no Diário de Justiça Eletrônico, podendo ser acessado através do sítio eletrônico: www.tjro.jus.br. ·Porto Velho-·RO, ·06 de fevereiro de 2017

COMARCA DE JI-PARANÁ

1° OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS

LIVRO ·D-050 FOLHA ·124
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·29.444

Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:

·ELIAS IDAACIO DOS SANTOS, de nacionalidade ·brasileiro, ·vaqueiro, ·solteiro, natural ·de Formosa do Oeste-PR, onde nasceu no dia ·11 de fevereiro de 1976, residente e domiciliado ·na Rua Governador Jorge Teixeira, 2914, Nossa Senhora de Fátima, em Ji-paraná-RO, ·continuou a adotar o nome de ·ELIAS IDAACIO DOS SANTOS, filho de ·DAMIÃO MANOEL DOS SANTOS e de CLEUSA IDAACIO DOS SANTOS; e

·ELIANA BENTO LIMA de nacionalidade ·brasileira, ·atendente, ·divorciada, natural ·de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia ·29 de maio de 1982, residente e domiciliada ·na Rua Mato Grosso, 228, Urupá, em Ji-paraná-RO, ·continuou a adotar no nome de ·ELIANA BENTO LIMA, filha de ·ROZENO PEREIRA LIMA e de ELENIR BENTA LIMA.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.

·Ji-Paraná-·RO, ·06 de fevereiro de 2017.

·Luzia Regly Muniz Corilaço
·Oficial

2° OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS

2º OFICIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
Rua Luiz Muzambinho (T-06), nº 1529, Nova Brasília – CEP. 76.908-414 – Fone:(69)3421-1765
Município e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondonia
Rodrigo Marcolino Bozelhe-OFICIAL E TABELIÃO
LIVRO ·D-006 FOLHA ·144
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·3.287
MATRÍCULA
·095810 01 55 2017 6 00006 144 0003287 68

Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:

·WAGNER ROGÉRIO DE ALMEIDA MARTINS, de nacionalidade ·brasileira, ·auxiliar de deposito, ·solteiro, portador da cédula de RG nº ·1167296/SSP/RO - Exp. 27/08/2009, inscrito no CPF/MF nº ·012.020.672-20, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·13 de março de 1993, residente e domiciliado ·na Rua São Cristovão, 1743, Jardim Presidencial, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar o nome de ·WAGNER ROGÉRIO DE ALMEIDA MARTINS, filho de ·VALDEMAR BORGES MARTINS e de ELIZENE NASCIMENTO DE ALMEIDA MARTINS; e

·BRUNA PEREIRA DE ANDRADE de nacionalidade ·brasileira, ·manicure, ·solteira, portadora da cédula de RG nº ·1360949/SSP/RO - Exp. 15/04/2013, inscrita no CPF/MF nº ·027.713.622-95, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·26 de março de 1993, residente e domiciliada ·na Rua São Cristovão, 1743, Jardim Presidencial, em Ji-Paraná-RO, ·passou a adotar no nome de ·BRUNA PEREIRA DE ANDRADE MARTINS, filha de ·NADIR PEREIRA DE ANDRADE.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.

·Ji-Paraná-·RO, ·06 de fevereiro de 2017.

Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

2º OFICIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
Rua Luiz Muzambinho (T-06), nº 1529, Nova Brasília – CEP. 76.908-414 – Fone:(69)3421-1765
Município e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondonia
Rodrigo Marcolino Bozelhe-OFICIAL E TABELIÃO
LIVRO ·D-006 FOLHA ·143 vº
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·3.286
MATRÍCULA
·095810 01 55 2017 6 00006 143 0003286 61

Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:

·ITAMAR BAIÃO DE CARVALHO, de nacionalidade ·brasileira, ·pedreiro, ·solteiro, portador da cédula de RG nº ·03640058774/DETRAN/RO - Exp. 26/03/2015, inscrito no CPF/MF nº ·823.964.772-34, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·20 de janeiro de 1979, residente e domiciliado ·na Rua Liberdade, 2079, Habitar Brasil, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar o nome de ·ITAMAR BAIÃO DE CARVALHO, filho de ·MARIA DE FÁTIMA BAIÃO CARVALHO; e

·ROSILENE DE JESUS BASTOS de nacionalidade ·brasileira, ·auxiliar de serviços diversos, ·solteira, portadora da cédula de RG nº ·06590942460/DETRAN/RO - Exp. 31/03/2016, inscrita no CPF/MF nº ·831.268.132-91, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·08 de janeiro de 1978, residente e domiciliada ·na Rua Liberdade, 2079, Habitar Brasil, em Ji-Paraná-RO, ·passou a adotar no nome de ·ROSILENE DE JESUS BASTOS DE CARVALHO, filha de ·JOSE ALEIXO DE BASTOS e de JOSEFA DE JESUS BASTOS.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
·Ji-Paraná-·RO, ·06 de fevereiro de 2017.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

2º OFICIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
Rua Luiz Muzambinho (T-06), nº 1529, Nova Brasília – CEP. 76.908-414 – Fone:(69)3421-1765
Município e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondonia
Rodrigo Marcolino Bozelhe-OFICIAL E TABELIÃO
LIVRO ·D-006 FOLHA ·143
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·3.285
MATRÍCULA
·095810 01 55 2017 6 00006 143 0003285 89
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA, de nacionalidade ·brasileiro, ·construtor civil, ·solteiro, portador da cédula de RG nº ·03852560924/DETRAN/RO - Exp. 25/09/2013, inscrito no CPF/MF nº ·713.276.302-49, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·22 de junho de 1981, residente e domiciliado ·na Rua Angelin, 261, Jorge Teixeira, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar o nome de ·LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA, filho de ·APARECIDO GUEDES DE OLIVEIRA e de VERA LUCIA DE OLIVEIRA; e
·FLAVIA ALZIRA CARVALHO CHAGAS de nacionalidade ·brasileira, ·caixa, ·solteira, portadora da cédula de RG nº ·03801479417/DETRAN/RO - Exp. 16/05/2016, inscrita no CPF/MF nº ·764.372.052-53, natural ·de Brasília-DF, onde nasceu no dia ·11 de agosto de 1981, residente e domiciliada ·na Rua Angelin, 261, Jorge Teixeira, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar no nome de ·FLAVIA ALZIRA CARVALHO CHAGAS, filha de ·FRANCISCO LIMA CHAGAS e de MARIA LUZINETE DE CARVALHO CHAGAS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
·Ji-Paraná-·RO, ·06 de fevereiro de 2017.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

2º OFICIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
Rua Luiz Muzambinho (T-06), nº 1529, Nova Brasília – CEP. 76.908-414 – Fone:(69)3421-1765
Município e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondonia
Rodrigo Marcolino Bozelhe-OFICIAL E TABELIÃO
LIVRO ·D-006 FOLHA ·143
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·3.285
MATRÍCULA
·095810 01 55 2017 6 00006 143 0003285 89
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA, de nacionalidade ·brasileiro, ·construtor civil, ·solteiro, portador da cédula de RG nº ·03852560924/DETRAN/RO - Exp. 25/09/2013, inscrito no CPF/MF nº ·713.276.302-49, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·22 de junho de 1981, residente e domiciliado ·na Rua Angelin, 261, Jorge Teixeira, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar o nome de ·LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA, filho de ·APARECIDO GUEDES DE OLIVEIRA e de VERA LUCIA DE OLIVEIRA; e
·FLAVIA ALZIRA CARVALHO CHAGAS de nacionalidade ·brasileira, ·caixa, ·solteira, portadora da cédula de RG nº ·03801479417/DETRAN/RO - Exp. 16/05/2016, inscrita no CPF/MF nº ·764.372.052-53, natural ·de Brasília-DF, onde nasceu no dia ·11 de agosto de 1981, residente e domiciliada ·na Rua Angelin, 261, Jorge Teixeira, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar no nome de ·FLAVIA ALZIRA CARVALHO CHAGAS, filha de ·FRANCISCO LIMA CHAGAS e de MARIA LUZINETE DE CARVALHO CHAGAS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
·Ji-Paraná-·RO, ·06 de fevereiro de 2017.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

2º OFICIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
Rua Luiz Muzambinho (T-06), nº 1529, Nova Brasília – CEP. 76.908-414 – Fone:(69)3421-1765
Município e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondonia
Rodrigo Marcolino Bozelhe-OFICIAL E TABELIÃO
LIVRO ·D-006 FOLHA ·142 vº
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·3.284
MATRÍCULA
·095810 01 55 2017 6 00006 142 0003284 80
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·LÔ-AMMI RAFAEL GOMES TEIXEIRA, de nacionalidade ·brasileira, ·autônomo, ·solteiro, portador da cédula de RG nº ·1356026/SSP/RO - Exp. 25/03/2013, inscrito no CPF/MF nº ·034.630.242-09, natural ·de Costa Marques-RO, onde nasceu no dia ·01 de novembro de 1996, residente e domiciliado ·na Rua Triângulo Mineiro, 2935, São Francisco, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar o nome de ·LÔ-AMMI RAFAEL GOMES TEIXEIRA, filho de ·JERONÍDIO RAFAEL TEIXEIRA e de ESMERALDINA GOMES; e
·LEANDRA LIMA XAVIER de nacionalidade ·brasileira, ·do lar, ·solteira, portadora da cédula de RG nº ·548979194/SSP/SP - Exp. 26/11/2010, inscrita no CPF/MF nº ·452.197.808-83, natural ·de gURUPI-TO, onde nasceu no dia ·10 de março de 1997, residente e domiciliada ·na Rua Triângulo Mineiro, 2935, São Francisco, em Ji-Paraná-RO, ·passou a adotar no nome de ·LEANDRA LIMA XAVIER TEIXEIRA, filha de ·PAULO XAVIER DOS SANTOS e de ÂNGELA LIMA LEANDRO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
·Ji-Paraná-·RO, ·06 de fevereiro de 2017.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

COMARCA DE ARIQUEMES

ARIQUEMES

1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

CARTÓRIO DANTAS MOTA - 1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, INTERDIÇÕES E TUTELAS E TABELIONATO DE NOTAS DE ARIQUEMES
Alameda Brasília, nº 2305, Setor 03 – Ariquemes-RO – CEP: 76.870-510
Fone: (69) 3535.5547/3536.0943 - cartorioariquemes@gmail.com
Ynara Ramalho Dantas Mota – Registradora
LIVRO ·D-050 TERMO ·017072 FOLHA ·042
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·17.072
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Operador de Guilhotina, de estado civil ·solteiro,

natural ·de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia ·06 de julho de 1980, residente e domiciliado ·na Travessa Curió, 1235, Bairro Jardim das Flores, em Ariquemes-RO, filho de ·MATIAS FRANCISCO DA COSTA e de ANTONIA PASSOS DE LIMA; e ·ROSÉLIA LOPES DA SILVA, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Serviços Gerais, de estado civil ·solteira, natural ·de São José da Mata-PB, onde nasceu no dia ·01 de novembro de 1976, residente e domiciliada ·na Travessa Curió, 1235, Bairro Jardim das Flores, em Ariquemes-RO, filha de ·JOSÉ JORGE DA SILVA e de MARIA DAS GRAÇAS LOPES DA SILVA.
O Regime de bens a ser adotado será ·Comunhão Parcial de Bens·.
QUE, APÓS o casamento, o declarante ·continuará a adotar o nome de ·FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA.
QUE, APÓS o casamento, a declarante ·continuará a adotar o nome de ·ROSÉLIA LOPES DA SILVA··.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
·Ariquemes-·RO, ·03 de fevereiro de 2017.
Ynara Ramalho Dantas Mota
Registradora

LIVRO ·D-050 TERMO ·017071 FOLHA ·041
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·17.071
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·DULCELINO PEREIRA DE ARAUJO, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Ministro do Evangelho, de estado civil ·divorciado, natural ·de Presidente Epitácio-SP, onde nasceu no dia ·30 de setembro de 1957, residente e domiciliado ·na Avenida Rio Pardo, 1818, Setor 02, em Ariquemes-RO, filho de ·JOÃO PEREIRA DE ARAUJO e de ADENICE DE ARAUJO; e ·FÁTIMA GONÇALVES, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Babá, de estado civil ·divorciada, natural ·de Rolim de Moura-RO, onde nasceu no dia ·15 de março de 1983, residente e domiciliada ·na Avenida Rio Pardo, 1818, Setor 02, em Ariquemes-RO, filha de ·PEDRO GONÇALVES e de LOURDES FERRARO GONÇALVES.
O Regime de bens a ser adotado será ·Comunhão Parcial de Bens·.
QUE, APÓS o casamento, o declarante ·continuará a adotar o nome de ·DULCELINO PEREIRA DE ARAUJO.
QUE, APÓS o casamento, a declarante ·passará a adotar o nome de ·FÁTIMA GONÇALVES DE ARAUJO··.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
·Ariquemes-·RO, ·03 de fevereiro de 2017.
Ynara Ramalho Dantas Mota
Registradora

LIVRO ·D-050 TERMO ·017073 FOLHA ·043
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·17.073
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·ADONIAS ALVES GOMES, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Pensionista, de estado civil ·solteiro, natural ·de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia ·02 de setembro de 1988, residente e domiciliado ·na Rua Tucanos, 487, Bairro Jardim das Palmeiras, em Ariquemes-RO, filho de ·JOSE AILTON SANTOS GOMES e de JOSELINA ALVES GOMES; e ·DAIANE ANJOS BOMFIM, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Micro Empreendedora, de estado civil ·solteira, natural ·de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia ·02 de abril de 1996, residente e domiciliada ·na Rua Tucanos, 487, Bairro Jardim das Palmeiras, em Ariquemes-RO, filha de ·ANTÔNIO MARCOS SANTOS BOMFIM e de MARILÚCIA ALVES ANJOS.
O Regime de bens a ser adotado será ·Comunhão Parcial de Bens·.
QUE, APÓS o casamento, o declarante ·continuará a adotar o nome de ·ADONIAS ALVES GOMES.
QUE, APÓS o casamento, a declarante ·continuará a adotar o nome de ·DAIANE ANJOS BOMFIM··.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
·Ariquemes-·RO, ·06 de fevereiro de 2017.
Ynara Ramalho Dantas Mota
Registradora

LIVRO ·D-050 TERMO ·017074 FOLHA ·044
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·17.074
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·BRUNO RODRIGUES DA SILVA, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Policial Militar, de estado civil ·solteiro, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·10 de setembro de 1986, residente e domiciliado ·na Rua Garça, 4696, Bairro Jardim das Palmeiras, em Ariquemes-RO, filho de ·EZEQUIEL BRAZ RODRIGUES DA SILVA e de JULIA BATISTA DA SILVA; e ·ÉRICA FERREIRA CAMPOS, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Frentista, de estado civil ·solteira, natural ·de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia ·10 de julho de 1992, residente e domiciliada ·na Rua Garça, 4696, Bairro Jardim das Palmeiras, em Ariquemes-RO, filha de ·ELIZETE FERREIRA CAMPOS.
O Regime de bens a ser adotado será ·Comunhão Parcial de Bens·.
QUE, APÓS o casamento, o declarante ·continuará a adotar o nome de ·BRUNO RODRIGUES DA SILVA.
QUE, APÓS o casamento, a declarante ·passará a adotar o nome de ·ÉRICA FERREIRA CAMPOS DA SILVA··.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
·Ariquemes-·RO, ·06 de fevereiro de 2017.
Ynara Ramalho Dantas Mota
Registradora

LIVRO ·D-050 TERMO ·017075 FOLHA ·045
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·17.075
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·FERNANDO JARENCO, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Vaqueiro, de estado civil ·solteiro, natural ·de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia ·20 de outubro de 1988, residente e domiciliado ·na Rua Macaubas, 5447, Bairro Jardim Nova República, em Ariquemes-RO, filho de ·JOÃO JARENCO e de LUCIA HELENA DE SALES; e ·ANA PAULA DE LIMA CARDOSO, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Cozinheira, de estado civil ·solteira, natural ·de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia ·13 de agosto de 1992, residente e domiciliada ·na Rua Macaubas, 5447, Setor 09, em Ariquemes-RO, filha de ·PAULO MENEQUIM CARDOSO e de LUCÍ SOARES DE LIMA.
O Regime de bens a ser adotado será ·Comunhão Parcial de Bens·.
QUE, APÓS o casamento, o declarante ·continuará a adotar o nome de ·FERNANDO JARENCO.
QUE, APÓS o casamento, a declarante ·continuará a adotar o nome de ·ANA PAULA DE LIMA CARDOSO··.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
·Ariquemes-·RO, ·06 de fevereiro de 2017.
Ynara Ramalho Dantas Mota
Registradora

COMARCA DE CACOAL

1° OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
Cartório Beleti
Município e Comarca de Cacoal - Estado de Rondônia
José Hamilton Beleti – Oficial
Livro: D-058 Folhas: 100 Termo: 21430
EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula
096313 01 55 2017 6 00058 100 0021430 13
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
IVAN PAULO SCHIAVINATTO, de nacionalidade brasileira, analista de sistemas, solteiro, natural de São Paulo, Estado de São Paulo, onde nasceu no dia 17 de novembro de 1978, residente e domiciliado na Avenida São Paulo, 2546, Apartamento 101, Bairro Jardim Clodoaldo, em Cacoal, Estado de Rondônia, continuou a adotar o nome de IVAN PAULO SCHIAVINATTO, filho de NIVALDO SCHIAVINATTO e de MARIA DA PENHA DELECAVO SCHIAVINATTO;
NADIELY GARCIA DE GOIS, de nacionalidade brasileira, engenheira civil, solteira, natural de Cacoal, Estado de Rondônia, onde nasceu no dia 29 de outubro de 1987, residente e domiciliada na Avenida São Paulo, 2546, Centro, em Cacoal, Estado de Rondônia, passou a adotar no nome de NADIELY GARCIA DE GOIS SCHIAVINATTO, filha de JOSÉ NASSELMO DE GOIS e de ELIZABETH MARIA GARCIA DE GOIS;
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br).
Cacoal-RO, 03 de fevereiro de 2017.
José Hamilton Beleti
Oficial

COMARCA DE CEREJEIRA

CORUMBIARA

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS MUNICIPIO DE CORUMBIARA, COMARCA DE CEREJEIRAS – RONDÔNIA.
LORIMAR APARECIDA SARETA SCHMOLLER - INTERINA
CNPJ. 23.073.532/0001-54
Livro: D 3
Folha: 126 F
Termo:1189
MATRICULA
0957520155 2017 6 00003 126 0001189 11
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram documentos exigidos pelo Artigo 1525, incisos I-III-IV-V do Código Civil Brasileiro, PAIXÃO BIANOR DE ARRUDA e SOLANGE APARECIDA ROQUE MACHADO.
Ele, divorciado, natural de Fatima do Sul - MS, onde nasceu no dia 21 de novembro de 1963, residente e domiciliado na Linha 03 F, Distrito Vitória da União, Zona Rural, neste município de Corumbiara - RO. Filho Legítimo de JOÃO BIANOR DE ARRUDA e dona TEREZA MARIA DE ARRUDA.
Ela, solteira, natural de Medianeira - PR, onde nasceu no dia 13 de setembro de 1978, residente e domiciliada na Linha 03 F, Distrito Vitória da União, Zona Rural, neste município de Corumbiara - RO. Filha legítima de JOÃO MARIA ROQUE MACHADO e dona DONAIDE MELLO MACHADO.
O regime adotado é o de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os contraentes em virtude do casamento passarão a usar os nomes de: PAIXÃO BIANOR DE ARRUDA e SOLANGE APARECIDA ROQUE MACHADO DE ARRUDA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br).
CORUMBIARA - RO, 07 de fevereiro de 2017.
Lorimar Aparecida Sareta Schmoller
Interina
Rua Ana Martins, 1456, Sala C, Centro, Corumbiara – RO, Fone: 69-3343-2314

COMARCA DE COLORADO DO OESTE

CABIXI

TABELIONATO DE NOTAS E ANEXOS DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
Município de Cabixi, Comarca de Colorado do Oeste, Estado de Rondônia
Rosinei Aparecida de Sousa Cristófoli – Notária e Registradora Interina
Avenida Tamoios, nº 4147, Sala "A", Centro, Cabixi-RO, CEP 76.994-000 – Fone (69) 3345-2368, E-mail:civilenotas_cabixi@tjro.jus.br
LIVRO D-002 FOLHA 248 TERMO 00893
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 0893
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: GILSON DE FREITAS VETZOLD, de nacionalidade brasileiro, agricultor, solteiro, natural de Colorado do Oeste-RO, onde nasceu no dia 27 de setembro de 1983, residente e domiciliado na Linha 09, km 17, rumo Colorado, em CABIXI-RO, filho de DAVID DA SILVA VETZOLD e de MARIA DE FREITAS VETZOLD; e IARA MORGANTE de nacionalidade brasileira, agricultora, solteira, natural de São João do Ivai-PR, onde nasceu no dia 19 de agosto de 1982, residente e domiciliada na Linha 09, km 17, rumo Colorado, em CABIXI-RO, filha de ANTONIO CARLOS MORGANTE e de IRENE PEREIRA MORGANTE.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
CABIXI-RO, 07 de fevereiro de 2017.
Rejane do Couto Furtado
Escrevente Autorizada

COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM

GUAJARÁ MIRIM

LIVRO D-014 FOLHA 139 vº TERMO 007153
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 7.153
095844 01 55 2017 6 00014 139 0007153 71
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil

Brasileiro, os contraentes: WESLEY TESCHE MAIA e STHEFANIA CRISTINA FIGUEIRA DE CARVALHO. Ele, de nacionalidade brasileira, mecânico, solteiro, portador do RG n° ·0866810/ SESDEC/RO, CPF/MF n° 530.200.302-34, natural de Guajará-Mirim-RO, onde nasceu no dia 31 de agosto de 1991, residente e domiciliado na Av. Ana Nery, 3665, Caetano, em Guajará-Mirim-RO, filho de JUVELINO ESPÓSITO MAIA e de ISOLETE TESCHE. Ela, de nacionalidade brasileira, vendedora, solteira, portador do RG n° 1180550/SESDEC/RO, CPF/MF n° 010.445.492-03, natural de Guajará-Mirim-RO, onde nasceu no dia 02 de agosto de 1991, residente e domiciliada na Av. Ana Nery, 3665, Caetano, em Guajará-Mirim-RO, filha de EDVALDO MONTEIRO DE CARVALHO e de JULIA JARENA FIGUEIRA GUILHERME. O regime de bens do casamento dos pretendentes será o de Comunhão Parcial de Bens. Que após o casamento, o declarante, passará a adotar o nome de WESLEY TESCHE MAIA. Que após o casamento, a declarante, passará a adotar o nome de STHEFANIA CRISTINA FIGUEIRA DE CARVALHO MAIA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Guajará-Mirim-RO, 06 de fevereiro de 2017.
Joel Luiz Antunes de Chaves
Oficial Registrador

NOVA MAMORÉ

EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·2.029
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·TIAGO DIAS BATISTA, de nacionalidade ·brasileiro, ·autônomo, ·solteiro, natural ·de Guajará-Mirim-RO, onde nasceu no dia ·01 de novembro de 1994, residente e domiciliado ·na Av. Princesa Izabel, 7854, Santa Luzia, em Nova Mamoré-RO, CEP: 76.857-000, filho de ·WANDERLEI BATISTA DOS SANTOS e de CLEONILDE LORENÇO DIAS; e ·CAMILA VIEIRA NUNES de nacionalidade ·brasileira, ·estudante, ·solteira, natural ·de Guajará-Mirim-RO, onde nasceu no dia ·22 de junho de 1996, residente e domiciliada ·na Av. Princesa Izabel, 7854, Santa Luzia, em Nova Mamoré-RO, CEP: 76.857-000, filha de ·JOSÉ RUNIVAN DE SOUZA NUNES e de EDINAR VIEIRA LANA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça.
·Nova Mamoré-·RO, ·07 de fevereiro de 2017.
Edinei de Souza
Escrevente Autorizado

COMARCA DE JARU

JARU

LIVRO ·D-048 FOLHA ·120 TERMO ·016403
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·16.403
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·DEVANEY DE JESUS SOUZA, de nacionalidade ·brasileiro, ·Auxiliar de Bucharia, ·solteiro, natural ·de Colorado do Oeste-RO, onde nasceu no dia ·26 de novembro de 1990, residente e domiciliado ·na Rua Afonso José, 1709, Setor 04, em Jaru-RO, filho de ·COSME DE JESUS SOUZA e de MARILZA MARIA DE JESUS; e ·TATIANE SOARES PAIXÃO de nacionalidade ·brasileira, ·Auxiliar de Desossa, ·solteira, natural ·de Jaru-RO, onde nasceu no dia ·16 de julho de 1996, residente e domiciliada ·na Rua João de Albuquerque, 3308, Setor 05, em Jaru-RO, filha de ·JOSÉ PAIXÃO e de NADIR SOARES PAIXÃO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça.
·Jaru-·RO, ·02 de fevereiro de 2017.
Ledenice Pulga Milhomens
Escrevente Autorizada

TARILÂNDIA

LIVRO D-004 FOLHA 247 TERMO 001623
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 1.623
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: GILMAR FONSÊCA e MARIVONE AGUIAR DOS SANTOS.
ELE, natural de Águas Formosas-MG, nascido em 10 de março de 1973, profissão frentista, estado civil ·
solteiro, residente e domiciliado na Rua Amazonas, s/n, neste Distrito de Tarilândia, em Jaru-RO, filho de JOAQUIM FONSÊCA e de DIONÍLIA MARIA DE JESUS.
ELA, natural de Águas Formosas-MG, nascida em 24 de agosto de 1977, profissão secretária, estado civil divorciada, residente e domiciliada na Rua Amazonas, s/n, neste Distrito de Tarilândia, em Jaru-RO, filha de JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS e de IVONE MOURÃO AGUIAR. O regime de bens adotado pelos pretendentes é o de Comunhão Parcial de Bens. O contraente, continuou a adotar o nome de GILMAR FONSÊCA e a contraente, passou a adotar o nome de MARIVONE AGUIAR DOS SANTOS FONSÊCA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça.
Tarilândia, Jaru-RO, 27 de janeiro de 2017.
Daiane Aparecida Domingos Vieira Minella
Tabeliã e Reg. Interina
Prazo do Edital: 13/02/2017

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE

OURO PRETO DO OESTE

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DE OURO PRETO DO OESTE-RONDÔNIA
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 14.887
JOÃO INÁCIO DE SOUZA e DELZA DIAS DO VALE
O Contraente: de nacionalidade brasileira, lavrador, viúvo, natural de Itabirinha de Mantena-MG, onde nasceu no dia 16 de setembro de 1946, residente e domiciliado na Rua Agmar de Souza Gomes, 800, Novo Horizonte, em Ouro Preto do Oeste-RO, filho de JOÃO INÁCIO DE SOUZA e de MARIA COLETA DE JESUS; e
A Contraente: de nacionalidade brasileira, do lar, divorciada, natural de Jucuruçu-BA, onde nasceu no dia 03 de junho de 1958, residente e domiciliada na Rua Agmar de Souza Gomes, 581, Novo Horizonte, em Ouro Preto do Oeste-RO, filha de SEBASTIÃO DIAS DO VALE e de ANA ALVES DOS SANTOS.
Os Contraentes após o casamento passarão a assinar: ELE SEM ALTERAÇÃO, E ELA SEM ALTERAÇÃO.
Regime do Casamento: Separação de Bens Obrigatório (por força de lei).

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Lavro o presente Edital, para ser afixado neste Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais,........... Bel. Lenise Hentschke – Oficial.
Ouro Preto do Oeste - RO, de 06 de fevereiro de 2017.
Oficial Lenise Hentschke

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 14.888
LUCAS RODRIGUES GONÇALVES e THAYS KAROLINE PORTO FRANÇA
O Contraente: de nacionalidade brasileira, estudante, solteiro, natural de Ouro Preto do Oeste-RO, onde nasceu no dia 08 de abril de 1997, residente e domiciliado ·na Localidade da Linha 200, Km. 04, Lote 29, Gleba 17, s/n, zona rural, em Ouro Preto do Oeste-RO, filho de CLAUDEMIR GONÇALVES e de ANTONIA GISLENE RODRIGUES DA SILVA; e
A Contraente: de nacionalidade brasileira, estudante, solteira, natural de Ouro Preto do Oeste-RO, onde nasceu no dia 27 de janeiro de 2000, residente e domiciliada na Rua Olavo Bilac, 1464, Nova Ouro Preto, em Ouro Preto do Oeste-RO, filha de DIONECLEY SANTOS DE FRANÇA e de CLAUDINEIA SOUZA PORTO FRANÇA.
Os Contraentes após o casamento passarão a assinar: ELE SEM ALTERAÇÃO, E ELA THAYS KAROLINE PORTO FRANÇA GONÇALVES.
Regime do Casamento: Comunhão Parcial de Bens.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Lavro o presente Edital, para ser afixado neste Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais,........... Bel. Lenise Hentschke – Oficial.
Ouro Preto do Oeste - RO, de 06 de fevereiro de 2017.
Oficial Lenise Hentschke

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 14.889
CLEITON MARCELINO DE MELO e IVANEIDE PEREIRA MARTINS
O Contraente: de nacionalidade brasileiro, lavrador, solteiro, natural de Ouro Preto do Oeste-RO, onde nasceu no dia ·23 de agosto de 1986, residente e domiciliado na Rua Olavo Bilac, 0224, Bela Floresta, em Ouro Preto do Oeste-RO, filho de SEBASTIÃO MARCELINO DE MELO e de NALZIRA DA SILVA MELO; e
A Contraente: de nacionalidade brasileira, doméstica, solteira, natural de Parnaguá-PI, onde nasceu no dia 29 de novembro de 1986, residente e domiciliada na Rua Padre Adolfo Rohl, 793, Jardim Bandeirantes, em Ouro Preto do Oeste-RO, filha de ELVÂNIA PEREIRA MARTINS.
Os Contraentes após o casamento passarão a assinar: ELE SEM ALTERAÇÃO, E ELA IVANEIDE PEREIRA MARTINS MELO.
Regime do Casamento: Comunhão Parcial de Bens.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Lavro o presente Edital, para ser afixado neste Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais,........... Bel. Lenise Hentschke – Oficial.
Ouro Preto do Oeste - RO, de 07 de fevereiro de 2017.
Oficial Lenise Hentschke

COMARCA DE PIMENTA BUENO

PIMENTA BUENO

LIVRO D-024 FOLHA 249 TERMO 011538
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 11.538
Faço saber que pretendem CONVERTER A UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:*.*.*.*.*.*.*.*.*.* AILTON MARTINS DA SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão motorista, de estado civil solteiro, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 22 de setembro de 1972, residente e domiciliado na Avenida Fortaleza, 1609, Nova Pimenta, em Pimenta Bueno-RO, filho de FRANCISCO DIAS MARTINS e de MARIA SILVA BEZERRA; e .*.*...*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.* _ CELIA DOS SANTOS, de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Itamaraju-BA, onde nasceu no dia 12 de dezembro de 1975, residente e domiciliada na Avenida Fortaleza, 1609, Nova Pimenta, em Pimenta Bueno-RO, filha de NERIVALDO DOS SANTOS e de MARIA D'AJUDA DE OLIVEIRA..*.*.*.*.*.*..*.*.*.*.*.*.*.*.*.*_ Os contraentes pretendem continuar juntos, com firme vontade de constituirem familia e legalizar sua situação..*.**.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.* Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*
Pimenta Bueno-RO, 02 de fevereiro de 2017.
Sílvia Fagundes Grava
Tabeliã Interina

LIVRO D-024 FOLHA 250 TERMO 011539
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 11.539
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:*.*.*.*.*.*.*.*.*
BENEDITO BRIGIDO, de nacionalidade brasileira, de profissão motorista, de estado civil viúvo, natural de São Mateus-ES, onde nasceu no dia 10 de fevereiro de 1961, residente e domiciliado na Rua 04, 3362, no distrito Novo Paraíso em São Felipe do Oeste-RO, filho de MANOEL BRIGIDO FILHO e de ZULEIDE DA SIVA BRIGIDO; e VALDILENE VELOSO de nacionalidade brasileira, de profissão professora aposentada, de estado civil divorciada, natural de Diamantino-MT, onde nasceu no dia 14 de setembro de 1965, residente e domiciliada na Rua Flávio da Silva Daltro, 935, Jardim das Oliveiras, em Pimenta Bueno-RO, filha de JOÃO VELOSO e de MARIA ROSALINA VELOSO.*.*.*.*.*
O regime a ser adotado após o casamento será o da Separação Legal de Bens (por força da lei). Continuarão os contraentes com os nomes de solteiros.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.*.**.*.*.*.*.*.*
Envio cópia ao Oficial do Registro Civil competente, para ser afixado no Ofício de São Felipe do Oeste-RO, domicílio e residência do contraente, para os efeitos do artigo 1.527 do Código Civil Brasileiro.*.
Pimenta Bueno-RO, 03 de fevereiro de 2017.

LIVRO D-024 FOLHA 252 TERMO 011541
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 11.541
Faço saber que pretendem CONVERTER A UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:*.*.*.*..*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.* DANIEL JANUÁRIO DA SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão motorista, de estado civil solteiro, natural de Porto Espiridião-MT, onde nasceu no dia 04 de julho de 1972, residente e domiciliado na Avenida Brasil, 1528, Seringal, em Pimenta Bueno-RO, filho de ANTONIO JANUARIO DA SILVA e de DELINDA DE OLIVEIRA SILVA; e .*.*.*.*..*.*.*.*.*.*.* _ GERALDA PEREIRA FERNANDES, de nacionalidade brasileira, de profissão professora, de estado civil solteira, natural de Jauru-MT, onde nasceu no dia 12 de outubro de 1975, residente e domiciliada na Avenida Brasil, 1528, Seringal, em Pimenta Bueno-RO, filha de BERLY ANTONIO FERNANDES e de MARIA PEREIRA FERNANDES..*.*.*.*.*..*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*_ Os contraentes pretendem continuar juntos, com firme vontade de constituirem familia e legalizar sua situação..*.*..*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.* Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*
Pimenta Bueno-RO, 06 de fevereiro de 2017.
Sílvia Fagundes Grava
Tabeliã Interina

LIVRO D-024 FOLHA 247 TERMO 011536
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 11.536
Faço saber que pretendem CONVERTER A UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:*.*.*.*.*.*.*.**.*.*.*.*.* ELCIO BATISTA DA SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão lavrador, de estado civil divorciado, natural de Ecoporanga-ES, onde nasceu no dia 29 de setembro de 1958, residente e domiciliado na Rodovia RO 387, Zona Rural, em Pimenta Bueno-RO, filho de LIBERALINO BATISTA DA SILVA e de ZENI MARÇAL DA SILVA; e .*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.* _ FRANCINETE DE ARAÚJO, de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil divorciada, natural de Narandiba-SP, onde nasceu no dia 28 de janeiro de 1966, residente e domiciliada na Rodovia RO 387, Zona Rural, em Pimenta Bueno-RO, filha de ADALBERTO FRANCISCO ARAÚJO e de MARIA FELIX DE ARAÚJO..*.*.*..*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*_ Os contraentes pretendem continuar juntos, com firme vontade de constituirem familia e legalizar sua situação..*.*.*..*.* Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*
Pimenta Bueno-RO, 01 de fevereiro de 2017.
Sílvia Fagundes Grava
Tabeliã Interina

LIVRO D-024 FOLHA 251 TERMO 011540
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 11.540
Faço saber que pretendem CONVERTER A UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:^al
ELIAS RAIMUNDO DE LIMA, de nacionalidade brasileira, de profissão motorista, de estado civil divorciado, natural de Eldorado-MS, onde nasceu no dia 28 de novembro de 1982, residente e domiciliado na Avenida Marechal Rondon, 2861, Liberdade, em Pimenta Bueno-RO, filho de FRANCISCO RAIMUNDO DE LIMA e de MARIZA MELO DE LIMA; e ^al _
ANA CRISTINA FERREIRA BARBOSA, de nacionalidade brasileira, de profissão zeladora, de estado civil solteira, natural de Rio Verde-MS, onde nasceu no dia 24 de junho de 1973, residente e domiciliada na Avenida Marechal Rondon, 2861, Liberdade, em Pimenta Bueno-RO, filha de AGENOR FERREIRA BARBOSA e de ANGELINA BARBOSA.^al_
Os contraentes pretendem continuar juntos, com firme vontade de constituirem familia e legalizar sua situação.^al
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.^al
^al
Pimenta Bueno-RO, 06 de fevereiro de 2017.
Sílvia Fagundes Grava
Tabeliã Interina

LIVRO D-024 FOLHA 248 TERMO 011537
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 11.537
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:*.**.*.*.*.* GUSTAVO HENRIQUE LINS DA COSTA, de nacionalidade brasileira, de profissão bancário, de estado civil solteiro, natural de Pimenta Bueno-RO, onde nasceu no dia 14 de maio de 1995, residente e domiciliado na Avenida Brasil, 1484, Seringal, em Pimenta Bueno-RO, filho de JOÃO FERREIRA DA COSTA NETO e de JANETE LINS DO NASCIMENTO COSTA; e JULIANA DE ANDRADE SIEVERS de nacionalidade brasileira, de profissão enfermeira, de estado civil solteira, natural de Juina-MT, onde nasceu no dia 22 de julho de 1994, residente e domiciliada na Avenida Brasil, 1484, Seringal, em Pimenta Bueno-RO, filha de DECIO DARI SIEVERS e de ROZANE APARECIDA DE ANDRADE..*.*.*.*.*..*.*.*.*.* Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*
Pimenta Bueno-RO, 02 de fevereiro de 2017.
Sílvia Fagundes Grava
Tabeliã Interina

LIVRO D-024 FOLHA 253 TERMO 011542
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 11.542
Faço saber que pretendem CONVERTER A UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:*.*.*.*.**.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.* JOÃO VICENTE SILVA DA CRUZ, de nacionalidade brasileira, de profissão dentista, de estado civil solteiro, natural de Pimenta Bueno-RO, onde nasceu no dia 06 de janeiro de 1987, residente e domiciliado na Rua Floriano Peixoto, 136, Pioneiros, em Pimenta Bueno-RO, filho de VICENTE RAIMUNDO DA CRUZ e de MARIA CONCEIÇÃO SILVA CRUZ; e *.*.*.*.* _ KARINA DE CAMARGO SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão operadora de telecobrança, de estado civil solteira, natural de Pimenta Bueno-RO, onde nasceu no dia 06 de maio de 1993, residente e domiciliada na Rua Floriano Peixoto, 136, Pioneiros, em Pimenta Bueno-RO, filha de MOACIR TEIXEIRA DA SILVA e de JARINA DE CAMARGO..*.*.*.*.*.*.*.*.*_ Os contraentes pretendem continuar juntos, com firme vontade de constituirem familia e legalizar sua situação..*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.* Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.*.**.*.*.*.*.*.*
Pimenta Bueno-RO, 06 de fevereiro de 2017.
Sílvia Fagundes Grava
Tabeliã Interina

SÃO FELIPE D'OESTE

LIVRO ·D-004 FOLHA ·030 TERMO ·000930
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·930
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·BENEDITO BRIGIDO, de nacionalidade ·brasileira, ·motorista, ·viúvo, natural ·de São Mateus-ES, onde nasceu no dia ·10 de fevereiro de 1961, residente e domiciliado ·na Rua 04, 3362, Distrito de Novo Paraíso, em São Felipe D'Oeste-RO, filho de ·MANOEL BRIGIDO FILHO e de ZULEIDE DA SILVA BRIGIDO; e ·VALDILENE VELOSO de nacionalidade ·brasileira, ·professora aposentada, ·divorciada, natural ·de Diamantino-MT, onde nasceu no dia ·14 de setembro de 1965, residente e domiciliada ·na Rua Flávio da Silva Daltro, 935, Jardim das Oliveiras, em Pimenta Bueno-RO, filha de ·JOÃO VELOSO e de MARIA ROSALINA VELOSO. Certifico, ainda que o regime de bens do casamento dos pretendentes ser o de ·Separação de Bens Obrigatória, nos termos do artigo 1.641 do Código Civil Brasileiro e o contraente, ·continuou a adotar o nome de ·BENEDITO BRIGIDO e a contraente, ·continuou a adotar o nome de ·VALDILENE VELOSO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Fernanda de Oliveira
Escrevente Autorizada

COMARCA DE VILHENA

VILHENA

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
VILHENA – RONDÔNIA
LIVRO D-039 FOLHA 267 TERMO 013367
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 13.367
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: MARCOS GONÇALVES TEIXEIRA, solteiro, com trinta e seis (36) anos de idade, de nacionalidade brasileiro, autônomo, natural de Foz do Iguaçu-PR, onde nasceu no dia 06 de agosto de 1980, residente e domiciliado na Rua 605, 1076, Setor 06, em Vilhena-RO, filho de GERALDO TEIXEIRA e de MARIA GONÇALVES TEIXEIRA; Ela: ODALYS ESTRADA RUIZ, divorciada, com quarenta e oito (48) anos de idade, de nacionalidade Cubana, médica, natural de Palma Soriano - CUBA, onde nasceu no dia 14 de maio de 1968, residente e domiciliada na Rua 605, 1076, Setor 06, em Vilhena-RO, filha de VICTOR ESTRADA SALAZAR e de ANGELA RUIZ ACEOSO. Determinando que o regime de bens a viger a partir do mesmo seja o de Comunhão Parcial de Bens. Que após o casamento, o declarante, continuou a adotar o nome de MARCOS GONÇALVES TEIXEIRA. Que após o casamento, a declarante, continuou a adotar o nome de ODALYS ESTRADA RUIZ. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br).
Vilhena-RO, 06 de fevereiro de 2017.
Magda Flores Porto
Tabeliã Substituta

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
VILHENA – RONDÔNIA
LIVRO D-039 FOLHA 268 TERMO 013368
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 13.368
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: FÁBIO LUIZ ADAMS, solteiro, com trinta e três (33) anos de idade, de nacionalidade brasileiro, instrutor de operação, natural de Vilhena-RO, onde nasceu no dia 17 de janeiro de 1984, residente e domiciliado na Av. Tiradentes, 495, Tancredo Neves, em Vilhena-RO, filho de LAURINDO NELSON ADAMS e de SUELI MARIA ADAMS; Ela: THAYNARA HAYLLE DE ARAÚJO, solteira, com vinte (20) anos de idade, de nacionalidade b, operadora de caixa, natural de Vilhena-RO, onde nasceu no dia 19 de dezembro de 1996, residente e domiciliada na Av. 15 de Novembro, 3607, Centro, em Vilhena-RO, filha de GEANNE HAYLLE COUTO ARAÚJO. Determinando que o regime de bens a viger a partir do mesmo seja o de Comunhão Parcial de Bens. Que após o casamento, o declarante, continuou a adotar o nome de FÁBIO LUIZ ADAMS. Que após o casamento, a declarante, passou a adotar o nome de THAYNARA HAYLLE DE ARAÚJO ADAMS. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br).
Vilhena-RO, 06 de fevereiro de 2017.
Magda Flores Porto
Tabeliã Substituta

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
VILHENA – RONDÔNIA
LIVRO D-039 FOLHA 269 TERMO 013369
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 13.369
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: RÓMOLO HONORIO DIAS, solteiro, com trinta e sete (37) anos de idade, de nacionalidade brasileiro, desossador, natural de Ecoporanga-ES, onde nasceu no dia 27 de novembro de 1979, residente e domiciliado na Rua 29-7, 130, Setor Pires de Sá, Zona Rural, em Vilhena-RO, filho de ABELIO HONORIO VIEIRA e de MARIA PEREIRA DIAS; Ela: MARILDA TELES DA SILVA, solteira, com trinta e oito (38) anos de idade, de nacionalidade brasileira, do lar, natural de Distrito São Sebastião da Bela Vista, em Município de Salgado Filho-PR, onde nasceu no dia 04 de janeiro de 1979, residente e domiciliada na Rua Paraíba, 2515, Parque Industrial Novo Tempo, em Vilhena-RO, filha de SEBASTIÃO TELES DA SILVA e de ROSELI RIBEIRO DA SILVA. Determinando que o regime de bens a viger a partir do mesmo seja o de Comunhão Parcial de Bens. Que após o casamento, o declarante, continuou a adotar o nome de RÓMOLO HONORIO DIAS. Que após o casamento, a declarante, continuou a adotar o nome de MARILDA TELES DA SILVA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br).
Vilhena-RO, 06 de fevereiro de 2017.
Magda Flores Porto
Tabeliã Substituta

2º OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS DO MUNICÍPIO DE VILHENA – RONDÔNIA
Tabeliã e Registradora: Marcilene Faccin
Avenida Presidente Tancredo Neves - 4901 - Jardim Eldorado, Vilhena – RO - CEP: 76980-000 Telefone: (69) 3322-4663 E-mail: civilnotas2@hotmail.com
LIVRO D-002
FOLHA 095
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 395
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
VALMAYKO APARECIDO EVANGELISTA DA SILVA, de nacionalidade brasileira, caminhoneiro, solteiro, natural de Rio Verde de Mato Grosso, Estado do Mato Grosso do Sul, onde nasceu no dia 15 de dezembro de 1983, residente e domiciliado na Rua 731, 1283, Cristo Rei, em Vilhena, Estado de Rondônia, passou a adotar o nome de VALMAYKO APARECIDO EVANGELISTA DA SILVA FRIEDRICH, filho de VALMOR DA SILVA e de DORALICE EVANGELISTA DE LIMA; e
PATRÍCIA FRIEDRICH, de nacionalidade brasileira, do lar, solteira, natural de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, onde nasceu no dia 04 de abril de 1996, residente e domiciliada na Rua 731, 1283, Cristo Rei, em Vilhena, Estado de Rondônia, passou a adotar o nome de PATRÍCIA FRIEDRICH DA SILVA, filha de ADEMAR FRIEDRICH e de MARIA APARECIDA BARBOZA MACHADO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br).
Vilhena-RO, 06 de fevereiro de 2017.
Harrison Faccin José de Almeida
1º Substituto

2º OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS DO MUNICÍPIO DE VILHENA – RONDÔNIA
Tabeliã e Registradora: Marcilene Faccin
Avenida Presidente Tancredo Neves - 4901 - Jardim Eldorado, Vilhena – RO - CEP: 76980-000 Telefone: (69) 3322-4663 E-mail: civilnotas2@hotmail.com
LIVRO D-002
FOLHA 096
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 396
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
DANIEL MIGUEL DE SOUZA, de nacionalidade brasileira, marceneiro, solteiro, natural de Rolim de Moura, Estado de Rondônia, onde nasceu no dia 02 de agosto de 1995, residente e domiciliado na Avenida 32, 5861, Jardim Eldorado, em Vilhena, Estado de Rondônia, continuou a adotar o nome de DANIEL MIGUEL DE SOUZA, filho de JOSÉ GENUINO DE SOUZA e de ALMERITA MIGUEL DE SOUZA; e
GEMIMA KESIA CUNHA MORINI, de nacionalidade brasileira, estudante, solteira, natural de Vilhena, Estado de Rondônia, onde nasceu no dia 23 de junho de 2000, residente e domiciliada na Avenida 32, 5861, Jardim Eldorado, em Vilhena, Estado de Rondônia, passou a adotar o nome de GEMIMA KESIA CUNHA MORINI DE SOUZA, filha de JOSÉ LUIS MORINI e de ÉRICA GALDINA DA CUNHA MORINI.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br).
Vilhena-RO, 06 de fevereiro de 2017.
Harrison Faccin José de Almeida
1º Substituto

2º OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS DO MUNICÍPIO DE VILHENA – RONDÔNIA
Tabeliã e Registradora: Marcilene Faccin
Avenida Presidente Tancredo Neves - 4901 - Jardim Eldorado, Vilhena – RO - CEP: 76980-000 Telefone: (69) 3322-4663 E-mail: civilnotas2@hotmail.com
LIVRO D-002
FOLHA 097
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 397
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
LUCAS MONGE GARCIA, de nacionalidade brasileira, auxiliar de produção, solteiro, natural de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, onde nasceu no dia 24 de agosto de 1994, residente e domiciliado na Avenida 15 de Novembro, 801, São José, em Vilhena, Estado de Rondônia, continuou a adotar o nome de LUCAS MONGE GARCIA, filho de CLARINDO RIOS GARCIA e de ROSEMEIRE CALONGA MONGE; e
THÁGNA GOMES DA SILVA, de nacionalidade brasileira, secretária, solteira, natural de Vilhena, Estado de Rondônia, onde nasceu no dia 12 de fevereiro de 1997, residente e domiciliada na Rua 1802, 4826, Bela Vista, em Vilhena, Estado de Rondônia, passou a adotar o nome de THÁGNA GOMES DA SILVA GARCIA, filha de NOEL SOARES DA SILVA e de IVONETE GOMES DA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br).
Vilhena-RO, 06 de fevereiro de 2017.
Harrison Faccin José de Almeida
1º Substituto

CHUPINGUAIA

LIVRO ·D-002 FOLHA ·110 TERMO ·000410
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·410
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: ·WALISON JHONNY MOREIRA DA SILVA, ·solteiro, com ·vinte e dois (22) anos de idade, de nacionalidade ·brasileiro, ·carimbador, natural ·de Matupá-MT, onde nasceu no dia ·01 de julho de 1994, residente e domiciliado ·na Rua 27, nº 04, Lote 03, em Chupinguaia-RO, filho de ·DIVONZIR BERNADINO MOREIRA e de JOSENIR BATISTA DA SILVA; Ela: ·AMANDA EUGENIO PEREIRA, ·solteira, com ·dezoito (18) anos de idade, de nacionalidade ·brasileira, ·autônoma, natural ·de Jí-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·16 de março de 1998, residente e domiciliada ·na Rua 27, nº 04, Lote 03, em Chupinguaia-RO, filha de ·MARIA DAS GRAÇAS EUGENIO PEREIRA. Determinando que o regime de bens a viger a partir do mesmo seja o de ·Comunhão Parcial de Bens. Que após o casamento, o declarante, ·continuou a adotar o nome de ·WALISON JHONNY MOREIRA DA SILVA. Que após o casamento, a declarante, ·passou a adotar o nome de ·AMANDA EUGENIO PEREIRA MOREIRA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
·Chupinguaia-·RO, ·03 de fevereiro de 2017.
Célia Costa Peres
Tabeliã Interina

COMARCA DE ALVORADA D´OESTE

URUPÁ

EDITAL DE PROCLAMAS
MATRíCULA
·095935 01 55 2017 6 00009 083 0002608 23
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo Art ·1.525, incisos ·I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·MARCENILIO SIMÕES DE AMORIM e ·ONILIA DE SOUZA SILVA
ELE, o contraente, é ·divorciado, com ·cinquenta e três (53) anos de idade, nacionalidade ·brasileiro, profissão ·pedreiro, natural ·de Córrego da Baia-ES, nascido ·aos vinte dias do mês de outubro do ano de um mil e novecentos e sessenta e três (20/10/1963), residente e domiciliado ·na Rua 15 de Novembro, nº 4501, Bairro Alto Alegre, em Urupá-RO, filho de ·JOÃO MARTINS DE AMORIM

e de MARIA MADALENA DE AMORIM, ele falecido em Ji-Paraná/RO em 03/10/1973, era de nacionalidade brasileiroa e natural de Aimorés/MG, ela viúva, natural de Afonso Claudio/ES, nascida em 30/07/1937, do lar, residente e domiciliada na Rua Ipe, n° 2890, Bairro Val Paraiso em Ji-Paraná-RO.
ELA, a contraente, é ·viúva, com ·cinquenta e um (51) anos de idade, nacionalidade ·brasileira, profissão ·do lar, natural de ·São Gabriel da Palha-ES, nascida ·aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de um mil e novecentos e sessenta e cinco (22/09/1965), residente e domiciliada ·na Rua 15 de Novembro, n° 4501, Beirro Alto Alegre, em Urupá-RO, filha de ·JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA e de ARELINA LIMA DE SOUZA, ele falecido em São Gabriel da Palha/ES em 19/09/1987, era de nacionalidade brasileiro e natural de Afonso Claudio/ES e ela falecida em Urupá/RO em 19/12/2010, era de nacionalidade brasileira e natural de Iúna.
Eles, após o casamento, passaram a usar os nomes: ·MARCENILIO SIMÕES DE AMORIM e ·ONILIA DE SOUZA SILVA SIMÕES. Pretendem adotar o regime da ·Comunhão Parcial de Bens.
SE ALGUÉM SOUBER DE ALGUM IMPEDIMENTO, OPONHA-O NA FORMA DA LEI. LAVRO O PRESENTE PARA SER FIXADO NESTA SERVENTIA NO LUGAR DE COSTUME E PUBLICADO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO (www.tjro.jus.br).
·Urupá-·RO, ·07 de fevereiro de 2017.
Rafaela de Sousa Maciel
Oficiala e Tabeliã Substituta

EDITAL DE PROCLAMAS
MATRíCULA
·095935 01 55 2017 6 00009 084 0002609 21
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo Art ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·MICHEL CORDEIRO RIBEIRO e ·GLEICE GONÇALVES DE SOUZA
ELE, o contraente, é ·solteiro, com ·vinte e oito (28) anos de idade, nacionalidade ·brasileiro, profissão ·motorista, natural ·de Ji-Paraná-RO, nascido ·aos dezoito dias do mês de julho do ano de um mil e novecentos e oitenta e oito (18/07/1988), residente e domiciliado ·na linha T-04-A, gleba 2- A, lote 21, em Urupá-RO, filho de ·JOSÉ BOTELHO CORDEIRO e de JOANA CORDEIRO RIBEIRO, brasileiros, casados, pecuaristas, ele natural de Paranacity/PR, nascido em 18/12/1959, ela natural de Florida/PR, nascida em 30/01/1965, residentes e domiciliados na Linha T-4-A, gleba 2-A, lote 21, zona rural em Urupá-RO.
ELA, a contraente, é ·solteira, com ·vinte e cinco (25) anos de idade, nacionalidade ·brasileira, profissão ·trabalhadora rural, natural de ·Ouro Preto do Oeste-RO, nascida ·aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de um mil e novecentos e noventa e um (24/03/1991), residente e domiciliada ·na Avenida Jorge Teixeira, n° 3983, Bairro Novo Horizonte, em Urupá-RO, filha de ·LUCIO LEONARDO DE SOUZA e de JÂNIA GONÇALVES ANTUNES DE SOUZA, brasileiros, casados, trabalhadores rurais, ele natural de Governador Valadares/MG, nascido em 24/12/1967, ela natural de Agua Boa/MG, nascida em 18/05/1971, residentes e domiciliados na linha 36, lote 35, gleba 126, zona rural em Teixerópolis-RO.
Eles, após o casamento, passaram a usar os nomes: ·MICHEL CORDEIRO RIBEIRO e ·GLEICE GONÇALVES DE SOUZA CORDEIRO. Pretendem adotar o regime da ·Comunhão Parcial de Bens.
SE ALGUÉM SOUBER DE ALGUM IMPEDIMENTO, OPONHA-O NA FORMA DA LEI. LAVRO O PRESENTE PARA SER FIXADO NESTA SERVENTIA NO LUGAR DE COSTUME E PUBLICADO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO (www.tjro.jus.br).
·Urupá-·RO, ·07 de fevereiro de 2017.
Rafaela de Sousa Maciel
Oficiala e Tabeliã Substituta

COMARCA DE BURITIS

BURITIS

LIVRO ·D-018 FOLHA ·280
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·5.280
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens, os contraentes:
·RUDI IVAM MENEZES, de nacionalidade ·brasileiro, ·taxista, ·divorciado, natural ·de Caxambu do Sul-SC, onde nasceu no dia ·19 de outubro de 1977, portador da Cédula de Identidade RG nº ·1.041.142/SSP/RO - Exp. 26/10/2006, inscrito no CPF/MF sob nº ·657.567.622-72, residente e domiciliado ·na Rua Nilo Peçanha, 1921, Setor 08, em Buritis-RO, filho de ·BRAHIL MENEZES e de ONEIDA MARIA MENEZES; e
·SANDRA MATTARA de nacionalidade ·brasileira, ·professora, ·solteira, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·24 de maio de 1977, portadora da Cédula de Identidade RG nº ·594.784/SSP/RO - Exp. 21/09/1995, inscrita no CPF/MF sob nº ·602.390.852-72, residente e domiciliada ·na Rua Nilo Peçanha, 1921, Setor 08, em Buritis-RO, filha de ·LUIZ MATTARA e de CLEUZA GONÇALVES MATTARA, ·passou a adotar o nome de ·SANDRA MATTARA MENEZES.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (Provimento 0007/2011-CG).
·Buritis-·RO, ·03 de fevereiro de 2017.
Silmara Santos Fugulim
Escrevente Autorizada

LIVRO ·D-018 FOLHA ·281
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·5.281
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens, os contraentes:
·TAILÃ SOUZA DE SALES, de nacionalidade ·brasileiro, ·serviços gerais, ·solteiro, natural ·de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia ·27 de abril de 1997, portador da Cédula de Identidade RG nº ·1507018/SSP/RO - Exp. 15/12/2015, inscrito no CPF/MF ·037.892.482-66, residente e domiciliado ·na Avenida Jaru, 1215, Area Industrial, em Ariquemes-RO, filho de ·JOEL DE SALES e de ROSÂNGELA DE SOUZA; e
·JULIMARA CARDOSO ALMEIDA de nacionalidade ·brasileira, ·do lar, ·solteira, natural ·de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia ·16 de outubro de 1999, portadora da Carteira de Trabalho Profissional nº ·1886023/MTPS/RO - Exp. 19/10/2015, inscrita no CPF/MF ·703.740.812-39, residente e domiciliada ·na Rua Helenite Ferreira de Souza, 2121, Setor 01, em Buritis-RO, filha de ·JUAREZ ALMEIDA DE MORAES e de MARTA CARDOSO DE MORAES E MORAES, ·passou a adotar o nome de ·JULIMARA CARDOSO ALMEIDA SALES.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia www.tjro.jus.br (Provimento 0007/2011-CG).

·Envio cópia ao Oficial do 1º Serviço de Registro Civil de Ariquemes/RO, para ser afixado no Ofício do domicílio e residência do contraente, para os efeitos do artigo 1.527 do Código Civil Brasileiro.
·Buritis-·RO, ·03 de fevereiro de 2017.
Silmara Santos Fugulim
Escrevente Autorizada

LIVRO ·D-018 FOLHA ·282
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·5.282
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens, os contraentes:
·JARDEL DA SILVA LEMES, de nacionalidade ·brasileiro, ·serviços gerais, ·solteiro, natural ·de Mirante da Serra-RO, onde nasceu no dia ·18 de novembro de 1997, portador da Carteira de Trabalho Profissional nº ·3750681/MTPS/RO - Exp. 15/04/2014, inscrito no CPF/MF sob nº ·040.896.242-90, residente e domiciliado ·na Rua Belem, 2681, Setor 07, em Buritis-RO, filho de ·ALCINDO LEMES e de EDNA MARIA DA SILVA LEME; e
·LUANA GESLAYNE DE MELO FRANÇA de nacionalidade ·brasileira, ·agricultora, ·solteira, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·27 de novembro de 1999, portadora da Cédula de Identidade RG nº ·1503267/SSP/RO - Exp. 23/11/2015, inscrita no CPF/MF sob nº ·022.070.422-86, residente e domiciliada ·na Rua Belém, 2681, Setor 07, em Buritis-RO, filha de ·JOSÉ LUIZ FRANÇA e de SARA PEREIRA DE MELO FRANÇA, ·passou a adotar o nome de ·LUANA GESLAYNE DE MELO FRANÇA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (Provimento 0007/2011-CG).
·Buritis-·RO, ·06 de fevereiro de 2017.
Silmara Santos Fugulim
Escrevente Autorizada

LIVRO ·D-018 FOLHA ·283
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·5.283
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens, os contraentes:
·VILSON SOUZA FRANÇA, de nacionalidade ·brasileiro, ·serviços gerais, ·divorciado, natural ·de Cacoal-RO, onde nasceu no dia ·15 de janeiro de 1987, portador da Cédula de Identidade RG nº ·1492576/SSP/RO - Exp. 10/09/2015, inscrito no CPF/MF sob nº ·015.542.622-24, residente e domiciliado ·na Rua Mirante da Serra, Setor 04, em Buritis-RO, filho de ·ADALBERTO FERMINO DE FRANÇA e de NELCINA ROSA DE SOUZA FRANÇA; e
·LÍDIA LOPES DE SOUSA de nacionalidade ·brasileira, ·cozinheira, ·divorciada, natural ·de Cerejeiras-RO, onde nasceu no dia ·09 de agosto de 1987, portadora da Cédula de Identidade RG nº ·1492576/SSP/RO - Exp. 10/09/2015, inscrita no CPF/MF sob nº ·988.277.402-44, residente e domiciliada ·na Rua Mirante da Serra, Setor 04, em Buritis-RO, filha de ·LINO LOPES DE SOUSA e de RITA LOPES DE SOUZA, ·passou a adotar o nome de ·LÍDIA LOPES DE SOUSA FRANÇA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (Provimento 0007/2011-CG).
·Buritis-·RO, ·06 de fevereiro de 2017.
Silmara Santos Fugulim
Escrevente Autorizada

COMARCA DE MACHADINHO D´OESTE

MACHADINHO D´OESTE

Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município de Vale do Anari, Comarca de Machadinho D'Oeste – RO
Av. Capitão Silvio de Farias, 4863, Centro, em Vale do Anari – RO – CEP: 76.867-000 – Fone: (69)3525-1469
LIVRO FOLHA
EDITAL DE PROCLAMAS Nº
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo , incisos , do Código Civil Brasileiro, os contraentes: , , , , natural , onde nasceu no dia , residente e domiciliado , a adotar o nome de , filho de ; e , , , , natural , onde nasceu no dia , residente e domiciliada , a adotar no nome de , filha de . Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.

Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município de Vale do Anari, Comarca de Machadinho D'Oeste – RO
Av. Capitão Silvio de Farias, 4863, Centro, em Vale do Anari – RO – CEP: 76.867-000 – Fone: (69)3525-1469
LIVRO ·D-001 FOLHA ·120
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·120
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: EDVALDO DELAIN, ·brasileiro, ·agricultor, ·divorciado, natural ·de Gloria de Dourados-MS, onde nasceu no dia ·16 de janeiro de 1966, residente e domiciliado ·na Linha C 66, Km 20, Projeto Jatuarana, Zona Rural, em Vale do Anari-RO, CEP: 76.867-000, ·continuará a adotar o nome de EDVALDO DELAIN, filho de ·OLINDO DELAIN e de MARIA DA PENHA BARRETO DELAIN; e ·MARIA DE LOURDES DOS SANTOS, ·brasileira, ·agricultora, ·divorciada, natural ·de São José do Divino-MG, onde nasceu no dia ·10 de abril de 1964, residente e domiciliada ·na Linha C 66, Km 20, Projeto Jatuarana, Zona Rural, em Vale do Anari-RO, CEP: 76.867-000, ·passará a adotar no nome de ·MARIA DE LOURDES DOS SANTOS DELAIN, filha de ·MARCELINO NEVES DOS SANTOS e de ERCINA RODRIGUES DE LIMA.Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.·Vale do Anari-·RO, ·30 de janeiro de 2017.·Fernando Jânio Degam·Oficial

Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município de Vale do Anari, Comarca de Machadinho D'Oeste – RO
Av. Capitão Silvio de Farias, 4863, Centro, em Vale do Anari – RO – CEP: 76.867-000 – Fone: (69)3525-1469
LIVRO ·D-001 FOLHA ·121
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·121
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: GUILHERME FEITOSA DO NASCIMENTO, brasileiro, bancário, solteiro, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 09 de janeiro de 1993, residente e domiciliado na Av. Capitão Silvio de Farias, 4570, Centro, em Vale do Anari-RO, CEP: 76.867-000, continuará a adotar o nome de GUILHERME FEITOSA DO NASCIMENTO, filho de RAIMUNDO NONATO DO NASCIMENTO e de MARCIA FEITOSA CAMPOS NASCIMENTO; e LAISLORRAYNE RODRIGUES FERREIRA, brasileira, estudante, solteira, natural de Distrito de Tarilândia, em Jaru-RO, onde nasceu no dia 10 de novembro de 1995, residente e domiciliada na Rua Porto Velho, 2498, Centro, em Vale do Anari-RO, CEP: 76.867-000, passará a

adotar no nome de LAISLORRAYNE RODRIGUES FERREIRA DO NASCIMENTO, filha de MOISES COSTA FERREIRA e de SIRLEY RODRIGUES. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa. Vale do Anari-RO, 06 de fevereiro de 2017. Fernando Jânio Degam·Oficial

COMARCA DE SANTA LUZIA D´OESTE

PARECIS

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
Av. Carlos Gomes, n.º 699 – Centro, CEP – 76.979-000 – Fone (69) 3447 1024.
Município de Parecis – Comarca de Santa Luzia D'Oeste – Estado de Rondônia.
João Henrique Alves Silva Ferreira – Oficial/Tabelião Interino
Prazo 15 dias
LIVRO D-002 FOLHA 181 TERMO 000581
EDITAL DE PROCLAMAS
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: DOUGLAS BARROS DA SILVA e TAMIRES DEL NERO SILVA
ELE, brasileiro, agricultor, solteiro, natural de Santa Luzia D`Oeste-RO, onde nasceu no dia 13 de março de 1994 residente e domiciliado na linha 75 kapa 10 km 04, Zona Rural, em Parecis-RO, filho de DIOGO BARROS DA SILVA e de MARIA SOARES DA ROCHA;
ELA, brasileira, Vendedora, solteira, natural de Pimenta Bueno-RO, onde nasceu no dia 09 de julho de 1997, residente e domiciliada na Rua Manoel A. Oliveira, 392, 01, filha de LUCAS NUNES DA SILVA e de VALCIRENE DEL NERO SILVA.
O Regime adotado é o da "Comunhão Parcial de Bens".
Que após o casamento o declarante manterá o nome de DOUGLAS BARROS DA SILVA e a declarante manterá o nome de TAMIRES DEL NERO SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Parecis-RO, 06 de fevereiro de 2017.
João Henrique Alves Silva Ferreira
Oficial Tabelião Interino

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

LIVRO ·D-016 FOLHA ·058 TERMO ·004058
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·4.058
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·NILTON CESAR DA SILVA, de nacionalidade ·brasileiro, ·Vendedor, ·solteiro, natural ·de Ouro Preto do Oeste - RO, onde nasceu no dia ·27 de abril de 1995, residente e domiciliado ·na Linha 81, Km 37, Lote Gleba 16 - G, em Nova União - RO, filho de ·SÔNIA REGINA DA SILVA; e ·MAIZA ALVES DE OLIVEIRA de nacionalidade ·brasileira, ·lavradora, ·solteira, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·13 de março de 1999, residente e domiciliada ·na Linha T -02, Km 03, Lado Norte, em São Miguel do Guaporé-RO, filha de ·ANTÔNIO ALVES DE OLIVEIRA e de VANUZA VITORINO DE OLIVEIRA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em Cartório no lugar de costume, em local de fácil acesso e boa visibilidade, pelo prazo de 15 dias, a partir da publicação no Diário da Justiça do Estado de Rondônia.
·São Miguel do Guaporé, ·06 de fevereiro de 2017.
Juciana dos Santos
Escrevente Autorizada

SERINGUEIRAS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS - ESTADO DE RONDÔNIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
AV. FLAMBOYANT N.720 SALA B, CENTRO, CEP: 76934-000, FONE: (69) 3623 2515, E-MAIL: CARTORIOSERINGUEIRAS@HOTMAIL.COM
BEL. RÔMULO AUGUSTO MARTINS BRASIL
TABELIÃO INTERINO
EDITAL DE PROCLAMAS
LIVRO·D-004 FOLHA ·083 TERMO ·000683
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·IVANILDO VERISSIMO DE LUNA, de nacionalidade ·brasileiro, ·autônomo, ·divorciado, natural ·de Presidente Epitacio-SP, onde nasceu no dia ·13 de outubro de 1978, residente e domiciliado ·na Rua Princesa Isabel, n° 126, Cidade Alta, em Seringueiras-RO, filho de ·JOÃO VERISSIMO DE LUNA e de CREUSA DE SOBRAL SANTOS LUNA; e_ ·POLIANA DOS SANTOS ADRIANO, de nacionalidade ·brasileira, ·autônoma, ·solteira, natural ·de Presidente Médici-RO, onde nasceu no dia ·23 de janeiro de 1994, residente e domiciliada ·na Br 429, nº. 178, em Seringueiras-RO, CEP: 76.934-000, filha de ·GILBERTO CARLOS ADRIANO e de MARIA ROSA COSTA DOS SANTOS._ Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa._Seringueiras, ·02 de fevereiro de 2017. ...Bel. Rômulo Augusto Martins Brasil - Tabelião Interino.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS - ESTADO DE RONDÔNIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
AV. FLAMBOYANT N.720 SALA B, CENTRO, CEP: 76934-000, FONE: (69) 3623 2515, E-MAIL: cartorioseringueiras@hotmail.com
BEL. RÔMULO AUGUSTO MARTINS BRASIL-TABELIÃO INTERINO
LIVRO D-004 FOLHA 084 TERMO 000684
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: CLEVERSON BARBOSA, de nacionalidade brasileira, Engenheiro Ambiental, solteiro, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 11 de abril de 1991, residente e domiciliado na Av. Capitão Silvio, n°. 896, Cristo Rei, em Seringueiras-RO, filho de NELSON BARBOSA e de CLEIDE MARIA FRARE BARBOSA; e MIRIELLE NASCIMENTO BARBOZA, de nacionalidade brasileira, Escrevente Autorizada, solteira, natural de Alvorada D' Oeste-RO, onde nasceu no dia 18 de agosto de 1998, residente e domiciliada na Av. Integração Nacional, n°. 470, Cristo Rei, em Seringueiras-RO, filha de AELTON CELESTINO BARBOZA e de JUCINEIA APARECIDA NASCIMENTO BARBOZA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Seringueiras, 06 de fevereiro de 2017. Rômulo Augusto Martins Brasil - Tabelião Interino.